CENTAUR

JÚLIO VERNE

A Descoberta da Terra

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe ***Le Livros*** e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O ***Le Livros*** e seus parceiros disponibilizam conteúdo de dominio publico e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: ***LeLivros.link*** ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."

Júlio Verne

A DESCOBERTA DA TERRA

Título original: *Découverte de la Terre* (1878)
Tradução: Manuel Joaquim Pinheiro Chagas (1842-1895)
2014 © Centaur Editions
centaur.editions@gmail.com

Índice

DUAS PALAVRAS

CAPÍTULO 1 — VIAJANTES CÉLEBRES ANTES DA ERA CRISTÃ

CAPÍTULO 2 — VIAJANTES CÉLEBRES DO PRIMEIRO AO NONO SÉCULO

CAPÍTULO 3 — VIAJANTES CÉLEBRES DO DÉCIMO AO DÉCIMO TERCEIRO SÉCULO

CAPÍTULO 4 — MARCO POLO (1253-1324)

- I
- II
- III
- IV

CAPÍTULO 5 — IBN-BATUTA (1324-1353)

CAPÍTULO 6 — JOÃO DE BETTENCOURT (1339-1425)

- I
- II

CAPÍTULO 7 — CRISTÓVÃO COLOMBO (1436-1506)

- I
- II
- III
- IV
- V

CAPÍTULO 8 — A CONQUISTA DA ÍNDIA E DO PAÍS DAS ESPECIARIAS

- I
- II

CAPÍTULO 9 — OS CONQUISTADORES DA AMÉRICA CENTRAL

- I
- II
- III

CAPÍTULO 10 — PRIMEIRA VIAGEM À RODA DO MUNDO

CAPÍTULO 11 — AS EXPEDIÇÕES POLARES E A PROCURA DA PASSAGEM DE NOROESTE

- I
- II

CAPÍTULO 12 — AS VIAGENS DE AVENTURA E A GUERRA DE CORSO

CAPÍTULO 13 — MISSIONÁRIOS E COLONOS; COMERCIANTES E TURISTAS

- I
- II

CAPÍTULO 14 — A GRANDE FLIBUSTA

- I
- II

Duas Palavras

A História das Grandes Viagens e dos Grandes Viajantes, *tal qual a concebera quando comecei a primeira parte desta obra, apenas devia formar um resumo da história da* Descoberta da Terra. *Os últimos descobrimentos, porém, levaram-me a dar-lhe considerável desenvolvimento. Compreenderá, por conseguinte, não só as antigas explorações, mas também as recentes, isto é, aquelas que têm despertado o interesse dos homens de ciência. Para dar a esta obra, que tinha de ser forçosamente ampliada pelos trabalhos dos* modernos viajantes, *todas as garantias indispensáveis, recorri ao auxílio de quem, a meu ver, é um dos mais competentes geógrafos da nossa época, o* Sr. Gabriel Marcel, *adido à Biblioteca Nacional.*

Os conhecimentos que este senhor tem de algumas línguas estrangeiras, que eu ignoro, habilitaram-nos a procurar os esclarecimentos onde eles devem ser procurados e a pedi-los unicamente a documentos originais. Os leitores reservarão por conseguinte ao Sr. Marcel a parte que realmente lhe pertence nesta obra, cujo fim é apresentar, com a máxima verdade, todos os grandes viajantes, desde Hannon e Heródoto até Livingstone e Stanley.

Júlio Verne

Capítulo 1 — Viajantes Célebres Antes da Era Cristã

Hannon (505) — Heródoto (484) — Píteas (340) — Nearco (325) — Eudóxio (146) — César (100) — Estrabão (50)

O primeiro viajante que a história nos apresenta na ordem cronológica é Hannon, que o senado de Cartago mandou que fosse colonizar algumas possessões da costa ocidental da África. A narrativa desta expedição foi escrita em língua púnica e traduzida em grego; é conhecida pelo nome de *Périplo de Hannon*. Em que época viveu este explorador? Os historiadores não estão de acordo, mas a versão mais provável designa a data de 505 antes de Jesus Cristo à sua exploração das costas africanas.

Hannon saiu de Cartago com uma frota de sessenta navios, de cinquenta remos cada um, levando trinta mil pessoas, com os víveres necessários para uma longa viagem. Esses emigrados (pode-se-lhes dar esse nome) tinham por destino povoar as cidades novas que os Cartagineses queriam criar nas costas ocidentais da Líbia, quer dizer, da África.

A frota passou com felicidade para diante das Colunas de Hércules, as montanhas de Gibraltar e de Ceuta, que dominam o estreito, e aventurou-se pelo Atlântico, descendo para o sul. Dois dias depois de ter passado o estreito, Hannon fundeou à vista das costas e fundou a cidade de Thymatérion. Depois, fez-se de novo ao mar, dobrou o cabo Solois, criou novas feitorias e avançou até à embocadura de um grande rio africano, em cujas margens acampava uma tribo de pastores nómadas. Depois de ter concluído um tratado de aliança com esses pastores, o navegador cartaginês continuou a sua exploração para o sul. Chegou perto da ilha de Cerne, situada ao fundo de uma baía, cuja circunferência media cinco estádios, ou novecentos e vinte e cinco metros; segundo o diário de Hannon, essa ilha devia ficar situada, com relação às Colunas de Hércules, a uma distância igual à que separa as Colunas de Hércules de Cartago. Que ilha é esta? Sem dúvida, alguma ilhota pertencente ao grupo das Afortunadas.

Prosseguiu-se na navegação e Hannon chegou à embocadura do rio Chrétés, que formava uma espécie de baía interior. Os Cartagineses subiram o rio e foram acolhidos à pedrada pelos naturais da raça negra. Os crocodilos e os hipopótamos eram numerosos nessas paragens.

A frota, em seguida a esta exploração, tornou a Cerne, e doze dias depois chegava à vista de uma região montanhosa, onde abundavam as árvores odoríferas e as plantas

balsâmicas. Então penetrou num vasto golfo terminado por uma planície. Essa região, tranquila de dia, era iluminada durante a noite por torrentes de chamas, que provinham ou dos fogos acesos pelos selvagens ou da incineração fortuita das ervas secas, depois da estação das chuvas.

Daí a cinco dias, Hannon dobrava o cabo chamado ponta do Ocaso. Ali também, segundo as suas próprias expressões, ouviu os sons dos pífaros, a bulha dos címbalos, dos tamboris e os clamores de um povo inumerável.

Os adivinhos, que acompanhavam a frota cartaginesa, aconselharam a que se fugisse dessa terra assustadora. Foram obedecidos, e a frota seguiu o seu caminho para latitudes mais baixas.

Chegou a um cabo, que formava um golfo chamado ponta do Meio-Dia. No entender de M. d'Avezae, esse golfo devia ser a própria embocadura do Rio do Ouro, que se lança no Atlântico, quase na altura do Trópico de Câncer. Ao fundo desse golfo via-se uma ilha habitada por um grande número de gorilas, que os Cartagineses tomavam por selvagens cobertos de pelo. Conseguiram apoderar-se de três mulheres, que se viram obrigados a matar, tão indomável era a fúria dessas fêmeas de macacos.

Essa ponta do Meio-Dia é sem dúvida o limite extremo a que chegou a expedição púnica. Alguns comentadores dizem até que não passara para diante do cabo Bojador, que fica a dois graus acima do Trópico, mas parece ter prevalecido a opinião contrária. Chegado a este ponto, Hannon, que principiava a achar-se falto de víveres, voltou para o norte e tornou a Cartago, onde mandou gravar a relação dessa viagem no templo de Baal Moloch.

Depois do explorador cartaginês, o mais ilustre dos viajantes da Antiguidade nos tempos históricos foi o sobrinho do poeta Paníase, cujas poesias rivalizavam então com as de Homero e de Hesíodo, o sábio Heródoto, apelidado o *pai da história.* Nós separaremos o viajante do historiador e segui-lo-emos aos países que percorreu.

Heródoto nasceu em Halicarnasso, cidade da Ásia Menor, no ano 484 antes de Jesus Cristo. A sua família era rica e, pelas suas vastas relações comerciais, podia favorecer os instintos de explorador que nele se revelaram. Nessa época, as opiniões acerca da forma da Terra variavam muito. A escola pitagórica principiava contudo a ensinar que devia ser redonda. Mas Heródoto não tomou parte alguma nessa discussão, que apaixonava os sábios do seu tempo, e, moço ainda, saiu da sua pátria a fim de explorar com o maior cuidado os países conhecidos então e a respeito dos quais só havia os dados mais incertos.

Partiu de Halicarnasso em 464, na idade de vinte anos. Segundo todas as probabilidades, dirigiu-se primeiro para o Egito e visitou Mênfis, Heliópolis e Tebas. Fez

nesta viagem úteis observações sobre as inundações do Nilo e refere as diversas opiniões do tempo a respeito das fontes desse rio, que os Egípcios adoravam como um Deus.

«Depois de o Nilo trasbordar», diz ele, «só se veem as cidades; aparecem ao de cima de água e assemelham-se quase às ilhas do mar Egeu.» Conta as cerimónias religiosas dos Egípcios, os seus pios sacrifícios, o seu zelo e devoção pelas festas da deusa Ísis, principalmente em Busíris, cujas ruínas ainda se veem ao pé de Busir, a sua veneração pelos animais domésticos ou selvagens, que consideravam como sagrados e aos quais prestavam honras fúnebres. Pinta, como naturalista fiel, o crocodilo do Nilo, a sua estrutura e os seus costumes, a maneira como se apanha, depois o hipopótamo, o tupinambis, a fénix, o íbis, as serpentes consagradas a Júpiter. No que respeita aos costumes egípcios não se pode ser mais rigoroso e exato. Nota os hábitos domésticos, os jogos, os embalsamamentos, em que primavam os químicos do tempo. Depois faz a história do país, desde o seu primeiro rei Ménés; descreve, no tempo de Quéops, o levantamento das pirâmides e o modo como foram edificadas, o labirinto construído um pouco acima do lago Mceris e cujos restos foram descobertos em 1799; o lago Mceris, que supõe cavado por mão de homem, e as duas pirâmides que se elevaram acima das suas águas; admira muito o templo de Minerva, em Sais, os templos de Vulcano e de Ísis, erigidos em Mênfis, e esse colossal monólito, que dois mil homens, todos barqueiros, levaram três anos a transportar de Elefantina a Sais.

Depois de ter visitado minuciosamente o Egito, Heródoto passou para a Líbia, quer dizer, para a África propriamente dita, mas provavelmente o moço viajante não imaginava que ela se estendesse para além do Trópico de Câncer, porque supõe que os Fenícios puderam tornear esse continente e voltar ao Egito pelo estreito de Gibraltar. Heródoto enumera então os povos da Líbia, que não eram apenas simples tribos nómadas, habitantes das costas marítimas; depois, no interior das terras infestadas pelas feras, cita os Amorios, que possuíam esse templo célebre de Júpiter Ámon, cujas ruínas foram descobertas ao nordeste do deserto da Líbia, a quinhentos quilómetros do Cairo. Dá também preciosas informações acerca dos costumes dos Líbios, descreve os seus usos; fala dos animais que percorrem o seu país, serpentes de prodigiosa grossura, leões, elefantes, ursos, áspides, jumentos cornígeros, provavelmente rinocerontes, macacos cinocéfalos, animais sem cabeça, que têm olhos no peito, raposas, hienas, porcos-espinhos, carneiros bravos, panteras, etc. Enfim, termina reconhecendo que toda esta região é habitada apenas por duas populações indígenas: os Líbios e os Etíopes.

Nas narrativas de Heródoto encontram-se já os Etíopes de Elefantina. Viajou o sábio explorador realmente neste país? Os comentadores duvidam; é mais provável que recebesse

dos Egípcios as informações que dá a respeito de Meroé, a capital do culto prestado a Júpiter e a Baco, e da longevidade dos habitantes. Mas o que não é contestável, porque o diz ele expressamente, foi que deu à vela para a Tiro dos Fenícios. Ali admirou os dois magníficos templos de Hércules, depois visitou Tasos, e aproveitou-se dos esclarecimentos colhidos ali mesmo para fazer a história muito resumida da Fenícia, da Síria e da Palestina.

Saindo destes países, Heródoto volta outra vez para o sul, para a Arábia, país a que chama a Etiópia da Ásia, quer dizer, a parte meridional da Arábia, que ele julga ser o último país habitado. Considera os Árabes como o povo que mais religiosamente observa o juramento; os seus únicos deuses são Urânia e Baco; o seu país produz com abundância o incenso, a mirra, a canela, o cinamomo, o láudano, e o viajante dá interessantíssimas notícias acerca da colheita destas substâncias odoríferas.

Encontramos em seguida Heródoto nesse país célebre a que chama indistintamente Assíria ou Babilónia. Começa logo por descrever minuciosamente essa grande cidade de Babilónia, que os reis daquele país habitaram desde a destruição de Nínive, e cujas ruínas são hoje apenas montículos dispersos nas duas margens do Eufrates, a 78 quilómetros ao sudeste de Bagdade. O Eufrates, grande, profundo e rápido, dividia então a cidade em dois bairros. Num erguia-se o palácio fortificado do rei, no outro, o templo de Júpiter Belo, que foi talvez construído no próprio sítio onde se ergueu outrora a torre de Babel. Heródoto fala em seguida das duas rainhas, Semíramis e Nitorris, e conta o que fez esta última para o bem-estar e segurança da sua capital. Passa em seguida às produções daquela região, à cultura do trigo, da cevada, do milho, do sésamo, da vinha, das figueiras e das palmeiras. Descreve, enfim, o fato dos Babilónios e termina citando os seus costumes, especialmente os que eram relativos aos casamentos, que se celebravam em hasta pública.

Depois de ter explorado Babilónia, Heródoto dirigiu-se à Pérsia, e, como o fim da sua viagem era colher nas fontes puras os documentos relativos às longas guerras da Pérsia e da Grécia, fazia empenho em visitar o teatro dos combates cuja história queria escrever. Principia por citar esse costume dos Persas, que, não reconhecendo aos deuses formas humanas, não lhes erigem templos nem altares, e contentam-se com adorá-los no cimo das montanhas. Nota em seguida os seus costumes domésticos, o seu desdém pela carne, o seu gosto pelas gulodices, a sua paixão pelo vinho, o hábito que têm de tratar os negócios sérios depois de beberem com excesso, a sua curiosidade dos usos estrangeiros, o seu ardor pelos prazeres, as suas virtudes guerreiras, a sua bem entendida severidade na educação dos filhos, o seu respeito pela vida do homem e mesmo do escravo, o seu horror pela mentira e pelas dívidas, a sua repugnância pelos leprosos, cuja enfermidade prova que «os desgraçados

pecaram contra o Sol».

A Índia de Heródoto, segundo o que diz o Sr. Vivien de Saint-Martin, compreende apenas a região banhada pelos cinco afluentes do Pendjab atual, juntando-se-lhe o Afeganistão. Foi para ali que o jovem viajante dirigiu os seus passos, depois de sair do reino da Pérsia. Para ele os Índios são os mais numerosos dos povos conhecidos; uns têm morada fixa, outros são nómadas. Os de leste, chamados Padeanos, matam os doentes e os velhos e comem-nos. Os do norte, os mais valentes e os mais industriosos, comem areias auríferas. A Índia para Heródoto é a última região habitada para leste, e observa «que às extremidades da terra coube, até certo ponto, em sorte, o que ela tem de mais belo, como a Grécia tem a mais agradável temperatura das estações».

Heródoto, infatigável, passa depois à Média. Faz a história desses povos, que foram os primeiros a sacudir o jugo dos Assírios. Os Medas fundaram a imensa cidade de Ecbatana, que foi rodeada de sete muralhas concêntricas, e foram reunidos num só corpo de população no reinado de Déjoces. Depois de ter atravessado as montanhas, que separam a Média da Cólquida, o viajante grego penetrou no país ilustrado pelas proezas de Jasão e estudou-lhe, com a exatidão que lhe era própria, os usos e os costumes.

Heródoto parece ter conhecido perfeitamente a disposição topográfica do mar Cáspio. Diz que é um mar só por si e que não tem comunicação com outro. Esse Cáspio é, segundo o que ele diz, limitado a oeste pelo Cáucaso, a leste por uma vasta planície, onde habitam os Masságetas, que podiam muito bem ser Citas de origem, opinião admitida por Arriano Deodoro de Sicília. Estes Masságetas só adoram o Sol e imolam em sua honra cavalos. Heródoto fala neste sítio em dois grandes rios, um dos quais, o Araxe, deve ser o Volga, e o outro, o Ister, o Danúbio.

O viajante passa depois à Cítia. Para ele os Citas são essas tribos diversas que habitam o país especialmente compreendido entre o Danúbio e o Dom, quer dizer, uma porção considerável da Rússia da Europa. Os Citas têm o costume de arrancar os olhos aos seus prisioneiros. Não são cultivadores, mas nómadas. Heródoto conta as diversas fábulas que escurecem a origem da nação cítica e em que Hércules representou um papel considerável. Depois cita os diversos povos ou tribos que compõem essa nação, mas não parece que visitasse pessoalmente as regiões situadas ao norte do Ponto Euxino. Entra em seguida numa descrição minuciosa e exata dos costumes dessas povoações e entrega-se a uma sincera admiração pelo Ponto Euxino, o mar inóspito. As medidas que dá do mar Negro, do Bósforo, da Propôntis, do Palus Meótis, do mar Egeu, são pouco mais ou menos exatas. Depois nomeia os grandes rios que ali derramam as suas águas, o Ister ou o Danúbio, o Borístenes ou o

Dniepre, o Tánais ou o Dom, e termina contando como se fez a aliança e em seguida a união dos Citas e das Amazonas, o que explica porque é que as raparigas daquele país não podem casar sem ter morto um inimigo.

Depois de uma rápida residência na Trácia, durante a qual reconheceu que os Getas eram os mais valentes dessa raça, Heródoto chegou à Grécia, termo final das suas viagens, país onde ele queria colher os últimos documentos necessários à sua História. Visitou os sítios ilustrados pelos principais combates dos Gregos contra os Persas.

Da passagem das Termópilas fez uma descrição escrupulosa; depois, visitou a planície de Maratona, o campo de batalha de Plateias, e tornou à Ásia Menor, cujo litoral percorreu, litoral onde os Gregos tinham fundado numerosas colónias.

Quando voltou para a Caria, para Halicarnasso, o célebre viajante ainda não tinha vinte e oito anos, porque foi só nessa idade, no ano da primeira olimpíada, ou 456 antes de Cristo, que leu a sua história nos Jogos Olímpicos. A sua pátria estava então oprimida por Cygdamis e ele teve de se retirar para Samos. Pouco depois conseguiu derrubar o tirano, mas a ingratidão dos seus concidadãos obrigou-o a retomar o caminho do exílio. Em 441 assistiu às festas das Pan-Ateneias, leu a sua obra inteiramente concluída, provocou um entusiasmo universal, e no fim da sua vida retirou-se para Itália, para Túrio, onde morreu, 406 anos antes da era cristã, deixando a reputação do maior viajante e do mais célebre historiador da Antiguidade.

Depois de Heródoto, saltaremos século e meio, citando o médico Ctesias, companheiro de Xenofonte, que publicou a relação de uma viagem à Índia, que provavelmente não fez, e chegaremos, cronologicamente, ao marselhês Píteas, a um tempo viajante, geógrafo e astrónomo, uma das ilustrações da sua época. Foi em 340 que Píteas se aventurou só com um navio para além das Colunas de Hércules; mas, em vez de seguir para o sul da costa africana, como tinham feito os Cartagineses, seus predecessores, subiu para o norte, caminhando ao longo das praias da Ibéria e das da Céltica até às pontas avançadas que formam atualmente o Finisterra, depois entrou na Mancha e arribou a Inglaterra, essa ilha de Álbion de que ele ia ser o primeiro explorador. Efetivamente desembarcou em diversos pontos da costa e entrou em relação com os seus habitantes, simples, honestos, sóbrios, dóceis, industriosos, que faziam um grande comércio de estanho.

O navegador gaulês, aventurando-se mais ao norte, passou para diante das ilhas Órcades, situadas na ponta extrema da Escócia, e chegou a uma latitude tão alta que, durante o verão, a noite era apenas de duas horas. Depois de seis dias de navegação, chegou a uma terra chamada Thulé, provavelmente a Jutlândia ou a Noruega, para diante da qual não pôde passar.

«Para além, diz ele, já não havia mar, nem terra, nem ar.» Voltou para trás, por conseguinte, e, modificando a sua primeira direção, chegou à embocadura do Reno, onde habitavam os Ostiones, e mais adiante os Germanos. Desse ponto passou às bocas do Tanais, que se supõe seria o Elba ou o Óder, e voltou a Marselha, um ano depois de ter deixado a sua cidade natal. Píteas, ao mesmo tempo que era um audacioso navegador, era também um sábio notável; foi o primeiro a reconhecer a influência de luas nas marés e a observar que a Estrela Polar não ocupa exatamente o ponto por onde se supõe que passa o eixo do Globo.

Alguns anos depois de Píteas, no ano 326 de Jesus Cristo, pouco mais ou menos, um viajante grego macedónio ilustrou-se na carreira dos exploradores. Foi Nearco, nascido em Creta, almirante de Alexandre, que teve a missão de visitar todo o norte da Ásia, desde a embocadura do Indo até ao Eufrates.

O conquistador, quando se lembrou de operar um reconhecimento, que devia assegurar as comunicações da Índia com o Egito, achou-se com o seu exército a oitocentas milhas para o interior das terras, no curso superior do Indo. Deu a Nearco uma frota composta provavelmente de trinta e três galés, de navios de duas pontes, e de um grande número de navios de transporte. Dois mil homens tripulavam essa frota, que podia ter pouco mais ou menos oitenta velas. Nearco desceu o Indo em quatro meses, escoltado numa e noutra margem pelos exércitos de Alexandre. O conquistador chegou às bocas do grande rio e empregou sete meses em lhe explorar o delta; depois, Nearco deu à vela e seguiu a costa, que forma hoje o sul do reino de Balochistão.

Nearco fizera-se ao mar no dia 2 de outubro, quer dizer um mês antes de vir a monção do inverno, com uma direção favorável aos seus projetos. O princípio da sua viagem foi por conseguinte contrariado, e nos primeiros quarenta dias quase que andou apenas oitenta milhas para oeste. As suas primeiras arribadas levaram-no a Stura e a Coreestia, nomes que não se adaptam a nenhuma das aldeias que se elevam atualmente na costa. Depois chegou à ilha de Crocala, que forma a baía atual de Caranthey. Açoitada pelos ventos, a frota, depois de ter dobrado o cabo Monga, refugiou-se num porto natural, que o almirante teve de fortificar para se defender contra os ataques dos bárbaros, os Sangananos atuais, que formam ainda uma tribo de piratas.

Vinte e quatro dias depois, a 3 de novembro, Nearco tornou a dar à vela. As ventanias obrigaram muitas vezes o navegador a arribar a diversos pontos da costa e nestas circunstâncias teve sempre de se acautelar contra os ataques desses Arabitas, os ferozes Baloches modernos, que os historiadores orientais representam como uma nação bárbara, usando os cabelos compridos e desordenados, deixando crescer a barba, e assemelhando-se a

faunos ou a ursos. Até então, contudo, nenhum desastre grave sucedera à frota macedónia, quando, a 10 de novembro, o vento do mar alto soprou com tal violência que meteu a pique duas galeras e uma nau. Nearco foi então fundear a Crocala e recebeu abastecimentos de um comboio de trigo que Alexandre lhe expediu. Cada navio recebeu víveres para dez dias.

Depois de diversos incidentes de navegação e de uma luta com os bárbaros da costa, Nearco chegou à extremidade dos Oritas, que é marcada pelo cabo Moran da geografia moderna. Neste lugar da sua narrativa, diz Nearco que o Sol, ferindo verticalmente os objetos, quando estava ao meio do seu curso, não dava já sombra alguma; engana-se, evidentemente, porque nessa época o astro do dia achava-se no hemisfério do sul, por cima do trópico de Capricórnio, e, além disso, os navios de Nearco afastaram-se sempre alguns graus do trópico de Câncer. Portanto, mesmo em pleno verão, esse fenómeno não podia realizar-se.

A navegação continuou em melhores condições quando as monções de leste se regularizaram. Nearco seguiu ao longo da costa dos Ictiófagos, dos — *comedores de peixe* —, tribo miserável a cujo território faltam completamente as pastagens e que são obrigados a sustentar as ovelhas com produtos do mar. A frota principiou a ter de suportar de novo as provações de falta de víveres e dobrou o cabo Posni. Ali, Nearco tomou um piloto indígena, e os navios, favorecidos por alguma brisa de terra, puderam avançar rapidamente. A costa era menos árida, matizavam-na aqui e além algumas árvores. Nearco chegou a uma pequena cidade dos Ictiófagos e, como não tinha víveres, tomou-os por surpresa, em detrimento dos habitantes, que tiveram de ceder à força.

Os navios chegaram a Canasida, que é hoje a cidade de Churbar, cujas ruínas ainda se veem na baía desse nome. Mas já escasseava o trigo. Nearco arribou sucessivamente a Canate, a Trois, Dagasira, sem encontrar meio de obter mais víveres dessas míseras populações. Os navegadores já não tinham nem carne nem trigo, e não se podiam decidir a comer tartarugas, que abundam nessas paragens.

A frota chegou quase à entrada do golfo Pérsico e aí achou-se em presença de um cardume de baleias. Os marinheiros, assustados, queriam fugir. Mas Nearco, animando-os com as suas palavras, levou-os contra esses monstros pouco temíveis, que facilmente dispersaram.

Os navios, chegados à altura da Carmânia, modificaram um pouco a sua direção para oeste e mantiveram-se mais entre o ocidente e o norte. As praias eram férteis; por toda a parte pastagens e trigos e toda a espécie de árvores, menos oliveiras. Nearco arribou a Bádia, a Jask atual, e em seguida, depois de ter dobrado o promontório de Maseta ou Musaudon, o navegador descobriu a entrada do golfo Pérsico, a que Nearco, de acordo com os geógrafos árabes, deu impropriamente o nome de mar Verme lho.

Nearco penetrou no golfo e, depois de uma paragem só, chegou ao sítio chamado Harmozia, que depois deu nome à ilha de Ormuz. Ali soube que o exército de Alexandre estava apenas a cinco dias de marcha. Apressou-se por conseguinte a desembarcar, a fim de se reunir ao conquistador. Este, sem notícias da sua frota durante vinte e uma semanas, já não esperava tornar a vê-la. Imagina-se facilmente a sua alegria quando o almirante, emagrecido pelas fadigas e mudado a ponto de o não conhecerem, se apresentou diante dele. Para festejar a sua volta, Alexandre mandou celebrar jogos ginásticos e deu graças aos deuses por meio de grandes sacrifícios. Depois Nearco, querendo retomar o comando da sua frota para o conduzir a Susa, voltou à Harmozia e tornou a dar à vela, depois de ter invocado Júpiter Salvador.

A frota visitou diversas ilhas, provavelmente as ilhas de Arek e de Kischnisch; pouco tempo depois os navios encalharam, mas a preia-mar pô-los outra vez a nado e, depois de terem dobrado o promontório de Bestion, tocaram em Keish, ilha consagrada a Mercúrio e a Vénus.

Era ali a fronteira extrema da Carmânia. Para além principiava a Pérsia. Os navios seguiram a costa pérsica, visitando diversos pontos, Gillana, Inderabia, Chevon, Koukum, Sita-Reghiau, onde Nearco recebeu um abastecimento de trigo enviado por Alexandre.

Depois de muitos dias de navegação, a frota chegou à embocadura do rio Endiam, que separa a Pérsia da Suzania. Dali passou para a embocadura do grande lago piscoso chamado Cataderbia, que fica situado no país denominado atualmente Daghestan. Enfim, fundeou diante da cidade babilónica de Dégéla, mesmo nas fontes do Eufrates, depois de ter reconhecido toda a costa compreendida entre esse ponto e o Indo. Nearco encontrou-se então pela segunda vez com Alexandre, que o recompensou magnificamente e o manteve no comando da sua frota. Alexandre ainda queria empreender o reconhecimento de toda a costa árabe até ao mar Vermelho, mas a morte fulminou-o e os seus projetos não tiveram seguimento.

Julga-se que depois Nearco veio a ser governador da Lícia e da Panfília. Durante os seus ócios escreveu ele mesmo a história das suas viagens, história que se perdeu, mas de que felizmente Arriano fizera uma análise completa na sua *História Índica*. É provável que Nearco fosse morto na batalha de Ipso, deixando reputação de hábil navegador, cuja viagem é um acontecimento considerável na história da navegação.

Devemos citar agora uma tentativa audaciosa que nessa época foi feita por Eudóxio de Cizico, geógrafo que vivia no ano 146 de Jesus Cristo na corte de Evérgeta II.

Depois de ter visitado o Egito e as praias da Índia, este audacioso aventureiro teve ideia de dar volta à África, o que realmente só viria a ser efetuado mil e seiscentos anos depois, por Vasco da Gama. Eudóxio fretou um grande navio e duas barcaças, e aventurou-se

nas ondas desconhecidas do Atlântico. Até onde levou ele os seus navios? Este ponto é difícil de determinar. Seja como for, depois de ter tomado língua entre os naturais, que ele considerou etiópios, voltou à Mauritânia. Dali passou à Ibéria e fez preparativos de uma nova viagem de circum-navegação em torno da África. Essa viagem efetuou-se?

Não se pode responder e deve-se mesmo acrescentar que este Eudóxio, mais corajoso em suma do que probo, foi considerado impostor por um certo número de sábios.

Resta-nos mencionar dois nomes entre os viajantes que se ilustraram antes da era cristã. Esses nomes são os de César e Estrabão. César, nascido cem anos antes de Jesus Cristo, foi sobretudo um conquistador, cujo fim não era a exploração de países novos. Lembremo-nos só de que, no ano 58 antes de Cristo, empreendeu a conquista da Gália e que, nos dez anos que durou a sua vasta empresa, arrastou as suas legiões vitoriosas até às margens da Grã-Bretanha, cujas províncias eram habitadas por populações de origem germânica.

Quanto a Estrabão, nascido na Capadócia, cinquenta anos antes de Jesus Cristo, distinguiu-se mais como geógrafo do que como viajante. Contudo, percorreu a Ásia interior, o Egito, a Grécia, a Itália, e viveu muito tempo em Roma, onde faleceu nos últimos anos do reinado de Tibério. Estrabão deixou uma Geografia, dividida em dezassete livros, que em grande parte chegou ao nosso tempo. Esta obra forma, com a de Ptolomeu, o monumento mais importante que a Antiguidade legou aos geógrafos modernos.

Capítulo 2 — Viajantes Célebres do Primeiro ao Nono Século

Pausânias (174) — Fa-Hian (399) — Cosmas Indicopleustas (5..) — Arculfo (700) — Willibaldo (725) — Soleimão (851)

Durante os dois primeiros séculos da era cristã, o movimento geográfico foi acentuadíssimo debaixo do ponto de vista puramente científico, mas os viajantes propriamente ditos, quer dizer, os exploradores, os descobridores de países novos, foram certamente raríssimos. Plínio, no ano 23 de Jesus Cristo, consagrava o terceiro, quarto, quinto e sexto livros da sua *História Natural* à geografia. No ano 50, Hipalo, navegador hábil, encontrava a lei das monções do oceano Índico, ensinava aos navegadores a afastar-se para o largo, para efetuarem, graças a esses ventos constantes, as suas viagens de ida e volta às Índias no intervalo de um só ano. Arriano, um historiador grego, nascido em 105, compunha o seu *Périplo do Ponto Euxino* e procurava fixar com grande rigor as regiões descobertas nas explorações precedentes. Enfim, o egípcio Cláudio Ptolomeu, no ano 175, pouco mais ou menos, coordenando os trabalhos dos seus predecessores, publicou uma Geografia célebre, apesar dos seus erros graves, e em que a situação das cidades, marcada em longitudes e latitudes, assentava pela primeira vez numa base matemática.

O primeiro viajante da era cristã, cujo nome sobreviveu, foi Pausânias, escritor grego, que habitou Roma no século II, de que nos resta uma relação composta aí pelo ano de 175. Este Pausânias precedera o nosso contemporâneo Joanne na redação dos *Guias do Viajante*. Fez com a Grécia antiga o que o engenhoso e laborioso francês fez com as diversas regiões da Europa. A sua narrativa é um manual seguro, escrito sobriamente, exato nas suas particularidades, e com o qual os turistas do segundo século podiam percorrer frutuosamente as diversas províncias da Grécia.

Pausânias descreve minuciosamente a Ática, e mais especialmente Atenas e os seus monumentos, os seus túmulos, os seus arcos, os seus templos, a sua cidadela, o seu areópago, a sua academia, as suas colunas. Da Ática passa à Coríntia e explora as ilhas de Egina e de Eaco. Depois da Coríntia, a Lacónia e Esparta, a ilha de Citera, a Messénia, a Élida, a Acaia; a Arcádia, a Beócia e Fócida são estudadas com cuidado; as estradas das províncias, as ruas das cidades figuram nesta narrativa, e o aspeto geral dos diversos países da Grécia não é também esquecido. Mas, em suma, Pausânias não acrescentou descoberta alguma nova às que os seus predecessores tinham mencionado. Foi um viajante consciencioso, que limitou a sua

obra à exploração exata da Grécia, e não um descobridor. Todavia, a sua relação foi aproveitada por todos os geógrafos e comentadores que trataram da Hélade e do Peloponeso, e foi com razão que um sábio do século VI lhe pôde chamar «um tesouro da mais antiga e da mais rara erudição».

Cento e trinta anos pouco mais ou menos depois do historiador grego, um viajante chinês, um monge, empreendia, nos fins do século IV, uma exploração dos países situados ao ocidente da China. A relação da sua viagem foi-nos conservada, e devemos associar-nos aos sentimentos do Sr. Charton, que considera esta narrativa «um monumento preciosíssimo, principalmente porque nos transporta para fora do ponto de vista exclusivo da civilização ocidental».

Fa-Hian, acompanhado por alguns monges, queria sair da China pelo lado do ocidente; atravessou muitas cordilheiras, que formam hoje o Kan-tcheou, situado não longe da grande muralha. Ali juntaram-se a ele uns Samaneus. Atravessaram o rio Cha-ho e um deserto que Marco Polo devia explorar oitocentos anos depois. Puderam chegar, depois de dezassete dias de marcha, ao lago de Lobe, que se acha no Turquestão chinês atual. Desse ponto em diante, os reinos todos que esses religiosos visitaram pareciam-se nos usos e costumes. Só a língua era diferente.

Pouco satisfeitos com o acolhimento que receberam no país dos Ouigors, cujos habitantes não são hospitaleiros, aventuraram-se para o sueste, num país deserto, passando os rios com extremo trabalho. Depois de trinta e cinco dias de marcha, a pequena caravana chegou à Tartária, ao reino de Khotan, que contava muitos milhares de dezenas de religiosos. Fa-Hian e os seus companheiros foram recebidos em mosteiros especiais e, depois de uma espera de três meses, puderam assistir à «procissão das imagens», grande festa comum aos budistas e aos brâmanes, durante a qual se passeiam as imagens dos deuses, num carro magnificamente ornado, pelas ruas juncadas de flores e no meio de nuvens de perfumes.

Depois da festa os religiosos deixaram Khotan e dirigiram-se ao reino que hoje forma a província de Kouke-yar. Depois de um descanso de quinze dias, tornam a encontrar-se mais ao sul, num país que forma o Balistão atual, país frio e montanhoso, onde não amadurece outro grão que não seja o trigo. Ali os religiosos serviam-se de cilindros em que estão coladas as orações e que o fiel faz girar com uma rapidez extrema. Desse remo Fa-Hian passou para a parte oriental do Afeganistão e não precisou de menos de um mês para atravessar as montanhas, no meio das quais, nas neves perpétuas, assinala a presença de dragões venenosos.

Para além desta cordilheira acharam-se os viajantes na Índia do norte, nesse país banhado pelas primeiras correntes de água que formam o Indo ou o Sindh. Em seguida, depois

de terem atravessado os reinos de Ou-Tchang, de Lô-ho-to e de Kian-tho-wei, chegaram a Fo-lou-cha, que deve ser a cidade de Peichaver, colocada entre Cabul e o Indo, e vinte e quatro léguas mais a oeste da cidade de Hilo, construída à beira de um afluente do rio Cabul. Em todas essas cidades, Fa-Hian, aponta, sobretudo, as festas e costumes relativos ao culto de Fo, que vem a ser o mesmo Buda.

Os religiosos, ao saírem de Hilo, tiveram de atravessar os montes Hindou-Kousch, que se elevam entre o Tokharestan e o Gandara. Ali foi tão violento o frio, que um dos companheiros de Fa-Hian caiu para nunca mais se levantar. Depois de mil fadigas, a caravana conseguiu chegar à cidade de Banou, que ainda hoje existe; em seguida, depois de ter passado de novo o Indo na parte média do seu curso, entrou em Pendjab. Dali, descendo para sueste, com intenção de atravessar a parte setentrional da península indiana, chegou a Mathoura, cidade da atual província de Agra, e atravessando o grande deserto salgado, que está a leste do Indo, percorreu um país que Fa-Hian chama «o reino central, cujos habitantes, honrados e piedosos, sem magistrados, nem leis, nem suplícios, sem pedir o seu sustento a nenhum ente vivo, sem açougues nem tabernas, vivem felizes, no meio da abundância e da alegria, num clima em que o frio e o calor mutuamente se temperam». Esse reino é a Índia.

Descendo para sueste, Fa-Hian visitou o distrito atual de Feroukh-abâd, no qual, segundo a lenda, Buda pôs o pé ao voltar ao céu por uma tríplice escada de degraus preciosos. O religioso viajante estende-se largamente nessas crenças do budismo. Desse ponto partiu para visitar a cidade de Kanoudje, situada na margem direita do Ganges, a que ele chama o Heng. É o país de Buda por excelência. Em toda a parte em que o deus se sentou, os seus fiéis ergueram altas torres. Os piedosos peregrinos não deixaram de ir ao templo de Tchi-houan, em que Fo, durante vinte e cinco anos, se entregava a macerações voluntárias, e considerando esse lugar sagrado, ao pé do sítio onde Fo restituíra a vista a quinhentos cegos, «o coração dos religiosos sentiu-se penetrado por viva dor».

Seguiram de novo o seu caminho, passaram em Kapilo, em Gorakhpour, na fronteira do Nepal, em Hin-i-na-Kiès, lugares célebres pelos milagres de Fo, e chegaram ao delta do Ganges, à célebre cidade de Palian-fou, no reino de Magadha. Era um país rico, habitado por uma população compadecida e justa, que gostava de discussões filosóficas. Depois de ter galgado o pico do Abutre, que se ergue nas fontes dos rios Dahder e Banourah, Fa-Hian desceu o Ganges, visitou o templo de Issi-Pattene, que frequentavam outrora magos «volantes», chegou a Bénarés, no «reino resplandecente», e, mais abaixo ainda, à cidade de To-mo-li-ti, situada na embocadura do rio, a pouca distância do sítio que ocupa atualmente Calcutá.

Nesse tempo preparava-se uma caravana de mercadores para se fazer ao mar no intento de ir à ilha de Ceilão.

Fa-Hian tomou passagem no seu navio, e, depois de catorze dias de viagem, desembarcou nas praias da antiga Taprobana, acerca da qual o negociante grego Jamboulos dera, séculos antes, informações bastante curiosas. O religioso chinês encontrou neste reino todas as tradições legendárias que se ligam ao deus Fo, e demorou-se ali dois anos a ocupar-se de investigações bibliográficas. Deixou Ceilão para ir para Java, aonde chegou depois de péssima viagem, durante a qual, em estando sombrio o céu, não se viam senão grandes vagas, que se embatiam, relâmpagos cor de fogo, tartarugas, crocodilos, monstros marinhos e outros prodígios.

Depois de cinco meses de residência em Java, Fa-Hian embarcou para Cantão; mas os ventos de novo o contrariaram e, depois de ter sofrido mil fadigas, foi desembarcar no Chan-Toung atual; enfim, tendo residido algum tempo em Nanquim, voltou para Si'an-fou, sua cidade natal, depois de dezoito anos de sucessivas excursões.

Tal é a relação dessa viagem, de que o Sr. Abel de Remusat fez uma tradução excelente, e que encerra particularidades interessantíssimas sobre os costumes dos Tártaros e dos Hindus, especialmente no que respeita às suas cerimónias religiosas.

Ao monge chinês sucede na ordem cronológica, no sexto século, um viajante egípcio chamado Cosmas Indicopleustas, nome que o Sr. Charton traduz assim: «Viajante cosmógrafo na Índia». Era um negociante de Alexandria que, depois de ter visitado a Etiópia e uma parte da Ásia, se fez monge no seu regresso.

As suas narrativas têm o título de *Topografia Cristã do Universo*. Não dá informação alguma a respeito das viagens do autor. Discussões cosmográficas para provar que a Terra é quadrada e está fechada com outros astros num grande cofre oblongo, formam o princípio da obra; seguem-se dissertações sobre as funções dos anjos e uma descrição do fato dos sacerdotes hebreus. Cosmas faz depois a história natural dos animais da Índia e de Ceilão, e cita o rinoceronte, o touro-veado, que se pode prestar aos usos domésticos, a girafa, o boi bravo, o almíscar, que se caça para se lhe colher «o sangue perfumado», o unicórnio, que não considera como um animal quimérico, o javali, a que chama porco-veado, o hipopótamo, a foca, o golfinho e a tartaruga. Depois dos animais, Cosmas descreve a pimenteira, arbusto frágil e delicado como os mais pequenos sarmentos de vinha, e os coqueiros, cujos frutos têm um sabor doce como o das nozes verdes.

Desde os primeiros tempos da era cristã que os fiéis corriam a visitar os Lugares Santos, berço da nova religião. Essas peregrinações tornaram-se cada vez mais frequentes e a

história conserva o nome das principais personagens que se dirigiam à Palestina durante a primeira época do cristianismo.

Um desses peregrinos, o bispo francês Arculfo, que vivia nos fins do século VII, deixou a história circunstanciada da sua viagem.

Principia por dar a situação topográfica de Jerusalém e descreve a muralha que rodeia a cidade santa. Visita depois a igreja, em forma de rotunda, construída por cima do Santo Sepulcro, o túmulo de Jesus Cristo e a pedra que o fechava, a igreja de Santa Maria, a igreja construída sobre o Calvário, e a basílica de Constantino, levantada no sítio onde foi encontrada a vera cruz. Estas diferentes igrejas estão compreendidas num edifício único, que encerra também o túmulo de Cristo e o Calvário no alto do qual foi o Salvador crucificado.

Arculfo, em seguida, desce ao vale de Josafat, situado a leste da cidade, onde se eleva a igreja que recobre o túmulo da Virgem e o túmulo de Absalão, a que chama torre de Josafat. Depois galga o monte das Oliveiras, que defronta com a cidade do lado de além do vale, e aí reza na gruta onde rezou Jesus. Vai depois ao monte Sião, situado fora da cidade, na sua extremidade meridional; nota de passagem a figueira gigante onde, segundo a tradição, se enforcou Judas Iscariotes, e visita a igreja do Cenáculo, hoje destruída.

Torneando a cidade pelo vale de Siloé e subindo a torrente de Cédron, o bispo volta ao monte das Oliveiras, coberto com ricas messes de trigo e de cevada, de ervas e de flores, e descreve, no cimo da montanha santa, o lugar de onde Cristo subiu ao céu. Ali os fiéis construíram uma grande igreja redonda, com três pórticos arqueados, que, sem teto nem abóbada, se conserva aberta ao ar livre. «Não se abobadou o interior da igreja, diz a relação do bispo, a fim de que desse lugar, onde pousaram pela última vez os pés divinos, quando o Senhor se ergueu ao céu numa nuvem, um caminho sempre aberto até ao céu para ali conduzisse as preces dos fiéis», porque, quando se construiu essa igreja de que falamos, não se pode lajear, como se lajeou o resto do templo, o sítio onde tinham poisado os pés do Senhor. À medida que se aplicavam os mármores, a terra, não podendo suportar nada que fosse humano, recuspia-os, se me permitem a expressão, à cara dos operários. Demais, como um ensino imortal, conserva o pó o vestígio dos passos divinos, e ainda que todos os dias a fé dos visitantes apague essa pegada, reaparece sem cessar e a terra conserva-a sempre.

Depois de ter explorado o campo de Betânia, no meio do grande bosque das Oliveiras, onde se vê o túmulo de Lázaro e a igreja situada à direita, no sítio mesmo onde Cristo costumava conversar com os seus discípulos, Arculfo partiu para Belém, que está construída a duas horas de distância da cidade santa, ao sul do vale Zefraim. Descreve o lugar do nascimento do Senhor, uma semigruta natural, cavada na extremidade do ângulo oriental da

cidade, e por cima a igreja construída por Santa Helena, depois os túmulos dos três pastores que, no nascimento do Senhor, se viram rodeados de uma claridade celeste, o sepulcro de Raquel, os túmulos dos quatro patriarcas, Abraão, Isaac, Jacob e Adão, o primeiro homem. Depois visitou a montanha e o carvalho de Mambré, à sombra do qual Abraão deu hospitalidade aos anjos.

Deste ponto passou Arculfo a Jericó, ou antes ao sítio outrora ocupado por essa cidade, cujas muralhas se desmoronaram ao som das trombetas de Josué. Explorou o sítio em que os filhos de Israel, depois de terem passado o Jordão, fizeram a sua primeira paragem na terra de Canaã. Contemplou na igreja de Galgala as doze pedras que os Israelitas, por ordem do Senhor, tiraram da torrente seca. Seguiu à beira do Jordão e reconheceu na sua margem direita, ao pé de um cotovelo do rio, a uma hora de caminho do Mar Morto, no meio de um sítio pitoresco plantado de árvores magníficas, o sítio em que o Senhor foi batizado por João, exatamente no ponto em que se ergue uma cruz, que as águas esbranquiçadas, quando engrossam, cobrem toda.

Depois de ter percorrido as praias do Mar Morto, cujo sal provou, depois de ter procurado na Fenícia a ramificação do Líbano donde jorram as fontes do Jordão, depois de ter explorado a maior parte do lago de Tiberíade, depois de ter visitado o poço de Samaria, onde Cristo foi dessedentado pela Samaritana, a fonte do deserto onde se dessedentava S. João Batista, a vasta planície de Gaza, «nunca depois lavrada», em que Jesus abençoou os cinco pães e dois peixes, Arculfo desceu para Cafarnaum, cujos restos nem sequer já existem, depois transportou-se para Nazaré, onde se passou a infância de Cristo, e terminou no monte Tabor, situado na Galileia, a sua viagem propriamente dita aos Lugares Santos.

A relação do bispo contém depois particularidades geográficas e históricas a respeito de outras cidades que visitou: a «cidade régia de Damasco», que quatro grandes rios percorrem para «a alegrar»; Tiro, metrópole da província de Fenícia, que, separada antigamente do continente, foi unida com ele pela estrada de Nabucodonosor; Alexandria, outrora capital do Egito, onde o viajante chegou quarenta dias depois de ter saído de Jafa, e enfim Constantinopla, onde visitou muitas vezes a vasta igreja em que se conserva «o lenho sacro da cruz onde o Salvador morreu pregado para remissão do género humano».

Enfim, a relação da viagem, que foi ditada pelo bispo e escrita pelo abade de S. Columbano, conclui recomendando aos leitores que implorem a clemência divina para o santo prelado Arculfo, e que rezem também pelo escriba mísero pecador a Cristo, juiz de todos os séculos!

Alguns anos depois do bispo francês, um peregrino inglês empreendia a mesma viagem

com um fim piedoso e efetuava-a quase nas mesmas condições.

Esse peregrino chamava-se Willibaldo e pertencia a uma família rica, que habitava provavelmente no condado de Southampton. Teve uma doença de frouxidão, seus pais consagraram-no a Deus, e a sua mocidade passou-se em exercícios de devoção no mosteiro de Waltheim. Chegado a termo da adolescência, Willibaldo resolveu ir rezar a Roma, na igreja consagrada ao apóstolo S. Pedro, e as suas vivas instâncias determinaram seu pai Ricardo, seu irmão Winebaldo e sua jovem irmã, Walpurga, a acompanhá-lo.

A piedosa família embarcou em Hamble-Haven, na primavera do ano de 721, e, subindo o Sena, veio desembarcar ao pé da cidade de Ruão. Willibaldo dá poucos pormenores a respeito da viagem até Roma. Depois de ter atravessado Cortona, cidade da Ligúria, Luca, na Toscana, em que Ricardo sucumbiu às fadigas da viagem, no dia 7 de fevereiro de 722, depois de terem atravessado os Apeninos de inverno, os dois irmãos e a irmã entraram em Roma e ali passaram o resto da estação invernosa, muito flagelados uns e outros pelas violentas febres.

Willibaldo, logo que recuperou a saúde, formou o projeto de prosseguir a sua viagem até aos Lugares Santos. Mandou seu irmão e sua irmã para Inglaterra e partiu em companhia de alguns religiosos. Por Terracina e Gaeta foram a Nápoles, fizeram-se à vela para Reggio, na Calábria, para Satania e Siracusa, na Sicília; depois, saindo definitivamente ao mar alto, depois de terem tocado em Cos e em Samos, desembarcaram em Éfeso, na Ásia Menor, onde se erguiam os túmulos de S. João Evangelista, de Maria Madalena e dos Sete Dormentes, que são sete cristãos martirizados no tempo do imperador Décio.

Depois de terem residido algum tempo em Strobole, Patara, e ultimamente em Mitilene, capital da ilha de Lesbos, os peregrinos transportaram-se para Chipre, visitaram igualmente Pafos e Constância; enfim vamos encontrá-los, em número de sete, na cidade fenícia de Edessa, em que se vê o túmulo do apóstolo S. Tomé.

Neste sítio, Willibaldo e os seus companheiros, tomados por espiões, foram presos pelos Sarracenos; porém, o rei, atendendo à recomendação de um espanhol, mandou-os pôr em liberdade. Os peregrinos deixaram a cidade a toda a pressa e, daí por diante, o seu itinerário é quase o do bispo Arculfo. Visitaram na Síria Damasco, na Galileia Nazaré, Caná, onde se vê uma das ânforas miraculosas, o monte Tabor, onde se realizou o grande facto da Transfiguração, Tiberíade, situada no ponto onde o Senhor e Pedro andaram sobre as ondas, Magdala, onde moravam Lázaro e suas irmãs, Cafarnaum, onde Jesus ressuscitou a filha do príncipe, Betsaida de Galileia, pátria de Pedro e de André, Corazain, onde o Senhor curou uns possessos, Cesareia, onde foram dadas as chaves do céu a S. Pedro, o sítio onde Cristo foi batizado, Galgala, Jericó e Jerusalém.

A cidade santa, o vale de Josafat, o monte das Oliveiras, Belém, Thema, em que Herodes mandou matar as criancinhas, o vale de Laura, Gaza, receberam a visita dos piedosos peregrinos. Nesta cidade, enquanto se celebravam os ofícios na igreja de S. Matias, conta Willibaldo que perdeu subitamente a vista, e só a recuperou em Jerusalém, dois meses depois, ao entrar na igreja de Santa Cruz. Percorreu depois o vale de Dióspolis, a dez milhas de Jerusalém, depois, à beira do mar Siríaco, Tiro, Sidónia e Trípoli de Síria. Dali, pelo Líbano, Damasco e Cesareia, Willibaldo chegou a Emaús, vila da Palestina, onde corre a fonte onde o Cristo lavou os pés, e enfim a Jerusalém, onde os viajantes residiram toda a estação invernosa.

Os infatigáveis peregrinos não deviam limitar a isso a sua exploração. Tornamo-los a encontrar sucessivamente em Ptolemais, atualmente S. João de Acre, em Emessa, em Jerusalém, em Damasco, em Samaria, onde estão os túmulos de S. João Batista, de Abdias e de Eliseu, Tiro, onde, devemos confessá-lo, o piedoso Willibaldo roubou a alfândega do tempo, dissimulando uma certa quantidade de bálsamo de Palestina, muito afamado então, que estava sujeito aos direitos. Em Tiro, depois de uma longa residência, pôde embarcar para Constantinopla, onde os seus companheiros e ele habitaram dois anos, e enfim regressaram pela Sicília e a Calábria, Nápoles e Cápua. O peregrino inglês chegou ao mosteiro de Monte Cassino, tendo deixado o seu país havia dois anos. A hora do descanso ainda não chegara contudo para ele. Foi nomeado pelo papa Gregório III para um bispado novamente criado na Francónia. Tinha quarenta e um anos quando foi sagrado bispo. Durante quarenta e cinco anos ainda ocupou a sede episcopal e morreu no ano 745. Em 938, Willibaldo foi canonizado pelo papa Leão VII.

Terminaremos a lista dos viajantes do primeiro ao nono século, citando um certo Soleimão, negociante de Baçorá, que partiu do golfo Pérsico, chegou aos confins da Ásia e foi desembarcar nas praias chinesas. Esta narrativa contém duas partes distintas: uma redigida em 851 pelo mesmo Soleimão, que fez realmente essa viagem; a outra escrita em 878 por um geógrafo, Abu-Zeyd-Hassan, a fim de completar a primeira. Segundo a opinião do orientalista Reinaud, essa narrativa «lança uma nova luz sobre as relações comerciais que existiram no nono século entre as costas do Egito, da Arábia e do litoral do golfo Pérsico de um lado, e do outro as vastas províncias da Índia e da China».

Soleimão, saindo do golfo Pérsico, depois de se ter abastecido de água doce em Mascate, visitou primeiro o segundo mar, quer dizer, o mar Larevy dos Árabes, ou o mar de Omã da geografia moderna. A primeira coisa que observou foi um peixe de enorme volume, provavelmente um cachalote, que os viajantes prudentes procuraram assustar tocando uma

sineta, depois um tubarão, em cujo ventre se encontrou outro mais pequeno, que também conservava na barriga outro ainda mais pequeno, «ainda vivos», diz o viajante, com exageração manifesta; enfim, depois de ter descrito a rémora, o dactilóptero e o marsuíno, diz o que é o mar de Herkend, compreendido entre as Maldivas e as ilhas da Sonda, onde conta pelo menos mil e novecentas ilhas, cujas praias estão semeadas de grandes pedaços de âmbar-cinzento. Entre essas ilhas, governadas por uma mulher, designa principalmente, com o seu nome árabe Ceilão e a sua pescaria de pérolas, Sumatra, rica em minas de ouro, habitada por antropófagos, as Nicobar e as Andamão, cujas tribos são ainda hoje canibais. «Esse mar de Herkend, diz ele, ergue-se às vezes em trombas furiosas, que despedaçam os navios e cospem nas praias imensa quantidade de peixes mortos, e até pedregulhos e montes. Quando as vagas desse mar se sublevam, a água apresenta a aparência de um fogo que arde.» Soleimão julga-o frequentado por uma espécie de monstro que devora os homens e em que os comentadores julgaram reconhecer o esqualo.

Chegando às Nicobar, Soleimão, depois de ter trocado com os habitantes ferro por cocos, cana-de-açúcar, bananas e vinho de coqueiro, atravessou o mar de Kalâh-Bar, que banha as costas de Malaca, e enfim, depois de dez dias de navegação, no mar de Schelaheth, dirigiu-se, para fazer aguada, a um sítio que podia muito bem ser Singapura; enfim, subiu para o norte pelo mar de Kedrenj, que deve ser o golfo de Sião, de modo que chegou à vista de Poulo-Oby, situado ao sul da ponta de Camboja.

Diante dos navios do negociante de Baçorá abria-se então o mar de Senf, extensão de água compreendida entre as Molucas e a Indochina. Soleimão foi-se abastecer à ilha Sander-Foulat, situada para o lado do cabo Varela, e dali meteu-se ao mar de Sandjy, ou mar da China, e, um mês depois, entrava em Khan-fou, porto chinês da cidade atual de Tche-kiang, onde os navios, nessa época, tinham costume de arribar.

O resto da relação de Soleimão, completada por Abu-Zeyd-Hassan, não contém já senão informações muito minuciosas sobre os costumes dos Hindus, dos Chineses e dos habitantes do Zendj, país situado na costa oriental da África. Mas não é já o viajante que fala, e esses pormenores que dá torná-los-emos a encontrar, mais interessantes e mais exatos, nas relações dos seus sucessores.

O que devemos dizer, para resumir os trabalhos dos exploradores que percorreram a Terra, dezasseis séculos antes da era cristã e nove séculos depois, é que desde a Noruega até às extremidades do império chinês, passando pelo Atlântico, o Mediterrâneo, o mar Vermelho, o oceano Índico e o mar da China, esta imensa extensão de costas estava em grande parte determinada e visitada. Algumas explorações tinham sido audaciosamente tentadas no interior

das terras no Egito até à Etiópia, na Ásia Menor até ao Cáucaso, na Índia e na China até à Tartária, e, se faltava ainda a exatidão matemática no levantamento dos diversos pontos feito pelos viajantes, pelo menos os usos, os costumes dos habitantes, as produções dos diversos países, os modos de troca, os hábitos religiosos eram suficientemente conhecidos; os navios, aproveitando-se dos ventos regulares, podiam aventurar-se com mais confiança nos mares; as caravanas sabiam dirigir-se com mais segurança no interior do continente, e graças a este conjunto de conhecimentos, espalhados pelos escritos dos sábios, é que o comércio se desenvolveu consideravelmente no último período da Idade Média.

Capítulo 3 — Viajantes Célebres do Décimo ao Décimo Terceiro Século

Benjamim De Tudela (1159-1173) — Plan De Carpin (1245-1247) — Rubruquis (1253-1254)

Durante o século X e o princípio do século XI, produziu-se ao norte da Europa um movimento geográfico bastante considerável. Noruegueses e gauleses audaciosos tinham-se aventurado nos mares setentrionais, e, a acreditarmos certas narrativas mais ou menos autênticas, haviam chegado ao mar Branco e visitado os países possuídos pelos Samoeidos. Alguns documentos chegam a asseverar que o príncipe Madoc explorou o continente americano.

Pode-se afirmar, todavia, que a Islândia foi descoberta pelo ano de 861 por aventureiros escandinavos e que os Normandos não tardaram a colonizá-la. Nessa época um norueguês refugiara-se numa terra nova, situada no extremo ocidente da Europa, e, maravilhado pela sua verdejante aparência, dera-lhe o nome de Terra Verde ou Gronelândia. Mas as comunicações com essa porção do continente americano eram difíceis, e, segundo parece, um navio, no dizer do geógrafo Cooley, «gastava cinco anos em ir da Noruega à Gronelândia, e em voltar da Gronelândia à Noruega». Às vezes, contudo, em Invernos rigorosos, o oceano setentrional gelava em toda a sua extensão, e um certo Hollur-Geit, conduzido por uma cabra, pôde ir a pé da Noruega à Gronelândia. Mas não olvidemos que estamos ainda nos tempos legendários e que essas regiões hiperbóreas são ricas de tradições maravilhosas.

Voltemos aos factos reais, provados, incontestáveis, e contemos a viagem de um judeu espanhol, cuja veracidade é afirmada pelos mais sábios comentadores.

Este judeu era filho de um rabino de Tudela, cidade do reino de Navarra, e chamava-se Benjamim de Tudela. É provável que o fim da sua viagem fosse contar o número dos seus correligionários dispersos à superfície do Globo. Mas, fosse qual fosse o seu motivo, durante catorze anos, de 1160 a 1173, explorou quase todo o mundo conhecido, e a sua relação forma um documento particularizado e até minucioso, cuja autoridade foi grande até ao século XVI.

Benjamin de Tudela saiu de Barcelona, e por Tarragona, Girona, Narbona, Béziers, Mompilher, Lunel, Pousquiers, Saint-Gilles e Aries, chegou a Marselha. Depois de ter visitado as duas sinagogas e os principais judeus desta cidade, embarcou para Génova, onde o seu navio chegou quatro dias depois. Os Genoveses eram então senhores do mar e faziam guerra aos Pisanos, gente valente, que, da mesma forma que os Genoveses, diz o viajante, não

têm nem reis nem príncipes, mas só juizes, que estabelecem a seu bel-prazer.

Depois de ter visitado Luca, Benjamim de Tudela, em seis dias, chegou a Roma, a Grande. Alexandre III era então papa, e, segundo diz a relação, tinha entre os seus ministros alguns judeus. Entre os monumentos da cidade eterna, Benjamin de Tudela cita mais especialmente S. Pedro e S. João de Latrão, mas as suas descrições são singularmente secas. De Roma, por Cápua e Pozzolo, então meio inundada, dirigiu-se a Nápoles, onde nada viu, a não serem os quinhentos judeus que habitavam nessa cidade. Depois, atravessando Salemo, Amalfi, Benevento, Ascoli, Trani, S. Nicolau de Bari, Tarento e Brindisi, chegou a Otranto, no golfo do mesmo nome, tendo atravessado a Itália sem trazer nada interessante sobre esse país tão curioso.

Por muito ingrata que seja a nomenclatura das cidades não diremos visitadas, mas citadas por Benjamim de Tudela, não devemos omitir nem uma só, porque o itinerário do viajante judeu é rigoroso e é útil segui-lo na carta que Lelewel especialmente levantou para ele. De Otranto a Zeitun, na Valáquia, as suas estações são Corfu, o golfo de Arta, Achaloüs, antiga cidade da Etólia, Anatólica, na Grécia, no golfo de Patras, Patras, Levanto, Crissa, construída nas faldas do Parnaso, Corinto, Tebas, cujos dois mil judeus são os melhores operários da Grécia na arte de fabricar seda e púrpura, depois Negroponto e Zeitün.

Ali principia a Valáquia, segundo o dizer do viajante espanhol. Os Valáquios correm como uns cabritos e descem das montanhas para saquear e roubar nas terras dos Gregos. Deste ponto, por Gardicki, pequena aldeia do golfo Volo, Armiros, porto frequentado pelos Venezianos, Genoveses e Pisanos, Bissina, cidade atualmente destruída, Salonica, a antiga Tessalonica, Dimitritze, Darma, Christopoli, Abido, Benjamim de Tudela chegou a Constantinopla.

O viajante dá neste ponto algumas informações a respeito dessa grande capital de toda a terra dos Gregos. O imperador Manuel Comeno reinava então e habitava um palácio que construíra à beira-mar, e onde se erguiam colunas de ouro e de prata pura, e «esse trono de ouro e de pedras preciosas, por cima do qual está uma coroa de ouro suspensa de uma cadeia, de ouro também, que chega justamente à cabeça do rei, quando ele está sentado. Tem essa coroa pedrarias de tão alto preço que ninguém a pode avaliar, e, à noite, não se precisa luz, porque basta, para todos verem, o brilho que emana dessas pedras preciosas». O viajante acrescenta que a cidade é muito povoada, que os moradores afluem ali de toda a parte, e que debaixo desse ponto de vista só se pode comparar a Bagdade. Os seus habitantes trajam vestes de seda cobertas de bordados e enfeitadas com franjas de ouro; quem os vê assim, montados nos seus cavalos, supõe que são todos filhos de reis; mas não têm ânimo nem coragem para a

guerra e sustentam mercenários de todas as nações, que se batem por eles. Uma das coisas que mais afligiram Benjamim de Tudela foi ver que não havia judeus na cidade, por terem sido transportados para além da torre de Gálata, à entrada do porto. Ali há perto de dois mil e quinhentos das duas seitas, os rabinistas e caratias, e, entre eles, muitos operários que trabalham em sedas e ricos negociantes, todos muito odiados pelos Gregos, que os tratam com dureza. Porém nenhum destes judeus opulentos tem direito de montar a cavalo, à exceção de um só, o egípcio Salomão, que é o médico do rei. Quanto aos monumentos de Constantinopla, Benjamim cita o templo de Santa Sofia, que possui tantos altares quantos são os dias do ano, e muitas colunas, e candelabros de ouro e de prata em tal número que se não podem contar; depois o hipódromo, transformado hoje em mercado de cavalos, onde para divertimento do povo se fazem combater entre si «leões, ursos, tigres, e até patos bravos e outras aves».

Saindo de Constantinopla, Benjamim de Tudela visitou a antiga Bizanto, Galípoli e Kilia, porto da costa oriental, depois, embarcando, percorreu as ilhas do Arquipélago, Mitilene, Chio, Samos, Rodes e Chipre. Fazendo-se à vela para a terra de Arão, passou por Messia, por Antioquia, onde admirou o serviço das águas, e por Latachia para chegar a Trípoli, recentemente flagelada por um tremor de terra, que se fizera sentir em todo o país de Israel. Depois vemo-lo tocar em Beirute, em Sidónia, em Tiro, célebre pela sua púrpura e pelo fabrico do vidro, em Acre, em Caifa, ao pé do monte Carmelo, onde está cavada a gruta de Elias, em Cafarnaum, em Cesareia, lindíssima e ótima cidade, em Kakou, em Samaria, construída no meio de um campo sulcado por arroios e rica em jardins, em pomares, em vinhas e em oliveiras, em Naplusa, em Gábaon, e chega a Jerusalém.

Na cidade santa, o judeu espanhol nada mais podia ver do que um cristão decerto ali veria. Para ele Jerusalém é uma pequena cidade, defendida por três muralhas e muito povoada de jacobitas, de siríacos, de georgianos e de francos de todas as línguas e de todas as nações. Possui dois hospitais, sendo um deles habitado por quatrocentos cavaleiros prontos sempre para a guerra, um grande templo, que é o túmulo «desse homem», qualificação dada a Jesus Cristo pelo Talmude, e uma casa em que os judeus, mediante o pagamento de uma quantia, têm o privilégio de fazer tinturas. Demais, os correligionários de Benjamim de Tudela não são numerosos em Jerusalém; apenas duzentos, e moram por baixo da torre de David, a um canto da cidade.

Fora de Jerusalém, o viajante cita o túmulo de Absalão, o sepulcro de Osias, a fonte de Siloé, ao pé da torrente do Cédron, o vale de Josafat, a montanha das Oliveiras, do cimo da qual se vê o mar de Sodoma. A duas parasangas, ou duas léguas, ergue-se a indestrutível estátua da mulher de Loth, e o viajante afirmou que, «ainda que os rebanhos que passam

lambam continuamente essa estátua de sal, ela todavia sempre cresce e volta a ser o que era antes».

De Jerusalém, Benjamim de Tudela, depois de ter escrito o seu nome no túmulo de Raquel, segundo o costume dos judeus que passam por este sítio, dirigiu-se a Belém, onde contou doze tintureiros israelitas, depois a Hébron, cidade hoje deserta e arruinada.

Depois de ter visitado, na planície de Makhphela, os túmulos de Abraão e de Sara, de Isaac e de Rebeca, de Jacob e de Lia, passando por Beith-Jaberim, Scilo, monte Morija, Beith-Nubi, Rama, Jafa, Jubneh, Azotos, Ascalon, construída por Estras, o Sacrificador, Lud, Serain, Sufurieh, Tiberias, onde se encontram banhos quentes «que saem do fundo da terra», por Gish, por Meirun, que é ainda um lugar de peregrinação para os judeus, por Alma, Kadis, Belinas, ao pé da caverna de onde sai *o* Jordão, o viajante judeu, deixando enfim a terra de Israel, chega a Damasco.

Eis a descrição que Benjamim faz de Damasco, onde principia o país de Noureddin, rei dos Turcos:

«A cidade é muito grande e muito bela, cingida de muralhas, o terreno abunda em jardins e em pomares naquelas quinze milhas ao redor; não se vê em todo o Mundo país tão fértil como este. A cidade fica situada ao pé do monte Hermon, de onde saem os dois rios de Amana e de Pharphar, o primeiro dos quais passa pelo meio da cidade e cujas águas são levadas por aquedutos para as casas dos grandes, assim como para as praças e para os mercados. Este país tem comércio com todo o Mundo. O Pharphar rega com as suas águas os jardins e os pomares que ficam fora da cidade. Os ismaelitas têm em Damasco uma mesquita chamada Gomam-Dammesec, quer dizer, sinagoga de Damasco. Em todo o Mundo não há edifício semelhante. Diz-se que foi outrora um palácio de Benhadad, e ali se vê uma parede de vidro construída por arte mágica. Essa muralha tem tantos buracos quantos são os dias do ano solar: o sol, descendo por doze graus, segundo o número das horas do dia, entra em cada hora num desses buracos, e assim pode qualquer conhecer por eles as horas que são. Dentro do palácio há casas de ouro e prata, do tamanho de tinas, onde cabem três pessoas, se aí se quiserem banhar ou lavar.»

Depois de Galad, e de Salkah, situada a duas jornadas de Damasco, chegou Benjamim de Tudela e Balbek, a Heliópolis dos Gregos e dos Romanos, construída por Salomão, no vale do Líbano, depois a Tadmor, que é a Palmira, construída também toda de grandes pedras. Depois, passando por Cariatin, para em Hama, em parte destruída por um tremor de terra que, em 1157, derrubou ao mesmo tempo um grande número de cidades da Síria.

Segue na relação uma árida nomenclatura de cidades, de que se limita, quando muito, a

dar os nomes, Halab, Belés, Kalatdjbar, Racca, Harran, Nisibe, Djeziret, cujo nome turco é Kora, Mossul nas margens do Tigre, onde começa a Pérsia, Nínive, ponto a partir do qual o viajante volta para o Eufrates, Rahaba, Karkesia, Juba, Abkera, e, enfim, Bagdade, residência do califa.

Bagdade agrada muito ao viajante israelita. É uma grande cidade de três milhas de circunferência, onde se erguem hospitais para os doentes vulgares e para os judeus. Sábios filósofos, hábeis em toda a espécie de ciências, e mágicos, peritos em toda a espécie de encantamentos, ali afluem de todos os lados. É residência e capital de um califa que, segundo certos anotadores, deve ser Mostatdjed, que reinava na Pérsia Ocidental e nas margens do Tigre. Esse califa possuía um vasto palácio no meio de uma tapada regada por um afluente do Tigre e povoada de feras. Esse soberano, a certos respeitos, pode servir de exemplo a todos os potentados do Mundo. É um homem de bem, amador da verdade, afável e civil com todos os que encontra. Vive exclusivamente do trabalho das suas mãos e faz cobertores marcados com um selo, que manda vender à feira pelos príncipes da sua corte, para ocorrer às despesas da sua sustentação. Sai só uma vez por ano do seu palácio, para ir à festa do Ramadão, na mesquita que fica às portas de Baçorá, e, desempenhando as funções de imã, explica a lei ao seu povo. Depois volta para o seu palácio por um caminho diferente, e a estrada que segue é guardada todo o ano a fim de que nenhum transeunte profane as suas pisadas. Todos os irmãos do califa habitam no mesmo palácio que ele; cada um deles é tratado com muitas honras e têm debaixo do seu governo cidades e vilas, cujos rendimentos lhes permitem passar uma vida agradável. Mas, como se rebelaram uma vez contra o seu soberano, estão todos acorrentados com grilhões de ferro e têm grades diante de casa.

Depois de ter notado essas particularidades, Benjamim de Tudela desceu esse ângulo da Turquia da Ásia, banhado pelo Tigre e o Eufrates, passou por Gihiagin e Babilónia, cidades arruinadas, cujas ruas se estendem a trinta milhas de circuito. Viu no caminho a fornalha ardente para onde foram atirados Ananias, Misael e Azarias, Hillah e a torre de Babel, que descreve nestes termos: «Ali se ergue a torre que os dispersos construíram. É feita de tijolos; a largura dos seus alicerces é de perto de seis milhas; a sua largura é de duzentas e quarenta braças e a sua altura de cem *canas;* de dez em dez braças há caminhos que vão ter aos degraus de uma escada de caracol, que chega até acima. Desta torre descobre-se o espaço de vinte milhas, porque o país é largo e plano; mas o fogo do céu, tendo caído na torre, aplanou-a e arrasou-a até o fundo.»

De Babel dirigiu-se o viajante à sinagoga de Ezequiel, que fica à beira do Eufrates, verdadeiro santuário, aonde afluem os crentes para lerem o grande livro escrito pelo punho do

profeta. Depois, não fazendo senão passar por Alkotzonat, por Ain-Japhat, por Lephras, por Kephar, por Kuffa, por Sura, sede outrora de uma célebre universidade judaica, por Safjhatib, cuja sinagoga é construída com pedra de Jerusalém, e, atravessando o deserto de Iémen, tocou em Thema, em Tilimas, em Chalbar, que contava cinquenta israelitas, em Waseth, entrou enfim em Baçorá, que está nas margens do Tigre, quase na extremidade do golfo Pérsico.

Acerca desta cidade importante e comercial não dá o viajante particularidade alguma; mas dali dirigiu-se provavelmente a Rama e visitou o túmulo do profeta Esdras; depois, entrou na Pérsia e foi residir para Chuzestan, grande cidade, em parte arruinada, que o Tigre divide em dois bairros, um rico, outro pobre, reunido por uma ponte, sobre a qual está suspenso o caixão de Daniel.

Benjamim de Tudela continuou a sua viagem na Pérsia por Rubar, Holwan, Muleht, Amaria, onde principia a Média. Neste sítio, conta ele, apareceu esse impostor David-el-Roi, que fazia falsos milagres e que não é senão o Jesus dos judeus. Depois por Hamadã, onde se elevam os túmulos de Mardoqueu e de Ester, e, por Dabrestan, chegou a Ispaão, capital do reino, que mede doze milhas de circuito.

Aqui a relação do viajante torna-se um pouco obscura. Seguindo as suas notas, tornamo-lo a encontrar em Xiiaz, provavelmente na comarca de Hérat, no Afeganistão, depois em Samarcanda, depois enfim ao pé do Tibete. Desse ponto extremo ao nordeste, a que chegou, parece ter voltado a Nisapur e a Chuzestan, nas margens do

Tigre. Dali, em dois dias de navegação, parece ter descido a El-Cachif, cidade da Arábia, situada à borda do golfo Pérsico, onde se exploram grandes pescarias de pérolas. Afinal, em sete dias de navegação, depois de ter atravessado o mar de Omã, parece ter ido a Choulan, hoje Quilon, na costa do Malabar.

Benjamim de Tudela estava enfim nas Índias, no reino dos que adoram o Sol, desses filhos de Cusb, contempladores dos astros. É o país que produz a pimenta, a canela e o gengibre. Vinte dias depois de ter saído de Coulão, o judeu viajante chegou às ilhas Cinrag, quer dizer, a Ceilão, cujos habitantes são fanáticos adoradores do fogo.

Foi Benjamim de Tudela de Ceilão até à China em que fala? Não se pode afirmar. Considera o trajeto marítimo como perigosíssimo. Grande número de navios soçobram, e eis o meio singular que o nosso viajante preconiza para escapar ao perigo: «Leva-se consigo, diz ele, um grande número de peles de bois; se o vento ameaça o navio, aquele que quer escapar mete-se numa dessas peles, cose-a por dentro para a água não a penetrar, e depois atira-se ao mar; então, alguma dessas grandes águias, chamadas grifos, vendo-o e julgando que é um boi, desce, agarra-o e leva-o para terra, para alguma montanha ou algum vale, para devorar a sua

presa; então o homem, metido dentro do couro, mata prontamente a águia com a sua faca, e em seguida, saindo para fora do seu invólucro, caminha até encontrar algum sítio habitado. Muitas pessoas foram salvas dessa maneira.»

Vamos encontrar de novo Benjamim de Tudela em Ceilão, depois provavelmente na ilha de Socotorá, à entrada do golfo Pérsico, e depois em Sebid; atravessando então o mar Vermelho, chega às regiões da Abissínia, a que chama «a Índia que está na terra firme». Dali, tornando a descer o curso do Nilo, através do país de Assuão, chega à cidade de Holvan, e pelo Sara, onde o vento sepulta as caravanas debaixo de uma camada de areia, chega a Zavila, Kous, Faioum e Misraim, isto é, ao Cairo.

Misraim, no dizer do viajante, é uma grande cidade, ornada de praças e de lojas. Nunca ali chove, mas o Nilo, que trasborda uma vez todos os anos, banha o país «numa extensão de quinze dias de caminho» e comunica-lhe uma extrema fertilidade.

Benjamim de Tudela, saindo de Misraim, passou em Gizé, sem fazer grande reparo nas pirâmides, em Ain-Schams, em Boutig, em Zifita, em Damira, e parou em Alexandria, construída por Alexandre Magno. A cidade, diz ele, é muito comerciante, e ali aflui gente de todas as partes do mundo. As suas praças e as suas ruas são muito frequentadas, e tão compridas que se lhes não vê o fim. Entra um dique uma milha pelo mar, e suporta uma alta torre, erguida pelo conquistador, e no cimo da qual estava disposto um espelho de vidro, «de onde se podia ver, a uma distância de cinquenta dias de caminho, todos os navios que vinham da Grécia ou do Ocidente para guerrear ou prejudicar de qualquer outro modo a cidade». Esta torre de luz, a dar-se crédito ao viajante, «serve ainda até hoje de sinal a todos os que navegam para a Alexandria, porque se descobre, a cem milhas de distância, de dia e de noite, por causa de um facho aceso, etc.». O que seriam junto desta torre de luz os nossos faróis, que não alcançam a mais de trinta milhas, até quando recebem luz da eletricidade?

Damieta, Sunbat, Ailah, Refidim, a cidade de Tor, ao pé do Sinai, foram visitadas pelo viajante judeu. Voltando a Damieta, fez-se ao mar, e, vinte dias depois, desembarcou em Messina. Querendo continuar ainda o recenseamento dos seus compatriotas, subiu pelo caminho de Roma e de Luca, à Mauriana, ao S. Bernardo, e cita um grande número de cidades da Alemanha e da França em que os judeus se refugiaram, o que, segundo o cálculo baseado por Chateaubriand no itinerário de Benjamim, leva o seu número a setecentos e sessenta e oito mil cento e sessenta e cinco.

Enfim, para terminar, o viajante fala em Paris, que visitou sem dúvida, essa grande cidade pertencente ao rei Luís, e que está situada à beira do rio Sena. «Encerra, diz ele, discípulos dos sábios, que não têm os seus iguais hoje em toda a terra; aplicam-se de dia e de

noite ao estudo da lei, são muito hospitaleiros com todos os estrangeiros, e mostram grande generosidade e fraternidade com todos os seus irmãos judeus.»

Tal é essa viagem de Benjamim de Tudela. Forma um monumento importante da ciência geográfica, no meado do século XII, e, pelo emprego do nome atual de cada cidade citada na relação, tornámo-la fácil de seguir nas cartas modernas.

Ao nome de Benjamim de Tudela faz suceder a ordem cronológica o de João du Plan de Carpin, a quem alguns autores chamam simplesmente Carpini. Era um franciscano, que nasceu aí por 1182, numa vila do distrito da Perúsia, na Itália. Sabe-se os progressos que fizeram as hordas mongóis debaixo do comando do ambicioso Gengis Khan. Em 1206 esse chefe hábil fizera de Caracorum, antiga cidade turca, situada na Tartária, ao norte da China, a capital do seu império. No tempo do seu sucessor Ogadai, o domínio mongol estendeu-se até à China Central, e esse soberano bárbaro, levantando um exército de seiscentos mil homens, invadiu a Europa. A Rússia, a Geórgia, a Polónia, a Morávia, a Silésia e a Hungria vieram a ser teatro de lutas sanguinolentas, que remataram em proveito de Ogadai. Consideravam-se esses mongóis como demónios soltos por alguma potência infernal, e o Ocidente viu-se seriamente embaraçado pela sua invasão.

O papa Inocêncio IV mandou ao Khan dos Tártaros uma primeira embaixada, que só obteve uma resposta arrogante e pouco tranquilizadora. Ao mesmo tempo despachava novos embaixadores aos Tártaros do nordeste, a fim de suspender a irrupção mongol, e escolheu para chefe desta embaixada o franciscano Carpini, considerado como um diplomata inteligente e hábil.

Carpini, acompanhado por Estêvão da Boémia, pôs-se a caminho no dia 6 de abril de 1245. Dirigiu-se primeiro à Boémia. O rei deste país deu-lhe credenciais para uns parentes que tinha na Polónia e cuja influência devia facilitar aos embaixadores a sua entrada na Rússia. Carpini e o seu companheiro chegaram sem dificuldade até aos Estados do duque da Rússia, onde, por conselho deste duque, alcançaram peles de castor e de outros animais, a fim de fazerem presentes aos chefes tártaros. Assim abastecido, Carpini dirigiu-se para nordeste e chegou a Kiev, então capital da Rússia, e agora capital do governo desse nome, mas não sem ter tido a recear dos Lituânios, esses inimigos da cruz, que então percorriam o país.

O governador de Kiev aconselhou aos enviados do papa que mudassem os seus cavalos por cavalos tártaros, costumados a descobrir a erva por debaixo da neve, e, convenientemente montados, chegaram os embaixadores à cidade de Danilon. Ali caíram perigosamente doentes, mas, apenas se curaram, compraram um carro e, apesar do frio, continuaram o seu caminho. Chegados a Kaniev, nas margens do Dniepre, acharam-se então na primeira aldeia do império

mongol. Desse ponto em diante um chefe bastante brutal, que foi necessário amansar com presentes, mandou-os conduzir ao acampamento dos Tártaros.

Esses bárbaros, depois de os terem recebido mal ao princípio, dirigiram-nos para o duque Corrensa, que comandava um exército de vanguarda de sessenta mil homens. Esse general, diante de quem tiveram de ajoelhar, mandou-os, guiados por três tártaros, ao príncipe Bathy, que era o chefe mais poderoso depois do imperador.

Estavam preparadas mudas no caminho. A viagem fez-se em grandes jornadas, de noite e de dia, sempre a todo o trote. O franciscano atravessou assim o país dos Comans, compreendido entre o Dniepre, o Tanais, o Volga e Jaek, subindo muitas vezes os rios gelados, e assim chegou à corte do príncipe Bathy, nas fronteiras do país dos Comans.

«Quando nos levavam à presença desse príncipe, diz Carpini, avisaram-nos de que tínhamos de passar entre dois fogos, a fim de que, se por acaso tivéssemos algum desígnio mau contra seu amo e senhor, ou se trouxéssemos algum veneno, o fogo levasse tudo isso, e nisso consentimos por esse motivo e para desviar de nós toda a suspeita.»

O príncipe campeava no meio da sua corte e dos seus oficiais, numa tenda magnífica de fino pano de linho. Tinha fama de ser muito afável para os seus, mas muito cruel nas suas guerras. Carpini e Estêvão puseram-se à sua esquerda.

Era sexta-feira santa. As cartas papais, traduzidas em língua esclavónia, tártara e arábica, foram apresentadas ao príncipe. Este leu-as atentamente e mandou os enviados do papa para a sua tenda, onde a única refeição que lhes deram foi uma pequena escudela de milho.

No dia seguinte, Bathy mandou chamar os dois embaixadores e ordenou-lhes que fossem procurar o imperador. Partiram no dia de Páscoa com dois guias. Mas, sustentando-se só com milho, água e sal, os desgraçados viajantes não estavam muito válidos. Contudo obrigavam-nos a andar mais depressa e mudavam de cavalo cinco ou seis vezes por dia. Esse país da Comania, que atravessavam, estava quase deserto, tendo sido os seus habitantes pela maior parte exterminados pelos Tártaros. Os viajantes entraram no país dos Kangitas, a leste da Comania, onde falta a água em muitos sítios. Nessa província as tribos, raras, ocupavam-se só de criar animais e sofriam o duro jugo dos Mongóis.

Precisou Carpini de todo o tempo que medeia entre a oitava da Páscoa e a Ascensão para atravessar o país dos Kangitas, e então penetrou no país dos Biserminos, isto é, dos muçulmanos, que corresponde ao Turquestão moderno. De todos os lados não se viam senão cidades, aldeias e castelos em ruínas. Depois de ter caminhado através dessa região montanhosa, desde a Ascensão até à oitava de S. João, quer dizer, até ao 1.º de julho, os

enviados do papa entraram no Kara-Kitay. O governador dessa província recebeu-os bem, e, para lhes fazer honra, mandou dançar diante deles os seus dois filhos com os príncipes fidalgos da sua corte.

Saindo do Kara-Kitay, cavalgaram os viajantes durante muitos dias ao longo de um lago, situado ao norte da cidade de Yéman, que deve ser, segundo a opinião do Sr. de Rémusat, o lago Késil-Basch. Ali habitava Ordu, o mais antigo capitão dos Tártaros.

Carpini e Estêvão descansaram o dia todo nesse sítio, onde se lhes não regateou a hospitalidade. Depois tornaram a partir, através do país montanhoso e frio dos Naimans, povos nómadas que viviam em tendas, e, depois de alguns dias de marcha, atravessaram o país dos Mongóis, o que lhes levou três semanas, apesar da rapidez da sua marcha. Enfim, no dia da Madalena, isto é, no dia 22 de julho, chegavam ao sítio onde se achava o imperador, ou, antes, aquele que a eleição ia fazer imperador, porque ainda não estava eleito.

Esse futuro soberano chamava-se Cuyné. Mandou tratar generosamente os enviados do papa, mas não pôde recebê-los, por não ser imperador e por não se meter nos negócios. Contudo, uma carta do príncipe Bathy fizera-lhe conhecer as razões que tinham determinado o papa Inocêncio IV a enviar-lhe embaixadores.

Desde a morte de Ogadai que a regência do império mongol tinha sido confiada à imperatriz viúva, mãe do príncipe Cuyné. Foi esta princesa que recebeu o franciscano e o seu companheiro em audiência solene numa tenda de púrpura branca, que podia conter duas mil pessoas.

«Estando ali, pois, diz Carpini, vimos uma grande assembleia de duques e de príncipes, que ali tinham afluído de todos os lados com a sua gente, e todos estavam a cavalo na circunvizinhança, pelos campos e pelas colinas. No primeiro dia vestiram-se todos de púrpura branca, no segundo de vermelho, e foi então que Cuyné deu entrada na tenda; no terceiro vestiram-se de púrpura roxa e no quarto de finíssimo escarlate ou carmesim. Na paliçada próxima da tenda havia duas grandes portas, por uma das quais devia entrar apenas o imperador; não tinha guardas, apesar de se conservar aberta de par em par, mas ninguém ousava entrar ou sair por ali; iam todos passar pela outra, onde havia guardas com espada, arco e setas. Estavam ali muitos fidalgos, que tinham nos arreios dos seus cavalos, segundo nos pareceu, mais de vinte marcos de prata.»

Contudo, um mês todo antes de Cuyné ser proclamado imperador, os enviados do papa tiveram de esperar a sua eleição, a fim de poderem ser recebidos por ele. Carpini, aproveitando as suas horas de lazer, estuda os costumes destas hordas tão curiosas. Encontram-se na sua relação particularidades curiosas a esse respeito.

O país pareceu-lhe em geral montanhoso, mas quase por toda a parte areento, com um pouco de terra preta. Falta quase absolutamente a lenha; por isso também imperadores e príncipes aquecem-se queimando bosta de animais. Apesar de ser estéril o país, criam-se ali facilmente os rebanhos. O clima é desigual. No verão as tempestades são frequentes, e o raio faz numerosas vítimas. O vento é tão forte que muitas vezes chega a derribar os cavaleiros. No inverno não chove, chove só de verão, e mesmo assim quase que é apenas para humedecer o pó. As saraivadas são terríveis, e, enquanto Carpini lá esteve, produziu-se esse fenómeno com tamanha intensidade, que foram submergidas cento e quarenta pessoas quando as pedras se fundiram em água. Em suma, país extenso, mas o mais pobre e o mais miserável que é possível imaginar-se.

Carpini faz também dos Tártaros um retrato muito exato, que denota nele notáveis qualidades de observador. «Têm, diz ele, grande largura entre os olhos e as faces saem muito para fora; o nariz é pequeno e chato; os olhos são também pequenos e as pálpebras sobem até às sobrancelhas; são magros e de pequena estatura, pela maior parte, e com pouca barba; alguns, todavia, têm algum pelo no lábio superior e no queixo, que deixam crescer, sem nunca o cortar. No alto da cabeça têm coroas como os nossos padres e de uma orelha à outra rapam-se todos na largura de três dedos, e os cabelos, que lhes ficam entre as coroas e o rapado, deixam-nos crescer até às sobrancelhas, e de um lado e de outro da testa ficam com os cabelos meio cortados, e o resto deixam-no tão comprido como o cabelo das mulheres, e desse fazem dois cordões, que ligam e atam por trás das orelhas. Têm os pés muito pequenos.»

Os homens e as mulheres são muito difíceis de distinguir uns dos outros, porque o seu fato não difere; vestem-se de túnicas ornadas de peles, abertas de cima até abaixo, e usam compridos barretes de *bougran* ou de púrpura, que se vão alargando na parte superior, e habitam casas em forma de tendas, feitas de varas e de paus, que podem desmanchar-se e pôr-se facilmente às costas de animais de carga. Outras, maiores, transportam-se inteiras em carros e muitas vezes seguem os seus donos através do país.

Os Tártaros acreditam num Deus criador de todas as coisas, tanto visíveis como invisíveis, que recompensa ou castiga, segundo os merecimentos de cada um; mas adoram também o Sol, a Lua, o fogo, a terra, a água, e prostram-se diante de ídolos de feltro, feitos à semelhança dos homens. São pouco tolerantes, e martirizaram Miguel de Turnigov e Féodor, que a Igreja grega pôs na classe dos santos e que recusaram ao príncipe Bathy curvar-se para o sul, como fazem todos os tártaros. Estas populações são supersticiosas; acreditam nos encantos e nas feitiçarias; admitem que o fogo purifica tudo. Quando um dos nobres morre, enterram-no com uma mesa, uma bacia cheia de carne, um copo de leite de égua, uma égua e o

seu potro, e um cavalo selado e arreado.

Os Tártaros são muito obedientes aos seus chefes e evitam a mentira entre si; fogem das discussões; os assassínios e as vias de facto são raros; poucos roubos se cometem e os objetos preciosos não estão nunca fechados. Essa gente suporta sem se queixar o jejum e a fadiga, o calor e o frio, brincando, cantando e dançando em todas as ocasiões, mas são sujeitos a embebedar-se; o seu principal defeito é serem orgulhosos e desprezadores com os estrangeiros, e não têm respeito algum pela vida humana.

Para acabar de os pintar, Carpini acrescenta que estes bárbaros comem toda a espécie de carnes, cães, lobos, raposas, cavalos e até às vezes uma hiena. As suas bebidas consistem em leite de égua, de ovelha, de cabra, de vaca e de camelo. Não conhecem nem o vinho nem a cerveja nem o hidromel, mas só alguns licores inebriantes. De resto são porquíssimos, não desdenhando nem os ratos nem as ratazanas nem os piolhos, à falta de outro comestível, não lavando nunca as suas escudelas, ou lavando-as com o próprio caldo, não limpando nunca o fato, nem consentindo que lho limpem, «sobretudo quando troveja». Os homens não se sujeitam a nenhum trabalho; caçar, atirar ao arco, guardar os rebanhos, montar a cavalo, eis as suas ocupações. As mulheres, solteiras ou casadas, não desdenham esses exercícios, são muito destras e muito audaciosas. Além disso, fabricam as peles e os fatos, guiam os carros e os cavalos, e acodem facilmente a todos estes trabalhos, porque são numerosas nas famílias, e estes bárbaros polígamos compram, e compram caro, tantas mulheres quantas podem sustentar.

Tal é o resumo das observações feitas por Carpini, durante o mês que passou na Syra-Orda e enquanto esperava a eleição do imperador. Não tardaram a aparecer alguns sintomas que denunciaram que estava próxima essa eleição. Efetivamente, cantava-se diante de Cuyné, quando ele saía da sua tenda faziam-lhe continências com bonitas varas, que tinham na ponta um molho de lã escarlate. A quatro léguas de Syra-Orda, numa planície, ao longo de um arroio, tinha-se preparado uma tenda destinada à coroação, toda forrada de escarlate por dentro e assente em colunas incrustadas de lâminas de ouro. Enfim, no dia de S. Bartolomeu, reuniu-se uma grande assembleia, e todos, rezando sem cessar, se puseram de cara voltada para o Sol, homenagem idólatra a que o franciscano e o seu companheiro recusaram juntar-se. Depois Cuyné foi colocado no sólio imperial, e os duques e o povo dobraram o joelho diante dele. Estava sagrado.

Logo Carpini e Estêvão foram mandados chamar à presença do novo imperador. Revistaram-nos primeiro, depois deixaram-nos entrar na tenda imperial, ao mesmo tempo que outros embaixadores, que traziam ricos presentes. Quanto a eles, pobres enviados do papa, já nada tinham que oferecer. A sua receção ressentir-se-ia disto? Não sabemos, mas Carpini e

Estêvão estiveram muito tempo sem poder falar a Sua Majestade tártara nos negócios que os tinham trazido à sua corte. Os dias passavam, os emissários eram muito maltratados e morriam literalmente de fome e de sede, quando no S. Martinho, pouco mais ou menos, o intendente e o secretário do imperador os mandaram chamar à sua presença e lhes entregaram para o papa cartas que terminavam com estas palavras soberbas, que são como que a fórmula final dos soberanos asiáticos: «Adoramos Deus, e com o seu auxílio destruiremos toda a terra do oriente ao ocidente.»

No dia de S. Brice os embaixadores partiram e durante o inverno todo caminharam através dos desertos gelados. No dia da Ascensão chegaram à corte do príncipe Bathy, que lhes deu passaportes, e só entraram em Kiev quinze dias antes do S. João do ano de 1247. No dia 9 de outubro, o papa nomeava Carpini arcebispo de Antivari, na Dalmácia, e esse viajante célebre morreu em Roma em 1251.

A missão de Carpini não produziu, em suma, resultado algum, e os Tártaros ficaram sendo o que eram, hordas ferozes e selvagens. Contudo, seis anos depois do regresso do franciscano, um outro monge minorita, chamado Guilherme de Rubruquis, belga de origem, foi enviado a esses bárbaros que habitavam o território situado entre o Dom e o Volga. O objeto da missão era o seguinte:

Nessa época S. Luís fazia guerra aos sarracenos da Síria, e, enquanto perseguia os infiéis, um príncipe mongol, Erkaltay, atacava-os do lado da Pérsia, fazendo uma útil divisão em favor do rei de França. Corria o boato de que esse príncipe se convertera ao cristianismo. S. Luís, desejando certificar-se do facto, encarregou o frade Rubruquis de observar Erkaltay no seu próprio país.

No mês de junho de 1253, Rubruquis e os seus companheiros embarcaram para Constantinopla, e dali chegaram à embocadura do Dom, no mar de Azof, onde havia um grande número de godos, descendentes das tribos germânicas. Chegando ao país dos Tártaros, os enviados do rei de França foram ao princípio muito mal tratados, mas, logo que apresentaram as suas cartas, o governador Zagathal, parente do Khan, forneceu-lhes carros, cavalos e bois para a sua viagem.

Partiram, pois, e no dia seguinte encontraram logo uma aldeia ambulante: eram carros carregados de casas pertencentes ao governador. Durante dez dias os viajantes estiveram nesta tribo, que se não distinguiu pela sua generosidade, e, sem a sua provisão de biscoitos, Rubruquis e os seus companheiros teriam sem dúvida morrido de fome. Chegados à extremidade do mar de Azof, dirigiram-se para leste, seguindo ao longo de um deserto árido, sem uma árvore nem uma pedra. Era o país dos Comans, já atravessado mais ao norte por

Carpini. Rubruquis, deixando ao sul as montanhas habitadas pelas povoações circassianas, chegou, depois de uma viagem fatigante de dois meses, ao acampamento do príncipe Sartach, estabelecido nas margens do Volga. Era ali a corte do príncipe, filho do Baatu Khan. Tinha seis mulheres. Cada uma delas possuía um palácio, umas poucas de casas e duzentos carros, alguns dos quais, de vinte pés de largura, eram puxados por onze juntas de bois.

Sartach recebeu os enviados do rei de França com muita afabilidade, e, vendo-os assim pobres, forneceu-os de tudo o que precisavam; mas Rubruquis e os seus companheiros tiveram de se apresentar diante do príncipe vestidos com os seus hábitos sacerdotais. Depois, pondo em cima de uma almofada uma Bíblia magnífica dada pelo rei de França, um saltério, presente da rainha, um missal, um crucifixo e um turíbulo, entraram no aposento do príncipe, tomando toda a cautela em não tocar no limiar da porta, o que seria um ato indesculpável de profanação. Apenas se viram em presença de Sartach, os embaixadores entoaram o *Salve Regina*. O príncipe e uma das princesas, que assistia a esta cerimónia, examinaram atentamente os enfeites dos religiosos e permitiram-lhe que se retirassem. Quanto à questão de saber se Sartach era cristão, foi coisa de que Rubruquis não pôde tratar.

Contudo, a missão dos enviados do rei S. Luís não estava terminada. Por isso também o príncipe lhes aconselhou muito que fossem à corte de seu pai. Rubruquis obedeceu, e através das tribos maometanas, que entre si dividem o país do Dom ao Volga, chegou ao acampa mento do rei, situado à beira do rio.

A mesma cerimónia que na corte do príncipe Sartach. Os religiosos tiveram de revestir as suas vestes de igreja e assim se apresentaram perante o Khan, que ocupava um trono dourado, da largura de um leito. Mas Baatu entendeu não dever tratar diretamente com os enviados do rei de França e enviou-os a Caracorum, à corte de Mangu Khan.

Rubruquis atravessou o país dos Baskhirs, visitou Kenchat, Talach, passou o Axyartes e chegou a Equius, cidade cuja posição os comentadores não souberam reconhecer; depois, pela terra de Organum, onde se vê o lago de Balkash, e, pelo território dos Uigurs, chegou a Caracorum, a capital diante da qual parara Carpini sem nela entrar.

Esta cidade, segundo diz Rubruquis, era cingida de muros de terra com quatro portas. Umas poucas de mesquitas e uma igreja cristã constituíam os seus principais monumentos. O monge obteve nesta cidade algumas informações sobre as povoações próximas, principalmente sobre os Tangurs, cujos bois, de raça notável, são esses iaques afamados no Tibete, e fala desses tibetanos, cujo costume mais estranho é o de comerem os cadáveres de seu pai e de sua mãe, a fim de lhes darem honrada sepultura.

Contudo, o Grão Khan não estava então na sua capital de Caracorum. Rubruquis e os

seus companheiros tiveram de ir à sua residência, situada para além das montanhas que se levantam na parte setentrional do país. No dia seguinte ao da sua chegada, dirigiram-se à corte, de pés descalços, segundo a regra franciscana, o que lhes deu em resultado ficarem com os artelhos gelados. Introduzidos na presença de Mangu Khan, viram «um homem de nariz esborrachado e de estatura mediana, deitado num leito de descanso e vestido com um fato de peles brilhantes, mosqueado como a pele de um vitelo-marinho». Esse rei estava rodeado de falcões e de outros pássaros. Muita espécie de licores, um ponche de *arrack,* leite de égua fermentado, *bali,* espécie de hidromel, foram oferecidos aos enviados do rei de França. Estes abstiveram-se de beber, mas o Khan, menos sóbrio do que eles, não tardou a perder a razão debaixo da influência dessas bebidas capitosas, e a audiência teve de se levantar sem se cumprir a missão dos embaixadores.

Rubruquis passou muitos dias na corte de Mangu Khan. Encontrou ali um grande número de prisioneiros alemães e franceses, principalmente empregados no fabrico das armas e na exploração das minas de *bocol*. Esses prisioneiros, bem tratados pelos Tártaros, não se queixavam da sua situação. Depois de muitas audiências, que o Grão Khan lhe deu, Rubruquis obteve licença de partir e voltou a Caracorum.

Ao pé desta cidade erguia-se um magnífico palácio, pertencente ao Khan; parecia uma vasta igreja com as suas naves e capelas. É ali que o soberano recebe a sua corte, num estrado elevado na extremidade setentrional; os homens sentam-se à sua direita e as mulheres à sua esquerda. É também neste palácio que, duas vezes por ano, se celebram esplêndidas festas, quando todos os fidalgos do país estão reunidos em torno do soberano.

Durante a sua residência em Caracorum, juntou Rubruquis alguns documentos interessantes sobre os Chineses, os seus costumes, os seus escritos, etc. Depois, deixando a capital dos Mongóis, seguiu de novo o caminho que já percorrera, mas chegado a Astracã, à embocadura do grande rio, desceu ao sul, entrou na Síria, e, acompanhado por uma escolta de tártaros, que a presença de tribos roubadoras tornava necessária, chegou a Derbend, às Portas de Ferro. Desse ponto, por Nakshivan, Erzerum, Siwas, Cesareia, Iconium, chegou ao porto de Curch, e ali embarcou para voltar à sua pátria.

A sua viagem, como se vê, aproxima-se muito da de Carpini, mas a sua relação é menos interessante, e o monge belga não parece ter sido dotado do espírito de observação que caracteriza o franciscano italiano.

Com Rubruquis e Carpini termina a lista dos exploradores que se tornaram célebres no século XIII, mas a sua fama ia ser excedida, e muito, pelo veneziano Marco Polo, o mais ilustre viajante de toda essa época.

Capítulo 4 — Marco Polo (1253-1324)

I

Os mercadores genoveses e venezianos não se podiam conservar indiferentes às explorações tentadas por audaciosos viajantes na Ásia Central, na Índia e na China. Compreendiam que esses países não tardariam a oferecer novos mercados aos seus produtos e que, por outro lado, seria imenso o lucro para quem trouxesse ao Ocidente as mercadorias de fabrico oriental. Os interesses do comércio deviam por conseguinte arrojar alguns novos investigadores no caminho das descobertas. Tais foram as razões que decidiram dois nobres venezianos a deixar a sua pátria, a afrontar todas as fadigas e todos os perigos dessa perigosa viagem, com o fim de ampliar as suas relações comerciais.

Estes dois viajantes pertenciam à família Polo, originária da Dalmácia, que as suas riquezas, devidas ao negócio, tinham colocado na lista das famílias patrícias de Veneza. Em 1260, os irmãos Nicolo e Matteo, que se achavam havia muitos anos em Constantinopla, onde tinham estabelecido uma sucursal, dirigiram-se, com uma pacotilha considerável de joias, à feitoria da Crimeia, dirigida por seu irmão mais velho, Andréa Polo. Deste ponto, subindo para o nordeste e atravessando o país da Comania, chegaram, nas margens do Volga, ao acampamento de Barkai Khan. Este príncipe mongol recebeu muito bem os dois mercadores de Veneza e comprou-lhes todas as joias, que eles lhe ofereciam pelo dobro do seu valor.

Nicolo e Matteo estiveram um ano no acampamento mongol, mas nessa época, em 1262, rebentou uma guerra entre Barkai e o príncipe Houlagou, o conquistador da Pérsia. Não querendo os dois irmãos aventurar-se no meio das regiões percorridas pelos Tártaros, preferiram dirigir-se a Bucara, que constituía a principal residência de Barkai, e ali residiram três anos; mas, vencido Barkai e tomada a sua capital, os partidários de Houlagou disseram aos dois venezianos que os seguissem para a residência do Grão Khan da Tartária, que não podia deixar de lhes fazer o melhor acolhimento. Este Kublai Khan, quarto filho de Gengis Khan, era imperador da China e ocupava então a sua residência de verão em Mongólia, na fronteira do império chinês.

Os mercadores venezianos partiram e gastaram um ano todo a atravessar essa imensa extensão que separa Bucara dos limites setentrionais da China. Kublai Khan ficou muito satisfeito de receber estes estrangeiros, vindos dos países ocidentais. Fez-lhes muita festa e interrogou-os curiosamente a respeito dos acontecimentos que então se passavam na Europa, perguntando muitos pormenores da vida dos imperadores e dos reis, da sua administração e dos seus métodos de guerra; depois conversou com eles muito tempo a respeito do papa e dos

negócios da Igreja latina.

Matteo e Nicolo, que falavam correntemente a língua tártara, responderam francamente a todas as perguntas do imperador. Este teve então a ideia de enviar mensagem ao papa e pediu aos dois irmãos que fossem seus embaixadores junto de Sua Santidade. Os negociantes aceitaram com reconhecimento, porque, graças a esse novo caráter, o seu regresso ia efetuar-se em vantajosas condições. O imperador mandou fazer cartas em língua turca, pedindo ao papa que lhes mandasse cinco homens sábios para converter os idólatras ao cristianismo, depois agregou aos dois venezianos um dos seus barões, chamado Cegatal, e encarregou-os de lhe trazerem azeite da lâmpada sagrada que arde sem cessar no túmulo de Cristo em Jerusalém.

Os dois irmãos, munidos de passaportes, que punham à sua disposição homens e cavalos em toda a extensão do império, despediram-se do Khan e puseram-se a caminho em 1266. Mas o barão Cegatal não tardou a cair doente. Os venezianos, obrigados a separar-se dele, continuaram o seu caminho, e, apesar de todo o auxílio que receberam, não puderam gastar menos de três anos para chegar a Laios, porto da Arménia, conhecido atualmente pelo nome de Issus e que fica situado no fundo do golfo Íssico. Deixando então Laios, dirigiram-se a Acre em 1269. Ali souberam da morte do papa Clemente IV, a quem eram enviados, mas o legado Tebaldo residia nesta cidade. Recebeu os venezianos e, sabendo qual era a missão de que o Grão Khan os encarregara, pediu-lhes que esperassem a eleição de um novo papa.

Matteo e Nicolo, ausentes da sua pátria depois de quinze anos, resolveram tornar a Veneza. Dirigiram-se a Negroponto e embarcaram num navio, que os conduziu diretamente à sua cidade natal.

Desembarcando, Nicolo Polo soube da morte de sua mulher e do nascimento de um filho, que nascera alguns meses depois da sua partida em 1254. Esse filho chamava-se Marco Polo. Durante dois anos, os dois irmãos, que tinham a peito desempenhar a sua missão, esperaram em Veneza que se elegesse um novo papa. Como a eleição se demorava, entenderam que não podiam diferir por mais tempo o seu regresso à corte do imperador mongol. Partiram, portanto, para Acre, levando desta vez o jovem Marco, que devia ter mais de dezassete anos. Em Acre tornaram a encontrar o legado Tebaldo, que os autorizou a irem buscar a Jerusalém o azeite da lâmpada do Santo Sepulcro. Cumprida esta missão, os venezianos tornaram a Acre, e, na ausência de um papa, pediram ao legado cartas para Kublai Khan, em que se devia mencionar a morte do papa Clemente IV. Tebaldo deu-lhes essas cartas, e os dois irmãos voltaram a Laios. Ali, com grande alegria sua, souberam que o legado Tebaldo acabava de ser sagrado papa com o nome de Gregório X, no dia 1 de setembro de

1271. O novo eleito mandou-os chamar imediatamente e o rei da Arménia pôs uma galera à sua disposição para os levar mais rapidamente a Acre. O papa recebeu-os muito bem, entregou-lhes cartas para o imperador da China, agregou-lhes dois frades pregadores, Nicolau de Bizâncio e Guilherme de Trípoli, e deu-lhes a sua bênção.

Os embaixadores despediram-se então de Sua Santidade e voltaram a Laios. Mas, apenas tinham chegado a esta cidade, estiveram quase a cair prisioneiros das guerrilhas do sultão mameluco Bibars, que devastavam então a Arménia. Os dois frades pregadores, pouco satisfeitos com esta estreia, renunciaram ir até à China e deixaram aos dois venezianos e a Marco Polo o cuidado de entregar ao imperador mongol as cartas do papa.

É aqui que principia a viagem propriamente dita de Marco Polo. Visitou ele realmente todos os países, todas as cidades que descreve? Não, decerto, e na narração que ele ditou e que foi escrita em francês por um Rusticiano de Pisa, diz-se formalmente: «Marco Polo, prudente e nobre cidadão de Veneza, viu tudo isto com os seus próprios olhos, e o que não viu ouviu-o da boca de homens de muita verdade.» Mas acrescentemos que a maior parte das cidades e dos reinos citados por Marco Polo foram realmente percorridos por ele. Seguiremos, pois, o itinerário tal como existe na sua narrativa, indicando só o que o célebre viajante soube de outro, durante as missões importantes de que o encarregou o imperador Kublai Khan. Durante essa segunda viagem, os dois venezianos não seguiram exatamente o mesmo caminho que já tinham percorrido quando procuraram pela primeira vez o imperador da China. Tinham passado pelo norte dos Montes Celestes, que são os montes Thian-Chan-Pé-Lou, o que lhes alongou o caminho. Desta vez tornearam o sul dos mesmos montes e, contudo, apesar de este caminho ser mais curto que o outro, não gastaram menos de três anos e meio a percorrê-lo, por causa das chuvas e das cheias dos grandes rios. Este itinerário será fácil de seguir num mapa da Ásia, porque aos velhos nomes da narrativa de Marco Polo substituímos em toda a parte os nomes exatos da cartografia moderna.

II

Saindo da cidade de Issus, Marco Polo fala da Pequena Arménia como de uma terra muito insalubre, cujos habitantes, outrora valentes, agora vis e enfezados, não sabem senão beber bem. Quanto ao porto de Issus, é o empório das mercadorias preciosas da Ásia e o ponto de encontro dos mercadores de todos os países. Da Pequena Arménia Marco Polo passa para a Turcomânia, cujas tribos, simples e um pouco selvagens, exploram pastos excelentes e criam cavalos e machos afamados; quanto aos operários das cidades, esses primam no fabrico dos tapetes e das sedas. A Grande Arménia, que Marco Polo visitou depois, oferece durante o verão um acampamento favorável aos exércitos tártaros. Ali o viajante viu o monte Ararat, onde parou a arca de Noé depois do Dilúvio, e indica nas terras confinantes do mar Cáspio abundantes fontes de nafta, que são objeto de uma exploração importante.

Marco Polo, deixando então a Grande Arménia, dirigiu-se pelo nordeste para a Geórgia, reino que se estende pela encosta meridional do Cáucaso e cujos antigos reis tinham ao nascer, diz a tradição, «uma águia desenhada no ombro direito». Os Georgianos, segundo ele diz, são bons frecheiros e homens de guerra. Os operários do país fabricam admiráveis estofos de seda e ouro. Ali se vê o célebre desfiladeiro, de quatro léguas de comprido, situado entre a falda do Cáucaso e o mar Cáspio, que os Turcos chamam a Porta de Ferro, e os Europeus o Passo de Derbent, e esse lago miraculoso em que, segundo se diz, só se encontra peixe durante a quadra da Quaresma.

Desse ponto desceram os viajantes para o reino' de Mossul e chegaram à cidade desse nome, situada na margem direita do Tigre, depois a Bagdade, onde mora o califa de todos os sarracenos do mundo. Marco Polo conta aqui a tomada de Bagdade pelos Tártaros em 1255 e cita uma história maravilhosa para confirmar a máxima cristã da fé que levanta as montanhas; depois indica aos mercadores a estrada que liga esta cidade com o golfo Pérsico e que se percorre em dezoito dias pelo rio, atravessando Baçorá pelo país das tâmaras.

Deste ponto a Táuris, cidade persa da província de Adzerbaidjan, o itinerário de Marco Polo parece interrompido. Seja como for, encontramo-lo de novo em Táuris, cidade grande e de muito comércio, construída no meio de lindos jardins, e que negoceia em pedras preciosas e outras mercadorias de alto preço, mas cujos habitantes sarracenos são maus e desleais. Ali estabelece a divisão geográfica da Pérsia em oito províncias. Os indígenas da Pérsia, na sua opinião, são terríveis para os negociantes, que não podem viajar sem ir armados de arcos e setas. O principal comércio do país é de cavalos e de burros, que mandam a Kis ou a Ormuz, e

dali às Índias. Quanto às produções da terra, consistem em trigo, cevada, milho e uva, que ali brotam abundantemente.

Marco Polo desceu ao sul até Yezd, a cidade mais oriental da Pérsia propriamente dita, boa cidade, nobre e industrial. Deixando-a, os viajantes tiveram de cavalgar durante sete dias através de magníficas florestas, cheias de caça, para chegarem à província de Kirman. Aqui os mineiros exploram com proveito, nas montanhas, minas de turquesas, de ferro e de antimónio; os bordados à agulha e fabrico dos arneses e das armas, a criação dos falcões de caça, ocupam um grande número de habitantes. Saindo da cidade de Kirman, Marco Polo e os seus dois companheiros levaram nove dias a atravessar um país rico e populoso e chegaram à cidade de Comadi, que se supõe ser a moderna Memaun, que nessa época estava já bem decaída. O campo era soberbo; de todos os lados magníficos carneiros, grandes e gordos, bois alvos de neve, de pontas curtas e fortes, e, aos milhares, galinholas e outra caça; depois árvores magníficas, principalmente palmeiras de tâmaras, laranjeiras, etc.

Depois de cinco dias de marcha para o sul, os três viajantes entraram na bela planície de Cormos, cujo nome moderno é Ormuz; magníficos rios a banham. Depois de mais dois dias de marcha, Marco Polo achou-se nas margens do golfo Pérsico e na cidade de Ormuz, que forma o porto de mar do reino de Kirman. Esse país pareceu-lhe muito quente e muito doentio, mas rico em tâmaras e especiarias; produções do solo, pedras preciosas, estofos de seda e ouro, dentes de elefante, vinho de tâmara e outras mercadorias estavam depositadas nesta cidade, e ali afluíam numerosos navios de um mastro só, cosidos a fio de cortiça, parafusados e não pregados, muitos dos quais naufragavam atravessando o mar das Índias.

De Ormuz, Marco Polo, subindo a nordeste, voltou a Kirman, depois aventurou-se, por caminhos perigosos, através de um árido deserto, onde só se encontra água salobra, deserto que muito antes Alexandre atravessara com o seu exército, voltando das bocas do Indo para ir ter com o almirante Nearco — e sete dias depois entrou na cidade de Khabis, na fronteira do reino de Kirman. Deixando esta cidade, subiu em oito dias, através das vastas solidões, até Tonocain, que deve ser a capital atual da província de Kumis ou Damaghan. Aqui, Marco Polo refere algumas particularidades do Velho da Montanha, do chefe dos Hashisshins, seita maometana, que se distinguia pelo seu fanatismo religioso e as suas horrorosas crueldades. Entrou então, depois de seis dias de marcha, na cidade de Cheburgan, a cidade por excelência, onde os melões são mais doces que o mel, e na nobre cidade de Balac, situada próximo das fontes do Oxus. Depois, através de um país onde os leões não são raros, chegou a Taikan, vasto mercado de sal, que atrai um grande número de comerciantes, e Scasem; é o Kashem de Marsden, e o Kishin ou Krissin de Hi-houen Tsang, que Sir H. Rawlinson identificou com a

colina de Khaesm do Zendavestá, que alguns comentadores julgam ser a moderna Condruz. Neste país encontravam-se muitos javalis, e quando se caçavam, diz Marco Polo, estes animais, formando-se todos em pinha, arrojavam contra os cães os espinhos que têm nas costas e nas ilhargas. Sabe-se agora o que devemos pensar desta suposta faculdade defensiva do porco-espinho.

Os viajantes entraram então no território montanhoso de Balacian, cujos reis se dizem descendentes de Alexandre Magno, país frio, que produz belos cavalos, grandes corredores, falcões que voam bem, e toda a espécie de caça. Ali existem minas de rubis, que o rei explora em seu proveito, numa montanha chamada Sighinan e na qual ninguém pode pôr o pé, sob pena de morte. Colhem-se noutros sítios minério de prata e muitas pedras com que se faz «o azul mais fino deste mundo», quer dizer, o lápis-lazúli. Marco Polo residiu por força muito tempo nesta região para ter uma ideia tão minuciosa desses lugares. A dez dias de marcha do Balacian encontra-se uma província que deve ser o Painhsre moderno, cujos habitantes, idólatras, têm uma tez de um escuro muito carregado, depois, a sete dias de marcha para o sul, o reino de Caxemira, um país temperado, cujas cidades e aldeias são numerosas e a que o solo, cortado por desfiladeiros fortíssimos, torna de fácil defesa. Chegado a este ponto, se Marco Polo houvesse continuado mais para diante nessa direção, teria entrado no território da Índia, mas subiu para o norte, e, depois de doze dias de marcha, encontrou-se no território de Vaccam, banhado pelo curso superior do Oxus, e no meio de magníficas campinas onde pastam esses imensos rebanhos de carneiros bravos que se chamam *mouflons*. Daí, pelos países do Pamer e do Belor, territórios montanhosos metidos entre os sistemas orográficos do Altai e do Himalaia, que levaram ao viajante quarenta dias de penosa marcha, chegaram à província de Kaschgar. Foi ali que Marco Polo entrou de novo no itinerário de Matteo e Nicolo Polo, durante a sua primeira viagem, quando de Bucara foram arrastados para a residência do Grão Khan. De Kaschgar, Marco Polo fez uma excursão para o oeste até Samarcanda, grande cidade habitada por cristãos e sarracenos; depois passou outra vez por Kaschgar, dirigiu-se para Yarkund, cidade frequentada pelas caravanas que fazem o comércio entre a Índia e a Ásia Setentrional, atravessando então Kotan, capital da província deste nome, e Pein, cidade incerta, situada numa região onde se colhem abundantes o jaspe e a calcedónia, chegou a este reino de Siar-Sian, talvez Kharachar, que devia estender-se nas fronteiras do deserto de Gobi; enfim, depois de cinco dias de marcha por planícies arenosas e privadas de água potável, veio descansar oito dias na cidade de Lob, cidade hoje destruída, onde fez todos os seus preparativos para atravessar o deserto que se estende para leste, «deserto tão comprido, diz ele, que seria necessário um ano para o atravessar em todo o seu comprimento, deserto

visitado pelos espíritos e no meio do qual soam tambores invisíveis e outros instrumentos.»

Depois de um mês empregado em atravessar esse deserto na sua largura, os três viajantes chegaram, na província de Tangut, à cidade de Cha-Tcheou, construída na fronteira ocidental do império chinês. Essa província tem poucos comerciantes, mas um grande número de agricultores, que vivem do rendimento do seu trigo. Entre os costumes de Tangut que parecem ter mais vivamente impressionado Marco Polo, devemos citar o de se não queimarem os mortos senão no dia fixado pelos astrólogos, «e todo o tempo que o morto está em casa, os seus parentes que aí moram conservam-lhe um lugar à mesa, e dão-lhe de comer e de beber como se ele estivesse vivo».

Marco Polo e os seus companheiros, ao saírem do deserto, fizeram uma excursão, para o noroeste, à cidade de Amil, e chegaram até Ginchintalas, cidade a respeito de cuja situação não estão os geógrafos de acordo e que é habitada por idólatras, maometanos e cristãos nestorianos.

De Ginchintalas, Marco Polo voltou a Cha-Tcheou e tornou a seguir caminho para leste, através de Tangut pela cidade de So-ceu, num território propício à cultura do ruibarbo, e por Campicion, o Kan-Tcheou dos Chineses, então capital de todo o Tangut. Era uma cidade importante, povoada de ricos chefes idólatras, que são polígamos e desposam de preferência suas primas ou «as mulheres de seus pais». Os três venezianos demoraram-se um ano nesta cidade. É pois fácil de perceber, vendo-os fazer tais paragens e desviar-se sem cessar do seu caminho, como foi que a sua viagem através da Ásia Central pôde durar mais de três anos.

Deixando Kan-Tcheou, depois de ter cavalgado doze dias, Marco Polo chegou, nos limites de um deserto de areia, à cidade de Etzina. Era ainda um rodeio, pois que voltava diretamente ao norte, mas o viajante desejava visitar a célebre cidade de Caracorum, essa cidade tártara que Rubruquis habitara em 1254.

Marco Polo tinha decerto em si os instintos de um explorador; não olhava a fadigas quando se tratava de completar os seus estudos geográficos. Nesta circunstância, para chegar à cidade tártara, teve de andar quarenta dias, no meio de um deserto sem habitações e sem vegetação.

Chegou enfim a Caracorum. Era uma cidade de três milhas de perímetro. Depois de ter sido muito tempo a capital do império mongol, foi conquistada por Gengis Khan, avô do imperador atual, e Marco Polo faz neste ponto uma digressão histórica, em que narra as guerras do herói tártaro contra esse famoso Prestes João, o soberano que sujeitava ao seu domínio todo aquele país. Marco Polo, voltando a Kan-Tcheou, marchou cinco dias para leste e chegou à cidade de Erginul, provavelmente a cidade de Liang-sheu. Daí fez uma pequena

digressão ao sul para visitar Signan-fu, através de um território onde pastavam bois bravos, do tamanho de elefantes, e esse precioso cabrito que dá almíscar. Subindo a Liang-sheu, os viajantes em oito dias chegaram, para o lado de leste, a Cialis, onde se fabricam fatos de pele de camelo, os mais belos que se podem imaginar, depois, na província de Tenduc, a cidade desse nome, onde reinava um descendente do Prestes João, sujeito ao Grão Khan. Era uma cidade industrial e comerciante. Desse ponto, fazendo um gancho para o norte, os venezianos subiram por Sinda-cheu, para além da grande muralha da China, até Ciagannor, que deve ser Tsaan-Balgassa, linda cidade onde o imperador gosta de residir quando quer entregar-se ao divertimento da caça do gerifalte, porque abundam neste território grous, faisões, cegonhas e perdizes.

Enfim, Marco Polo, seu pai e seu tio, três dias depois de terem saído de Ciagannor, chegaram à cidade de Ciandu, o Changtou atual, que a relação chama Clemen-fou. Ali foi que os enviados do papa foram recebidos por Kublai Khan, que habitava então nessa residência de estio, situada para além da grande muralha, ao norte de Cambaluc, hoje Pequim, que era a capital do império. O viajante fala pouco da receção que lhe foi feita, mas descreve com particularíssimo cuidado o palácio do Khan, grande edifício de pedra e de mármore, cujos quartos são todos dourados. Este palácio é construído no meio de um parque cercado de muros, onde se veem jaulas e fontes, e até uma casa feita de canas, tão bem entrelaçadas, que são impenetráveis à água: era uma espécie de quiosque, que se podia desmanchar, e onde o Grão Khan habitava durante os meses de junho, de julho e de agosto, quer dizer, na estação calmosa. Essa estação não podia nunca deixar de ser excelente, porque, no dizer de Marco Polo, astrólogos adstritos ao serviço particular do Khan estavam encarregados de dissipar, com seus sortilégios, a chuva, o nevoeiro e o mau tempo. O viajante veneziano não parece pôr em dúvida o poder desses mágicos. «Esses sábios», diz ele, «são de duas raças, todos idólatras; sabem de artes diabólicas e de encantamentos mais do que todos os outros homens, e, o que fazem, fazem-no pelo concurso do diabo, mas os outros homens acreditam que é por santidade e por obra de Deus. Essa gente tem o seguinte costume: quando um homem é condenado à morte e executado, cozem-no e comem-no, mas não o comeriam se ele tivesse morrido de morte natural. E sabei que essas pessoas de quem falei, que sabem tantos encantamentos, fazem o prodígio que vou contar-vos. Quando o Grão Khan está sentado na sua sala principal, à sua mesa, que tem oito braças, e os copos estão no chão da sala, longe da mesa os seus dez passos e todos cheios de vinho, de leite, ou de outras bebidas, esses sábios nigromantes tanto fazem, com a sua arte e com os seus encantamentos, que os copos cheios levantam-se por si e vêm colocar-se diante do Grão Khan sem que ninguém lhes toque, e

fazem isso diante de dez mil pessoas, e esta é a exatíssima verdade, sem mentira de espécie alguma; e demais os sábios em nigromancia vos dirão que isto pode perfeitamente fazer-se.»

Depois Marco Polo conta a história do imperador Kublai, que é o mais poderoso dos homens e que possui mais terras e mais tesouros do que ninguém teve desde Adão, nosso primeiro pai. Conta como o Grão Khan, então de oitenta e cinco anos de idade, homem de mediana estatura, gordo bastante, mas bem feito, de rosto branco e corado, de belos olhos negros, subiu ao trono no ano de 1256 do nascimento de Cristo. Era um bom capitão de guerra e provou-o deveras quando seu tio Naian, tendo-se revoltado contra ele, lhe quis disputar o poder à testa de quatrocentos mil cavaleiros. Kublai Khan, reunindo «em segredo» trezentos e cinquenta mil homens a cavalo e cem mil a pé, marchou contra seu tio. A batalha foi terrível. «Morreram tantos homens de uma parte e de outra, que era uma maravilha.» Mas Kublai Khan foi vencedor, e Naian, na sua qualidade de príncipe de sangue real, estreitamente cosido vivo num tapete, morreu assim no meio de atrozes sofrimentos.

Depois da sua vitória, o imperador voltou triunfante para a sua capital de Cathay, chamada Cambaluc, que a pouco e pouco se tornou a cidade atual de Pequim. Marco Polo, chegado a esta cidade, teve de fazer ali uma residência bastante longa, até ao momento em que foi encarregado de diversas missões no interior do império. Era em Cambaluc que se erguia o magnífico palácio do imperador, de que o viajante veneziano faz a seguinte descrição, que extraímos do texto citado por Mr. Charton, e que dará uma ideia exata da opulência destes soberanos mongóis.

«Diante do palácio está um grande muro quadrado de cem milhas de lado, o que lhe dá quatro milhas de perímetro; é muito grosso, de altura dos seus dez passos, branco e ameiado. A cada canto deste muro está um palácio muito belo e muito rico, onde se conservam os petrechos do Grão Khan: os seus arcos, as suas aljavas, as selas e os freios dos seus cavalos, as suas cordas de arco e todas as coisas de que se precisa na guerra; no meio de cada lado do quadrado está outro palácio semelhante ao dos cantos, de forma que há oito ao todo, e esses oito estão cheios de petrechos do grande rei, havendo em cada um deles uma espécie diversa: num os arcos, no outro as selas, e assim seguidamente. Neste muro, no lado do sul, há cinco portas. A do meio é uma porta grande, que só se abre para deixar entrar ou sair o Grão Khan; ao pé dessa porta e de cada lado há outra pequena, por onde entram as outras pessoas; depois mais duas, por onde se entra também. Por dentro deste muro há outro, mais comprido do que largo. Tem também oito palácios, dispostos da mesma forma que os outros, onde se conservam do mesmo modo os petrechos do grande rei.»

Até aqui, pelo que se vê, esses palácios formam a casa dos arreios e as salas de armas

do imperador. Mas ninguém se espantará de contar tamanho número de arreios quando souber que o Grão Khan possuía uma raça de cavalos brancos como a neve, e, entre outros, dez mil éguas, cujo leite era exclusivamente reservado para os príncipes de sangue real.

Marco Polo continua nos seguintes termos: «Este muro tem também cinco portas ao sul, semelhantes às do muro da frente. Em cada um dos outros lados, os dois muros têm só uma porta. No meio desses muros está o palácio do Grão Khan, feito do modo que vou dizer. É o maior que nunca se viu. Não tem segundo andar, mas o primeiro pavimento é mais alto dez palmos do que o chão que o rodeia. A cobertura é mais alta; os muros das salas e dos quartos são todos cobertos de ouro e prata, e ali se representavam dragões, feras, pássaros, cavalos e diversos outros animais, tanto é o ouro e as pinturas que por toda a parte se veem. A sala é tão comprida e tão larga que mais de seis mil homens ali podem comer. Há tantos quartos que é maravilhoso o número. É tão grande e tão bem feito que não há nenhum que pudesse ordená-lo melhor, ainda que para isso tivesse posses. Por fora o teto é todo vermelho, verde e azul e amarelo e de todas as cores, e tão bem envernizado que resplandece como se fosse de cristal e relampeja ao longe. Demais, o teto é tão forte e construído com tanta solidez que há de durar por muitos anos. Entre os dois muros estendem-se campinas com belas árvores, em que estão diversas espécies de animais. São veados brancos, os animais que dão o almíscar, cabritos, gamos e muitos outros lindíssimos, que enchem as terras todas para dentro dos muros, exceto os caminhos, que se deixam para serviço dos homens. De um lado para o noroeste, há um lago muito grande, em que estão diversos peixes, porque o rei manda-os ali meter de muitas espécies e, de cada vez que os deseja, tem-nos à sua vontade. Nasce ali um grande rio e sai do palácio, mas tomaram-se todas as cautelas para que nenhum peixe se pudesse escapar, e isso por meio de fios de ferro e de bronze. Para o norte, a um tiro de arco do palácio, o Grão Khan mandou fazer um monte, que tem os seus cem passos de altura e mais de uma milha de circuito. Cobre-se de árvores, que nunca perdem as folhas, mas que estão sempre verdes. Ora sabei que o grande monarca, sempre que lhe citavam alguma árvore, mandava-a arrancar com todas as suas raízes e a terra que a rodeava, e mandava-a levar para essa montanha pelos seus elefantes, e pouco lhe importava que fosse grande. Assim tinha as mais belas árvores do mundo. O grande rei mandou cobrir toda esta montanha de ferrugem de azul, que é muito verde, de forma que por isso se lhe chama monte Verde. Na montanha, no meio do cume, está um palácio belo e grande e todo verde também. Essa montanha, as árvores e o palácio são tão belos que, todos os que os veem, com essa vista se alegram; e o grande rei mandou fazer esse monte para gozar desta vista e saborear este prazer.»

Depois do palácio do Khan, Marco Polo cita o de seu filho e herdeiro, depois descreve

a cidade de Cambaluc, cidade antiga, separada da cidade nova de Taidu por um canal que divide a moderna Pequim em cidade chinesa e em cidade tártara. O viajante, observador minucioso, conta-nos então a vida e gostos do imperador. Segundo a sua relação, o Kublai Khan tem uma guarda de dois mil cavaleiros, mas «não é por medo que a tem». As suas refeições são verdadeiras cerimónias sujeitas a uma etiqueta severa. À sua mesa, que é mais alta que as outras, senta-se ele ao norte, tendo à sua esquerda a sua primeira mulher, à direita e mais abaixo seus filhos, seus sobrinhos e seus parentes; é servido por altos varões, que têm o cuidado de tapar a boca e o nariz com bons panos de ouro, «a fim de que o seu hálito e o seu cheiro não cheguem aos manjares e às bebidas do grande rei». Quando o imperador vai beber, faz-se ouvir um concerto de instrumentos, e, quando pega no copo, todos os barões e espectadores ajoelham humildemente.

As principais festas do Grão Khan são dadas por ele, uma no seu aniversário natalício, a outra no princípio do ano. Na primeira, doze mil barões, a quem o imperador oferece anualmente cento e cinquenta mil fatos de seda e ouro, ornados de pérolas, figuram em torno do trono, enquanto os súbditos, idólatras ou cristãos, fazem preces públicas. Na segunda festa, no princípio do ano novo, o povo todo, homens e mulheres, enfarpela-se de branco, porque, segundo a tradição, o branco traz consigo a felicidade, e cada qual leva ao soberano presentes do maior valor. Cem mil cavalos, ricamente ajaezados, cinco mil elefantes cobertos de belos panos e trazendo a baixela imperial, e um número considerável de camelos desfilam por diante do imperador.

Durante os três meses, dezembro, janeiro e fevereiro, em que o Grão Khan reside na sua cidade de inverno, todos os nobres, num raio de sessenta dias de marcha, são obrigados a abastecê-lo de javalis, veados, gamos, cabritos e ursos. Demais, Kublai é grande caçador e a sua veação está soberbamente montada e sustentada. Tem leopardos, lobos-cervais e grandes leões ensinados a apanhar a caça brava, águias com força bastante para caçar lobos, raposas, gamos e cabritos, e «que os apanham muitas vezes», enfim, cães aos milhares. É no princípio de março que o imperador dá começo às suas grandes caçadas, dirigindo-se para o mar, e é acompanhado pelo menos por dez mil falcoeiros, quinhentos gerifaltes e uma quantidade imensa de milhafres, falcões peregrinos e falcões sagrados. Durante esta excursão, um palácio portátil, posto em cima de quatro elefantes, presos uns aos outros, revestido por fora de peles de leão e por dentro de lhama de ouro, segue este rei tártaro, que se compraz com toda essa pompa oriental. Assim caminha até ao acampamento de Cachiri-Mondou, estabelecido à beira de um rio tributário do Amur, e arma a sua tenda, que é bastante vasta para conter dez mil cavaleiros ou barões. É essa a sua sala de receção, é ali que ele dá as suas audiências.

Quando quer retirar-se ou entregar-se ao sono, encontra noutra tenda uma maravilhosa sala atapetada de peles de arminho e de zibelina, valendo cada pele dois mil pesantes de ouro, ou, pouco mais ou menos, vinte mil francos da nossa antiga moeda. O imperador ali fica até à Páscoa, caçando grous, cisnes, lebres, gamos e cabritos monteses, e volta então para a sua capital de Cambaluc.

Marco Polo completa neste lugar a descrição dessa magnífica cidade. Enumera os doze burgos que a compõem, onde os ricos mercadores mandaram construir palácios magníficos, porque esta cidade é extremamente comercial. Afluem ali mais mercadorias preciosas do que a qualquer outro sítio do mundo; mil carros carregados de seda ali entram todos os dias. É o empório e o mercado das mais ricas produções da Índia, tais como pérolas e pedras preciosas, e ali se vai comprar de mais de duzentas léguas ao redor. Também, para as necessidades deste comércio, mandou o Grão Khan estabelecer uma casa de moeda, que é para ele uma fonte inesgotável de riquezas. É verdade que esta moeda, verdadeira nota de Banco, selada com o selo do soberano, é feita de uma espécie de cartão fabricado com a cortiça da amoreira. O cartão, assim preparado, é cortado de diversos modos, segundo o valor fiduciário que o soberano lhe impõe. Como se pode imaginar, o curso desta moeda é forçado. O imperador dela se serve para todos os seus pagamentos; espalha-a por todos os países sujeitos ao seu domínio «e ninguém a pode recusar, sob pena de perder a vida». Demais, muitas vezes por ano, os possuidores de pedras preciosas, de pérolas, de ouro ou de prata, são obrigados a levar os seus tesouros à Moeda e recebem em troca essas peças de cartão, de forma que o imperador possui assim todas as riquezas do seu império.

Segundo o que diz Marco Polo, o sistema do governo imperial baseia-se numa centralizarão excessiva. O reino, dividido em trinta e quatro províncias, é administrado por doze altíssimos barões, que habitam na cidade de Cambaluc; ali também, nos palácios desses barões, moram os intendentes e escrivães, que tratam dos negócios de cada província. Em torno da cidade irradia um grande número de estradas bem conservadas, que vão ter aos diversos pontos do reino; nessas estradas estão dispostas mudas de posta, luxuosamente montadas, de vinte a vinte e duas milhas, e nas quais duzentos mil cavalos estão prontos sempre a transportar os mensageiros do imperador. Além disso, entre as mudas existe uma povoação composta de umas quarenta casas, onde moram os correios, que levam a pé as mensagens do Grão Khan; estes homens, com o ventre apertado, com a fronte cingida de uma faixa, têm um cinto guarnecido de campainhas, que se fazem ouvir ao longe; partem a galope, devoram três milhas num minuto, entregam a sua mensagem ao correio que os espera, e deste modo o imperador tem notícias de lugares situados a dez dias de marcha de distância, num dia

e numa noite. Demais, este modo de comunicação custa pouco a Kublai Khan, porque se limita, como retribuição, a isentar de impostos esses correios, e, quanto aos cavalos das mudas, são fornecidos gratuitamente pelos habitantes das províncias.

Mas, se o rei tártaro usa assim da sua omnipotência, se faz pesar também grandes encargos sobre os seus súbditos, preocupa-se ativamente das suas necessidades e frequentemente os socorre. Assim, quando o granizo lhes faz perder as colheitas, não só não lhes exige o tributo costumado, mas manda-lhes trigo da sua própria reserva. Da mesma forma, se uma mortalidade acidental caiu nos animais de uma província, substitui-os ele à sua custa. Tem cuidado, nos anos prósperos, de enceleirar uma quantidade considerável de trigo, de cevada, de milho, de arroz e de outras produções, de modo que possa manter o preço dos grãos num curso médio em todo o seu império. Além disso, tem pelos pobres da sua boa cidade de Cambaluc uma afeição especialíssima.

Manda fazer um recenseamento de todas as famílias pobres da cidade, que não têm que comer; umas são de seis pessoas, algumas de oito, outras de dez, de mais ou de menos. Manda-lhes dar o trigo de que precisam, em grande quantidade, e todos os que querem ir pedir o pão do Senhor à corte têm a certeza de que nunca se lhes recusa. Ora todos os dias o vão buscar mais de trinta mil pessoas, e esta distribuição efetua-se todo o ano, o que é uma grande bondade do rei, por ter assim compaixão dos seus súbditos pobres. Por isso também adoram-no como um Deus. Além disso, o império todo é administrado cuidadosamente, as suas estradas são bem conservadas e orladas de árvores magníficas, que servem sobretudo para se conhecerem os caminhos dos países desertos. Deste modo, não falando já nos bosques, nunca falta a lenha aos habitantes do reino, e demais, principalmente no Cathay, exploram-se numerosas minas de carvão de pedra, que fornecem combustível com abundância.

Marco Polo residiu bastante tempo na cidade de Cambaluc.

É certo que, pela sua viva inteligência, o seu espírito, a sua facilidade de se assenhorear dos diversos idiomas do império, agradou muito particularmente ao imperador. Encarregado de diversas missões, não só na China, mas também nos mares da Índia, em Ceilão, nas costas de Choromandel e do Malabar e na parte da Cochinchina, vizinha do Camboja, foi nomeado, provavelmente em 1277 a 1280, governador da cidade de Yang-tcheou e das outras vinte e sete cidades compreendidas na sua jurisdição. Graças a essas missões, percorreu uma grande extensão de território, de onde trouxe, diz ele, documentos tanto geográficos como etnológicos. Vamos segui-lo facilmente, com o mapa na mão, nessas viagens de onde a ciência devia tirar proveito.

III

Marco Polo, depois de ter residido em Cambaluc, foi encarregado de uma missão que o afastou da capital durante quatro meses. A dez milhas para além de Cambaluc, descendo para o sul, atravessou o magnífico rio do Pe-ho-nor, a que chama Pulisanghi, numa bela ponte de mármore de vinte e quatro arcos e de trezentos passos de comprimento, que não tem igual no mundo inteiro. A trinta milhas mais abaixo, encontrou a cidade de Tso-cheu, cidade industrial, onde se trabalhava especialmente em madeira de sândalo. A dez dias de marcha de Tso-cheu, chegou à cidade moderna de Tai-yen-fou, capital de Shan-si, que foi outrora a sede de um governo independente. Toda esta província lhe pareceu rica em vinhas e amoreiras; a principal indústria desta cidade era o fabrico de arreios por conta do imperador. A sete dias de marcha encontrava-se a bela cidade de Pianfu, hoje Pin-yang-fou, muito dada ao comércio e ao trabalho da seda. Marco Polo, depois de ter visitado esta cidade, chegou às margens do célebre rio Amarelo, a que chama Caramoran ou rio Negro, provavelmente por causa da cor das suas águas, ensombradas pelas plantas aquáticas; a dois dias de marcha dali, encontrou a cidade de Cacianfu, cuja posição moderna não pode ser rigorosamente determinada pelos comentadores.

Marco Polo, ao sair desta cidade, onde nada viu que fosse digno de ser observado, cavalgou através de um formoso país, coberto de castelos, de cidades, de jardins, e muito abundante em caça. Depois de oito dias de marcha chegou à nobre cidade de Quengianfu, antiga capital da dinastia dos Thang, a moderna cidade de Si-gnan-fou, atualmente capital do Shen-si. Ali reinava o filho do imperador, Mangalai, príncipe justo e amado pelo seu povo, que ocupava, fora da cidade, um magnífico palácio, construído no meio de um parque, cujo muro, com ameias, não media menos de cinco milhas de circunferência.

De Si-gnan-fou, o viajante dirigiu-se para o Tibete, através da província moderna de Szu-tchouan, país montanhoso, cortado por grandes vales, onde pululam leões, ursos, lobos-cervais, gamos, cabritos e veados, e depois de vinte e três dias de marcha encontrou-se nos limites da grande planície de Acmelec-Mangi. Esse país é fértil, dá abundantemente toda a espécie de produções e especialmente o gengibre, de que abastece toda a província do Cathay. É tal a fertilidade do solo que, segundo um viajante francês, o Sr. E. Simon, o hectare vende-se atualmente ali por trinta mil francos, ou seja três francos o metro. No século XIII esta planície estava coberta de cidades e de castelos e os habitantes viviam dos frutos da terra, do produto dos animais e da caça, que fornecia os caçadores de presa abundante e fácil.

Marco Polo chegou então à capital da província de Szu-tchouan, Sindafu, a moderna Ching-tu-fou, cuja população excede atualmente um milhão e quinhentos mil habitantes. Sindafu, medindo então vinte milhas de circuito, estava dividida em três partes, rodeadas de um muro particular, cada uma das quais tinha um rei, antes de Kublai Khan se ter apoderado dela. Esta cidade eia atravessada pelo grande rio piscoso do Kiang, largo como um verdadeiro mar, cujas águas eram sulcadas por uma quantidade incrível de navios. Foi depois de ter saído desta cidade comerciante e industrial que Marco Polo, após cinco dias de marcha através de vastas florestas, chegou a essa província do Tibete, que ele diz que está «muito devastada, porque foi destruída pela guerra».

Esse Tibete é povoado de leões, de ursos, de animais ferozes, contra os quais os viajantes dificilmente se defenderiam se ali não crescesse também uma quantidade considerável de umas canas maravilhosamente grossas e grandes, que são simplesmente bambus. Efetivamente, «os mercadores e os viajantes que percorrem essas regiões de noite, arrancam estas canas e acendem com elas uma grande fogueira, porque, quando ardem, fazem tamanha bulha e dão tais estalos que os leões, os ursos e as outras feras, assustados, fogem e não se chegam ao lume por caso nenhum; esses viajantes acendem, pois, uma fogueira para preservar os seus animais das feras, que são muito vulgares (nesse país. Ora aqui está como é que se produz esse grande barulho: arrancam-se canas ainda verdes e metem-se muitas num fogo de lenha; -passado algum tempo depois de estarem dentro do lume, torcem-se e racham-se ao meio com tal bulha, que de noite se ouve perfeitamente a dez milhas de distância. E, quando se não está costumado a tal estrondo, fica-se muito espantado com ele, tão horrível é de ouvir. Os cavalos que nunca o ouviram tanto se assustam, que quebram cordas e arreatas e fogem, o que acontece muitas vezes; mas, quando se sabe que ainda não estão aguerridos, tapam-se-lhes os olhos e amarram-se-lhes as quatro patas, de forma que quando ouvem esse grande barulho não podem fugir. E deste modo que os homens escapam, com as suas cavalgaduras, aos leões, e às outras feras, que são muito numerosas neste país». O processo relatado por Marco Polo é ainda empregado nos países que produzem o bambu, e realmente o crepitar destas canas, devoradas pelas chamas, pode comparar-se às mais violentas descargas dos morteiros de fogo-de-vistas.

Segundo a relação do viajante veneziano, o Tibete é uma imensa província, que tem a sua linguagem e cujos habitantes, idólatras, constituem uma raça de temíveis ladrões. É atravessado por um rio importante, o Khincha-kiang, de areias auríferas.

Ali se colhe, em grande quantidade, coral, de que os ídolos e as mulheres do Tibete costumam fazer um consumo bastante considerável. O Tibete estava então debaixo do domínio

do Grão Khan.

Marco Polo, saindo de Sindafu, tomara a direção do este. Atravessou assim o reino de Gaindu e chegou provavelmente a Li-kiang-fou, capital desta região, que forma hoje o país de Si-mong. Nesta província visitou um belo lago, que produzia ostras de pérolas, cuja pesca era reservada para o imperador. É um país em que o cravo, o gengibre, a canela e outras especiarias dão abundantes colheitas.

Deixando o reino de Gaindu e depois de ter atravessado um grande rio, talvez o Iraouaddi, Marco Polo, voltando francamente a sueste, penetrou na província de Carajan, região que forma provavelmente a parte noroeste do Yun-nan. Segundo o que ele diz, os habitantes desta província, quase todos cavaleiros, viviam da carne crua das galinhas, dos carneiros, dos búfalos e dos bois; este modo de alimentação era geral, e os ricos temperavam a carne crua só com um molho de alho e de boas especiarias. Esse reino era também frequentado por grandes cobras e grandes serpentes, hediondas de ver. Esses répteis — provavelmente aligatores — tinham dez passos de comprimento, pernas armadas com uma unha colocada na frente, ao pé da cabeça, que era desmedidamente grande, e as suas goelas podiam engolir um homem de cada vez.

A cinco jornadas a oeste de Carajan, Marco Polo, fazendo de novo caminho para o sul, entrou na província de Zardandan, cuja capital, Nociam, forma a cidade moderna de Yung-chang. Todos os habitantes desta cidade tinham dentes de ouro, quer dizer que era então moda cobrir os dentes com pequenas lâminas de ouro, que tiravam quando queriam comer. Os homens desta província, todos cavaleiros, não fazem senão «passarinhar, caçar e ir à guerra»; os trabalhos pessoais são feitos ou pelas mulheres ou pelos escravos. Estes zardandianos não têm nem ídolos, nem igrejas, mas adoram o mais velho da família, isto é, o antepassado, o patriarca. Não têm médicos, mas só nigromantes, que pulam, dançam e tocam instrumentos ao pé do enfermo, até que morra ou se cure.

Deixando a província dos homens de dentes de ouro, Marco Polo, seguindo durante dois dias essa estrada real, que serve para o tráfico entre a Índia e a Indochina, passou por Bamo, onde havia três vezes por semana um grande mercado, que atrai os negociantes dos países mais desviados. Depois de ter cavalgado durante quinze dias por meio de florestas cheias de elefantes, de unicórnios e outros animais bravos, chegou à grande cidade de Mien, quer dizer, a essa parte da Birmânia superior, cuja capital atual, de construção recente, se chama Amrapoura. Esta cidade de Mien, que foi talvez a antiga cidade de Ava, agora arruinada, ou a velha Pagan, situada à beira do Iraouaddi, possuía uma verdadeira maravilha arquitetural: eram duas torres, uma construída de magnífica pedra e toda recoberta de uma lâmina de ouro

de um dedo de espessura, e a outra revestida de uma lâmina de prata, ambas destinadas a servir de túmulo aos reis de Mien, antes de o seu reino ter caído no poder do Khan.

Depois de ter visitado esta província, Marco Polo desceu até ao Bengala atual, que nessa época, em 1290, não pertencia ainda a Kublai Khan. Os exércitos do imperador ocupavam-se então em conquistar esse fértil país, rico em algodão, em gengibre, em cana-de-açúcar, e cujos magníficos bois igualavam os elefantes pelo seu tamanho; depois, dali, o viajante arriscou-se até à cidade de Canchigu, na província deste nome, provavelmente a cidade atual de Kassay. Os habitantes deste reino picavam o corpo para o pintar, e por meio de agulhas desenhavam no rosto, no pescoço, no ventre, nas mãos e nas pernas imagens de leões, de dragões e de pássaros, considerando como o mais belo dos entes humanos aquele que tinha assim um maior número destas pinturas.

Canchigu é o ponto extremo a que no Sul chegou Marco Polo nesta viagem. Desta cidade em diante, subiu para o nordeste pelo país de Amu, Aname e Tonquim atual, aonde chegou depois de quinze dias de marcha; entrou na província de Toloman, hoje departamento de Tai-ping. Ali encontrou esses belos homens, de pele trigueira, esses valentes guerreiros que coroavam os seus montes de fortalezas e cujos alimentos habituais eram a carne dos animais, leite, arroz e especiarias.

Deixando Toloman, Marco Polo seguiu durante doze dias um rio, orlado de numerosas cidades. Aqui o Sr. Charton faz justamente observar que o viajante se afasta do país conhecido pelo nome de Índia Transgangética e volta para a China. Efetivamente, depois de ter deixado Toloman, Marco Polo visitou a província de Guigui, ou Chitingui, e a sua capital, que tem o mesmo nome. O que mais o impressionou neste país — e temos razões para acreditar que o intrépido explorador era também um caçador resoluto — foi o grande número de leões que percorriam as planícies e as montanhas. Contudo os comentadores estão de acordo em que os leões de Marco Polo deviam ser tigres, porque não há leões na China. Aqui está, porém, o que diz a relação: «Há tantos leões neste país que se não pode dormir fora de casa sem perigo de se ser devorado, e mesmo quando se vai pelo rio e que à noite se para nalgum sítio, é preciso ter cuidado de dormir longe da terra, porque, se não se fizer isso, os leões chegam ao pé da embarcação, agarram um homem e devoram-no. E os habitantes, que sabem disso, têm sempre toda a cautela. Esses leões são muito grandes e muito perigosos; mas o que é maravilhoso é que neste país há cães que têm o atrevimento de saltear os leões, mas é necessário que sejam dois, porque um homem e dois cães dão cabo de um grande leão.»

Desta província, Marco Polo subiu diretamente a Sindi-fu, a capital da província de Szu-tchouan, de onde partira para realizar a sua excursão no Tibete, e, voltando ao caminho já

percorrido, tornou para junto de Kublai Khan, depois de ter felizmente terminado a sua missão na Indochina. É verosímil que então Marco Polo fosse encarregado pelo imperador de outra missão na parte sueste da China, «a parte mais rica e mais comercial deste vasto império, diz o Sr. Pauthier na sua bela obra sobre os viajantes venezianos, e aquela também a respeito da qual, desde o século XVI, se têm obtido na Europa mais esclarecimentos».

Se acreditarmos no itinerário traçado no mapa do Sr. Pauthier, Marco Polo, saindo de Cambaluc, dirigiu-se para o sul, para a industriosa cidade de Ciangli, provavelmente a cidade de Té-cheu, e, a seis dias de marcha dali, para Condinfu, a cidade atual de Tsi-nan-fou, capital da província de Chan-toung, onde nasceu Confúcio. Era então uma grande cidade, a mais nobre de todo este país, muito visitada pelos negociantes de seda, e cujos maravilhosos jardins produziam uma grande quantidade de excelente fruto. A três dias de marcha de Condinfu, Marco Polo encontrou a cidade de Lin-tsin-cheu, situada no começo do grande canal de Yun-no, lugar onde se encontram os numerosos navios que levam tantas mercadorias às províncias do Mangi e do Cathay. Oito dias depois atravessava Ligui, que parece corresponder à cidade atual de Lin-cing, a cidade de Ti-ceu, cidade comercial da província de Tchiang-su, depois a cidade de Cingui, e em seguida chegava a esse Caramoran, esse rio Amarelo, que já atravessara na parte superior do seu curso, quando se dirigia para a Indochina. Neste sítio, Marco Polo não estava a mais de uma légua da embocadura dessa grande artéria chinesa. Depois de a ter atravessado, achou-se o viajante na província de Mangi, território designado pelo nome de império dos Song.

Esse reino de Mangi, antes de pertencer a Kublai Khan, era governado por um rei pacífico, que não gostava dos cruéis acasos da guerra e que se mostrava compadecido com os desgraçados. Eis em que termos Marco Polo se refere a ele, e fá-lo de tão boa feição que queremos dar o próprio texto da sua narrativa: «Este último imperador da dinastia dos Song podia gastar tanto dinheiro que era uma coisa prodigiosa, e dele vos contarei dois rasgos bem nobres. Todos os anos mandava criar talvez as suas vinte mil criancinhas, porque é costume, nestas províncias, atirarem as mulheres pobres seus filhos fora, assim que nascem, quando os não podem alimentar. O rei mandava-os buscar a todos, depois fazia com que se inscrevessem o signo e o planeta debaixo de cuja influência tinham nascido, e em seguida mandava-os criar em diversos sítios, porque há amas em grande quantidade. Quando um homem rico não tinha filhos, vinha ter com o rei e pedir quantos queria e os que mais lhe agradavam. O rei depois, quando os rapazes e as raparigas chegavam à idade de casar, casava-os uns com os outros e dava-lhes com que viver, e deste modo todo o ano criava os seus vinte mil, tanto masculinos como femininos. Quando ia pelas estradas e via uma casa pequena no meio de duas casas

grandes, perguntava porque é que a casa pequena não era do tamanho das outras, e se lhe diziam que era por pertencer a algum homem pobre, que a não podia fazer maior, mandava-a logo fazer tão grande e tão bonita como as outras duas. Esse rei fazia-se sempre servir por mil donzéis e mil donzelas. Mantinha tão severa justiça no seu reino que nunca ali se cometia nem um só crime; de noite, as casas dos mercadores ficavam abertas, e ninguém roubava nada; podia-se viajar tão sossegadamente de dia como de noite.»

À entrada da província de Mangi, Marco Polo encontrou a cidade de Coigangui, atualmente Hoai-gnan-fou, que está situada à beira do rio Amarelo e cuja indústria principal é o fabrico de sal, que tira das suas lagoas salgadas. A um dia de marcha dessa cidade, seguindo uma calçada construída de magníficas pedras, chegou o viajante à cidade de Pau-in-chen, afamada pelos seus panos de ouro, à cidade de Caiu, atualmente Kao-yu, cujos habitantes são hábeis pescadores e caçadores, depois à cidade de Tai-cheu, aonde afluem navios em grande número, e chegou enfim à cidade de Yangui.

Essa cidade de Yangui é a moderna Yang-tcheu-fou, de que Marco Polo foi governador três anos. É uma cidade muito populosa e de muito comércio, que tem algumas léguas de circuito. Foi de Yangui que Marco Polo partiu para diversas explorações, que lhe permitiram explorar tão minuciosamente as cidades do litoral e do interior.

Primeiro o viajante dirigiu-se para oeste e chegou à cidade de Nan-ghin, que se não deve confundir com o Nanquim atual. O seu nome moderno é Nghan-king; está situada numa província extremamente fértil. Marco Polo, metendo-se mais para diante na mesma direção, chegou a Saianfu, a cidade moderna de Siang-yang, construída na parte setentrional da província de Hukuang. Foi a última cidade de Mangi que resistiu ao domínio de Kublai Khan. O imperador cercou-a três anos, e só se apoderou dessa cidade, tão bem defendida, graças ao concurso dos três Polo, que construíram balistas poderosas e esmagaram os sitiados com uma nuvem de pedras, algumas das quais chegavam a pesar trezentos arráteis.

De Saianfu, Marco Polo voltou para trás, a fim de explorar as cidades do litoral. Tornou sem dúvida a Yang-tcheou. Visitou Singui (Kiu-kiang), situada nas margens do Kiang, que teria nesse sítio uma légua de largura e que chega a receber cinco mil navios a um tempo; Kain-gui, que abastece de trigo a maior parte da corte do imperador; Cinghianfu (Chingiam), onde se viam duas igrejas de cristãos nestorianos; Cinguigui, agora Tchang-tcheou-fou, cidade comerciante e industrial; e Singui, atualmente Sou-tcheou ou Su-Cheu, grande cidade cuja circunferência é de seis léguas e que, segundo a relação exageradíssima do viajante veneziano, não possuía então menos de seis mil pontes.

Depois de ter residido algum tempo em Vugui, provavelmente Hou-tcheou-fou, e em

Ciangan, hoje Kia-hing, Marco Polo, ao cabo de três dias de marcha, entrou na nobre cidade de Quinsay. Este nome significa a «Cidade do céu», e essa importante capital chama-se agora Hang-tcheou-fou. Tem seis léguas de circuito; é atravessada pelo rio Tsien-Tang-kiang, que, ramificando-se até ao infinito, faz de Quinsay outra Veneza. Esta antiga capital dos Song é quase tão povoada como Pequim; as suas ruas são calçadas de pedras e de tijolos contam-se ali, segundo diz Marco Polo, «seiscentas mil casas, quatro mil estabelecimentos de banhos e doze mil pontes de pedra.» Nesta cidade vivem os mais ricos negociantes do mundo com suas mulheres, que são «belas e angélicas criaturas». É a residência de um vice-rei, que governa, por conta do imperador, mais de cento e quarenta cidades. Via-se ali também o palácio soberano de Mangi, rodeado de belos jardins, de lagos e de fontes e que encerra mais de mil quartos. O Grão Khan tira dessa cidade e da província imensos rendimentos e por milhões de francos é que se pode contar o valor dos impostos do sal, do açúcar, das especiarias e da seda, que formam as principais produções do país.

A um dia de marcha para o sul de Quinsay, depois de ter percorrido uma região encantadora, Marco Polo visitou Tanpigur (Chao-hin-fou), Vugui (Hou-tcheou), Ghengui (Kui-tcheou), Cianscian (Yen-tcheou-fou, segundo a opinião do Sr. Charton, Soui-tchang-fou, segundo o Sr. Pauthier), e Cugui (Kiou-tcheou), a última cidade do reino de Quinsay, depois entrou no reino de Fugui, cuja cidade principal, do mesmo nome, é hoje Foucheu-fou, capital da província de Fo-kien. Segundo o que ele diz, os habitantes deste reino são homens de armas cruéis, que não poupam nunca os seus inimigos e que bebem o seu sangue e comem a sua carne. Depois de ter atravessado Quenlifu (Kien-ning-fou) e Un-guen, Marco Polo fez a sua entrada na capital Fugui, provavelmente a cidade moderna de Kuang-tcheou, o nosso Cantão, que faz um grandíssimo comércio de pérolas e de pedras preciosas, e, depois de cinco dias de jornada, chegou ao porto de Zaitem, probabilissimamente a cidade chinesa de Tsuen-tcheou, ponto extremo visitado por ele nesta exploração da China sul-oriental.

IV

Marco Polo, depois de ter concluído felizmente esta expedição, voltou sem dúvida à corte de Kublai Khan. Ainda foi encarregado de missões diversas, que facilitava o seu conhecimento das línguas mongol, turca, manchu e chinesa. Fez provavelmente parte de uma expedição empreendida às ilhas da Índia e entregou no seu regresso um relatório minucioso sobre a navegação desses mares ainda pouco conhecidos. Os diversos incidentes da sua vida não estão claramente determinados dessa época em diante. A sua relação dá pormenores circunstanciados sobre a ilha de Cipango, nome aplicado ao grupo de ilhas que compõem o Japão, mas não parece que fosse a esse reino. O Japão era nessa época um país afamado pelas suas riquezas, e em 1264, alguns anos antes da chegada de Marco Polo à corte tártara, Kublai Khan tentara conquistá-lo. A sua frota chegou com felicidade a Cipango, apoderou-se de uma cidadela, cujos defensores foram passados a fio da espada, mas uma tempestade dispersou os navios tártaros, e a expedição não produziu resultado algum. Marco Polo conta esta tentativa minuciosamente e estas diferentes particularidades relativas aos costumes dos Japoneses.

Contudo, havia dezassete anos, sem contar os anos empregados na viagem da Europa até à China, que Marco Polo, seu tio Matteo e seu pai Nicolo estavam ao serviço do imperador. Tinham um vivo desejo de tornar a ver a sua pátria, mas Kublai Khan, muito afeiçoado a eles e muito apreciador dos seus merecimentos, não podia resolver-se a deixá-los partir. Fez tudo para vencer a sua resolução e ofereceu-lhes imensas riquezas se consentissem em nunca o abandonar. Os três venezianos persistiram no seu desígnio de voltar à Europa, mas o imperador recusou-se absolutamente a autorizar a sua partida. Marco Polo não sabia como havia de iludir a vigilância de que era objeto, quando um incidente fez desistir Kublai Khan da sua determinação.

Um príncipe mongol, Arghun, que reinava na Pérsia, enviara uma embaixada ao imperador para lhe pedir em casamento uma princesa de sangue real. Kublai Khan concedeu ao príncipe Arghun a mão de sua filha Cogatra, e enviou-lha com uma comitiva numerosa. Mas os países que a escolta tentou atravessar para ir à Pérsia não eram seguros; discórdias e rebeliões logo surpreenderam a caravana, que teve de voltar, alguns meses depois, à residência de Kublai Khan. Foi então que os embaixadores persas ouviram falar em Marco Polo como num navegador instruído que tinha alguma prática do oceano Índico, e suplicaram ao imperador que lhe confiasse a princesa Cogatra, a fim de a conduzir ao seu noivo, atravessando esses mares, menos perigosos do que o continente.

Kublai Khan acedeu por fim a este pedido, não sem dificuldades. Mandou equipar uma frota de catorze navios de quatro mastros e abastecê-la para uma viagem de dois anos. Alguns desses navios contavam duzentos e cinquenta homens de equipagem. Era, como se vê, uma importante expedição, digna do opulento soberano do império chinês.

Matteo, Nicolo e Marco Polo partiram com a princesa Cogatra e com os embaixadores persas. Foi durante essa viagem, que não durou menos de dezoito meses, que Marco Polo visitou as ilhas da Sonda e da Índia, de que fez uma descrição completa? Pode-se admitir até certo ponto, pelo menos no que respeita a Ceilão e ao litoral da península indiana. Vamos pois segui-lo durante todo o decurso da sua navegação e referir as descrições que dá desses países, até então imperfeitamente conhecidos.

Foi por 1291 ou 1292 que a frota, comandada por Marco Polo, saiu do porto de Zaitem, a que o viajante chegara durante a sua viagem às províncias meridionais da China. Encaminhou-se diretamente desse ponto ao vasto país de Cianba, situado ao sul da Cochinchina, que compreende a província de Saigão, na altura francesa. O viajante veneziano já visitara essa província, provavelmente no ano de 1280, desempenhando a missão de que o imperador o encarregara. Nessa época Cianba era tributária do Grão Khan e pagava-lhe um tributo anual, que consistia num certo número de elefantes. Quando Marco Polo percorreu esse país antes da conquista, o rei que o governava não tinha menos de trezentos e vinte e seis filhos, cento e cinquenta dos quais podiam pegar em armas.

Deixando a península cambojana, a frota dirigiu-se para a pequena ilha de Java, de que Kublai Khan nunca se pudera assenhorear, ilha que possuía grandes riquezas e produz em abundância pimenta, noz-moscada, cravo e outras especiarias preciosas. Depois de ter arribado a Condor e a Sandur, na extremidade da península cochinchinesa, Marco Polo chegou à ilha de Pentam (Bitang), situada ao pé da entrada oriental do estreito de Malaca, e à ilha de Sumatra, a que chama a Pequena Java. «Esta ilha é tanto ao sul, diz ele, que nunca ali se vê a Estrela Polar», o que é verdade para os habitantes da sua parte meridional. É um país fértil, onde o aloés cresce maravilhosamente; ali se encontram elefantes bravos, rinocerontes, a que Marco Polo chama unicórnios, e macacos, que andam em bandos numerosos. A frota foi retida cinco meses nessas paragens em consequência do mau tempo, e o viajante aproveitou o ensejo para visitar as principais províncias da ilha, tais como Samara, Dagraian, Labrin, que conta um grande número de homens de cauda — evidentemente macacos —, e Fandur, quer dizer a ilha Panchor, onde nasce o sagueiro, de que se tira uma farinha que serve para fabricar um pão excelente.

Finalmente os ventos permitiram aos navios deixar a Pequena Java. Depois de terem

tocado na ilha Necaran, que deve ser uma das Nicobar, e no grupo das Andamão, cujos naturais são ainda antropófagos como no tempo de Marco Polo, a frota, tomando a direção de sudoeste, foi arribar às costas de Ceilão. «Esta ilha, diz a relação, era muito maior em outro tempo, porque tinha três mil e seiscentas milhas, segundo se vê nos mapas-mundo dos pilotos desse mar; mas o vento norte sopra com força nessas paragens, que faz mergulhar uma parte da ilha debaixo de água», tradição que se encontra ainda hoje entre os habitantes de Ceilão. É ali que se colhem com abundância «os nobres e bons» rubis, as safiras, os topázios, os ametistas e outras pedras preciosas, tais como granadas, opalas, ágatas e sardónias.

O rei desse país possuía nessa época um rubi do comprimento de um palmo, da grossura do braço de um homem, vermelho como fogo, e que o Grão Khan debalde quis comprar a esse soberano pelo preço de uma cidade.

A sessenta milhas a oeste de Ceilão, os navegadores encontraram a grande província de Maabar, que se não deve confundir com o Malabar, situada na costa ocidental da península indiana. Esse Maabar forma o sul da costa de Choromandel, muito estimada pelas suas pescarias de pérolas. Ali existem nigromantes, que tornam os monstros marinhos inofensivos para os pescadores, espécie de astrólogos cuja raça se perpetuou até aos tempos modernos. Marco Polo dá aqui interessantes particularidades sobre os costumes dos indígenas, sobre a morte dos reis do país, em honra dos quais os nobres se arrojam ao fogo, sobre os suicídios religiosos, que são frequentes, sobre o sacrifício das viúvas, que a fogueira espera quando os seus maridos morrem, sobre as abluções biquotidianas de que a religião faz um dever, sobre a aptidão desses indígenas a virem a ser bons fisionomistas, sobre a sua confiança nas práticas dos seus astrólogos e adivinhos.

Depois de ter estado algum tempo na costa de Choromandel, Marco Polo subiu ao norte até ao reino de Mufri, cuja capital é atualmente a cidade de Masulipatão, principal cidade do reino de Golconda. Esse reino era sabiamente governado por uma rainha, viúva de quarenta anos, que quis conservar-se fiel à memória de seu esposo. Nesse país exploravam-se ricas minas de diamantes, que estão situadas em montanhas, infelizmente infestadas por grande número de serpentes. Mas os mineiros, para colherem essas pedras preciosas sem nada terem que temer dos répteis, imaginaram um meio singular, cuja excelência com justa razão pode ser contestada. «Pegam em muitos bocados de carne, diz o viajante, e atiram-nos a esses precipícios escarpados aonde ninguém pode ir. A carne cai em cima dos diamantes, que se lhe pegam. Ora nas montanhas vivem águias brancas, que dão caça às serpentes; quando essas águias veem a carne no fundo dos precipícios, desabam-lhe em cima e levam-na; mas os homens, que seguiram os movimentos da águia, assim que a veem poisada e ocupada a comer

a carne, começam a dar grandes gritos; a águia, aterrada, voa sem levar a presa, com medo de ser surpreendida pelos homens; estes então aproximam-se, pegam na carne, e agarram os diamantes que ali estão pegados. Muitas vezes também, quando a águia come os pedaços de carne, expulsa os diamantes com as suas fezes, de forma que se encontram no seu estrume.»

Depois de ter visitado a pequena cidade de S. Tomé, situada a algumas milhas ao sul de Madrasta, onde descansa o corpo de S. Tomé apóstolo, Marco Polo explora o reino de Malabar, e mais especialmente a província de Lar, donde são originários todos os «abraiamentos» do mundo, provavelmente os brâmanes. Esses homens, segundo diz a relação, vivem até muito velhos, graças à sobriedade e à sua abstinência; alguns dos seus monges chegam aos cento e cinquenta ou aos duzentos anos, comendo só arroz e bebendo leite e uma mistura de azougue e de enxofre. Esses «abraiamentos» são mercadores hábeis, supersticiosos, contudo, mas de notável franqueza; não tiram nada a ninguém, não matam nenhum ser vivo e adoram o boi, que é para eles um animal sagrado.

Desse ponto da costa, voltou a frota a Ceilão, aonde em 1284 Kublai Khan enviara uma embaixada que lhe levou supostas relíquias de Adão, e entre outras os seus dois dentes queixais; porque, se dermos crédito às tradições dos Sarracenos, o túmulo do nosso primeiro pai estava situado no cimo da montanha escarpada que forma o principal relevo da ilha. Depois de ter perdido de vista Ceilão, Marco Polo dirigiu-se a Cail, porto que parece ter desaparecido dos mapas modernos, e a que arribavam então todos os navios que vinham de Ormuz, de Kis, de Adém e das costas da Arábia. Dali, dobrando o cabo Comorim, ponta da península, os navegadores chegaram à vista de Coilum, o Coulão atual, que era, no século XIII**,** uma cidade de muito comércio. É ali que se colhe especialmente o sândalo, o anil, e os mercadores do Levante e do Poente vão ali negociar em grande número. O país do Malabar é muito fértil em arroz; não faltam ali os animais bravios, tais como os leopardos, que Marco Polo chama «leões negros», papagaios de diferentes espécies e pavões, que são incomparavelmente mais belos do que os seus congéneres da Europa.

A frota, abandonando Coilum e seguindo para o norte, ao longo da costa de Malabar, chegou às praias do reino de Eli, que tira o nome de uma montanha situada no limite de Kanara e do Malabar; ali se colhem a pimenta, o gengibre, o açafrão e outras especiarias. Ao norte desse reino estendia-se o país a que o viajante veneziano chama Melibar e que está situado ao norte do Malabar propriamente dito. Os navios dos mercadores de Mangi vinham frequentemente traficar com os indígenas dessa parte da Índia, que lhes davam carregações de excelentes especiarias e outras mercadorias de grande preço; mas os seus navios eram muitas vezes saqueados pelos piratas da costa, que passavam justamente por homens do mar muito

temíveis. Esses piratas habitavam mais especialmente na península de Gohurat, hoje Guzarate, para o qual a flotilha se dirigiu depois de ter tido conhecimento de Tanat, país onde se colhe o incenso escuro, e de Canbaot, agora Kambayet, cidade que faz um importante negócio de couros. Depois de ter visitado Sumenat, cidade da península, cujos habitantes são idólatras, cruéis e ferozes, depois Kesmacoran, provavelmente a cidade atual de Kedge, capital dessa região do Makran, situada a leste do Indo, perto do mar, e a última cidade da Índia, entre o ocidente e o norte, Marco Polo, em vez de subir para a Pérsia, onde o esperava o noivo da princesa tártara, seguiu para o oeste, através do vasto mar de Omã.

A sua insaciável paixão de explorador arrastou-o assim durante quinhentas milhas até às praias da Arábia, onde arribou às ilhas Macho e Fêmea, assim chamadas porque uma é exclusivamente habitada pelos homens e a outra pelas suas mulheres, que eles só visitam nos meses de março, abril e maio. Deixando essas ilhotas, a frota deu à vela para o sul, para a ilha de Socotorá, situada à entrada do golfo de Adém, e de que Marco Polo reconheceu diversas partes. Fala dos habitantes de Socotorá como de hábeis nigromantes, que pelos seus feitiços obtêm tudo quanto querem e governam os furacões e as tempestades.

Depois, descendo ainda mil milhas para o sul, levou a sua frota até à praia de Madagáscar.

Aos olhos do viajante, Madagáscar é uma das maiores e das mais nobres ilhas que existem no mundo. Os seus habitantes são muito dados ao comércio, e especialmente ao tráfico dos dentes de elefante. Sustentam-se principalmente de carne de camelo, que é uma carne melhor e mais sã que outra qualquer. Os mercadores que vêm das costas da Índia só gastam vinte dias a atravessar o mar de Omã; mas quando voltam não precisam menos de três meses, por causa das correntes contrárias, que tendem incessantemente a arrojá-los para o sul. Todavia, frequentam essa ilha, porque lhes dá o sândalo, de que existem florestas inteiras, e o âmbar, que trocam com grande lucro por panos de seda e ouro. Os animais bravios e a caça não faltam nesse reino, segundo diz Marco Polo; leopardos, ursos, veados, javalis, girafas, jumentos bravos, cabritos monteses, gamos, ali se encontram em bandos numerosos; mas o que lhe pareceu maravilhoso foi esse suposto grifo, esse *roc* de que tanto se fala nas *Mil e Uma Noites,* que não é, diz ele, como geralmente se julga, um animal meio leão e meio ave, capaz de levantar um elefante nas suas garras poderosas. Essa ave tão maravilhosa era provavelmente o *epyornis maximus,* de que ainda se encontram alguns ovos em Madagáscar.

Daí Marco Polo, subindo para o noroeste, foi tomar conhecimento de Zanzibar e da costa africana. Os habitantes pareceram-lhe desmedidamente gordos, mas fortes e capazes de poderem com a carga de quatro homens, «o que não admira porque comem como cinco».

Esses indígenas eram pretos e andavam nus; tinham a boca grande, nariz arrebitado, lábios e olhos repolhudos, descrição exata, que ainda hoje se aplica aos naturais dessa porção da África. Esses africanos vivem de arroz, de carne, de leite, de tâmaras, e fabricam o seu vinho com arroz, açúcar e especiarias. São valentes guerreiros, que não têm medo da morte; combatem montados em camelos e em elefantes, armados com uma rodela de couro, uma espada e uma lança, e excitam as suas cavalgaduras, inebriando-as com uma bebida capitosa.

No tempo de Marco Polo, segundo a observação do Sr. Charton, os países compreendidos debaixo do nome de Índia dividiam-se em três partes: a Índia Maior, que vinha a ser o Indostão e o país todo situado entre o Ganges e o Indo; a Índia Menor, isto é, o país situado para além do Ganges e compreendido desde a costa ocidental da península até à costa da Cochinchina, e, enfim, a Índia Média, quer dizer, a Abissínia e as praias arábicas até ao golfo Pérsico.

Saindo de Zanzibar, foi portanto o litoral dessa Índia Média que Marco Polo explorou, subindo para o norte, e em primeiro lugar a Abassia ou a Abissínia, onde se fabricam belos panos de algodão e que é um país muito rico. Depois a frota foi até ao porto de Zeila, quase à entrada do estreito de Babel-Mandeb, e, enfim, seguindo as praias do Iémen e do Hadramaout, reconheceu Adém, porto frequentado por todos os navios que fazem comércio com a Índia e com a China; Escier, grande cidade que exporta uma quantidade considerável de excelentes cavalos; Dafar, que produz um incenso de primeira qualidade; Calatu, agora Kalajate, situada na costa de Omã, e, enfim, Cormos, isto é, Ormuz, que Marco Polo já visitara quando foi de Veneza à corte do rei tártaro.

Foi nesse porto do golfo Pérsico que terminou a viagem da frota equipada pelos cuidados do imperador mongol. A princesa chegara enfim aos limites da Pérsia, depois de uma navegação que não durara menos de dezoito meses. Mas nessa ocasião morrera o príncipe Arghun, seu noivo, e o reino estava sendo ensanguentado pela guerra civil. A princesa foi por conseguinte entregue nas mãos do filho de Arghun, o príncipe Ghazan, que só subiu ao trono em 1295, depois de ter sido estrangulado o usurpa dor, irmão de Arghun. Ignora-se o que foi feito da princesa, mas, antes de se separar de Marco, de Matteo e de Nicolo Polo, deu-lhes sinais da sua alta consideração.

Foi provavelmente enquanto esteve na Pérsia que Marco Polo colheu documentos curiosos a respeito da grande Turquia; são uns fragmentos sem nexo, que dá no fim da sua relação verdadeira história dos Khan mongóis da Pérsia. Mas as suas viagens de exploração estavam terminadas. Depois de se despedir da princesa tártara, os três venezianos, bem escoltados e com todas as despesas pagas, seguiram o caminho de terra para voltar para a sua

pátria. Foram a Trebizonda, de Trebizonda a Constantinopla, de Constantinopla a Negroponto, e embarcaram para Veneza.

Foi em 1295, vinte e quatro anos depois de a ter deixado que Marco Polo voltou para a sua terra natal. Os três viajantes, queimados pelo ardor do sol, grosseiramente vestidos de fazendas tártaras, conservando nas maneiras e no rosto as modas mongólicas, e desabituados de falar a língua veneziana, não foram reconhecidos nem pelos seus mais próximos parentes. Demais, havia muito tempo que se espalhara o boato de que tinham morrido e ninguém acreditava que os tornaria a ver. Foram a sua casa, no bairro de S. João Crisóstomo, e acharam-na ocupada por diferentes membros da família Polo. Estes acolheram os viajantes com extrema desconfiança, de que era sem dúvida merecedora a sua triste aparência, não deram o mínimo crédito às histórias um pouco extraordinárias que lhes contou Marco Polo. Contudo, à força de insistências, sempre os admitiram nessa casa de que eram legítimos possuidores. Alguns dias depois, Nicolo, Matteo e Marco, querendo destruir todas as suspeitas que pairavam sobre a sua identidade, deram uma refeição magnífica, seguida por uma festa esplêndida. Convidaram os diversos membros da sua família e os maiores fidalgos de Veneza. Quando todos esses convidados se acharam reunidos na sala de receção, os três Polo apareceram vestidos com opas de cetim carmesim. Os convivas passaram à sala de jantar e o festim começou. Depois do primeiro serviço, Marco Polo, seu pai e seu tio retiraram-se por um instante e voltaram esplendidamente envoltos em sumptuosas fazendas de Damasco, que rasgaram e distribuíram pelos seus convidados. Depois do segundo serviço cobriram-se de vestes ainda mais ricas, de veludo carmesim, que conservaram até ao fim da festa. Reapareceram então simplesmente vestidos à moda veneziana.

Os convivas, surpreendidos, maravilhados por este luxo de vestimentas, não sabiam aonde os anfitriões queriam chegar, quando estes mandaram buscar as vestes grosseiras que lhes tinham servido durante a viagem; depois, descosendo-as e arrancando os forros, deixaram cair em torrentes, no meio da sala, rubis, safiras, carbúnculos, esmeraldas, diamantes, todas as pedras preciosas do mais alto preço. Estes farrapos escondiam imensas riquezas. O inesperado espetáculo dissipou todas as dúvidas; os três viajantes foram imediatamente reconhecidos, pelo que eram realmente Marco, Nicolo e Matteo Polo, e de todos os lados se lhes prodigalizaram os mais sinceros cumprimentos.

Um homem tão célebre como Marco Polo não podia escapar às honras cívicas. Foi chamado à primeira magistratura de Veneza, e como falava sem cessar «nos milhões» do Grão Khan, que governava «milhões» de homens, chamaram-lhe a ele também *Messer Milhão*.

Foi nessa época, em 1296, que rebentou uma guerra entre Veneza e Génova. Uma frota

genovesa, comandada por Lamba Doria, corria as águas do Adriático e ameaçava o litoral. O almirante veneziano Andréa Dandolo equipou logo uma frota superior à frota genovesa e confiou o comando de uma galera a Marco Polo, que passava justamente por um navegador afamado. Contudo, na batalha naval de 8 de setembro de 1296, os venezianos foram vencidos, e Marco Polo, ferido gravemente, caiu em poder dos genoveses. Os vencedores, conhecendo e apreciando o que seu prisioneiro valia, trataram-no com muitas atenções. Foi conduzido a Génova, onde as mais nobres famílias, ávidas de ouvir as suas narrativas, lhe fizeram o mais gracioso acolhimento. Mas, se não se cansavam de o ouvir, Marco Polo cansou-se enfim de contar e, tendo travado conhecimento, em 1298, durante o seu cativeiro, com o pisano Rusticiano, ditou-lhe então a história completa das suas viagens.

Em 1299, Marco Polo foi restituído à liberdade. Voltou a Veneza, onde casou. Desde essa época, a história é muda a respeito dos diversos incidentes da sua vida. Sabe-se apenas pelo seu testamento, datado de 9 de janeiro de 1323, que deixou três filhas, e julga-se que morreu nessa época e na idade de setenta anos.

Tal foi a existência deste célebre viajante, cujas narrativas tiveram uma influência considerável nos progressos das ciências geográficas. Possuía num grau eminente o génio da observação. Sabia ver da mesma forma que sabia contar, e as explorações posteriores não fizeram senão confirmar a veracidade da sua relação. Até ao meio do século XVIII**,** os documentos tirados da narrativa de Marco Polo serviram de base aos estudos geográficos da mesma forma que às expedições comerciais feitas na China, na Índia e no centro da Ásia. Por isso a posteridade não pode deixar de aprovar o título que os primeiros copistas tinham dado à obra de Marco Polo: *O Livro das Maravilhas do Mundo.*

Capítulo 5 — Ibn-Batuta (1324-1353)

Marco Polo regressara à pátria havia vinte e cinco anos, pouco mais ou menos, quando um minorita da Ordem de S. Francisco atravessou a Ásia toda, de 1313 a 1330, desde o mar Negro até aos extremos limites da China, passando por Trebizonda, o monte Ararat, Babel e a ilha de Java. Mas a sua relação é tão confusa e a sua credulidade tão evidente, que se não pode ligar nenhuma importância às suas narrativas. O mesmo acontece com as viagens fabulosas de João de Mandeville, de quem diz Ceoley que publicou «uma obra tão cheia de mentiras que não existe talvez outra assim em nenhuma das línguas conhecidas».

Para acharmos ao viajante veneziano um sucessor digno dele, é necessário citar um viajante árabe, que fez, com relação ao Egito, à Arábia, à Anatólia, à Tartária, à Índia, à China, ao Bengala e ao Sudão, o que Marco Polo fizera a respeito de uma porção relativamente considerável da Ásia Central. Este homem, engenhoso e audaz, deve ser colocado na lista dos mais atrevidos exploradores.

Era um teólogo. Chamava-se Abdallah-El Lawati, mas tornou-se célebre com o sobrenome de Ibn-Batuta. No ano de 1324, no ano de 725 da Hégira, resolveu fazer uma romaria a Meca e, saindo de Tânger, sua terra natal, dirigiu-se a Alexandria, depois ao Cairo. Durante a sua residência no Egito, estudou particularmente o Nilo, sobretudo na sua foz; depois tentou subir-lhe a corrente, mas, impedido por algumas discórdias nas fronteiras da Núbia, teve de descer outra vez o grande rio, e fez-se de vela para a Ásia Menor.

Depois de ter visitado Gaza, os túmulos de Abraão, de Isaac e de Jacob, Tiro, então muito fortificada e inatacável por três lados, Tiberias, que era apenas uma ruína, e cujos banhos célebres estavam inteiramente destruídos, Ibn-Batuta sentiu-se atraído pelas maravilhas do monte Líbano, sítio aonde iam ter todos os eremitas da época, que tinham judiciosamente escolhido um dos mais belos países da Terra para ir ali acabar os seus dias. Então, atravessando Balbek, tocando em Damasco, no ano de 1325, achou esta cidade dizimada pela peste. O horrível flagelo devorava até «vinte e quatro mil» pessoas por dia, se devemos dar crédito ao viajante, e sem dúvida Damasco ficaria despovoada se não fosse a intervenção do céu, que, na opinião de Ibn-Batuta, cedeu às preces do povo reunido nessa mesquita venerada, onde se vê a preciosa pedra que conserva a pegada de Moisés.

O teólogo árabe, saindo de Damasco, dirigiu-se para a cidade de Mesched, onde visitou o túmulo de Ali. Este túmulo atrai um grande número de romeiros paralíticos, a quem basta

passar uma noite em orações para se curarem das suas enfermidades. Batuta não parece pôr em dúvida a autenticidade deste milagre, que é conhecido em todo o Oriente pela denominação de «noite do restabelecimento».

Depois de Mesched, Ibn-Batuta, sempre infatigável e arrastado pelo seu desejo imperioso de ver, dirigiu-se para Baçorá e internou-se no reino de Ispaão, depois na província de Xiraz, onde queria conversar com o célebre taumaturgo Magd Oddin. De Xiraz passou a Bagdade, a Tebriz, em seguida a Medina, onde rezou no túmulo do Profeta, e enfim a Meca, onde descansou três anos.

Sabem todos que desta cidade santa partem incessantemente caravanas, que sulcam todo o país circunvizinho. Foi em companhia de alguns desses audaciosos mercadores que Ibn-Batuta pôde visitar todas as cidades do Iémen. Levou os seus reconhecimentos até Adém, na extremidade do mar Vermelho, e embarcou para Zeila, um dos portos da Abissínia. Tornava pois a pôr pé em terra africana. Entrando pelo país dos Berberes, estudou os usos e costumes dessas tribos porcas e repugnantes, que só vivem de peixe e de carne de camelo. Ibn-Batuta achou contudo na cidade de Makdasbu um certo luxo, e podíamos dizer quase um conchego de que conservou boa lembrança. Os habitantes desta cidade eram muito gordos; cada um deles «comia tanto como um convento inteiro»; e apreciavam muito delicadas gulodices, tais como compota de limões, cascas de pimenta fresca e gengibre verde.

Depois de ter reconhecido até certo ponto esse país dos Berberes, principalmente no litoral, Ibn-Batuta resolveu chegar a Zanguebar e, atravessando o mar Vermelho, foi, seguindo a costa arábica, a Zafar, cidade situada à beira do mar das Índias. A vegetação deste país era magnífica; o bétele, o coqueiro, a árvore do incenso, ali formavam magníficas florestas, mas, impelido sempre pelo seu espírito aventuroso, o viajante árabe foi mais adiante e chegou a Ormuz, à beira do golfo Pérsico. Percorreu algumas províncias persas. Tornamos a encontrá-lo segunda vez em Meca, no ano 1332. Voltava, pois, para a cidade santa três anos depois de a ter deixado.

Mas era isto apenas uma paragem na existência viajante de Ibn-Batuta, um instante de descanso, porque, abandonando a Ásia para viajar na África, este intrépido sábio aventurou-se de novo no meio das regiões pouco conhecidas do alto Egito, desceu novamente até ao Cairo. Deste ponto passa para a Síria, corre a Jerusalém, a Trípoli, e penetra até ao país dos Turcomanos, onde a «confraria dos moços» lhe fez o mais hospitaleiro acolhimento.

Depois da Anatólia, é da Ásia Menor que fala a relação árabe. Ibn-Batuta chegou até Erzerum, onde lhe mostraram um aerólito que pesava seiscentos e vinte arráteis. Depois, atravessando o mar Negro, visitou Crin e Kafa, Bulgar, cidade de uma latitude já bastante

elevada para que a desigualdade dos dias e das noites fosse muito pronunciada, e enfim chegou a Astracã, na embocadura do Volga, onde residia o Khan tártaro durante a estação invernosa.

A princesa Bailum, mulher deste chefe e filha do imperador de Constantinopla, dispunha-se a ir visitar seu pai. Era uma ocasião naturalíssima para Ibn-Batuta explorar a Turquia da Europa; alcançou licença para acompanhar a princesa, que partiu com cinco mil homens e seguida por uma mesquita portátil, que se armava em cada estação. A receção da princesa em Constantinopla foi magnífica, e os sinos repicaram com tal entusiasmo que até o horizonte se abalou com o barulho.

O acolhimento feito ao teólogo pelos príncipes do país foi digno da sua fama. Pôde visitar a cidade minuciosamente e ali se demorou trinta e seis dias.

Como se vê, numa época em que as comunicações eram difíceis e perigosas entre os diferentes países, Ibn-Batuta apresentava-se como audacioso explorador. O Egito, a Arábia, a Turquia da Ásia, as províncias do Cáucaso, tinham sido percorridas por ele. Depois de tantas fadigas, tinha direito ao descanso. Era grande a sua fama e satisfaria um espírito menos ambicioso. Era, sem contestação, o mais célebre viajante do século XIV, mas a sua insaciável paixão arrastou-o ainda, e o círculo das suas explorações devia ampliar-se consideravelmente.

Deixando Constantinopla, Ibn-Batuta dirigiu-se de novo a Astracã. Dali, atravessando os áridos desertos do Turquestão atual, chegou à cidade de Chorasm, que lhe pareceu grande e populosa, depois a Bucara, ainda meio destruída pelos exércitos de Gengis Khan. Algum tempo depois encontramo-lo em Samarcanda, cidade religiosa, que agradou muito ao sábio viajante, depois em Balk, onde só pôde chegar depois de ter atravessado o deserto de Khorassan. Esta cidade era apenas desolação e ruína. Os exércitos bárbaros tinham passado por ali.

Ibn-Batuta não se pôde demorar. Quis voltar para oeste, para a fronteira do Afeganistão. Apresentava-se diante dele o país montanhoso do Kusistan. Não hesitou em entrar por ele dentro, e, depois de grandes fadigas, vencidas com felicidade e paciência, conseguiu, enfim, chegar à importante cidade de Hérat.

Foi o ponto extremo do Ocidente em que Ibn-Batuta parou. Resolveu então voltar a seguir caminho para o Oriente e tocar nos extremos limites da Ásia até às praias do oceano Pacífico. Se o conseguisse passaria para além do círculo das explorações do ilustre Marco Polo.

Pôs-se pois a caminho, seguindo o Cabul e a fronteira do Afeganistão, chegou às

margens do Sindhi, o Indo moderno, que desceu até à foz, e dirigiu-se para Deli, a grande e bela cidade, que os seus habitantes tinham então desamparado para escapar aos furores do imperador Moâmede.

Esse tirano, às vezes generoso e magnífico, acolheu muito favoravelmente o viajante árabe. Não lhe poupou os seus favores e nomeou-o juiz em Deli, com concessão de terras e vantagens pecuniárias ligadas a esse cargo. Essas honras não deviam durar muito tempo. Ibn-Batuta, comprometido numa suposta conspiração, entendeu dever abandonar o seu emprego e fez-se faquir para escapar à cólera do imperador. Mas Moâmede teve o bom gosto de lhe perdoar e de o nomear seu embaixador na China.

A fortuna sorria pois ainda ao corajoso teólogo; ia poder viajar nesses países remotos em condições excecionais de bem-estar e de segurança. Ia encarregado de presentes para o imperador da China e acompanhado por dois mil cavaleiros.

Mas Ibn-Batuta não contava com os insurgentes, que ocupavam os países circunvizinhos. Houve um combate entre os homens da sua escolta e os hindus. Ibn-Batuta, separado dos seus companheiros, foi preso, roubado, amarrado e arrastado. Para onde? Não o sabia. Contudo, não perdendo nem a esperança nem a coragem, conseguiu escapar das mãos desses salteadores. Sete dias vagueou ao acaso; foi recolhido por um negro, e levado a Deli, ao palácio do imperador.

Moâmede fez logo as despesas necessárias para uma nova expedição e confirmou o viajante árabe na sua posição de embaixador. Desta vez a escolta atravessou sem tropeços o país insurgente, e por Kanoge, Merwa, Gwalior e Barun chegou ao Malabar. Tempo depois Ibn-Batuta entrou em Calicut, que veio a ser depois capital da província de Malabar, porto importante, onde esperou durante três meses o vento favorável para estudar a marinha mercante dos Chineses, que frequentavam esta cidade. Fala com admiração nos seus juncos, verdadeiros jardins flutuantes, nos quais se cultivavam o gengibre e as plantas de horta; espécie de aldeias independentes, possuídas em grande número por particulares com fortuna.

Chegou a estação favorável. Ibn-Batuta escolheu para o transportar um pequeno junco, comodamente arranjado, para o qual mandou transferir as suas riquezas e as suas bagagens. Outros treze juncos deviam receber os presentes enviados pelo soberano de Deli ao imperador da China. Mas, nessa noite, uma violenta tempestade fez soçobrar todos os navios. Felizmente Ibn-Batuta ficara em terra para assistir às preces da mesquita. Salvou-o a sua piedade, mas perdera tudo o que possuía: somente lhe restava «o tapete em cima do qual fazia as suas devoções», e, depois dessa segunda catástrofe, não se atreveu a tornar a apresentar-se diante do soberano de Deli. Havia realmente motivos para exasperar qualquer imperador

muito menos impaciente.

Ibn-Batuta tomou a sua resolução: abandonou o serviço imperial e as vantagens inerentes à sua qualidade de embaixador, e depois embarcou para as ilhas Maldivas, então governadas por uma mulher e que faziam grande comércio de fios de coco. Ali também o teólogo árabe foi investido da dignidade de juiz, desposou três mulheres, incorreu na cólera de um vizir, cioso da sua reputação, e teve de fugir em breve. Esperava poder chegar à costa de Choromandel, mas os ventos impeliram-lhe o navio para a ilha de Ceilão. Ibn-Batuta foi recebido com grandes atenções e obteve do rei licença para subir a montanha sagrada de Serendid ou pico de Adão. O seu fim era ver a pegada miraculosa situada no cimo do monte, que os Hindus chamam «pé de Buda» e os Maometanos «pé de Adão». Afirma ele na sua narrativa que esta pegada tem onze palmos de comprimento, cálculo muito inferior ao de um historiador do nosso século, que lhe não dá menos de setenta e nove braças. Este historiador até acrescenta que, enquanto um dos pés do nosso primeiro pai pousava no cimo da montanha, o outro molhava-se no oceano Índico. Ibn-Batuta fala também em grandes macacos barbados, que formam uma parte importante da população sujeita a um governo monárquico, representado por um rei cinocéfalo, coroado de folhas de árvores. Sabemos o que devemos pensar destas fábulas todas propagadas pela credulidade dos Hindus.

De Ceilão passou o viajante à costa de Choromandel, não sem ter experimentado violentas tempestades. Desta costa passou para a outra fronteira, atravessando a extremidade inferior da península indiana, e nessa costa de novo embarcou. Mas o seu navio foi tomado por uns piratas, e, roubado, quase nu, extenuado de cansaço, Ibn-Batuta chegou a Calicut. Nenhuma desgraça porém era capaz de o desanimar. Era dessa raça forte dos grandes viajantes, que se retemperam no infortúnio. Logo que a hospitalidade generosa de alguns mercadores de Deli lhe permitiu voltar a empunhar o seu bordão de viajante, embarcou de novo para as Maldivas, correu a Bengala, cujas riquezas naturais admirou, e fez-se de vela para Sumatra; avistou, depois de cinquenta dias de uma detestável viagem, uma das ilhas Nicobar, situadas no golfo de Bengala, e quinze dias depois chegou enfim a Sumatra, cujo rei o acolheu com muita benevolência, como fazia ele a todos os maometanos. Mas Ibn-Batuta não era um homem vulgar; agradou ao soberano da ilha, que lhe deu generosamente os meios de ir até à China.

Um junco transportou o viajante árabe pelo «mar tranquilo», e, setenta e um dias depois de ter saído de Sumatra, chegou ao porto de Kailuka, capital de um país bastante problemático, cujos habitantes, belos e corajosos, primavam no ofício das armas. De Kailuka, Ibn-Batuta passou para as províncias chinesas e visitou primeiro a magnífica cidade de

Zaitem, provavelmente o Tsuen-tcheou dos Chineses, que fica situado um pouco ao norte de Nanquim. Percorreu assim diversas cidades desse grande império, estudando os costumes desses povos, cujas riquezas, indústria e civilização foi admirando. Mas não chegou até à grande muralha, a que chama o «obstáculo de Gog e de Magog». Foi explorando assim esses países imensos e residiu na grande cidade de Chensi, que compreendia seis cidades fortificadas. Os acasos das suas peregrinações permitiram-lhe assistir ao funeral de um Khan, que foi enterrado em companhia de quatro escravos, de seis favoritos e de quatro cavalos.

Neste meio tempo rebentaram discórdias em Zaitem, que obrigaram Ibn-Batuta a deixar esta cidade. O viajante árabe embarcou para Sumatra, e dali, tocando em Calicut e em Ormuz, voltou a Meca no ano 1348, depois de ter percorrido a Pérsia e a Síria.

Não soara ainda a hora do descanso para este infatigável explorador. No ano seguinte tornava a ver Tânger, sua cidade natal, e em seguida, depois de ter visitado as regiões meridionais da Espanha, voltava a Marrocos e internava-se no Soldão, percorria os países banhados pelo Níger, atravessava o grande deserto, entrava em Tungubutu, fazendo assim um trajeto que bastaria para ilustrar um viajante menos ambicioso.

Tinha de ser esta a sua última expedição. Em 1353, vinte e nove anos depois de ter saído pela primeira vez de Tânger, voltava para Marrocos e fixava-se em Fez. Ibn-Batuta merece a fama do mais intrépido explorador do século XIV, e a posteridade é apenas justa quando escreve o seu nome imediatamente depois do de Marco Polo, o ilustre veneziano.

Capítulo 6 — João de Bettencourt (1339-1425)

I

Foi no ano de 1339 que nasceu no condado de Eu, na Normandia, João de Bettencourt, barão de Saint-Martin-le-Gaillard. Esse João de Bettencourt era de boa família, e, tendo-se distinguido na guerra e na navegação, veio a ser camarista de Carlos VI. Mas tinha a paixão das descobertas, e cansado do serviço da corte durante a demência do rei, pouco feliz no seu lar doméstico, resolveu deixar o seu país e ilustrar-se por alguma conquista aventurosa. Não tardaram a oferecer-se-lhe ocasiões e vamos dizer como.

Existe na costa africana um grupo de ilhas, chamadas as ilhas Canárias, que tiveram outrora o nome de ilhas Afortunadas. Juba, filho de um rei de Numídia, parece que as explorou no ano 776 de Roma. Na Idade Média, segundo certas relações, árabes, genoveses, portugueses, espanhóis e biscainhos visitaram em parte esse grupo interessante. Enfim, em 1393 um fidalgo espanhol, Almonaster, comandante de uma expedição, operou um desembarque em Lancerote, uma das Canárias, e trouxe, com um certo número de prisioneiros, produções que atestaram a grande fertilidade deste arquipélago.

Este facto chamou a atenção do cavaleiro normando. A conquista das Canárias seduziu-o, e, como homem piedoso, resolveu converter os canarianos à fé católica. Era um fidalgo valoroso, inteligente, destro, rico em recursos. Deixou o seu palácio de Grainville-la-Teinturière, em Caux, e dirigiu-se à Rochela. Ali encontrou o bom cavaleiro Gadifer de la Salle, que andava também à cata de aventuras. João de Bettencourt contou a Gadifer os seus projetos de expedição. Gadifer pediu-lhe que o deixasse tentar fortuna em sua companhia. Houve entre eles muito «lindas palavras», que levariam muito tempo a contar, e o negócio foi concluído.

Entretanto, João de Bettencourt reunira o seu exército. Possuía bons navios, suficientemente guarnecidos de homens e de vitualhas. Gadifer e ele deram à vela e, depois de terem sido contrariados pelos ventos na passagem da ilha de Ré e mais ainda pelas dissensões que rebentavam frequentemente entre os chefes e as equipagens, chegaram ao porto de Vivero, na costa de Galiza, depois à Corunha. Ali João de Bettencourt e os seus gentis-homens permaneceram oito dias. Os franceses tiveram algumas desavenças com um certo conde da Escócia, que se mostrou pouco amável com eles, mas tudo se limitou a uma troca de palavras. O barão tornou ao mar, dobrou o cabo Finisterra, seguiu a costa portuguesa até ao cabo de S. Vicente, e chegou ao porto de Cádis, onde se demorou bastante tempo. Ali teve ainda dares e tomares com uns mercadores genebreses, que o acusavam de lhes ter tomado o seu navio, e

teve até de se transportar a Sevilha, onde o rei Henrique III lhe fez justiça, absolvendo-o de todas as queixas. João de Bettencourt voltou para Cádis e achou uma parte da sua equipagem em plena revolta. Os seus marinheiros, assustados com os perigos da expedição, não queriam continuar a viagem, mas o cavaleiro francês, conservando os corajosos e mandando embora os covardes, mandou aparelhar, e, deixando o porto, saiu para o mar alto.

O navio do barão esteve três dias retido por calmaria, a que chamava *bonace;* depois, levantando o tempo, chegou em cinco dias a uma das ilhas pequenas do grupo das Canárias, a Graciosa, e enfim a uma ilha mais importante, Lancerote, que tem de comprimento 44 quilómetros e de largura 16, tendo pouco mais ou menos a grandeza e a forma da ilha de Rodes. Lancerote é rica em pastagens e em boas terras de cultura, muito propícias à produção da cevada. As fontes e as cisternas, muito numerosas, dão uma água excelente. A planta da tinturaria, chamada urzela, cresce ali com abundância. Quanto aos habitantes dessa ilha, que têm o costume de andar quase nus, são altos, bem feitos, e suas mulheres, vestidas de opas de couro, que arrastam pelo chão, são belas e honestas.

João de Bettencourt, antes de desmascarar os seus projetos de conquista, desejaria apoderar-se de um grande número de canarianos, mas não conhecia o país, e a operação era difícil.

Foi por conseguinte fundear ao abrigo de uma ilhota do arquipélago, situada mais ao norte, e, reunindo o seu conselho de fidalgos, perguntou-lhes a sua opinião sobre o que convinha fazer. O conselho opinou que era necessário a todo o custo, por sedução ou por manha, apresar gente do país. A fortuna favoreceu o bravo cavaleiro. O rei da ilha, Guadarfia, entrou em relações com ele e jurou obediência, como amigo e não como súbdito. João de Bettencourt mandou construir um castelo ou, antes, um forte na campina sudoeste da ilha, deixou ali alguns homens debaixo do comando de Berthin de Berneval, homem de boa diligência, e partiu com o resto da sua tropa para conquistar a ilha de Erbanie, que é simplesmente a ilha de Forteventura.

Gadifer aconselhou que se operasse um desembarque noturno, o que se fez; depois tomou o comando de uma pequena escolta e, durante oito dias, percorreu a ilha sem poder encontrar um só dos seus habitantes, que se tinham refugiado nas montanhas. Gadifer, vendo-se sem víveres, teve de voltar, e foi ter à ilhota de Lobos, situada entre Lancerote e Forteventura. Mas ali o seu mestre de marinheiros revoltou-se contra ele, e não foi sem dificuldade que Gadifer voltou com o barão ao forte da ilha Lancerote.

João de Bettencourt resolveu então voltar a Espanha, a fim de trazer abastecimentos e um novo contingente de homens de armas, porque não podia já contar com a sua equipagem.

Deixou por conseguinte o comando geral das ilhas a Gadifer; depois, despedindo-se de toda a companhia, fez-se de vela para Espanha, num navio que pertencia a Gadifer.

Lembram-se que João de Bettencourt nomeara Berthin de Berneval comandante do forte da ilha Lancerote. Esse Berneval era inimigo pessoal de Gadifer. Apenas o cavaleiro normando saiu, logo Berneval procurou corromper os seus companheiros e conseguiu levar um certo número deles, principalmente gascões, a revoltar-se contra o governador. Este, não suspeitando de modo algum do procedimento de Berneval, ocupava-se em caçar lobos-marinhos, na ilhota de Lobos, em companhia de um amigo, Remonnet de Lévéden, e de muitos outros. Esse Remonnet, tendo sido mandado a Lancerote para obter víveres, já ali não encontrou Berneval, que abandonara a ilha com os seus cúmplices, para se dirigir a um porto da ilha Graciosa, onde um patrão de navio, enganado pelas suas promessas, pusera a sua embarcação ao seu dispor.

Da ilha Graciosa o traidor Berneval voltou a Lancerote e levou o desaforo ao seu auge, simulando uma aliança com o rei da ilha e os canarianos. O rei, não pensando que um oficial do senhor de Bettencourt, em quem tinha toda a confiança, pudesse enganá-lo, veio com vinte e quatro dos seus súbditos pôr-se nas mãos de Berneval. Este, quando os viu a dormir, mandou-os amarrar e conduzir ao porto da ilha Graciosa. O rei, vendo-se indignamente traído, quebrou os seus laços, livrou três dos seus companheiros e conseguiu fugir; mas os outros desgraçados caíram prisioneiros e foram entregues por Berneval a ladrões espanhóis, que os foram vender a terras estrangeiras.

A esta infâmia juntou Berneval outras. Assim, por sua ordem, se apoderaram os seus companheiros do navio que Gadifer enviara ao forte de Lancerote para lhe levar víveres. Remonnet quis bater-se com estes traidores, mas ele e os seus eram em pequeníssimo número. As suas súplicas não puderam sequer impedir Berneval nem o seu bando de saquear e destruir as provisões, as ferramentas e as armas que João de Bettencourt reunira no forte de Lancerote. Depois não foram poupados os insultos ao governador, e Berneval exclamou: «Quero que Gadifer de la Salle saiba que o iria matar se ele fosse tão novo como eu sou; mas como o não é, não o farei. Mas se me faz subir o sangue à cabeça, mando-o afogar na ilha de Lobos, e que se entretenha na pesca dos lobos-marinhos.»

Entretanto, Gadifer e dez dos seus companheiros, sem víveres e sem água, estavam em perigo de morte na ilha de Lobos. Felizmente os dois capelães do forte de Lancerote, tendo ido ao porto da ilha Graciosa, conseguiram enternecer um patrão de navio, já irritado com a traição de Berneval. Esse patrão deu-lhes um dos seus companheiros, chamado Ximenes, que voltou ao forte de Lancerote. Ali estava uma frágil embarcação, que Ximenes carregou de

víveres; depois, embarcando com quatro fiéis de Gadifer, arriscou-se a ir até à ilhota de Lobos, distante quatro léguas, atravessando naquela ocasião «a mais horrível passagem de todas as que há neste sítio do mar».

Entrementes, Gadifer e os seus estavam sendo pungidos pelas mais terríveis torturas da fome e da sede. Ximenes chegou a tempo de os impedir de sucumbir. Gadifer, tendo sabido a traição de Berneval, meteu-se na barca para voltar a Lancerote. Estava furioso com o modo como Berneval se portara com os pobres canarianos, a quem o senhor de Bettencourt e ele tinham jurado proteger. Não! Nunca pensaria que esse traidor ousasse maquinar o que fizera, ele que era considerado como um dos mais «satisfatórios» da companhia!

Entretanto, o que fazia Berneval? Depois de ter atraiçoado o seu senhor, atraiçoava os companheiros, que o tinham ajudado a cometer os seus crimes. Mandava desembarcar doze deles e partia com tenção de ir ter a Espanha com João de Bettencourt e de fazer com que ele aprovasse o seu procedimento, contando-lhe as coisas a seu modo. Tinha por conseguinte o maior interesse em se desfazer de testemunhas incómodas, e abandonou-os. Esses desgraçados lembraram-se logo de implorar a generosidade do governador e confessaram-se ao capelão, que animou esse pensamento. Mas essa pobre gente, receando a vingança de Gadifer, assenhoreou-se de um barco, e num momento de desespero fugiu para a terra dos Mouros. O barco deu à costa na Barbaria; dez dos que iam a bordo afogaram-se, e os outros dois caíram nas mãos dos pagãos, que os fizeram seus escravos.

Ao tempo em que se passavam estes acontecimentos na ilha de Lancerote, João de Bettencourt, que se metera no navio de Gadifer, chegou a Cádis. Ali a primeira coisa que fez foi proceder com rigor contra os homens da sua equipagem, inclinados à revolta, e mandou prender os principais; depois enviou o seu navio a Sevilha, onde estava então o rei Henrique III, mas o navio soçobrou no Guadalquivir, com grande prejuízo de Gadifer.

João de Bettencourt, tendo chegado a Sevilha, ali recebeu um certo Francisco Calvo, que viera rapidamente das Canárias e que se oferecia a voltar para lá com abastecimentos para o governador. Mas o barão de Bettencourt não quis tomar decisão alguma a este respeito sem ter visto o rei.

Neste meio tempo chegou Berneval com os seus principais cúmplices e alguns canarianos, que trouxera com tenção de os vender como escravos. Este traidor esperava fazer com que redundasse em seu proveito a sua traição, e surpreender a boa fé do senhor de Bettencourt; mas não contara com um certo Courtille, trombeta de Gadifer, que vinha com ele. Este digno soldado denunciou as traições de Berneval e em presença da sua denúncia estes infames foram metidos na prisão de Cádis. Courtille fez conhecer também a situação dos

canarianos retidos a bordo. O cavaleiro normando, não podendo deixar Sevilha no momento em que ia obter uma audiência do rei, deu ordem para que estes insulares fossem tratados com todas as atenções. Mas, durante estas conferências, o navio que os trazia foi conduzido para Aragão, e em Aragão foi essa pobre gente vendida como escrava.

Entretanto, João de Bettencourt fora admitido à presença do rei de Castela, e depois de lhe ter contado o resultado da sua expedição: «Senhor, disse ele, venho-vos pedir socorro; venho pedir-vos que me deis licença de conquistar para a fé cristã umas ilhas que se chamam ilhas Canárias, e como sois rei e senhor de todo o país circunvizinho, e o rei cristão mais próximo, vim requerer-vos mercê para que me permitais que eu pelas Canárias vos preste homenagem.»

O rei, muito alegre, recebeu a menagem do cavaleiro normando, deu-lhe o senhorio das ilhas Canárias e, além disso, o quinto das mercadorias que das ditas ilhas viessem para Espanha. Fez-lhe ainda presente de vinte mil maravedis, perto de quinze mil francos, para comprar provisões destinadas a abastecer o governador Gadifer, e confiou-lhe o direito de cunhar moeda no país das Canárias.

Infelizmente esses vinte mil maravedis foram confiados a um homem de pouca fé, que fugiu para França, levando consigo a dádiva do rei de Castela.

Contudo, João de Bettencourt ainda obteve de Henrique III um navio bem equipado, com uma tripulação de oitenta homens e cheio de víveres, de armas e de ferramentas. João de Bettencourt, muito reconhecido à generosidade do rei, escreveu a Gadifer, mandando-lhe dizer tudo o que fizera, a sua extrema irritação e o seu «espanto» ao saber o modo como se portara esse tal Berneval, em quem depositava tanta confiança, e anunciou-lhe a próxima partida do navio dado pelo rei de Castela.

Entretanto passavam-se acontecimentos bastante graves na ilha de Lancerote. O rei Guadarfia, ofendido pelo procedimento do traidor Berneval para com ele, revoltara-se e alguns dos companheiros de Gadifer tinham sido mortos pelos canarianos. Gadifer estava resolvido a exigir o castigo dos culpados, quando um parente do rei, o indígena Ache, lhe foi propor apoderar-se de Guadarfia e destroná-lo em seu proveito. Este Ache era um malandrim que, depois de trair o rei, tencionava trair os normandos e expulsá-los do seu país. Gadifer, não suspeitando as suas más intenções e querendo vingar a morte dos seus, aceitou as propostas de Ache, e, tempo depois, na véspera do dia de Santa Catarina, o rei, surpreendido, era conduzido ao forte, onde foi preso com grilhões aos pés.

Dias depois Ache, proclamado soberano da ilha, atacou os companheiros de Gadifer. Guadarfia, tendo conseguido escapar-se, apoderou-se de Ache por sua vez, e fê-lo

imediatamente lapidar e queimar.

O governador, muito irritado com estas cenas violentas, que todos os dias se renovavam, tomou a resolução de matar todos os homens do país e de só conservar as mulheres e as crianças, para as mandar batizar. Mas foi nessa época que chegou o navio expedido por João de Bettencourt, e outros cuidados reclamaram Gadifer. Esse navio, além dos seus oitenta homens e das provisões de que vinha carregado, trazia uma carta, na qual, entre outras coisas, João de Bettencourt informava Gadifer de que prestara menagem ao rei de Castela pelas ilhas Canárias, coisa com que o governador não se alegrou muito, porque supunha que também lhe caberia o seu quinhão nas ditas ilhas; mas dissimulou o seu descontentamento e acolheu muito bem os recém-chegados.

Procedeu-se desde logo ao desembarque dos víveres e das armas, e Gadifer meteu-se a bordo do navio a fim de ir explorar as ilhas vizinhas. Ia acompanhado de Remonnet e de muitos outros, e levava dois canarianos para lhe servirem de guias.

Gadifer chegou sem obstáculos à ilha de Forteventura. Alguns dias depois do seu desembarque, foi explorar o interior com trinta e cinco homens, mas a maior parte dos seus companheiros não tardaram a abandoná-lo, e só treze, dois dos quais eram besteiros, ficaram com ele. Gadifer continuou contudo a sua exploração. Depois de ter passado a vau um rio bastante volumoso, entrou num magnífico vale, assombreado por oitocentas palmeiras. Depois, tendo descansado e restaurado as suas forças, continuou o seu caminho, galgando uma comprida encosta.

Ali apareceram uns cinquenta indígenas que, rodeando o pequeno grupo, ameaçaram exterminá-lo. Gadifer e os seus companheiros portaram-se com sangue-frio, conseguiram pôr em fuga os seus inimigos, e puderam à tarde voltar ao seu navio, levando quatro mulheres prisioneiras.

No dia seguinte, Gadifer deixou Forteventura e foi arribar à Grande Canária, a um grande porto entre Tellés e Argonez. Quinhentos indígenas vieram ao seu encontro, mas sem fazer demonstrações hostis; trocaram por anzóis e ferragens produtos do país, tais como figos e sangue-de-drago, substância resinosa tirada do dragoeiro, cujo cheiro balsâmico é muito agradável. Contudo, estes canarianos estavam em guarda contra os estrangeiros porque tinham tido razão de queixa da gente do capitão Lopes, que, vinte anos antes, fizera irrupção na ilha, e não permitiram a Gadifer desembarcar.

O governador teve por conseguinte de se fazer à vela sem ter explorado a Grande Canária, e dirigiu-se para a ilha de Ferro; depois de a ter apenas costeado, o seu navio chegou de noite à ilha de Gomera, onde brilhavam os fogos dos indígenas. Quando rompeu o dia,

alguns dos companheiros de Gadifer quiseram desembarcar, mas os Gomeritas, muito temíveis pela sua destreza e pela sua intrepidez, correram sobre os castelhanos, que foram obrigados a reembarcar a toda a pressa.

Gadifer, muito descontente com o acolhimento que lhe faziam esses selvagens canarianos, resolveu tentar fortuna ainda outra vez na ilha de Ferro. Partiu, por conseguinte, e chegou de dia a essa ilha. Ali pôde desembarcar sem obstáculo e demorou-se nesse porto vinte e dois dias.

A ilha era magnífica na sua parte central. Eriçavam-na mais de cem mil pinheiros. Arroios, claros e abundantes, a banhavam em muitos sítios. As codornizes pululavam e encontravam-se com abundância cabras, porcos e ovelhas.

Dessa ilha hospitaleira passaram os conquistadores para a ilha de Palma e fundearam num porto situado à direita de um rio importante. Essa ilha era a que ficava mais avançada para o lado do oceano. Coberta de pinheiros e de dragoeiros, banhada por bons rios, revestida de excelente relva, podia prestar-se a toda a espécie de culturas. Os seus habitantes, altos e robustos, bem feitos, tinham as feições graciosas e a pele branquíssima.

Gadifer ficou pouco tempo nesta ilha; os seus marinheiros fizeram aguada para a volta, e em duas noites e dois dias, depois de terem costeado as outras ilhas do arquipélago, sem nelas desembarcarem, chegaram ao forte de Lancerote. Tinham estado ausentes três meses. Entretanto os seus companheiros, sempre em guerra com os indígenas, tinham feito um grande número de prisioneiros, e os canarianos, desmoralizados, vinham todos os dias entregar-se à sua mercê e implorar a consagração do batismo. Gadifer, encantado com estes resultados, fez partir um dos seus gentis-homens para Espanha, a fim de dar conta a João de Bettencourt do estado atual da colónia canariana.

II

Ainda o enviado do governador não chegara a Cádis e já o barão de Bettencourt desembarcava em pessoa no forte de Lancerote com «uma bela pequena companhia». Gadifer e os seus companheiros fizeram-lhe excelente acolhimento, assim como os canarianos batizados. Poucos dias depois, Guadarfia vinha ele mesmo entregar-se à discrição, e no ano de 1404, a 20 de fevereiro, fez-se cristão com todos os seus companheiros. Os capelães de João de Bettencourt redigiram até em sua intenção uma instrução simplicíssima, contendo os principais elementos do cristianismo, a criação do Mundo, a queda de Adão e Eva, a história de Noé e da torre de Babel, a vida dos patriarcas, a história de Jesus Cristo e da sua crucificação pelos Judeus, e enfim dizia como se deve acreditar nos dez mandamentos da lei, no santo sacramento do altar, na Páscoa, na confissão e outros pontos.

João de Bettencourt era um homem audacioso. Não contente de ter explorado e, por assim dizer, tomado posse do arquipélago das Canárias, pensava já em conquistar esses países da África, banhados pelo oceano. Voltando para Lancerote, era o seu pensamento secreto, e, contudo, ainda lhe restava muito a fazer para estabelecer um domínio efetivo sobre esse grupo de ilhas, de que não era realmente senão um senhor nominal. Resolveu portanto pôr mãos à obra e visitar ele mesmo todas essas ilhas que Gadifer já explorara.

Mas, antes de partir, teve uma conversação com Gadifer, que é bom contar. Gadifer, enaltecendo os seus serviços, pediu ao barão que lhos recompensasse, fazendo-lhe presente de Forteventura, de Tenerife e de Gomera.

— Senhor meu amigo — replicou o barão —, as ilhas e os países que me pedis ainda não estão conquistados. Mas não é intenção minha que percais o vosso trabalho, nem que deixeis de ser recompensado, porque tendes direito a sê-lo. Acabemos a nossa empresa, peço-vos, e fiquemos irmãos e amigos.

— Isso é muito bem dito — respondeu Gadifer —, mas há uma coisa com que eu não estou satisfeito: é com o terdes dado já menagem ao rei de Castela das ilhas Canárias, dizendo-vos seu exclusivo senhor.

— A respeito do que dizeis — volveu João de Bettencourt — é bem verdade que dei menagem pelas ilhas e que me considero também seu verdadeiro senhor, pois que assim apraz ao rei de Castela. Mas, se vos apraz esperar o fim deste nosso negócio, para vos contentar, dar-vos-ei e deixar-vos-ei coisas com que fiqueis satisfeito.

— Não me demorarei muito tempo neste país — informou Gadifer —, porque preciso

de voltar a França. Não quero demorar-me mais tempo aqui.

E, dizendo isto, os dois cavaleiros separaram-se; mas Gadifer acalmou-se a pouco e pouco e não se recusou a acompanhar João de Bettencourt durante a sua exploração do arquipélago canariano.

O barão de Bettencourt, bem abastecido e bem armado, fez-se de vela para Forteventura. Demorou-se três meses nessa ilha e, para se estrear, apoderou-se de um grande número de indígenas, que mandou transportar para a ilha de Lancerote. Ninguém se espantará deste modo de proceder, que era naturalíssimo numa época em que todos os exploradores procediam assim. Durante a sua residência, o barão percorreu a ilha toda, depois de se ter fortificado contra os ataques dos indígenas, que eram homens de alta estatura, fortes e bem firmes na sua lei. Uma cidadela, chamada Richeroque, cujos vestígios se veem ainda no meio de um casal, foi construída na ladeira de uma alta montanha.

Nessa época e apesar de não ter esquecido as suas razões de queixa e o seu mau humor, que se traduzia muitas vezes por palavras grosseiras, Gadifer aceitou o comando de uma companhia que o barão pôs às suas ordens para conquistar a Grande Canária.

Partiu no dia 26 de julho de 1404, mas essa expedição não deu o mínimo resultado útil. Em primeiro lugar os navegadores foram muito flagelados pela tempestade e pelos ventos contrários. Chegaram, enfim, ao pé do porto de Teldés, mas, como caía a noite e o vento soprava rijamente, não se atreveram a desembarcar nesse sítio, e foram mais adiante, à pequena cidade de Argyneguy, diante da qual ficaram onze dias fundeados. Ali os naturais, excitados pelo seu rei Artany, armaram laços que iam sendo fatais à gente de Gadifer. Houve escaramuça, sangue derramado, e os castelhanos, não se sentindo numerosos, vieram passar dois dias a Teldés e dali voltaram a Lancerote.

Gadifer, muito contrariado pelo malogro da sua expedição, começou a achar péssimo tudo o que se passava à roda dele. O seu ciúme contra o seu chefe crescia todos os dias, e fazia violentas recriminações, repetindo que o barão de Bettencourt não fizera tudo e que as coisas não estariam tão adiantadas se outros o não tivessem ajudado. Estas palavras chegaram aos ouvidos do barão, que se irritou muito. Lançou-as em rosto ao invejoso Gadifer, do que resultou entre eles uma troca de injúrias. Gadifer persistiu na sua ideia de deixar esse país, onde, quanto mais se demorasse, menos ganharia. Ora exatamente João de Bettencourt dispusera as suas coisas para voltar a Espanha; propôs a Gadifer que o acompanhasse a fim de «prover de remédio ao seu desacordo». Gadifer aceitou, mas os dois rivais não fizeram caminho juntos, e, enquanto o barão partia no seu navio, Gadifer fazia-se à vela no seu. Chegaram ambos a Sevilha e Gadifer fez as suas reclamações, mas, não lhe tendo dado razão

o rei de Castela e tendo aprovado plenamente o procedimento do barão de Bettencourt, Gadifer deixou a Espanha, voltou a França, e nunca mais tornou a essas Canárias, que esperava conquistar por sua conta.

O barão de Bettencourt despediu-se do rei quase imediatamente. A administração da nascente colónia reclamava imperiosamente a sua presença. Antes da sua partida, os habitantes de Sevilha, que gostavam muito dele, fizeram-lhe grande número de obséquios, e, o que era mais útil, abasteceram-no de armas, de víveres, de ouro e de prata.

João de Bettencourt chegou à ilha de Forteventura, onde foi alegremente acolhido pelos seus companheiros. Gadifer, quando partira, deixara, para o substituir, o seu bastardo Aníbal, a quem o barão fez muito boa cara.

Os primeiros dias do estabelecimento do barão de Bettencourt na ilha foram assinalados por combates numerosos com os canarianos, que chegaram até a destruir a fortaleza de Richeroque, depois de terem queimado uma capela e saqueado os abastecimentos. O barão perseguiu-os com vigor e afinal ficou vitorioso. Mandou chamar uma grande quantidade da sua gente, que ficara em Lancerote, e deu ordens para que a cidadela fosse imediatamente reconstruída.

Todavia os combates recomeçaram e muitos canarianos morreram, entre outros um certo gigante de nove pés de altura, que João de Bettencourt queria apanhar vivo. O barão não se podia fiar no bastardo de Gadifer nem na gente que o acompanhava. Esse bastardo herdara o ciúme de seu pai contra o barão; mas este, carecendo do seu auxílio, dissimulava a sua desconfiança. Por grande felicidade, a sua gente era superior em número à que se conservava fiel a Gadifer. Entretanto as recriminações de Aníbal chegaram a ser tais que o barão enviou-lhe um dos seus lugares-tenentes, João o Cortês, para lhe lembrar o seu juramento e ordenar-lhe que se conformasse com ele.

João o Cortês foi muito mal recebido; teve barulho com o bastardo e com os seus, principalmente por causa de certos prisioneiros canarianos, que esses partidários de Gadifer conservavam indevidamente e que não queriam restituir. Aníbal, contudo, teve de obedecer; mas João o Cortês, voltando ao barão, contou-lhe as insolências do bastardo e procurou excitar o seu chefe contra ele. «Não, senhor — respondeu-lhe o justo Bettencourt —, não quero que se lhe faça injustiça, nem a ele nem aos seus. É necessário não se fazer tudo o que se tem direito de fazer; devemos sempre reprimir-nos e cuidar da honra mais que do proveito.» Belas palavras que todos deviam meditar.

Entretanto, apesar destas discórdias intestinas, continuava a guerra entre os indígenas e os conquistadores, mas estes, bem armados e «artilhados», venciam em todos os recontros.

Por isso os reis de Forteventura, dispostos a parlamentar, mandaram um canariano ao barão de Bettencourt para lhe pedir uma trégua. Acrescentavam que o seu desejo era converter-se ao cristianismo. O barão, muito contente com estas propostas, respondeu que os reis seriam bem e alegremente recebidos, se se lhe apresentassem.

Logo, o rei de Maxorata, que reinava no noroeste da ilha, veio com uma comitiva de vinte e duas pessoas, que foram todas batizadas no dia 18 de janeiro de 1405. Três dias depois, outros vinte e dois indígenas recebiam o sacramento do batismo. No dia 25 de janeiro, o rei que governava a península de Handia, ao leste de Forteventura, apresentou-se seguido por vinte e seis dos seus súbditos, que foram igualmente batizados. Em pouco tempo todos os habitantes de Forteventura abraçaram a religião católica.

O barão de Bettencourt, feliz com o seu triunfo, pensou então em tornar a ver o seu país. Deixou o comando e o governo das ilhas ao seu novo lugar-tenente, João o Cortês, e partiu no último dia de janeiro, no meio das bênçãos e dos prantos dos seus companheiros, levando três canarianos e uma canariana, a quem queria mostrar o reino de França. Partiu. «Deus queira conduzi-lo e reconduzi-lo», diz a relação.

Em vinte e um dias, o barão de Bettencourt chegou ao porto de Harfleur; dois dias depois, entrava no palácio de Grainville. Todos os fidalgos do país o vieram festejar e a baronesa e ele folgaram muito de se tornar a ver. A intenção de João de Bettencourt era voltar às Canárias o mais breve possível. Tencionava levar todos aqueles compatriotas a quem conviesse segui-lo, alistando gente de todos os ofícios, a quem prometia terras, gente casada ou por casar. Chegou assim a reunir um certo número de emigrados, entre os quais se contavam vinte e oito homens de armas, dos quais vinte e três levaram suas mulheres. Dois navios tinham sido dispostos para o transporte dessa tropa, e aprazaram encontrar-se no sexto dia de maio. A 9 do mesmo mês o barão de Bettencourt deu à vela e desembarcava em Lancerote quatro meses e meio depois de ter deixado o arquipélago.

O fidalgo normando foi recebido ao som das trombetas, clarins, tambores, harpas, buzinas e outros instrumentos. Não era capaz de se ouvir Deus trovejar no meio da música que eles faziam. Os canarianos saudaram com as suas danças e os seus cantos a volta do governador, gritando: «Aí vem o nosso rei!» João o Cortês veio a toda a pressa ao encontro do seu capitão, que lhe perguntou como ia tudo. «Senhor, vai tudo cada vez melhor», respondeu o lugar-tenente.

Os companheiros do barão de Bettencourt alojaram-se com ele no forte de Lancerote. Parecia que o país lhes agradava muito. Comiam tâmaras e frutas da terra, que lhes pareciam excelentes, e nada lhes fazia mal.

Depois de ter residido algum tempo em Lancerote, João de Bettencourt partiu com os seus novos companheiros para visitar Forteventura. Aqui, o acolhimento que recebeu não foi menos alegre, sobretudo da parte dos canarianos e dos seus dois reis. Estes cearam com o barão na fortaleza de Richeroque, que João o Cortês mandara restaurar.

O barão de Bettencourt anunciou então o projeto que tinha de conquistar a Grande Canária, como conquistara Lancerote e Forteventura. Na sua ideia, seu sobrinho Maciot, que trouxera de França, devia suceder-lhe no governo das ilhas, a fim de que este país não estivesse nunca sem o nome de Bettencourt. Deu parte deste projeto ao lugar-tenente João o Cortês, que o aprovou muito, e acrescentou: «Senhor, se aprouver a Deus, quando voltardes a França, voltarei convosco. Sou um mau marido; há cinco anos que não vejo minha mulher, e, na verdade, ela não se lhe dá muito disso.»

A partida para a Grande Canária foi fixada no dia 6 de outubro de 1405. Três navios transportavam a pequena tropa do barão. Mas o vento levou-os à costa africana e passaram adiante do cabo Bojador, onde João de Bettencourt desembarcou. Fez um reconhecimento de oito léguas no país e apoderou-se de três mil camelos e de alguns indígenas, que trouxe para o seu navio. Embarcou-se o maior número possível daqueles animais, que era oportuno aclimatar nas Canárias, e o barão deu à vela, abandonando esse cabo Bojador, que teve a honra de dobrar trinta anos antes dos navegadores portugueses.

Durante essa navegação da costa africana para a Grande Canária, foram os três navios separados pelos ventos. Um foi ter a Forteventura, outro à ilha de Palma. Mas enfim todos se reuniram no sítio aprazado. A Grande Canária media vinte léguas de comprimento e doze de largura. Tinha a forma de uma grade de lavoura. Ao norte era o terreno plano, e montanhoso para o sul. Pinheiros, oliveiras, dragoeiros, figueiras, palmeiras de tâmaras, ali formavam verdadeiras florestas. As ovelhas, as cabras, os cães bravos, achavam-se em grande quantidade nesta ilha. A terra, fácil de lavrar, produzia anualmente duas colheitas de trigo, e sem nenhum adubo. Os seus habitantes constituíam um grande povo e diziam-se todos gentis-homens.

Logo que João de Bettencourt operou o seu desembarque, pensou em conquistar esse país. Infelizmente os seus guerreiros normandos estavam muito ufanos da incursão que tinham feito na terra africana e lisonjeavam-se, se se lhes desse crédito, de conquistar com vinte homens apenas toda a Grande Canária e os seus dez mil indígenas. O barão de Bettencourt, vendo-os tão inchados, fez-lhes muitas recomendações de prudência, de que eles não fizeram caso. Custou-lhes caro. Efetivamente, numa escaramuça, durante a qual ao princípio levaram vantagem aos canarianos, debandaram; surpreendidos então pelos indígenas, foram

assassinados em número de vinte e dois, entrando na conta o lugar-tenente João o Cortês, e Aníbal, o bastardo de Gadifer.

Depois deste deplorável recontro, o barão de Bettencourt deixou a Grande Canária para ir submeter ao seu domínio a ilha de Palma. Os palmeiros eram homens de grande destreza em arrojar pedras, e raras vezes deixavam de acertar no alvo. Por isso, nos numerosos combates com os indígenas, houve um grande número de mortos de ambos os lados, perecendo uns cem normandos, mas ainda muitos mais canarianos.

Depois de seis semanas de escaramuças, o barão deixou a ilha de Palma e foi passar três meses à ilha de Ferro, grande ilha de sete léguas de comprido e cinco de largo, que tem a forma de um crescente. O seu solo é elevado e plano. Grandes pinhais e loureirais a ensombram em muitos sítios. Os vapores, retidos por altas montanhas, humedecem o solo e tornam-no próprio para a cultura do trigo e da vinha. A caça é ali abundantíssima; os porcos, as cabras, as ovelhas, percorrem os campos, em companhia de grandes lagartos, que têm o tamanho dos iguanos da América. Quanto aos habitantes do país, homens e mulheres, eram muito belos, vivos, sãos, ágeis de corpo, bem proporcionados e muito inclinados ao casamento. Em suma, essa ilha de Ferro era uma das mais «agradáveis» do arquipélago.

O barão de Bettencourt, depois de ter conquistado a ilha de Ferro e a ilha de Palma, voltou para Forteventura com os seus navios. Esta ilha, de dezassete léguas de comprimento e oito de largura, é formada de planícies e de montanhas. Contudo o seu solo é menos acidentado do que o das outras ilhas do arquipélago. Grandes rios de água doce correm à sombra de magníficos bosques; os eufórbios, de suco lácteo e acre, fornecem um violento veneno. Além disso, abundam as palmeiras, as oliveiras, assim como uma certa planta de tinturaria, cuja cultura não podia deixar de ser extraordinariamente frutífera. A costa de Forteventura não oferece bons refúgios para os navios grandes, mas os pequenos podem ali entrar com segurança.

Foi nesta ilha que o barão de Bettencourt principiou a fazer uma repartição entre os seus colonos, e operou-a com tanta justiça que todos ficaram satisfeitos com o seu quinhão. Aqueles que ele mesmo trouxera, os seus companheiros, deviam ser isentos de impostos durante nove anos.

A questão de religião e de administração religiosa não podia ser indiferente a um homem tão piedoso como o barão de Bettencourt. Tomou então a resolução de ir a Roma, a fim de obter para esse país um prelado bispo, que «ordenará e ampliará a fé católica». Mas, antes de partir, nomeou seu sobrinho, Maciot de Bettencourt, lugar-tenente e governador de todas as ilhas do arquipélago. Debaixo das suas ordens deviam funcionar dois alcaides, que teriam o

governo da justiça. Ordenou também que, duas vezes por ano, se lhe dirigissem notícias para a Normandia e que o rendimento de Lancerote e de Forteventura fosse empregado na construção de duas igrejas.

E disse a seu sobrinho Maciot: «Além disso, dou-vos pleno poder e autoridade para que, em todas as coisas que julgardes proveitosas e honestas, deis ordens e comanos, salvando a minha honra em primeiro lugar e o meu proveito. Que sigais, o mais perto que puderdes, os costumes da França e da Normandia, quer dizer, em justiça e em tudo o mais que virdes que é bom. Por isso peço-vos e encarrego-vos que, sempre que puderdes, tenhais paz e união entre vós; que vos ameis todos uns aos outros como irmãos, e especialmente que entre vós, gentis-homens, não tenhais inveja uns dos outros. A todos ordenei o que deviam fazer; o país é largo bastante; pacificai-vos uns aos outros e pertencei-vos uns aos outros. Não sei que mais vos hei de dizer, a não ser que principalmente nunca tenhais entre vós guerra, e tudo caminhará bem.»

O barão de Bettencourt demorou-se três meses em Forteventura e nas outras ilhas. Cavalgava na sua mula conversando com a gente do país, que principiava a falar a língua normanda. Maciot e os outros homens acompanhavam-no. Indicava-lhes as coisas boas que havia a fazer, as honestas resoluções que havia a tomar. Enfim, depois de ter explorado bem esse arquipélago que conquistara, proclamou que partiria para Roma no dia 15 de dezembro.

Voltando a Lancerote, o barão de Bettencourt ali se demorou até à sua partida. Ordenou então a todos os gentis-homens que trouxera, aos seus operários e aos três reis canarianos que se reunissem na sua presença três dias antes da sua partida, a fim de lhes dizer a sua vontade e de os recomendar a Deus.

Nenhum faltou à reunião. O barão de Bettencourt recebeu-os a todos na fortaleza de Lancerote, onde os banqueteou sumptuosamente. Terminada a refeição, subiu a uma cadeira um pouco alta e renovou as suas recomendações a respeito da obediência que todos deviam a seu sobrinho Maciot, o pagamento do quinto de todas as coisas para ele, o exercício dos deveres de cristãos e do amor de Deus. Depois escolheu os que o deviam acompanhar a Roma e dispôs-se a partir.

Apenas o seu navio levantou ferro, rebentaram os gemidos por todos os lados. Europeus e canarianos choravam este «reto senhor», que pensavam que nunca mais tornariam a ver. Um grande número deles metiam-se nas águas até meia perna, e procuravam segurar o navio que o levava. Mas a vela iça-se. O senhor de Bettencourt parte. «Deus pela sua misericórdia o queira guardar do mal e de todo o entropeço».

Em sete dias o barão normando chegou a Sevilha. Dali foi ter a Valhadolid com o rei, que o acolheu muito favoravelmente. Contou a história da conquista ao rei de Espanha e

solicitou dele cartas de recomendação para o papa, a fim de obter a criação de um bispado nas ilhas Canárias. O rei, depois de o ter tratado maravilhosamente e de o ter cumulado de presentes, outorgou-lhe as cartas que ele pediu, e o barão de Bettencourt, com uma comitiva brilhante, partiu para Roma.

Chegado à cidade eterna, o barão demorou-se ali três semanas. Foi admitido a beijar os pés ao papa Inocêncio VII, que, felicitando-o por ele ter conquistado todos esses canarianos para a fé católica, o felicitou por essa coragem de que dera provas para ir para tão longe de França. Depois redigiram-se as bulas como o barão de Bettencourt pedia, e Alberto des Maisons foi nomeado bispo de todas as ilhas canarianas. Enfim, o barão despediu-se do papa, que lhe deitou a sua bênção.

O novo prelado despediu-se do barão e partiu imediatamente para a sua diocese. Passou por Espanha, onde entregou ao rei cartas de João de Bettencourt. Depois fez-se de vela para Forteventura, onde chegou sem dificuldade. *Messer* Maciot, que fora criado cavaleiro, recebeu-o com grandes atenções. Alberto organizou imediatamente a sua diocese, governando bondosamente, pregando muitas vezes, ora numa ilha, ora noutra, e instituindo à missa do dia preces especiais por João de Bettencourt. Maciot era querido também de todos e com especialidade da gente do país. É verdade que esse bom tempo só durou cinco anos, porque depois Maciot, inebriado pelo exercício do poder soberano, entrou no caminho das exações e foi expulso do país.

Entretanto o barão de Bettencourt saíra também de Roma. Passou por Florença, chegou a Paris, e depois a Bettencourt, onde um grande número de gentis-homens vieram visitar o rei de Canária. É escusado perguntar se houve largos banquetes, e, se tinham vindo muitas pessoas de bem da primeira vez que Bettencourt voltou, da segunda ainda vieram mais. O barão de Bettencourt, «já, ancião», estabeleceu-se em Grainville com sua mulher, ainda bela e juvenil senhora. Tinha frequentemente notícias das suas queridas filhas, de seu sobrinho Maciot, ainda esperava tornar ao seu reino de Canária, mas Deus não lhe deu essa alegria.

Um dia, no ano de 1425, o barão caiu doente no seu castelo, e logo se viu que morria. Fez por conseguinte o seu testamento, recebeu os sacramentos da Igreja, «e diz a relação, terminando, foi deste século para o outro». Deus lhe queira perdoar os seus erros. Está enterrado em Grainville-la-Teinturière, na igreja da dita vila, mesmo diante do altar-mor da dita igreja, e faleceu no ano de mil quatrocentos e vinte e cinco.

Capítulo 7 — Cristóvão Colombo (1436-1506)

I

A data de 1492 é célebre nos anais geográficos. É a data memorável do descobrimento da América. O génio de um homem ia por assim dizer completar o globo terrestre, justificando este verso de Gagliuffi:

Unus erat mundus; duo sint, ait iste: fuere.

O mundo antigo devia, portanto, ser encarregado da educação moral e política do novo. Estava à altura dessa tarefa, com as suas ideias ainda estreitas, as suas tendências semibárbaras, os seus ódios religiosos? Respondam os factos por si.

Entre esse ano de 1405, no fim do qual João de Bettencourt acabava de terminar a sua colonização das Canárias, e o ano de 1492, o que se passara? Vamos contá-lo em poucas linhas.

Um movimento científico considerável, devido aos Árabes, que iam ser em breve expulsos da Espanha, se manifestara em toda a Península. Em todos os portos, mas sobretudo nos de Portugal, se falava nessa terra da África e nos países do ultramar, tão ricos e tão maravilhosos. «Mil narrativas, diz Michelet, inflamavam a curiosidade, o valor e a avareza; queriam-se ver esses misteriosos países, onde a Natureza prodigalizara os monstros, onde semeara o ouro à superfície da terra.» Um jovem príncipe, o infante D. Henrique, duque de Viseu, terceiro filho de D. João I, que se entregara ao estudo da astronomia e da geografia, exerceu nos seus contemporâneos influência considerável; é a ele que Portugal deve o desenvolvimento do seu poder ultramarino, e essas expedições repetidas, cujas entusiásticas narrações e cujos resultados grandiosos deviam inflamar a imaginação de Cristóvão Colombo.

Estabelecido na ponta meridional da província do Algarve, em Sagres, onde os seus olhares abrangiam a imensidade do oceano e pareciam procurar nas ondas alguma terra nova, D. Henrique mandou construir um observatório, criou um colégio marítimo, onde traçavam sábios cartas mais corretas e ensinavam o uso da bússola, rodeou-se de eruditos e reuniu preciosas informações sobre a possibilidade de tornear a África e de chegar às Índias. Sem nunca ter tomado parte numa expedição marítima, a sua animação, a proteção que deu aos marinheiros, granjearam a D. Henrique o sobrenome de *Navegador,* pelo qual é conhecido na História.

O cabo Não, esse limite fatal dos navegadores antigos, fora transposto quando em 1418

dois gentis-homens da corte do rei Henrique, João Gonçalves Zarcos e Tristão Vaz Teixeira, foram arrastados para o mar alto e arrojados a uma ilhota a que deram o nome de Porto Santo. Algum tempo depois, navegando para um ponto negro, que se conservava imóvel no horizonte, chegaram a uma ilha vasta e coberta de florestas magníficas.

Era a Madeira.

Em 1433, o cabo Bojador, que por tanto tempo suspendera os exploradores, foi dobrado pelos portugueses Gil Eanes e Gonçalves Baldaia, que vogaram mais de quarenta léguas para além.

Animados por esse exemplo, António Gonçalves e Nuno Tristão avançaram em 1441 até ao cabo Branco, no 21.º grau, «façanha, diz Faria de Sousa, que na opinião comum não é nada inferior aos trabalhos de Hércules», e trouxeram a Lisboa uma certa quantidade de áureo pó, produto do *Rio do Ouro*. Numa segunda viagem, Tristão reconheceu algumas das ilhas de Cabo Verde e avançou até à Serra Leoa. No decurso dessa expedição, comprara a traficantes mouros, na costa da Guiné, uma dezena de negros, que trouxe a Lisboa, e de que se desfez por um preço muito elevado, porque excitavam vivamente a curiosidade pública. Tal foi a origem do tráfico dos negros, que durante quatro séculos devia tirar à África tantos milhões dos seus habitantes e ser a vergonha da Humanidade.

Em 1441, Cadamosto dobrou o Cabo Verde e explorou uma parte da costa interior. Em 1446, os Portugueses, avançando mais pelo mar alto do que os seus antecessores, encontraram o arquipélago dos Açores. Desde então é banido todo o receio. Passou-se essa linha temível, onde se supunha que o ar queimava como fogo, sucedem-se sem descanso as expedições e todas voltam depois de ter aumentado o número das regiões descobertas. Parecia que não acabava nunca essa costa de África. Quanto mais se avançava para o sul, mais esse cabo tão procurado, essa extremidade do continente, que se devia dobrar para se entrar no mar das Índias, parecia recuar.

Havia algum tempo que o rei D. João II acrescentara aos seus títulos o de senhor da Guiné. Já, descobrindo-se o Congo, se descobrira um novo céu com desconhecidas estrelas, quando Diogo Cão, em três viagens sucessivas, levou o conhecimento da África mais adiante do que o tinham feito os seus predecessores e esteve quase roubando a Dias a honra de reconhecer a ponta austral do continente. O ponto extremo a que chegou fica a 21° 50’ de latitude sul. É o cabo Cross, onde se levantou, segundo o costume, um *padrão,* quer dizer, uma coluna comemorativa, que depois se encontrou. No seu regresso, visitou o rei do Congo na sua capital, e trouxe a Lisboa um embaixador chamado Caçuta, com uma comitiva numerosa de africanos, que todos vinham fazer-se batizar e aprender os dogmas da fé, que deviam propagar

na sua volta para o Congo.

Pouco tempo depois do regresso de Diogo Cão, no mês de agosto de 1487, três caravelas saíram do Tejo sob o comando superior de um cavaleiro da casa de el-rei, chamado Bartolomeu Dias, veterano dos mares da Guiné. Tinha debaixo das suas ordens um marinheiro experimentado, João Infante, e seu próprio irmão Pedro Dias, capitão do mais pequeno dos três navios, que ia com a carga de víveres.

Não possuímos a mínima informação sobre a primeira parte desta expedição memorável. Sabemos só, pelo que diz João de Barros, a quem é necessário recorrer sempre em tudo o que diz respeito às navegações dos Portugueses, que para além do Congo seguiu a costa até ao 29º paralelo e arribou a um porto que chamou das Voltas, pelo muito que teve de bordejar para lá entrar e onde deixou a mais pequena das suas caravelas, guardada por nove marinheiros. Depois de ter estado cativo cinco dias nesta angra, pelo mau tempo, Bartolomeu Dias fez-se ao largo e caminhou para o sul, mas viu-se sacudido durante treze dias pela tempestade.

Quanto mais avançava para o sul, mais a temperatura descia e se tornava relativamente rigorosa. Enfim, a fúria dos elementos acalmara. Dias virou a proa a leste, contando encontrar terra. Mas, no fim de alguns dias, estando a 42° 54’ de latitude sul, voltou para o norte e foi ancorar na baía dos *Vaqueiros,* assim chamada por causa dos rebanhos de vacas e dos pastores, que fugiram da praia para o interior, ao verem as duas caravelas. Neste momento Dias estava a quarenta léguas do cabo da Boa Esperança, que dobrara sem o ver. A expedição fez aguada, entrou na baía de S. *Brás* (hoje *Mossel-Bay)* e subiu a costa até à baía de Algoa e a uma ilha da Cruz, onde levantou um padrão; mas aí as tripulações, abatidas pelos perigos que acabavam de afrontar, exaustas pela má qualidade e raridade dos víveres, declararam que não queriam ir mais adiante. «Além disso, diziam eles, como a costa corre a leste, é bom que vamos reconhecer esse cabo que dobrámos sem saber.»

Dias reuniu o conselho e obteve que se subisse ainda a nordeste mais dois ou três dias. Foi graças à sua firmeza que pôde chegar a 25 léguas da ilha da Cruz e a um rio a que deu o nome do seu imediato, *Rio Infante*. Mas, perante a recusa das tripulações de irem mais adiante, não teve remédio senão tomar de novo o caminho da Europa.

«Quando se separou», diz Barros, «do padrão que neste sítio levantara, foi com tal sentimento de amargura, com tamanha dor, que se diria que deixava um filho exilado para sempre, sobretudo quando representava na mente quantos perigos ele e todos os seus haviam corrido, de que remota região tinham vindo, unicamente para levantar esse padrão, visto que Deus lhes não concedera o principal.»

Enfim, descobriram esse grande cabo, «escondido durante tantos centos de anos, e que o navegador com os seus companheiros chamou o cabo das Tormentas (o cabo *Tormentório)* em lembrança dos perigos e das tempestades que afrontara antes de o dobrar».

Com esta intuição, que é o apanágio dos homens de génio, D. João II substituiu a esse nome de cabo das Tormentas o de cabo da Boa Esperança. Para ele o caminho das Índias estava desde então aberto, e os seus vastos projetos para a ampliação do comércio e da influência da sua pátria iam poder realizar-se.

No dia 24 de agosto de 1488, Dias voltara à *Angra das Voltas*. Dos nove homens que ali deixara, seis tinham morrido; outro morreu de alegria, tornando a ver os seus compatriotas. O regresso efetuou-se sem acidente digno de observação. Depois de arribar à costa de Benim, onde fez o tráfico da escravatura, e à Mina, onde recebeu do governador o dinheiro proveniente do comércio da colónia, a expedição voltou a Portugal no decurso do mês de dezembro de 1488.

Coisa pasmosa! Dias não só não obteve recompensa alguma por essa atrevida viagem, coroada de êxito, mas parece que perdeu as boas graças do rei, porque não vemos que fosse empregado durante uma dezena de anos. Mais ainda: o comando da expedição encarregada de dobrar o cabo que ele descobriu foi dado a Vasco da Gama, e Bartolomeu Dias apenas o acompanhou numa posição subalterna até à Mina. Pôde ouvir a história da maravilhosa viagem do seu feliz émulo na Índia e avaliar a imensa influência que tal acontecimento exerceria nos destinos da sua pátria.

Fazia parte dessa expedição de Cabral, que descobriu o Brasil; mas não teve nem sequer a alegria de contemplar as praias de que mostrara o caminho. Apenas a frota acabava de sair da terra americana, levantou-se uma horrível tempestade. Quatro navios soçobravam, e entre eles o que Dias comandava. Foi para aludir a esse fim trágico que Camões pôs na boca de Adamastor, o génio do cabo das Tormentas, esta sombria predição:

Aqui espero tomar, se não me engano,
De quem me descobriu suma vingança.

Em suma, só em 1497, ou cinco anos depois da descoberta da América, é que o ponto central da África foi dobrado por Vasco da Gama. Pode-se por conseguinte afirmar que, se este último tivesse precedido Colombo, a descoberta do novo continente teria sido provavelmente demorada muitos séculos.

Efetivamente, os navegadores desta época mostravam-se muito timoratos, não ousavam

alargar-se para pleno oceano. Não desejando afrontar mares desconhecidos, seguiam prudentemente a costa africana sem nunca se afastarem dela. Se o cabo das Tormentas tivesse portanto sido dobrado, os marinheiros teriam tomado o costume de ir à Índia por este caminho e nenhum deles se lembraria de ir ao «país das especiarias», quer dizer à Ásia, aventurando-se através do Atlântico. Com efeito, quem se lembraria de procurar o Oriente pelo caminho do Ocidente?

Ora, exatamente por estes motivos, estava essa ideia na ordem do dia. O principal objeto das empresas marítimas dos Portugueses no século XV, diz Cooley, era a procura de uma passagem para as Índias pelo oceano. Os mais sábios não chegavam a supor a existência de um novo continente por motivos de equilíbrio e de ponderação do globo terrestre. Iremos mais adiante. Algumas partes deste continente americano tinham sido realmente descobertas. Um navegador italiano, Sebastião Cabot, em 1487, parece que arribou a um ponto do Lavrador. Normandos escandinavos tinham decerto desembarcado nessas desconhecidas costas. Os colonos da Gronelândia tinham explorado a terra de Viland. Mas tal era a disposição dos espíritos nesta época, tais eram as improbabilidades da existência de um novo mundo, que essa Gronelândia, esse Viland, esse Lavrador, eram só considerados como um prolongamento das terras europeias.

Os navegadores do século XV não procuravam por conseguinte senão estabelecer comunicações mais fáceis com as praias da Ásia. Efetivamente, o caminho das Índias, da China e do Japão, regiões já conhecidas pelas maravilhosas narrativas de Marco Polo, esse caminho que atravessava a Ásia Menor, a Pérsia, a Tartária, era longo e perigoso. Demais, estes caminhos terrestres não podem nunca ser comerciais; os transportes por eles são muito difíceis e muito dispendiosos. Era necessário encontrar uma comunicação mais prática. Por isso todos os povos do litoral europeu, desde a Inglaterra até à Espanha, todas as populações que orlam o Mediterrâneo, vendo o largo oceano aberto diante dos seus navios, deviam perguntar e perguntavam a si próprios, efetivamente, se ele não ia ter às praias asiáticas.

A esfericidade da Terra estava demonstrada, logo este raciocínio era justo. Caminhando sempre para oeste, devia-se chegar necessariamente a leste. Quanto ao caminho através do oceano, não podia deixar de estar livre. Efetivamente, quem suspeitaria mesmo a existência deste obstáculo de três mil duzentas e cinquenta léguas de comprimento, atirado entre a Europa e a Ásia e que veio a chamar-se a América?

Devemos demais observar que os sábios da Idade Média não acreditavam que as praias da Ásia ficassem situadas a mais de duas mil léguas das praias da Europa. Aristóteles supunha o globo terrestre mais pequeno do que ele realmente é. «Que distância há entre as últimas

praias da Espanha e a Índia?», dizia Séneca; «o espaço de muito poucos dias, se o vento for favorável ao navio.» Era também o parecer de Estrabão. Este caminho entre a Europa e a Ásia devia ser curto. Além disso, vários pontos de arribação, tais como os Açores e essas ilhas de Antília, cuja existência era admitida no século XV entre a Europa e a Ásia, deviam assegurar a facilidade das comunicações transoceânicas.

Pode-se portanto afirmar que esse erro de distância, tão geralmente acreditado, teve o lado feliz de levar os navegadores dessa época a tentarem atravessar o Atlântico. Se tivessem conhecido a distância verdadeira que separa a Europa da Ásia, quer dizer cinco mil léguas, não se teriam aventurado nos mares do Ocidente.

Devemos dizer que alguns factos davam, ou, antes, pareciam dar razão aos partidários de Estrabão e de Aristóteles, que acreditavam na proximidade das praias orientais. Assim um piloto do rei de Portugal, navegando a quatrocentas e cinquenta léguas ao largo do cabo de S. Vicente, situado na ponta do Algarve, encontrou uma peça de madeira ornada de esculturas antigas, que não podia provir senão de um continente pouco afastado. Ao pé da madeira, os pescadores tinham encontrado uma trave lavrada e compridos bambus, que, pela sua forma, lembravam os da península indiana. Além disso, os habitantes dos Açores apanhavam muitas vezes nas suas praias pinheiros gigantes de uma desconhecida essência, e apanharam um dia dois corpos humanos, «cadáveres de larga face», diz o cronista Herrera, «e que não pareciam cristãos».

Estes diversos factos agitavam, portanto, as imaginações. Como se ignorava no século XV a existência desse *gulf-stream,* que, aproximando-se das costas europeias, lhes traz coisas americanas, havia razão para atribuir a esses fragmentos uma origem puramente asiática. Portanto a Ásia não estava muito afastada da Europa, e as comunicações entre esses dois extremos do velho continente deviam ser fáceis.

Assim, nenhum geógrafo desse tempo pensava que pudesse existir um novo mundo. É o que importa estabelecer categoricamente. Nem sequer se pensava, procurando esse caminho de oeste, em ampliar os conhecimentos geográficos. Não; foram comerciantes que se puseram à testa desse movimento e que preconizaram essa travessia do Atlântico. Não se pensava senão em comerciar e em comerciar pelo caminho mais curto.

Devemos acrescentar que a bússola, inventada, segundo a opinião mais geral, em 1302, por um certo Flávio Gioja de Amalfi, permitia então aos navios afastarem-se das costas e dirigirem-se fora da vista da terra. Além disso, Martim de Behaim e uns médicos de D. Henrique de Portugal tinham achado meio de se guiar pela altura do Sol e de aplicar o astrolábio às necessidades da navegação.

Admitidas estas facilidades, a questão comercial do caminho de oeste tratava-se pois diariamente na Espanha, em Portugal e na Itália, países onde a ciência se compõe de três quartas partes de imaginação. Discutia-se e escrevia-se. Os comerciantes, sobre-excitados, estimulavam os sábios. Um grupo de factos, de sistemas, de doutrinas se ia formando. Era tempo que uma só inteligência viesse resumi-los em si e assimilá-los. Foi o que sucedeu. Todas estas ideias esparsas acabaram por se acumular na cabeça de um homem, que teve num grau raro o génio da perseverança e da audácia. Esse homem foi Cristóvão Colombo, nascido provavelmente ao pé de Génova, em 1436, pouco mais ou menos. Dizemos «provavelmente», porque as aldeias de Cogoreo, de Nervi, reclamam, como Savona e Génova, a honra de o terem visto nascer. Quanto ao ano exato do nascimento do ilustre navegador, varia, segundo os comentadores, de 1430 a 1445, mas o ano de 1436 parece concordar mais exatamente com os documentos menos discutíveis.

A família de Cristóvão Colombo era de humilde condição. Seu pai, Domingos Colombo, fabricante de lãs, gozava contudo de certo bem-estar, que lhe permitiu dar a seus filhos uma educação mais que vulgar. O jovem Colombo, o primogénito da família, foi enviado à Universidade de Pavia, a fim de ali aprender gramática, língua latina, geografia, astronomia e navegação.

Aos catorze anos, Cristóvão Colombo trocou os bancos da escola pela tolda de um navio. Devemos confessar que, dessa época até 1487, este período da sua vida ficou muito obscuro. Citamos a propósito disso a opinião de Humboldt, referida pelo Sr. Charton, cujo pesar aumenta a respeito dessa incerteza relativa a Colombo quando se lembra de tudo o que os cronistas conservaram sobre a vida do cão Besserillo ou sobre o elefante Abuladabat, que Haroun Al-Rachid enviou a Carlos Magno.

O que parece mais provável, se nos fiarmos nos documentos do tempo e nos escritos do próprio Colombo, é que o jovem viajante visitou Portugal, a costa da Guiné, as ilhas africanas e talvez até a Gronelândia, tendo na idade de quarenta anos «navegado tudo o que se navegara até ao seu tempo».

Cristóvão Colombo chegara a ser um bom marinheiro. A sua reputação, bem estabelecida, fê-lo escolher para comandar as galeras genovesas no tempo da guerra da república com Veneza. O novo capitão fez depois uma expedição às costas barbarescas por conta do rei René de Anjou, e enfim em 1477 foi reconhecer as terras encerradas para além dos gelos da Islândia.

Terminada felizmente essa viagem, Cristóvão Colombo voltou a Lisboa, onde fixou a sua residência. Ali desposou a filha de um gentil-homem italiano, Bartolomeu Moniz

Perestrelo, marinheiro como ele, e muito imerso na corrente das ideias geográficas. Sua mulher, D. Filipa, não possuía bens, ele nada tinha. Era necessário portanto trabalhar para viver. O futuro descobridor do novo mundo pôs-se a fabricar livros de imagens, globos terrestres, cartas geográficas, plantas náuticas, e isso até 1484, mas sem abandonar os seus trabalhos científicos e literários. É até provável que durante esse período refizesse todos os seus estudos e chegasse a adquirir uma instrução muito superior à dos marinheiros do seu tempo.

Foi nessa época que «a grande ideia» germinou pela primeira vez no seu espírito? Assim se pode supor. Cristóvão Colombo seguia assiduamente as questões relativas aos caminhos do oeste e à facilidade das comunicações pelo ocidente entre a Europa e a Ásia. A sua correspondência prova que partilhava da opinião de Aristóteles sobre a distância relativamente curta que separava as praias extremas do antigo continente. Escrevia frequentemente aos sábios mais distintos do seu tempo, a esse Martim de Behaim, de quem já falámos, ao célebre astrónomo florentino Toscanelli, cujas opiniões não deixaram de ter influência nas de Cristóvão Colombo.

Nessa época, segundo o retrato que dele fez o seu historiador Washington Irving, Cristóvão Colombo era um homem de alta estatura, robusto e de nobre porte. Tinha o rosto comprido, nariz aquilino, os ossos da face salientes, os olhos claros e cheios de fogo, a tez corada e semeada de algumas sardas. Era um cristão profundamente convicto, que praticava com uma fé sincera os deveres da religião católica.

Na época em que Cristóvão Colombo estava em relações com o astrónomo Toscanelli, soube que este, a pedido de D. Afonso V, rei de Portugal, entregara a el-rei uma memória profunda sobre a possibilidade de ir ter às Índias pelo caminho de oeste. Colombo, consultado, apoiou com toda a sua autoridade as ideias de Toscanelli, favoráveis a esta tentativa. Mas isso não teve o mínimo resultado, porque o rei de Portugal, desviado desse projeto pelas suas guerras com a Espanha, morreu sem ter podido dirigir a sua atenção para as descobertas marítimas.

O seu sucessor, D. João II, adotou com entusiasmo o plano combinado de Colombo e de Toscanelli. Todavia, com uma perfídia que devemos denunciar, procurou despojar esses dois sábios do benefício da sua proposta e, sem os prevenir, mandou partir uma caravela para tentar essa grande empresa e chegar à China, atravessando o Atlântico. Mas não contava com a inexperiência dos seus pilotos, com a tempestade que se declarou contra eles, e, dias depois da sua partida, um furacão fazia voltar a Lisboa os marinheiros do rei de Portugal.

Cristóvão Colombo, justamente ferido por este ato indelicado, percebeu que não podia

contar com esse rei que o traíra indignamente. Enviuvando, saiu de Espanha com seu filho Diogo, no fim do ano de 1484. Supõe-se que foi a Génova, depois a Veneza, onde os seus projetos de navegação transoceânica foram também mal acolhidos. Seja como for, tornamo-lo a encontrar em Espanha no decurso do ano de 1485. O pobre grande homem estava sem recursos. Viajava a pé, levando ao colo o seu pequeno Diogo, que tinha dez anos. Mas, depois deste período, a história segue-o passo a passo, não o torna a perder de vista, e vai conservar à posteridade os mais leves incidentes desta grande existência.

Cristóvão Colombo achava-se então na Andaluzia, a meia légua do porto de Paios. Morrendo de fome, foi bater à porta de um convento franciscano, consagrado a Santa Maria da Arrábida, e pediu a esmola de um pouco de pão e de água para seu pobre filho e para si.

O guardião do convento, Juan Perez de Marchena, concedeu hospitalidade ao infeliz viajante. Interrogou-o. Surpreendido da nobreza da sua linguagem, esse bom padre mais maravilhado ficou ainda com a audácia das suas ideias, porque Cristóvão Colombo comunicou-lhe as suas aspirações. Durante muitos meses o marinheiro errante se demorou nesse convento hospitaleiro. Monges sábios se interessaram por ele e pelos seus projetos, estudaram os seus planos, informaram-se com os navegadores afamados e, deve-se notar, foram os primeiros que acreditaram no génio de Cristóvão Colombo. Juan Perez fez mais: ofereceu ao pai encarregar-se da educação de seu filho e deu-lhe uma excelente carta de recomendação para o confessor da rainha de Castela.

Esse confessor, prior do mosteiro do Prado, gozava de toda a confiança de Fernando e de Isabel, mas não soube admitir os projetos do navegador genovês e em nada o serviu junto da sua real penitente.

Cristóvão Colombo teve mais uma vez de se resignar e de esperar. Fixou-se por conseguinte em Córdova, para onde a corte devia transportar-se, e para viver tornou ao seu ofício de pintor de imagens. Poderia citar-se na história dos homens públicos uma existência mais desastrosa do que a do grande navegador? A fortuna podia fulminá-lo com mais repetidos golpes? Mas este homem de génio, indomável, infatigável, levantando-se debaixo das provações, não desesperava. Tinha o fogo sagrado, trabalhava sempre, visitando as personagens influentes, espalhando e defendendo as suas ideias, combatendo sem cessar com a energia mais heroica. Afinal conseguiu obter a proteção do grande cardeal, arcebispo de Toledo, Pedro Gonzalez de Mendoza, e graças a ele foi admitido na presença da rainha e do rei de Espanha.

Cristóvão Colombo devia nesse momento acreditar que chegara ao termo das suas atribulações. Fernando e Isabel acolheram favoravelmente o seu projeto, que foi submetido ao

exame de um concílio de sábios, de prelados e de religiosos, reunidos *ad hoc* num convento dominicano de Salamanca.

Mas o infeliz solicitador não chegara ainda ao termo das suas vicissitudes. Nessa assembleia, encontrou todos os seus juízes contra ele. Efetivamente, as suas ideias tocavam nas questões religiosas, tão apaixonadas durante o século XV. Os padres da Igreja tinham negado a esfericidade da Terra e, por conseguinte, não sendo a Terra redonda, uma viagem de circum-navegação tornava-se absolutamente contraditória com os textos da Bíblia e logicamente não podia ser empreendida. «Demais, diziam esses teólogos, se se conseguisse descer ao outro hemisfério, como se poderia subir para o nosso?»

Era esta uma argumentação seriíssima para a época. Por isso também Cristóvão Colombo chegou a ser quase acusado do mais imperdoável dos crimes nos países intolerantes, quer dizer, do crime de heresia. Pôde escapar às más disposições do concílio, mas o estudo do seu projeto foi mais uma vez adiado.

Passaram largos anos. O pobre homem de génio, desesperando de ser bem sucedido na Espanha, mandou seu irmão ao rei de Inglaterra, Henrique VII, a fim de lhe oferecer os seus serviços. Provavelmente o rei não respondeu.

Cristóvão Colombo voltou-se então com insistência nova para Fernando. Mas este achava-se então empenhado na sua guerra de extermínio contra os mouros, e foi só em 1492, depois de os ter expulso de Espanha, que prestou de novo atenção às palavras do genovês.

O negócio, desta vez, foi maduramente examinado. O rei consentiu em tentar a empresa. Mas, como cumpre às nobres e altivas almas, Cristóvão Colombo quis impor as suas condições. Regateou-se com o homem que devia enriquecer a Espanha! Colombo, indignado, ia sem dúvida e para sempre deixar esse ingrato país, mas Isabel, impressionada pela ideia desses infiéis da Ásia, que esperava converter à fé católica, mandou chamar o célebre navegador e acedeu a todos os seus pedidos.

Foi por conseguinte só dezoito anos depois de ter concebido o seu projeto e sete anos depois de ter deixado o mosteiro de Paios, que Colombo, que contava então os seus cinquenta e seis anos, assinou em Santa Fé, no dia 17 de abril de 1492, um contrato com o rei de Espanha.

Por convenção solene, foi conferido a Cristóvão Colombo o cargo de almirante-mor em todos os países que pudesse descobrir. Esse cargo devia passar para sempre aos seus herdeiros e sucessores. Cristóvão Colombo era nomeado vice-rei e governador das novas possessões que esperava conquistar nesse país da Ásia. Um décimo das pérolas, pedras preciosas, ouro, prata, especiarias e quaisquer fazendas e mercadorias obtidas de qualquer

maneira nos limites da sua jurisdição lhe devia pertencer.

Estava tudo concluído e Cristóvão Colombo ia executar, enfim, os seus projetos. Mas, repitamos, não pensava em encontrar esse novo mundo, cuja existência de nenhum modo suspeitava. Só queria «procurar o Oriente pelo Ocidente e passar pelo Oeste para as terras onde nascem as especiarias». Pode-se até certificar que Colombo morreu acreditando que chegara às praias da Ásia e sem mesmo ter sabido que descobrira a América. Mas isto em nada diminui a sua glória. O encontro do novo continente foi apenas um acaso. O que assegura a Colombo a fama imortal é esse génio audacioso, que o impeliu a afrontar os perigos de um novo oceano, a afastar-se dessas praias de que os navegadores não tinham ousado desviar-se até então, aventurar-se nessas vagas com os frágeis navios dessa época, que a primeira tempestade podia engolir, e arrojar-se, enfim, ao sombrio desconhecido dos mares.

Cristóvão Colombo começou os seus preparativos. Entendeu-se com uns ricos navegadores de Paios, os três irmãos Pinzon, que fizeram os adiantamentos necessários para completar as despesas do equipamento.

Três caravelas se armaram no porto de Paios. Chamavam-se a *Galega,* a *Nina* e a *Pinta.* Na *Galega* devia ir Colombo, que a batizou com o nome de *Santa Maria*, a *Pinta* era comandada por Martin Alonso Pinzon, e a *Nina* por Francisco Martin e Vicente Yanez Pinzon, seus dois irmãos. Foi difícil formar as tripulações, porque os marinheiros assustavam-se com a empresa. Contudo chegaram a reunir um efetivo de cento e vinte homens.

Na sexta-feira 3 de agosto de 1492 o almirante, saindo às oito horas da manhã a barra de Saltes, situada ao largo da cidade de Huelva, na Andaluzia, aventurou-se com as suas três caravelas, de meia coberta, nas ondas do Atlântico.

II

Durante o primeiro dia da sua viagem, o almirante — é com este título que as relações o designam —, o almirante, indo direito ao sul, fez quinze léguas antes do pôr do Sol. Dando então o rumo a sueste, virou a proa às Canárias, a fim de ir ali consertar a *Pinta,* cujo leme se desmontara, talvez por má vontade do timoneiro, que ia assustado com a viagem. Dez dias depois, Cristóvão Colombo fundeava diante da Grande Canária, onde reparava a avaria da caravela. Dezanove dias depois lançava ferro diante de Gomera, cujos habitantes lhe confirmaram a existência de uma terra desconhecida para oeste do arquipélago. Cristóvão Colombo só deixou esta ilha a 6 de setembro. Recebeu aviso de que três navios portugueses o esperavam ao largo com tenção de lhe cortar o caminho. Mas, sem fazer caso deste aviso, fez-se de vela, evitou habilmente o encontro dos seus inimigos, dirigiu os navios exatamente para oeste, e perdeu enfim de vista toda e qualquer terra. No decurso da sua viagem, o almirante teve cuidado de esconder aos seus companheiros a verdadeira distância do caminho percorrido todos os dias, diminuí-lo nas suas observações quotidianas, para não assustar mais os seus companheiros, fazendo-lhes conhecer a distância real a que estavam das terras da Europa. Todos os dias também observava atentamente as suas bússolas, e é a ele que sem dúvida se deve a descoberta da variação magnética, a que atendeu nos seus cálculos. Mas os seus pilotos inquietavam-se muito vendo as suas bússolas «noroestar», segundo a sua expressão.

No dia 14 de setembro os marinheiros da *Nina* viram uma andorinha e um rabo-de-palha. A presença destes pássaros devia indicar a existência de terra próxima, porque não se afastam dela ordinariamente a mais de vinte e cinco léguas sobre o mar. A temperatura era muito suave, o tempo magnífico. O vento soprava de leste e impelia as caravelas numa direção favorável, mas precisamente essa perseverança do vento leste assustara a maior parte dos marinheiros, que viam nessa mesma persistência, tão propícia à ida, um obstáculo à volta.

No dia 16 de setembro encontraram-se algumas algas ainda frescas, embaladas pelas ondas, mas terra não aparecia. E essas ervas provinham provavelmente de rochas submarinas e não das praias de um continente. A 17, trinta e cinco dias depois da partida da expedição, viram-se frequentemente ervas flutuando à superfície do mar; num desses tabuleiros relvosos encontrava-se até um camarão vivo, o que era um sintoma da proximidade das costas.

Durante os dias seguintes, um grande número de pássaros, rabos-de-palha, andorinhas-do-mar até, voaram em torno das caravelas. Colombo baseava-se na presença desses pássaros

para tranquilizar os seus companheiros, que principiavam a assustar-se muito de não encontrar terra depois de seis semanas de navegação. Mostrava ele grande sossego, pondo em Deus toda a sua confiança. Dirigia muitas vezes aos seus enérgicas palavras, e todas as noites os convidava a cantar a *Salve Regina* ou qualquer outro hino à Virgem. Com a palavra deste homem tão heroico, tão grande, tão seguro de si, tão superior a todas as fraquezas humanas, as tripulações reanimavam-se e iam para diante.

Pode-se imaginar facilmente que os marinheiros e os oficiais das caravelas devoravam com o olhar esse horizonte de oeste, para o qual se dirigiam. Todos tinham interesse pecuniário em ser os primeiros a descobrir o continente novo, porque ao primeiro que o descobrisse prometera o rei Fernando uma soma de dez mil maravedis, que equivalia pouco mais ou menos a oito mil francos da nossa moeda.

Os últimos dias do mês de setembro foram animados pela presença de um certo número de grandes pássaros, que voavam muitas vezes aos pares, o que demonstrava que não andavam perdidos. Por isso também Cristóvão Colombo sustentava com inabalável convicção que a terra não podia estar longe.

No 1.º de outubro, o almirante anunciou aos seus companheiros que tinham andado quinhentas e oitenta e quatro léguas para o oeste desde a ilha do Ferro.

Na realidade a distância percorrida pelas caravelas era superior a setecentas léguas, e Cristóvão Colombo sabia-o perfeitamente, mas continuava a dissimular a verdade a esse respeito.

No dia 7 de outubro, as equipagens da flotilha ficaram sobressaltadas com descargas de mosquetaria que partiam da *Nina*. Os comandantes, os dois irmãos Pinzon, julgavam ter descortinado a terra. Mas logo se reconheceu que se tinham enganado. Contudo, como afirmavam ter visto papagaios voar na direção do sudoeste, o almirante consentiu em modificar o seu caminho alguns pontos mais para o sul. Ora esta modificação teve consequências felizes para o futuro, porque, se continuassem a correr direitas a oeste, as caravelas teriam ido bater no grande banco de Bahama e aí se teriam provavelmente perdido.

Contudo, a terra, tão ardentemente desejada, não surgia. Todas as tardes, o Sol, desaparecendo no horizonte, mergulhava numa interminável linha de água. As três equipagens, vítimas muitas vezes de uma ilusão de ótica, principiavam a murmurar contra Colombo, «um genovês, um estrangeiro», que os arrastara tão longe da sua pátria. Alguns sintomas de revolta se manifestaram a bordo, e no dia 10 de outubro declararam os marinheiros que não iam mais adiante.

Aqui, os historiadores, um pouco fantasistas, que narraram a viagem de Cristóvão

Colombo, falam em cenas graves de que foi teatro a sua caravela. Segundo o que eles afirmam, a sua vida chegou a ser ameaçada pelos revoltados da *Santa Maria.* Dizem também que, depois dessas recriminações e por uma espécie de transação, se concedera ao almirante um prazo de três dias, findos os quais, se a terra não aparecesse, a frota devia tomar outra vez o caminho da Europa. Pode-se afirmar que estas histórias são fábulas devidas à imaginação dos romancistas do tempo. Nada nas relações do próprio Colombo pode permitir dar-se-lhes crédito. Mas é conveniente referi-las, porque nada se deve omitir do que diz respeito ao navegador genovês, e um pouco de lenda não fica mal a esta grande figura de Cristóvão Colombo.

Seja como for, murmurava-se a bordo das caravelas, isso é que não tem dúvida, mas as equipagens, reanimadas pelas palavras do almirante, pela sua enérgica atitude em presença do desconhecido, não se recusavam à manobra.

No dia 11 de outubro o almirante observou ao longo da sua caravela uma cana ainda verde, que flutuava num mar um tanto picado. Ao mesmo tempo a equipagem da *Pinta* içava para bordo outra cana e um pequeno pau, que parecia ter sido recortado com um instrumento de ferro. A mão do homem deixara evidentes sinais nestes objetos. Quase na mesma ocasião, os homens da *Nina* descortinavam um ramo de espinheiro em flor. Com isso todos os espíritos se rejubilaram. Não se podia duvidar da proximidade da costa.

A noite envolveu então o mar. A *Pinta,* a melhor veleira da flotilha, ia na frente. Já Cristóvão Colombo e um certo Rodrigo Sanchez, fiscal da expedição, julgavam ter observado uma luz, que se movia nas sombras do horizonte, quando o marinheiro Rodrigo, da *Pinta,* fez ouvir este grito: *Terra! Terra!*

Que se passaria nesse momento na alma de Colombo? Nunca um homem, desde a aparição da raça humana sobre a Terra, sentiu uma comoção comparável àquela que então sentiu o grande navegador! Talvez até se possa afirmar que o olhar que primeiro descobriu esse novo continente foi o do almirante! Mas pouco importa; a glória de Colombo não é ter chegado, é ter partido.

Foi só às duas horas da noite que a terra realmente se reconheceu. As caravelas não estavam a duas horas de distância. Todas as equipagens entoaram com voz comovida o *Salve Regina.*

Aos primeiros raios do Sol, viu-se uma pequena ilha a duas léguas a sotavento. Fazia parte do grupo das ilhas Bahama. Colombo chamou-lhe S. Salvador, e logo, pondo os joelhos em terra, começou a dizer com Santo Ambrósio e Santo Agostinho: *Te Deum laudamus, te Dominum confitemur.*

Neste momento, indígenas, completamente nus, apareceram na nova costa. Cristóvão Colombo passou para a sua chalupa com Alonso e Yanez Pinzon, o fiscal Rodrigo, o secretário Escovedo, e alguns outros. Atracou a terra, levando na mão a bandeira real, enquanto os dois capitães levavam a bandeira da cruz verde, em que se entrelaçavam as cifras de Fernando e de Isabel. Depois o almirante tomou posse solenemente da ilha, em nome do rei e da rainha de Espanha, e levantou um processo verbal desses atos. Durante esta cerimónia, os indígenas rodeavam Colombo e os seus companheiros. Eis em que termos, referidos por Mr. Charton, segundo a própria narrativa de Colombo, esta cena é contada:

«Desejando inspirar-lhes (aos indígenas) amizade por nós, e persuadido, ao vê-los, de que melhor confiariam em nós e melhor dispostos ficariam a abraçar a nossa santa fé se usássemos de doçura para os persuadir, antes do que se recorrêssemos à força, mandei dar a muitos deles barretes de cor e missangas, que puseram ao pescoço. Acrescentei outras coisas diferentes, de pouco valor; manifestaram verdadeira alegria e mostraram-se tão agradecidos que ficámos maravilhados. Quando voltámos às embarcações, vieram ter connosco a nado para nos oferecerem papagaios, novelos de fio de algodão, azagaias e muitas outras coisas. Demos-lhes em troca missangas, guizos e outros objetos. Davam-nos tudo o que tinham, mas pareceram-me pobríssimos. Os homens e as mulheres andam nus como quando saem do ventre de sua mãe. Entre os que vimos, só uma mulher era nova bastante, e nenhum homem tinha mais de trinta anos de idade. Eram bem feitos, de bonito corpo e de agradável fisionomia. Os seus cabelos, da grossura de crinas de cavalos, caíam-lhes adiante, em cima das sobrancelhas; por trás pendia-lhes um comprido rabicho, que não cortam nunca. Alguns pintam-se de uma cor escura, mas naturalmente são da mesma cor que os habitantes das Canárias. Não são nem pretos nem brancos; há alguns também que se pintam de branco ou de vermelho, ou de qualquer outra cor, ou pintando o corpo todo, ou a cara, ou só o nariz. Não têm armas como as nossas, não sabem mesmo o que é isso. Quando lhes mostrei espadas, agarravam-lhes pelo fio e cortavam os dedos. Não têm ferro; as suas azagaias são de pau. A ponta não é de ferro, mas às vezes de dente de peixe ou de qualquer outro corpo duro. Têm os movimentos graciosos. Reparando em que muitos deles tinham cicatrizes no corpo, perguntei-lhes por sinais como é que haviam sido feridos, e responderam-me do mesmo modo que os habitantes das ilhas vizinhas vinham atacá-los para os aprisionar e que eles se defendiam. Pensava e penso ainda que vêm da terra firme para os fazer prisioneiros e escravos; devem ser servos fiéis e de grande doçura. Repetem depressa e com facilidade o que ouvem. Estou persuadido de que se converteriam ao cristianismo sem dificuldade, porque me parece que não pertencem a seita alguma.»

Quando Cristóvão Colombo voltou a bordo, um certo número desses naturais seguiram a sua embarcação a nado. No dia seguinte, 13 de outubro, os naturais apareceram em multidão em torno das caravelas. Vinham embarcados em vastas pirogas, cortadas num tronco de árvore, algumas das quais podiam conter quarenta homens; dirigiam-se com uma espécie de pá de padeiro. Muitos desses selvagens traziam pequenas placas de ouro suspensas do nariz. Pareciam muito surpreendidos da chegada desses estrangeiros, e pensavam provavelmente que esses homens brancos tinham saído do mar. Era com respeito e curiosidade que tocavam nas vestimentas dos espanhóis, tomando-as sem dúvida por uma plumagem natural. O fato escarlate do almirante excitou sobretudo a sua admiração. Era evidente que consideravam Colombo um papagaio de uma espécie superior. Demais, reconheceram imediatamente que era ele o chefe dos estrangeiros.

Cristóvão Colombo e os seus visitaram então essa nova ilha de S. Salvador. Não se podiam cansar de admirar a sua feliz situação, as suas magníficas sombras, as suas águas correntes, as suas verdejantes campinas. A fauna era pouco variada. Os papagaios de plumagem resplandecente abundavam no arvoredo e representavam só por si a ordem dos pássaros. S. Salvador formava um planalto pouco acidentado. Um pequeno lago ocupava a sua parte central; nenhuma montanha lhe acidentava o solo. Contudo, S. Salvador devia encerrar grandes riquezas minerais, visto que os habitantes traziam enfeites de ouro. Mas esse precioso metal era tirado das entranhas da ilha. O almirante interrogou um destes indígenas e por sinais chegou a compreender que, torneando a ilha e navegando para o sul, encontraria um país cujo rei possuía grandes vasos de ouro e grandes riquezas. No dia seguinte, ao alvorecer, Cristóvão Colombo deu às suas caravelas ordem de levantar ferro e dirigiu-se para o continente indicado, que no seu entender não podia ser senão Cipango.

Devemos aqui fazer uma observação importantíssima, porque resulta do estado dos conhecimentos geográficos nesta época: é que Colombo julgava ter chegado às terras da Ásia. Cipango é o nome que Marco Polo dá ao Japão. Este erro do almirante, partilhado por todos os seus companheiros, só depois de muitos anos será reconhecido e, como já dissemos, o grande navegador, depois de quatro viagens sucessivas às ilhas, morrerá sem saber que descobriu um novo mundo. É fora de dúvida que os marinheiros de Colombo, e o próprio Colombo, imaginavam ter encontrado nessa noite de 12 de outubro de 1492 ou o Japão, ou a China, ou as Índias. É o que explica o motivo por que a América foi por tanto tempo chamada Índias Ocidentais, e o motivo por que os naturais desse continente são ainda hoje designados pelo nome de «índios», tanto no México e no Brasil como nos Estados Unidos. Cristóvão Colombo pensava, pois, unicamente em chegar às praias do Japão. Costeou S. Salvador, de

modo que pudesse explorar a sua parte ocidental. Os indígenas, correndo à praia, ofereciam-lhe água e caçave, espécie de pão fabricado com uma raiz chamada iúca. Muitas vezes o almirante desembarcou em diferentes pontos da costa e, deve-se confessar, faltando aos deveres da humanidade, mandou aprisionar alguns índios, com tenção de os levar para Espanha. Principiavam já a arrancar esses desgraçados ao seu país; não tardariam a vendê-los! Enfim, as caravelas, perdendo de vista S. Salvador, aventuraram-se em pleno oceano.

O destino favorecera Cristóvão Colombo, conduzindo-o assim ao meio de um dos mais belos arquipélagos do mundo inteiro. Todas estas novas terras, que ele ia descobrir, eram como que um joalheiro de ilhas preciosas, onde podia meter as mãos à farta.

No dia 15 de outubro, ao pôr do Sol, a flotilha lançou ferro ao pé da ponta oeste de uma segunda ilha, que foi chamada Conceição e que uma distância de cinco léguas apenas separava de S. Salvador. No dia seguinte o almirante arribou a essa praia com embarcações armadas e preparadas contra toda a surpresa. Os naturais, pertencentes à mesma raça que os de S. Salvador, acolheram muito bem os espanhóis. Mas, tendo-se levantado um vento sueste, Colombo juntou a flotilha e, avançando ainda mais nove léguas para oeste, descobriu uma terceira ilha, a que deu o nome de Fernandina. É atualmente a Grande Exuma.

Toda a noite estiveram à capa, e no dia seguinte, 17 de outubro, grandes pirogas vieram rodear as caravelas. As relações com os naturais eram excelentes. Os selvagens trocavam sossegadamente frutas e pequenos novelos de algodão por missangas, pandeiros, agulhas, que os seduziam muito, melaço, de que se mostravam muito gulosos. Esses indígenas de Fernandina, mais vestidos que os seus vizinhos de S. Salvador, eram também mais civilizados; habitavam em casas feitas em forma de pavilhões e providas de altas chaminés; estas choças eram muito asseadas por dentro e muito bem conservadas. A costa ocidental da ilha, profundamente chanfrada, podia abrir a um cento de navios um porto largo e magnífico.

Mas Fernandina não oferecia aos espanhóis essas riquezas que cobiçavam e desejavam trazer para a Europa; as minas de ouro faltavam a este solo. Contudo, os naturais, embarcados a bordo da flotilha, continuavam a falar numa ilha maior, situada ao sul e chamada Samoeto, na qual se colhiam preciosos metais. Colombo virou por conseguinte a proa para a direção indicada. Na sexta-feira, 19 de outubro, fundeou de noite ao pé desse Samoeto, a que chamou Isabel, e que é a ilha Longa das modernas cartas.

Pelo que diziam os indígenas de S. Salvador, devia-se encontrar nesta ilha um rei cujo poder era grande, mas o almirante esperou-o debalde uns poucos de dias; essa grande personagem não apareceu. A ilha Isabel oferecia um aspeto delicioso com os seus lagos límpidos e as suas espessas florestas. Os espanhóis não se cansavam de admirar essas novas

essências, cuja verdura espantava justamente os olhos europeus. Os papagaios voavam em bandos inumeráveis nas árvores frondosas, e grandes lagartos, muito vivazes, sem dúvida iguanos, se insinuavam rapidamente pelas altas eivas. Os habitantes da ilha, que tinham fugido primeiro ao ver os espanhóis, não tardaram a familiarizar-se e a traficar com as produções do seu solo.

Contudo, Cristóvão Colombo não abandonou a sua ideia de chegar às terras do Japão. Os indígenas tinham-lhe indicado para o oeste uma grande ilha pouco afastada, a que chamavam Cuba. O almirante supôs que devia fazer parte do reino de Cipango, e não duvidou de que dentro em pouco chegaria à cidade de Quinsay, ou, por outra, Hang-tcheou-fou, que foi outrora capital da China.

Foi por isso que, logo que o vento o permitiu, a flotilha levantou ferro. Na quinta-feira, 25 de outubro, teve-se conhecimento de sete ou oito ilhas, desdobradas numa só ilha, provavelmente as Mucaras. Cristóvão Colombo passou para diante e no domingo chegou à vista de Cuba. As caravelas fundearam num rio a que os espanhóis deram o nome de S. Salvador. Em seguida, depois de uma curta demora, continuando a navegar para o poente, entraram num porto situado na embocadura de um grande rio, que veio a ser depois o porto das Nuevitas dei Príncipe.

Numerosas palmeiras cresciam nas praias da ilha, e as suas folhas eram tão largas que só uma bastava para cobrir as cabanas dos naturais. Estes tinham deitado a fugir assim que se aproximaram os espanhóis, que encontraram na praia ídolos de figura de mulher, pássaros domesticados, ossos de animais, cães mudos e instrumentos de pesca. Os selvagens de Cuba foram atraídos pelos meios ordinários e fizeram trocas com os espanhóis.

Cristóvão Colombo julgou-se em terra firme e a algumas léguas apenas de Hang-tcheou-fou, e esta ideia estava por tal forma arreigada no seu espírito e no dos oficiais que tratou de mandar presentes ao Grão Khan da China. No dia 2 de novembro encarregou um gentil-homem do seu navio e um judeu que falava hebreu, caldaico e árabe, de irem ter com este monarca indígena. Os embaixadores, munidos de colares de pérolas e tendo seis dias para cumprir a sua missão, dirigiram-se para os países do interior do suposto continente.

Entretanto Cristóvão Colombo subiu no espaço de duas léguas, pouco mais ou menos, pelo rio que corria à sombra de grandes bosques odoríferos. Os habitantes faziam trocas com os espanhóis e indicavam frequentemente um sítio chamado Bohio, onde o ouro e as pérolas se achavam com abundância. Acrescentavam também que aí viviam homens de cabeça de cão, que se sustentavam de carne humana.

Os enviados do almirante voltaram ao porto a 6 de novembro, depois de quatro dias de

ausência. Dois dias de marcha tinham bastado para os levar a uma aldeia composta de umas cinquenta choupanas, nas quais foram acolhidos com grandes demonstrações de respeito. Beijavam-lhes os pés e as mãos; tomavam-nos por deuses que tinham descido do céu. Entre outras particularidades de costumes, contavam que os homens e as mulheres fumavam tabaco por meio de um canudo bifurcado, aspirando o fumo pelas ventas. Estes indígenas sabiam arranjar lume esfregando vivamente dois pedaços de pau um pelo outro. O algodão achava-se em grande quantidade em casas dispostas em forma de tenda, e uma delas tinha perto de onze mil arráteis de algodão. Quanto ao Grão Khan, nem a sombra lhe viram.

Indiquemos aqui um segundo erro cometido por Cristóvão Colombo, erro cujas consequências, na opinião de Irving, mudaram toda a série das suas descobertas. Colombo, julgando-se nas costas da Ásia, considerava logicamente Cuba como fazendo parte desse continente. Desde então, não pensou mais em lhe dar a volta, tomando a decisão de tornar para leste. Ora, se não se tivesse enganado nessa ocasião, se tivesse continuado a seguir a sua direção primitiva, os resultados da sua empresa ter-se-iam singularmente modificado. Efetivamente, ou seria arrojado para a Florida, na costa da América do Norte, ou teria ido direito ao México. Neste último caso, em vez de naturais ignorantes e selvagens, que teria encontrado? Os habitantes do grande império dos Astecas, desse reino meio civilizado de Montezuma. Ali teria encontrado cidades, exércitos, imensas riquezas, e o seu papel viria a ser sem dúvida o de Fernão Cortês. Mas não devia acontecer assim, e o almirante, perseverando no seu engano, voltou para leste com a sua flotilha, que levantou ferro no dia 12 de novembro de 1492.

Cristóvão Colombo costeou a ilha de Cuba, bordejou, reconheceu as duas montanhas de Cristal e de Moa; explorou um porto a que chamou Puerto del Principe, e um arquipélago, a que deu o nome de mar de Nossa Senhora. Todas as noites apareciam fogueiras de pescadores nessas numerosas ilhas, cujos habitantes se sustentavam de aranhas e de grandes bichos. Muitas vezes os espanhóis arribaram a diversos pontos da costa e ali plantaram cruzes em sinal de que tomavam posse.

Os indígenas falavam muitas vezes ao almirante numa certa ilha Babeque, onde o ouro era abundante. O almirante resolveu ir lá. Mas Martin Alonzo Pinzon, o capitão da *Pinta,* cuja caravela era a melhor andadora da frota, foi adiante, e no dia 21 de novembro, ao romper do dia, desapareceu completamente.

O almirante ficou muito contrariado com essa separação, e encontra-se a prova disso na sua narrativa. Continuou o seu caminho, explorando a costa de Cuba, e descobriu a baía de Moa, a ponta do Mangle Vaez, o porto Baracoa; mas em parte nenhuma encontrou canibais,

apesar de as choças dos indígenas serem muitas vezes ornadas de crânios humanos, coisa com que se mostravam muito satisfeitos os indígenas que iam a bordo.

No dia seguinte viu-se o rio Roma, e as caravelas, dobrando a ponta dos Azules, acharam-se na parte oriental da ilha, cuja costa acabavam de reconhecer durante cento e vinte e cinco léguas. Mas Colombo, em vez de continuar o seu caminho para o sul, afastou-se para leste, e no dia 5 de dezembro teve conhecimento de uma grande ilha, a que os índios chamavam Bohio. Era Haiti ou S. Domingos.

À noite, a *Nina,* por ordem do almirante, entrou num porto, que foi chamado porto Maria. É atualmente o porto chamado de S. Nicolau, situado ao pé do cabo desse nome, na extremidade noroeste da ilha.

No dia seguinte os espanhóis reconheceram um grandíssimo número de cabos e uma ilhota chamada ilha da Tartaruga. As caravelas, assim que apareciam, punham em fuga as pirogas Índias. Essa ilha, que eles costeavam, parecia muito vasta e muito alta, de onde lhe veio mais tarde a denominação de Haiti, que significa «terra elevada». O reconhecimento das suas praias foi elevado até à baía Mosquito. Os pássaros, que volteavam por baixo da copa das belas árvores da ilha, as suas plantas, as suas planícies, as suas colinas, recordavam as paisagens de Castela. Por isso Cristóvão Colombo batizou essa terra nova com o nome de ilha Hispaniola. Os habitantes eram muito tímidos e muito desconfiados; não se podia estabelecer relação alguma com eles; fugiam para o interior. Todavia alguns marinheiros conseguiram apoderar-se de uma mulher, que conduziram a bordo. Era nova e bonita. O almirante deu-lhe anéis, missangas e roupa de que absolutamente precisava; enfim, tratou-a generosamente e mandou-a para terra.

Essas boas maneiras deram em resultado amansar os naturais, e, no dia seguinte, nove marinheiros bem armados, tendo-se aventurado quatro léguas pela terra dentro, foram recebidos com respeito. Os indígenas corriam em chusma ao seu encontro e ofereciam-lhes todas as produções do solo. Esses marinheiros voltaram encantados da sua excursão. O interior da ilha parecia-lhes rico em algodoeiros, em aloés, e tinha um belo rio, que foi chamado depois o rio das Três Ribeiras, porque ali desenrolava as suas águas límpidas.

A 15 de dezembro, Colombo tornou a dar à vela e o vento levou-o para a ilhota cla Tartaruga, onde observou uma corrente de água navegável e um vale tão formoso que lhe deu o nome de Vale do Paraíso. No dia seguinte, bordejando num golfo profundo, viu um índio que manobrava habilmente uma pequena canoa, apesar da violência do vento. Esse índio foi convidado a ir a bordo; Colombo encheu-o de presentes, depois desembarcou-o num porto da ilha Hispaniola, que foi depois o porto da Paz.

Esses bons tratamentos atraíram para o almirante todos os indígenas, e, desse dia em diante, vieram em grande número ao encontro das caravelas. O seu rei acompanhava-os. Era um rapaz de vinte anos, bem constituído, vigoroso, cheio. Andava nu como os seus súbditos e súbditas, que lhe mostravam muito respeito, mas sem o mínimo toque de humildade. Colombo mandou prestar-lhe as honras devidas a um soberano, e, em reconhecimento da sua amabilidade, esse rei, ou antes esse cacique, disse ao almirante que nas províncias do leste abundava o ouro.

No dia seguinte, outro cacique veio pôr à disposição dos espanhóis todos os tesouros do seu país. Assistiu à festa de Santa Maria, que Colombo fez celebrar com pompa no seu navio, que fora empavesado para essa circunstância. O cacique foi admitido à mesa do almirante e fez honra à refeição; depois de ter provado diferentes manjares e diversas bebidas, mandava as taças e os pratos à gente da sua comitiva. Esse cacique tinha uma bela aparência; falava pouco e mostrava-se muito civil. Terminada a refeição, ofereceu algumas delgadas folhas de ouro ao almirante. Este apresentou-lhe moedas em que estavam gravados os retratos de Fernando e de Isabel, e, depois de lhe ter exprimido por sinais que se tratava dos mais poderosos príncipes da Terra, mandou desfraldar na presença do rei indígena as bandeiras reais de Castela. Chegada a noite, o cacique retirou-se muito satisfeito, e salvas de artilharia saudaram a sua partida.

No dia seguinte, os homens da equipagem plantaram uma grande cruz no meio da aldeia e deixaram essa costa hospitaleira. Saindo do golfo formado pela ilha da Tartaruga e a ilha Hispaniola, descobriram-se muitos portos, cabos, baías e rios, na ponta Limbe, uma pequena ilha que foi chamada S. Tomás, enfim um vastíssimo porto, abrigado e escondido entre a ilha e a baía de Acul, a que dava acesso um canal rodeado de altas montanhas cobertas de árvores.

O almirante desembarcava muitas vezes na costa e os naturais acolhiam-no como um enviado do céu e convidavam-no a ficar com eles. Colombo prodigalizava-lhes os guizos, os anéis de latão, as missangas e outras bagatelas, que apreciavam muito. Um cacique chamado Guacanagari, soberano da província de Manen, mandou a Colombo um cinto ornado com uma figura de animal de grandes orelhas, cuja língua e cujo nariz eram feitos de lâminas de ouro. O ouro parecia ser abundante na ilha e os naturais trouxeram logo uma certa quantidade dele. Os oriundos dessa parte da ilha Hispaniola pareciam superiores aos outros pela inteligência e pela beleza. Segundo a opinião de Colombo, a pintura vermelha e branca ou negra com que enriqueciam o corpo servia sobretudo para os preservar contra os ataques do sol. As casas desses indígenas eram bonitas e bem construídas. Quando Colombo os interrogava a respeito do país que produzia o ouro, os indígenas indicavam para leste um país a que chamavam

Cibao, em que o almirante teimava em ver o Cipango ou o Japão.

No dia de Natal um grave desastre sucedeu à caravela do almirante. Era a primeira avaria dessa navegação, até ali tão feliz. Um timoneiro inexperiente empunhava o leme da *Santa Maria* durante uma excursão de fora do golfo de S. Tomás; vindo a noite, deixou-se apanhar por umas correntes que o atiraram para cima de rochas. A caravela tocou e o leme enrascou-se. O almirante, acordado com o choque, veio a correr à tolda. Ordenou que se estabelecesse uma âncora à proa, a fim de poder levantar o navio. O mestre e alguns marinheiros, encarregados da execução desta ordem, saltaram para a chalupa, mas, assustados, fugiram a toda a força de remos para o lado da *Nina.*

Entretanto, a maré vazava. A *Santa Maria* enrascava-se cada vez mais. Foi necessário cortar-lhe os mastros para a aliviar, e em breve se tornou urgente transportar a equipagem para bordo do navio que tinha de conserva com ela. O cacique Guacanagari, compreendendo a triste situação da caravela, veio com os seus irmãos e os seus parentes, acompanhados de um grande número de índios, e ajudou a descarregar o navio. Graças aos seus cuidados, nenhum objeto da carregação foi roubado e, durante a noite toda, indígenas armados estiveram de guarda à roda dos depósitos de provisões.

No dia seguinte, Guacanagari foi a bordo da *Nina,* a fim de consolar o almirante, e pôs todas as suas riquezas à sua disposição. Ao mesmo tempo ofereceu-lhe uma refeição composta de pão, cabrito, peixe, raízes e frutos. Colombo, comovido por estes testemunhos de amizade, formou o projeto de fundar um estabelecimento nesta ilha. Procurou portanto cativar os índios com os seus presentes e as suas carícias; depois, querendo também dar-lhes ideia do seu poder, mandou descarregar um arcabuz e uma espingarda, cuja detonação assustou muito essa pobre gente.

No dia 20 de dezembro começaram os espanhóis a construção de uma fortaleza nessa parte da costa. A intenção do almirante era deixar ali um certo número de homens abastecidos de pão, de vinho, de sementes para um ano, e abandonar-lhes a chalupa da *Santa Maria.* Os trabalhos começaram ativamente.

Nesse dia houve notícia da *Pinta,* que se separara da flotilha desde o dia 21 de novembro; estava ancorada num rio na extremidade da ilha, diziam os naturais; mas uma canoa enviada por Guacanagari voltou sem ter podido descobri-la. Foi então que Colombo, não querendo continuar as suas explorações nas condições em que estava e reduzido a uma só caravela desde a perda da *Santa Ma ria,* que não pudera ser posta a nado, resolveu voltar a Espanha, e principiou os seus preparativos de partida.

No dia 2 de janeiro, Colombo deu ao cacique o espetáculo de uma pequena guerra, de

que esse rei e os seus súbditos se mostraram muito maravilhados. Depois escolheu trinta e nove homens destinados para a guarda da fortaleza durante a sua ausência e nomeou para os comandar Rodrigo de Escovedo. A maior parte das provisões da guarnição da *Santa Maria* foi-lhes entregue e devia bastar-lhes durante mais de um ano. Entre esses primeiros colonos do novo continente contava-se um escrivão, um aguazil, um tanoeiro, um médico e um alfaiate. Esses espanhóis tinham a missão de procurar as minas de ouro e de escolher um lugar favorável para a fundação de uma cidade.

No dia 3 de janeiro, depois de solenes despedidas dirigidas ao cacique e aos novos colonos, a *Nina* levantou ferro e saiu do porto. Em breve se descobriu uma ilhota, onde dominava um monte elevadíssimo, a que se deu o nome de Monte Christi. Cristóvão Colombo já havia dois dias que seguia a costa, quando se encontrou com a *Pinta*. Martin Alonzo Pinzon veio a bordo da *Nina* e tentou desculpar o seu procedimento. A verdade é que Pinzon não fora adiante senão para alcançar essa suposta ilha Babe que, que as narrativas dos indígenas diziam tão rica. O almirante fingiu que se contentava com as más razões que lhe deu o capitão Pinzon, e soube que a *Pinta* não fizera senão costear a ilha Hispaniola, sem ter reconhecido ilha alguma nova.

No dia 7 de janeiro pararam para tapar uma abertura por onde a *Nina* metia água. Colombo aproveitou-se dessa arribada para explorar um largo rio situado a uma légua de Monte Christi. As palhetas, que esse rio carreava, fizeram com que se lhe desse o nome de Rio do Ouro. O almirante desejaria visitar com mais cuidado essa parte da ilha Hispaniola, mas as suas equipagens tinham pressa de voltar, e, debaixo da influência dos irmãos Pinzon, principiavam a murmurar contra a sua autoridade.

No dia 9 de janeiro, as duas caravelas levantaram ferro e dirigiram-se para és-sueste. Seguiam essas costas, cujas mínimas sinuosidades batizavam, a ponta Isabélica, o cabo da Roca, o cabo Francês, o cabo Cabron, e enfim a baía de Samana, situada na extremidade oriental da ilha. Ali se abria um porto em que a flotilha, presa pelas calmarias, lançou ferro. As primeiras relações com os naturais foram excelentes, mas subitamente modificaram-se. As trocas cessaram e certas demonstrações hostis não permitiram que se duvidasse das más tenções dos índios. Efetivamente, no dia 13 de janeiro, os ultrajes caíram de improviso sobre os espanhóis. Estes, apesar do seu pequeno número, fizeram-lhes frente, e, graças às suas armas, puseram os inimigos em fuga, depois de alguns minutos de combate. Pela primeira vez, o sangue índio acabava de correr às mãos dos europeus.

No dia seguinte, Cristóvão Colombo reteve a bordo quatro jovens indígenas e, apesar das suas reclamações, deu à vela. As suas equipagens, azedadas e fatigadas, davam-lhe graves

dissabores e, na narrativa da sua viagem, esse homem, superior a todas as fraquezas humanas e que a sorte não podia abater, disso se queixa amargamente. No dia 16 de janeiro começou verdadeiramente a viagem de regresso, e o cabo Samana, ponto extremo da ilha Hispaniola, desapareceu no horizonte.

A travessia foi rápida e não houve acidente algum até 12 de fevereiro. Nesse dia, as duas caravelas foram salteadas por uma tempestade, que durou três dias, com ventos furiosos, vagas volumosas e relâmpagos de nor-nordeste. Três vezes os marinheiros aterrados fizeram voto de romaria a Santa Maria de Guadalupe, a Nossa Senhora do Loreto e a Santa Clara de Moguer. Enfim, toda a tripulação jurou que iria rezar de pés descalços e em camisa, a uma igreja dedicada a Nossa Senhora.

Entretanto redobrava a tempestade. O almirante, receando uma catástrofe, escreveu rapidamente num pergaminho o resumo das descobertas, pedindo àqueles que o encontrassem que o fizessem chegar ao rei de Espanha; depois, fechando esse documento, cercado de oleado, num barril de madeira, mandou-o atirar ao mar.

Ao nascer do Sol, no dia 15 de fevereiro, acalmou-se o furacão. As duas caravelas, separadas pela tempestade, juntaram-se e três dias depois fundeavam na ilha de Santa Maria, uma do arquipélago dos Açores. Logo o almirante tratou de cumprir os votos formulados durante a tempestade; mandou por conseguinte a terra metade da sua tripulação, mas os portugueses prenderam-na e só cinco dias depois a restituíram, em vista das reclamações enérgicas de Colombo.

O almirante fez-se de novo ao mar no dia 23 de fevereiro. Contrariado pelos ventos e açoitado mais uma vez pela tempestade, fez novas promessas com toda a sua equipagem e comprometeu-se a jejuar no primeiro sábado que seguisse à sua chegada a Espanha. Enfim, no dia 4 de março, os seus pilotos reconheceram a foz do Tejo, onde a *Nina* se pôde refugiar, enquanto a *Pinta* era levada pelos ventos até à baía de Biscaia.

Os portugueses fizeram bom acolhimento ao almirante. O rei até lhe concedeu uma audiência. Mas Colombo tinha pressa de ir para Espanha. Assim que o tempo o permitiu, a *Nina* fez-se ao mar e, no dia 15 de março, ao meio-dia, fundeava diante do porto de Paios, depois de sete meses e meio de navegação, durante os quais Colombo descobrira as ilhas de S. Salvador, Conceição Grande Exuma, ilha Longa, ilhas Mucaras, Cuba e S. Domingos.

A corte de Fernando e Isabel achava-se então em Barcelona. Colombo foi ali mandado chamar. Partiu logo com os índios que trazia do novo mundo.

O entusiasmo que suscitou foi extremo.

De todas as partes corriam as populações a apinharem-se na passagem do grande

navegador e prestavam-lhe régias homenagens. A entrada de Cristóvão Colombo em Barcelona foi magnífica. O rei, a rainha, os grandes de Espanha receberam-no pomposamente no palácio da Deputação. Ali contou a história da sua maravilhosa viagem, depois apresentou as amostras de ouro que trouxera, e toda a assembleia, caindo de joelhos, entoou o *Te Deum.*

Cristóvão Colombo foi então enobrecido por cartas régias e o rei outorgou-lhe um brasão com esta divisa:

A Castilla y a León
Nuevo mundo dió Colón.

O nome do navegador genovês foi aclamado em toda a Europa; os índios, trazidos por ele, receberam o batismo em presença de toda a corte, e o homem de génio, por tanto tempo pobre e menosprezado, elevou-se então ao maior auge da celebridade.

III

A história das aventuras do grande navegador genovês sobre-excitara os espíritos. As imaginações entreviam já continentes de ouro situados para além dos mares. Todas as paixões que a cobiça gera referviam nos corações. O almirante, debaixo da pressão da opinião pública, não podia dispensar-se de tornar ao mar no mais breve prazo. Ele mesmo, demais a mais, tinha pressa de voltar ao teatro das suas conquistas e de enriquecer os mapas do tempo com terras novas. Declarou-se por conseguinte pronto a partir.

O rei e a rainha puseram à sua disposição uma frota composta de três naus e de catorze caravelas. Mil e duzentos homens se deviam embarcar nesses dezassete navios. Um certo número de nobres castelhanos não hesitaram em fiar-se na estrela de Cristóvão Colombo e quiseram tentar fortuna para além dos mares. Cavalos, gado, instrumentos de toda a espécie, destinados a colher e a purificar o ouro, sementes variadas, numa palavra, todos os objetos necessários ao estabelecimento de uma importante colónia enchiam o porão dos navios. Dos dez indígenas, que tinham vindo à Europa, cinco voltaram para o seu país, três ficavam doentes na Europa e dois tinham morrido.

Cristóvão Colombo foi nomeado capitão-general da esquadra, com poderes ilimitados.

No dia 25 de setembro de 1493, os dezassete navios saíram de Cádis, com todas as velas desfraldadas, ao som dos aplausos de imensa multidão. No dia 1 de outubro arribavam à ilha de Ferro, a mais ocidental das Canárias. Depois de vinte e três dias de uma navegação que o vento e o mar favoreceram constantemente, Cristóvão Colombo teve conhecimento de terras novas.

Efetivamente, no dia 3 de novembro, domingo da oitava de Todos os Santos, ao nascer do Sol, o piloto da nau-almirante *Maria Galante* exclamou: «Alvíssaras! Aí está a terra!»

Esta terra era uma ilha coberta de árvores. O almirante, julgando-a desabitada, passou adiante, reconheceu algumas ilhotas dispersas no seu caminho, e chegou a uma segunda ilha. A primeira foi chamada Dominica, a segunda Maria Galante, nomes que ainda hoje conservam. No dia seguinte, uma terceira ilha maior se mostrou aos espanhóis e, diz a narrativa desta viagem feita por Pedro Mártir, contemporâneo de Colombo, «quando chegaram ao pé, reconheceram que era a ilha dos infames canibais ou caraíbas, de que na primeira viagem só se ouvira falar».

Os espanhóis, bem armados, desembarcaram nessa praia, onde se erguiam umas trinta casas de madeira, de forma redonda e cobertas de folhas de palmeira. No interior dessas

choupanas estavam suspensas redes de algodão. Na praia erguiam-se duas espécies de árvores ou estacas, em torno das quais se enlaçavam grandes serpentes mortas. Ao aproximarem-se os estrangeiros, os naturais fugi ram a bom fugir, abandonando um certo número de prisioneiros, que se preparavam para devorar. Os marinheiros revolveram-lhes as choupanas e encontraram ossos de pernas e de braços, cabeças cortadas de fresco, ainda húmidas de sangue, e outros restos humanos, que não deixavam a mínima dúvida sobre o modo de alimentação dos caraíbas.

Essa ilha, que o almirante mandou explorar em parte e cujos rios principais se reconheceram, foi batizada com o nome de Guadalupe, por causa da sua semelhança com uma província da Estremadura. Algumas mulheres, de que os marinheiros se tinham apoderado, foram mandadas para terra depois de terem sido bem tratadas no navio-almirante. Cristóvão Colombo esperava que o seu procedimento com essas Índias decidiria os índios a vir a bordo do seu navio. Mas a sua esperança não se realizou.

No dia 8 de novembro o almirante deu o sinal da partida e fez-se de vela com toda a sua esquadra para a ilha Hispaniola, atualmente S. Domingos, na qual deixara trinta e nove companheiros da sua primeira viagem. Subindo ao norte, descobriu uma grande ilha, a que os indígenas, que conservara a bordo depois de os ter salvo do dente dos caraíbas, deram o nome de Madanino. Diziam que era só habitada por mulheres e, como a relação de Marco Polo citava um país asiático unicamente ocupado por população feminina, Cristóvão Colombo teve todas as razões para acreditar que navegava ao longo das costas da Ásia. O almirante desejava vivamente explorar essa ilha, mas o vento contrário impedia-o de se chegar a terra.

A dez léguas para diante, reconheceu-se outra ilha, rodeada de altas montanhas, que foi chamada Monserrate; no dia seguinte segunda ilha, a que se deu o nome de Santa Maria Rotunda, e no dia seguinte outras duas ilhas, S. Martinho e Santa Cruz.

A esquadra fundeou diante de Santa Cruz para fazer aguada. Ali se passou uma cena grave, que Pedro Mártir conta em termos que convém referir, porque são muito expressivos: «O almirante, diz ele, ordenou que trinta homens do seu navio desembarcassem para explorar a ilha; esses homens, tendo saltado em terra, acharam quatro cães e outros tantos homens novos e mulheres na praia, vindo ao encontro deles, estendendo os braços como suplicantes e pedindo auxílio e livramento da gente cruel. Os canibais, vendo isto, da mesma forma que na ilha de Guadalupe, fugindo, retiraram-se todos para as florestas. E a nossa gente ficou dois dias na ilha para a visitar.

Entretanto, os que tinham ficado no navio viram vir de longe uma canoa trazendo oito homens e outras tantas mulheres; a nossa gente fez-lhes sinal; mas eles, aproximando-se, tanto

homens como mulheres, principiaram a traspassar muito ligeiramente e muito cruelmente com as suas setas os nossos, antes de eles terem tempo de se cobrir com os seus escudos, de forma que um espanhol foi morto com um tiro de uma mulher, e essa mesma com outra seta traspassou outro.

Esses selvagens tinham setas envenenadas, contendo a peçonha no ferro; entre eles estava uma mulher a quem todos os outros obedeciam e se inclinavam diante dela. E era, como se podia ver por conjetura, uma rainha que tinha um filho que a seguia, robusto, de olhar cruel, de face de leão.

Os nossos, portanto, entendendo que valia mais combater braço a braço do que esperar maiores males, batalhando assim de longe, levaram o seu navio tanto para diante à força de remos e com tamanha violência o fizeram correr que, caindo em cima da canoa, meteram-na a pique.

Mas esses índios, muito bons nadadores, sem se moverem nem mais devagar nem mais depressa, não cessaram, os homens e mulheres, de atirar muitas setas contra os nossos. E tanto fizeram que chegaram, nadando, a uma rocha coberta de água, para a qual subiram e de onde ainda batalharam varonilmente. Todavia foram afinal aprisionados, um deles foi morto e o filho da rainha ferido em dois sítios; e foram levados para o navio do almirante, onde não mostraram menos ferocidade do que se fossem leões da Líbia, quando se sentem presos nas redes. E eram tais que ninguém os poderia de boamente encarar sem que de horror lhes estremecesse o coração e as entranhas, tão hediondo, infernal e terrível era o seu olhar.»

Como se vê, a luta principiava a ser séria entre os índios e os europeus. Cristóvão Colombo continuou a sua navegação para o norte, por meio de ilhas «agradáveis e inumeráveis», cobertas de florestas dominadas por montanhas de todas as cores. Esta aglomeração de ilhas foi chamada o arquipélago das Onze Mil Virgens. Em breve apareceu a ilha de S. João Batista, que não é senão Porto Rico, terra então infestada por caraíbas, mas cuidadosamente cultivada e verdadeiramente soberba com as suas imensas florestas. Alguns marinheiros saltaram em terra e só encontraram uma dúzia de choupanas desabitadas. O almirante voltou então ao mar e seguiu ao longo da costa oriental de Porto Rico durante umas cinquenta léguas.

Na sexta-feira, 12 de novembro, Cristóvão Colombo abordava enfim à ilha Hispaniola. Imagine-se que comoções o deviam agitar, tornando a ver o teatro dos seus primeiros triunfos, procurando com os seus olhos essa fortaleza em que tinha abrigado os seus companheiros. Que sucedera havia um ano a esses europeus abandonados nessas terras selvagens? Nesse momento uma grande canoa, em que vinha o irmão do cacique Guacanagari, veio ao encontro

da *Maria Galante,* e esse indígena, saltando a bordo, ofereceu duas imagens de ouro ao almirante.

Entretanto Cristóvão Colombo procurava descortinai a sua fortaleza, e, apesar de estar fundeado defronte do sítio onde a mandara construir, não via nem o mais leve rasto dessa edificação. Muito inquieto pela sorte dos seus companheiros, saltou em terra. Ali qual foi o seu assombro quando dessa fortaleza só encontrou cinzasI Que era feito dos seus compatriotas? Tinham pago com a vida essa primeira tentativa de colonização? O almirante mandou descarregar a um tempo toda a artilharia dos navios para anunciar até aos sítios mais remotos a sua chegada diante da ilha Hispaniola. Mas nenhum dos seus companheiros apareceu.

Colombo, desesperado, mandou logo mensageiros ao cacique Guacanagari. Estes, ao voltar, trouxeram funestas notícias. A acreditar-se o que dizia Guacanagari, outros caciques, irritados com a presença dos estrangeiros na sua ilha, haviam atacado os infelizes colonos e tinham-nos assassinado desde o primeiro até ao último. O próprio Guacanagari alegava que fora ferido defendendo-os, e como prova mostrava a perna rodeada de umas faixas de algodão.

Cristóvão Colombo não acreditou nessa intervenção do cacique, mas resolveu dissimular, e no dia seguinte, quando Guacanagari veio a bordo, fez-lhe bom acolhimento. O cacique aceitou uma imagem da Virgem, que pendurou ao peito. Pareceu ficar muito espantado de ver uns cavalos que lhe mostraram; esses animais eram desconhecidos dos seus companheiros e dele. Depois, terminada a sua visita, o cacique voltou à praia, internou-se de novo na região das montanhas, e nunca mais o tornaram a ver.

O almirante despachou então um dos seus capitães com trezentos homens encarregados de se apoderarem do cacique. O capitão entranhou-se nas regiões do interior, mas não encontrou rastos do cacique nem dos desgraçados colonos. Durante a sua excursão, descobrira um grande rio e um belo porto muito abrigado, a que chamou Porto Real.

Entretanto, apesar do malogro da sua primeira tentativa, Colombo resolveu fundar uma nova colónia nesta ilha, que parecia rica em metais de ouro e de prata. Os naturais falavam sem cessar das minas situadas na província de Cibao. Dois gentis-homens, Alonzo de Hojeda e Corvalan, encarregados de verificar as suas asserções, partiram no mês de janeiro com uma escolta numerosa; descobriram quatro rios, cujas areias eram auríferas, e trouxeram uma pequena pepita, que pesava nove onças.

Colombo pensou então em mandar notícias da colónia ao rei e à rainha de Espanha. Doze navios, carregados do ouro colhido na ilha e das diversas produções do solo,

prepararam-se para voltar à Europa debaixo do comando do capitão Torres. Esta flotilha deu à vela no dia 2 de fevereiro de 1494, e pouco tempo depois Colombo mandou embora um dos cinco navios que lhe restavam, com o tenente Bernardo de Pisa, de quem tinha razões de queixa.

Assim que se restabeleceu a ordem na colónia de Isabel, o almirante deixou ali seu irmão D. Diogo, na qualidade de governador, e partiu com quinhentos homens, querendo visitar ele mesmo as minas de Cibao. O país que esta pequena tropa atravessou apresentava uma admirável fertilidade; os legumes ali sazonavam em treze dias; o trigo, semeado em fevereiro, dava espigas magníficas em abril, e cada ano dava duas colheitas soberbas. Montanhas e vales foram sucessivamente atravessados; muitas vezes teve de se empregar a picareta para abrir caminho através dessas terras ainda virgens. Os espanhóis chegaram enfim à província de Cibao. Aí, numa colina, ao pé da margem de um grande rio, mandou o almirante construir um forte de pedra e de madeira; rodeou-o de um bom fosso e deu-lhe o nome de S. Tomé para zombar de alguns dos seus oficiais, que não acreditavam nas minas de ouro. Ora realmente só por teima podiam duvidar, porque os indígenas traziam de todos os lados pepitas, grãos de ouro, que trocavam com muito gosto por missangas e sobretudo guizos, cujo som argentino os excitava a dançar. Depois, esse país não era só o país do ouro, era também o país das especiarias e dos aromas, e as árvores que os produziam formavam verdadeiras florestas. Os espanhóis não podiam, portanto, deixar de se felicitar por terem conquistado esta ilha opulenta.

Depois de ter deixado o forte de S. Tomé entregue à guarda de cinquenta e seis homens, comandados por D. Pedro de Margarita, Cristóvão Colombo voltou a Isabel no princípio de abril. Grandes chuvas contrariaram o seu regresso. A sua chegada encontrou a colónia nascente em extrema desordem. Havia ameaças de fome, por causa da escassez de farinha, e a farinha faltava por não haver moinho. Soldados e operários estavam exaustos pelas fadigas. Colombo quis obrigar os gentis-homens a ajudá-lo, mas esses orgulhosos fidalgos, tão desejosos de conquistar a riqueza, nem se queriam abaixar para a apanhar, e negaram-se a fazer ofício de trabalhadores. Os padres deram-lhes razão e Colombo, obrigado a proceder com energia, teve de pôr as igrejas em interdito. Contudo, não podia prolongar a sua residência em Isabel; tinha pressa de descobrir outras terras. Tendo formado um conselho destinado a governar a colónia, conselho composto de três gentis-homens e do chefe dos missionários, debaixo da presidência de D. Diogo, a 24 de abril tornou ao mar com três navios, para completar o ciclo das suas descobertas.

A flotilha desceu para o sul. Não tardaram a descobrir uma nova ilha, que os naturais

chamavam Jamaica. O relevo dessa ilha era formado por uma montanha de encostas muito suaves. Os seus habitantes pareciam engenhosos e entregues às artes mecânicas, mas de um caráter pouco pacífico. Muitas vezes se opuseram ao desembarque dos espanhóis, mas foram repelidos e acabaram por concluir um tratado de aliança com o almirante.

Da Jamaica levou Cristóvão Colombo as suas investigações mais para o ocidente. Julgava-se chegado ao ponto em que os geógrafos antigos colocavam o Quersoneso, essa áurea região ocidental. Correntes fortíssimas o arrojaram a Cuba, que torneou numa extensão de 222 léguas. Durante essa navegação perigosíssima, no meio de vaus e de passagens estreitas, deu nome a mais de setecentas ilhas, reconheceu um grande número de portos e entrou muitas vezes em relações com os indígenas.

No mês de maio, as vigias do navio deram sinal de um grande número de ilhas relvosas, férteis e habitadas. Colombo, aproximando-se da terra, penetrou num rio cujas águas eram tão quentes que ninguém lá podia meter a mão, facto evidentemente exagerado e que as descobertas posteriores nunca justificaram. Os pescadores desta costa empregavam, para pescar, um certo peixe chamado *rémora,* que lhes prestava os serviços que o cão presta aos caçadores.

«Este peixe era de forma desconhecida, tendo o corpo semelhante a uma grande enguia e atrás da cabeça uma pele muito arrastada do feitio de uma bolsa, para apanhar os peixes; e têm este peixe amarrado por uma corda ao navio, sempre metido na água, porque não pode suportar a *vista do ar*. E, quando veem um peixe ou uma tartaruga, que ali são maiores do que grandes escudos, então desatam o peixe, largando a corda. E, quando ele se sente desatado, de súbito, mais depressa que uma frecha, a rémora assalta o dito peixe ou tartaruga, atira-lhe para cima a sua pele em forma de bolsa e aferra com tanta força a sua presa, tartaruga ou peixe, pela parte que sai para fora da casca, que de modo nenhum lha podem arrancar, se o não arrancam à flor de água, puxando e juntando a corda a pouco e pouco, porque, assim que vê o esplendor do ar, larga imediatamente a sua presa. E os pescadores descem tanto quanto seja necessário para apanhar a presa e metem-na dentro do navio e ligam o peixe caçador com tanta corda quanta lhe é necessária, para o tornar a pôr no seu lugar, e com outra corda dão-lhe em recompensa um pouco de carne da presa.»

A exploração das costas continuou para o ocidente. O almirante visitou diversos países onde abundavam os patos, as garças e esses cães mudos que os naturais comiam como cabritos e que devem ser almiquis. Todavia, as passagens arenosas estreitavam-se cada vez mais, os navios safavam-se dificilmente. O almirante fazia empenho contudo em se não afastar dessas praias, que ele queria reconhecer. Um dia julgou descortinar numa ponta homens vestidos de

branco, que tomou por frades da ordem de Santa Maria das Mercês, e mandou alguns marinheiros para falarem com eles. Tudo ilusões de ótica! Estes supostos frades eram simplesmente grandes garças, dos trópicos, às quais a distância dava a aparência de entes humanos.

Durante os primeiros dias de junho, Colombo teve de arribar para consertar o seu navio, cuja quilha estava muito estragada pelos recifes da costa. No dia 7 do mesmo mês mandou celebrar na praia uma missa solene. Durante o ofício apareceu um velho cacique, o qual, terminada a cerimónia, ofereceu algumas frutas ao almirante. Depois esse soberano indígena pronunciou estas palavras, que os intérpretes traduziram do seguinte modo:

«Contaram-nos de que modo investiste e envolveste com o teu poder estas terras que vos eram desconhecidas, e como a tua presença causou aos povos e aos habitantes um grande terror. Mas creio dever exortar-te e avisar-te que dois caminhos se abrem diante das almas, quando se separam dos corpos: um cheio de terror e de tristeza, destinado àqueles que são molestos e nocivos ao género humano; o outro agradável e deleitoso, reservado àqueles que, enquanto vivos, amaram a paz e o descanso das gentes. Portanto, se te lembrares de que és mortal e que as retribuições são medidas pelas obras da vida presente, não molestarás a ninguém.»

Que filósofo dos tempos antigos ou modernos teria nunca dito mais e em mais sã linguagem! Todo o lado humano do cristianismo está impresso nessas magníficas palavras; e saíram da boca de um selvagem! Colombo e o cacique separaram-se encantados um com o outro e o mais espantado dos dois não foi talvez o velho indígena.

Demais, todas essas tribos pareciam viver na prática dos excelentes preceitos indicados pelo seu chefe. A terra era comum entre os naturais, como o sol, o ar e a água. O meu e o teu, causa de toda a discórdia, não existiam nos seus costumes, e viviam contentes com pouco. «Têm a idade de ouro, diz a narrativa, não cingem de fossos nem de sebes as suas propriedades; deixam os jardins abertos, sem leis, sem livros e sem juízes, mas seguindo por índole o que é justo e reputando mau e injusto quem se deleita em fazer mal aos outros.»

Deixando a terra de Cuba, Cristóvão Colombo voltou a Jamaica, marcou toda a costa do sul até à sua extremidade oriental. A sua intenção era assaltar as ilhas dos caraíbas e destruir aquela súcia malfazeja, mas, em consequência das suas vigílias e das suas fadigas, o almirante foi atacado por uma doença, que o obrigou a suspender os seus projetos. Teve de voltar a Isabel, onde, debaixo da influência do bom ar e do descanso, recobrou a saúde, graças aos desvelos de seu irmão e dos seus familiares.

Demais, a colónia reclamava imperiosamente a sua presença. O governador do forte de

S. Tomé sublevara os indígenas com as suas cruéis exações. D. Diogo, irmão de Cristóvão Colombo, fizera-lhe várias observações, que não tinham sido escutadas. Esse governador, durante a ausência de Colombo, voltara a Isabel e embarcara para Espanha num dos navios que acabavam de trazer à ilha Hispaniola D. Bartolomeu, o segundo irmão do almirante.

Entretanto Colombo, já no gozo da saúde, não podendo deixar contestar a autoridade que delegara nos seus representantes, resolveu punir o cacique que se revoltara contra o governador de S. Tomé. Antes de tudo, mandou nove homens bem armados para se assenhorearem de um cacique temível, chamado Caonabo. O seu chefe, Ojeda, com uma intrepidez de que dará depois novas provas, prendeu o cacique no meio dos seus e trouxe-o para Isabel. Colombo mandou embarcar esse indígena para a Europa, mas o navio que o levava naufragou e nunca mais se ouviu falar nele.

Contudo, a prisão de Caonabo excitara uma revolta geral dos indígenas. Estes queriam vingar o seu chefe ultrajado e injustamente deportado. Só o cacique Guacánagari, apesar da parte que tomara no assassínio dos primeiros colonos, se conservava fiel aos espanhóis. Cristóvão Colombo, acompanhado por D. Bartolomeu, marchou contra os rebeldes. Encontrou em breve um exército de naturais, cujo número, evidentemente exagerado, é levado por ele a cem mil homens. Seja como for, este exército foi posto em derrota por um simples destacamento composto de duzentos peões, vinte e cinco cães e vinte e cinco cavaleiros. Esta vitória restabeleceu em aparência a autoridade do almirante. Foi imposto um tributo aos vencidos. Os índios, vizinhos das minas, foram obrigados a pagar, de três em três meses, uma pequena medida de ouro, e os outros, mais afastados, vinte e cinco arráteis de algodão. Mas a revolta estava comprimida e não extinta. À voz de uma mulher, Auacahona, viúva de Caonabo, os indígenas sublevaram-se pela segunda vez; chegaram mesmo a arrastar na sua revolta Guacanagari, até então fiel a Colombo; depois, destruindo os campos do milho e todas as suas plantações, internaram-se nas montanhas. Os espanhóis viram-se então reduzidos a todos os horrores da fome e entregaram-se contra os naturais a terríveis represálias. Afirma-se que a terça parte da população indígena morreu vítima da fome, da doença e das armas dos companheiros de Colombo. Estes infelizes índios pagavam caro as suas relações com os conquistadores europeus.

Cristóvão Colombo entrara no caminho dos reveses. Enquanto a sua autoridade estava sendo cada vez mais menosprezada na ilha Hispaniola, a sua reputação e o seu caráter sofriam violentos ataques em Espanha. Não estava presente para se defender, e os oficiais que ele mandara para a mãe-pátria acusavam-no altamente de injustiça e de crueldade. Tinham até insinuado que o almirante procurava tornar-se independente do rei. Fernando, influenciado por

estas indignas intrigas, designou um comissário, que encarregou de examinar os factos indicados e que se dirigiu às Índias Ocidentais. Este fidalgo chamava-se João de Aguado. A escolha deste nobre, destinado a desempenhar uma missão de confiança, não foi feliz. João de Aguado era um espírito parcial e prevenido. Chegou no mês de outubro ao porto de Isabel, quando o almirante, ocupado com as explorações, se achava ausente. Principiou por tratar com extrema altivez o irmão de Cristóvão Colombo. D. Diogo, baseando-se no seu título de governador-geral, recusou submeter-se às ordens do comissário do rei.

João de Aguado dispunha-se portanto a voltar para Espanha, levando só informações muito incompletas, quando um furacão terrível fez soçobrar no porto o navio que o trouxera. Não restavam senão duas caravelas na ilha Hispaniola. Cristóvão Colombo, voltando à colónia, procedendo com uma grandeza de alma que não pode deixar de se admirar, pôs um dos seus navios à disposição do comissário, com a condição de que embarcaria ele no outro e iria justificar-se em presença do rei.

Estavam as coisas neste ponto quando novas minas de ouro foram descobertas na ilha Hispaniola. O almirante suspendeu a sua partida; a cobiça teve o poder de acabar com todas as discussões. Não se tratou mais do rei de Espanha, nem do inquérito que ele ordenara. Alguns oficiais partiram para os novos terrenos auríferos, onde encontraram pepitas, algumas das quais pesavam até vinte onças, e um pedaço de âmbar de trezentos arráteis de peso. Colombo mandou construir duas fortalezas para protegerem os mineiros, uma nos limites da província de Cibao, outra nas margens do rio Hayna. Tomadas estas precauções e tendo pressa de se justificar, partiu para Espanha.

As duas caravelas deixaram o porto de Isabel a 10 de março de 1496. Cristóvão Colombo levava a bordo duzentos e vinte e cinco passageiros e trinta índios. No dia 9 de abril tocava em Maria Galante e no dia 10 ia fazer aguada a Guadalupe, onde teve de sustentar um combate bastante vivo com os naturais. No dia 20 deixou esta ilha pouco hospitaleira, e durante um mês lutou contra as ventanias. No dia 11 de junho, viu terra da Europa e no dia seguinte as caravelas entraram no porto de Cádis.

Esta segunda volta do grande navegador não foi saudada como a primeira pela curiosidade das populações. Ao entusiasmo sucedera a frieza e a inveja. Os próprios companheiros do almirante tomavam partido contra ele. Efetivamente, desanimados, desiludidos, e não trazendo essa riqueza pela qual tinham corrido tantos perigos e sofrido tantas fadigas, mostravam-se injustos. Pois não era culpa de Colombo se as minas exploradas até então custavam mais do que rendiam.

Entretanto o almirante foi recebido na corte com certo favor. A história da sua segunda

viagem atraiu-lhe de novo os espíritos desvairados. Em suma, durante esta expedição, não descobrira ele as ilhas Dominica, Maria Galante, Guadalupe, Monserrate, Santa Maria, Santa Cruz, Porto Rico, Jamaica? Não operara um novo reconhecimento de Cuba, de S. Domingos? Colombo combateu pois vivamente os seus adversários e empregou até contra eles a arma da zombaria. Aos que negavam o mérito das suas descobertas, propôs que mantivessem um ovo em equilíbrio numa das suas extremidades e, como o não podiam conseguir, o almirante, quebrando a casca de um dos ovos, assentou-o na extremidade partida.

«Não vos tínheis lembrado disto — disse ele —, pois aí é que está tudo.»

IV

Cristóvão Colombo ainda não renunciara a prosseguir nas suas conquistas transatlânticas. Nem as fadigas nem a injustiça dos homens podiam suspendê-lo. Depois de ter, não sem custo, triunfado da má vontade dos seus inimigos, conseguiu organizar uma terceira expedição debaixo dos auspícios do Governo espanhol. El-rei concedeu-lhe oito navios, quarenta cavaleiros, cem infantes, seiscentos marinheiros, vinte mineiros, cinquenta lavradores, vinte operários de diversos ofícios, médicos, e até músicos. O almirante obteve, além disso, que todas as penas em uso no reino fossem mudadas numa deportação para as ilhas. Precedia assim os ingleses nessa ideia tão inteligente de povoar as novas colónias com *convictos,* que o trabalho devia reabilitar.

Cristóvão Colombo deu à vela no dia 30 de maio do ano de 1498, apesar de padecer de gota e de estar ainda doente por causa dos dissabores que tivera desde o seu regresso. Antes de partir, soube que uma frota francesa o esperava nas alturas do cabo de S. Vicente para pôr embaraços à sua expedição. Para a evitar dirigiu-se para a Madeira, onde arribou; depois, dessa ilha, expediu para a ilha Hispaniola todos os seus navios, menos três, debaixo do comando dos capitães Pedro de Arana, Alonzo Sanchez de Carabajal e João António Colombo, um dos seus parentes. Ele mesmo, com uma nau e duas caravelas, virou depois para o sul, com tenção de cortar o equador e de procurar terras mais meridionais, que, segundo a opinião geralmente admitida, deviam ser mais ricas em produções de toda a espécie.

No dia 27 de junho, a pequena flotilha tocava nas ilhas do Sal e de Santiago, que fazem parte do arquipélago de Cabo Verde. Partiu de novo no dia 4 de julho, andou cento e vinte léguas no sudoeste, sentiu longas calmarias e calores tórridos, e, chegando à altura da Serra Leoa, partiu diretamente para oeste.

No dia 31 de julho, ao meio-dia, um marinheiro deu sinal de terra. Era uma ilha situada na extremidade nordeste da América Meridional e muito próxima da costa.

O almirante deu-lhe o nome de Trindade e toda a equipagem entoou o *Salve Regina* com voz grata. No dia seguinte, 1.º de agosto, a cinco léguas do ponto descoberto primeiro, a nau e as duas caravelas fundearam perto da ponta de Alcatraz. O almirante mandou desembarcar alguns marinheiros para renovarem as suas provisões de água e de lenha. A costa parecia desabitada, mas observavam-se ali numerosas pegadas de animais que deviam ser cabras.

No dia 2 de agosto, uma comprida canoa, tripulada por vinte e quatro naturais, avançou para os navios. Esses índios, de uma bela estatura, mais brancos de pele do que os indígenas

da ilha Hispaniola, tinham na cabeça um turbante feito de uma charpa de algodão de cores vivas, e à roda do corpo um saiote da mesma fazenda. Tentaram atraí-los a bordo apresentando-lhes espelhos ou missangas; os marinheiros, para lhes inspirar mais confiança, principiaram mesmo danças alegres; mas os indígenas, assustados pelo som do tamboril, que lhes pareceu uma demonstração hostil, responderam com uma nuvem de frechas e dirigiram-se para uma das caravelas; ali um piloto procurou de novo amansá-los indo para o meio deles, mas em breve a canoa se afastou e não tornou a aparecer.

Cristóvão Colombo voltou então ao mar e descobriu nova ilha, a que chamou Gracia. Mas o que tomou por ilha era realmente a costa americana, eram essas praias da Venezuela, que formam o delta do Orenoco, entrecortado pelos braços múltiplos desse rio. Nesse dia o continente americano foi verdadeiramente descoberto por Colombo, ainda que sem o saber, nessa parte da Venezuela que se chama província de Cumana.

Entre essa costa e a ilha da Trindade forma o mar um golfo perigoso, o golfo de Paria, em que um navio resiste dificilmente às correntes, que o arrastam para oeste com extrema rapidez. O almirante julgou-se no mar alto, correu perigos extremos nesse golfo, porque os rios do continente, entumecidos por uma cheia acidental, precipitavam sobre os seus navios massas de água consideráveis. Eis em que termos Cristóvão Colombo conta esse incidente na carta que escreveu ao rei e à rainha:

«A uma hora adiantada da noite, estando na tolda, ouvi uma espécie de rugido terrível; procurei romper com a vista a escuridão, e de súbito vi o mar, debaixo da forma de uma colina tão alta como o navio, caminhar lentamente do sul para os meus navios. Por cima dessa elevação vinha uma corrente com um ruído horrível. Eu não duvidava de que estivéssemos quase a ser engolidos, e hoje ainda sinto, quando me lembro disso, uma comoção dolorosa. Por felicidade, a corrente e a vaga passaram, dirigiram-se para a foz do canal, lutaram ali muito tempo, depois amainaram.»

Contudo, apesar das dificuldades dessa navegação, o almirante, percorrendo esse mar cuja água se tornava cada vez mais doce à proporção que ele se elevava para o norte, reconheceu diversos cabos, um a leste sobre a ilha Trindade, o cabo de Pena-Blanca, outro a oeste sobre o promontório de Paria, que é o cabo de Lapa; visitou muitos portos, entre outros o porto dos Macacos, situado na foz do Orenoco. Colombo tomou terra a oeste da ponta Cumana e recebeu bom acolhimento da parte dos habitantes, que eram numerosos. Ao ocidente, para além da ponta de Alcatraz, o país era magnífico e os indígenas afirmavam que ali se colhiam muito ouro e muitas pérolas.

Colombo queria arribar algum tempo a essa parte da costa, mas não via ali nenhum

abrigo seguro para os seus navios. Demais, a sua saúde seriamente alterada, a sua vista gravemente atacada, prescreviam-lhe o descanso, e tinha pressa, tanto por si como pelas suas tripulações fatigadas, de chegar ao porto Isabel. Caminhou, portanto, seguindo a costa venezuelana, e manteve, tanto quanto pôde, relações com os indígenas. Esses índios eram de compleição magnífica e de agradável fisionomia; os seus arranjos domésticos provavam um certo gosto; possuíam casas de fachadas, em que se achavam alguns móveis muito habilmente feitos. Chapas de ouro lhes ornavam o pescoço. Quanto ao país, era soberbo; os seus rios, as suas montanhas, as suas florestas imensas, faziam dele como que uma terra de predileção. Por isso o almirante batizou esse harmonioso país com o nome de Gracia, e, por uma longa discussão, procurou provar que foi ali outrora o berço do género humano, esse paraíso terrestre que Adão e Eva habitaram por tanto tempo. Para explicar até certo ponto esta opinião do grande navegador, não devemos esquecer que ele julgava estar nas praias da Ásia. Esse lugar encantador foi por ele chamado os Jardins.

No dia 23 de agosto, depois de ter vencido, não sem perigo, não sem fadigas, as correntes deste estreito, Cristóvão Colombo saiu do golfo de Paria por essa estreita passagem a que chamou a Boca do Dragão, denominação que se conservou até ao nosso tempo. Os espanhóis, chegando ao mar alto, descobriram a ilha de Tabago, situada ao nordeste da Trindade, depois, mais ao norte, a Conceição, hoje Granada. Então o almirante virou a proa a sudoeste e voltou para a costa americana; seguiu-a durante quarenta léguas, reconheceu, no dia 25 de agosto, a ilha povoadíssima de Margarita e, enfim, a ilha de Cubaga, colocada ao pé da terra firme. Neste sítio tinham fundado os indígenas uma pescaria de pérolas e ocupavam-se em colher esse precioso produto. Colombo mandou uma canoa a terra e fez trocas muito vantajosas, porque obteve por pedaços de faiança ou guizos muitos arráteis de pérolas, algumas delas muito grossas e das mais belas.

Chegado a esse ponto das suas descobertas, o almirante parou. Era grande a tentação de explorar esse país, mas marinheiros e chefes estavam fatigados, e Colombo deu o rumo de forma que se fosse para S. Domingos, onde interesses mais graves o chamavam.

O almirante, antes da sua partida, autorizara seu irmão a lançar os alicerces de uma nova cidade. Com esse fim, percorrera D. Bartolomeu as diversas regiões da ilha. Tendo achado, a cinquenta léguas de Isabel, um magnífico porto na foz de um belo rio, traçou ali as primeiras ruas de uma cidade, que veio a ser depois a cidade de S. Domingos. Foi nesse sítio que D. Bartolomeu fixou a sua residência, enquanto D. Diogo ficava governador de Isabel. Assim, pois, pela sua situação, os dois irmãos de Colombo resumiam nas suas mãos toda a administração da colónia. Mas já muitos descontentes se agitavam e estavam prontos a

revoltar-se contra a sua autoridade. Foi nestas circunstâncias que o almirante chegou a S. Domingos. Deu razão a seus irmãos, que na verdade tinham administrado com grande sensatez, e fez uma proclamação para chamar à obediência dos espanhóis revoltados. Depois, no dia 18 de outubro, mandou cinco navios para Espanha, com um oficial encarregado de fazer conhecer ao rei as novas descobertas e o estado da colónia, posto em perigo pelos fautores da desordem.

Neste momento os negócios de Cristóvão Colombo tomavam mau caminho na Europa. Desde a sua partida, as calúnias não tinham cessado de se acumular na corte contra os seus irmãos e contra ele. Alguns rebeldes, expulsos da colónia, denunciavam esta invasora dinastia dos Colombos e excitavam o ciúme de um rei vaidoso e ingrato. A própria rainha, até então fiel protetora do marinheiro genovês, ficou irritada vendo chegar nos navios um comboio de trezentos índios arrancados ao seu país e tratados como escravos. Mas Isabel ignorava que semelhante abuso da força se praticara sem Colombo saber e durante a sua ausência. O almirante nem por isso deixou de ser considerado responsável, e, para conhecer do seu procedimento, mandou a corte à ilha Hispaniola um comendador de Calatrava, chamado Francisco de Bovadilla, a quem foram dados os títulos de intendente e de governador-geral. Na realidade, era o mesmo que demitir Colombo. Bovadilla, investido deste poder discricionário, partiu com duas caravelas no fim de junho de 1500. No dia 23 de agosto os colonos descobriram os dois navios, que procuravam entrar no porto de S. Domingos.

Cristóvão Colombo e seu irmão D. Bartolomeu estavam então ausentes. Andavam construindo um forte na comarca de Xaragua. D. Diogo comandava por eles. Bovadilla desembarcou e foi ouvir missa, mostrando nessa cerimónia uma ostentação muito significativa; depois, tendo mandado chamar D. Diogo à sua presença, ordenou-lhe que resignasse os seus poderes nas suas mãos. Cristóvão Colombo, prevenido por um mensageiro, veio a toda a pressa. Tomou conhecimento das credenciais de Bovadilla e, depois de as ler, consentiu em reconhecê-lo como intendente da justiça, mas não como governador-geral da colónia.

Então Bovadilla entregou-lhe uma carta do rei e da rainha, que era concebida nestes termos:

> D. Cristóvão Colombo, nosso almirante no Oceano.
>
> Ordenámos ao comendador D. Francisco Bovadilla que vos explicasse as nossas intenções e vos ordenamos, a vós, que lhe deis fé e executeis o que ele vos disser da nossa parte.
>
> Eu, El-Rei, eu, a Rainha.

O título de vice-rei, que pertencia a Colombo, segundo as convenções solenemente assinadas por Fernando e Isabel, nem sequer era mencionado nessa carta. Colombo fez calar a sua justa cólera e submeteu-se. Mas contra o almirante desgraciado levantou-se todo o campo dos falsos amigos. Todos os que deviam a sua riqueza a Colombo se voltaram contra ele; carregaram-no, acusaram-no de se ter querido tornar independente. Ineptas acusações! Como podia acudir essa ideia a um estrangeiro, a um genovês, sozinho no meio de uma colónia espanhola?

Bovadilla achou a ocasião excelente para proceder. D. Diogo estava já preso; o governador mandou logo pôr a ferros D. Bartolomeu e o próprio Cristóvão Colombo. O almirante, acusado de alta traição, foi embarcado com os seus dois irmãos, e um navio os levou a Espanha, comandado por Afonso de Villejo. Esse oficial, homem de coração, envergonhado do tratamento que sofria Colombo, quis-lhe tirar os grilhões que o prendiam. Mas Colombo recusou. Queria ele, o conquistador do novo mundo, chegar, carregado de grilhões, a esse reino de Espanha, que enriquecera.

O almirante andou nisso bem, porque, ao vê-lo nesse estado de humilhação, amarrado como um celerado, tratado como um criminoso, o sentimento público revoltou-se. O reconhecimento pelo homem de génio abriu caminho através das más paixões tão injustamente sobre-excitadas. Houve uma sublevação de cólera contra Bovadilla. O rei e a rainha, arrastados pela opinião, censuraram altamente o procedimento do comendador e dirigiram a Cristóvão Colombo uma carta afetuosa, convidando-o a vir à corte.

Foi ainda um belo dia para Colombo. Apareceu diante de Fernando e de Isabel, não como acusado, mas como acusador; depois, despedaçando-lhe o peito a lembrança de tratamentos indignos, o pobre e grande homem chorou e fez chorar os outros. Contou a sua vida altivamente; ele, que era acusado de ambição, que tinha enriquecido na administração da colónia, mostrou que na realidade estava quase sem recursos.

Sim! Era tristemente verdade! O homem que acabava de descobrir um mundo não tinha um telhado que lhe abrigasse a cabeça.

Isabel, boa e compadecida, chorava com o velho marinheiro, e esteve algum tempo sem lhe poder responder, de tal modo a sufocavam as lágrimas.

Enfim golfaram-lhe dos lábios palavras boas e afetuosas; assegurou a Cristóvão Colombo que podia contar com a sua proteção; prometeu-lhe vingá-lo dos seus inimigos; desculpou-se pela má escolha que se fizera desse Bovadilla para o enviar às ilhas e jurou que lhe daria um castigo exemplar.

Pedia, entretanto, ao seu almirante que deixasse passar algum tempo, antes de o restabelecer no seu governo, a fim de permitir aos espíritos pervertidos que voltassem ao sentimento da honra e da justiça.

Cristóvão Colombo serenou com as palavras graciosas da rainha; mostrou-se satisfeito com o seu acolhimento e admitiu a necessidade dessa demora que Isabel lhe pedia. O que ele queria, sobretudo, era continuar a servir o seu país, o seu soberano adotivo, e fazia entrever que havia ainda grandes coisas a tentar no caminho das descobertas. Efetivamente, a sua terceira viagem, apesar da sua duração, não fora infrutífera e o mapa enriquecera-se com estes nomes novos: a Trindade, o golfo de Paria, a costa de Cumana, as ilhas de Tabago, de Granada, Margarita e Cubaga.

V

Cristóvão Colombo reconquistara na corte de Fernando e de Isabel todo o valimento que se lhe devia. Talvez o rei lhe manifestasse ainda uma certa frieza, apesar de a rainha o proteger calorosa e energicamente. Contudo, o seu título oficial de vice-rei não lhe foi ainda restituído; mas, homem superior, o almirante não o reclamou. Teve aliás a satisfação de ver Bovadilla demitido, tanto pelos seus abusos do poder como pelo seu procedimento com os índios, que estava sendo atroz. A desumanidade desse espanhol foi levada a tal ponto que, debaixo da sua administração, a população indígena da ilha diminuiu sensivelmente.

Entretanto a ilha Hispaniola começava a realizar as promessas de Colombo, que só pedia três anos para aumentar com sessenta milhões os rendimentos da coroa. Colhia-se o ouro com abundância nas minas exploradas. Um escravo desenterrara nas margens do rio Hayna uma peça de ouro de três mil e seiscentos escudos de peso. Podia-se já prever que as novas colónias encerravam incalculáveis riquezas.

O almirante, não podendo conservar-se inativo, pedia com instância para empreender uma quarta viagem, apesar de já ter sessenta e seis anos. As razões que apresentava em favor dessa nova expedição eram muito plausíveis. Efetivamente, um ano antes do regresso de Cristóvão Colombo, voltara das Índias a Portugal Vasco da Gama, depois de ter dobrado o cabo da Boa Esperança. Ora Colombo queria, dirigindo-se para lá pelos caminhos de oeste, muito mais curtos e muito mais seguros, fazer uma séria concorrência ao comércio português. Sustentava sempre, julgando ter chegado às terras da Ásia, que as ilhas e continentes descobertos por ele estavam separados das Molucas apenas por um estreito. Queria, por conseguinte, sem voltar à ilha Hispaniola e às colónias já estabelecidas, seguir direito a esse país das Índias. Como se vê, o vice-rei caído tornava a ser o audacioso navegador dos seus primeiros anos.

O rei acedeu ao pedido do almirante e confiou-lhe o comando de uma flotilha, composta de quatro navios, o *Santiago,* o *Galego,* o *Vizcaino* e uma caravela capitânia. O maior desses navios tinha apenas sessenta toneladas, o mais pequeno só cinquenta. Na realidade não eram mais do que navios costeiros.

Cristóvão Colombo saiu de Cádis, no dia 9 de maio de 1502, com cento e cinquenta homens de equipagem. Levava seu irmão Bartolomeu e o seu segundo filho, Fernando, de idade de treze anos apenas, filho que tivera de um segundo casamento.

No dia 20 de maio, os navios arribaram à Grande Canária e no dia 15 de junho

chegaram a uma das ilhas de Barlavento, a Martinica; depois tocaram na Dominica, em Santa Cruz, em Porto Rico, e enfim, depois de uma feliz viagem, chegaram no dia 29 de junho diante da ilha Hispaniola.

A intenção de Colombo, aconselhado nisto pela rainha, era não tornar a pôr pé numa ilha de onde fora tão indignamente expulso. Mas a sua caravela, de má construção, não aguentava bem o mar; tornavam-se urgentes consertos na sua quilha. O almirante pediu por conseguinte ao governador licença de entrar no porto.

O novo governador, que sucedera a Bovadilla, era um cavaleiro da Ordem de Alcântara, chamado Nicolau Ovando, homem justo e moderado. Contudo, por um excesso de prudência, objetando que a presença de Colombo na colónia poderia produzir discórdias, recusou-lhe a entrada no porto. Colombo fechou no peito a indignação que lhe devia causar um tal procedimento e foi até com um bom conselho que correspondeu a essa injúria.

Efetivamente, a frota que devia trazer Bovadilla para Espanha e transportar, juntamente com o enorme pedaço de ouro, riquezas imensas, estava para dar à vela. Mas o tempo tornara-se ameaçador, e Colombo, com a sua perspicácia de marinheiro, tendo observado os sinais de uma tempestade próxima, aconselhou o governador a que não arriscasse a um perigo certo os navios e as suas tripulações. Ovando não quis atender ao conselho do almirante. Os navios fizeram-se ao mar, e ainda não tinham chegado à ponta oriental da ilha quando um furacão terrível meteu a pique vinte e um, perdendo-se vidas e cargas; Bovadilla e a maior parte dos inimigos de Colombo afogaram-se, ao passo que, por uma exceção, para assim dizer, providencial, o navio que levava os restos dos haveres dos Colombos escapava ao desastre. O oceano acabava de engolir dez milhões de ouro e de pedras preciosas.

Entretanto, as quatro caravelas do almirante, repelidas do porto, haviam fugido diante da tempestade. Foram desarvoradas e separadas umas das outras, mas conseguiram tornar a juntar-se. A borrasca levara-as, no dia 14 de julho, à vista da Jamaica. Ali grandes correntes as levaram diante do Jardim da rainha, depois na direção de és-quarto-sudoeste. A pequena flotilha lutou então durante sessenta dias, sem andar mais de setenta léguas, e foi enfim arrojada para a costa de Cuba, o que deu em resultado a descoberta do arquipélago das Caimãs e da ilha dos Pinheiros.

Cristóvão Colombo dirigiu-se de novo para sudoeste, no meio desses mares que nenhum navio europeu ainda percorrera. Arrojara-se de novo na senda das descobertas, com todas as apaixonadas comoções de um navegador. A fortuna o conduziu à costa setentrional da América; reconheceu a ilha de Guanaja no dia 30 de julho, e no dia 14 de agosto tocou em o cabo Honduras, essa língua de terra que, prolongada pelo istmo de Panamá, reúne os dois

continentes. Assim, pois, pela segunda vez, Colombo tocava, sem o saber, na verdadeira costa americana. Seguiu os contornos dessas praias durante mais de nove meses, no meio de perigos e de lutas de toda a espécie, e levantou o traçado dessas costas, desde o sítio onde depois se construiu Truxillo até ao golfo de Darien. Todas as noites ancorava para se não desviar da terra, e subiu até esse limite oriental que termina de súbito com o cabo de Gracias a Dios.

Esse cabo foi dobrado no dia 14 de setembro, mas o almirante viu-se salteado por tais ventanias, que ele, o mais velho marinheiro da sua tripulação, nunca as apanhara semelhantes. Aqui está em que termos a sua carta ao rei de Espanha conta esse terrível episódio:

«Durante oitenta dias, as vagas continuaram os seus assaltos, e os meus olhos não viram nem o Sol, nem as estrelas, nem nenhum planeta; os meus navios estavam entreabertos, rotas as minhas velas; os cabos, as chalupas, as enxárcias, tudo estava perdido; os meus marinheiros, doentes e consternados, entregaram-se aos piedosos deveres da religião; nenhum deixava de prometer romaria, e todos se tinham confessado uns aos outros, receando a cada momento ver acabar a sua existência. Tenho visto muitas outras tempestades, mas nunca vi nenhuma tão longa e tão violenta. Muitos dos meus, que passavam por marinheiros intrépidos, perdiam o ânimo, mas o que me pungia profundamente era a dor de meu filho, cuja mocidade aumentava o meu desespero e que eu via com mais trabalho e tormento que outro qualquer. Era Deus, sem dúvida, e mais ninguém, quem tal força lhe prestava; era meu filho quem reacendia a coragem e despertava a paciência dos marinheiros nos seus duros trabalhos; enfim julgariam todos ver nele um navegador que envelhecera no meio das tempestades, coisa pasmosa, difícil de acreditar, e que misturava alguma alegria com as penas que me afligiam. Estava doente e muitas vezes vi próxima a minha última hora. Enfim, para levar ao seu auge a minha desgraça, vinte anos de serviço, de fadigas e de perigos não me têm dado o mínimo proveito, porque me acho hoje sem possuir nem uma telha em Espanha, e só a estalagem me oferece um asilo, quando quero tomar algum descanso e as mais simples refeições; e ainda assim muitas vezes me sucede achar-me na impossibilidade de pagar a minha conta!...»

Estas poucas linhas não indicam bem que suprema dor pungia a alma de Colombo? No meio de tantos perigos e inquietações, como podia ele conservar a energia necessária a um chefe de expedição?

Durante a tempestade, os navios seguiram ao longo da costa, que toma sucessivamente os nomes de Honduras, de Mosquito, de Nicarágua, de Costa Rica, de Verágua e de Panamá. As doze ilhas Limonares foram descobertas neste período. Enfim, no dia 25 de setembro, Colombo para entre a pequena ilha da Huerta e o continente, no dia 5 de Outubro parte de novo, e, depois de ter marcado a baía do Almirante, vai ancorar diante da aldeia de Caria. Ali

foram consertados os navios e ficaram nesse porto até ao dia 15 de outubro.

Cristóvão Colombo julgava-se então chegado não longe da embocadura do Ganges, e os naturais, falando-lhe de uma certa província do Ciguaré, rodeada de mar, pareciam confirmar essa opinião. Afirmavam também que o país encerrava abundantes minas de ouro, a mais importante das quais estava situada a vinte e cinco léguas para o sul. O almirante fez-se de novo ao mar e principiou a seguir a costa arborizada de Verágua. Os índios, nessa parte do continente, pareciam ser muito selvagens. No dia 26 de novembro a flotilha entrou no porto de Retrete, que é o porto atual de Escribanes. Os navios, roídos pelo bicho, achavam-se no mais deplorável estado; foi necessário ainda consertar as suas avarias e prolongar a arribada no Retrete. Colombo, logo que deixou esse porto, apanhou uma tempestade mais horrível do que as precedentes; «durante nove dias, diz ele, estive sem a mínima esperança de salvação. Nunca viu homem algum mais violentos e mais terríveis mares; tinham-se coberto de espuma; o vento não permitia ir para diante nem para trás; prendia-me nesse mar, cujas ondas pareciam de sangue; as suas vagas pareciam referver como se fossem aquecidas ao lume. Nunca vi ao céu um aspeto tão horroroso; ardendo como uma fornalha um dia e uma noite, arrojava sem descanso os raios e as chamas e fazia-me temer que a cada momento as velas e os mastros fossem arrancados. O trovão rugia com um estrondo tão horrível que parecia dever aniquilar os nossos navios; durante esse tempo todo, a chuva caía com tal violência, que se não podia dizer que era a chuva, mas sim um novo dilúvio. Os meus marinheiros, acabrunhados por tantas aflições e trabalhos, invocavam a morte como um termo de tantos males; os meus navios estavam abertos por todos os lados, e as chalupas, as âncoras, os cabos, as velas, tudo estava também perdido.»

Durante esta longa e penosa navegação, o almirante percorrera perto de trezentas e cinquenta léguas. As suas equipagens estavam exaustas; foi portanto obrigado a voltar para trás e a demandar o rio de Verágua; mas, não tendo encontrado um abrigo seguro para os seus navios, dirigiu-se, não longe dali, à embocadura do rio de Belém, que é hoje o rio Yebra, em que fundeou no dia de Reis do ano de 1503. No dia seguinte a procela tornava a principiar, e até no dia 24 de janeiro, com a cheia súbita no rio, as amarras dos navios romperam-se e não puderam ser salvas senão com muito custo.

Contudo, o almirante, não esquecendo o fim principal da sua missão nessas novas terras, conseguira estabelecer relações seguidas com os indígenas. O cacique de Belém mostrava-se condescendente e designou, a cinco léguas para o interior, um país, onde as minas de ouro deviam ser riquíssimas. No dia 6 de fevereiro, Cristóvão Colombo expediu para o sítio indicado um destacamento de setenta homens, debaixo do comando de seu irmão D.

Bartolomeu. Depois de terem percorrido um terreno muito acidentado e cortado por alguns rios, tão sinuosos que um deles teve de ser atravessado trinta e nove vezes durante o trajeto, os espanhóis chegaram aos terrenos auríferos. Eram imensos e estendiam-se a perder de vista. O ouro era ali tão abundante que um homem só podia colher uma medida de ouro em dez dias. Em quatro horas Bartolomeu e os seus companheiros apanharam uma soma enorme e voltaram para o almirante. Este, quando soube desse resultado, resolveu estabelecer-se na costa e mandou logo construir barracas de madeira.

As minas dessa região eram verdadeiramente de uma incomparável riqueza e pareciam inesgotáveis, e por elas Colombo esqueceu Cuba e S. Domingos. A sua carta ao rei Fernando manifesta o seu entusiasmo a esse respeito e não podemos deixar de pasmar, encontrando a sair da pena deste grande homem esta curiosa frase, que não é nem de um filósofo nem de um cristão: «O ouro! O ouro! Excelente coisa! É do ouro que nascem as riquezas! Por ele é que tudo se faz no mundo, e o seu poder basta muitas vezes para enviar as almas ao paraíso.»

Os espanhóis trabalhavam, pois, com ardor em amontoar o ouro nos seus navios. Até então tinham sido pacíficas as relações com os indígenas, apesar de estes serem homens de índole fera. Mas em breve o cacique, irritado com a usurpação efetuada pelos estrangeiros, resolveu matá-los e queimar as suas habitações. Um dia, pois, arrojou-se aos espanhóis com forças consideráveis. Houve uma batalha muito séria. Os índios foram repelidos. O cacique deixara-se cativar com a sua família toda, mas seus filhos e ele conseguiram depois escapar-se e internaram-se na região das montanhas com um grande número dos seus companheiros. Tempos depois, no mês de abril, os indígenas, formando uma tropa considerável, atacavam segunda vez os espanhóis, que os exterminaram em grande parte.

Contudo, a saúde de Colombo alterava-se cada vez mais. Faltava-lhe o vento para sair desta arribada. Desesperava-se. Um dia, cheio de fadiga, caiu e adormeceu. No seu sono ouviu uma voz compadecida, que lhe ditou estas palavras, que vamos repetir textualmente, porque têm impressa uma certa religiosidade extática, que completa a personalidade do velho navegador. Eis o que essa voz lhe dizia:

«Ó insensato! Porque és tão lento em crer e em servir o teu Deus, o Deus do Universo? O que fez ele mais por Moisés e por David, seu servo? Desde o teu nascimento, não tem ele tido a mais terna solicitude? E, quando te viu numa idade em que os seus desígnios te esperavam, não fez ressoar gloriosamente o teu nome em toda a Terra? Não te deu as Índias, essa parte tão rica do Mundo? Não te deixou fazer homenagem delas à tua vontade? Não foi ele que te prestou os meios para executar os teus projetos? Grilhões defendiam a entrada do oceano, formados de elos que se não podiam despedaçar. Deu-te as chaves desses grilhões. O

teu poder foi reconhecido nas terras mais remotas e a tua glória foi proclamada por todos os cristãos. Mostrou-se Deus mais favorável ao povo de Israel quando o tirou do Egito? Protegeu mais eficazmente David, quando de pastor o transformou em rei da Judeia? Volta-te para ele e reconhece o teu erro, porque a sua misericórdia é infinita. A tua velhice não será um obstáculo para as grandes coisas que te esperam; nas suas mãos tem ele as mais brilhantes heranças. Não tinha Abraão cem anos, e Sara não estava já longe da mocidade quando nasceu Isaac? Chamas um socorro incerto, responde-me: quem te expôs tantas vezes a tantos perigos? Foi Deus ou foi o Mundo? As vantagens, as promessas que Deus concede, não as infringe nunca com os seus servos. Não é ele que, depois de ter recebido um serviço, afirma que não foram seguidas as suas intenções e dá às suas ordens uma nova interpretação; não é ele que se esfalfa a dar uma cor vantajosa a atos arbitrários. Os seus discursos não são capciosos; tudo o que promete concede-o com usura. Sempre assim procede. Disse-te tudo o que o Criador fez por ti; neste momento mostra-te o prémio e a recompensa dos perigos e dos trabalhos que passaste para servires os outros.» E eu, ainda que cheio de padecimentos, ouvi este discurso todo, mas não pude encontrar força bastante para responder a promessas tão certas; contentei-me em chorar os meus erros. Essa voz concluiu nestes termos: «Espera, tem confiança; os teus trabalhos serão gravados no mármore, com justiça.»

Cristóvão Colombo, assim que se restabeleceu, pensou em deixar essa costa. Quereria ali fundar um estabelecimento; mas as suas tripulações não eram numerosas o bastante para poder deixar uma parte delas em terra. As quatro caravelas estavam esburacadas pelo bicho. Teve de abandonar uma em Belém e deu à vela no dia de Páscoa. Mas apenas se achava a trinta léguas pelo mar dentro, declarou-se água aberta num dos navios. O almirante foi obrigado a voltar à costa a toda a pressa, e chegou felizmente a Porto Belo, onde deixou esse navio, cujas avarias eram irremediáveis. A flotilha só se compunha então de duas caravelas, sem chalupas, quase sem provisões, e tinha sete mil milhas a percorrer. Subiu a costa, passou por diante do porto de Retrete, reconheceu o grupo das Mulatas e penetrou no golfo de Darien. Foi o ponto extremo a que chegou Colombo para os lados de teste.

No dia 1 de maio dirigiu-se Colombo para a ilha Hispaniola; a 10 de maio tinha chegado à vista do arquipélago das Caimãs, mas não pôde superar os ventos que o repeliram para noroeste, até perto de Cuba. Ali, numa tempestade, no meio dos recifes, perdeu as suas velas, as suas âncoras, e os seus dois navios abalroaram de noite. Depois, tendo-o arrojado o furacão para o sul, voltou com os seus navios despedaçados à Jamaica e fundeou no dia 23 de junho no porto de Santa Glória, hoje baía de S. Cristóvão. O almirante queria ir ter à ilha Hispaniola. Ali havia os recursos para abastecer os seus navios, recursos que faltavam na

Jamaica; mas as suas duas caravelas, roídas pelo bicho, «semelhantes a cortiços de abelhas», não podiam tentar impunemente essa navegação. Ora, como se havia de enviar uma mensagem a Ovando, o governador da ilha Hispaniola?

Contudo, as caravelas metiam água por todos os lados; o almirante teve de as encalhar. Depois procurou organizar a vida comum nessas praias. Os índios primeiro ajudaram-no e forneceram a tripulação dos víveres de que precisavam, mas esses infelizes marinheiros, tão flagelados, manifestaram o seu descontentamento contra o almirante; estavam quase a revoltar-se e o infeliz Colombo, prostrado pela doença, já não podia sair do seu leito de dor.

Foi nestas circunstâncias que dois valentes oficiais, Mendez e Fieschi, propuseram ao almirante tentar em pirogas Índias essa viagem da Jamaica à ilha Hispaniola. Na realidade era uma viagem de duzentas léguas, porque precisavam de subir a costa até ao porto da colónia. Mas os corajosos oficiais estavam prontos a afrontar todos os perigos, porque se tratava da salvação dos seus companheiros. Cristóvão Colombo, compreendendo esta audaciosa proposta, que em qualquer outra ocasião ele mesmo faria, autorizou Mendez e Fieschi a partir; já sem navios, quase sem víveres, ficou com a sua tripulação nessa ilha selvagem.

Em breve a miséria desses náufragos — pode-se-lhes dar este nome — foi tal que se seguiu uma revolta. Os companheiros do almirante, cegos pelos padecimentos, imaginaram que o seu chefe não ousava entrar nesse porto da ilha Hispaniola, onde o governador Ovando já em tempo lhe não permitira entrar. Supuseram que esta prescrição os feria a eles também como ao almirante, disseram consigo que o governador, excluindo a flotilha dos portos da colónia, por força procedera por ordem de el-rei. Estes raciocínios absurdos exaltaram os espíritos já mal dispostos, e enfim, no dia 2 de janeiro de 1504, o capitão de uma das caravelas e o tesoureiro militar puseram-se à frente dos descontentes. Queriam voltar à Europa, e precipitaram-se para a tenda do almirante, gritando: Castela! Castela!

Colombo estava doente e deitado. Seu irmão e seu filho vieram cobri-lo com os seus corpos. Os revoltados, ao verem o velho almirante, pararam, e diante dele toda a sua fúria se dissipou. Mas não quiseram ouvir as suas observações e os seus conselhos e não perceberam que não podiam salvar-se senão por um acordo geral e quando cada um deles, esquecendo-se de si, trabalhasse para a salvação de todos: Não! Estavam resolvidos a deixar a ilha a todo o custo, fosse de que modo fosse. Os revoltados correram pois à praia. Apoderaram-se das canoas dos indígenas e dirigiram-se para a extremidade oriental da ilha. Ali, perdendo o respeito a tudo, ébrios de fúria, saquearam as habitações Índias, tornando assim o almirante responsável pelas suas violências, e arrastaram consigo alguns desgraçados naturais a bordo das canoas que lhes tinham roubado. Os revoltados continuaram a sua navegação, mas a

poucas léguas ao largo foram surpreendidos por uma ventania, que os pôs em grande perigo, e, para aliviarem a embarcação, atiraram os cativos ao mar. Depois desta bárbara execução, as canoas tentaram dirigir-se para a ilha Hispaniola, como tinham feito Mendez e Fieschi, mas foram obstinadamente arrojadas para a costa da Jamaica.

Entretanto o almirante, tendo ficado só com os seus amigos e os doentes, conseguiu restabelecer a ordem no seu pequeno grupo, mas a miséria aumentava, a fome tornava-se ameaçadora, os indígenas cansavam-se de sustentar esses estrangeiros, cuja residência na sua ilha se prolongava. Demais, tinham visto os espanhóis lutar entre si, o que matara o seu prestígio. Os indígenas percebiam enfim que os europeus eram apenas simples homens e aprenderam a não os respeitar nem temer.

A autoridade de Colombo sobre essas populações Índias diminuía pois de dia para dia, e foi necessário aparecer uma circunstância fortuita, que o almirante aproveitou habilmente, para lhe restituir um prestígio tão necessário à salvação dos seus companheiros.

Um eclipse da Lua, previsto e calculado por Colombo, devia realizar-se em certo dia. Na manhã desse mesmo dia, o almirante mandou pedir uma entrevista aos caciques da ilha. Estes foram, e, quando os viu reunidos na sua tenda, Colombo anunciou-lhes que Deus, querendo puni-los pelas suas medidas nada hospitaleiras e pelas suas más disposições para com os espanhóis, lhes recusaria nessa noite a luz da Lua. Enfim, tudo se passou como o almirante anunciara. A sombra da Terra veio esconder a Lua, cujo disco parecia roído por algum monstro formidável. Os selvagens, aterrados, caíram aos pés de Colombo, suplicando-lhe que intercedesse com o céu em seu favor e prometendo pôr todas as suas riquezas à sua disposição. Colombo, depois de alguma hesitação, habilmente representada, fingiu render-se às preces dos indígenas. A pretexto de implorar a divindade, correu a fechar-se na sua tenda enquanto durou o eclipse, e só reapareceu no momento em que o fenómeno ia acabar. Então anunciou aos caciques que o céu consentia em lhes perdoar, e, de braço estendido, ordenou à Lua que reaparecesse. Logo o disco saiu do cone de sombra, e o astro das noites brilhou em todo o seu esplendor. Desde esse dia, os índios, reconhecidos e submissos, aceitaram a autoridade do almirante, que as potências celestes tão manifestamente lhes impunham.

Enquanto se passavam estes acontecimentos na Jamaica, Mendez e Fieschi tinham chegado havia muito ao termo da sua viagem. Esses corajosos oficiais, depois de uma miraculosa travessia de quatro dias, operada numa frágil canoa, arribaram à ilha Hispaniola. Logo fizeram conhecer ao governador a situação desesperada de Cristóvão Colombo e dos seus companheiros. Ovando, que se tornara odiento e injusto, reteve os dois oficiais e, a pretexto de conhecer o verdadeiro estado das coisas, despachou para a Jamaica, depois de

oito meses de demora, um homem seu, um certo Diogo Escobar, que era particular inimigo do almirante. Escobar, chegando a Jamaica, não quis comunicar com Cristóvão Colombo; nem sequer desembarcou e limitou-se a pôr em terra, à disposição dos companheiros do almirante, «um porco e um barril de vinho»; depois partiu sem ter admitido pessoa alguma a seu bordo. Recusa-se a consciência a acreditar em semelhantes infâmias, mas infelizmente são mais que verdadeiras.

O almirante ficou indignado com esta cruel zombaria, mas não se irritou, não recriminou. A chegada de Escobar devia tranquilizar os náufragos, porque provava que a sua situação era conhecida. O livramento era, por conseguinte, só negócio de tempo e por isso o moral dos espanhóis foi-se levantando a pouco e pouco.

O almirante tentou então chamar a si os rebeldes que, desde a sua separação, não cessavam de devastar a ilha e de exercer contra os infelizes indígenas odiosas crueldades. Propôs-lhes perdão, mas os insensatos não responderam a essa generosa proposta senão vindo atacar Colombo no seu retiro. Os espanhóis fiéis à causa da ordem tiveram de pegar em armas. Os amigos do almirante defenderam valentemente o seu chefe. Só perderam um dos seus nesse combate e ficaram senhores do campo de batalha depois de terem feito prisioneiros os dois irmãos chefes da revolta. Os rebeldes lançaram-se então aos pés de Colombo, que lhes perdoou.

Enfim, um ano depois da partida de Mendez e de Fieschi é que apareceu um navio equipado por eles à custa de Colombo, que devia levar para a pátria os náufragos. No dia 24 de junho de 1504 embarcaram todos e, saindo de Jamaica, teatro de tantas misérias morais e físicas, deram à vela para a ilha Hispaniola.

Chegando ao porto, depois de uma boa travessia, Cristóvão Colombo, com grande espanto seu, foi recebido com muitas atenções. O governador Ovando, como homem hábil, que não sabe resistir à opinião pública, fez honra ao almirante. Mas essas boas disposições não deviam durar muito tempo. Não tardaram a recomeçar as perseguições. Então Colombo, não podendo, nem querendo já suportá-las, humilhado, maltratado até, fretou dois navios, cujo comando repartiu com seu irmão Bartolomeu, e no dia 12 de setembro de 1504 tomou pela última vez o caminho da Europa.

Essa quarta viagem conquistara para a ciência geográfica o arquipélago das Caimãs, Martinica, Limonares, Guanaja, as costas de Honduras, de Mosquitos, de Nicarágua, de Verágua, de Costa Rica, de Porto Belo, de Panamá, as ilhas Mulatas e o golfo de Darien.

A tempestade devia ainda flagelar Colombo na última vez em que ele atravessava o oceano. O seu navio foi desarvorado e a tripulação teve de se transferir, com ele, para o navio

de seu irmão. No dia 19 de outubro, um formidável furacão veio ainda despedaçar o mastro grande deste navio, que teve de andar sessenta léguas com um velame incompleto. Enfim, no dia 7 de novembro, entrou o almirante no porto de San-Lucar.

Uma triste notícia esperava Colombo à sua volta. A sua protetora, a rainha Isabel, morrera havia pouco tempo. Quem se interessaria agora pelo velho genovês?

O rei Fernando, injusto e invejoso, recebeu friamente o almirante. Não lhe poupou nem os subterfúgios, nem as dilações, esperando desembaraçar-se assim dos tratados solenemente assinados pela sua mão, e acabou por propor a Colombo uma pequena cidade de Castela, Carian de los Condes, em troca dos seus títulos e das suas dignidades.

Tanta ingratidão e tanta deslealdade acabrunharam o velho. A sua saúde, tão profundamente alterada, não se restabeleceu, e o desgosto conduziu-o ao túmulo. No dia 20 de maio de 1506, em Valhadolid, tendo de idade setenta anos, deu a alma a Deus, pronunciando estas palavras: «Senhor, entrego o meu espírito e o meu corpo nas vossas mãos.»

Os restos de Cristóvão Colombo tinham sido depositados primeiro no convento de S. Francisco; depois, em 1513, foram colocados no convento dos Cartuxos de Sevilha. Mas parecia que o grande navegador nem depois de morto podia conquistar o descanso. No ano de 1536, o seu corpo foi transportado para a catedral de S. Domingos. A tradição local quer que, depois do tratado de Baulés, em 1795, quando o governo espanhol, antes de entregar à França a parte oriental de S. Domingos, ordenou a trasladação das cinzas do grande navegador para a Havana, um cónego substituiu outros restos aos de Cristóvão Colombo, e que estes foram depositados no coro da catedral, à esquerda do altar.

Graças às manobras deste cónego, inspirado ou por um sentimento de patriotismo local, ou pelo respeito pelas últimas vontades de Colombo, que escolhera S. Domingos para a sua sepultura, não são pois as cinzas do grande navegador que Espanha possui em Havana, mas provavelmente as de seu irmão Diogo.

A descoberta que acaba de ser feita, a 10 de setembro de 1877, na catedral de S. Domingos, de um caixão de chumbo encerrando ossos humanos e cuja inscrição dá a entender que tem os ossos do *descobridor* da América, parece confirmar completamente a tradição que acabámos de referir.

Demais, que o corpo de Cristóvão Colombo esteja em S. Domingos ou Havana, pouco importa. O seu nome e a sua glória estão em toda a parte.

Capítulo 8 — A Conquista da Índia e do País das Especiarias

I

Ao mesmo tempo que mandava Dias procurar pelo sul da África o caminho das Índias, encarregava o rei de Portugal D. João II dois gentis-homens da sua corte de se informarem se não seria possível penetrar ali por um caminho mais rápido, mais fácil e mais seguro: o istmo de Suez, o mar Vermelho e o oceano Índico.

Semelhante missão exigia um homem hábil, empreendedor, bem ao facto das dificuldades de uma viagem nessas regiões, conhecendo as línguas orientais, pelo menos o árabe. Era necessário um agente dotado de caráter fácil e resoluto, capaz, numa palavra, de não deixar que fossem adivinhados uns projetos que a nada menos tendiam que a tirar das mãos dos muçulmanos, dos árabes, e por eles dos venezianos, todo o comércio da Ásia, para dotar com ele Portugal.

Um navegador experimentado, Pedro de Covilhã, que servira com distinção debaixo das ordens de D. Afonso V na guerra de Castela, residira muito tempo na África. Foi pois para ele que D. João II deitou as suas vistas. Agregaram-lhe Afonso de Paiva, e ambos, munidos de instruções minuciosas, assim como de um mapa traçado pelo mapa-mundo do bispo Calçadilha, com o qual se podia dar volta à África, partiram de Lisboa no mês de maio de 1487.

Os dois viajantes chegaram a Alexandria e ao Cairo, onde tiveram a felicidade de encontrar mercadores mouros de Fez e de Tlemcen, que os conduziram a Tor, a antiga Asiongaber, nas faldas do Sinai, onde puderam alcançar preciosas informações a respeito do comércio de Calicut.

Covilhã resolveu aproveitar-se dessa feliz circunstância para visitar um país para o qual havia um século que Portugal deitava um olhar cobiçoso, enquanto Paiva se ia internar nas regiões então vagamente designadas pelo nome de Etiópia, à procura desse famoso Prestes João, que reinava, contavam os antigos viajantes, sobre um país da África maravilhosamente rico e fértil. Paiva morreu sem dúvida na sua tentativa aventurosa, porque se não encontram rastos dele. Quanto a Covilhã, esse chegou a Adém, onde embarcou para a costa de Malabar. Visitou sucessivamente Cananor, Calicut, Goa, e colheu informações exatas sobre o comércio e as produções dos países vizinhos do mar das Índias, sem despertar as suspeitas dos hindus, que estavam bem longe de pensar que o acolhimento benévolo e amigável que faziam ao viajante assegurava a ruína e a escravidão da sua pátria.

Covilhã, julgando que não fizera ainda bastante pelo seu país, deixou a Índia, dirigiu-se

à costa oriental da África, onde visitou Moçambique, Sofala, famosa havia muito tempo pelas suas minas de ouro, cuja reputação chegara, por intermédio dos árabes, à Europa, e Zeila, o *Avalites portus* dos antigos, a cidade principal da costa de Adém, à entrada do golfo arábico, à beira do mar de Omã. Depois de uma residência bastante longa neste país, voltou por Adém, então o principal empório do comércio do Oriente, foi até à entrada do golfo Pérsico, a Ormuz, e em seguida, subindo ao mar Vermelho, foi ter ao Cairo.

D. João II enviara dois judeus instruídos, que deviam esperar ali Covilhã. Este entregou a um deles, o rabi Abraão de Beja, as suas notas, o itinerário da sua viagem, um mapa da África, que um muçulmano lhe dera, encarregando-o de levar tudo isso a Lisboa o mais depressa possível.

Ele, não satisfeito ainda com o que até aí fizera, querendo executar a missão que a morte impedira Paiva de cumprir, penetrou na Abissínia, cujo negus, conhecido pelo nome de Prestes João, lisonjeado por ver a sua aliança requestada por um dos soberanos mais poderosos da Europa, o acolheu com extrema benevolência e lhe confiou até um alto emprego na sua corte, mas, para se assegurar da continuidade dos seus serviços, recusou-se constantemente a consentir que ele deixasse o seu país. Apesar de ter casado e de ter filhos, Covilhã não deixava nunca de pensar na sua pátria, e quando em 1525 uma embaixada portuguesa, de que fazia parte Álvares, foi à Abissínia, viu partir com a mais profunda saudade os seus compatriotas, e o capelão da expedição fez-se ingenuamente eco das suas queixas e da sua dor.

«Dando — diz o Sr. Ferdinand Denis — sobre a possibilidade da circum-navegação da África informações rigorosas, indicando o caminho das Índias, dando a respeito do comércio desse país as noções mais positivas e mais extensas, fazendo sobretudo a descrição das minas de ouro de Sofala, que excitou sem dúvida a cobiça portuguesa, Covilhã contribuiu poderosamente para acelerar a expedição de Gama.»

Se devêssemos dar crédito a tradições antigas, que nenhum documento autêntico veio confirmar, Gama descendia de um filho ilegítimo de D. Afonso III, rei de Portugal. Seu pai, Estêvão Eanes da Gama, alcaide-mor de Sines e de Silves, no reino do Algarve, e comendador de Seixal, ocupava uma alta posição na corte de D. João II. A sua reputação de marinheiro era tal que este rei por um momento pensou em lhe dar o comando da frota que queria enviar às Índias.

Do seu casamento com Isabel Sodré, filha de João de Resende, provedor das fortificações de Santarém, nasceram muitos filhos, e especialmente Vasco, que foi o primeiro a chegar à Índia, dobrando o cabo da Boa Esperança, e Paulo, que o acompanhou nessa

memorável expedição.

Sabe-se que Vasco da Gama nasceu em Sines, mas não se sabe ao certo a data do seu nascimento; 1469 é a data geralmente admitida, mas além de que Gama seria bem novo (teria apenas vinte e oito anos) quando lhe foi confiado o importante comando da expedição das Índias, descobriu-se há uns trinta anos, nos arquivos espanhóis, um salvo-conduto concedido em 1478 a uma personagem chamada Vasco da Gama e Lemos para passar a Tânger. É pouco verosímil que um tal documento fosse concedido a uma criança de nove anos e, portanto, parece que devemos levar mais para trás a data do nascimento do célebre viajante.

Parece que desde muito cedo Vasco da Gama se destinara a seguir a carreira da marinha, em que se ilustrara seu pai. O primeiro historiador das Índias, Lopes de Castanheda, folga de lembrar que se distinguira nos mares da África.

Sabe-se até que foi encarregado de confiscar nos portos de Portugal todos os navios franceses que neles se achavam fundeados, em represália da captura de um rico galeão português, que voltava de Mina, feita em plena paz por corsários franceses.

Esta missão não seria decerto confiada senão a um capitão ativo, corajoso e conhecido pelos seus altos feitos. É isto para nós a prova de que o valor e a habilidade de Gama eram altamente apreciados pelo rei.

Por esta época desposou ele D. Catarina de Ataíde, uma das mais nobres damas da corte, de quem teve muitos filhos, entre outros Estêvão da Gama, que foi governador das Índias, e D. Cristóvão, que pela sua luta na Abissínia contra Ahmed-Guérad, apelidado o *Canhoto,* e pela sua morte romanesca, merece ser contado entre os aventureiros famosos do século XVI.

Graças a um documento extraído da Biblioteca Pública do Porto, documento que Castanheda naturalmente conheceu e cuja tradução o Sr. Ferdinand Denis publicou em os *Viajantes Antigos e Modernos,* do Sr. E. Charton, já não pode haver a mínima dúvida a respeito da data da primeira viagem de Gama.

Pode-se fixar com toda a certeza no sábado 8 de julho de 1497. Todos os pormenores dessa expedição, desde muito resolvida, foram minuciosamente regulados.

Devia compor-se de quatro navios de grandeza mediana, a fim, diz Pacheco, de «poderem entrar e sair ligeiramente em toda a parte». Solidamente construídos, estavam providos todos de uma tríplice andaina de velas e de amarras; todos os tonéis, destinados a conter as provisões de água, de azeite ou de vinho, tinham sido reforçados com arcos de ferro; abastecimentos de toda a espécie, farinha, vinho, legumes, objetos de farmácia, artilharia, tudo fora reunido em abundância; enfim, os melhores marinheiros, os mais hábeis pilotos, os mais

experimentados capitães, constituíam o seu pessoal.

Gama, que recebera o título de capitão-mor, arvorou o seu pavilhão no *S. Gabriel,* de cento e vinte toneladas. Seu irmão Paulo da Gama meteu-se a bordo do S. *Rafael,* de cem toneladas; uma caravela de cinquenta toneladas, a *Bérrio,* assim chamada em lembrança do piloto Bérrio, que a vendera a D. Manuel I, teve por capitão Nicolau Coelho, marinheiro experimentado. Enfim, uma barca muito grande, carregada de provisões e de mercadorias destinadas para as trocas com os naturais dos países que se visitariam, tinha por capitão Pedro Nunes.

Pero de Alenquer, que fora o piloto de Bartolomeu Dias, devia reger a marcha da expedição.

O pessoal da frota, compreendendo dez malfeitores, que tinham sido embarcados para cumprir missões perigosas, subia a cento e sessenta pessoas.

Comparados com a grandeza da missão que estes homens iam desempenhar, que fracos meios, que recursos quase irrisórios.

No dia 8 de julho, aos primeiros raios do Sol, Gama, seguido pelos seus oficiais, dirige-se para os seus navios, no meio de uma enorme aglomeração de povo. Em torno dele desdobra-se um cortejo de monges e de religiosos, que cantam os hinos sagrados e pedem ao céu que estenda a sua proteção sobre os viajantes.

Devia ter sido uma cena singularmente comovente esta partida do Restelo, quando todos, atores e espectadores, confundiam os seus cantos, os seus gritos e as suas despedidas enquanto as velas, entumecidas por um vento favorável, arrastavam para o mar alto Gama e a fortuna de Portugal.

Uma grande caravela e uma barca mais pequena, que iam à Mina, debaixo do comando de Bartolomeu Dias, deviam viajar de conserva com a frota de Gama.

No sábado seguinte os navios estavam à vista das Canárias e passaram a noite a barlavento de Lancerote. Quando chegaram à altura de Rio do Ouro, um nevoeiro espesso separou Paulo da Gama, Coelho e Dias. Juntaram-se de novo ao pé das ilhas de Cabo Verde, onde em breve chegaram. Em Santiago as provisões de carne, de lenha e de água foram renovadas e os navios postos de novo em bom estado de navegabilidade.

Deixaram a praia de Santa Maria a 3 de agosto. A viagem passou sem incidente notável e no dia 4 de setembro ancoraram na costa de África, numa baía que recebeu o nome de *Santa Helena.* Ali se passaram oito dias a cortar lenha e a pôr tudo de novo em ordem a bordo dos navios. Foi ali que se viram pela primeira vez Boschis, raça miserável e aviltada, que se alimentava com a carne dos lobos-marinhos e de baleias e com raízes ao mesmo tempo. Os

portugueses lançaram mão a alguns destes naturais e trataram-nos amigavelmente. Os selvagens não conheciam o valor de nenhuma das mercadorias que se lhes apresentaram, viam-nas pela primeira vez e ignoravam para que serviam. A única coisa que pareciam apreciar era o cobre e traziam nas orelhas cadeias pequenas desse metal. Sabiam servir-se muito bem das azagaias, espécie de dardos, cuja ponta se endurece ao lume, como o sentiram três ou quatro marinheiros, o próprio Gama, e um certo Veloso, que imprudentemente se internara no país, acontecimento que proporcionou a Camões um dos mais encantadores episódios d'*Os Lusíadas*.

Deixando Santa Helena, Pero de Alenquer, o antigo piloto de Dias, declarou que se julgava a trinta léguas do Cabo, mas, na dúvida, a esquadra fez-se ao largo e a 18 de novembro achou-se a frota à vista do cabo da Boa Esperança, que no dia seguinte dobrou com vento em popa.

No dia 26 entraram os navios na baía de S. Brás, onde se demoraram treze dias, durante os quais se desmanchou o navio que transportava os abastecimentos, que foram repartidos pelas outras três embarcações. Durante a sua demora ali os portugueses deram aos Boschis guizos e outros objetos, que eles os viram aceitar com surpresa, porque, por ocasião da viagem de Dias, os negros se tinham mostrado tímidos e até hostis, e haviam defendido a aguada à pedrada. Mais ainda, levaram bois e carneiros, e, para testemunharem a sua satisfação pela estada dos portugueses, principiaram, diz Nicolau Velho, «a fazer ressoar quatro ou cinco flautas, uns tocando alto, outros baixo, maravilhosamente concertados para uns negros de quem se não espera música. Dançavam também à moda dos negros e o capitão-mor ordenou que se tocassem as trombetas, e dançávamos também nas nossas chalupas e até dançou o capitão-mor depois de voltar para bordo».

Que dizeis desta pequena festa e desta serenata recíproca trocada entre os portugueses e os negros? Quem esperaria ver Gama, o grave Gama, que nos representam os seus retratos, iniciando os negros nos encantos da pavana? Por desgraça, estas boas disposições não duraram. Foi necessário fazer algumas demonstrações hostis com descargas reiteradas de artilharia.

Nesta baía de S. Brás levantou Gama um padrão, que foi derrubado logo depois da sua partida. Não tardaram a passar adiante do Rio Infante, ponto extremo a que chegara Dias. Neste momento a frota sentiu os efeitos de uma corrente violenta, que pôde ser neutralizada graças ao vento favorável. A 25 de dezembro, dia de Natal, descobriu-se a terra de Natal.

Os navios tinham avarias, faltava a água potável, era urgente chegar a um porto qualquer, o que a expedição fez a 10 de janeiro de 1498. Os negros, que os portugueses viram

ao desembarcar, eram muito mais altos do que os que tinham visto até então. Andavam armados com um grande arco, longas frechas e uma azagaia guarnecida de ferro. Eram cafres, raça bem superior aos Boschis. Estabeleceram-se com eles tão boas relações, que Gama deu a esse país o nome de Terra da Boa Gente.

Um pouco mais adiante e sempre subindo a costa, dois mercadores muçulmanos, um com turbante, outro com um capuz de seda verde, vieram visitar os portugueses com um moço que, «pelo que se podia deduzir dos seus sinais, pertencia a um país que ficava dali muito longe, e dizia ter já visto navios grandes como os nossos». Foi para Vasco da Gama a prova de que se aproximava dessas terras da Índia, que procurava havia tanto tempo e com tanto ardor. Por isso também chamou ao rio, que neste sítio desembocava no mar, *rio dos Bons Sinais*. Infelizmente apareceram ao mesmo tempo entre as tripulações os primeiros sintomas do escorbuto, que não tardou a atirar para cima dos mares um grande número de marinheiros.

A 10 de março a expedição fundeou diante da ilha de Moçambique. Ali, Gama, pelos seus intérpretes árabes, soube que entre os habitantes de origem maometana estava um certo número de mercadores que negociavam com a Índia. O ouro e a prata, as fazendas e as especiarias, as pérolas e os rubis formavam o fundo do seu comércio. Gama teve ao mesmo tempo a certeza de que, subindo ao longo do litoral, encontraria numerosas cidades, «e com isso tanto nos alegrámos», diz Velho na sua preciosa relação, «que chorávamos de puro gosto, rogando a Deus que nos desse saúde para ver o que tínhamos tanto desejado».

O vice-rei Colgytam, que julgava tratar com muçulmanos, veio muitas vezes a bordo dos navios, onde foi magnificamente tratado. Correspondeu a essas amabilidades mandando presentes, e até deu a Gama hábeis pilotos; mais, quando uns mercadores árabes, que tinham negociado na Europa, lhe disseram que esses estrangeiros, longe de serem turcos, eram os piores inimigos dos maometanos, o vice-rei, envergonhado por se ter deixado enganar, tudo pôs em obra para se apoderar deles e para os matar por traição. Foi necessário apontar a artilharia para a cidade e ameaçar reduzi-la a cinzas para alcançar o necessário para a continuação da vigem. Correu sangue, e Paulo da Gama apoderou-se de duas barcas, cuja opulenta carregação foi distribuída pelos marinheiros.

Gama deixou a 29 de março esta inóspita cidade e continuou a sua viagem, sem deixar de vigiar de perto esses pilotos árabes, que se viu obrigado a mandar fustigar.

No dia 4 de abril descobriu-se a costa e a 8 chegou-se a Mombaça ou Mombaz, cidade que os pilotos afirmavam que era habitada por cristãos e muçulmanos.

A frota ancorou diante do porto, mas sem entrar, apesar da entusiástica receção que lhe foi feita. Já os portugueses contavam encontrar-se na missa com os cristãos da ilha, quando de

noite se aproximou do navio-almirante uma *zavra* tripulada por um cento de homens armados, que pretendiam entrar no navio todos ao mesmo tempo, o que lhes foi recusado.

Instruído do que se passara em Moçambique, o rei de Mombaça, fingindo ignorá-lo, mandou presentes a Gama, propôs-lhe o estabelecer uma feitoria na sua capital, e assegurou-lhe que podia imediatamente entrar no porto e meter carga de especiarias e de aromas. O capitão-mor, sem desconfiar de coisa alguma, enviou logo dois homens anunciar que entraria no dia seguinte. Já estavam a levantar ferro, quando, tendo-se recusado o navio-almirante a virar, deixaram cair a âncora a prumo. Numa graciosa e poética ficção, Camões afirma que foram as nereidas, conduzidas por Vénus, protetora dos Portugueses, que fizeram parar o navio que estava a ponto de entrar no porto. Nesse momento os mouros todos, que se achavam a bordo dos navios portugueses, saíram em tropel, ao passo que os pilotos, vindos de Moçambique, se deitaram ao mar.

Dois mouros, sujeitos à tortura da gota de azeite a ferver, confessaram que havia tenção de se aprisionarem os portugueses logo que eles tivessem entrado no porto. De noite, os mouros tentaram por muitas vezes trepar para bordo e romper as amarras para fazer com que os navios dessem à costa, mas de todas as vezes foram pressentidos. Uma arribada nestas condições não podia ser muito longa. Durou contudo o tempo bastante para recuperarem a saúde todos os escorbúticos.

A oito léguas da terra, assenhoreou-se a frota de uma barca ricamente carregada de ouro, de prata e de abastecimentos. No dia seguinte chegou a Melinde, cidade rica e florescente, cujos minaretes dourados, cintilando com os raios do Sol, e cujas mesquitas, de uma alvura resplandecente, se recortavam num céu de um azul intenso.

A receção, ao princípio bastante fria, porque se sabia em Melinde da captura do barco operada na véspera, tornou-se cordial logo que se trocaram explicações. O filho do rei veio visitar o almirante com um cortejo de cortesãos magnificamente vestidos e coros de músicos a tocar instrumentos diversos. O que mais os espantou foi o exercício da artilharia, porque a invenção da pólvora não era ainda conhecida na costa oriental da África. Um tratado solene foi jurado sobre o Evangelho e o Corão e cimentado por uma troca de magníficos presentes.

A má vontade, as emboscadas, as dificuldades de todo o género, que tinham assaltado até aí a expedição, cessaram desde então como por encanto, o que se deve atribuir à franqueza, à generosidade do rei de Melinde e ao auxílio que deu aos portugueses.

Fiel à promessa que fizera a Vasco da Gama, o rei enviou-lhe um piloto guzarate, chamado Malemo Cana, homem instruído na navegação, que sabia servir-se de cartas, do compasso e do sextante, e que prestou os melhores serviços à expedição.

Depois de uma estação de nove dias, a frota levantou ferro para Calicut.

Era necessário agora renunciar a essa navegação de cabotagem, sempre à vista das costas, que até então se praticara. Chegara o momento de se entregarem à graça de Deus no imenso oceano, sem mais guia que um piloto desconhecido, dado por um rei cujo bom acolhimento não pudera adormecer a desconfiança dos portugueses.

E, contudo, graças à habilidade e lealdade desse piloto, graças à clemência do mar e do vento, que se mostrou constantemente favorável, depois de uma navegação de vinte e três dias, a frota avistava terra no dia 17 de maio e no dia seguinte fundeava duas léguas abaixo de Calicut.

O entusiasmo foi grande a bordo. Chegara-se, pois, enfim a esses países tão ricos e tão maravilhosos. As fadigas, os perigos, a doença, tudo se esqueceu, Chegara-se ao fim de tantos e de tão longos esforços, ou, antes, parecia que se chegara, porque ainda se estava longe de possuir os tesouros e as ricas produções da Índia.

Apenas a âncora tocara no fundo, logo quatro embarcações se soltaram da praia e giraram em torno da frota, parecendo convidar os marinheiros a desembarcar. Mas Gama, que os acontecimentos de Mombaça e de Moçambique tinham tornado prudente, mandou a descobrir campo um dos malfeitores que levava a bordo. Devia este percorrer a cidade e procurar descobrir as disposições dos habitantes.

Rodeado de uma multidão de curiosos, assaltado de perguntas a que não podia responder, foi levado a casa de um mouro chamado Monçaida, que falava espanhol, a quem contou sumariamente as peripécias da expedição. Monçaida acompanhou-o a bordo da frota, e as suas primeiras palavras, ao pôr o pé nos navios, foram: «Boa ventura! Boa ventura! Muitas esmeraldas! Muitos rubis!» Desde esse momento Monçaida foi agregado à expedição na qualidade de intérprete.

Como o rei de Calicut estava então afastado da sua capital umas quinze léguas, o capitão-mor mandou dois homens avisá-lo que o embaixador do rei de Portugal tinha chegado e lhe trazia cartas do seu soberano. O rei despachou imediatamente um piloto, encarregado de conduzir os navios portugueses à enseada, mais segura, de Pandarany, e respondeu que no dia seguinte estaria de volta a Calicut.

Efetivamente encarregou o seu intendente ou catual de convidar Gama a desembarcar para tratar da sua embaixada. Apesar das súplicas de seu irmão Paulo da Gama, que lhe representava os perigos a que se ia expor e os que a sua morte faria correr à expedição, o capitão-mor chegou à praia, onde o esperava uma imensa multidão.

A ideia de que se achavam no meio de povos cristãos estava por tal forma arraigada em

todos os membros da expedição que, encontrando um pagode no caminho, Gama entrou para fazer as suas devoções. Todavia um dos seus companheiros, João de Sá, que a fealdade das imagens pintadas nas paredes tornava menos crédulo, disse em voz alta: «Se isto é um diabo, declaro que a minha intenção é adorar o Deus verdadeiro», restrição que fez rir muito o almirante.

Ao pé das portas da cidade, a multidão era ainda mais compacta. Gama e os portugueses, conduzidos pelo catual, a muito custo conseguiram chegar ao palácio, onde o rei, o samorim (designado nas relações com o título de «zamori»), os esperava com extrema impaciência.

Introduzidos em salas pomposamente ornadas de estofos de seda e de tapetes, onde ardiam esquisitos perfumes, os portugueses acharam-se em presença do samorim, que estava revestido de fatos magníficos e de joias preciosas, de pérolas e diamantes de extraordinária grossura.

O rei mandou-lhes servir refrescos, permitiu-lhes se sentassem — favor precioso num país em que só se fala ao soberano de rojo no chão — e passou para outro aposento para ouvir dele mesmo, como Gama reclamava altivamente, os motivos da sua embaixada e o desejo que tinha el-rei de Portugal de concluir com o de Calicut um tratado de comércio e de aliança. A esse discurso de Gama respondeu o samorim que folgaria de se considerar irmão e amigo do rei Manuel e que mandaria pela frota embaixadores a Portugal.

Há certos provérbios que, por mudarem de latitude, nem por isso deixam de ser igualmente verdadeiros, e este: «Seguem-se os dias e não se assemelham» achou no dia seguinte em Calicut a sua confirmação. O entusiasmo, excitado no espírito do samorim pelos hábeis discursos de Gama, a esperança que ele lhe fizera conceber de estabelecer um comércio vantajoso com Portugal, esvaíram-se à vista dos presentes que lhe eram destinados: «Doze peças de pano de riscado, doze capas de capuz de escarlate, seis chapéus e quatro ramos de coral acompanhados por uma caixa de baixela contendo seis peças, uma caixa de açúcar e quatro barris, dois cheios de azeite e dois de mel», não constituem efetivamente um presente muito magnífico. Vendo isto, o primeiro-ministro declarou, zombando, que o mais pobre mercador de Meca trazia mais ricos presentes e que nunca o rei aceitaria tão ridículas bagatelas. Depois desta afronta, Gama foi visitar o samorim. Só depois de ter esperado muito tempo, no meio da multidão que se ria dele, é que foi introduzido junto do príncipe. Este censurou-lhe com um tom desprezador o não ter nada que lhe oferecer, quando se dizia súbdito de um rei tão poderoso. Gama respondeu com firmeza e apresentou as cartas de D. Manuel, que, concebidas em termos lisonjeiros, encerravam a promessa formal de enviar mercadorias

a Calicut. O rei, a quem essa perspetiva sorria, informou-se então com interesse da importância das produções e dos recursos de Portugal, e permitiu a Gama desembarcar e vender as suas mercadorias.

Mas essa súbita mudança nas disposições do samorim não podia convir aos comerciantes mouros e árabes, que faziam a prosperidade de Calicut. Não podiam ver a sangue-frio um estrangeiro procurar desviar em seu proveito a corrente do comércio, que até então ficara inteiramente nas suas mãos, e resolveram por conseguinte tentar tudo para afastar para sempre das praias da Índia esses terríveis concorrentes. O seu primeiro cuidado foi comprarem o catual; depois pintaram com as cores mais sombrias esses aventureiros insaciáveis, uns salteadores impudentes, que não procuravam senão conhecer as forças e os recursos da cidade para voltar em grande número a saqueá-la e assassinar os que se opusessem aos seus desígnios.

Chegando à enseada de Pandarany, Gama não encontrou uma só embarcação que o conduzisse aos seus navios e foi obrigado a dormir em terra. O catual não o largava, esforçando-se por lhe provar a necessidade de chegar a frota mais a terra, e, quando o almirante formalmente se recusou a isso, declarou-lhe que estava preso. Era conhecer pouco a firmeza de Gama.

Chalupas armadas foram enviadas para tentarem surpreender os navios, mas os portugueses, avisados secretamente pelo seu almirante, faziam boa guarda, e os mouros não se atreveram a empregar abertamente a força.

Entretanto, Gama, sempre preso, ameaçava o catual com a cólera do samorim, que, pensava ele, não podia trair assim os deveres da hospitalidade, mas vendo que as ameaças ficavam sem efeito, fez presente ao catual de algumas peças de fazenda, que imediatamente modificaram as suas disposições: «Se os portugueses, disse ele, tivessem cumprido a promessa, que tinham feito ao rei, de desembarcar as suas mercadorias, havia muito tempo que o almirante estaria de volta aos seus navios.» Gama logo mandou ordem para as mercadorias se desembarcarem, estabeleceu uma feitoria, cuja direção foi confiada a Diogo Dias, irmão do descobridor do cabo da Boa Esperança, e pôde então voltar para bordo.

Mas, pondo os muçulmanos obstáculos à venda das mercadorias com o depreciá-las, Gama enviou ao samorim o seu feitor Dias para se queixar de perfídia dos mouros e dos maus tratamentos que ele sofrera. Ao mesmo tempo reclamava a translação da sua feitoria para Calicut, onde esperava que as mercadorias se venderiam mais facilmente.

O requerimento foi favoravelmente acolhido e as boas relações mantiveram-se, apesar das intrigas dos mouros, até 1 de agosto de 1498. Nesse dia o feitor foi prevenir o samorim da

próxima partida de Gama, lembrar-lhe a sua promessa de enviar uma embaixada a Portugal e pedir-lhe uma amostra de cada uma das produções do país, que lhe seria paga com as primeiras mercadorias vendidas depois da partida da frota, porque os empregados da feitoria tencionavam ficar em Calicut durante a ausência de Gama.

Não só o samorim, ainda impelido pelos negociantes mouros, recusou cumprir a sua promessa, mas reclamou o pagamento de seiscentos xerafins por direitos de alfândega. Ao mesmo tempo mandava confiscar as mercadorias e conservava presos os empregados da feitoria.

Um tal ultraje, um tal desprezo do direito das gentes reclamavam pronta vingança. Contudo, Gama soube dissimular; mas, quando recebeu a bordo a visita de alguns ricos mercadores, reteve-os e mandou pedir ao samorim a troca dos prisioneiros.

Tendo-se feito esperar a resposta do rei além do prazo fixado, Vasco da Gama deu à vela e foi fundear a quatro léguas de Calicut. Depois de um novo ataque infrutífero dos hindus, os dois feitores voltaram a bordo, e uma parte dos reféns, que Vasco da Gama tomara, foi restituída. Dias trazia uma carta singular, escrita pelo samorim ao rei de Portugal numa folha de palmeira. Vamos reproduzi-la no seu estranho laconismo, tão diferente da costumada pompa do estilo oriental.

«Vasco da Gama, naire do teu palácio, veio ao meu país, o que eu tive por agradável. No meu reino há muita canela, cravo e pimenta e um grande número de pedras preciosas, o que desejo do teu país é ouro, prata, coral e escarlate. Adeus.»

No dia seguinte, Monçaida, o mouro de Tunes, que servira de intérprete aos portugueses e que lhes prestara muitos serviços nas suas negociações com o samorim, veio procurar asilo a bordo dos navios portugueses. Não tendo sido restituídas as mercadorias no dia fixado, o capitão-mor resolveu levar os homens que guardara em reféns. Contudo, a frota achou-se impedida de caminhar, pela calmaria, a poucas léguas de Calicut; foi então atacada por uma flotilha de vinte barcos armados, que a artilharia a muito custo mantinha a distância, quando uma violenta tempestade a obrigou a procurar um abrigo na costa.

O almirante seguia as praias do Decão e permitira a alguns marinheiros desembarcar para colher frutas e canela, quando viu oito navios, que pareciam dirigir-se para ele. Gama chamou a sua gente a bordo, correu ao encontro dos hindus, que não cuidaram senão em fugir, não sem deixarem nas mãos dos portugueses uma barca carregada de cocos e de víveres.

Chegando ao arquipélago das Laquedivas, Gama espalmou a *Bérrio* e puxou para terra o seu próprio navio para calafetar. Estavam os marinheiros ocupados nesse trabalho, quando, mais uma vez, foram atacados, mas sem melhor êxito. Viram chegar no dia seguinte um

indivíduo de uns quarenta anos, vestindo à moda hindu, que se pôs a contar-lhes em excelente italiano que, originário de Veneza, fora trazido muito novo para aquele país, que era cristão, mas que se achava na impossibilidade de praticar a sua religião. Ocupando um elevado lugar na corte do soberano desse país, fora enviado por ele para pôr à disposição dos portugueses tudo o que pudessem achar no país que lhes conviesse. Ofertas de serviço, tão contrárias ao acolhimento que até aí lhes fora feito, suscitaram as suspeitas dos portugueses. Demais, não tardaram a saber que esse aventureiro era o chefe das barcas que os tinham atacado na véspera. Então fustigaram-no valentemente até ele confessar que viera ver se era possível atacar a frota com vantagem, e acabou declarando que todas as populações do litoral se tinham ligado para se desfazer dos portugueses. Conservaram-no por conseguinte a bordo, apressaram-se os trabalhos e, logo que se completaram os abastecimentos de água e de víveres, deram à vela para regressar à Europa.

Para chegar à costa de África foram necessários à expedição três meses menos três dias, por causa das calmarias podres e dos ventos ponteiros. Durante esta longa travessia, as tripulações foram violentamente atacadas de escorbuto e morreram trinta marinheiros. Em cada navio não restavam mais de sete ou oito homens em estado de manobrar, e muitas vezes os próprios oficiais foram obrigados a auxiliá-los. «Posso pois afirmar», diz Velho, «que se o tempo em que vogávamos através destes mares se houvesse prolongado, ninguém, daqui lá teria navegado depois de nós... E os capitães, tendo-se reunido em conselho a propósito disso, resolveram, no caso de nos apanharem ventanias semelhantes, que voltássemos para as terras da Índia e aí nos refugiássemos.»

Foi no dia 2 de fevereiro de 1499 que os portugueses se encontraram enfim na altura de uma grande cidade da costa de Ajan, chamada Magadoxo, distante setecentas léguas de Melinde.

Mas Gama, receando ver renovar-se o acolhimento que recebera em Moçambique, não quis demorar-se ali e mandou dar, ao passar à vista da cidade, uma descarga geral de toda a sua artilharia. Poucos dias depois descobriramse as ricas e salubres campinas de Melinde, aonde se arribou. O rei apressou-se logo a mandar víveres frescos e laranjas para os doentes. O acolhimento foi, numa palavra, dos mais simpáticos, e os laços de amizade, contraídos na primeira estada de Gama, foram ainda mais estreitados. O xeque de Melinde mandou para o rei de Portugal uma trompa de marfim e grande quantidade de outros presentes; ao mesmo tempo pediu a Gama que recebesse a seu bordo um jovem mouro, a fim de que o rei de Portugal soubesse quanto ele desejava a sua amizade.

Os cinco dias de descanso que os portugueses passaram em Melinde deram-lhes o maior

alívio. Depois fizeram-se à vela de novo. Um pouco depois de terem passado para diante de Mombaça, foram obrigados a queimar o *S. Gabriel,* porque a tripulação estava tão reduzida que não podia acudir à manobra de três navios. Descobriram a ilha de Zanzibar, fundearam na baía de S. Brás, e a 20 de fevereiro, graças a um vento favorável, dobraram o cabo da Boa Esperança e acharam-se de novo no oceano Atlântico.

Pela sua continuidade, a brisa parecia apressar a volta dos viajantes. Em vinte e sete dias tinham chegado às paragens da ilha de Santiago. A 25 de Abril, Nicolau Coelho, que comandava a *Bérrio,* desejoso de ser o primeiro a levar a D. Manuel a notícia da descoberta da Índia, separou-se do seu chefe e, sem tocar nas ilhas de Cabo Verde, como se combinara, fez-se diretamente à vela para Portugal, aonde chegou a 10 de julho.

Entretanto o desgraçado Gama estava imerso na mais profunda dor. Seu irmão, Paulo da Gama, que partilhara as suas fadigas e as suas angústias e que ia ser associado à sua glória, via extinguir-se-lhe lentamente a vida. Em Santiago, Vasco da Gama, achando-se já em mares conhecidos e frequentados, entregou a João de Sá o comando do seu navio e fretou uma rápida caravela, a fim de apressar o momento em que o seu querido doente tornaria a ver as praias da sua pátria.

Esta esperança malogrou-se e a caravela não chegou à Terceira senão para lá enterrar o valente e simpático Paulo da Gama.

À sua volta, que parece ter sido no primeiro dia de setembro, o almirante foi acolhido com festas pomposas. Dos cento e sessenta portugueses, que levara consigo, só voltavam com ele cinquenta e cinco. A perda era grande, seguramente, mas o que valia, comparada com as vantagens consideráveis que se esperavam? O público percebeu-o perfeitamente e fez a Gama a receção mais entusiástica. Quanto ao rei D. Manuel, acrescentou aos seus próprios títulos os de «senhor da conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índias», mas esperou mais de dois anos antes de recompensar Gama e de lhe conferir o título de almirante das Índias, qualidade que ficou autorizado a fazer preceder com a partícula *Dom,* tão dificilmente concedida então. Depois, sem dúvida para fazer esquecer a Vasco da Gama a demora que houvera em recompensar os seus serviços, fez-lhe presente de mil escudos, soma considerável para a época, e concedeu-lhe sobre o comércio das Índias certos privilégios, que não deviam tardar a enriquecê-lo.

II

A 9 de março de 1500, uma frota de treze navios deixava o Restelo, debaixo das ordens de Pedro Álvares Cabral. Contava como voluntário Luís de Camões, que devia ilustrar, no seu poema *Os Lusíadas,* o valor e o espírito aventuroso dos seus compatriotas. Sabe-se muito pouca coisa de Cabral e ignora-se completamente o que fora que lhe valera o comando dessa expedição.

Cabral pertencia a uma das mais ilustres famílias de Portugal, e seu pai, Fernão Cabral, senhor de Azurara da Beira, era alcaide-mor de Belmonte. Pedro Álvares casara com Isabel de Castro, primeira dama da infanta D. Maria, filha de D. João III. Cabral teria conquistado um nome por alguma importante descoberta marítima? Não se pode supor, porque os historiadores teriam falado nisso. É contudo dificílimo admitir que só o favor régio lhe valesse o comando-chefe de uma expedição em que homens como Bartolomeu Dias, Nicolau Coelho, companheiro de Gama, e Sancho de Tovar estavam debaixo das suas ordens. Porque é que esta missão não fora confiada a Gama, que voltara havia seis meses e que, pelo seu conhecimento dos países percorridos, assim como dos costumes dos seus habitantes, parecia naturalmente indicado? Não estaria ainda restabelecido das suas fadigas? A dor da morte de seu irmão, falecido quase à vista das costas de Portugal, afetá-lo-ia tão profundamente que se quisesse conservar afastado? Não seria antes o rei D. Manuel que, cioso da glória de Gama, não lhe quis dar ensejo de aumentar a sua reputação?

Outros tantos problemas que a história talvez nunca possa resolver.

Acredita-se facilmente na realização do que vivamente se deseja. D. Manuel imaginara que o samorim de Calicut se não oporia ao restabelecimento, nos seus estados, de feitorias portuguesas, e Cabral, que levava presentes cuja magnificência devia fazer esquecer a mesquinharia dos que Gama lhe apresentara, recebeu ordem de obter que ele proibisse aos mouros todo o comércio na sua capital. Além disso, o novo capitão-mor devia arribar a Melinde, oferecer ao rei presentes sumptuosos e levar-lhe o mouro que viera de passagem na frota de Gama. Enfim, seis religiosos, embarcados na frota, deviam ir espalhar nas regiões remotas da Ásia o conhecimento do Evangelho.

Depois de treze dias de navegação, a frota passara para diante das ilhas de Cabo Verde, quando se percebeu que o navio comandado por Vasco de Ataíde já não ia de conserva. Estiveram algum tempo à capa para o esperar, mas foi debalde, e os outros doze navios continuaram a sua navegação pelo mar, e não já de cabo em cabo pelas praias africanas, como

até então se fizera. Cabral esperava evitar assim as calmarias que tinham atrasado as expedições anteriores no golfo da Guiné. Talvez mesmo o capitão-mor, que devia estar ao facto, como todos os seus compatriotas, das descobertas de Cristóvão Colombo, tivesse secreta esperança de chegar, internando-se para oeste, a alguma região que escapara ao grande navegador!

Que se deva atribuir esse facto à tempestade ou a qualquer desígnio oculto, a verdade é que a frota estava fora do caminho que devia seguir-se para se dobrar o cabo da Boa Esperança, quando no dia 22 de abril se descobriu uma alta montanha e logo depois um prolongamento de costas, que recebeu o nome de Vera Cruz, nome mudado depois no de Santa Cruz. Era o Brasil e o lugar onde hoje se ergue a cidade de Porto Seguro.

A 28, depois de um hábil reconhecimento do litoral por Coelho, os marinheiros portugueses atracavam à terra americana e reconheciam uma suavidade de temperatura e uma exuberância de vegetação que deixavam completamente a perder de vista o que tinham observado nas costas de África e do Malabar.

Os indígenas, quase completamente nus, trazendo no pulso um papagaio domesticado, como os fidalgos da Europa traziam os seus falcões e os seus gerifaltes, agrupavam-se curiosamente em torno dos recém-desembarcados, sem o mais leve sinal de susto. No domingo de Páscoa, 26 de abril, celebrou-se missa em terra diante dos índios, cujo silêncio e cuja atitude respeitosa muito admiraram os portugueses. No dia 1.º de Maio uma grande cruz e um padrão se erigiram na praia, e Cabral tomou solenemente posse do país, em nome do rei de Portugal. O seu primeiro cuidado, logo depois de celebrada essa cerimónia, foi expedir a Lisboa Gaspar de Lemos, para anunciar a importante descoberta deste rico e fértil país. Lemos levava ao mesmo tempo a história da expedição, escrita por Pedro Vaz de Caminha, e um importante documento astronómico, devido a mestre João, que sem dúvida relatava a posição da nova conquista. Antes de partir para a Ásia, Cabral desembarcou dois malfeitores, que encarregou de se informarem dos recursos e das riquezas do país, assim como dos usos e costumes dos habitantes.

Estas medidas tão sensatas, tão cheias de previdência, demonstram altamente a prudência e a sagacidade de Cabral.

Foi no dia 2 de maio que a frota perdeu de vista as terras do Brasil. Todos, contentíssimos com este feliz princípio de viagem, acreditavam num fácil e rápido triunfo, quando a aparição, durante oito dias consecutivos, de um brilhante cometa veio encher de terror esses espíritos ignorantes e ingénuos, que viram nisso algum funesto presságio. Os acontecimentos deviam desta vez justificar a superstição.

Elevou-se uma horrível tempestade, vagas da altura de montanhas desabaram sobre os navios, enquanto o vento soprava com fúria e a chuva caía sem cessar. Quando o Sol conseguiu rasgar o espesso cortinado de nuvens, que intercetava quase completamente a sua luz, foi para iluminar um horrível quadro. O mar parecia negro e lamacento, grandes manchas lívidas lhe jaspeavam as vagas de cristas espumosas, e de noite clarões fosforescentes, mosqueando as imensas planícies húmidas, acentuavam com um rastilho de fogo a esteira dos navios.

Durante oito dias, sem tréguas, sem misericórdia, os elementos em fúria açoitaram os navios portugueses. Os marinheiros aterrados, chegados ao auge da prostração, depois de terem esgotado as suas rezas e os seus votos, já não obedeciam senão pela força do hábito às ordens dos seus oficiais. Tinham feito desde o primeiro dia o sacrifício das suas vidas e esperavam a todo o momento ser submergidos.

Quando enfim voltou a luz, quando as ondas serenaram, cada tripulação, julgando que fora a única que sobrevivera, lançou os olhos para o mar e procurou os seus companheiros. Faltavam oito navios. Quatro tinham sido engolidos, com vidas e fazendas, por uma tromba gigantesca, nos últimos dias de tempestade. Um deles era comandado por Bartolomeu Dias, que fora o primeiro que descobrira o cabo da Boa Esperança. Fora submergido por essas vagas mortíferas, guardas, como diz Camões, do império do Oriente contra os povos do Oeste, que havia tantos séculos cobiçavam as suas maravilhosas riquezas.

Durante essa série de tempestades, fora dobrado o cabo e a frota aproximava-se das costas de África. A 20 de julho descortinou-se Moçambique. Os mouros mostraram desta vez disposições mais benévolas do que na época da viagem de Gama e deram aos portugueses pilotos que os conduziram a Quíloa, ilha famosa pelo comércio de pó de ouro que fazia com Sofala. Ali Cabral encontrou dois dos seus navios, que uma ventania atirara para esse lado, e, depois de malograr com a rapidez da sua partida uma conspiração que tinha por fim o morticínio geral dos europeus, chegou, sem mais incidente desagradável, a Melinde.

A estadia da frota neste porto deu ocasião a festas e regozijos sem número, e logo abastecidos, calafetados e munidos de excelentes pilotos, os navios portugueses partiram para Calicut, aonde chegaram a 13 de dezembro de 1500.

Desta vez, graças à força do seu armamento, assim como à riqueza dos presentes oferecidos ao samorim, o acolhimento foi diverso, e esse príncipe versátil consentiu em tudo que reclamava Cabral: privilégio exclusivo do comércio de aromas e especiarias e direito de confiscar os navios que infringissem esta prescrição. Durante algum tempo dissimularam os mouros o seu descontentamento; mas, depois de terem conseguido exasperar a população

contra os estrangeiros, precipitaram-se, a um sinal dado, sobre a feitoria que Aires Correia dirigia e mataram uns cinquenta portugueses que ali surpreenderam.

À vingança não se fez esperar. Dez navios, fundeados no porto, foram tomados, saqueados, queimados diante dos olhos dos mouros, que não puderam opor-se a isso, e a cidade bombardeada ficou sepultada debaixo das suas ruínas.

Depois Cabral, continuando a exploração da costa de Malabar, chegou a Cochim, onde o rajá, vassalo do samorim, se apressou a fazer aliança com os portugueses e aproveitou com ardor esta ocasião de se declarar independente.

Apesar de a sua frota estar já ricamente carregada, Cabral visitou ainda Cananor, onde concluiu um tratado de aliança com o rajá da terra; depois, impaciente por voltar à Europa, deu à vela, costeando as praias da África, banhadas pelo mar das Índias, descobriu Sofala, que escapara à exploração de Gama, e entrou no dia 13 de julho de 1501 em Lisboa, onde teve o gosto de encontrar os dois últimos navios que julgava perdidos.

Queremos acreditar que recebeu o acolhimento que mereciam os importantes resultados obtidos nesta memorável expedição.

Se os historiadores contemporâneos nada dizem a respeito das particularidades da sua existência depois do seu regresso, investigações modernas fizeram encontrar o seu túmulo em Santarém, e felizes achados do Sr. Ferdinand Denis provaram que recebeu a qualificação de *Dom* em recompensa dos seus valiosos serviços.

Quando voltava à Europa, poderia Álvares Cabral ter encontrado uma frota de quatro caravelas, debaixo do comando de João da Nova, que o rei D. Manuel enviava para dar novo impulso às relações comerciais que Cabral devia ter estabelecido nas Índias. Esta nova expedição dobrou, sem tropeço, o cabo da Boa Esperança, descobriu, entre Moçambique e Quíloa, uma ilha desconhecida, que recebeu o nome do comandante, e chegou a Melinde, onde soube dos acontecimentos que se tinham passado em Calicut.

João da Nova não dispunha de forças bastante terríveis para castigar o samorim. Não querendo arriscar-se a pôr em perigo, por um revés, o prestígio das armas portuguesas, dirigiu-se para Cochim e Cananor, cujos reis, tributários do samorim, tinha feito aliança com Pedro Álvares Cabral. Já carregara os seus navios com mil quintais de pimenta, cinquenta de gengibre e quatrocentos e cinquenta de canela, quando o avisaram de que uma frota considerável, que parecia vir de Calicut, avançava com disposições hostis. Se João da Nova mais cuidara até então em comércio do que em guerra, não se mostrou nessas circunstâncias críticas nem menos audacioso, nem menos valente do que os seus predecessores. Aceitou o combate, apesar da superioridade aparente dos hindus, e, graças às hábeis disposições que

soube tomar e ao poder da sua artilharia, dispersou, aprisionou ou meteu a pique os navios inimigos.

Talvez devesse aproveitar-se do terror que a sua vitória espalhara em toda a costa e de se acharem momentaneamente exaustos os recursos dos hindus, para vibrar um grande golpe apoderando-se de Calicut.

Mas estamos longe dos acontecimentos, conhecemos pouco as suas particularidades e não podemos apreciar com imparcialidade as razões que levaram João da Nova a regressar imediatamente à Europa.

Foi nesta última parte da viagem que descobriu no meio do Atlântico a pequena ilha de Santa Helena. Uma curiosa lenda se liga a essa descoberta. Um certo Fernão Lopes, que seguiu Gama às Índias, tivera de renunciar ao cristianismo e de se fazer maometano para casar com uma indiana. Quando João da Nova apareceu, ou porque já estivesse farto da mulher ou da religião, pediu que o trouxessem de novo à pátria e voltou ao seu antigo culto. Quando se avistou Santa Helena, Lopes, para obedecer a uma ideia súbita, que tomou por uma inspiração do céu, pediu que o desembarcassem, a fim de expiar, dizia ele, a sua detestável apostasia e repará-la com a sua dedicação à humanidade. A sua vontade pareceu tão firme, que João da Nova teve de consentir, e deixou-lhe, como ele lhe pedia, sementes de frutas e de legumes. Devemos acrescentar que este estranho eremita trabalhou durante quatro anos no arroteamento e na plantação da ilha com tal êxito, que os navios não tardaram a encontrar ali meios de se abastecer durante a longa travessia da Europa ao cabo da Boa Esperança.

As expedições sucessivas de Gama, de Cabral e de João da Nova tinham provado até à evidência que se não podia contar com um comércio seguido nem com uma troca contínua de mercadorias com a população da costa de Malabar, enquanto se respeitasse a sua independência e liberdade. Esse comércio, que tão energicamente recusavam fazer com os europeus, era necessário impor-lho, e para isso fundar estabelecimentos militares permanentes, capazes de manter em respeito os descontentes e mesmo, sendo necessário, de conquistar o país. Mas a quem se havia de confiar tão importante missão? A escolha não podia ser duvidosa, e Vasco da Gama foi, por unanimidade, designado para tomar o comando do formidável armamento que se preparava.

Debaixo do seu comando imediato levava Gama dez navios; o seu segundo irmão e seu primo, Estêvão da Gama e Vicente Sodré, tinham cada um deles cinco navios debaixo das suas ordens, mas deviam reconhecer Vasco da Gama por chefe supremo.

As cerimónias, que precederam a partida de Lisboa, foram de um caráter particularmente grave e solene. O rei D. Manuel, seguido por toda a sua corte, dirigiu-se à

catedral no meio de imensa multidão e invocou a bênção do céu sobre esta expedição, a um tempo militar e religiosa, e o arcebispo abençoou, ele mesmo, o estandarte que foi entregue a Vasco da Gama. O primeiro cuidado do almirante foi dirigir-se a Sofala e a Moçambique, cidade de que tivera razões de queixa por ocasião da sua primeira viagem. Desejoso de criar portos de arribação e de abastecimentos, estabeleceu ali feitorias e lançou os primeiros alicerces de fortalezas. Arrancou também do xeque de Quíloa um importante tributo e depois deu à vela para a costa do Indostão.

Estava à altura de Cananor quando viu, a 3 de outubro de 1502, um navio de grande tonelagem, que lhe pareceu ricamente carregado. Era o *Merii,* que trazia de Meca uma grande quantidade de peregrinos, vindos de todas as regiões da Índia. Gama atacou-o sem provocação, tomou-o e matou mais de trezentos homens que vinham a bordo. Só vinte crianças foram salvas e conduzidas a Lisboa, onde, depois de batizadas, entraram a servir nos exércitos de Portugal. Este horroroso morticínio, que é aliás conforme com as ideias da época, devia, no entender de Gama, aterrar os espíritos dos hindus. Não sucedeu assim. Esta odiosa crueldade, perfeitamente inútil, estampou uma nódoa sanguinolenta na fama, até então puríssima, do almirante.

Assim que chegou a Cananor, Gama obteve do rajá uma entrevista, em que recebeu a autorização de estabelecer uma feitoria e de construir um forte. Ao mesmo tempo concluiu-se um tratado de aliança ofensivo e defensivo. Depois de ter posto ao trabalho os operários e estabelecido um feitor, o almirante deu à vela para Calicut, onde tencionava pedir contas ao samorim da sua deslealdade, assim como do morticínio dos portugueses surpreendidos na feitoria.

Apesar de ter sabido da chegada à Índia dos seus temíveis inimigos, o rajá de Calicut não tomara a mínima precaução militar. Por isso, quando Gama se apresentou diante da cidade, pôde assenhorear-se, sem encontrar resistência, dos navios fundeados no porto e fazer um cento de prisioneiros. Depois concedeu ao samorim um prazo de quatro dias para dar uma satisfação aos portugueses pela morte de Correia e para pagar o valor das mercadorias que tinham sido saqueadas.

Acabado apenas de expiar o prazo concedido, já os corpos de cinquenta prisioneiros se balouçavam nas vergas dos navios, onde ficaram todo o dia expostos à vista da cidade. Quando caiu a noite, os pés e as mãos destas vítimas expiatórias foram cortados e levados a terra com uma carta do almirante, anunciando que a sua vingança não se limitaria a essa execução.

Efetivamente, a favor da noite, os navios aproximaram-se a curta distância da cidade e

bombardearam-na durante três dias. Nunca se saberá qual foi o número de vítimas; devia porém ter sido considerável; sem contar os que caíram mortos pelas descargas da artilharia e fuzilaria, um grande número de hindus ficaram sepultados debaixo das ruínas dos edifícios, ou queimados no incêndio que destruiu parte da cidade de Calicut. O rajá fora um dos primeiros a fugir da sua capital, e fê-lo muito a tempo, porque o seu palácio entrou no número dos edifícios demolidos.

Enfim, satisfeito por ter transformado num monte de ruínas essa cidade pouco antes tão rica e tão populosa, julgando a sua vingança saciada e pensando que a lição seria proveitosa, depois de ter deixado diante do porto, para lhe continuar o bloqueio, Vicente Sodré com alguns navios, Gama tomou o caminho de Cochim.

Triumpara, soberano desta cidade, disse-lhe que fora vivamente solicitado pelo samorim para se aproveitar da confiança que os portugueses depositavam nele, tomando-os por surpresa, e o almirante, a fim de recompensar essa retidão e essa lealdade, que expunham o seu aliado à inimizade do rajá de Calicut, deu-lhe, ao partir para Lisboa, com uma opulenta carregação, alguns navios, que deviam permitir-lhe esperar com segurança a chegada da nova esquadra.

O único acidente que assinalou o regresso de Gama à Europa, aonde chegou a 26 de novembro de 1504, foi a derrota de uma nova frota malabar.

Ainda desta vez, os serviços eminentes que este grande homem acabava de prestar à sua pátria foram menosprezados, ou, antes, não foram apreciados como o deviam ser. Ele, que acabava de lançar as bases do império colonial português na Índia, precisou do empenho do duque de Bragança para obter o título de conde da Vidigueira e esteve vinte e um anos sem ser empregado. Exemplo de ingratidão frequentíssima, mas que sempre se deve apontar.

Apenas Vasco da Gama voltou à Europa, logo o samorim, sempre impelido pelos muçulmanos, que viam o seu poder comercial ameaçado, juntou os seus aliados em Pani, a fim de atacar o rei de Cochim e castigá-lo pelos auxílios e avisos que dera aos portugueses. Nesta circunstância, a fidelidade do infeliz rajá foi posta a dura provação. Cercado na sua capital por forças imponentes, viu-se de súbito privado do socorro daqueles por causa dos quais acabava contudo de se meter nestas aventuras.

Sodré e alguns dos seus capitães, desamparando o posto onde a honra e o reconhecimento lhes ordenavam que morressem, se fosse necessário, abandonaram Triumpara para ir cruzar nas margens de Ormuz e à entrada do mar Vermelho, onde contavam que a romagem anual de Meca faria cair nas suas mãos alguma rica presa. Debalde o feitor português lhes lançou em rosto a indignidade do seu procedimento; partiram à pressa para

evitar essa incómoda censura.

Em breve o rei de Cochim, traído por alguns dos seus naires, que o samorim comprara, viu a sua capital tomada de assalto e teve de se refugiar, com os portugueses que se lhe tinham conservado fiéis, num rochedo inacessível da pequena ilha de Viopia. Quando o viu reduzido às últimas extremidades, o samorim despachou-lhe um emissário, que lhe prometeu, em nome de seu amo, o esquecimento e o perdão, se quisesse entregar os portugueses. Mas Triumpara, cuja fidelidade não pode ser ainda bastante exaltada, respondeu que o samorim podia usar dos direitos da sua vitória, que não ignorava os perigos que o ameaçavam, mas que não estava em poder de homem algum fazer dele um traidor.

Não se podia mais nobremente responder ao abandono e à covardia de Sodré.

Chegava este ao estreito de Bab-el-Mandeb, quando, numa horrorosa tempestade, morreu com seu irmão, cujo navio foi despedaçado nos escolhos, e os sobreviventes, vendo nesse acontecimento um castigo providencial do seu proceder, retomaram, à força de vela, o caminho de Cochim. Retidos pelos ventos nas ilhas Laquedivas, encontraram-se com uma nova esquadra portuguesa, comandada por Francisco de Albuquerque. Este saíra de Lisboa, quase ao mesmo tempo que seu primo Afonso, o maior capitão de Portugal, que, com o título de capitão-mor, partira de Belém no princípio de abril de 1503.

A chegada de Francisco de Albuquerque restabeleceu os negócios dos portugueses, gravemente arriscados pelo erro criminoso de Sodré, e salvou ao mesmo tempo o fiel Triumpara. Os sitiadores fugiram, sem tentar sequer resistir, à vista da esquadra dos portugueses, e estes, apoiados pelas tropas do rei de Cochim, devastaram a costa de Malabar. Em consequência destes acontecimentos, Triumpara permitiu aos seus aliados que construíssem segunda fortaleza [34] nos seus estados e autorizou-os a aumentar o número e a importância das suas feitorias. Foi neste momento que chegou Afonso de Albuquerque, que devia ser o verdadeiro criador do poder português nas Índias. Dias, Cabral, Gama, tinham preparado o caminho, mas Albuquerque foi o grande capitão, de vastas conceções, que soube determinar quais eram as cidades principais de que devia apoderar-se para assentar em bases sólidas e definitivas o domínio português. Por isso, tudo o que respeita à história desse grande génio colonizador é de um interesse de primeira ordem, e diremos algumas palavras da sua família, da sua educação, das suas primeiras façanhas.

Afonso de Albuquerque nasceu em 1453, a seis léguas de Lisboa, em Alhandra. Por seu pai, Gonçalo de Albuquerque, senhor de Vila Verde, descendia de um modo ilegítimo, é verdade, do rei D. Dinis, e, por sua mãe, dos Meneses, os grandes exploradores. Educado na corte de D. Afonso V, aí recebeu uma educação tão variada, tão extensa como o comportava a

época. Estudou sobretudo os grandes escritores da Antiguidade, o que se reconhece na grandeza e vigor do seu estilo, e as matemáticas, de que soube tudo o que se sabia no seu tempo. Depois de uma residência de muitos anos na África, na cidade de Arzila, que caiu em poder de D. Afonso V, voltou a Portugal e foi nomeado estribeiro-mor de D. João II, cujas preocupações todas eram estender para além dos mares o nome e o poder de Portugal. Foi evidentemente ao facto de frequentar assiduamente o rei, segundo as obrigações do seu cargo, que Albuquerque deveu o voltar-se-lhe o espírito para os estudos geográficos e sonhar nos meios de dar à sua pátria o império das Índias. Tomara parte na expedição enviada para socorrer o rei de Nápoles contra uma invasão dos turcos, e, em 1498, fora encarregado de abastecer e de defender a fortaleza da Graciosa, no rio de Larache.

Poucos dias bastaram a Afonso de Albuquerque para compreender a situação; percebeu que, para se poder desenvolver o comércio português, tinha de se estear em conquistas. Mas a sua primeira empresa foi proporcionada à fraqueza dos seus recursos: pôs cerco diante de Repelim, de que queria fazer uma praça de armas para os seus compatriotas, depois operou em pessoa com dois navios um reconhecimento das costas do Indostão. Atacado de súbito por terra e por mar, ia sucumbir quando a chegada de seu primo Francisco restabeleceu o combate e pôs em fuga as tropas do samorim. A importância desta vitória foi considerável; deu aos vencedores uma presa imensa e uma grande quantidade de pedras preciosas, o que era próprio para excitar a cobiça portuguesa; ao mesmo tempo confirmou Albuquerque nos seus desígnios, para cuja execução precisava do assentimento do rei e de recursos mais consideráveis. Partiu por conseguinte para Lisboa, aonde chegou em julho de 1504.

Nesse mesmo ano, o rei D. Manuel, querendo constituir nas Índias um governo regular, dera a nomeação de vice-rei a Tristão da Cunha, mas este cegou e teve de resignar as suas funções antes de as ter exercido. A escolha do rei caíra então em D. Francisco de Almeida, que partiu em 1505 com seu filho. Logo veremos quais eram os meios que entendeu dever empregar para alcançar a vitória dos seus compatriotas.

No dia 6 de março de 1506, dezasseis navios deixavam Lisboa, debaixo do comando de Tristão da Cunha, que recuperara a vista. Com ele partiu Afonso de Albuquerque, levando sem o saber a sua nomeação de vice-rei da Índia. Não devia abrir a carta de prego que lhe fora entregue senão no fim de três anos, quando Almeida tivesse chegado ao termo da sua missão.

Esta numerosa frota, depois de ter arribado às ilhas de Cabo Verde e reconhecido o cabo de Santo Agostinho no Brasil, internou-se resolutamente nas regiões inexploradas do Atlântico, tão profundamente, dizem as crónicas antigas, que alguns marinheiros, muito ligeiramente vestidos, morreram de frio, ao passo que os outros a muito custo executaram as

manobras. A 37° 8’ de latitude sul e a 14° 21’ de longitude oeste, Cunha descobriu três pequenas ilhas desabitadas, a maior das quais tem ainda hoje o seu nome. Uma tempestade o impediu de ali desembarcar, e dispersou tão completamente a sua frota que só pôde reunir os seus navios em Moçambique. Subindo a costa de África, reconheceu a ilha de Madagáscar ou de S. Lourenço, que acabava de ser descoberta por Soares à frente de uma frota de oito navios, que Almeida mandou para a Europa, mas entendeu que não devia fundar naquele sítio estabelecimento algum.

Depois de ter invernado em Moçambique, desembarcou em Melinde três embaixadores, que, pelo interior do continente, deviam dirigir-se à Abissínia, depois fundeou em Brava, cuja submissão Coutinho, um dos seus subalternos, não pôde conseguir. Os portugueses puseram então cerco a essa cidade, que resistiu heroicamente, mas que afinal sucumbiu, graças à coragem e ao armamento aperfeiçoado dos seus adversários. A população foi imolada sem piedade e a cidade entregue às chamas.

Em Magadoxo, sempre na costa de África, Tristão da Cunha tentou, mas debalde, impor a sua autoridade. A força da cidade, cuja população numerosa se mostrou muito resoluta, assim como a aproximação do inverno, obrigaram-no a levantar o cerco. Voltou então as suas armas contra a ilha de Socotorá, à entrada do golfo de Adém, cuja fortaleza conquistou. Toda a guarnição foi passada a fio de espada; só se poupou um velho soldado cego, que fora descoberto escondido num poço. Aos que lhe perguntavam como é que ele pudera descer para ali, respondeu: «Os cegos não veem senão o caminho que conduz à liberdade.»

Em Socotorá os dois chefes portugueses construíram um forte destinado, na mente de Albuquerque, a dominar o golfo de Adém e o mar Vermelho pelo estreito de Bab-el-Mandeb, a cortar por conseguinte uma das linhas de navegação mais seguidas de Veneza com as Índias.

Foi ali que se separaram Cunha e Albuquerque; o primeiro dirigia-se às Índias para ir buscar um carregamento de especiarias; o segundo, oficialmente revestido com o título de capitão-mor e todo entregue à realização dos seus vastos planos, partiu no dia 10 de agosto de 1507 para Ormuz, depois de ter deixado na nova fortaleza seu sobrinho Afonso de Noronha. Sucessivamente e como para habituar a mão, tomou Calaiate, onde havia imensas provisões, Curiate e Mascate, que saqueou, incendiou e destruiu, a fim de se vingar de uma série de traições bem compreensíveis para quem conhece a duplicidade dessas populações.

O triunfo que acabava de ganhar em Mascate, apesar de ser importante, não bastava a Albuquerque. Sonhava outros projetos mais grandiosos, cuja execução foi gravemente arriscada pelo ciúme dos capitães debaixo das suas ordens, e especialmente de João da Nova, que queria abandonar o seu chefe e a quem Albuquerque teve de ir prender no seu próprio

navio. Depois de ter subjugado essas tentativas de desobediência e de rebelião, o capitão-mor dirigiu-se a Orfacate, que foi tomada depois de uma resistência bastante vigorosa.

Afonso de Albuquerque ouvira falar em Ormuz, mas ignorava-lhe ainda a posição. Sabia que essa cidade servia de empório a todas as mercadorias que passavam da Ásia para a Europa. A sua riqueza e o seu poder, o número dos seus habitantes, a beleza dos seus monumentos, eram então célebres em todo o Oriente, tanto que vulgarmente dizia-se: «Se o mundo é um anel, Ormuz é a sua pedra preciosa.»

Ora Albuquerque resolvera apoderar-se dela, não só porque constituía uma presa desejável, mas também porque dominava todo o golfo Pérsico, a segunda das estradas reais do comércio entre o Oriente e o Ocidente. Sem revelar coisa alguma aos capitães da sua frota, que sem dúvida se teriam revoltado contra a ideia de atacar uma cidade tão forte, capital de um poderoso império, Albuquerque fez-lhes dobrar o cabo Mocendon, e a frota não tardou a entrar no estreito de Ormuz, porto do golfo Pérsico, de onde puderam ver desdobrar-se em anfiteatro, em toda a sua magnificência, uma cidade animada, construída numa ilha pedregosa, cujo porto encerrava uma Frota mais numerosa do que a princípio se podia suspeitar, provida de artilharia formidável e protegida por um exército que não subia a menos de quinze a vinte mil homens.

Vendo isto, os capitães dirigiram ao capitão-mor vivas representações sobre o perigo que havia em atacar uma cidade tão bem armada e insistiram na triste influência que um revés podia produzir. A esses discursos, Albuquerque respondeu que «efetivamente era negócio muito grave, mas que já era tarde para recuar e que precisava mais de resolução que de bons conselhos».

Apenas a âncora mordera o fundo, já Albuquerque apresentava o seu ultimato. Apesar de só ter debaixo das suas ordens forças bem desproporcionadas, o capitão-mor exigia imperiosamente que Ormuz reconhecesse a suserania do rei de Portugal e se submetesse ao seu enviado, se não queria ser tratada como Mascate.

O rei Seif-ed-din, que reinava então em Ormuz, era ainda criança. O seu primeiro-ministro, Khodja-Atar, diplomata hábil e manhoso, governava em seu nome.

Sem repelir em princípio as pretensões de Albuquerque, o primeiro-ministro quis ganhar tempo para permitir aos seus contingentes o chegarem em socorro da capital; mas o almirante, adivinhando o seu projeto, não receou, ao cabo de três dias de espera, atacar com os seus cinco navios e com a *Flor do Mar,* o mais belo e melhor navio da época, a frota formidável reunida debaixo das baterias de Ormuz.

O combate foi sanguinolento e por muito tempo indeciso, mas, quando viram a fortuna

voltar-lhes as costas, os mouros, abandonando os navios, procuraram chegar à costa a nado. Os portugueses, saltando então para as suas chalupas, perseguiram-nos vigorosamente e fizeram neles uma espantosa carnificina.

Albuquerque voltou então os seus esforços contra um grande cais de madeira, defendido por numerosa artilharia e por besteiros, cujas setas, habilmente dirigidas, feriram um grande número de portugueses e o próprio general, o que o não impediu de desembarcar e de ir queimar os arrabaldes da cidade.

Convencidos de que ia ser impossível qualquer resistência e de que a sua capital corria risco de ser destruída, os mouros içaram a bandeira de parlamentários e assinaram um tratado pelo qual Seif-ed-din se reconhecia vassalo do rei D. Manuel, se comprometia a pagar-lhe um tributo anual de mil quinhentos *serafins* ou *xerafins* de ouro, e concedia aos vencedores sítio onde erigissem uma fortaleza, que, apesar da repugnância e das recriminações dos capitães portugueses, foi em breve posta em estado de resistir.

Infelizmente uns desertores levaram logo esses dissentimentos culpados ao conhecimento do Khodja-Atar, que se aproveitou disso para se esquivar, debaixo de diversos pretextos, à execução dos artigos do novo tratado. Alguns dias depois, João da Nova e outros dois capitães, ciosos dos triunfos de Albuquerque e pisando aos pés a honra, a disciplina e o patriotismo, deixaram-no para se dirigirem às Índias; viu-se então Albuquerque impossibilitado por esse covarde abandono, sem poder sequer guardar a fortaleza que empregara todo o seu desvelo em construir.

Dirigiu-se então a Socotorá, cuja guarnição precisava de socorro, voltou a cruzar diante de Ormuz, mas, continuando a julgar-se impossibilitado de empreender coisa alguma, retirou-se provisoriamente para Goa, aonde chegou no fim de 1508.

O que se passara na costa de Malabar durante essa longa e aventurosa campanha? Vamos resumi-lo em poucas linhas.

Lembram-se de que Almeida partira de Belém em 1505, com uma frota de vinte e duas velas, que levava mil e quinhentos homens de tropas. Começou por se apoderar de Quíloa e de Mombaça, «cujos cavaleiros, como os habitantes folgavam de repetir, não se renderam tão facilmente como as galinhas de Quíloa». Da imensa presa que caiu nesta cidade nas mãos dos portugueses, Almeida só tirou para seu quinhão uma seta, dando assim um raro exemplo de desinteresse.

Depois de ter arribado a Melinde, chegou a Cochim, onde entregou ao rajá a coroa de ouro que D. Manuel lhe enviava, tomando ele mesmo, com essa presunçosa vaidade de que deu tantas provas, o título de vice-rei.

Depois, tendo ido a Sofala fundar uma fortaleza destinada a manter em respeito todos os muçulmanos dessa costa, Almeida e seu filho correram os mares da Índia, destruindo as frotas malabares, apoderando-se dos navios de comércio, fazendo um mal incalculável ao inimigo, cujos antigos caminhos intercetavam assim.

Mas, para praticar essa guerra de cruzeiro, era necessária uma frota a um tempo considerável e ligeira, porque não tinha, no litoral asiático, outro porto de refúgio que não fosse Cochim. Quanto era preferível o sistema de Albuquerque, que, estabelecendo-se no país de um modo permanente, criando por toda a parte fortalezas, apoderando-se das cidades mais poderosas, de onde era fácil irradiar para o interior do país, tornando-se senhor das chaves dos estreitos, se assegurava com muito menos risco e muito mais solidez do monopólio do comércio da Índia.

Entretanto, as vitórias de Almeida, as conquistas de Albuquerque, tinham profundamente inquietado o sultão do Egito. A estrada de Alexandria abandonada representava uma diminuição considerável no rendimento dos direitos e dos impostos da alfândega, de ancoragem e de trânsito, que recaíam sobre as mercadorias asiáticas que atravessavam os seus estados. Por isso, com o concurso dos venezianos, que lhe deram as madeiras de construção necessárias, assim como hábeis marinheiros, armou uma esquadra de doze navios de alto bordo, que veio buscar perto de Cochim a frota de D. Lourenço de Almeida e a derrotou nesse sanguinolento combate em que D. Lourenço foi morto.

Se a dor do vice-rei foi grande ao receber essa triste notícia, ao menos não deixou transparecer coisa alguma, e empregou todos os meios para tirar pronta vingança dos rumes, denominação por baixo da qual transparece *o* longo terror causado pelos Romanos e comum então na costa de Malabar a todos os soldados muçulmanos, vindos de Bizâncio. Com dezanove velas, Almeida dirigiu-se primeiro ao porto onde seu filho fora morto, e ganhou uma grande vitória, manchada, devemos confessá-lo, por tão horrorosa crueldade que entrou em moda dizer-se: «Possa a cólera dos *franguis* cair sobre ti como caiu sobre Dabul.»

Não contente com esse primeiro triunfo, Almeida aniquilou, algumas semanas depois, diante de Dio, as frotas combinadas do sultão do Egito e do rajá de Calicut.

Esta vitória teve um prodigioso eco em toda a Índia e pôs fim ao poder dos maometistas no Egito.

João da Nova e os outros capitães, que haviam abandonado Albuquerque diante de Ormuz, tinham-se decidido a ir ter com Almeida. Tinham explicado a sua desobediência por meio de calúnias, em consequência das quais um inquérito judiciário havia sido instaurado contra Albuquerque, quando o vice-rei recebeu a notícia da sua substituição por este último.

Ao princípio Almeida declarara que se devia obedecer a esta decisão soberana, mas influenciado pelos traidores, que receavam ver-se severamente punidos quando a autoridade tivesse passado para as mãos de Albuquerque, voltou para Cochim no mês de março de 1509, com a determinação bem assente de não entregar o governo ao seu sucessor. Houve, entre estes dois grandes homens, tristes e penosas discórdias, onde todas as culpas estiveram do lado de Almeida, e Albuquerque ia ser mandado para Lisboa, de ferros aos pés, quando entrou no porto uma frota de quinze velas debaixo do comando do marechal de Portugal, Fernando Coutinho. Este pôs-se à disposição do preso, a quem restituiu logo a liberdade, intimou de novo a Almeida os poderes que el-rei conferira a Albuquerque, e ameaçou-o com a cólera do rei, se não obedecesse. Almeida não podia fazer outra coisa senão ceder, mas cedeu nobremente. Quanto a João da Nova, o autor deste triste episódio, morreu tempo depois, abandonado por todos, e não teve para o conduzir à sua última morada senão o novo vice-rei, que esquecia assim generosamente as ofensas feitas a Afonso de Albuquerque.

Logo depois da partida de Almeida, o marechal Coutinho declarou que viera à Índia com a missão de destruir Calicut, e que desejava aproveitar essa ocasião em que o samorim estava longe da sua capital. Em vão o novo vice-rei quis moderar o seu ardor e obrigá-lo a tomar algumas medidas sensatas, ditadas pela experiência. Coutinho não quis atender a coisa alguma e Albuquerque teve de o acompanhar.

Ao princípio Calicut, surpreendida, foi facilmente incendiada, mas os portugueses, tendo-se demorado no saque do palácio do samorim, foram vivamente repelidos pelos naires, que tinham reunido as suas tropas. Coutinho, arrastado pelo seu férvido valor, foi morto, e foi necessária toda a habilidade, todo o sangue-frio do governador para permitir às tropas embarcarem debaixo do fogo do inimigo e impedir a destruição completa das forças enviadas por D. Manuel.

Voltando a Cintagara, porto de mar dependente do rei de Narsinga, cuja aliança os portugueses tinham sabido conquistar, Albuquerque soube que Goa, capital de um poderoso reino, estava sendo presa de uma anarquia política e religiosa. Muitos chefes ali disputavam o poder. Um deles, Melek-çu-Fergugi, estava a ponto de se apoderar do trono, e era necessário aproveitar as circunstâncias e atacar a cidade antes que ele pudesse reunir forças capazes de resistir aos portugueses. O governador percebeu toda a importância deste aviso. A situação de Goa, que conduzia ao reino de Narsinga e ao Decão, já vivamente o impressionara. Não hesitou, e em breve os portugueses contavam mais uma conquista. Goa, a Áurea, cidade cosmopolita, onde se acotovelavam todas as seitas do Islão, os Parses adoradores do fogo, e até cristãos, caiu sob a alçada de Albuquerque e passou logo a ser, debaixo da sua sensata e

severa administração, que soube conciliar as simpatias das seitas inimigas, a capital, a fortaleza por excelência e a sede principal do comércio e do império português na Índia.

Insensivelmente e à proporção que tinham ido correndo os anos, haviam-se conhecido melhor esses ricos países. Um sem-número de informações tinham sido coligidas por todos aqueles que haviam sulcado com os seus audaciosos navios esses mares banhados de sol, e sabia-se agora qual era o centro da produção das especiarias, que se tinham vindo procurar de tão longe, através de tantos perigos. Já havia muito que Almeida fundara a primeira feitoria portuguesa em Ceilão, a antiga Taprobana. As ilhas da Sonda e a península de Malaca excitavam agora a cobiça desse rei D. Manuel, já apelidado o Venturoso. Resolveu mandar enviar uma frota para as explorar, porque Albuquerque tinha muito que fazer na Índia para conter os rajás frementes e os muçulmanos — os mouros, como então se dizia —, sempre prontos a sacudir o jugo. Esta expedição, debaixo do comando de Diogo Lopes de Sequeira, foi, segundo a política tradicional dos mouros, recebida primeiro amigavelmente em Malaca. Depois, quando a desconfiança de Lopes Sequeira foi adormentada por protestos reiterados de aliança, viu sublevar-se contra ele toda a população, e foi obrigado a reembarcar, não sem deixar todavia nas mãos dos malaios uns trinta dos seus companheiros.

Já se tinham passado havia algum tempo estes acontecimentos quando a notícia da tomada de Goa chegou a Malaca. O *bendarra,* ou ministro da justiça, que exercia em nome do seu sobrinho, ainda criança, o régio poder, temendo a vingança que os portugueses iam sem dúvida tirar da sua traição, resolveu apaziguá-los. Foi ter por conseguinte com os seus prisioneiros, desculpou-se com eles, assegurando-lhes que tudo se fizera sem ele o saber e contra sua vontade, porque não havia nada que desejasse tanto como ver os portugueses vir comerciar a Malaca; demais, ia dar ordem para que fossem procurados e punidos os autores da traição.

Os prisioneiros, como era natural, não deram o mínimo crédito às suas declarações mentirosas, mas, aproveitando-se da liberdade relativa que desde então lhes foi outorgada, souberam habilmente fazer chegar às mãos de Albuquerque informações precisas a respeito da situação e das forças da cidade.

Albuquerque reuniu a muito custo uma frota de dezanove navios de guerra, que transportou mil e quatrocentos homens, dos quais só oitocentos eram portugueses. Devia então, como lhe pedia o rei D. Manuel, dirigir-se sobre Adém, a chave do mar Vermelho, que importava muito conquistar, se queriam opor-se a uma nova esquadra que o sultão do Egito tencionava enviar à Índia? Hesitava quando uma inversão das monções veio fixar a sua irresolução. Efetivamente, era impossível ir a Adém com os ventos reinantes, ao passo que

eram favoráveis para descer a Malaca.

Esta cidade, então em todo o seu esplendor, não tinha menos de cem mil habitantes. Se muitas casas eram construídas de madeira e cobertas com folhas de palmeira, nem por isso deixava de haver muitos edifícios importantes, mesquitas e torres de pedra, cujo panorama se desenrolava no comprimento de uma légua. A Índia, a China, os reinos malaios das ilhas da Sonda, encontravam-se no seu porto, onde numerosos navios, vindos da costa do Malabar, do golfo Pérsico, do mar Vermelho e da costa de África, trocavam mercadorias de toda a proveniência e de toda a espécie.

Quando viu chegar a frota portuguesa às suas águas, o rajá de Malaca percebeu que tinha de dar uma satisfação aparente aos estrangeiros, sacrificando o ministro que excitara a sua cólera e determinara a sua vinda. O seu enviado foi portanto informar o vice-rei da morte do *bendarra* e informar-se das intenções dos portugueses.

Albuquerque respondeu reclamando os prisioneiros, que estavam ainda nas mãos do rajá, mas este, depois de ganhar tempo para que se manifestassem as mudanças de monção — mudanças que obrigariam os portugueses a voltar para a costa do Malabar, sem ter alcançado coisa alguma, ou que os obrigariam a ficar em Malaca, onde contava exterminá-los —, inventou mil pretextos dilatórios, e entretanto pôs em bateria oito mil canhões, dizem as relações antigas, e reuniu vinte mil soldados.

Albuquerque, perdendo a paciência, mandou incendiar algumas casas e muitos navios guzarates, princípio de execução que deu logo em resultado a entrega dos prisioneiros; depois reclamou trinta mil cruzados de indemnização pelo prejuízo à frota de Lopes Sequeira; por fim exigiu que lhe deixassem construir na própria cidade uma fortaleza, que devia servir ao mesmo tempo de feitoria. Esta exigência não podia ser aceite e Albuquerque sabia-o perfeitamente. Resolveu portanto assenhorear-se da cidade. O dia de Santiago foi fixado para o ataque. Apesar de uma defesa muito enérgica, que durou nove dias completos, apesar do emprego de meios extraordinários, tais como estacas e frechas envenenadas, alçapões habilmente disfarçados e barricadas, a cidade de Malaca foi tomada, bairro a bairro, casa a casa, depois de uma luta verdadeiramente heroica. Imensos despojos foram distribuídos aos soldados. Albuquerque só reservou para si seis leões de bronze, dizem uns, de ferro, dizem outros, que destinava a ornar o seu túmulo e a eternizar a lembrança da sua vitória.

A porta que deitava para a Oceânia e para a Ásia inferior estava aberta. Muitos povos desconhecidos até então iam entrar em relações com os europeus. Os costumes estranhos, a história fabulosa de tantas nações, iam ser revelados ao maravilhado Ocidente. Abria-se uma era nova, e os seus resultados imensos eram devidos à audácia infrene, à coragem indomável

de um povo cuja pátria era quase invisível no mapa do mundo.

Graças à tolerância religiosa, de que Albuquerque deu provas, tolerância que contrasta de um modo tão estranho com o fanatismo cruel dos espanhóis, graças às medidas hábeis que soube tomar, a prosperidade de Malaca resistiu a este rude abalo.

Meses depois, o único rasto que existia das provações que ela atravessara era o pavilhão português, que flutuava altivamente sobre esta imensa cidade, que se tornara a testa e a vanguarda do império colonial deste pequeno povo, tão grande pela bravura e pelo espírito empreendedor.

Esta nova conquista, por muito maravilhosa que fosse, não fizera esquecer a Albuquerque os seus antigos projetos. Se parecia ter renunciado a eles era porque as circunstâncias até então não lhe tinham parecido favoráveis. Com essa decisão e essa tenacidade que formavam o fundo do seu caráter, da extremidade meridional do império, que fundara, os seus olhares cravaram-se no norte. Ormuz, que, no princípio da sua carreira, o crime, a traição dos seus subordinados, o tinham obrigado a abandonar, exatamente quando o êxito ia coroar os seus esforços e a sua constância, Ormuz não cessara de o tentar.

A fama das suas façanhas e o terror do seu nome tinham determinado Khodja-Atar a fazer-lhe propostas, a pedir um tratado e a mandar o atrasado do tributo outrora imposto. Apesar de não dar o mínimo crédito às suas declarações de amizade repetidas, a essa fé moura, que merecia vir a ser tão célebre como a fé púnica, o governador acolheu-as, enquanto não podia estabelecer o seu domínio de um modo permanente nessas regiões.

Em 1513 ou em 1514 — não se tem a certeza da data — quando a conquista de Malaca e a tranquilidade que desfrutavam as suas outras possessões deixaram livres a sua frota e os seus soldados, Albuquerque singrou para o golfo Pérsico.

Assim que chegou, e apesar de uma série de revoluções ter mudado o governo de Ormuz, de estar então o poder nas mãos de um usurpador chamado Reis-Nour-ed-din, Albuquerque exigiu a entrega imediata nas suas mãos da fortaleza outrora começada. Depois de a ter mandado reparar e concluir, tomou partido contra o pretendente Reis-Named na discórdia que dividiu a cidade de Ormuz e a ia fazer cair no poder da Pérsia, apoderou-se dela e entregou-a àquele que antecipadamente aceitara as suas condições, que lhe parecia que apresentava as garantias mais sérias de submissão e de fidelidade. Demais, de ora em diante já não seria difícil certificar-se disso porque Albuquerque deixara na fortaleza uma guarnição perfeitamente em estado de fazer arrepender Reis-Nour-ed-din da mais leve tentativa de sublevação ou veleidade de independência. A esta expedição de Ormuz se liga uma anedota bem conhecida, mas que os leitores nos censurariam, por isso mesmo, se não a referíssemos.

Como o rei da Pérsia reclamara a Nour-ed-din o tributo que os soberanos de Ormuz costumavam pagar, Albuquerque mandou buscar ao seu navio grande quantidade de balas de peça e de espingardas, e de bombas, e, mostrando-as aos enviados, disse-lhes que era aquela a moeda com que o rei de Portugal tinha costume de pagar tributo. Não consta que os embaixadores reiterassem o seu pedido.

Com a sua sagacidade habitual, Albuquerque soube evitar ferir os habitantes, que depressa voltaram para a cidade. Longe de os calcar aos pés e de os esmagar, como não tardariam a fazer os seus sucessores, estabeleceu uma administração íntegra, justa, que soube fazer amar e respeitar o nome português.

Ao mesmo tempo que perfazia em pessoa estes maravilhosos trabalhos, confiara Albuquerque a alguns subalternos a missão de explorar as regiões misteriosas, cujo acesso lhes abrira assenhoreando-se de Malaca. Foi assim que entregou a António Francisco de Abreu uma pequena esquadrilha tripulada por duzentos e vinte homens, com a qual exploraram todo o arquipélago de Sonda, Sumatra, Java, Anjouan, Simbala, Jolor, Galam, etc.; depois, chegando não longe da costa da Austrália, subiram ao norte, após terem feito uma viagem de mais de quinhentas léguas através dos arquipélagos perigosos, semeados de escolhos e recifes de coral, no meio de populações muitas vezes hostis, até às ilhas de Buro e Amboíno, que fazem parte das Molucas. Depois de terem ali carregado os seus navios de cravo, de noz-moscada, de sândalo, de pérolas, deram à vela em 1512 para voltar a Malaca. Desta vez estava encontrado o verdadeiro país das especiarias. Só restava fundar aí estabelecimentos e tomar posse dele, o que se não devia fazer esperar muito.

A rocha Tarpeia está perto do Capitólio, diz-se muita vez. Afonso de Albuquerque devia experimentá-lo, e os seus últimos dias iam ser entristecidos por um imerecido desfavor, resultado de calúnias e de mentiras, trama habilidosamente urdida, que, se momentaneamente maculou a sua reputação aos olhos de D. Manuel, não conseguiu escurecer, aos olhos da posteridade, a glória desta grande fisionomia. Já outrora se tinha procurado fazer acreditar ao rei de Portugal que a tomada de Goa era um erro grosseiro; o seu clima insalubre devia dizimar em pouco tempo, diziam, a população europeia. Confiando na experiência e na integridade do seu lugar-tenente, o rei não quisera dar ouvidos aos seus inimigos, e por isso Albuquerque publicamente lhe agradecera dizendo: «Devo agradecer mais ao rei de Portugal ter defendido Goa contra os portugueses, do que a mim próprio o tê-la conquistado duas vezes.» Mas em 1514 Albuquerque pedira ao rei que lhe concedesse em recompensa de seus serviços o título de duque de Goa e fora esse passo imprudente o que os seus adversários exploraram.

Soares de Albergaria e Diogo Mendes, que Albuquerque enviara presos para Portugal, depois de eles se terem publicamente declarado seus inimigos, não só conseguiram lavar-se da acusação que formulara contra eles, mas persuadiram a D. Manuel de que o governador queria constituir um ducado independente, cuja capital seria Goa, e acabaram por conseguir fazê-lo cair do seu valimento.

A notícia da nomeação de Albergaria para o cargo de capitão-general de Cochim chegou aos ouvidos de Albuquerque quando saía o estreito de Ormuz para voltar à costa do Malabar. Já atacado pela doença, ergueu as mãos ao céu, diz o Sr. Ferdinand Denis na sua excelente *História de Portugal,* e disse estas poucas palavras: «Mal com o rei por amor dos homens, mal com os homens por amor do rei. Velho, volta-te para a Igreja, acaba de morrer, porque a tua honra importa que morras, e nunca deixaste de fazer o que importava à tua honra.»

Depois, chegando à enseada de Goa, Afonso de Albuquerque regulou os negócios da sua consciência com a Igreja, fez-se revestir com o hábito de Sant'Iago, de que era comendador, e «no domingo 16 de dezembro de 1515, uma hora antes da aurora, deu a sua alma a Deus. Ali acabaram todos os seus trabalhos, sem eles nunca lhe terem dado satisfação alguma».

Foi enterrado com grande pompa, e os soldados, que tinham sido fiéis companheiros das suas maravilhosas aventuras e testemunhas das suas dolorosas tribulações, disputaram entre si, chorando, a honra de levar os seus despojos mortais à última morada que ele escolhera. Na sua dor, os próprios Hindus se recusavam a acreditar que ele tivesse morrido, e diziam que fora comandar os exércitos do céu.

A descoberta, relativamente recente, de uma carta de D. Manuel prova que, se este rei foi momentaneamente enganado pelas falsidades dos inimigos de Albuquerque, não tardou contudo a fazer-lhe plena e inteira justiça. Infelizmente, esta carta reparadora nunca chegou às mãos do segundo governador da Índia; teria suavizado os amargores dos seus derradeiros momentos, ao passo que ele morreu com a dor de achar ingrato para consigo um rei a cuja glória e a cujo poder consagrara a sua existência.

Com ele, diz Michelet, desapareceu nos vencedores toda a justiça e toda a humanidade. Muito tempo depois ainda, os Hindus iam ao túmulo do grande Albuquerque pedir-lhe justiça contra os vexames dos seus sucessores.

Entre as numerosas causas que produziram rapidamente a decadência e o desmoronamento desse imenso império colonial com que Albuquerque dotara a sua pátria e, que, ainda depois da sua ruína, deixou na Índia indeléveis recordações, devemos citar com Michelet a distância e a dispersão das feitorias, a fraqueza da população de Portugal, pouco proporcionada à extensão dos seus estabelecimentos, o amor da ladroeira e as exações de uma

administração desordenada, e acima de tudo esse indomável orgulho nacional, que impediu a mistura dos vencedores e dos vencidos.

Essa decadência foi contudo suspensa por dois heróis, D. João de Castro, tão pobre, depois de ter manuseado tantas riquezas, que não tinha com que comprar uma galinha na sua última doença, e Ataíde, que deram mais uma vez a essas populações corrompidas o exemplo das mais varonis virtudes e da mais íntegra administração. Mas depois deles vieram o desmoronar e o desabamento; esse imenso império esboroou-se, caiu nas mãos dos espanhóis e dos holandeses, que não souberam também conservá-lo intacto.

Tudo passa, tudo se transforma.

Não é este o caso de repetir, com o conhecido ditado espanhol, mas aplicando-o desta vez aos impérios: «A vida é sonho?»

Capítulo 9 — Os Conquistadores da América Central

I

As cartas e as narrativas de Colombo e dos seus companheiros, que se espraiavam largamente em notícias da abundância do ouro, e das pérolas encontradas nos países recentemente descobertos, tinham inflamado a imaginação de um certo número de negociantes ávidos e de uma multidão de fidalgos apaixonados pelas aventuras.

No dia 10 de abril de 1495 publicou o Governo espanhol uma licença geral para se irem descobrir novas terras; mas os abusos que logo se manifestaram e as queixas de Colombo com relação aos privilégios que assim se violavam deram em resultado a revogação de uma cédula no dia 2 de junho de 1479. Quatro anos depois, tornou a ser necessário renovar a proibição, dando-se-lhe, como sanção, penas mais severas.

Havia então uma espécie de entusiasmo geral, favorecido demais a mais pelo bispo de Badajoz, Fonseca, de quem Colombo teve tantas razões de queixa e por cujas mãos passavam todos os negócios das Índias.

Apenas o almirante acabara de sair de San Lucar para a sua terceira viagem, logo se organizaram quase simultaneamente quatro expedições de descobertas, à conta de ricos armadores, entre os quais figuravam no primeiro plano os Pinzon e Américo Vespúcio.

Destas expedições, a primeira, composta de quatro navios, deixou o porto de Santa Maria no dia 20 de maio de 1499, sob o comando de Alonso de Hojeda, que levava consigo Juan de la Cosa, como piloto, e Américo Vespúcio, cujas funções não são bem conhecidas, mas que parece ter sido o astrónomo da frota.

Antes de resumir brevissimamente a história desta viagem, daremos alguns pormenores a respeito desses três homens, entre os quais o último, sobretudo, representa na história da descoberta do Novo Mundo um papel tão importante que até o nome lhe deu.

Hojeda, que nascera em 1405, educado na casa do duque de Medina Celi, fizera as suas primeiras armas nas guerras contra os mouros. Alistado nos aventureiros que Colombo recrutara para a sua segunda viagem, muitas vezes se distinguira pela sua fria resolução, assim como pelos recursos do seu espírito engenhoso. Que causas produziram entre Colombo e Hojeda um rompimento completo, depois dos serviços eminentes que este último prestara, principalmente em 1495, quando decidiu com o seu valor a vitória de La Vega, em que foi aniquilada a confederação caraíba? Não se sabe. O que é certo é que, à sua chegada a Espanha, Hojeda encontrou em Fonseca amparo e proteção. Dizem até que o ministro das Índias lhe comunicara o diário da última viagem do almirante e o mapa dos países que

descobrira.

O primeiro-piloto de Hojeda era Juan de la Cosa, que provavelmente nascera em Santona, no país biscainho. Navegara muitas vezes para a costa de África, antes de acompanhar Colombo na sua primeira viagem e na segunda expedição, em que desempenhara funções de hidrógrafo (*maestro de hacer cartas*).

Como testemunha da habilidade cartográfica de Juan de la Cosa, possuímos duas cartas muito curiosas: uma regista todos os dados adquiridos sobre a África em 1500; outra, muito valiosa e enriquecida de cores como a precedente, traça as descobertas de Colombo e dos seus sucessores.

O segundo-piloto era Bartolomeu Roldan, que fizera igualmente com Cristóvão Colombo a viagem de Paria.

Quanto a Américo Vespúcio, estavam, como dissemos, muito mal definidas as suas funções; ia ajudar a descobrir *(per ajutare a descoprire)*, diz o texto italiano de sua carta a Soderini.

Tendo nascido em Florença a 9 de março de 1451, Américo Vespúcio pertencia a uma família importante e em boa situação. Estudara com proveito matemática, física e astrologia, como se dizia então. Os seus conhecimentos em história e em literatura, a avaliar pelas suas cartas, eram muito vagos e muito mal digeridos. Saiu de Florença em 1492 com um fim determinado, e dirigiu-se a Espanha, onde se ocupara primeiro de transações comerciais. É assim que o vemos em Sevilha feitor da poderosa casa do seu compatriota Juanoto Beradi. Como esta casa fizera a Colombo os adiantamentos necessários para a sua segunda viagem, pode-se supor que Vespúcio conhecera o almirante nessa época. Quando, em 1495, morreu Juanoto, Vespúcio foi encarregado, pelos seus herdeiros, da direção da contabilidade da casa.

Ou porque o fatigasse uma situação que não julgava à altura da sua capacidade, ou porque também o salteasse a febre das descobertas, ou porque julgasse que rapidamente enriqueceria nesses países novos, que se diziam tão opulentos, Vespúcio agregou-se em 1499 à expedição de Hojeda, como demonstra o depoimento deste último no processo intentado pelo bispo a Colombo.

A flotilha, composta de quatro navios, fez-se à vela de Santa Maria no dia 20 de maio e, dirigindo-se para sudoeste, só levou vinte e sete dias até encontrar o continente americano num sítio, que foi chamado Venezuela, porque as habitações, construídas sobre estacas, lembravam as de Veneza. Hojeda, depois de algumas tentativas inúteis para entrar em relações com os indígenas, que teve muitas vezes de combater, viu a ilha Margarida; depois de uma viagem de oitenta léguas para leste do Orenoco, chegou ao golfo de Paria, a uma baía que

recebeu o nome de baía das Pérolas, porque os indígenas ali pescavam as ostras que encerram a preciosa substância.

Guiado pelos mapas de Colombo, Hojeda passou pela Boca do Dragão, que separa a Trindade do continente, e voltou para o oeste até ao cabo da Vela. Em seguida, depois de ter tocado nas ilhas Caraíbas, onde fez grande número de prisioneiros, que tencionava vender em Espanha, teve de arribar a Yaquino, a ilha Hispaniola, no dia 5 de setembro de 1499.

O almirante, conhecendo a audácia e o espírito agitador de Hojeda, receou que ele introduzisse na colónia um novo elemento de discórdia. Despachou por conseguinte Francisco Roldan com duas caravelas, a fim de conhecer os motivos da sua vinda e opor-se, se necessário fosse, ao seu desembarque. O almirante fora bem inspirado. Apenas desembarcou, Hojeda relacionou-se com um certo número de descontentes, excitou uma sublevação em Xaragua e resolveu expulsar Colombo. Depois de algumas escaramuças, desvantajosas para ele, foi necessário que, numa entrevista, Roldan, Diogo Escobar e Juan de la Cosa se interpusessem para decidirem Hojeda a deixar a ilha Hispaniola. Levava, diz Las Casas, um prodigioso carregamento de escravos, que vendeu no mercado de Cádis por somas enormes. No mês de fevereiro de 1500, voltou para Espanha, onde fora precedido por A. Vespúcio e B. Roldan, que tinham operado a sua volta no dia 18 de outubro de 1499.

A latitude mais meridional a que Hojeda chegou nesta viagem foi ao 4.º grau de latitude norte e a expedição de descoberta propriamente dita só durou três meses e meio.

Se nos alongámos um pouco a respeito desta viagem, é porque foi a primeira que Vespúcio fez. Alguns autores, especialmente Varnhagem e ainda ultimamente o Sr. H. Major, na sua *História do Príncipe Henrique, o Navegador,* admitem que a primeira viagem de Vespúcio é de 1497 e que, por conseguinte, viu o continente americano antes de Colombo. Desejámos portanto assentar bem a data de 1499, firmando-nos na autoridade de Humboldt, que tantos anos consagrou à história da descoberta da América, do Sr. E. Charton e do Sr. Júlio Codine, que tratou esta questão no *Boletim* da Sociedade de Geografia de 1873 a propósito da obra do Sr. Major.

«Ainda mesmo que fosse verdade», diz Voltaire, «que Vespúcio tivesse descoberto a parte continental, não seria sua a glória; pertence incontestavelmente àquele que teve o génio e a coragem de empreender a primeira viagem, a Colombo. A glória, como diz Newton na sua disputa com Leibnitz, é só devida ao inventor». Mas como podemos admitir em 1479 — diremos nós como o Sr. Codine — uma expedição que tivesse descoberto oitocentas e cinquenta léguas de terra firme, sem dela ter ficado o mínimo vestígio nem nos grandes historiadores contemporâneos, nem nos depoimentos jurídicos, em que, a propósito das

reclamações dos herdeiros de Colombo contra o Governo espanhol, se expõe contraditoriamente a prioridade das descobertas de cada chefe de expedição em cada parte da costa percorrida?

Enfim, os documentos autênticos extraídos dos arquivos da Casa de Contratación, estabelecem que Vespúcio foi encarregado do armamento dos navios destinados para a terceira expedição de Colombo, em Sevilha e em San Lucar, desde o meado de agosto de 1497 até 30 de maio de 1498.

As relações que possuímos das viagens de Vespúcio são extremamente difusas, pouco precisas e muito desconexas; não dão acerca dos lugares que percorreu senão informações muito vagas, podendo aplicar-se tanto a um ponto da costa como a outro qualquer, e não encerrando, enfim, acerca dos sítios de que foram objeto, assim como sobre os companheiros de Vespúcio, indicação alguma que possa esclarecer o historiador. Nem um só nome de personagem conhecida, datas que se contradizem, eis o que se encontra nessas cartas, famosas pelos comentários a que deram motivo. «Parece», diz Humboldt, «que houve um malefício para embrulhar, nos documentos mais autênticos, tudo o que diz respeito ao navegador florentino».

Acabámos de contar a primeira viagem de Hojeda, com a qual coincide a primeira expedição de Vespúcio, segundo o que diz Humboldt, que comparou e confrontou os principais incidentes das duas narrativas. Ora Varnhagem mostra que, tendo partido no dia 10 de maio de 1479, Vespúcio penetrou no dia 10 de Junho do ano seguinte no golfo de Honduras, seguiu as costas do Iucatão e do México, subiu o Mississípi e dobrou, no fim de fevereiro de 1498, a ponta da Florida. Depois de uma arribação de trinta e sete dias na embocadura de S. Lourenço, voltou para Cádis, em outubro de 1498. Se Vespúcio tivesse efetivamente realizado essa navegação maravilhosa, deixaria a perder de vista todos os navegadores seus contemporâneos. Seria com toda a justiça que se haveria dado o seu nome ao continente de que teria explorado tão longo litoral. Mas nada há menos provado, e a opinião de Humboldt pareceu até aqui, aos escritores mais autorizados, que era a que reunia a maior soma de probabilidades.

Américo Vespúcio fez outras três viagens. A. de Humboldt identifica a primeira com a de V. Yanez Pinzon, e Mr. d'Avezac com a de Diego de Lepe (1499-1500). Ao fim deste último ano Giuliano Bartolomeu de Giocondo foi para com Vespúcio intérprete dos desejos de el-rei D. Manuel, e convidou-o a passar ao serviço de Portugal. Vespúcio fez à custa desta potência duas novas viagens. Na primeira não é ainda chefe da expedição, como o não fora nas que a precederam; não representa a bordo da frota senão o papel de um homem cujos

conhecimentos náuticos podem vir a ser úteis em dadas circunstâncias. A extensão das praias americanas percorridas durante a viagem foi a que fica compreendida entre o cabo de Santo Agostinho e 52 graus de latitude austral.

A quarta expedição de Vespúcio foi assinalada pelo naufrágio do navio-almirante ao pé da ilha de Fernando Noronha, circunstância que impediu os outros navios de continuarem o seu caminho, de se fazerem à vela para além do cabo da Boa Esperança, para Malaca, e que os obrigou a arribar à baía de Todos os Santos, no Brasil. Esta quarta viagem foi sem dúvida feita com Gonçalo Coelho. Quanto à terceira, ignora-se completamente quem era o chefe.

Estas diferentes expedições não tinham enriquecido Vespúcio; a sua situação na corte de Portugal era tão pouco brilhante que Américo resolveu-se a voltar ao serviço de Espanha. Aí foi nomeado piloto-mor a 22 de março de 1507. Como lhe foram atribuídos emolumentos bastante avultados, Vespúcio acabou os seus dias, se não rico, pelo menos ao abrigo da necessidade, e morreu em Sevilha, a 22 de fevereiro de 1521, na convicção, como Colombo, de que havia tocado nas praias da Ásia.

Américo Vespúcio é sobretudo célebre porque o Novo Mundo, em vez de se chamar Colômbia, como seria de justiça, recebeu o seu nome. Não é contudo ele o responsável. Por muito tempo e muito sem razão o acusaram de impudência, de mentira e de impostura, dizendo-se que ele quisera escurecer a glória de Colombo e atribuir a si próprio a honra de uma descoberta que lhe não pertencia. Não é assim. Vespúcio era até muito estimado por Colombo e pelos seus contemporâneos, e não há coisa alguma nos seus escritos que justifique esta imputação caluniosa. Existem sete documentos impressos atribuídos a Vespúcio. São as relações resumidas das suas quatro viagens; duas outras narrativas da terceira e quarta viagem debaixo da forma de cartas dirigidas a Lorenzo de Pier e Francisco de Mediei; e, enfim, uma carta dirigida à mesma personagem e relativa à descoberta dos Portugueses nas Índias. Estes documentos, impressos em forma de pequenos opúsculos, foram logo traduzidos em muitas línguas e espalharam-se por toda a Europa.

Foi em 1507 que um certo Hilacolimo, cujo verdadeiro nome era, segundo parece, Martinho Waldtzemüller, num livro impresso em Saint-Dié e intitulado *Cosmographice Introductio,* primeiro propôs dar à nova parte do mundo o nome de América. Em 1509 apareceu em Estrasburgo um pequeno tratado de geografia que segue a recomendação de Hilacolimo; em 1550 imprime-se em Baulés uma edição de Pompónio Mela, que escrevera um mapa do Novo Mundo com o nome de América. O número das obras que dessa época em diante empregaram a denominação proposta por Waldtzemüller cada dia se foi tornando mais considerável.

Anos depois, mais bem informado a respeito do verdadeiro descobridor e do valor das viagens de Vespúcio, Waldtzemüller fazia desaparecer da sua obra tudo o que era relativo a este último e substituía por toda a parte ao nome de Vespúcio o do Colombo. Já era tarde! Estava consagrado o erro.

Quanto a Vespúcio, é pouquíssimo provável que tivesse tido conhecimento dos boatos que corriam na Europa e do que se passava em Saint-Dié. Os testemunhos unânimes, que honram a sua respeitabilidade, devem lavá-lo definitivamente de uma acusação imerecida, que por muito tempo pesou sobre a sua memória.

Quase ao mesmo tempo que Hojeda, outras três expedições deixavam a Espanha. A primeira, composta de um só navio, saía da barra Saltés, no mês de junho de 1499. O comandante era Pier Alonso Nino, que tinha servido debaixo das ordens do almirante nas suas duas últimas viagens. Agregara a si um mercador de Sevilha, Cristóvão Guerra, que sem dúvida correra com as despesas da expedição. Essa viagem à costa de Paria parece ter tido por fim um comércio lucrativo, muito mais do que o interesse científico. Nenhuma descoberta nova se fez; mas os dois viajantes trouxeram para Espanha, no mês de abril de 1500, uma quantidade de pérolas tão considerável que excitou a cobiça dos seus companheiros e o desejo de tentarem aventuras semelhantes.

A segunda expedição, comandada por Vicente Yanez Pinzon, irmão mais novo de Alonso, o comandante da *Pinta*, que tão cioso se mostrara de Colombo, adotara esta mentirosa divisa:

A Castilla y a Leon
Nuevo Mundo dió Pinzon.

Yanez Pinzon, cuja dedicação ao almirante foi igual ao ciúme de seu irmão, adiantara-lhe a oitava parte das despesas da expedição e comandara a *Nina* na expedição de 1492.

Partiu em dezembro de 1499 com quatro navios, de que só dois voltaram a Paios, no fim de setembro de 1500. Chegou ao continente, um pouco abaixo das paragens visitadas alguns meses antes por Hojeda, explorou a costa numa extensão de setecentas a oitocentas léguas, descobriu o cabo de Santo Agostinho por 8° 20’ de latitude austral, seguiu a costa noroeste até ao Rio Grande, a que chamou Santa Maria de la Mar Dulce, e na mesma direção chegou até ao cabo de S. Vicente.

Enfim, de janeiro a julho, Diego de Lepe, com duas caravelas, explorou as mesmas paragens. Não temos de registar com relação a esta viagem senão a observação

importantíssima feita a respeito da direção das costas do continente, a partir do cabo de Santo Agostinho.

Apenas Lepe acabara de voltar a Espanha, logo dois navios saíram de Cádis. Eram armados por um tal Rodrigo de Bastidas, homem rico e respeitável, para irem à descoberta de terras novas, mas sobretudo com o fim de colher ouro e pérolas, que se tomavam então por missangas e objetos sem valor.

Juan de la Cosa, cuja habilidade era proverbial e que conhecia todas estas paragens, por as ter explorado, era na realidade o chefe da expedição. Os navegadores chegaram à terra firme, viram o rio Sinu, o golfo de Uraba, e chegaram ao Puerto del Retrete ou dos Escribanos, no istmo do Panamá. Este porto, que foi reconhecido por Colombo no dia 26 de novembro de 1522, está situado a vinte e sete milhas da cidade, tempos depois célebre, mas hoje destruída, de Nombre de Dios.

Em resumo, esta expedição, organizada por um negociante, tornou-se, graças a Juan de la Cosa, uma das viagens mais férteis em descobertas. Por desgraça, tinha de acabar tristemente. Os navios perderam-se no golfo de Xaragua, o que obrigou Bastidas e La Cosa a irem ter por terra a São Domingos. Ali, Bovadilla, esse homem íntegro, esse governador modelo, cujo infame procedimento em relação a Colombo já contámos, mandou prender os dois exploradores, debaixo do pretexto de que tinham comprado ouro aos índios de Xaragua, e expediu-os para Espanha, aonde só chegaram depois de uma horrível tempestade, em que pereceu uma parte da frota.

Depois desta expedição, fecunda em resultados, as viagens de descoberta tornam-se um pouco menos frequentes durante muitos anos, que foram consagrados pelos Espanhóis a assentar o seu domínio nas regiões onde haviam fundado estabelecimentos.

Em 1943, a colonização da Hispaniola fora principiada e construíra-se a cidade de Isabel. O próprio Cristóvão Colombo, dois anos depois, tinha percorrido o país, submetido os pobres selvagens, com o auxílio desses cães terríveis, ensinados a dar caça aos índios, e constrangera-os, a eles, habituados a não fazer nada, ao trabalho excessivo das minas. Bovadilla, depois Ovando, tratando os índios como um rebanho de animais, tinham-nos repartido pelos colonos. As crueldades com esta desgraçada raça tornavam-se todos os dias mais horrorosas. Numa ignóbil armadilha, Ovando apoderou-se da rainha de Xaragua e de trezentos dos principais do país. A um sinal dado, foram estes passados a fio de espada, sem o mais leve motivo. «Durante muitos anos», diz Robertson, «o ouro que se levava para as casas da moeda régias de Espanha subia a cerca de quatrocentos e sessenta mil pesos, o que deve parecer uma soma prodigiosa se atendermos ao aumento de valor que o dinheiro adquiriu

desde o princípio do século». Em 1511, Diego Velasquez fez, com trezentos homens, a conquista de Cuba, e ali se renovaram as cenas de saque e de morticínio que tornaram tão tristemente célebre o nome espanhol. Cortavam os punhos aos índios, arrancavam-lhes os olhos, deitavam azeite a ferver ou chumbo derretido nas suas feridas, quando os não queimavam a fogo lento para lhes arrancar o segredo dos tesouros de que os julgavam possuidores. Por isso a população diminuía rapidamente e não estava longe o dia em que ficaria extinta. Deve-se ler em Las Casas, o infatigável defensor dessa raça tão odiosamente perseguida, a comovente e horrível narrativa das torturas que teve, por toda a parte, de sofrer.

Em Cuba, o cacique Hattuey, feito prisioneiro, foi condenado a morrer pelo fogo. Amarrado ao poste, esforçava-se um franciscano por convertê-lo, prometendo-lhe que gozaria imediatamente de todas as delícias do Paraíso se quisesse abraçar a fé cristã.

«Há alguns espanhóis», perguntou Hattuey, «nesse lugar de delícias em que me falais?» — «Há», respondeu o monge, «mas só os que foram justos e bons.» — «O melhor deles», redarguiu o cacique indignado, «não pode ter nem justiça nem bondade! Não quero ir para um sítio onde encontre um só homem dessa raça maldita.»

Não basta isto para pintar o grau de exasperação a que tinham chegado essas infelizes populações? E esses horrores reproduziam-se em toda a parte onde punham pé os espanhóis! Mas lancemos um véu sobre essas atrocidades cometidas por homens que se julgavam civilizados e pretendiam converter ao cristianismo, a essa religião de perdão e de caridade, povos menos selvagens do que eles mesmos.

Durante os anos de 1504 e de 1505, quatro navios exploraram o golfo de Uraba. Foi a primeira viagem em que Juan de la Cosa teve o comando supremo. Devemos colocar na mesma época a terceira viagem de Hojeda à terra de Coquibacoa, viagem certa, segundo a expressão de Humboldt, mas muito obscura.

Em 1507, Juan Diaz de Solis, de concerto com V. Yanez Pinzon, descobriu uma vasta província, conhecida depois pelo nome de Iucatão. «Apesar de esta expedição não ter sido assinalada por acontecimento algum memorável», diz Robertson, «merece que dela se faça menção, porque deu em resultado descobertas da maior importância. Pela mesma razão lembraremos a viagem de Diogo de Ocampo, que, encarregado de fazer a circum-navegação de Cuba, foi o primeiro a reconhecer com certeza que esse país, considerado outrora por Colombo como uma parte do continente, era apenas uma grande ilha».

Dois anos depois, Juan Diaz de Solis e V. Pinzon, emigrando para o sul, na direção da linha equinocial, chegaram até 40 graus de latitude meridional e verificaram com surpresa que o continente se estendia à sua direita por esse imenso comprimento. Desembarcaram muitas

vezes, tomaram solenemente posse do país, mas não fundaram estabelecimentos por causa da fraqueza dos seus recursos. O resultado mais claro da viagem foi uma apreciação mais exata da extensão desta parte do Globo.

O primeiro que teve a ideia de fundar uma colónia no continente foi esse Alonso de Hojeda, cujas correrias aventurosas mais atrás narrámos. Sem riqueza, mas conhecido pela sua coragem e o seu espírito empreendedor, facilmente encontrou associados, que lhe deram os fundos necessários para a empresa.

Ao mesmo tempo, Diego de Nicuesa, opulento colono da Hispaniola, organizava uma expedição com o mesmo fim (1509). O rei Fernando, sempre pródigo de animações pouco dispendiosas, concedeu-lhes a ambos um grande número de privilégios e títulos honoríficos, mas não lhes deu nem um maravedi. Erigiu no continente dois governos, um dos quais se estendia desde o cabo da Vela até ao golfo de Darien, e o outro desde este golfo até ao cabo Gracias a Dios. O primeiro foi dado a Hojeda, o segundo a Nicuesa. Estes dois «conquistadores» tiveram desta vez de se haver com populações menos pacatas que as das Antilhas. Bem decididas a opor-se à invasão do seu país, dispunham de meios de resistência novos para os espanhóis. Por isso a luta foi encarniçada. Só num combate setenta dos companheiros de Hojeda morreram debaixo das frechas dos selvagens, armas terríveis, embebidas em curare, veneno tão poderoso que a mais leve ferida era seguida pela morte. Nicuesa, pelo seu lado, tinha muito que fazer para se defender, de forma que, apesar de dois reforços consideráveis recebidos de Cuba, a maior parte dos que se tinham metido nessas expedições morreram nesse mesmo ano em consequência das feridas, das fadigas, das doenças ou das privações. Os sobreviventes fundaram a pequena colónia de Santa Maria la Antigua, no Darien, debaixo do comando de Balboa.

Mas, antes de contar a maravilhosa expedição deste último, devemos registar a descoberta de um país, que forma a extremidade setentrional desse arco, profundamente cavado no continente, que tem o nome de golfo do México. Em 1502, Juan Ponce de Leon, de uma das famílias mais antigas de Espanha, tinha chegado com Ovando a Hispaniola. Contribuíra para a submissão dessa ilha e conquistara em 1508 a ilha de San Juan de Porto Rico. Tendo ouvido dizer a uns índios que existia na ilha de Bimini uma fonte miraculosa, cujas águas remoçavam os que a bebiam, Ponce de Leon resolveu ir à sua procura. Devemos supor que sentia a necessidade de experimentar essa água, apesar de ter então apenas uns cinquenta anos.

Ponce de Leon armou, portanto, à sua custa três navios e partiu do porto de S. Germano de Porto Rico, no dia 1 de março de 1512. Dirigiu-se para as Lucayas, que visitou

minuciosamente, assim como o arquipélago das Baamas. Se não encontrou a fonte de Juvêncio, que tão ingenuamente procurava, achou pelo menos uma terra que lhe pareceu fértil e a que deu o nome de Florida, ou porque aí desembarcou em dia de Páscoa Florida, ou por causa do seu aspeto encantador. Tal descoberta satisfaria um explorador menos convicto. Mas Ponce de Leon foi de ilha em ilha, provando de todas as fontes que encontrava, sem observar contudo que os seus cabelos brancos enegrecessem, nem que desaparecessem as suas rugas. Cansado enfim desse papel de logrado, depois de seis meses de viagens infrutíferas, abandonou a partida, deixando Perez de Ortubia e o piloto António de Alaminos continuar as suas investigações, e voltou para Porto Rico a 5 de Outubro. «Aí foi salteado por muitas zombarias», diz o padre Charlevoix, «por o verem voltar muito doente e mais velho do que partira».

Poderia classificar-se esta expedição, ridícula nos seus motivos mas fértil pelos seus resultados, no número das viagens imaginárias, se não fosse garantida por historiadores tão sérios como Pedro Mártir, Oviedo, Herrera e Garcillaso de la Vega.

Vasco Nunez de Balboa, quinze anos mais novo do que Ponce de Leon, viera para a América com Bastidas e estabelecera-se em Hispaniola. Mas ali, como um grande número dos seus compatriotas, apesar do *repartimiento* de índios que lhe fora atribuído, endividara-se tanto que não havia coisa que mais desejasse do que subtrair-se às perseguições dos seus numerosos credores. Infelizmente havia um regulamento que proibia a todo o navio que tomasse carga para a Terra Firme o receber a seu bordo os devedores que não podiam pagar. Graças ao seu espírito engenhoso, Balboa soube tornear a dificuldade e foi levado dentro de um tonel vazio para dentro do navio que levava Enciso a Darien. O chefe da expedição, por conseguinte, não teve remédio senão aceitar o concurso desse valente aventureiro, que só fugia diante dos beleguins, como logo provou assim que saltou em terra. Os espanhóis, habituados a encontrar tão pouca resistência nas ilhas, não puderam submeter as populações ferozes da Terra Firme. Por causa das suas dissensões intestinas, tiveram de se refugiar em Santa Maria la Antigua, que Balboa, eleito comandante em lugar de Enciso, fundou no Darien.

Se pudera fazer-se temer dos índios pela sua bravura pessoal, pela ferocidade do seu lebréu «Leoncillo», mais temido que vinte homens armados e que recebia regularmente a paga de um soldado, Balboa soubera igualmente impor-lhes uma certa simpatia pela sua justiça e pela sua moderação relativa, porque não admitia as crueldades inúteis. Durante muitos anos, Balboa colheu preciosas informações acerca desse El Dorado, esse país do ouro, a que ele mesmo não tinha de chegar, mas cujo acesso devia facilitar aos seus sucessores.

Foi assim que soube da existência a seis sóis (seis dias de viagem) de um outro mar, o

oceano Pacífico, que banhava o Peru, país onde se encontrava ouro em grande quantidade. Balboa, cujo caráter era de tão rija têmpera como os de Cortês e Pizarro, mas que não teve como eles tempo de dar provas das qualidades extraordinárias que a natureza lhe distribuíra, não duvidou do valor desta informação e percebeu toda a glória com que tal descoberta iluminaria o seu nome.

Reuniu cento e noventa voluntários, todos soldados intrépidos, habituados como ele aos acasos da guerra, aclimatados aos eflúvios doentios de um país pantanoso, onde as febres, a disenteria e as doenças de fígado estão no estado endémico.

Se o istmo de Darien não tem mais de sessenta milhas de largura, é cortado contudo por uma cordilheira de altas montanhas, nas faldas das quais terrenos de aluvião, extremamente férteis, mantêm uma vegetação luxuriante de que os europeus não podem fazer ideia. É uma espessura inextrincável de cipós, de tojos, de árvores gigantescas, que ocultam completamente o sol, verdadeira floresta virgem, que poças de água pantanosa cortam de quando em quando e em que habita uma multidão de aves, de insetos e de animais que nunca um ente humano vem perturbar. Um calor húmido aniquila as forças e abate em pouco tempo a energia do homem mais robusto.

A estes obstáculos, que a natureza parecia ter semeado de propósito no caminho que Balboa devia percorrer, iam juntar-se os outros, não menos temíveis, que os ferozes habitantes deste país inóspito deviam opor-lhe. Sem se importar com os riscos que podia fazer correr à sua expedição a fidelidade problemática dos seus auxiliares indígenas, Balboa partiu, escoltado por um milhar de índios carregadores e por uma matilha desses terríveis lebréus, que tinham tomado o gosto pela carne humana na ilha Hispaniola.

Das tribos que encontrou no caminho, umas fugiram para as montanhas com as suas provisões, as outras, aproveitando o acidentado do terreno, tentaram lutar. Marchando no meio dos seus, sofrendo as suas privações, não se poupando nunca, Balboa soube levantar a sua coragem, mais de uma vez desfalecida, e inspirar-lhes um tal entusiasmo que, depois de vinte e cinco dias de marcha e de combates, pôde enfim descobrir do alto de uma montanha esse imenso oceano, de que quatro dias depois, com a espada nua numa das mãos e a bandeira de Castela na outra, tomou posse, em nome do rei de Espanha. A parte do Pacífico a que acabava de chegar fica situada a leste de Panamá e tem ainda hoje o nome de S. Miguel, que Balboa lhe dera. As informações obtidas dos caciques da vizinhança, que submeteu pelas armas e em cujo território tomou considerável presa, concordavam completamente com as que colhera na ocasião da sua partida.

Existia realmente para o sul um vasto império, tão rico em ouro que os mais vis

instrumentos eram feitos desse metal e onde uns animais domésticos, os lamas, cuja figura, desenhara pelos indígenas, lembrava a do camelo, tinham sido amansados e transportavam pesados fardos. Estes interessantes pormenores e a grande quantidade de pérolas que lhe fora oferecida confirmaram Balboa na ideia de que chegara aos países asiáticos descritos por Marco Polo e que não estava longe desse império de Cipango, de que o viajante veneziano descrevera as maravilhosas riquezas, que cintilavam sem cessar diante dos olhos desses ávidos aventureiros.

Por muitas vezes, Balboa atravessou o istmo de Darien e sempre em novas direções. Por isso A. de Humboldt pôde dizer com razão que este país era mais bem conhecido no princípio do século XVI do que no seu tempo. Ainda mais, Balboa lançara no oceano por ele descoberto navios construídos por sua ordem, e preparava uma formidável armada com que tencionava conquistar o Peru, quando foi odiosa e juridicamente assassinado por ordem do governador de Darien, Pedrarias Dávila, cioso da reputação que ele já conquistara e da glória que ia sem dúvida recompensar a sua audácia na expedição que projetava. A conquista do Peru ficou, portanto, vinte e cinco anos demorada, graças à inveja criminosa de um homem, cujo nome se tornou, pelo assassínio de Balboa, quase tão tristemente célebre como o de Erostrato.

Se, graças a Balboa, se tinham colhido os primeiros documentos de certa precisão a respeito do Peru, outro explorador ia dar mais, e não menos importantes, a respeito do vasto império do México, que impusera o seu domínio a quase toda a América Central. Juan de Grijalva recebera, em 1581, o comando de uma flotilha de quatro navios, armados por Diego Velasquez, o conquistador de Cuba, para colher informações a respeito de Iucatão, visto no ano precedente por Hernandez de Córdova. Grijalva, acompanhado pelo piloto Alaminos, que fizera com Ponce de Leon a viagem da Florida, tinha debaixo das suas ordens duzentos e quarenta voluntários, de que fazia parte Bernal Diaz de Castillo, esse ingénuo autor de uma tão interessante história da conquista do México, a que por mais de uma vez recorremos.

Depois de treze dias de navegação, Grijalva marcava na costa de Iucatão a ilha de Cozumel, dobrava o cabo Cotoche e entrava na baía de Campeche. Desembarcava no dia 10 de maio em Potonchan, cujos habitantes, apesar do espanto que lhes causavam os navios, que tomavam por monstros marinhos, e esses homens de rosto pálido, que vibravam o raio, defenderam tão vigorosamente a aguada e a cidade que cinquenta e sete espanhóis foram mortos e um grande número feridos. Tão calorosa receção não animou Grijalva a demorar-se muito tempo no território dessa nação belicosa. Fez-se portanto ao mar, depois de quatro dias de arribação, continuou a seguir para oeste da costa do México, entrou a 17 de maio num rio chamado Tabasco pelos indígenas e logo ali se viu rodeado por uma flotilha de umas

cinquenta pirogas, carregadas de guerreiros, prontos a combater. Graças à prudência de Grijalva e às demonstrações amigáveis que não poupou, a paz não foi perturbada.

«Mandámos-lhes dizer», escreve Bernal Diaz de Castillo, «que éramos súbditos de um grande imperador chamado D. Carlos, que eles também o devem tomar para amo e que com isso se darão bem. Responderam que já tinham um soberano e que não compreendiam como, apenas chegados, já lhes oferecíamos outro antes de os conhecer».

Devemos confessar que esta resposta não era muito de selvagens.

Em troca de algumas quinquilharias europeias, sem valor, os espanhóis receberam pão de iúca, pedaços de ouro em forma de peixes ou de pássaros, goma-copal e vestidos de algodão fabricados na terra. Como os indígenas, embarcados no cabo Cotoche, não percebiam bem a língua dos habitantes de Tabasco, a arribada neste sítio foi breve, e tornaram-se de novo ao mar. Passaram para diante do rio Guatzacoalco, viram as serras nevosas de San Martin e ancoraram na embocadura de um rio, que foi chamado rio das Bandeiras, por causa das numerosas bandeiras brancas que, em sinal de paz, os indígenas desfraldaram à vista dos estrangeiros.

Quando desembarcou, foi Grijalva recebido com as honras que se prestam aos deuses. Incensaram-no com o copal e puseram-lhe aos pés mais de mil e quinhentas piastras de pequenas joias de ouro, pérolas verdes e machados de cobre. Depois de terem tomado posse do país, os espanhóis dirigiram-se a uma ilha, que foi chamada a ilha dos Sacrifícios, porque ali se encontraram, numa espécie de altar, colocado no cimo de uma longa escada, cinco índios sacrificados na véspera, com o peito aberto, o coração arrancado, as pernas e os braços cortados. Depois pararam diante de outra pequena ilha, que recebeu o nome de S. Juan, por ser esse o nome do santo que nesse dia se festejava, e a que se acrescentou a palavra *culua,* que ouviam repetir aos índios dessas paragens. Ora Culua era o antigo nome do México, e essa ilha San Juan de Culua é hoje San Juan de Ulloa.

Depois de ter carregado um navio, que expediu para Cuba com todo o ouro que colhera, Grijalva continuou a seguir a costa, descobriu as serras de Tusca e de Tuspa, colheu numerosas e úteis informações a respeito deste país populoso, e chegou ao rio Panuco, onde se viu salteado por uma flotilha de embarcações, contra as quais se defendeu com imenso trabalho.

A expedição estava quase no fim, achavam-se os navios em muito mau estado e os víveres esgotados; os voluntários, feridos ou doentes, eram em todo o caso tão pouco numerosos que não podiam ser deixados, mesmo ao abrigo de fortificações, no meio dessas populações guerreiras. Os próprios chefes já não estavam de acordo. Enfim, depois de terem

calafetado o maior dos seus navios no rio Tonala, onde Bernal Diaz se gaba de ter semeado as primeiras laranjeiras que houve no México, os espanhóis voltaram para Santiago de Cuba, aonde chegaram a 15 de novembro, depois de um cruzeiro de sete meses e não de quarenta e cinco dias, como diz o Sr. Ferdinand Dinis na Biografia Didot, e como se repete nos *Viajantes Antigos e Modernos,* do Sr. Ed. Charton.

Eram consideráveis os resultados obtidos nesta viagem. Pela primeira vez a imensa linha de costas, que forma a península de Iucatão, a baía de Campeche e o fundo do golfo do México fora explorada sem solução de continuidade, de cabo a cabo. Não só se sabia agora que o Iucatão não era uma ilha, como se supusera, mas tinham-se colhido informações verdadeiras acerca da existência do rico e poderoso império do México. Haviam-nos impressionado sobretudo os sinais de uma civilização mais adiantada que a das Antilhas, da superioridade da arquitetura, da hábil cultura do solo, da delicadeza de tecido dos vestidos de algodão e do bem acabado dos enfeites de ouro que os indígenas usavam, coisas estas que iam exaltar nos espanhóis de Cuba a sede das riquezas e decidi-los a arrojar-se, modernos Argonautas, à conquista desse novo Velo de Ouro.

Mas dessa perigosa e inteligente navegação, que lançava tão nova luz sobre a civilização Índia, não tinha Grijalva de colher os frutos. O *sic vos non vobis* do poeta ia mais uma vez ter aplicação.

II

Velasquez não esperara a volta de Grijalva para expedir para Espanha as produções dos países descobertos por este e solicitar do Conselho da Índia, assim como do bispo de Burgos, um suplemento de autoridade que lhe permitisse tentar a conquista desses países. Ao mesmo tempo preparava um novo armamento, proporcionado aos perigos e à importância da empresa que meditava. Mas se lhe era relativamente fácil juntar o material e o pessoal necessário, Velasquez, que um escritor antigo nos representa como pouco generoso, crédulo e inclinado às suspeitas, encontrou mais dificuldades em achar um chefe. Este último, efetivamente, devia reunir predicados quase sempre incompatíveis: um grande talento e uma coragem intrépida, sem os quais não podia esperar o triunfo, e ao mesmo tempo bastante docilidade e submissão para não fazer nada sem ordens.

Uns, valentes e empreendedores, não queriam ver-se reduzidos ao papel de instrumento; os outros, mais dóceis ou mais dissimulados, não tinham os predicados necessários para o êxito de tão vasta empresa; mas os que acabaram de fazer a campanha com Grijalva queriam que se desse ao seu chefe o comando supremo; outros preferiam Agostinho Bernardes ou Bernardino Velasquez. Enquanto duraram estas negociações, dois favoritos do governador, André de Duero, seu secretário, e Amador de Lares, fiscal em Cuba, fizeram aliança com um fidalgo chamado Fernão Cortês, com a condição de partilharem dos proventos que este obtivesse.

«Exprimiram-se», diz Bernal Diaz, «em termos tão bons e tão melífluos, fazendo grandes elogios a Cortês, assegurando que era deveras o homem a quem esse emprego competia, que seria um chefe intrépido e certamente fidelíssimo a Velasquez, de quem era afilhado, que o convenceram, e Cortês foi nomeado capitão-general. E, como André de Duero era secretário do governador, apressou-se a formular os poderes por escrito, com boa tinta, bem amplos, ao sabor de Cortês, e logo lhos levou devidamente assinados».

Não era certamente Cortês o homem que Velasquez escolheria se pudesse ler no futuro. Cortês nascera em 1485 em Medellin, na Estremadura, de uma família antiga, mas pouco afortunada. Depois de ter estudado algum tempo em Salamanca, voltou para a sua cidade natal, mas, residindo ali sossegado e sereno, não podia essa vida convir por muito tempo ao seu génio fervente e à sua índole caprichosa. Não tardou a partir para a América, contando, para progredir, com a proteção do seu parente Ovando, de Hispaniola.

Assim que chegou, Cortês efetivamente recebeu diversos empregos honrosos e

lucrativos, além de tomar parte nas expedições dirigidas contra os indígenas. Infelizmente, se se iniciava assim na tática Índia, familiarizava-se também com esses atos de crueldade que muitas vezes manchavam o nome castelhano. Em 1511, acompanhou Diego de Velasquez na sua expedição a Cuba, e tanto se distinguiu que, apesar dos seus dissentimentos com o seu chefe, dissentimentos inteiramente elucidados pelos autores modernos, recebeu em recompensa dos seus assinalados serviços uma larga concessão de terras e de índios.

Em poucos anos, graças à sua existência industriosa, Cortês juntara três mil *castellanos,* soma considerável para a sua posição. Apesar de nunca ter exercido até então comando tão importante, a sua atividade infatigável, que sucedera ao ímpeto desordenado da juventude, a sua prudência bem conhecida, uma grande rapidez de resolução, enfim, o talento, que todos em elevado grau lhe reconheciam, de saber captar os corações pela cordialidade da sua índole, tais foram os predicados que os seus dois protetores haviam preconizado a Velasquez. Acrescente-se a isso que tinha uma bela presença, uma habilidade prodigiosa em todos os exercícios do corpo e uma força de resistência às privações rara mesmo nesses aventureiros habituados a tudo suportar.

Recebido o seu despacho com os sinais do mais respeitoso reconhecimento, Cortês arvorou à porta da sua casa um estandarte de veludo preto, bordado a ouro, com uma cruz vermelha no meio de flâmulas brancas e azuis, e por baixo esta legenda, em latim: «Amigos, se a cruz vale, e se tivermos fé, por este sinal venceremos.» Concentrou desde então todos os recursos do seu espírito engenhoso nos meios próprios para conseguir o êxito da empresa. Impelido por um entusiasmo que decerto ninguém lhe suporia, nem os que melhor o conheciam, não só consagrou quanto dinheiro possuía ao armamento da sua frota, mas até empenhou a sua propriedade e pediu emprestadas aos seus amigos quantias consideráveis, que lhe serviram para comprar navios, víveres, munições de guerra e cavalos. Em poucos dias, trezentos voluntários se alistaram, atraídos pela fama do general, pelos riscos e prováveis lucros da empresa.

Mas Velasquez, sempre desconfiado e impelido por alguns invejosos, esteve quase a impedir a expedição logo no princípio. Avisado pelos seus dois protetores de que o governador lhe queria tirar o comando, Cortês não tardou em tomar a sua resolução. Apesar de estarem incompletas as equipagens e de ser insuficiente o armamento, reuniu os seus homens e levantou ferro de noite. Velasquez, assim logrado, disfarçou a sua cólera, mas empregou todos os meios para levantar obstáculos ao homem que acabava de sacudir toda a dependência com tal desembaraço.

Em Macaca, Fernão Cortês completou os seus abastecimentos e viu sentarem praça nas

suas fileiras um grande número de fidalgos, Grijalva, Pedro de Alvarado e seus irmãos, Christoval de Olid, Alonzo de Ávila, Hernandez de Puerto Carrero, Gonzalo de Sandoval e Bernal Diaz de Castillo, que haveria de escrever desse acontecimento, *quorum pars magna fuit,* uma preciosa crónica. Depois, dirigiu-se para a Trindade, porto situado na parte meridional de Cuba, onde recebeu novos abastecimentos. Entretanto o governador Verdugo recebia cartas de Velasquez, ordenando-lhe que prendesse Cortês, a quem acabava de demitir do comando da frota. Mas seria esse um ato perigoso para a segurança da cidade, e Verdugo absteve-se. A fim de reunir novos aderentes, partiu Cortês para a Havana, enquanto o seu imediato Alvarado ia por terra a esse porto, onde se fizeram os últimos preparativos. Apesar de malogradas as suas primeiras tentativas, Velasquez expediu de novo ordem para Cortês ser preso, mas o governador, Pedro Barba, percebeu facilmente a impossibilidade de a executar, no meio de soldados que, segundo a expressão de Bernal Diaz, dariam de bom gosto a vida por Cortês.

Enfim, depois de ter tocado à assembleia por toda a parte para chamar voluntários e embarcado tudo o que lhe pareceu necessário, Cortês deu à vela no dia 18 de fevereiro de 1519, com onze navios, o maior dos quais tinha cem toneladas, cento e dez marinheiros, quinhentos e cinquenta e três soldados, sendo treze arcabuzeiros, duzentos índios das ilhas e algumas mulheres para os trabalhos domésticos. O que constituía a força principal da expedição eram as suas duas peças de artilharia, os seus quatro falcões, providos de munições abundantes, e dezasseis cavalos, reunidos a peso de dinheiro. Foi com estes meios mesquinhos, e que lhe custaram tanto a reunir, que Cortês encetou a luta com um soberano cujos domínios eram mais extensos do que todos os da coroa de Espanha, empresa cujas dificuldades sem dúvida o fariam recuar se pudesse entrever metade delas.

Mas há muito que um poeta disse: «A fortuna sorri aos audaciosos.»

Depois de uma violenta procela, a expedição arribou à ilha de Cozumel, cujos habitantes, ou com medo dos espanhóis, ou pela convicção de impotência dos seus deuses, abraçaram o cristianismo. No momento em que a frota deixava a ilha, teve a felicidade de receber a bordo um espanhol, chamado Jerónimo de Aguilar, prisioneiro dos índios havia oito anos. Este homem, que aprendera perfeitamente a língua maia e que era a um tempo lesto e prudente, não tardou a prestar os maiores serviços como intérprete.

Cortês, depois de ter dobrado o cabo Cotoche, desceu abaixo de Campeche, passou para diante de Potonchan e subiu o rio Tabasco, na esperança de ser tão bem recebido como Grijalva e de ali colher igual quantidade de ouro. Mas as disposições dos indígenas estavam inteiramente mudadas, e foi necessário recorrer à violência. Apesar do seu número e da sua

bravura, os índios foram batidos em muitas ações, graças ao terror que lhes inspiraram as detonações das armas de fogo e o aspeto dos cavaleiros montados, que eles tomavam por entes sobrenaturais. Os índios perderam muita gente nestes combates e os espanhóis tiveram dois mortos, catorze homens e muitos cavalos feridos. Estes últimos foram pensados com banha de Indilos, tirada dos mortos. Enfim, concluiu-se a paz, e Cortês recebeu víveres, fatos de algodão, algum ouro e vinte mulheres escravas, entre as quais vinha essa Marina, celebrada por todos os historiadores da conquista, que, como intérprete, havia de prestar aos espanhóis tantos serviços assinaláveis.

Cortês seguiu o caminho para oeste, procurando um sítio próprio para desembarque, mas só o encontrou em S. João de Ulloa. Apenas a frota fundeou, logo um escaler se aproximou sem receio do navio-almirante. Graças a Marina, que era asteca, Cortês soube que os povos desse território eram súbditos de um grande império e habitantes de um território que fora por esse império recentemente conquistado. O seu monarca, chamado Moctheuzoma, mais conhecido pelo nome de Montezuma, residia em Tenochtitlan, ou México, a setenta léguas pouco mais ou menos para o interior. Cortês deu parte aos índios das suas intenções pacíficas, ofereceu-lhes alguns presentes e desembarcou na praia tórrida e doentia de Vera Cruz. As provisões logo afluíram, mas no dia seguinte ao do desembarque, Teutille, governador da província, enviado por Montezuma, viu-se embaraçadíssimo para responder a Cortês, que lhe pediu que o conduzisse sem demora à presença do seu amo. Conhecia perfeitamente as inquietações e os receios que perseguiam o espírito do imperador desde a chegada dos espanhóis. Contudo, depôs aos pés do general estofos de algodão, mantos de plumas e objetos de ouro, cuja riqueza não fez senão excitar a cobiça dos europeus. Então para dar a esses pobres índios uma ideia do seu poder, Cortês mandou manobrar os seus soldados e disparar alguns tiros de peça, cujas descargas os gelaram de terror. Durante todo o tempo que durara a entrevista, alguns pintores tinham reproduzido em peças de algodão branco as tropas, os navios, tudo o que mais dera na vista. Esses desenhos, muito habilmente executados, deviam ser enviados a Montezuma.

A parte da América submetida a Montezuma tinha o nome de Anahuac e estendia-se então de 14 a 20 graus de latitude norte. No meio desta região, que apresenta climas muito variados por causa da diferença das altitudes, um pouco mais perto do Pacífico do que do Atlântico, desenvolve-se, numa circunferência de sessenta e sete léguas e a sete mil e quinhentos pés acima do nível do mar, uma vasta bacia, cujo fundo encerrava muitos lagos e que é conhecida pelo nome de vale do México, que tem a sua origem no nome da capital do império.

Como se deve pensar, possuímos pouquíssimas notícias autênticas acerca de um povo cujos anais escritos foram queimados por conquistadores ignorantes e por monges fanáticos, que suprimiram com fúria tudo o que podia recordar as tradições políticas e religiosas da raça conquistada.

Vindos do Norte no sétimo século, os Toltecas tinham desembarcado no planalto do Anahuac. Era uma raça inteligente, entregue à agricultura e às artes mecânicas, sabendo lavrar os metais, e que construiu a maior parte dos edifícios sumptuosos e gigantes, cujas ruínas se encontram em toda a Nova Espanha.

Depois de quatro séculos de domínio, os Toltecas desapareceram do país com o mesmo mistério com que ali tinham penetrado. Foram substituídos um século depois por uma tribo selvagem, vinda do Noroeste, e em breve seguida por outras populações mais adiantadas, que parece que falavam a língua tolteca. As mais célebres destas tribos são os Astecas e os Alcolhéus ou Tezcuans, que assimilaram com facilidade a florescente civilização criada pelos últimos Toltecas. Quanto aos Astecas, depois de uma série de emigrações e de guerras, fixaram-se em 1326 no vale do México, onde construíram a sua capital, Tenochtitlan. Durante um século, graças a um tratado de aliança ofensiva e defensiva entre os estados do México, rigorosamente observado, a civilização asteca, encerrada primeiro nos limites do vale, transbordou e teve por limites apenas o Pacífico e o Atlântico.

Em pouco tempo esses povos tinham chegado a um grau de civilização superior ao de todas as tribos do Novo Mundo. O direito de propriedade era reconhecido no México, o comércio florescia e três espécies de moedas asseguravam o mecanismo da troca. A polícia era bem feita, e um sistema de correios, funcionando com perfeição, permitia transmitirem-se rapidamente as ordens do soberano de uma à outra extremidade do império. O número e a beleza das cidades, a grandeza dos palácios, dos templos e das fortificações denotam uma civilização adiantada, que apresenta um singular contraste com os costumes ferozes dos Astecas. Nada há mais bárbaro nem mais sanguinário do que a sua religião politeísta. Os padres formavam uma corporação numerosíssima e gozavam de grandíssima influência, mesmo nos negócios exclusivamente políticos. Ao lado de ritos semelhantes aos dos cristãos, tais como o batismo e a confissão, a sua religião era um tecido das mais absurdas, das mais sanguinárias superstições. Assim, os sacrifícios humanos, adotados no princípio do século XVI e ao princípio raríssimos, tinham-se tornado em breve tão frequentes que se avalia em vinte mil por ano, termo médio, o número das vítimas imoladas, que eram, na sua maior parte, tiradas das nações vencidas. Em certas circunstâncias, esse número foi até muito mais elevado. Assim, em 1486, por ocasião da inauguração do templo de Huitzilopchit, setenta mil

cativos morreram num só dia.

O governo do México era monárquico, mas o poder dos imperadores, ao princípio muito restrito, aumentara com as conquistas e tornara-se despótico. O soberano era sempre escolhido na mesma família e a sua subida ao trono assinalada por numerosos sacrifícios humanos.

O imperador Montezuma pertencia à classe sacerdotal, e o seu poder daí recebera singulares acrescentamentos. Depois de numerosas guerras, alargara as fronteiras e subjugara nações, que acolheram com entusiasmo os espanhóis, cujo domínio lhes parecia dever ser menos pesado e menos cruel do que o dos Astecas.

É perfeitamente certo que se Montezuma tivesse caído, com as forças consideráveis de que dispunha, sobre os espanhóis, quando estes ocupavam a praia quente e doentia de Vera Cruz, não poderiam eles, apesar da superioridade das suas armas e da sua disciplina, resistir a semelhante embate. Morreriam todos ou seriam forçados a reembarcar. Os destinos do Novo Mundo mudariam completamente.

Mas a decisão, feição predominante do caráter de Cortês, faltava completamente a Montezuma, que nunca soube tomar uma resolução com firmeza.

Entretanto, novos enviados do imperador tinham vindo ao acampamento espanhol, trazendo ordem a Cortês de sair desse país, e, tendo ele recusado fazê-lo, imediatamente os indígenas haviam rompido todas as suas relações com os europeus. A situação tornava-se grave. Cortês percebeu-o perfeitamente. Depois de ter vencido algumas hesitações, que se tinham manifestado nas suas tropas, mandou lançar os alicerces de Vera Cruz, fortaleza que lhe havia de servir de base de operações e de apoio para um embarque possível. Organizou depois uma espécie de governo civil, de junta, como hoje se diria, à qual entregou o seu despacho, revogado por Velasquez, e de quem recebeu nova nomeação, feita em nome de el-rei e com os poderes mais extensos. Em seguida recebeu os enviados da cidade de Zempoalla, que vinham solicitar a sua aliança e a sua proteção contra Montezuma, cujo jugo suportavam com impaciência.

Era realmente preciso ser deveras feliz para encontrar tais aliados, logo nos primeiros dias de desembarque. Por isso Cortês, não podendo deixar fugir esta ocasião, acolheu com favor os Totonacos, foi à sua capital, e, depois de ter mandado construir uma fortaleza em Quiabislan, à beira-mar, decidiu-os a recusar o pagamento do imposto. Aproveitou a sua estada em Zempoalla para exortar esses povos a converterem-se ao cristianismo e derrubou os seus ídolos, como fizera em Cozumel, para lhes provar a impotência dos seus deuses.

Entretanto, tramou-se uma conspiração no seu acampamento e, persuadido de que,

enquanto houvesse um meio de voltar a Cuba, teria de lutar com o cansaço e o descontentamento dos seus soldados, Cortês mandou meter a pique todos os seus navios, a pretexto de estarem em tão mau estado que não podiam servir por mais tempo. Era esse um ato de audácia verdadeiramente inaudito e que obrigava os seus companheiros a vencer ou a morrer.

Não tendo então já nada a recear da indisciplina das suas tropas, Cortês partiu a 16 de agosto de Zempoalla com quinhentos soldados, quinze cavalos e seis canhões de campanha, não contando duzentos índios carregadores, destinados a todos os trabalhos servis.

Em breve chegou à fronteira da pequena república de Tlascala, cujo povo feroz, inimigo de toda a escravidão, estava há muito tempo em luta com Montezuma. Cortês lisonjeava-se de que a sua intenção, tantas vezes proclamada, de livrar os índios do jugo mexicano, lançaria os Tlascalanos nos seus braços e faria deles seus aliados. Pediu-lhes portanto passagem pelo seu território para ir para o México. Mas os seus embaixadores ficaram prisioneiros, e, quando avançou para o interior do país, teve, durante quinze dias consecutivos, de sustentar os ataques continuados de dia e de noite de trinta mil tlascalanos, que mostraram uma bravura e uma tenacidade de que os espanhóis não tinham ainda visto exemplo algum no Novo Mundo.

Mas as armas desses valentes eram demasiadamente primitivas. O que podiam eles fazer com frechas e lanças armadas de espinhas de peixe, estacas endurecidas ao lume, espadas de pau e sobretudo uma tática insuficiente? Quando viram que em todos esses embates, os quais tinham custado a vida a tantos dos seus mais bravos guerreiros, nem um só espanhol fora morto, atribuíram a esses estrangeiros uma natureza superior, não sabendo ao mesmo tempo o que haviam de pensar de homens que mandavam embora, com as mãos cortadas, os espiões surpreendidos no seu acampamento, e que, depois de cada vitória, não só não devoravam os prisioneiros, como tinham feito os Astecas, mas ainda os soltavam carregados de presentes, e pediam paz.

Os Tlascalanos reconheceram-se pois como vassalos da Espanha, e prometeram auxiliar Cortês em todas as suas expedições. Pela sua parte, este devia protegê-los contra os seus inimigos. Era bem tempo que se celebrasse a paz. Muitos espanhóis estavam feridos e doentes, todos extenuados de fadiga. A sua entrada triunfal em Tlascala, onde foram acolhidos como entes sobrenaturais, não tardou a fazer-lhes esquecer os seus padecimentos.

Depois de vinte dias de descanso nesta cidade, Cortês continuou a sua marcha sobre o México com um exército auxiliar de seis mil tlascalanos. Dirigiu-se primeiro para Cholula, considerada pelos índios como uma cidade sagrada, santuário e residência querida dos seus deuses. Montezuma estava satisfeitíssimo por atrair ali os espanhóis, ou porque imaginasse

que os mesmos deuses vingariam a violação dos seus templos, ou porque pensasse que seriam mais fáceis de organizar uma sedição e uma matança nesta cidade populosa e fanática.

Mas os Tlascalanos tinham avisado Cortês de que desconfiasse dos protestos de amizade e de dedicação dos Cholulanos. Fosse como fosse, aquartelou-se no interior da cidade, porque o seu prestígio dependia de parecer que nada tinha a recear. Avisado pelos Tlascalanos de que as mulheres e as crianças haviam partido, e por Marina de que um corpo considerável de tropas se achava concentrado às portas da cidade, que alçapões e trincheiras se tinham cavado nas ruas, enquanto os terraços se cobriam de pedras e de armas de tiro, Cortês antecipou-se aos seus inimigos, mandou prender os principais da cidade e organizou a matança dessa população surpreendida e privada dos seus chefes. Dois dias inteiros os desgraçados Cholulanos foram presa de todos os males que puderam inventar a raiva dos espanhóis e a vingança dos Tlascalanos, seus aliados. Seis mil habitantes assassinados, os templos queimados, quase destruída meia cidade, constituíam um exemplo terrível, que devia certamente encher de pavor Montezuma e os seus súbditos.

Por isso, em toda a parte, nas vinte léguas que o separavam da capital, Cortês foi recebido como um libertador. Não havia um cacique que não tivesse motivo de queixa do despotismo imperial, o que confirmava Cortês na esperança de que facilmente domaria um império tão dividido.

À medida que desciam das montanhas do Chalco, o vale do México, o seu lago imenso, profundamente recortado e cercado de grandes cidades, essa capital construída sobre estacaria, esses campos tão bem cultivados, tudo isso se desenrolava diante dos olhos maravilhados dos espanhóis.

Sem se importar com as tergiversações de Montezuma, que até ao último instante não soube se receberia os espanhóis como amigos, se como inimigos, Cortês meteu-se na calçada que ia ter ao México através do lago. Estava já apenas a uma milha da cidade, quando uns índios, que pelo seu fato magnífico se conhecia que eram altas personagens, o vieram saudar e anunciar-lhe a chegada do imperador.

Montezuma não tardou a aparecer, numa espécie de liteira ornada de ouro e de plumas, às costas dos seus favoritos; ao mesmo tempo um magnífico pálio o protegia contra os raios do Sol.

À medida que ele caminhava, prostravam-se os índios e escondiam a cabeça como se fossem indignos de o contemplar.

Essa primeira entrevista foi cordial, e Montezuma conduziu ele mesmo os seus hóspedes ao quartel que lhes preparara. Era um vasto palácio, cercado de uma muralha de pedra e

defendido por torres elevadas. Cortês tomou logo as suas disposições de defesa e assestou os seus canhões na boca das avenidas que lá iam ter.

Na segunda entrevista, presentes magníficos foram oferecidos tanto ao general como aos seus soldados. Montezuma contou que, segundo uma antiga tradição, os antepassados dos Astecas tinham vindo, para o país em que estavam agora, comandados por um homem branco e barbado como os espanhóis. Depois de ter fundado o seu poder, embarcara no oceano, prometendo-lhes que os seus descendentes iriam um dia visitá-los e reformar as suas leis. Se os recebia hoje, não como estrangeiros, mas como pais, é porque estava persuadido de que via neles os descendentes do seu antigo chefe, e lhes pedia que se considerassem como senhores dos seus estados.

Os dias seguintes foram empregados em visitar a cidade, que pareceu aos espanhóis maior, mais populosa, mais bela do que nenhuma outra das que tinham visto até então na América. O que constituía a sua singularidade eram essas calçadas que a punham em comunicação com a terra firme, calçadas cortadas em vários pontos para dar livre passagem às embarcações que sulcavam o lago. Sobre essas aberturas se arrojavam pontes que podiam ser facilmente destruídas. Do lado de leste não havia calçada e não se podia comunicar com a terra firme senão por meio de escaleres.

Essa disposição da cidade do México inquietava um tanto Cortês, que podia ver-se de súbito bloqueado na capital, sem que lhe fosse possível sair de lá. Resolveu portanto, para prevenir qualquer tentativa sediciosa, assenhorear-se do imperador como refém. As notícias que acabava de receber davam-lhe, demais a mais, um excelente pretexto. Qualpococa, general mexicano, atacara as províncias submetidas aos espanhóis e ferira mortalmente Escalante e sete dos seus soldados; enfim, a cabeça de um prisioneiro, decapitada e levada de cidade em cidade, provava que os invasores podiam ser vencidos e que eram apenas simples mortais.

Cortês aproveitou-se desses acontecimentos para acusar o imperador de perfídia. Sustentou que, se lhe fazia boa cara assim como aos seus soldados, era na intenção de aproveitar uma ocasião favorável para lhes infligir o mesmo tratamento que a Escalante, procedimento indigno de um soberano e muito diferente da confiança com que Fernão Cortês viera ter com ele. Se, demais, não eram fundadas as suspeitas que todos os espanhóis tinham concebido, o imperador tinha um meio muito simples de se justificar, que era mandar castigar Qualpococa. Enfim, para impedir a repetição de agressões, que não podiam deixar de ser nocivas à boa harmonia, e a fim de provar aos Mexicanos que nada premeditava contra os espanhóis, Montezuma não tinha outra resolução a tomar senão a de vir residir para o meio

deles. O imperador não se decidiu a isso facilmente, e compreende-se bem, mas teve de ceder à violência e às ameaças. Anunciando aos seus súbditos a sua resolução, teve muitas vezes de lhes afirmar que se entregava por sua livre vontade nas mãos dos espanhóis, e acalmá-los com estas palavras, porque ameaçavam arrojar-se aos estrangeiros.

Este lance audacioso deu a Cortês ainda melhores resultados do que esperava. Qualpococa, seu filho e muitos dos principais chefes da revolta foram agarrados pelos Mexicanos e entregues a um tribunal espanhol, a um tempo juiz e parte, que os condenou e os mandou queimar vivos. Não contente em ter punido homens que se haviam limitado a executar as ordens do seu imperador e se tinham oposto com as armas na mão à invasão do seu país, Cortês impôs nova humilhação a Montezuma, pondo-o a ferros, a pretexto de que os culpados o tinham acusado nos últimos momentos.

Durante seis meses exerceu o conquistador, em nome do imperador, reduzido ao papel de um desses reis francos em cujo nome governavam Pepino e Carlos

Martel, a autoridade suprema, demitindo os governadores que lhe desagradavam, cobrando os impostos, presidindo a todos os pormenores da administração, enviando às diferentes províncias do império espanhóis encarregados de reconhecer as suas produções e de examinar com especialíssimo cuidado os distritos mineiros e os processos empregados para a colheita do ouro.

Enfim, Cortês explorava a curiosidade manifestada por Montezuma de ver navios europeus, para mandar vir de Vera Cruz aparelhos náuticos e construir dois bergantins destinados a assegurar as suas comunicações pelo lago com a terra firme.

Animado por tantas provas de submissão e de humildade, Cortês foi mais longe e chegou a exigir de Montezuma que se reconhecesse vassalo e tributário da Espanha. Este ato de fé e homenagem foi acompanhado, como facilmente se adivinha, por numerosos e ricos presentes, assim como uma forte contribuição, que se levantou com grande dificuldade. Aproveitou-se a ocasião para se juntar tudo o que se extorquira em ouro e prata aos índios, e derretê-lo, menos algumas peças que foram conservadas pela beleza e pelo valor. Tudo isto não subia a mais de seis mil pesos. Assim, apesar de os espanhóis terem empregado todo o seu poder, apesar de Montezuma ter esgotado os seus tesouros para os saciar, o produto montava apenas a uma soma irrisória, em relação com a ideia de que os conquistadores tinham formado das riquezas do país.

Depois de se pôr de parte o quinto do rei, o quinto para Cortês e de se terem abstraído as somas necessárias para se reembolsarem os adiantamentos feitos para as despesas do armamento, o quinhão de cada soldado ficou reduzido a pouco mais de cem pesos. Ter sofrido

tantas fadigas, corrido tamanhos perigos e passado tantas privações por cem pesos, não merecia a pena, mais valia ter ficado em Espanha! Se era nesse mesquinho resultado que vinham parar as magníficas promessas de Cortês, se a repartição fora feita com justiça, coisa de que se não tinha a certeza, era irrisório demorarem-se mais tempo num país tão miserável, quando, com um chefe menos pródigo de promessas, mas mais generoso, se podiam ganhar países ricos em ouro e pedrarias, onde guerreiros valentes encontrariam uma compensação das suas misérias. Assim murmuravam esses aventureiros ávidos; uns aceitaram, praguejando, o que lhes cabia, outros recusaram desdenhosamente.

Se Cortês conseguira converter Montezuma em tudo o que dizia respeito à política, não sucedeu o mesmo no que respeita à religião. Nunca o pôde decidir a converter-se, e quando quis derrubar os ídolos, como fizera em Zempoalla, provocou uma sedição que não deixaria de se tornar muito séria se ele não tivesse abandonado logo os seus projetos. Desde então os Mexicanos, que tinham sofrido quase sem resistência a prisão e a submissão do seu monarca, resolveram vingar os seus deuses insultados e prepararam uma revolta geral contra os invasores.

Foi na ocasião em que as coisas pareciam tomar um aspeto menos favorável no interior que Cortês recebeu de Vera Cruz notícia de que alguns navios cruzavam diante do porto. Primeiro supôs que essa frota de socorro era enviada por Carlos V, em resposta à carta que lhe dirigira no dia 16 de julho de 1519, por Puerto Carrero e Montijo. Logo se desenganou e soube que essa esquadra, organizada por Diogo Velasquez, que soubera com que facilidade o seu lugar-tenente quebrara todos os laços da sua dependência para com ele, vinha no intento de o desapossar, de o prender e de o mandar para Cuba, onde o seu processo correria rapidamente.

Esta frota, cujo comando fora entregue a Panfílio de Narvaez, não contava menos de dezoito navios, que transportavam oitenta cavaleiros e cem infantes, sendo destes oitenta mosqueteiros, e mais cento e vinte besteiros e doze peças de artilharia.

Narvaez desembarcou sem oposição ao pé do forte de S. João de Ulloa, mas, tendo intimidado Sandoval, governador de Vera Cruz, a que lhe entregasse a cidade, este assenhoreou-se dos mensageiros que se tinham encarregado desse insolente recado e mandou-os para o México. Cortês logo os pôs em liberdade e deles tirou informações circunstanciadas acerca dos projetos e das forças de Narvaez. O perigo que, pessoalmente, ele corria era grande. As tropas enviadas por Velasquez eram mais numerosas, mais bem fornecidas de armas e de munições do que as suas, mas o que o inquietava não era a perspetiva de ser condenado e morto, era o receio de ver perdido o fruto de todos os seus esforços e do prejuízo

que estas dissensões iam causar à pátria. A situação era crítica. Depois de ter maduramente refletido e de haver pesado os prós e os contras da resolução que ia tomar, resolveu-se a combater, apesar de todas as suas desvantagens, antes do que a sacrificar as suas conquistas e os interesses da Espanha.

Antes de chegar a este extremo, Cortês enviou a Narvaez o seu capelão Olmedo, que foi pessimamente recebido e viu desdenhosamente rejeitadas todas as propostas de conciliação. Olmedo teve mais êxito com os soldados, que pela maior parte o conheciam, e a quem distribuiu um grande número de grilhões, de anéis de ouro e de joias que lhes pudessem dar elevada ideia das riquezas do conquistador. Mas Narvaez, que foi disso informado, não quis deixar as suas tropas expostas por mais tempo à sedução: pôs a prémio a cabeça de Cortês e dos seus principais oficiais, e foi ao seu encontro. Este último era hábil e não dava batalha em condições desfavoráveis. Temporizou, cansou Narvaez e as suas tropas, que voltaram para Zempoalla, e tomou tão bem as suas medidas que, compensando com o terror e a surpresa de um ataque noturno a inferioridade das suas forças, aprisionou o seu adversário e todas as suas tropas e ele apenas perdeu dois soldados.

O vencedor tratou bem os vencidos, dando-lhes a escolher ou retirarem-se para Cuba ou partilharem a sua sorte. Esta última perspetiva, apoiada com presentes e promessas, pareceu tão sedutora aos recém-vindos que Cortês viu-se à frente de mil soldados, no dia seguinte àquele em que estivera quase caindo nas mãos de Narvaez.

Esta súbita reviravolta da fortuna foi poderosamente auxiliada pela habilidade diplomática de Cortês, que se apressou a tomar de novo o caminho do México. As tropas que ali deixara, debaixo do comando de Alvarado, estavam reduzidas ao último extremo pelos indígenas, que tinham morto ou ferido um grande número de soldados e bloqueavam estreitamente os restantes, debaixo da ameaça permanente de uma revolta geral. Devemos confessar também que o procedimento imprudente e criminoso dos espanhóis, e principalmente a matança, durante uma festa, dos cidadãos mais distintos do império, haviam provocado a sublevação que temiam e tinham querido prevenir.

Depois de se lhe terem agregado dois mil tlascalanos, Cortês correu a marchas forçadas para a capital, onde chegou com felicidade, sem que os índios houvessem rompido as pontes das calçadas que uniam o México à terra firme. Cada dia era necessário sustentar novos combates e fazer surtidas para desembaraçar as avenidas dos palácios ocupados pelos espanhóis.

Cortês percebeu então o erro que cometera vindo encerrar-se numa cidade de onde lhe era contudo tão difícil sair. Recorreu então a Montezuma, que podia, pela sua autoridade e

pelo prestígio que ainda o rodeava, dar, em todo o caso, alguma folga aos espanhóis e preparar-lhes a retirada. Mas quando o desgraçado imperador, que estava sendo ludíbrio de Cortês, apareceu nas muralhas, revestido das suas insígnias de soberano, e convidou os seus súbditos a cessarem as hostilidades, levantaram-se murmúrios de descontentamento, proferiram-se ameaças; as hostilidades recomeçaram, e, antes de os soldados terem tido tempo de o proteger com os seus escudos, o imperador foi trespassado de frechas e ferido na cabeça com uma pedra, que o derrubou.

Vendo isto, os índios, aterrados com o crime que acabavam de cometer, suspenderam no mesmo instante o combate e fugiram em todas as direções. O imperador, compreendendo, mas já tarde, toda a abjeção do papel que Cortês lhe fizera representar, arrancou os pensos que lhe tinham posto nas feridas, recusou todo o alimento e expirou amaldiçoando os espanhóis.

Depois de tão funesto acontecimento, não se podia pensar em pactuar com os Mexicanos, e era indispensável, a todo o custo e rapidamente, retirar de uma cidade onde se sofreria dentro em pouco a fome e o bloqueio. Cortês compreendeu-o e preparou-se para isso em segredo. As suas tropas estavam sendo cada vez mais apertadas; ele mesmo teve muitas vezes de desembainhar a espada e de combater como um simples soldado. Solis chega até a contar, baseando-se não se sabe em que autoridade, que no assalto a uns edifícios que dominavam o bairro dos espanhóis, dois jovens mexicanos, reconhecendo Cortês, que animava os seus soldados com a voz, resolveram sacrificar-se para fazer morrer o autor das calamidades da sua pátria. Aproximaram-se dele em postura suplicante, como se lhe quisessem pedir quartel, e, agarrando-o pelo meio do corpo, arrastaram-no para as ameias, esperando precipitá-lo consigo. Mas, graças à sua força e à sua agilidade excecionais, Cortês soltou-se, e esses valentes mexicanos morreram na sua tentativa generosa e inútil para a salvação do seu país.

Decidida a retirada, tratou-se de saber se se devia operar de noite se se de dia. De dia, podia resistir-se melhor ao inimigo, evitavam-se melhor os ardis preparados, podia-se mais facilmente tomar todas as precauções para se restabelecerem as pontes cortadas pelos Mexicanos. Por outro lado, sabia-se que os índios raras vezes atacavam depois do pôr do Sol; mas o que decidiu Cortês a favor de uma retirada noturna foi o facto de um seu soldado, que tinha umas luzes de astrologia, ter profetizado aos camaradas um êxito seguro se se manobrasse de noite.

Romperam portanto a marcha à meia-noite. Além das tropas espanholas, Cortês tinha debaixo de suas ordens os destacamentos de Tlascala, de Zempoalla e de Cholula, que ainda subiam, apesar das perdas consideráveis que tinham sofrido, a sete mil homens. Sandoval

comandava a vanguarda; Cortês ia no centro com as bagagens, os canhões, e os prisioneiros, entre os quais se encontravam um filho e duas filhas de Montezuma; Alvarado e Velasquez de Leon comandavam a retaguarda. Houve todo o cuidado em construir uma ponte volante, que devia lançar-se sobre as partes rotas da calçada. Apenas os espanhóis desembocaram no dique que ia ter a Tacuba e que era o mais curto, foram atacados pela frente, pelos flancos e pela retaguarda por massas profundas de inimigos, enquanto uma flotilha inumerável de canoas fazia chover sobre eles uma saraivada de pedras e de dardos. Atordoados, cegos, alucinados, não sabem como hão de responder. A ponte de madeira submerge-se debaixo do peso da artilharia e dos combatentes. Amontoados numa estreita calçada, não podendo fazer uso das suas armas de fogo, privados da sua cavalaria, que não tem campo para se mover, misturados com os índios, que os atacam corpo a corpo, não tendo já força para matar, os espanhóis e os seus aliados cedem ao número sempre recrescente dos assaltantes. Chefes e soldados, infantes e cavaleiros, espanhóis e tlascalanos estão confundidos; cada qual se defende pessoalmente, sem se importar com a disciplina nem com a salvação comum.

Tudo parecia estar perdido quando Cortês, com um cento de homens, conseguiu passar a costa do dique por cima da massa dos cadáveres que o atulhavam. Forma os seus soldados à medida que vão chegando, e, à frente dos que estão menos gravemente feridos, penetra como uma cunha na confusão da peleja e consegue tirar uma parte dos seus. Antes do romper do dia, tudo o que pudera escapar à matança dessa *noche triste,* como os espanhóis ficaram chamando a essa horrorosa noite, achava-se reunido em Tacuba. Foi com os olhos cheios de lágrimas que Cortês passou revista aos seus últimos soldados, todos cobertos de feridas, e que pôde avaliar bem as perdas sensíveis que sofrera; quatro mil índios, tlascalanos e cholulanos, e quase todos os cavalos tinham sido mortos; perdera-se toda a artilharia, assim como as munições e a maior parte das bagagens; muitos oficiais distintos, Velasquez de Leon, Salcedo, Morla, Lares e muitos outros estavam no número dos mortos; um dos mais perigosamente feridos era Alvarado; não havia um só homem, oficial ou soldado, que não tivesse uma ferida.

Não se demoraram em Tacuba, e seguiram muito ao acaso na direção de Tlascala, onde aliás se não sabia que acolhimento os esperava. Sempre perseguidos pelos Mexicanos, os espanhóis tiveram ainda de dar uma grande batalha nos campos de Otumba a uma multidão de guerreiros, que certos historiadores avaliaram em duzentos mil. Graças aos poucos cavaleiros que lhe restavam, Cortês pôde derrubar tudo o que encontrava diante de si e chegar a um grupo de altas personagens, que facilmente se distinguiam pelos seus penachos dourados e pelos fatos luxuosos, entre os quais estava o general, de estandarte em punho. Com alguns cavaleiros, Cortês caiu sobre o grupo, e foi tão feliz ou tão hábil que derribou com uma

lançada o general mexicano, que um soldado, chamado Juan de Salamanca, acabou de matar com uma cutilada. Desde o momento que o estandarte desapareceu, a batalha estava ganha, e os mexicanos, aterrorizados e em pânico, abandonaram à pressa o campo da peleja. «Nunca os espanhóis tinham corrido maior perigo, e, se não fosse a estrela de Cortês, nem um só sobreviveria para transmitir à posteridade a história da sanguinolenta batalha de Otumba». A presa foi considerável e pôde em parte indemnizar os espanhóis das perdas que tinham sofrido ao sair do México, porque esse exército compunha-se dos principais guerreiros da nação, que, persuadidos de que era infalível o seu êxito, se haviam ornado com os seus mais ricos enfeites.

No dia seguinte, os espanhóis entravam no território de Tlascala.

«Chamarei agora a atenção dos meus leitores», diz Bernal Diaz, «para o seguinte facto: quando voltámos ao México em socorro de Alvarado, formávamos um total de mil e trezentos homens, entrando os cavaleiros em número de noventa e sete, oitenta besteiros, outros tantos escopeteiros e mais de dois mil tlascalanos e muitos artilheiros. A nossa segunda entrada no México efetuara-se no dia de S. João de 1520, e a nossa fuga no dia 10 de julho seguinte. Demos a memorável batalha de Otumba no dia 14 desse mesmo mês de julho. E agora quero chamar a atenção para o número de homens que nos mataram, tanto no México e na passagem das calçadas e das pontes, como nos outros recontros de Otumba e das estradas. Afirmo que no espaço de cinco dias nos mataram oitocentos e sessenta homens, contando nesse número setenta soldados, que foram mortos na aldeia de Rustepeque com cinco mulheres de Castela; perdemos ao mesmo tempo mil e duzentos tlascalanos. É ainda para notar que, se morreram mais homens das tropas de Narvaez do que das de Cortês, na passagem das pontes, foi porque se puseram a caminho carregados com tanta quantidade de ouro que não puderam andar e escapar-se».

As tropas de Cortês estavam reduzidas a quatrocentos e quarenta homens com vinte cavalos, doze besteiros e sete escopeteiros com uma só carga de pólvora, todos feridos, coxos ou estropiados dos braços; quer dizer, tinham o mesmo número que por ocasião da sua primeira entrada no México, mas com uma diferença considerável: é que agora saíam da capital como vencidos.

Entrado no território de Tlascala, Cortês recomendou aos seus homens, e especialmente aos de Narvaez, que não cometessem a mínima vexação contra os indígenas, porque disso estava dependente a salvação comum, e que não irritassem os únicos aliados que lhes restavam. Por felicidade, os receios que se tinham concebido acerca da fidelidade dos Tlascalanos eram infundados; o acolhimento que fizeram aos espanhóis foi dos mais

simpáticos. Não pensavam senão em vingar a morte de seus irmãos, assassinados pelos Mexicanos. Na sua capital, Cortês soube ainda da perda de dois destacamentos, mas estes reveses, por muito graves que fossem, não o afligiram. Tinha debaixo das suas ordens tropas aguerridas, aliados fiéis; Vera Cruz estava intacta; podia, mais uma vez, contar com a sua fortuna.

Mas, antes de empreender nova campanha e de encetar novo cerco, havia socorros a pedir e preparativos a fazer. Cortês não se esqueceu disso. Despachou quatro navios a Hispaniola para alistar voluntários e comprar cavalos, pólvora e munições; ao mesmo tempo mandou cortar nas montanhas de Tlascala a madeira necessária para a construção de doze bergantis, que deviam ser desmanchados e transportados para o lago do México, onde seriam deitados à água em ocasião oportuna.

Depois de ter reprimido umas tentativas de revolta, que se manifestavam sobretudo entre os soldados vindos com Narvaez, Cortês marchou de novo para a frente e atacou primeiro, com auxílio dos Tlascalanos, os de Tepeaca e de outras províncias vizinhas, o que teve a vantagem de familiarizar de novo as suas tropas com a vitória e de aguerrir os seus aliados.

Neste meio tempo dois bergantis, carregados de munições e de reforços, dirigidos por Velasquez a Narvaez, cujos desastres ignorava, caíram nas mãos de Cortês; ao mesmo tempo um certo número de espanhóis, enviados por Francisco de Garay, governador da Jamaica, se juntaram a ele. Graças a estes recrutas, o exército de Cortês achou-se composto, depois de se desembaraçar de muitos partidários de Narvaez com quem estava descontente, de quinhentos e cinquenta infantes, sendo oitenta mosqueteiros, e de quarenta cavaleiros. Foi com este pequeno corpo de exército, apoiado por mil tlascalanos, que tomou de novo o caminho do México, a 28 de dezembro de 1520, seis meses depois de ter sido obrigado a abandoná-lo.

Passaremos rapidamente por toda esta campanha, apesar do interesse que ela pode apresentar, mas teve por teatro países já descritos e não é propriamente a história da conquista do México que nós queremos traçar. Bastamos dizer que, depois da morte de Montezuma, seu irmão Quethavaca, elevado ao trono, tomara, para resistir, todas as medidas de precaução compatíveis com a ciência estratégica dos Astecas, mas morreu de bexigas (triste presente que os espanhóis tinham feito ao Novo Mundo) no momento em que as suas brilhantes qualidades de previdência e de bravura mais necessárias deviam ser. Teve por sucessor Guatimozin, sobrinho de Montezuma, conhecido pelos seus talentos e pelo seu valor.

Logo que entrou no território mexicano, teve Cortês de combater. Não tardou contudo a apoderar-se de Tezcuco, cidade situada a vinte milhas de distância do México e banhada pelo lago Central, onde os espanhóis, três meses depois, viam flutuar uma flotilha imponente.

Entretanto, uma nova conspiração, que tinha por fim o assassínio de Cortês e dos seus principais oficiais, fora descoberta e o principal culpado executado. Demais, nesse momento tudo parecia sorrir a Cortês: acabava de saber da chegada de novos socorros a Vera Cruz, e a maior parte das cidades sujeitas ao domínio de Guatimozin submetiam-se às suas armas. O verdadeiro cerco principiou no mês de maio de 1521 e continuou com alternativas de êxito e de reveses, até ao dia em que os bergantins foram deitados à água. Os Mexicanos não recearam atacá-los; quatro ou cinco mil canoas, tripuladas cada uma por dois homens, cobriram o lago e vieram assaltar as embarcações espanholas, em que estavam perto de trezentos homens. Estes nove bergantins, que tinham artilharia, em breve dispersaram ou meteram a pique a frota inimiga, que deixou daí por diante o campo livre. Mas este triunfo e algumas outras vitórias obtidas por Cortês não davam grande resultado, e o cerco ia-se prolongando. Por isso o general resolveu tomar a cidade à viva força. Infelizmente, o oficial encarregado de proteger a linha de retirada pelas calçadas, enquanto os espanhóis penetravam na ilha, achando esse posto indigno do seu valor, abandonou-o para correr ao combate. Guatimozin, informado do erro que acabava de se cometer, logo tirou dele todo o partido. Atacou por todos os lados os espanhóis e com tal fúria que lhes matou muita gente e sessenta e dois soldados caíram vivos nas suas mãos. O próprio Cortês esteve quase a cair prisioneiro e recebeu uma ferida grave na perna. De noite, o grande templo do deus da guerra foi iluminado em sinal de triunfo, e os espanhóis ouviram com tristeza profunda ressoar o grande tambor. Das posições que ocupavam, puderam assistir aos últimos momentos dos seus infelizes compatriotas prisioneiros, a quem foi aberto o peito para lhes arrancar o coração, e cujos corpos, precipitados no fundo dos degraus, foram dilacerados pelos Astecas, que uns aos outros disputaram os pedaços palpitantes, para com eles fazerem um horrível festim.

Esta terrível derrota ainda mais prolongou o cerco, até ao dia em que, tendo sido tomadas ou destruídas três quartas partes da cidade, Guatimozin foi obrigado pelos seus conselheiros a deixar o México e a ir para a terra firme, onde tencionava organizar a resistência.

Mas tendo sido tomada a barca em que ele ia, foi feito prisioneiro e mostraria no seu cativeiro muito mais energia de caráter e muito mais dignidade do que Montezuma.

Desde então cessou toda a resistência e Cortês pôde tomar posse da capital, meio destruída. Depois de uma heroica resistência, durante a qual tinham morrido cento e vinte mil mexicanos, dizem uns, duzentos e quarenta mil, dizem outros, depois de um cerco que não durara menos de setenta e cinco dias, México, e todo o império juntamente com a cidade, sucumbiu menos aos golpes que lhe tinham vibrado os espanhóis do que à revolta dos povos

conquistados e ao ciúme dos estados vizinhos, que haviam em breve de ter saudades do jugo de que tão resolutamente se tinham livrado.

À embriaguez do triunfo sucederam quase imediatamente nos espanhóis o despeito e a raiva. As imensas riquezas com que haviam contado, ou não existiam ou tinham sido arrojadas ao lago.

Cortês, na impossibilidade de acalmar os descontentes, viu-se obrigado a deixar pôr a tormentos o imperador e o seu primeiro-ministro. Alguns historiadores, e especialmente Gomara, contam que, enquanto os espanhóis ateavam o lume, por baixo da grelha em que as duas vítimas estavam estendidas, o ministro voltou a cabeça para o seu soberano e pareceu pedir-lhe que falasse para pôr termo a estas torturas, mas Guatimozin reprimiu esse instante de fraqueza só com esta frase: «E eu, estou em algum divertimento, ou no banho?», resposta que foi transformada poeticamente: «E eu estou num leito de rosas?»

Os historiadores da conquista, pela maior parte, não passaram para diante da tomada do México, mas temos ainda de falar de algumas outras expedições empreendidas por Cortês com diversos fins e que vieram projetar nova luz em certas partes da América Central; enfim, não queremos abandonar este herói, que representou um papel tão considerável no desenvolvimento da civilização e na história do Novo Mundo, sem dar algumas particularidades a respeito do fim da sua vida.

Com a capital caíra, a bem dizer, o Império Mexicano; se ainda houve alguma resistência, principalmente na província de Oaxaca, essa resistência foi isolada e bastaram alguns destacamentos para reduzir à obediência os últimos opositores, aterrados pelos suplícios que tinham sido infligidos aos de Panuco, que se haviam revoltado. Ao mesmo tempo, os povos dos países distantes do império mandaram embaixadores para se convencerem da realidade deste maravilhoso acontecimento — a tomada do México —, para contemplarem as ruínas da cidade vencida e apresentarem a sua submissão.

Cortês, enfim, confirmado na sua situação, depois de incidentes que levariam muito tempo a contar e que o tinham levado a dizer: «Foi-me mais difícil lutar contra os meus compatriotas do que contra os Astecas», não tinha já senão de organizar a sua conquista. Principiou por estabelecer a sede do seu poder em México, que reconstruiu. Atraiu para ali os espanhóis, dando-lhes concessões de terras, e os índios, deixando-os ao princípio debaixo da autoridade dos seus chefes naturais, apesar de não tardar a reduzi-los a todos, exceto aos Tlascalanos, ao estado de escravos pelo vicioso sistema dos *repartimientos* em uso nas colónias espanholas. Mas, se temos razão de censurar a Cortês o ter feito pouco caso dos direitos políticos dos índios, devemos reconhecer que manifestou a mais louvável solicitude

pelo seu bem-estar espiritual. Foi assim que mandou vir franciscanos que, pelo seu zelo e pela sua caridade, conquistaram em pouco tempo a veneração dos indígenas e alcançaram em vinte anos a conversão completa da população.

Ao mesmo tempo, Cortês enviava para o estado de Mechoacan destacamentos que penetravam até ao oceano Pacífico e visitavam à sua volta algumas das ricas províncias situadas ao norte. Fundava estabelecimentos em todas as partes do país que lhe pareciam vantajosas, em Zacatula, nas margens do Pacífico, em Coliman, no Mechoacan, em Santesteban, ao pé de Tampico, em Medellin, próximo de Vera Cruz, etc.

Logo depois da pacificação do país, Cortês confiava a Christoval de Olid uma esquadra considerável, a fim de estabelecer uma colónia nas Honduras. Ao mesmo tempo, Olid devia explorar a costa meridional dessa província e procurar um estreito que pusesse em comunicação o Atlântico com o Pacífico. Mas, endoidado pelo orgulho do comando, Olid, apenas chegou ao seu destino, declarou-se independente. Cortês despachou logo um dos seus parentes para prender o culpado, e partiu ele mesmo, acompanhado por Guatimozin, à testa de cem cavaleiros e de cinquenta infantes, no dia 12 de outubro de 1524. Depois de ter atravessado a província de Goatzacoalco, Tabasco e o Iucatão, no meio de privações de todo o género, operando uma das marchas mais penosas em terrenos pantanosos, ou movediços, através de um oceano de florestas ondulantes, já o destacamento se aproximava da província de Aculan quando se revelou a Cortês uma conspiração urdida, segundo se dizia, por Guatimozin e pelos principais chefes índios. Tinha por fim assassinar chefes e soldados, e depois disso continuariam a marchar sobre as Honduras, destruiriam os estabelecimentos ali existentes e voltariam ao México, onde, numa sublevação geral, não teriam grande custo em se desfazer dos invasores. Debalde Guatimozin protestou a sua inocência, e há todos os motivos para nela se acreditar; foi enforcado, assim como muitos nobres astecas, nos ramos de uma ceiba que assombreava a estrada. «A execução de Guatimozin», diz Bernal Diaz de Castillo, «foi injustíssima e todos a censurámos». «Mas se Cortês», no dizer de Prescott, «houvesse consultado apenas a sua honra e o interesse da sua fama, deveria tê-lo conservado, porque era o vivo troféu das suas vitórias, como se conserva o ouro no forro de uma véstia».

Enfim, os espanhóis chegaram a Aculan, cidade florescente, onde refizeram as suas forças em excelentes quartéis, e seguiram de novo o caminho do lago de Peten, cujas populações se converteram facilmente ao cristianismo. Não nos alargaremos na descrição dos padecimentos e misérias que saltearam a expedição nesses países pouco povoados até San Gil de Buena Vista, à beira do golfo Dolce, onde Cortês, depois de ter sabido da execução de Olid e do restabelecimento da autoridade central, embarcou para voltar ao México.

Ao mesmo tempo confiou a Alvarado o comando de trezentos infantes, cento e sessenta cavaleiros e quatro canhões, com um corpo de índios auxiliares. Alvarado avançou para o Sul do México e foi conquistar a Guatemala. Reduziu as províncias de Zacatulan, Tehuantepec, Soconusco, Utlatlan, fundou a cidade de Guatemala la Vieja, e foi nomeado, por Carlos V, numa viagem que depois fez a Espanha, governador dos países que conquistara.

Menos de três anos depois da conquista, um território de mais de quatrocentas léguas de comprido à beira do Atlântico e de quinhentas à beira do Pacífico, estava, pois, submetido à coroa de Castela e gozava, com pouquíssimas exceções, de perfeita tranquilidade.

Voltando para o México depois da inútil expedição às Honduras, que consumira quase tanto tempo e causara quase tantos padecimentos aos espanhóis com a conquista do México, recebeu Cortês, poucos dias depois, o aviso da sua demissão provisória e o convite de ir a Espanha a fim de se justificar. Não se apressou a obedecer a esta ordem, esperando que seria revogada; mas os seus caluniadores infatigáveis, os seus inimigos encarniçados, tanto em Espanha como no México, de tal forma lhe fizeram carga que se viu na obrigação de ir apresentar a sua defesa, expor as suas queixas e reclamar altivamente a aprovação do seu procedimento.

Cortês partiu, por conseguinte, acompanhado pelo seu amigo Sandoval, por Tapia e por muitos chefes astecas, entre os quais ia um filho de Montezuma. Desembarcou em Paios em maio de 1528, no mesmo sítio em que desembarcara Cristóvão Colombo, trinta e cinco anos antes, e foi acolhido com o mesmo entusiasmo e os mesmos regozijos que o descobridor da América. Ali se encontrou com Pizarro, então no princípio da sua carreira, e que vinha solicitar o apoio do Governo espanhol. Depois partiu para Toledo, onde estava a corte. Só o anúncio da sua volta produziu na opinião uma reviravolta completa. Os seus supostos projetos de rebelião e independência acharam-se desmentidos por esta vinda inopinada. Carlos V percebeu facilmente que o sentimento público se revoltaria só com a ideia de se punir um homem que acrescentara à coroa de Castela o seu mais belo florão. A viagem de Cortês foi um triunfo continuado no meio de um concurso inaudito de população. «As casas e as ruas das grandes cidades e aldeias», conta Prescott, «estavam cheias de espectadores impacientes de contemplarem o herói cujo braço acabava até certo ponto de conquistar sozinho um império para a Espanha, e que, para reproduzirmos a linguagem de um velho historiador, marchava na pompa e na glória, não de um grande vassalo, mas de um monarca independente».

Depois de lhe ter concedido muitas audiências e de lhe ter dado essas provas especiais de valimento que são, pelos cortesãos, qualificadas de consideráveis, Carlos V dignou-se aceitar o império que Cortês lhe conquistara e os presentes magníficos que lhe trazia. Mas

julgou tê-lo recompensado o mais possível dando-lhe o título de marquês de La Valle de Ooajaca e o cargo de capitão-general da Nova Espanha, sem lhe restituir todavia o governo civil, poder que lhe fora atribuído outrora pela Junta de Vera Cruz. Depois, Cortês, tendo desposado a sobrinha do duque de Bejar, de uma das primeiras famílias de Castela, acompanhou até ao porto o imperador, que ia para Itália; mas, cansado em breve desta vida frívola, tão pouco em relação com os hábitos ativos da sua existência passada, retomou, em 1530, o caminho do México, onde desembarcou em Villa Rica.

Cortês sofreu primeiro algumas impertinências da parte da Audiência, que exercera o poder enquanto ele estivera ausente, e achou-se em conflito com a nova Junta Civil a respeito dos negócios militares. Desgostoso, o marquês de La Valle retirou-se para as suas imensas propriedades de Cuernavaca, onde se ocupou de agricultura. Deve-se-lhe a introdução da cana-de-açúcar, da amoreira, a animação da cultura do cânhamo e do linho e a criação em grande escala dos carneiros merinos.

Mas esta vida pacífica, isenta de aventura, não podia agradar por muito tempo ao espírito empreendedor de Cortês. Em 1532 e em 1533 equipou duas esquadras, que foram fazer ao noroeste do Pacífico uma viagem de descoberta. A última chegou à extremidade meridional da península da Califórnia sem alcançar o resultado que ele esperava: a descoberta de um estreito que unisse o Pacífico e o Atlântico. Ele próprio não teve melhor êxito em 1536 no mar Vermelho ou de Cortês, como lhe chamavam os espanhóis, com pleníssima razão. Enfim, três anos depois, uma última expedição, cujo comando confiara a Ulloa, penetrou até ao fundo do golfo, e depois seguiu ao longo da costa exterior da península, até 29 graus de latitude. Ali o chefe da expedição reenviou a Cortês um dos seus navios, enquanto ele seguia para o norte; mas nunca mais houve notícias suas.

Tal foi o resultado infeliz das expedições de Cortês, que, sem lhe renderem um ducado, não lhe custaram menos de trezentos mil *castellanos* de ouro. Não se pode dizer, contudo, que o seu resultado fosse nulo, porque fizeram conhecida a costa do Pacífico, desde o Panamá até ao Colorado. Deu-se volta à península da Califórnia e pôde assim reconhecer-se que essa suposta ilha fazia parte do continente. Os meandros do mar Vermelho foram cuidadosamente explorados, e reconheceu-se que, em vez de ter a saída que se lhe supunha para o norte, esse mar era apenas um golfo, profundamente cavado no continente.

Essas expedições de descoberta não pôde Cortês equipá-las sem entrar em conflito com o vice-rei, D. António de Mendoza, que o imperador enviara para o México, nomeação ofensiva para o marquês de La Valle. Fatigado dessas continuadas picuinhas, indignado ao ver as suas prerrogativas de capitão-general, se não absolutamente menosprezadas, pelo menos

sempre discutidas, Cortês partiu de novo para Espanha. Mas essa viagem não se pareceria em coisa alguma com a primeira. Velho então, desgostoso, traído pela fortuna, o «conquistador» já nada tinha a esperar do Governo. Não devia tardar a compreendê-lo. Um dia, afastou a multidão que rodeava o coche do imperador e subiu ao estribo da portinhola. Carlos V, fingindo que o não reconhecia, perguntou quem era aquele homem. «É», respondeu altivamente Cortês, «quem vos deu mais estados do que cidades os vossos pais vos legaram». Depois o favor público afastara-se do México, que não rendera o que se esperara, e todos os espíritos estavam então voltados para as riquezas maravilhosas do Peru. Acolhido, no entanto, com honra pelo Conselho Superior das Índias, Cortês expôs as suas queixas, mas os debates eternizaram-se e não pôde obter satisfação alguma. Em 1541, por ocasião da desastrosa expedição de Carlos V a Argel, Cortês, cujos conselhos não tinham sido ouvidos e que servia como voluntário, perdeu três esmeraldas lavradas, de maravilhosa grossura, joias que pagariam o resgate de um império. À sua volta, tornou às suas solicitações, sempre com o mesmo pouco êxito. Sentiu tal desgosto com esta injustiça e estas deceções repetidas, que se lhe alterou a saúde. Morreu longe do teatro das suas façanhas, a 10 de novembro de 1547, em Castilleja de la Cuesta, quando se dispunha a voltar para a América.

«Era um cavaleiro andante», diz Prescott. «De todo esse glorioso bando de aventureiros que a Espanha do século XVI arrojou à carreira das descobertas e das conquistas, não houve nenhum mais profundamente imbuído do espírito das empresas romanescas do que Fernão Cortês. A luta agradava-lhe e gostava de atacar uma empresa pelo seu lado mais difícil».

Esta paixão pelo romanesco poderia reduzir o conquistador do México ao papel de um vulgar aventureiro; mas Cortês foi certamente um profundo político e um grande capitão, se se deve dar esse nome ao homem que pratica grandes ações só com o seu génio. Não há exemplo na história de que tamanha empresa fosse levada a bom fim com meios tão insuficientes. Pode-se realmente dizer que Cortês conquistou o México só com os seus recursos.

A sua influência no espírito dos seus soldados era o resultado natural da confiança que eles tinham na sua habilidade, mas deve-se atribuí-la também a essas maneiras populares, que o tornavam eminentemente próprio para conduzir um bando de aventureiros. Quando chegou a mais elevada jerarquia, se Cortês desenvolveu mais pompa, ao menos os seus veteranos continuaram a gozar com ele a mesma intimidade. Terminando este retrato do «conquistador», associar-nos-emos plenamente ao que diz o honrado e verídico Bernal: «Preferia o seu nome de Cortês a todos os títulos que lhe podiam dirigir e tinha para isso boas razões, porque o nome de Cortês é tão famoso nos nossos dias como o de César entre os Romanos, ou o de Aníbal entre os Cartagineses.» O velho cronista termina por um traço que pinta bem o espírito

religioso do século XVI: «Talvez só num mundo melhor tivesse de receber a sua recompensa, e assim plenamente o creio; porque era um honrado cavaleiro, muito sincero na sua devoção pela Virgem, pelo apóstolo S. Pedro e por todos os santos da corte do céu.»

III

Apenas as informações colhidas por Balboa acerca da riqueza dos países situados ao sul do Panamá chegaram ao conhecimento dos espanhóis, logo muitas expedições se organizaram para se intentar a conquista. Mas todas se haviam malogrado, ou por não estarem os seus chefes à altura da sua missão, ou porque os meios fossem insuficientes. Deve-se reconhecer também que as localidades exploradas por esses primeiros aventureiros não correspondiam de modo algum ao que delas esperava a avidez espanhola. Efetivamente, haviam-se aventurado todos no que se chamava então a Terra Firme, país eminentemente insalubre, alpestre, paludoso e coberto de florestas, cujos raros habitantes, muito belicosos, tinham sido para os invasores um obstáculo a acrescentar a todos os de que a natureza fora tão pródiga nesse país.

De forma que a pouco e pouco o entusiasmo resfriara e não se falava já nas maravilhosas narrativas feitas por Balboa senão para as escarnecer.

Contudo, existia no Panamá um homem muito em circunstâncias de poder apreciar a realidade dos boatos que tinham corrido acerca da riqueza dos países banhados pelo Pacífico: era Francisco Pizarro, que acompanhara Nunes de Balboa ao mar do Sul e que se associou com outros dois aventureiros, Diogo de Almagro e Fernando de Luque.

Digamos, primeiro, algumas palavras acerca dos chefes da empresa. Francisco Pizarro, que nascera junto de Truxillo, entre 1471 e 1478, era filho natural de certo capitão, chamado Gonzalo Pizarro, que só lhe ensinara a guardar porcos. Fatigado em breve dessa existência e aproveitando o facto de ter perdido um dos animais confiados à sua guarda para não voltar à casa paterna, onde era desancado à mais leve diabrura, Pizarro fez-se soldado, passou alguns anos a guerrear na Itália, e em 1510 acompanhou Cristóvão Colombo a Hispaniola.

Serviu com distinção tanto ali como em Cuba, acompanhou Hojeda ao Darien, descobriu, como dissemos, com Balboa, o oceano Pacífico, e ajudou, depois da execução deste último, Pedro Arias de Ávila, de quem estava sendo favorito, a conquistar todo o país conhecido pelo nome de Castella de Ouro.

Se Pizarro era filho natural, Diogo de Almagro era enjeitado, recolhido em 1475 na Aldeia dei Rey, dizem uns, em Almagro, cujo nome tomou, dizem outros. Criado entre soldados, cedo passou para a América, onde granjeou uns pequenos haveres. Quanto a Fernando de Luque, esse era um rico eclesiástico de Tabago, que exercia as funções de mestre-escola no Panamá.

O mais novo desses três aventureiros tinha nessa época mais de cinquenta anos, e Garcilaso de la Vega conta que, quando se conheceu o seu projeto, passaram a ser objeto de escárnio geral, mas sobretudo de Fernando de Luque é que se zombava, de forma que lhe não chamavam já senão *Hernando el Loco.*

A associação depressa se concluiu entre esses três homens, dois dos quais pelo menos eram cavaleiros sem medo, se o não eram sem mácula. Luque deu o dinheiro necessário para o armamento dos navios e a paga para os soldados; Almagro participou igualmente nesse encargo, mas Pizarro, que só possuía a sua espada, teve de pagar de outra forma a sua contribuição. Foi ele que tomou o comando da primeira tentativa, que vamos contar com algumas particularidades, porque aí se manifestam em toda a sua luz a perseverança e a inflexível obstinação do «conquistador».

«Tendo pois pedido e obtido licença de Pedro Arias de Ávila», conta Agostinho de Zarate, um dos historiadores da conquista do Peru, «Francisco Pizarro equipou com bastante custo um navio, em que embarcou com cento e catorze homens. Descobriu a cinquenta léguas do Panamá uma pequena e pobre província, chamada Peru, o que depois fez com que se desse impropriamente o mesmo nome a todo o país que se descobriu ao longo dessa costa, no espaço de mais de mil e duzentas léguas de comprimento. Passando para diante, descobriu outro país, a que os espanhóis chamavam o Povo Queimado. Os índios mataram-lhe tanta gente que foi obrigado a retirar, muito em desordem, para o país do Chinchama, que não está longe do sítio de onde partira. Entretanto Almagro, que ficara no Panamá, ali equipou um navio, em que embarcou mais setenta espanhóis, e desceu a costa até ao rio San Juan, a cem léguas de Panamá. Não tendo encontrado Pizarro, subiu até ao Povo Queimado, onde, tendo reconhecido por alguns sinais que Pizarro ali estivera, desembarcou a sua gente. Mas os índios, inchados com a vitória que tinham obtido sobre Pizarro, resistiram valentemente, forçaram os entrincheiramentos com que Almagro se cobrira e obrigaram-no a reembarcar. Voltou por conseguinte, sempre seguindo a costa, até chegar a Chinchama, onde encontrou Francisco Pizarro. Ficaram muito contentes de se tornarem a ver, e tendo juntado à sua gente alguns novos soldados que levantaram, viram-se à frente de duzentos espanhóis, e de novo desceram a costa. Por tal modo padeceram com a escassez dos víveres e com os ataques dos índios, que D. Diogo voltou a Panamá para fazer algumas recrutas e juntar algumas provisões. Tomou oitenta homens, e com esses e com os que lhes restavam puderam chegar até ao país que se chama Catamez, região mediocremente povoada, onde se encontram víveres com abundância. Notaram que os índios destes sítios, que os atacavam e lhes faziam guerra, tinham o rosto semeado de preguinhos de ouro, metidos em buracos que faziam de propósito para poder usar

estes enfeites. Diogo de Almagro voltou mais uma vez ao Panamá, enquanto o seu companheiro o esperava, com os reforços que devia trazer, na pequena ilha do Gallo, onde padeceu muito com a escassez em que se achava de todas as coisas necessárias à vida.

Chegado a Panamá, Almagro não pôde obter de Los Rios, sucessor de Ávila, licença para fazer novas levas, porque não devia consentir, dizia este, que tanta gente fosse inutilmente perecer numa expedição temerária; mandou mesmo à ilha do Gallo um navio com ordem de trazer Pizarro e os seus companheiros. Mas tal decisão não podia agradar a Almagro nem a Luque. Eram despesas perdidas, era o aniquilamento das esperanças que a vista dos enfeites de ouro e prata dos habitantes de Catamez lhes fizera conceber. Mandaram, por conseguinte, um seu confidente a Pizarro, recomendando-lhe que perseverasse na sua resolução e que recusasse obedecer às ordens do governador de Panamá. Mas, por mais que Pizarro prodigalizasse as promessas sedutoras, a lembrança das fadigas suportadas era tão recente que todos os seus companheiros o abandonaram, à exceção de doze.

Com esses homens intrépidos, cujos nomes sobreviveram, e um dos quais, Garcia de Xerés, seria um dos historiadores da expedição, Pizarro retirou-se para uma ilha, menos próxima da costa e desabitada, a que deu o nome de Gorgona.

Ali os espanhóis viveram miseravelmente de mangas, de peixes e de mariscos, e esperaram durante cinco meses os socorros que Almagro e Luque deviam enviar-lhes.

Enfim, vencido pelos protestos unânimes de toda a colónia, que se indignava por ver assim morrer miseravelmente como uns malfeitores homens cujo crime único era não terem desesperado do êxito, Los Rios mandou a Pizarro um pequeno navio encarregado de o trazer. A fim de que este último não tivesse a tentação de se servir dele para continuar a sua expedição, houvera todo o cuidado de não meter a bordo nenhum soldado. Ao verem o socorro que lhes chegava, os treze aventureiros, esquecendo todas as suas privações, apressaram-se a converter às suas esperanças os marinheiros que os vinham buscar. Então todos juntos, em vez de voltar ao Panamá, fizeram-se à vela, contra vento e maré, para sueste, até chegarem, depois de terem descoberto a ilha de Santa Clara, ao porto de Tumbez, situado para além do grau 3.º de latitude sul, onde viram um templo magnífico e um palácio pertencente aos Incas, soberanos desse país.

A região descoberta era povoada e muito bem cultivada; mas o que seduziu acima de tudo os espanhóis, o que lhes fez supor que tinham chegado aos países maravilhosos em que tanto se falava, foi uma abundância de ouro e prata tal que esses metais empregavam-se não só para enfeite e ornamento dos habitantes, mas para fazer vasos e utensílios comuns.

Pizarro mandou reconhecer o interior do país por Pietro de Candic e Alonso de Molina,

que lhe fizeram uma descrição entusiástica, e fez com que os Peruvianos lhe entregassem alguns vasos de ouro, assim como uns lamas, quadrúpedes que eles domesticavam. Enfim, tomou a bordo dois naturais, que tencionavam mandar instruir na língua espanhola e utilizar como intérpretes, quando voltasse ao país que descobrira. Fundeou depois sucessivamente em Payta, em Saugarata e na baía de Santa Cruz, cuja soberana, Capillana, acolheu esses estrangeiros com tantas demonstrações amigáveis que muitos deles não quiseram tornar a embarcar. Depois de terem descido a costa até Porto Santo, Pizarro seguiu de novo o caminho de Panamá, aonde chegou depois de três anos inteiros passados em explorações perigosas, que tinham arruinado completamente Luque e Almagro.

Antes de empreender a conquista do país que descobrira, e não podendo obter de Los Rios licença para alistar novos aventureiros, Pizarro resolveu dirigir-se a Carlos V; pediu portanto emprestada a soma necessária e passou a Espanha em 1528, para aí dar conta ao imperador do que empreendera. Pintou-lhe o quadro mais sedutor dos países que havia a conquistar, e obteve, em recompensa do seu trabalho, os títulos de governador, capitão-general e alguazil-mor do Peru, para todo o sempre, para si e para os seus herdeiros. Ao mesmo tempo conferia-se-lhe a nobreza com mil escudos de pensão. A sua jurisdição, independente do governador do Panamá, devia estender-se por um espaço de duzentas léguas, ao sul do rio de Santiago, ao longo da costa, que tomaria o nome de Nova Castela, e cujo governo lhe pertenceria, concessões que não custavam nada à Espanha, porque era ele que tinha de as conquistar; pela sua parte, comprometia-se a levantar duzentos e cinquenta homens, a prover-se de navios, de armas e de munições. Pizarro partiu em seguida para Truxillo, onde resolveu seus irmão Fernando, João e Gonçalo a segui-lo, assim como um dos seus irmãos uterinos, chamado Martinho de Alcântara. Aproveitou a sua estada na cidade natal, em Cáceres e em toda a Estremadura, para tentar fazer recrutas, que se não apresentaram contudo em grande número, apesar do título de *Caballeros de la Espada Dorada,* que ele prometia aos que quisessem servir debaixo das suas ordens. Depois voltou para Panamá, onde as coisas se não passaram tão facilmente como esperava. Conseguira fazer nomear Luque bispo *protetor de los indios;* mas para Almagro, cuja ambição temia e cujos talentos conhecia, apenas pedira a nobreza e uma gratificação de quinhentos ducados com o governo de uma fortaleza, que se havia de elevar em Tumbez. Almagro, que gastara tudo quanto possuía nas viagens preliminares, pouco satisfeito com o escasso quinhão que lhe deram, recusou tomar parte na nova expedição e quis organizar outra por sua conta. Foi necessária a habilidade de Pizarro, ajudada pela promessa que lhe fez de lhe ceder o cargo de *adelantado,* para o sossegar e fazê-lo consentir em renovar a antiga associação.

Os recursos dos três associados eram tão limitados nesse momento que não puderam juntar senão três pequenas embarcações, com cento e oitenta soldados, sendo trinta e seis cavaleiros, que partiram no mês de fevereiro de 1531, debaixo do comando de Pizarro e de seus quatro irmãos, enquanto Almagro ficava no Panamá para arranjar uma expedição de reserva. Ao fim de treze dias de navegação, depois de terem sido arrastados por um furacão cem léguas mais para baixo do sítio aonde queriam ir, Pizarro foi obrigado a desembarcar os seus homens e os seus cavalos na baía de S. Mateus e a seguir a costa. Foi difícil esta marcha num país eriçado de montanhas, pouco povoado, cortado de rios, que foi necessário atravessar na sua embocadura. Finalmente, chegaram a um sítio chamado Coaqui, onde se fez grande saque, o que determinou Pizarro a mandar embora dois dos seus navios. Levaram para o Panamá e para a Nicarágua objetos no valor de mais de trinta mil *castellanos,* assim como um grande número de esmeraldas, rica presa, que devia, no entender de Pizarro, determinar muitos aventureiros a irem ter com ele.

Depois, o conquistador continuou a sua marcha para o sul até Porto Viejo, onde foram ter com ele Sebastião Benalcazar e Juan Fernandez, que lhe levaram doze cavaleiros e trinta infantes. O efeito que a vista dos cavalos e as detonações das armas de fogo tinha produzido no México renovou-se no Peru, e Pizarro pôde chegar sem encontrar resistência à ilha de Puna, no golfo de Guaiaquil. Mas os insulares, mais numerosos e mais belicosos do que os seus congéneres da Terra Firme, resistiram valentemente durante seis meses a todos os ataques dos espanhóis. Apesar de Pizarro ter recebido de Nicarágua um socorro trazido por Fernando de Soto, apesar de ter mandado decapitar o cacique Tonalla e dezasseis dos principais chefes, não pôde vencer a sua resistência. Foi por conseguinte obrigado a voltar ao continente, onde as enfermidades do país tão cruelmente feriram os seus companheiros, que teve de residir três meses em Tumbez, perseguido pelos ataques dos indígenas. De Tumbez, dirigiu-se depois ao rio Puira, descobriu o porto de Payta, o melhor de toda a costa, e fundou a colónia de São Miguel, na embocadura do Chilo, a fim de que os navios que viessem de Panamá achassem ali um porto seguro. Foi nesse sítio que recebeu alguns enviados de Huascar, que lhe fazia saber a revolta de seu irmão Atahualpa e lhe pedia socorro.

Na ocasião em que os espanhóis desembarcaram para fazer a conquista do Peru, este país orlava o oceano Pacífico num comprimento de mil e quinhentas milhas, e metia-se pelo interior, muito para além da cordilheira imponente dos Andes. No princípio, estava a população dividida em tribos selvagens e bárbaras, não tendo a mínima ideia da civilização, vivendo continuadamente em guerra umas com as outras. Durante uma longa série de séculos, as coisas tinham-se conservado no mesmo estado, e não havia nada que fizesse pressentir o

advento de uma era melhor quando, nas margens do lago Titicaca, apareceram aos índios um homem e uma mulher, que se diziam filhos do Sol. Estas duas personagens, de fisionomia majestosa, chamados Manco-Capac e Mama-Oello, reuniram, no meado do século XI, segundo Garcilaso de la Vega, um grande número de tribos errantes e lançaram os alicerces da cidade de Cusco. Manco-Capac ensinara aos homens a agricultura e as artes mecânicas, ao passo que Mama-Oello ensinava às mulheres a arte de fiar e tecer. Quando satisfez a estas primeiras necessidades de todos os organismos sociais, Manco-Capac deu leis aos seus súbditos e constituiu um estado político regular. Assim se estabeleceu o domínio desses Incas ou senhores do Peru. O seu império, limitado primeiro aos arredores de Cusco, em breve se engrandeceu no tempo dos seus sucessores e estendeu-se desde o trópico de Capricórnio até à ilha das Pérolas, numa extensão de trinta graus. O seu poder tornara-se tão absoluto como o dos antigos soberanos asiáticos. Por isso também, diz Zarate, não houve talvez nunca país no mundo em que a obediência e a submissão dos súbditos fossem mais longe. Os Incas eram para eles quase divindades; bastava que eles pusessem um fio tirado da sua coroa real nas mãos de alguém para ser logo obedecido e respeitado por toda a parte, a ponto de se consagrar tão absoluta obediência às ordens do rei assim transmitidas que podia exterminar sozinho, e sem socorro algum de soldados, uma província inteira, e mandar matar mulheres e crianças, porque, só à vista desse fio tirado da coroa régia, se ofereciam todos à morte voluntariamente e sem resistência alguma.

Demais, os velhos cronistas concordaram em dizer que esse poder sem limites foi sempre empregado pelos Incas para ventura dos seus súbditos. De uma série de doze príncipes que se seguiram no trono do Peru não houve um só que não deixasse a memória de um príncipe justo e adorado pelos seus povos. Não seria debalde que se procuraria no resto do mundo um país cujos anais referissem um facto análogo? Não podemos, desde então, lamentar que os espanhóis levassem a guerra e os seus horrores, as doenças e vícios de outros climas, e aquilo a que, no seu orgulho, chamavam civilização, a esses povos felizes e opulentos, cujos descendentes, empobrecidos e degenerados, nem têm sequer, para se consolar da sua irremediável decadência, a memória da sua antiga prosperidade?

«Os Peruvianos», diz Michelet, no seu admirável *Resumo de História Moderna,* «transmitiam os principais factos à posteridade por uns nós que faziam numas cordas. Tinham obeliscos, gnómones regulares para marcar os pontos do equinócio e dos solstícios. O seu ano era de trezentos e sessenta e cinco dias. Tinham obrado prodígios de arquitetura e modelado estátuas com uma arte surpreendente. Era a nação mais policiada e mais industriosa do Novo Mundo».

O inca Huayna-Capac, pai de Atahualpa, em cujo reinado foi destruído esse vasto império, aumentara-o e embelezara-o muito. Esse inca, que conquistara todo o país de Quito, fizera, com os braços dos seus soldados e dos povos vencidos, uma grande estrada de quinhentas léguas, de Cusco até Quito, através de precipícios aterrados e de montanhas desaterradas.

Mudas de homens, estabelecidas de meia em meia légua, levavam as ordens do monarca a todo o império.

Tal era a sua civilização, e, se quiserem apreciar a sua magnificência, basta saber que o rei era transportado nas suas viagens num trono de ouro, que valia vinte e cinco mil ducados. O estrado de ouro em que ia o trono era levado pelas primeiras personagens do império.

Na época em que os espanhóis apareceram pela primeira vez na costa, em 1526, tinha o duodécimo inca desposado, com desprezo da antiga lei do reino, a filha do rei de Quito, que ele vencera, e dela tivera um filho chamado Atahualpa, a quem deixou esse reino, quando morreu, aí por 1528. Seu filho primogénito Huascar, cuja mãe era do sangue dos Incas, ficou com o resto dos seus estados. Mas esta divisão, tão contrária aos costumes estabelecidos desde tempos imemoriais, excitou em Cusco tal descontentamento que Huascar, animado pelos seus súbditos, determinou-se a marchar contra seu irmão, que o não queria reconhecer por seu amo e senhor; mas Atahualpa, que saboreara as doçuras do Poder, não quis abandoná-lo. Conquistou, com liberalidades, o afeto da maior parte dos guerreiros que tinham acompanhado seu pai à conquista de Quito, e, quando os dois exércitos se encontraram, a sorte favoreceu o usurpador.

Não é curioso observar que, tanto no Peru como no México, os espanhóis foram favorecidos por circunstâncias completamente excecionais? No México, povos recentemente submetidos à raça asteca, pisados aos pés sem piedade pelos vencedores, acolheram-nos como libertadores; no Peru, a luta de dois irmãos inimigos, encarniçados um contra o outro, impede os índios de voltar todas as suas forças contra os invasores, que teriam esmagado facilmente!

Pizarro, ao receber os enviados de Huascar, que lhe vinham pedir socorro contra seu irmão Atahualpa, que ele apresentava como um rebelde e um usurpador, logo percebera todo o partido que podia tirar das circunstâncias. Contava que, tomando a defesa de um dos competidores, mais facilmente os poderia oprimir a ambos. Avançou logo para o interior do país, à testa de forças pouco consideráveis, sessenta e dois cavaleiros e cento e vinte infantes, dos quais só vinte iam armados de arcabuzes e de mosquetes, porque fora necessário deixar uma parte das tropas de guarda a São Miguel, onde Pizarro contava encontrar um refúgio em

caso de revés e onde deviam, em todo o caso, desembarcar os socorros que viessem.

Pizarro dirigiu-se sobre Caxamalca, pequena cidade situada a uns vinte dias de marcha da costa. Teve para isso de atravessar um deserto de areias ardentes, sem água e sem árvores, que se estendia por vinte léguas de comprido até à província de Motupé, e onde o mínimo ataque de um inimigo, junto aos padecimentos sofridos pelo seu pequeno exército, poderia de uma vez aniquilar a expedição. Depois meteu-se nas montanhas e internou-se em desfiladeiros estreitos, onde poderiam esmagá-lo forças pouco consideráveis. Recebeu durante essa marcha um enviado de Atahualpa, que lhe trazia sapatos pintados e punhos de ouro, que lhe pediu que pusesse, para a sua próxima entrevista com o inca. Pizarro, como era natural, prodigalizou promessas de amizade e de dedicação. Declarou ao embaixador que não faria senão seguir as ordens do rei seu amo, respeitando a vida e os bens dos habitantes. Assim que chegou a Caxamalca, Pizarro alojou prudentemente as suas tropas num templo e num palácio do inca, ao abrigo de qualquer surpresa. Depois mandou um dos seus irmãos, com Soto e uns vinte cavaleiros ao acampamento de Atahualpa, que só ficava daí a uma légua, para lhe fazer conhecer a sua chegada. Os enviados do governador, recebidos com magnificência, ficaram maravilhados com o número de ornamentos e de vasos de ouro e prata que viram por toda a parte no acampamento índio. Voltaram com a promessa de que Atahualpa viria no dia seguinte visitar Pizarro e dar-lhe os emboras pela sua chegada ao reino. Ao mesmo tempo deram conta das riquezas maravilhosas que tinham visto, o que confirmou Pizarro no projeto que formara de se apoderar por traição do infeliz Atahualpa e dos seus tesouros.

Muitos autores espanhóis, e Zarate especialmente, desfiguram os factos que lhes pareceram, sem dúvida, obviamente odiosos, e atribuem a traição a Atahualpa. Mas hoje possuem-se tantos documentos que se é obrigado a reconhecer, com Prescot e Robertson, a perfídia de Pizarro. Era muito importante para ele ter o inca em seu poder e empregá-lo como instrumento, da mesma forma que Cortês fizera com Montezuma. Aproveitou-se por conseguinte da simplicidade e da honradez de Atahualpa, que dera inteira fé aos seus protestos de amizade e não tomara a mínima cautela, para organizar uma cilada em que este último não podia deixar de cair. Demais não havia nem um só escrúpulo na alma do desleal conquistador, e estava com tanto sangue-frio como se tivesse de dar batalha a inimigos prevenidos; contudo, essa infame traição será uma eterna desonra para a sua memória.

Pizarro dividiu portanto a sua cavalaria em três pequenos esquadrões, formou num só corpo toda a sua infantaria, escondeu os seus arcabuzeiros no caminho que o inca devia percorrer e conservou junto de si vinte dos seus mais resolutos companheiros.

Atahualpa, querendo dar aos estrangeiros uma elevada ideia do seu poder, avançou com

todo o seu exército. Vinha ele numa espécie de leito ornado de plumas, coberto de chapas de ouro e de prata, engastado de pedras preciosas. Rodeado de bailarinos, fazia-se acompanhar pelos seus principais nobres, que os seus servidores traziam também às costas, da mesma forma que ao soberano. Uma marcha assim era antes a de uma procissão de que a de um exército.

Assim que o inca chegou ao pé do bairro dos espanhóis, segundo Robertson, o padre Vicente Valverde, capelão da expedição, que recebeu depois o título de bispo em recompensa do seu procedimento, avançou com o crucifixo numa das mãos e com o breviário na outra. Num interminável discurso, expôs ao monarca a doutrina da criação, a queda do primeiro homem, a encarnação, a paixão e a ressuscitação de Jesus Cristo, a escolha que Deus fizera de S. Pedro para ser seu vigário na Terra, o poder deste último transmitido aos papas, e a doação que o Papa Alexandre fizera ao rei de Castela de todas as regiões do Novo Mundo. Depois de ter desenvolvido toda esta doutrina, intimou Atahualpa a abraçar a religião cristã, para reconhecer a autoridade suprema do Papa e para se submeter ao rei de Castela como a seu soberano legítimo. Se se submetesse imediatamente, Valverde prometia-lhe que o rei seu amo tomaria o Peru debaixo da sua proteção e lhe permitiria continuar ele a reinar, mas declarava-lhe guerra e ameaçava-o com uma vingança terrível se recusasse obedecer e perseverasse na sua religião ímpia.

Eram esses, pelo menos, um cenário singular e um estranho discurso, em que se aludia a factos desconhecidos dos Peruvianos, e de cuja verdade nem mesmo um orador mais hábil do que Valverde lograria persuadi-los. Se acrescentarmos a isto que o intérprete conhecia tão mal o espanhol que estava na impossibilidade de traduzir o que ele mesmo mal percebia, e que na língua peruviana deviam escassear palavras para exprimir ideias tão estranhas ao seu génio, não ficaremos muito surpreendidos de saber que, do discurso do monge espanhol, Atahualpa não percebeu quase nada. Houve certas frases, contudo, que, atacando o seu poder, o encheram de surpresa e de indignação. Não deixou por isso de ser moderado na sua resposta. Disse que, senhor do seu reino por direito de sucessão, não percebia que se pudesse dispor dele sem seu consentimento; acrescentou que não estava de modo algum disposto a renegar a religião de seus pais para adotar outra em que ouvia falar pela primeira vez; a respeito dos outros pontos do discurso, nada percebia, e eram tudo para ele coisas novas, e folgaria bem em saber onde é que Valverde aprendera tantas coisas maravilhosas. «Neste livro», respondeu Valverde, apresentando-lhe o seu breviário. Atahualpa pegou-lhe com avidez, voltou-lhe curiosamente algumas folhas, e, chegando-o ao ouvido: «O que me mostrais», disse ele, «nem me fala, nem me diz nada!» Depois atirou o livro para o chão.

Foi o sinal de combate ou, antes, da matança. Os canhões e os mosquetes entraram em cena, os cavaleiros partiram a galope, e a infantaria caiu, de espada na mão, sobre os peruvianos estupefactos. Em poucos instantes a desordem chegou ao seu auge. Os índios fugiram para todos os lados, sem procurarem defender-se. Quanto a Atahualpa, apesar de os seus principais oficiais se esforçarem, arrastando-o, para o resguardar com o seu corpo, Pizarro saiu sobre ele, dispersou ou derribou os seus guardas e, agarrando-o pela sua longa cabeleira, precipitou-o da liteira a baixo. Só a noite pôde suspender a carnificina. Quatro mil índios estavam mortos, maior número feridos, e três mil tinham caído prisioneiros. O que prova até à evidência que não houve combate é que o único espanhol ferido foi Pizarro, e esse mesmo por um dos seus soldados, que queria, com demasiada precipitação, assenhorear-se do inca.

Os despojos tomados nos mortos e no acampamento excederam tudo o que os espanhóis tinham podido imaginar. Por isso o seu entusiasmo foi proporcional à conquista de tantas riquezas.

Ao princípio Atahualpa suportou com bastante resignação o seu cativeiro, tanto mais que Pizarro fazia todo o possível para lho suavizar, com palavras ao menos. Mas, tendo em breve compreendido a que ponto chegava a cobiça infrene dos seus carcereiros, propôs a Pizarro pagar-lhe resgate e mandar encher de vasos, de utensílios e de enfeites de ouro um quarto de vinte e dois pés de comprimento, até à altura a que pudesse chegar com a mão. Pizarro aceitou logo com avidez. O inca, preso, expediu imediatamente, para todas as províncias, as ordens necessárias, que foram executadas prontamente e sem murmúrios. Mais ainda, as tropas Índias foram licenciadas. Pizarro pôde mandar Soto e cinco espanhóis a Cusco, cidade situada a mais de duzentas léguas de Caxamalca, enquanto ele tratava de submeter o país em cem léguas ao redor.

Neste meio tempo, Almagro desembarcou com duzentos soldados. Pôs-se de parte, para ele e para os seus homens, e pode imaginar-se com que pena, o valor de cem mil pesos, reservou-se o quinto para o rei, e ainda ficaram mais de milhão e meio de pesos para dividir entre Pizarro e os seus companheiros. Este produto do sangue e da matança foi solenemente repartido pelos que a isso tinham direito no Dia de Santiago, padroeiro da Espanha, depois de uma fervente invocação à divindade. Deplorável mistura da religião e de profanação, infelizmente tão frequente nestes tempos de superstição e de avareza.

Cada cavaleiro recebeu oito mil pesos (mais de sete contos, e cada infante quatro mil (entre três e quatro contos). Era para satisfazer os mais ruins de contentar, depois de uma campanha que não fora longa nem penosa. Por isso, muitos desses aventureiros, desejosos de

gozarem em paz e na sua pátria uma riqueza inesperada, apressaram-se a pedir a sua baixa. Pizarro concedeu-lha sem custo, porque percebia que a notícia da sua rápida fortuna lhe traria em breve novos recrutas. Com seu irmão Fernando, que ia à Espanha levar ao imperador a notícia do seu triunfo e presentes magníficos, partiram, carregados de dinheiro, mas ligeiros de remorsos.

Pago o resgate, Atahualpa reclamou a sua liberdade. Pizarro, que só lhe conservara a vida na intenção de se cobrir com a sua autoridade e com o prestígio que o imperador conservara entre os seus súbditos, e apanhar assim todos os tesouros do Peru, não tardou a enfastiar-se das reclamações do preso. Acusara-o também havia algum tempo de ter dado ordens secretas para se levantarem tropas nas províncias remotas do império. Além disso, Atahualpa, tendo reparado que Pizarro não era mais instruído do que o último dos seus soldados, concebera pelo governador um desprezo que infelizmente não pôde dissimular. Tais são os motivos, futilíssimos ou pior ainda, que determinaram Pizarro a mandar processar o inca.

Nada mais odioso do que esse processo em que Pizarro e Almagro foram a um tempo juízes e partes. Dos capítulos de acusação, uns são tão ridículos, os outros tão absurdos, que realmente não se sabe o que mais se deva admirar, se o descaramento, se a iniquidade de Pizarro, que submetia a semelhantes acusações o chefe de um poderoso império, sobre o qual não tinha jurisdição alguma. Atahualpa, declarado réu, foi condenado a ser queimado vivo, mas como afinal, para se desembaraçar das perseguições do padre Valverde, pedira o batismo, limitaram-se a estrangulá-lo. Caso digno de se equiparar à execução de Guatimozin! Crime dos mais odiosos e dos mais atrozes que os espanhóis cometeram na América, onde se mancharam, aliás, com todas as atrocidades imagináveis!

Havia contudo ainda nesse troço de aventureiros alguns homens que tinham conservado o sentimento da honra e da sua própria dignidade. Protestaram altamente em nome da justiça indignamente ludibriada e vendida, mas as suas vozes generosas foram abafadas pelas aclamações interessadas de Pizarro e dos seus dignos acólitos.

O governador investiu então na realeza, debaixo do nome de Paulo Inca, um dos filhos de Atahualpa. Mas a guerra entre os dois irmãos e os acontecimentos que se tinham passado desde a chegada dos espanhóis haviam consideravelmente afrouxado os laços que prendiam os Peruvianos aos seus reis, e esse mancebo, que em breve morreria ignominiosamente, não teve mais autoridade do que Manco-Capac, filho de Huascar, que foi reconhecido pelos povos de Cusco. Em breve mesmo, alguns dos principais do país procuraram formar para si pequenos reinos no império do Peru; tal foi Ruminagui, comandante em Quito, que mandou matar o

irmão e os filhos de Atahualpa e se declarou independente.

Reinava a discórdia no território peruviano. Os espanhóis resolveram aproveitar-se disso. Pizarro avançou rapidamente sobre Cusco, porque se até aí tardara a fazê-lo era porque dispunha de poucas forças. Agora que uma multidão de aventureiros, seduzidos pelos tesouros enviados para o Panamá, se precipitava avidamente sobre o Peru, agora que podia reunir quinhentos homens, depois de haver deixado uma guarnição importante em São Miguel, debaixo do comando de Benalcazar, Pizarro já não tinha razões para esperar. No caminho teve de combater com grossos corpos de exército, mas os combates terminaram, como sempre, com perdas muito sérias para os indígenas e insignificantes para os espanhóis. Quando entraram em Cusco e tomaram posse desta cidade, mostraram-se espantados do pouco ouro e das poucas pedras preciosas que ali encontraram, apesar de excederem em muito o resgate de Atahualpa. Era por estarem já familiarizados com as riquezas do país, ou por serem em maior número para a repartição?

Entretanto Benalcazar, fatigado da sua inação, aproveitava a chegada de um reforço, vindo da Nicarágua e do Panamá, para se dirigir para Quito, onde Atahualpa, no dizer dos Peruvianos, deixara a maior parte dos seus tesouros. Pôs-se à frente de oitenta cavaleiros e, graças à sua prudência e à sua habilidade, pôde entrar vitorioso em Quito, mas não encontrou o que procurava, quer dizer, os tesouros de Atahualpa.

Na mesma época, Pedro de Al varado, que tanto se distinguira no tempo de Cortês e que fora nomeado governador de Guatemala em recompensa dos seus serviços, fingiu supor que a província de Quito não estava debaixo do comando de Pizarro e organizou uma expedição de quinhentos homens, em que se contavam duzentos cavaleiros. Desembarcando em Porto Viejo, quis ir a Quito sem guia, subindo a Guaiaquil e atravessando os Andes, caminho esse considerado o mais áspero e o mais penoso de todos. Antes de chegar à planície de Quito, com o frio e as neves que os assaltaram, já a quinta parte dos aventureiros e metade dos cavalos tinham morrido; o resto estava completamente desanimado e na impossibilidade absoluta de combater. Foi portanto com a mais viva surpresa e ao mesmo tempo com um sentimento de inquietação que os companheiros de Alvarado se viram de súbito em presença, não de um corpo de índios, como esperavam, mas de um corpo de espanhóis, debaixo das ordens de Almagro. Estes últimos dispunham-se a atacá-los, quando certos oficiais mais moderados fizeram com que se chegasse a um acordo, em virtude do qual Alvarado devia retirar-se para o seu governo, depois de ter recebido cem mil pesos para cobrir as despesas da expedição.

Enquanto se passavam estes acontecimentos no Peru, Fernando Pizarro fazia-se de vela

para Espanha, onde a prodigiosa quantidade de ouro, de prata e de pedras preciosas que levava não podia deixar de lhe alcançar excelente acolhimento. Obteve para seu irmão Francisco a confirmação de suas funções de governador, com poderes mais extensos; Fernando foi nomeado cavaleiro de Santiago; Almagro foi confirmado no seu título de *adelantado,* e a sua jurisdição foi ampliada a mais de duzentas léguas, sem ser contudo delimitada exatamente, o que deixava a porta aberta às interpretações arbitrárias.

Ainda Fernando Pizarro não voltara para o Peru, e já Almagro, tendo recebido a notícia de que lhe fora confiado um governo especial, sustentava que Cusco dependia desse governo e tomava as suas disposições para a conquistar. Mas João e Gonzalo Pizarro é que não estavam resolvidos a consentir em semelhante coisa. Pareciam a ponto de vir às mãos, quando Francisco Pizarro, a quem muitos chamavam *Marquês,* ou o *Grande Marquês,* chegou à capital.

Nunca Almagro pudera perdoar a este último a duplicidade de que dera provas nas suas negociações com Carlos V, nem a desenvoltura com que reclamara e obtivera para si, à custa dos seus dois sócios, o maior quinhão na autoridade e o governo mais extenso. Mas, como encontrou grande oposição aos seus desígnios e como viu que não tinha força para lutar, fez da necessidade virtude e pareceu folgar com a reconciliação.

«Tornaram por conseguinte a formar sociedade», diz Zarate, «com esta condição: que Diogo de Almagro iria descobrir terras para o sul, e que, se encontrasse algumas que fossem boas, pediriam todos a Sua Majestade que lhe conferisse o governo dessas terras; que se nada encontrasse que lhe servisse, repartiriam entre si o governo de Francisco.» Esse acordo foi feito de um modo solene, e prestaram juramento sobre a hóstia de que daí por diante nada tentariam um contra o outro. Alguns afirmam que Almagro jurou que nunca empreenderia coisa alguma nem sobre Cusco nem sobre o país que fica cento e trinta léguas para além, ainda que Sua Majestade lhe conferisse o governo dessa região. Acrescenta-se que, dirigindo-se ao Santíssimo Sacramento, pronunciou estas palavras: «Senhor, se eu violar o juramento que faço agora, quero que me confundas e me punas no corpo e na alma.»

Depois deste acordo solene, que havia de ser observado com tão pouca fidelidade como o primeiro, Almagro preparou tudo para a sua partida. Graças à sua conhecidíssima liberalidade, assim como à sua reputação de coragem, reuniu quinhentos e setenta homens, tanto de cavalaria como de infantaria, com os quais avançou por terra para o Chile. O trajeto foi excessivamente penoso, e os aventureiros tiveram especialmente de sofrer os rigores do frio na passagem dos Andes; além disso, encontraram povos muito belicosos, que nenhuma civilização amolecera e que os atacavam com uma fúria de que nada no Peru lhes pudera dar

ideia. Almagro não pôde criar nem um só estabelecimento, pois que estava apenas havia dois meses nesse país quando soube que os índios do Peru se haviam revoltado e tinham morto a maior parte dos espanhóis. Voltou logo para trás.

Depois da assinatura do novo acordo, celebrado entre os conquistadores (1534), Pizarro partira para as províncias próximas do Pacífico, onde pôde estabelecer, visto que já não tinha de domar resistência alguma, um governo regular. Apesar de nunca ter estudado legislação, promulgou sensatos regulamentos sobre a administração da justiça, a cobrança de impostos, a repartição dos índios, o trabalho das minas. Se o «conquistador» tinha no seu caráter certas feições que facilmente se prestavam à crítica, é justo que reconheçamos também que não deixava de possuir uma certa elevação de ideias e a consciência de que representava o papel de fundador de um grande império. Foi isso mesmo que o fez por muito tempo hesitar na escolha da futura capital das possessões espanholas. Cusco tinha a seu favor ter sido residência dos Incas, mas essa cidade, situada a mais de quatrocentas milhas de distância do mar, ficava muito longe de Quito, cuja importância parecia extrema a Pizarro. Ao mesmo tempo impressionavam-no a beleza e a fertilidade de um grande vale, banhado por um pequeno rio, o Rimac. Estabeleceu ali, em 1536, a sede do seu poder. Em breve ao magnífico palácio que para si mandou construir, às sumptuosas habitações dos seus principais oficiais, a cidade dos Reis *(de los Reys)* ou Lima, como se lhe chama por corrupção do nome do rio que lhe corre aos pés, deveu ter o aspeto de uma grande cidade. Enquanto estas ocupações prendiam Pizarro longe da sua capital, pequenos corpos de tropas, enviados em diversas direções, internavam-se nas províncias mais remotas do império, a fim de aniquilar os últimos focos de resistência, de forma que em Cusco apenas restava uma quantidade pouco considerável de tropas. O inca, que ficara nas mãos dos espanhóis, julgou oportuno o ensejo para fomentar uma sublevação geral, em que esperava que soçobrasse o domínio estrangeiro.

Apesar de o guardarem quase à vista, soube tomar as suas medidas com tal habilidade que não despertou as suspeitas dos opressores. Teve até licença para assistir a uma grande festa, que devia celebrar-se a algumas léguas de Cusco, e para a qual se tinham reunido as personagens mais importantes do império. Assim que o inca apareceu, levantou-se logo o estandarte da revolta. O país todo pegou em armas, desde os confins da província de Quito até ao Chile, e um certo número de pequenos destacamentos espanhóis foram surpreendidos e exterminados. Cusco, defendida pelos três irmãos Pizarros com cento e setenta espanhóis apenas, esteve durante oito meses consecutivos exposta aos ataques incessantes dos Peruvianos, que se tinham exercitado no manejo das armas tomadas aos seus adversários. Os conquistadores resistiram valentemente, mas experimentaram perdas sensíveis e

principalmente a de João Pizarro. Quando soube estas notícias, Almagro deixou precipitadamente o Chile, atravessou o deserto acidentado, pedregoso e arenoso de Atacama, em que padeceu tanto com o calor e a seca como padecera nos Andes com a neve e o frio, penetrou no território peruviano, derrotou Manco-Capac numa grande batalha, e chegou até perto da cidade de Cusco, depois de ter expulso os índios. Tentou então fazer com que lhe entregassem a cidade, sob pretexto de não estar compreendida no governo de Pizarro, e, violando uma trégua durante a qual tomavam um pouco de descanso os partidários do *Marquês,* entrou em Cusco, assenhoreou-se de Fernando e de Gonzalo Pizarro e fez-se reconhecer como governador.

Durante esse tempo, um corpo considerável de índios investia Lima, intercetava todas as comunicações, e aniquilava os pequenos destacamentos que por várias vezes Pizarro enviara em socorro de Cusco. Nessa época Pizarro mandou todos os seus navios para Panamá, para obrigar os seus companheiros a fazer uma resistência desesperada; chamava de Truxillo as forças que estavam debaixo das ordens de Alonzo de Alvarado e confiava a este último uma coluna de quinhentos homens, que chegou até poucas léguas da capital, sem suspeitar de modo algum que esta se achasse nas mãos de compatriotas perfeitamente decididos a não o deixarem entrar. Mas Almagro desejava muito mais chamar a si estes novos adversários do que destruí-los; por conseguinte preparou-lhes uma surpresa e fê-los prisioneiros. Tinha então nas suas mãos um excelente ensejo de terminar a guerra e de se tornar, de vez, senhor dos dois governos. Foi o que lhe observaram muitos dos seus oficiais, e especialmente Orgonos, que desejariam que ele matasse os dois irmãos do «conquistador» e avançasse a marchas forçadas com as suas forças vitoriosas contra Lima, onde Pizarro, surpreendido, lhe não poderia resistir. Mas Júpiter enlouquece, disse um poeta latino, aqueles que determina perder. Almagro, que em tantas outras circunstâncias sacudira todos os escrúpulos, não quis tomar a responsabilidade de invadir o governo de Pizarro como um rebelde, e voltou tranquilamente para Cusco.

Debaixo do ponto de vista exclusivo dos seus interesses, Almagro cometia um grave erro de que não tardaria a arrepender-se.

Mas se considerarmos, o que nunca se deveria perder de vista, os interesses da pátria, esses atos de agressão que já cometera e a guerra civil que excitava, em presença de um inimigo pronto a aproveitá-la, constituíam um crime capital.

Os seus inimigos não tardariam a lembrar-lho.

Se Almagro precisava de uma resolução pronta para se tornar senhor da situação, Pizarro tinha tudo a esperar da oportunidade e do tempo. Enquanto não vinham de Darien os

reforços que lhe prometiam, encetou com o seu adversário negociações que duraram muitos meses, durante os quais um de seus irmãos e Al varado acharam meio de se evadir com mais de setenta homens. Apesar de ter sido tantas vezes logrado, Almagro consentiu ainda em receber o licenciado Espinosa, encarregado de lhe representar que, se o imperador soubesse o que se passava entre os dois competidores e o estado a que as suas discórdias reduziam as coisas, sem dúvida os chamaria a um e a outro e os substituiria. Enfim, depois da morte de Espinosa, foi decidido por Fr. Francisco de Bovadilla, a quem Pizarro e Almagro tinham entregado a decisão da sua contenda, que Fernando Pizarro seria imediatamente restituído à liberdade, que Cusco seria entregue nas mãos do *Marquês* e que seriam enviados para Espanha muitos oficiais dos dois partidos, encarregados de defender os direitos recíprocos dos competidores e de entregar ao imperador a decisão das suas divergências.

Apenas o último de seus irmãos acabava de ser posto em liberdade, Pizarro, repelindo qualquer ideia de paz e de acordo amigável, declarou que só as armas decidiriam quem dominaria o Peru, se ele, se Almagro. Reuniu em pouco tempo setecentos homens, cujo comando confiou aos seus dois irmãos.

Na impossibilidade em que se viram de ir a Cusco por um caminho direto, seguiram a beira-mar até Nasca e penetraram numa ramificação dos Andes, que devia levá-los em pouco tempo à capital.

Talvez Almagro devesse ter defendido os desfiladeiros das montanhas, mas tinha apenas quinhentos homens e contava muito com a sua brilhante cavalaria, que não poderia atuar num terreno estreito. Esperou por conseguinte o inimigo na planície de Cusco. Os dois partidos atacaram-se no dia 26 de abril de 1538, com igual fúria, mas a vitória foi decidida por duas companhias de mosqueteiros, que o imperador enviara a Pizarro quando soubera da revolta dos índios. Cento e quarenta soldados morreram nesse combate, que recebeu o nome de *Las Salinias*. Orgonos e muitos oficiais de distinção foram mortos a sangue-frio depois da batalha. Almagro, velho e doente, não pôde escapar aos Pizarros.

Os índios que, reunidos em armas nas montanhas circunvizinhas, já tinham jurado a si mesmos cair sobre o vencedor, o que fizeram foi fugir imediatamente. «Nada prova melhor talvez» diz Robertson, «o ascendente que os espanhóis tinham tomado sobre os americanos, do que ver estas testemunhas da derrota e da dispersão de um dos partidos não terem coragem de atacar o outro, enfraquecido e fatigado pela sua própria vitória, e não ousarem cair sobre os seus opressores quando a fortuna lhes oferecia tão favorável ocasião de os acometer com vantagem».

Nesta época uma vitória que não fosse seguida pelo saque não era completa. Por isso a

cidade de Cusco foi posta a saque. Todas as riquezas que ali encontraram os companheiros de Pizarro não bastaram para os contentar. Tinham todos em tão elevada conta os seus merecimentos e os serviços que haviam prestado, que cada um reclamava um lugar de governador. Fernando Pizarro dispersou-os contudo, e mandou-os conquistar novos territórios com alguns partidários de Almagro, que se haviam agregado aos vencedores e que era conveniente afastar.

Quanto a este último, Fernando Pizarro, convencido de que um foco permanente de agitação ardia ao abrigo do seu nome, resolveu desfazer-se dele. Meteu-o por conseguinte em processo e obteve a sua condenação à morte. Recebendo esta notícia, depois de alguns momentos de perturbação naturalíssima, durante os quais Almagro fez valer a sua avançada idade e o modo diferentíssimo como procedera com Fernando e Gonzalo Pizarro, quando eram seus prisioneiros, recuperou o seu sangue-frio e esperou a morte com a coragem de um soldado. Foi estrangulado na sua prisão e decapitado publicamente (1538).

Depois de muitas expedições felizes, Fernando Pizarro partiu para Espanha, a fim de dar contas ao imperador do que se passava. Achou os espíritos estranhamente prevenidos contra ele e contra seus irmãos. A sua crueldade, as suas violências, o seu desprezo dos compromissos mais sagrados, tinham sido expostos em toda a sua nudez, e sem piedade, por alguns partidários de Almagro. Por isso foi necessário que Fernando Pizarro mostrasse uma habilidade maravilhosa para convencer o imperador. Não podendo avaliar de que lado estava a justiça, porque só tinha informações dos interessados, Carlos V via apenas as consequências da guerra civil, deplorável para o seu governo. Decidiu-se portanto a enviar ao Peru um comissário, a quem dera os poderes mais extensos, e que, depois de ter estudado os acontecimentos, devia estabelecer a forma de governo que julgasse mais útil. Essa missão delicada foi confiada a um juiz da audiência de Valhadolid, Christoval de Vaca, que se não mostrou abaixo da sua tarefa. Coisa notável! Recomendaram-lhe que tivesse as maiores atenções com Francisco Pizarro, exatamente quando seu irmão Fernando era preso e metido num cárcere, onde havia de jazer esquecido vinte anos!

Enquanto estes acontecimentos se passavam em Espanha, o *Marquês* repartia os países conquistados, guardava para si e para os seus fiéis os distritos mais férteis ou mais bem situados e não concedia aos companheiros de Almagro, aos do Chile, como lhes chamavam, senão territórios estéreis e remotos. Depois confiara a um dos seus mestres de campo, Pedro de Valdivia, a execução do projeto que Almagro se limitara a esboçar, a conquista do Chile. Partindo no dia 28 de janeiro de 1540 com cento e cinquenta espanhóis, entre os quais deviam ilustrar-se Pedro Gomes, Pedro de Miranda e Alonzo de Monroy, Valdivia atravessou

primeiro o deserto de Atacama, empresa considerada ainda hoje como uma das mais penosas, e chegou a Copiapo, situada no meio de um formoso vale. Recebido ao princípio com muita cordialidade, teve de sustentar, assim que a colheita se fez, numerosos combates com uma raça diferente dos índios do Peru, os Araucanos, valentes e infatigáveis guerreiros. Não deixou por isso de fundar a cidade de Santiago, no dia 12 de fevereiro de 1541. Valdivia passou oito anos no Chile, presidindo à conquista e à organização do país. Menos ávido do que os outros «conquistadores» seus contemporâneos, não procurou as riquezas minerais senão para assegurar o desenvolvimento da sua colónia, em que soube primeiro que tudo animar a agricultura. «A mais bela mina que eu conheço é trigo, vinho e pastagens. Quem tem isto tem dinheiro. E de minas não vivemos, quer dizer, da sua substância. E muitas vezes quem tem belas minas nem por isso tem bom jogo.» Estas sensatas palavras de Lescarbot, na sua *História da Nova França,* também Valdivia as podia pronunciar, porque exprimem, o melhor possível, os seus sentimentos. O seu valor, a sua prudência, a sua humanidade, esta última sobretudo, que brilha estranhamente ao lado da crueldade de Pizarro, asseguram-lhe um lugar à parte e um dos mais elevados entre os conquistadores do século XVI.

Na época em que Valdivia partia para o Chile, Gonzalo Pizarro, à frente de cento e quarenta espanhóis, metade dos quais iam montados, e de quatro mil índios, atravessava os Andes, à custa de fadigas tais que a maior parte desses últimos morreram de frio; depois meteu-se a leste, pelo interior do continente, à procura de um país onde abundavam, segundo se dizia, a canela e as especiarias. Acolhidos por chuvas torrenciais, que não duraram menos de dois meses, não encontrando senão uma população rara, pouco industriosa e hostil, os espanhóis muitas vezes passaram fome num país em que não existiam então nem bois, nem cavalos, em que os maiores quadrúpedes eram os tapires e os lamas, e ainda assim só raríssimas vezes se encontravam estes últimos nessa vertente dos Andes. A despeito de todas essas dificuldades, que desanimariam exploradores menos enérgicos do que os do século XVI, persistiram na sua tentativa e desceram o rio Napo ou Coca, afluente da esquerda do Maranhão, até à sua confluência. Ali construíram com muito custo um bergantim, que foi tripulado por cinquenta soldados debaixo do comando de Francisco Orellana. Mas, ou porque a violência da corrente arrastasse este último, ou porque, deixando de estar debaixo das vistas do seu chefe, quisesse ser também comandante de uma expedição de descoberta, não esperou Gonzalo Pizarro no ponto marcado e continuou a descer o rio até chegar ao oceano. Semelhante navegação, através de perto de duas mil léguas de regiões desconhecidas, sem guia, sem bússola, sem provisões, com uma equipagem que murmurara por mais de uma vez contra a louca tentativa do seu chefe, no meio de populações quase constantemente hostis, é

realmente maravilhosa. Da embocadura do rio, que acabava de descer com a sua barca mal construída e escangalhada, Orellana conseguiu dirigir-se à ilha de Cobagua, de onde se fez à vela para Espanha. Se o provérbio «quem vem de longe pode mentir à vontade» não fosse conhecido havia muito, Orellana faria com que se lhe imputasse a invenção. Narrou efetivamente as fábulas mais estapafúrdias acerca da opulência dos países que atravessara. Os habitantes eram tão ricos que os tetos dos templos eram formados por chapas de ouro, asserção que deu origem à lenda de El Dorado. Orellana soubera da existência de uma república de mulheres guerreiras, que tinham fundado um vasto império, que fez com que se desse ao Maranhão o nome de rio das Amazonas. Se se despojar contudo essa relação de todo o ridículo e de todo o grotesco que deviam agradar à imaginação dos seus contemporâneos, sempre fica provado que a expedição de Orellana é uma das mais notáveis dessa época, tão fecunda em empresas gigantescas, e que é a primeira que dá informações acerca da imensa zona que se estende entre os Andes e o Atlântico.

Mas voltemos a Gonzalo Pizarro. A sua consternação e o seu embaraço tinham sido grandes quando, chegando à confluência do Napo e do Maranhão, não encontrara Orellana, que devia esperá-lo ali. Receando que tivesse acontecido um desastre ao seu lugar-tenente, descera a corrente do rio por espaço de cinquenta léguas até encontrar um infeliz oficial, abandonado por ter feito ao seu chefe algumas observações acerca da sua perfídia. Recebendo a notícia do covarde desamparo em que os deixavam, os mais valentes desanimaram. Não houve remédio senão ceder às suas instâncias e voltar para Quito, de que se estava afastado mais de mil e duzentas milhas. Para exprimir quais foram os seus padecimentos nessa viagem de regresso, basta dizer que, depois de terem comido cavalos, rãs e répteis, raízes e feras, depois de terem mastigado tudo o que havia de couro no seu fato, os infelizes sobreviventes, dilacerados pelas urzes e pelos tojos, lívidos e descarnados, entraram em Quito, em número de oitenta. Quatro mil índios e duzentos e dez espanhóis tinham perdido a vida numa expedição que não durara menos de dois anos.

Enquanto Gonzalo Pizarro dirigia a infeliz expedição que acabamos de narrar, os antigos partidários de Almagro, que nunca tinham podido submeter-se francamente a Pizarro, agrupavam-se em torno do filho do seu antigo chefe e tramavam a morte do *Marquês*. Debalde Francisco Pizarro foi muitas vezes informado do que se projetava contra ele; não quis nunca dar crédito aos avisos. «Ficai sossegado, estarei seguro enquanto houver alguém no Peru que saiba que posso num momento tirar a vida a quem ousasse conceber o projeto de atentar contra a minha.»

No domingo, 26 de junho de 1541, à hora da sesta, João Herrada e dezoito conjurados

saem de casa de Almagro, de espada desembainhada, armados de ponto em branco. Correm para casa de Pizarro, bradando: «Morra o tirano! Morra o infame!» Invadem o palácio, matam Francisco de Chaves, que vinha correndo à bulha, e penetram na sala em que estavam reunidos, com Francisco Pizarro e seu irmão Martinho, o doutor Juan Velasquez e uma dúzia de criados. Estes saltam pelas janelas, à exceção de Martinho Pizarro, de dois outros fidalgos e de dois pajens, que são mortos, defendendo a porta do aposento do governador. Este, que não teve tempo de afivelar a sua couraça, agarra na espada e num escudo, defende-se valentemente, mata quatro dos seus adversários, fere muitos outros. Um dos revoltosos sacrifica-se, atrai a si os golpes de Pizarro. Entretanto, os outros acham meio de entrar e carregam-no com tanta fúria que ele não pode aparar todos os golpes, estando até tão cansado que mal podia mover a espada. Assim lhe venceram a resistência, diz Zarate, e acabaram de o matar com uma estocada na garganta. Caindo, pediu confissão em alta voz, e, não podendo falar, fez no chão a figura de uma cruz, que beijou, e assim rendeu a alma a Deus. Uns negros arrastaram o seu corpo para a igreja, onde Juan Barbazan, seu antigo criado, foi o único que ousou vir reclamá-lo. Esse fiel servo fez-lhe em segredo as exéquias, porque os conjurados tinham-lhe saqueado a casa, sem deixar sequer com que pagar os círios.

Assim acabou Francisco Pizarro, assassinado na própria capital do vasto império que a Espanha devia à sua valentia e à sua perseverança infatigável, mas que lho dera, devemos confessá-lo, devastando, dizimado, afogado num dilúvio de sangue. Comparado muitas vezes a Cortês, teve tanta ambição, tanta coragem, tanta capacidade militar como ele; mas levou ao excesso os defeitos do marquês de La Valle, a crueldade e a avareza, a que juntou a perfídia e a duplicidade. Se somos induzidos a explicar pelas épocas em que viveu certos aspetos pouco estimáveis do caráter de Cortês, seduzem-nos ao menos as suas maneiras graciosas e nobres, esses modos de fidalgo superior aos preconceitos, que lhe granjearam tanto o afeto do soldado. Em Pizarro, pelo contrário, reconhece-se uma rudeza e uma aspereza de sentimentos pouco simpáticas, e os seus predicados cavalheirescos desaparecem por trás dessa capacidade e dessa perfídia que são as feições salientes da sua personalidade.

Se Cortês encontrara nos Mexicanos adversários valentes e robustos, que lhe opuseram dificuldades quase invencíveis, Pizarro não teve nem o mais leve trabalho em vencer os Peruvianos, moles e tímidos, que nunca resistiram seriamente às suas armas. Das conquistas do Peru e do México, a menos difícil foi a que deu mais vantagens metálicas à Espanha. Por isso foi também a mais apreciada.

A guerra civil ia rebentar mais uma vez depois da morte de Pizarro, quando chegou o governador delegado pelo Governo metropolitano. Assim que reuniu as tropas necessárias,

marchou para Cusco. Apoderou-se sem custo do filho de Almagro, mandou-o decapitar, assim como a quarenta dos seus sequazes, e governou o país com firmeza até à chegada do vice-rei Blasco Nunez Vela. Não é tenção nossa descrever minuciosamente as discórdias que este teve com Gonzalo Pizarro, que, aproveitando-se do descontentamento geral causado por novos regulamentos sobre os *repartimientos,* se revoltou contra o representante do imperador. Depois de numerosas peripécias, que não podemos aqui referir, terminou a luta com a derrota e a execução de Gonzalo Pizarro, em 1548. O seu corpo foi levado para Cusco, onde o enterraram vestido, «porque ninguém» diz Garcilaso de la Vega, «quis dar um pobre lençol». Assim acabou o assassino jurídico de Almagro. Não é este o caso de repetir esta palavra da Escritura: «Quem com ferro mata, com ferro morre»?

Capítulo 10 — Primeira Viagem à Roda do Mundo

Ainda se ignorava a imensidade do continente descoberto por Cristóvão Colombo. Por isso procurava-se obstinadamente na costa da América esse famoso estreito que devia conduzir rapidamente os navegantes ao oceano Pacífico e a essas ilhas das especiarias, cuja posse seria a riqueza da Espanha. Enquanto Corte Real e Cabot o procuravam pelo oceano Atlântico e Cortês até ao fundo do golfo da Califórnia, enquanto Pizarro descia a costa do Peru e Valdivia conquistava o Chile, a solução desse problema era encontrada por um português ao serviço da Espanha, Fernão de Magalhães.

Filho de um fidalgo português, Fernão de Magalhães nasceu em Lisboa, no Porto, em Sabrosa, ou na Figueira, não se sabe ao certo, numa data desconhecida, mas decerto pelos fins do século XV. Fora criado nos paços de el-rei D. João II, onde recebeu uma educação tão completa como nesse tempo se podia dar. Depois de ter estudado de modo especialíssimo a matemática e a navegação, porque existia nessa época em Portugal uma corrente irresistível que arrastava o país todo para as expedições de descobertas marítimas, Magalhães abraçou, muito novo ainda, a carreira da marinha, e embarcou em 1505, com Almeida, que ia para as Índias. Tomou parte no saque de Quíloa e em todos os feitos dessa viagem. No ano imediato acompanhou Vaz Pereira a Sofala; depois, voltando à costa do Malabar, vemo-lo assistir à tomada de Malaca com Albuquerque e portar-se com bravura e prudência. Fez parte dessas expedições que Albuquerque enviou, em 1510, à procura das famosas ilhas das especiarias, debaixo do comando de António de Abreu e de Francisco Serrão, que descobriram Banda, Amboíno, Ternate e Tidor. Entretanto Magalhães aportara às ilhas da Malásia, afastadas seiscentas léguas de Malaca, e obtinha a respeito do arquipélago das Molucas esclarecimentos circunstanciados, que fizeram brotar no seu espírito a ideia da viagem que depois realizou.

Voltando a Portugal, Magalhães obteve, não sem dificuldade, autorização de explorar os arquivos da Coroa. Não tardou a adquirir a certeza de que as Molucas estavam situadas no hemisfério atribuído à Espanha pela bula da demarcação, adotada em Tordesilhas pelos reis da Espanha e de Portugal e confirmada em 1494 pelo Papa Alexandre VI.

Em virtude dessa demarcação, que tinha de dar origem a tantos debates apaixonados, todos os países situados a trezentas e sessenta milhas a oeste do meridiano das ilhas de Cabo Verde deviam pertencer à Espanha e todos o que ficassem para leste do mesmo meridiano a Portugal.

Magalhães era ativíssimo e não podia, portanto, ficar muito tempo sem voltar ao serviço. Foi, portanto, guerrear para África, para Azamor, cidade de Marrocos, onde recebeu no joelho uma ferida ligeira, mas que, lesando um nervo, o deixara coxo para o resto dos seus dias e o obrigou a voltar para Portugal. Tendo a consciência da superioridade que os seus conhecimentos teóricos e práticos e os seus serviços lhe davam sobre a turba dos cortesãos, Magalhães devia sentir mais vivamente do que outro qualquer o injusto tratamento que recebera de D. Manuel, por ocasião de uma certa queixa que fizeram os habitantes de Azamor contra os oficiais portugueses. As prevenções de D. Manuel não tardaram a transformar-se numa autêntica aversão. Traduzia-se ela na imputação ultrajosa de que, para escapar a acusações irrefutáveis, Magalhães fingira padecer com uma ferida sem importância, de que estava completamente curado. Era ofensiva semelhante asserção para a honra tão suscetível e tão desconfiada de Magalhães. Por isso tomou desde logo uma resolução extrema, que demais a mais correspondeu à grandeza da ofensa recebida. Para que ninguém o pudesse ignorar, mandou lavrar documento autêntico de que renunciava aos seus direitos de cidadão português, mudava de nacionalidade e se naturalizava espanhol. Era proclamar, o mais solenemente possível, que desejava ser tratado como súbdito da coroa de Castela, à qual, daí por diante, consagrava os seus serviços e a sua vida toda. Grave determinação, como se vê, que não encontrou pessoa alguma que a censurasse, que os historiadores mais rigoristas desculparam, como, por exemplo, Barros e Faria e Sousa.

Ao mesmo tempo outro homem profundamente versado nos conhecimentos cosmográficos, o licenciado Rui Faleiro, que também caíra no desfavor de D. Manuel, deixava Lisboa com seu irmão Francisco e um negociante chamado Cristóvão de Haro. Fizera com Magalhães um contrato de associação para irem às Molucas por um caminho novo, que se não marcou e que ficou sendo o segredo de Magalhães. Assim que chegaram a Espanha (1517), os dois submeteram o seu projeto a Carlos V, que o aceitou em princípio, mas tratava-se, o que é sempre delicado, de passar aos meios de execução. Por felicidade, Magalhães encontrou num tal Juan de Ardan, feitor da Câmara do Comércio, um partidário entusiástico das suas teorias, que lhe prometeu empregar toda a sua influência para se conseguir o êxito da empresa. Efetivamente falou com o chanceler-mor, o cardeal e o bispo de Burgos, Fonseca. Soube expor com tanta habilidade o benefício considerável que resultaria para a Espanha da descoberta de um caminho que fosse ter mesmo ao centro da produção das especiarias, e o prejuízo imenso que daí proviria para o comércio de Portugal, que se assinou um convénio a 22 de março de 1518. O imperador comprometia-se a fazer todas as despesas de equipamento, com a condição de que a maior parte dos lucros lhe pertenceria.

Mas Magalhães tinha ainda muitos obstáculos a vencer, antes de se fazer ao mar. Em primeiro lugar, foram os protestos do embaixador português, Álvaro da Costa, que procurara até, vendo a inutilidade das suas tentativas, mandar matar Magalhães, ao que diz Faria e Sousa. Depois esbarrou na má vontade da Casa de Contratación de Sevilha, ciosa de ver dado a um estrangeiro o comando de uma expedição tão importante e invejosa do último favor que acabava de ser concedido a Magalhães e a Rui Faleiro, nomeados comendadores da Ordem de Santiago. Mas Carlos V dera o seu consentimento por ato público, que parecia dever ser irrevogável. Procuraram contudo fazê-lo arrepender da sua decisão, organizando, a 22 de outubro de 1518, um motim pago pelo ouro português. Rebentou debaixo do pretexto de que Magalhães, tendo mandado puxar para terra um dos seus navios para o consertar e pintar, o ornara com as armas portuguesas. Esta última tentativa malogrou-se miseravelmente, e três alvarás, de 30 de março, 6 e 30 de abril, vieram fixar a composição das tripulações e nomear o estado-maior; enfim, uma última cédula, datada de 26 de julho de 1519, confiara o comando exclusivo da expedição a Magalhães.

O que se passara com Rui Faleiro? Não o podemos dizer com exatidão: mas este último, que até então fora tratado no mesmo pé que Magalhães, que fora talvez quem imaginara o projeto, viu-se completamente excluído do comando da expedição, em seguida a uma dissensão cuja causa se não conhece. A sua saúde, já abalada, recebeu um último golpe com esta afronta, e o pobre Rui Faleiro, quase doido e tendo voltado a Portugal, para ver a sua família, ali foi preso e não pôde ser solto senão graças à intercessão de Carlos V. Enfim, depois de ter prestado fé e menagem à coroa de Castela, Magalhães recebeu por seu turno o juramento dos seus oficiais e marinheiros e deixou o porto de San Lucar de Barrameda, a 10 de agosto de 1519.

Mas antes de encetarmos a história desta memorável viagem, temos de referir algumas particularidades a respeito daquele que dela nos conservou a mais completa relação, ou seja, Francisco António Pigafetta ou Jerónimo Pigafetta, como em França muitas vezes se lhe chama. Nascido em Vicência, pelo ano de 1491, de uma família pobre, Pigafetta fazia parte da comitiva do embaixador Francisco Chiericalco, que Leão X enviou a Carlos V, que estava então em Barcelona. A sua atenção foi decerto excitada pelo barulho que então faziam em Espanha os preparativos da expedição e alcançou licença para tomar parte na viagem. Esse voluntário foi demais a mais um excelente recruta, porque se mostrou, em todas as circunstâncias, observador tão fiel e inteligente como companheiro valente e corajoso. Foi ferido no combate de Zebu, ao lado de Magalhães, o que o impediu até de assistir ao banquete durante o qual um grande número dos seus companheiros devia encontrar a morte. Quanto à

sua narrativa, pondo de parte alguns exageros de frases ao gosto de seu tempo, é exata, e a maior parte das descrições que lhe devemos foram verificadas pelos viajantes e sábios modernos, especialmente pelo Sr. Alcides d'Orbigny.

Assim que voltou a San Lucar, a 6 de setembro de 1522, o lombardo, como lhe chamavam a bordo da *Vitória,* depois de ter cumprido o voto que fizera de ir agradecer, de pés descalços, a Nuestra Señora de la Victoria, apresentou a Carlos V, então em Valhadolid, o *Diário* completo da viagem. Quando voltou para Itália, por meio desse diário, assim como de notas complementares e a pedido do Papa Clemente VII e do grão-mestre da Ordem de Malta, Villiers de l'Isle Adam, escreveu uma narrativa mais extensa da expedição, narrativa de que dirigiu muitas cópias a algumas altas personagens, e especialmente a Luísa de Saboia, mãe de Francisco I. Mas este último, não podendo compreender, pensa o Sr. Harrise, o eruditíssimo autor da *Biblioteca Americana Vetustíssima,* a espécie de dialeto empregado por Pigafetta, que parecia uma mistura de italiano, de veneziano e de espanhol, pediu a um certo Jacques António Fabre que a traduzisse em francês. Em vez de dar uma tradução fiel, Fabre parece que fez uma espécie de resumo. Alguns críticos supõem, contudo, que esta narrativa fora escrita originariamente em francês; fundam a sua opinião no facto de existirem três manuscritos franceses do século XVI, que apresentam variantes consideráveis, dois dos quais estão na Biblioteca Nacional de Paris.

Pigafetta morreu em Vicência aí por 1534, numa casa que ainda se podia ver em 1800, na Rua da Lua, e que tinha a divisa bem conhecida: «Não há rosa sem espinhos.»

Todavia, não quisemos cingir-nos unicamente ao relato de Pigafetta, e completámo-lo e corrigimo-lo por meio da narrativa de Maximiliano Transilvano, secretário de Carlos V, cuja tradução italiana se encontra na preciosa coleção de Ramúsio.

A frota de Magalhães compunha-se da *Trinidad,* de 120 toneladas, em que flutuava o pavilhão do comandante da expedição; do *Santo António,* também de 120 toneladas, de que era comandante Juan de Cartagena, o imediato de Magalhães; da *Conceição,* de 90, comandante Gaspar de Quesada; da famosa *Vitória,* de 85, comandante Luís de Mendonza; e, enfim, do *Santiago,* de 75, comandante João Serrano.

Dois desses capitães e quase todos os pilotos eram portugueses: Barbosa e Gomes, na *Trinidad*; Luís Afonso de Góis e Vasco, na *Vitória*; Serrão e João Lopes de Carvalho, na *Conceição;* João Rodrigues de Moefrapil, no *Santo António;* e João Serrão, no *Santiago,* assim como vinte e cinco marinheiros, formando um grupo de trinta e três portugueses numa equipagem de duzentos e trinta e sete indivíduos, cujos nomes nos foram conservados e entre os quais figura um grande número de franceses.

Dos oficiais, cujo nome acabámos de citar, lembraremos que Duarte Barbosa era cunhado de Magalhães e que Estêvão Gomes, que foi depois enviado por Carlos V à procura da passagem do noroeste e que em 1524 seguiu as costas da América desde a Florida até Rhode Island, talvez até ao cabo Cod, voltou a Sevilha, sem ter feito até ao fim essa memorável viagem.

Não podia ir mais bem ordenada essa expedição, para a qual se tinham reunido todos os recursos que podia proporcionar a arte náutica dessa época. No momento da partida, Magalhães entregou aos seus pilotos e aos seus capitães as suas últimas instruções, assim como os sinais destinados a assegurar a simultaneidade das manobras e a impedir uma separação possível.

Na segunda-feira pela manhã, 1 de agosto de 1519, a frota levantou ferro e desceu o Guadalquivir até San Lucar de Barrameda, onde acabou de se abastecer. Só a 20 de setembro é que definitivamente se fez ao mar. Seis dias depois chegou ao arquipélago das Canárias, arribou a Tenerife, onde fez aguada e cortou lenha. Foi ao deixar estas ilhas que rebentaram os primeiros sintomas de desinteligência entre Magalhães e Juan de Cartagena, que tão funestas haviam de ser à expedição. Juan de Cartagena queria ser posto ao facto do caminho que o seu chefe tinha tenção de seguir, pretensão logo repelida por Magalhães, que declarou não ser obrigado a dar contas ao seu subordinado.

Depois de ter passado entre as ilhas de Cabo Verde e a África chegaram às paragens da Serra Leoa, onde ventos ponteiros e calmarias podres retiveram a frota durante uns vinte dias.

Deu-se então um incidente penoso. Tendo-se levantado uma discussão num conselho que se reuniu a bordo do navio-almirante, Juan de Cartagena, que afetava tratar com desprezo o capitão-general, respondeu com altivez e insolência; Magalhães viu-se obrigado a prendê-lo com a sua própria mão e a mandá-lo pôr a ferros. Contra esse castigo, marcadamente humilhante para um oficial superior, reclamaram vivamente os outros comandantes de navio e obtiveram de Magalhães que Cartagena ficasse simplesmente preso e confiado à guarda de um deles.

Às calmarias sucederam chuvas, borrascas e vendavais impetuosos, que obrigaram os navios a porem-se à capa. Durante essas tempestades, foram os navegadores muitas vezes testemunhas de um fenómeno elétrico, cuja causa então se não conhecia, que se julgava ser um sinal manifesto de proteção do céu, e que é ainda hoje designado pelo nome de fogo de Santelmo. Apenas se passou a linha equinocial — passagem que nessa época não parece que se celebrasse com a grotesca cerimónia do batismo, em uso até aos nossos dias —, fizeram caminho para o Brasil, onde, a 13 de dezembro de 1519, a frota fundeou no magnífico porto de

Santa Lúcia, conhecido hoje pelo nome de Rio de Janeiro. Demais, não era a primeira vez que essa baía era vista pelos europeus, como por muito tempo se acreditou. Desde 1511 que era designada pelo nome de baía do Cabo Frio, visitada também, quatro anos antes da chegada de Magalhães, por Pero Lopes, e parece ter sido desde o princípio do século XVI frequentada por marinheiros diepeses, que, herdeiros da paixão dos seus antepassados, os «homens do Norte», pelas navegações aventurosas, correram o mundo e fundaram quase por toda a parte estabelecimentos e feitorias.

Neste sítio arranjou barato a expedição espanhola, em troca de espelhos, de fitas, de tesouras, de guizos ou de anzóis, uma grande quantidade de provisões, entre as quais Pigafetta cita ananases, cana-de-açúcar, batatas, galinhas e carne de anta.

Os esclarecimentos que se encontram na mesma relação acerca dos costumes dos habitantes são bastante curiosos e merecem ser referidos. «Os Brasileiros não são cristãos», diz ele, «mas também não são idólatras, porque não adoram coisa alguma; o instinto natural é a sua única lei». Esta afirmação é interessante, é uma confissão singular da parte de um italiano do século XVI, muito inclinado à superstição, e que prova mais uma vez que a ideia da divindade não é inata, como pretenderam certos teólogos.

Estes indígenas vivem até muito velhos, andam completamente nus, dormem em redes de algodão, chamadas macas, suspensas de umas traves pelas extremidades. Quanto às suas barcas, designadas canoas e cavadas num só tronco de árvore, podem levar quarenta homens. São antropófagos, mas não comem senão os seus inimigos aprisionados em combate. O seu fato de cerimónia é uma espécie de véstia feita de penas de papagaio, tecidas e arranjadas de forma que as grandes penas das asas e da cauda lhes formam uma espécie de cinto nos rins, o que lhes dá uma figura estranha e ridícula. Já dissemos que o manto de penas se usava à beira do Pacífico, entre os Peruvianos; é curioso verificar que era igualmente usado pelos Brasileiros. Puderam-se ver alguns espécimes deste singular ornamento na exposição do Museu Etnográfico. Demais, não era esse o único enfeite desses selvagens, que metiam em três furos abertos no beiço inferior uns pequenos cilindros de pedra, costume que se encontra em muitas povoações oceânicas e que se deve confrontar com a nossa moda dos brincos. Esses povos eram extremamente crédulos e bons. Por isso Pigafetta diz que facilmente se poderiam converter ao cristianismo, porque assistiram em silêncio e com recolhimento à missa que se disse em terra, observação que já fora feita por Álvares Cabral.

Depois de se ter demorado treze dias neste sítio, a esquadra continuou o seu caminho para o sul, seguindo ao longo da terra, e chegou, aí por 34° 40’ de latitude central, a um país onde corria um grande rio de água doce. Era o Prata. Os indígenas, chamados Charruas,

sentiram tamanho susto ao ver os navios que se refugiaram precipitadamente no interior com o que tinham de mais precioso, e foi impossível apanhar um só. Nesse país, cerca de quatro anos antes, Juan Diaz de Solis fora assassinado por uma tribo de Charruas, armados com esse engenho terrível de que ainda hoje se servem os gaúchos da República Argentina, essas bolas de metal, presas às duas extremidades de uma larga correia de couro, chamada laço.

Um pouco abaixo do estuário do Prata, considerado outrora como um braço de mar desembocando no Pacífico, a flotilha arribou ao porto Desejado. Ali se fez, para a tripulação dos cinco navios, ampla provisão de pinguins, voláteis que não constituíam um manjar dos mais suculentos. Depois pararam, aí por 49° 30', num belo porto em que Magalhães resolveu invernar e que recebeu o nome de baía de S. Julião.

Havia dois meses que os espanhóis se achavam neste sítio quando viram um dia um homem que lhes pareceu de estatura agigantada. Ao vê-los, pôs-se a cantar e a dançar, atirando poeira para cima da cabeça. Era um patagão, ou patagónio, que se deixou levar sem resistência para bordo dos navios. Manifestou o mais vivo espanto à vista de tudo que o rodeava, mas não houve nada que o surpreendesse tanto como um grande espelho de aço que lhe apresentaram. «O gigante, que não tinha a mais leve ideia desse objeto e que pela primeira vez, sem dúvida, via a sua cara, recuou tão assustado que atirou ao chão quatro dos nossos homens, que estavam atrás dele.» Levaram-no para terra, carregado de presentes, e o acolhimento benévolo que recebera determinou os seus companheiros, em número de dezoito, treze homens e cinco mulheres, a irem a bordo. Altos, de cara larga e tingida de vermelho, embuçavam-se em enormes capas de peles e usavam esses largos sapatos de peles que fizeram com que se lhes desse o nome de grandes pés ou patagónios. A sua estatura não era contudo tão agigantada como pareceu ao nosso ingénuo narrador, porque varia entre 1,92 e 1,72 m, o que é, todavia, superior à altura dos Europeus. As suas armas consistem num arco maciço e curto e setas de cana, cuja ponta era formada de pedra cortante.

O capitão, para reter dois desses selvagens, que queria levar para a Europa, usou de um estratagema que hoje qualificaríamos de odioso, mas que nada tinha de revoltante no século XVI, em que se consideravam os índios e os negros como uma espécie de animais. Carregou-os de presentes, e quando viu que já não sabiam onde os haviam de meter, ofereceu a cada um deles uma argola de ferro, que muito apreciaram, mas tinham já as mãos cheias. Propuseram-lhes então pôr-lhas nas pernas, o que eles aceitaram sem desconfiança. Logo os marinheiros fecharam as argolas, de forma que os selvagens ficaram acorrentados. Não se pode imaginar a fúria que tiveram quando perceberam o estratagema, mais digno de selvagens que de homens civilizados. Ainda se tentou, mas debalde, capturar mais alguns, e nessa caçada um dos

espanhóis foi ferido por uma seta envenenada, que lhe causou a morte quase subitamente. Caçadores intrépidos, esses povos vagueiam quase constantemente em perseguição dos *gunaquis,* e de outra caça, porque são dotados de tal voracidade que «o que bastaria para sustento de vinte marinheiros, mal pode fartar sete ou oito patagónios».

Magalhães, reconhecendo que a sua estadia ali teria de ser demorada, e vendo também que o país só dava mesquinhos recursos, ordenou que se economizassem os víveres e que se pusessem os marinheiros a ração, a fim de se poder chegar à primavera sem grandes privações e partir para algum país mais abundante em caça.

Mas os espanhóis, descontentes da esterilidade daquele sítio, da extensão e do rigor do inverno, principiaram a murmurar. Essa terra parecia internar-se para o sul até ao pólo antártico, diziam eles; parecia que não havia por ali estreito algum; já muitos tinham morrido em consequência de privações sofridas; enfim, era tempo e mais que tempo de voltar a Espanha, se o comandante não queria ver todos os seus homens morrerem ali.

Magalhães, perfeitamente resolvido a morrer ou a levar a bom termo a empresa de que tinha o comando, respondeu que o imperador lhe marcara o curso da sua viagem, que não podia nem queria, debaixo de qualquer pretexto, afastar-se dele, e que, por consequência, iria sempre direito até ao fim dessa terra, ou até encontrar algum estreito. Quanto aos víveres, se escasseassem muito, podiam os seus homens acrescentar à sua ração o produto da sua pesca ou da sua caça. Magalhães entendeu que uma declaração tão firme iria impor privações, com que ele padeceria tanto como os seus subordinados, mas restabeleceria a disciplina.

Enganou-se grosseiramente. Alguns dos seus capitães, e Juan de Cartagena em especial, tinham interesse em que rebentasse uma revolta.

Esses rebeldes começaram pois a lembrar aos espanhóis os seus velhos ódios contra os portugueses. Como o capitão-general era filho de Portugal, nunca aderira francamente, no dizer deles, à causa da Espanha. A fim de poder voltar para a sua pátria e de obter o perdão de suas culpas, queria cometer algum crime estrondoso, e não haveria nenhum mais vantajoso para Portugal do que a destruição desta magnífica frota. Em vez de os levar a esse arquipélago das Molucas, cuja opulência lhes gabara, queria arrastá-los para as regiões geladas, habitação de neves eternas, onde arranjaria as coisas de forma que os fizesse morrer; depois, com o auxílio dos portugueses embarcados na esquadra, levaria para a sua pátria os navios de que se assenhoreasse.

Tais eram os boatos, as acusações, que semeavam entre os marinheiros os sectários de Juan de Cartagena, de Luís de Mendonza e de Gaspar de Quesada, quando no Domingo de Ramos, 1 de abril de 1520, Magalhães convocou os capitães, oficiais e pilotos para irem

ouvir missa a bordo do seu navio e jantar depois com ele. Álvaro de Mesquita, primo do capitão-general, foi com António de Coca e os seus oficiais; mas nem Mendonza nem Quesada, e Juan de Cartagena ainda menos, que demais a mais estava preso e confiado à guarda deste último, ali puseram pé. Na noite imediata, foram com trinta homens da *Conceição* a bordo do *Santo António* e quiseram que se lhes entregasse o Mesquita. O piloto Juan de Eliorraga, defendendo o seu capitão, recebeu quatro punhaladas no braço. Quesada bradara ao mesmo tempo: «verão que este doido há de fazer com que se nos malogre o negócio.» Os três navios *Conceição, Santo António* e *Santiago* caíram sem dificuldade nas mãos dos rebeldes, que contavam mais de um cúmplice nas tripulações. Apesar do êxito dessa tentativa, os três capitães não se atreveram a atacar abertamente o comandante-chefe e mandaram-lhe propostas de conciliação. Magalhães respondeu que viessem a bordo da *Trinidad* para se entenderem com ele, mas a isso recusaram-se energicamente. Não tendo já então contemplações a guardar, Magalhães mandou apresar a embarcação que lhe trouxera essa resposta, e, escolhendo na sua tripulação seis homens firmes e resolutos, expediu-os a bordo da *Vitória,* debaixo do comando do alguazil Espinosa. Este entregou a Mendonza uma carta de Magalhães, ordenando-lhe que viesse a bordo da *Trinidad,* e, como ele se sorria com um modo zombeteiro, Espinosa deu-lhe uma punhalada na garganta, ao passo que um marujo lhe atirava uma cutilada à cabeça. Enquanto se passavam estes acontecimentos, outra embarcação, com quinze homens armados a bordo, atracara à *Vitória* e apoderara-se dela, sem que os marinheiros, surpreendidos pela rapidez da execução, opusessem a mais leve resistência. No dia seguinte, 3 de abril, os outros dois navios insurgentes foram retomados, mas esses sem grande efusão de sangue. O corpo de Mendonza foi esquartejado, enquanto um escrivão lia uma sentença que o infamava. Três dias depois, Quesada era decapitado e cortado em pedaços pelo seu próprio criado, que se resignara a esse triste mister para ter a vida salva. Quanto a Cartagena, o alto lugar que a cédula régia lhe conferia na expedição salvara-o da morte, mas era abandonado, assim como o piloto Gomes de la Reina, na praia, onde foi recolhido alguns anos depois por Estêvão Gomes. Quarenta marinheiros, culpados da rebeldia, receberam o seu perdão, porque se reconheceu que os seus serviços eram indispensáveis. Depois desta severa repressão, Magalhães pôde esperar que o espírito da revolta estivesse decididamente domado.

Quando a temperatura se tornou mais clemente, levantou-se ferro; a esquadra fez-se de novo ao mar no dia 24 de agosto, seguindo a costa e explorando com cuidado todos os golfos para encontrar o estreito tão obstinadamente procurado. À altura do cabo de Santa Cruz, um dos navios, *Santiago,* perdeu-se num rochedo durante um violento temporal que soprava de

leste. Por felicidade, puderam-se salvar os homens e as mercadorias, e ainda se conseguiu tirar do navio naufragado o aparelho, que se repartiu pelos quatro navios restantes.

Enfim, a 21 de outubro, segundo Pigafetta, a 27 de novembro, segundo Maximiliano Transilvano, a flotilha penetrou por um estreito canal, num golfo ao fundo do qual se abria um estreito, que, como logo se viu, ia ter ao mar do Sul. Chamaram-lhe primeiro estreito das *Onze mil Virgens,* porque esse dia lhes era consagrado. De ambos os lados se erguiam terras elevadas e cobertas de neve, onde se viram fogos numerosos, sobretudo à esquerda, mas sem se poder entrar em comunicação com os indígenas. Os pormenores que não são dados por Pigafetta e por Transilvano sobre a disposição topográfica e a hidrografia do estreito são muito vagos, e teremos ocasião de nos referir a eles quando falarmos da expedição de Bougainville; portanto não trataremos disso agora. Depois de uma navegação de vinte e dois dias através de uma sucessão de canais e braços de mar, umas vezes da largura de uma légua, outras vezes de quatro, que se estende num comprimento de quatrocentas e quarenta milhas e que recebeu o nome de estreito de Magalhães, a frota desembocou em um mar imenso e profundo.

A alegria foi geral quando enfim se viram chegados ao fim de tantos e de tão longos esforços. Doravante o caminho estava aberto e as previsões tão hábeis de Magalhães tinham-se realizado.

Nada há mais extraordinário do que a navegação de Magalhães nesse oceano a que chamam Pacífico, porque, durante mais de quatro meses, não foi ali assaltado nem por uma só tempestade. Mas as privações que as equipagens tiveram de suportar durante esse largo espaço de tempo foram incríveis. O biscoito estava sendo apenas uma pouca de poeira misturada com bichos e, agora corrompido, exalava um cheiro insuportável. Para não morrerem de fome, foi-lhes necessário comer ratos, sustentar-se de serradura e roer os couros que encontraram. Como era fácil de prever, nestas condições as equipagens foram dizimadas pelo escorbuto. Dezanove homens morreram e uns trinta foram atacados nos braços e nas pernas por dores violentas, que lhes causaram longos padecimentos. Enfim, depois de terem percorrido mais de quatro mil léguas, sem encontrar nem uma só ilha, num mar em que ainda se haviam de descobrir tantos arquipélagos tão povoados, acertaram com duas ilhas desertas e estéreis, chamadas por isso mesmo infortunadas, mas cuja posição é indicada de um modo tão contraditório que não é possível reconhecê-las.

Pelos 12° de latitude setentrional e 146° de longitude, na quarta-feira 7 de março, os navegadores descobriram sucessivamente três ilhas em que desejariam parar para tomar provisões e refrescos; mas os insulares que vieram a bordo roubaram tantas coisas, sem ser

possível impedi-los, que teve de se renunciar a essa estação. Acharam modo até de se assenhorear de uma chalupa. Magalhães, irritado com semelhante impudência, fez um desembarque com uns quarenta homens armados, queimou um certo número de cabanas e de embarcações e matou sete homens. Esses insulares não tinham nem chefe, nem rei, nem religião. Com a cabeça coberta de chapéus de palmeira, usavam barba e cabelos crescidos, que lhes chegavam até à cintura. Geralmente cor de azeitona, entendiam que se embelezavam pintando os dentes de preto e de vermelho, e o seu corpo estava untado de óleo de coco, sem dúvida para se protegerem contra o ardor do sol. As suas canoas, singularmente construídas, tinham uma vela de esteira muito grande, que poderia facilmente fazer virar a embarcação se não houvesse o cuidado de lhe dar um equilíbrio muito mais estável por meio de uma longa peça de madeira mantida a certa distância por duas varas. Muito industriosos, esses insulares tinham para o roubo uma aptidão singular, que fez com que se desse ao seu país o nome de ilhas dos Ladrões.

No dia 16 de março viu-se, a trezentas léguas das ilhas dos Ladrões, uma terra elevada, que logo se reconheceu que era uma ilha, conhecida hoje pelo nome de Samar. Magalhães resolveu dar ali algum descanso às suas equipagens extenuadas, e mandou levantar em terra duas tendas para doentes. Os indígenas trouxeram logo bananas, vinho de palmeira, cocos e peixe. Ofereceram-se-lhes três espelhos, pentes, guizos e outras bagatelas análogas. Árvore preciosa entre todas, o coqueiro fornece estes indígenas de pão, de vinho, de azeite e de vinagre, e ainda dele tiram fato e a madeira necessária para construção e cobertura das suas cabanas.

Familiarizados em breve com os espanhóis, os indígenas disseram-lhes que o seu arquipélago produzia cravo, canela, noz-moscada, gengibre e milho, e que ali até se apanhava ouro. Magalhães deu ao arquipélago o nome de ilhas de Lázaro, que depois se mudou no de Filipinas, em honra de Filipe de Áustria, filho de Carlos V.

Esse arquipélago é formado por um grande número de ilhas, que se estendem na Malásia, entre 5° 32’ e 19° 38’ de latitude norte e 114° 56’ e 123° 43’ de longitude leste do meridiano de Paris. As mais importantes são Luçon, Mindoro, Leyte, a Ceilão de Pigafetta, Samar, Panay, Negros, Zebu, Bohol, Palouan e Mindanau.

Depois de se terem refeito um pouco, os espanhóis fizeram-se outra vez ao mar, a fim de explorarem o arquipélago. Viram sucessivamente as ilhas de Cenalo, Hunangan, Ibusson e Abarien, assim como outra chamada Massava, cujo rei, Colambu, pôde fazer-se compreender por um escravo, natural de Sumatra, que Magalhães levara da Índia para a Europa, e que, pelo seu conhecimento do malaio, prestou em muitas ocasiões assinalados serviços. O rei veio a

bordo com seis ou oito dos seus principais súbditos. Trazia ao capitão-general alguns presentes, em troca dos quais recebeu uma véstia de pano vermelho e amarelo, feita à moda turca, e um barrete de fina escarlata, ao passo que se davam aos da sua comitiva espelhos e facas. Mostraram-se-lhe todas as armas de fogo e dispararam-se diante dele alguns tiros de peça, que o aterraram muito. «Depois Magalhães», diz Pigafetta, «mandou armar um de nós de ponto em branco, e encarregou três homens de lhe dar cutiladas e punhaladas, para mostrar ao rei que nada havia que pudesse ferir um homem armado deste modo, o que o surpreendeu muito; e, voltando-se para o intérprete, disse, por intermédio dele, ao capitão, que um homem armado assim podia combater contra cem. «Sim», respondeu o intérprete em nome do comandante, «e cada um dos três navios tem duzentos homens armados desta forma». O rei, espantado de tudo o que vira, despediu-se do capitão, pedindo-lhe que enviasse com ele dois homens dos seus para lhes mostrar algumas particularidades da ilha. Pigafetta foi designado e não teve senão motivo para se louvar do acolhimento que lhe foi feito. Disse-lhe o rei «que se encontravam na sua ilha pedaços de ouro da grossura de ovos, misturados com terra, que se passava por um crivo para os encontrar, e que todos os seus vasos e até alguns ornamentos de sua casa eram desse metal. Trajava muito asseadamente, à moda do seu país, e era o mais belo homem que vi entre estes povos. Os seus cabelos negros caíam-lhe nos ombros; um véu de seda cobria-lhe a cabeça e trazia nas orelhas duas argolas. Em cada um dos seus dentes viam-se três nódoas de ouro, de forma que parecia que tinha todos os dentes ligados com esse metal. Estava perfumado com benjoim. Trazia a pele pintada, mas o fundo era cor de azeitona».

No Dia da Ressurreição saltaram em terra para celebrar a missa, depois de terem feito na praia uma espécie de igrejinha com velas e ramos de árvores. Fora armado um altar, e todo o tempo que durou a cerimónia religiosa, o rei, com grande afluência de povo, escutou em silêncio e imitou todos os movimentos dos espanhóis. Depois plantou-se uma cruz numa colina, com grande aparato, e levantou-se ferro para se dirigirem para o porto de Zebu, que era o mais próprio para abastecer os navios e negociar. Chegaram lá no domingo 7 de abril. Magalhães mandou embarcar um dos seus oficiais com o intérprete, para ir em embaixada ao rei de Zebu. O enviado explicou que o chefe da esquadra estava às ordens do maior rei da Terra. O fim da viagem, acrescentou ele, eram as ilhas Molucas, e o desejo de o visitarem e ao mesmo tempo o de tomar alguns refrescos em troca de mercadorias eram os motivos que os moviam a parar numa terra onde vinham como amigos.

«São bem-vindos», respondeu o rei, «mas se quiserem comerciar, devem pagar um direito a que estão sujeitos todos os navios que entram no meu porto, como fez ainda não há quatro dias um junco de Sião, que veio buscar ouro e escravos, e como pode provar um

negociante mouro que ficou aqui».

O espanhol volveu que seu amo era um grande rei, que não podia submeter-se a semelhante exigência. Tinham vindo com ideias pacíficas, mas, se queria guerra, acharia quem lhe respondesse.

O rei de Zebu, avisado pelo mercador mouro do poder dos que se apresentavam e que ele tomara por portugueses, consentiu enfim em renunciar às suas pretensões. Mais ainda, o rei de Massava, que quisera servir de piloto aos espanhóis, mudou de tal forma as disposições do seu colega que os viajantes obtiveram o privilégio exclusivo de comércio da ilha e uma amizade leal foi selada entre o rei Zebu e Magalhães pela taça de sangue que tiraram cada um deles do seu braço direito.

Desde esse momento trouxeram-se víveres e tornaram-se cordiais as relações. O sobrinho do rei, com uma comitiva numerosa, veio visitar Magalhães a bordo. Este aproveitou-se disso para lhe contar a história maravilhosa da criação do mundo, da redenção do homem, e para o convidar a converter-se ao cristianismo, assim como o seu povo. Não mostraram a mínima repugnância em se batizar, e, a 14 de abril, o rei de Zebu, o de Massava, o mercador mouro com quinhentos homens e outras tantas mulheres receberam o batismo. Mas o que era apenas questão de moda, pois que se não pode dizer que os indígenas conhecessem a religião que abraçavam e que estivessem persuadidos da sua verdade, tornou-se um verdadeiro frenesi, depois de uma cura maravilhosa que Magalhães operou. Tendo sabido que o pai do rei estava doente havia dois anos e a ponto de morrer, o capitão-general prometeu que, se ele consentisse em batizar-se e se os indígenas quebrassem os seus ídolos, se acharia curado. «Acrescentou que estava tão convencido do que dizia», conta Pigafetta, porque é bom citar textualmente os autores em semelhante assunto, «que consentia que lhe cortassem a cabeça se não sucedesse imediatamente o que prometia. Fizemos então, com toda a pompa possível, uma procissão do sítio em que estávamos a casa do doente, que achávamos efetivamente num tristíssimo estado, de modo que não podia falar nem mexer-se. Batizámo-lo com duas das suas mulheres e das filhas. O capitão perguntou-lhe, logo depois do batismo, como se achava, e respondeu que, graças a Nosso Senhor, estava bom. Fomos todos testemunhas deste milagre. O capitão, sobretudo, rendeu por ele graças a Deus. Deu ao príncipe uma bebida refrigerante e continuou a mandar-lha todos os dias até estar inteiramente restabelecido. No quinto dia, o doente achou-se perfeitamente curado e levantou-se. O seu primeiro cuidado foi mandar queimar, em presença do rei e de todo o povo, um ídolo pelo qual tinha grande veneração e que algumas mulheres guardavam cuidadosamente em sua casa. Mandou também derribar muitos templos colocados à beira-mar, onde o povo se reunia para

comer a carne consagrada às antigas divindades. Todos os habitantes aplaudiram estas execuções e resolveram ir destruir todos os ídolos, mesmo aqueles que estavam em casa do rei, gritando ao mesmo tempo: *Viva Castela!* em honra do rei de Espanha».

Ao pé da ilha de Zebu está outra ilha chamada Matan, que tinha dois chefes; um reconhecera a autoridade dos espanhóis, outro energicamente se recusara a isso e Magalhães resolveu impor-lha. No dia 26 de abril, numa sexta-feira, três chalupas, transportando sessenta homens armados de couraças, de capacetes e de mosquetes, e uns trinta *balanguins,* em que iam o rei de Zebu, seu genro e uma grande quantidade de guerreiros, partiram para a ilha Matan. Os espanhóis esperaram que rompesse o dia e saltaram à água em número de quarenta e nove, porque as chalupas não se podiam chegar a terra por causa dos rochedos e dos recifes. Mais de mil e quinhentos indígenas os esperavam. Atiraram-se logo a eles em três batalhões e atacaram-nos de frente e de flanco. Os mosqueteiros e os besteiros dispararam de longe sobre a multidão dos indígenas, sem lhes fazer grande mal, porque os protegiam os escudos. Assaltados a pedradas, tiros de seta, de dardo e de lança, esmagados pelo número, os espanhóis deitaram fogo a algumas cabanas para afastar e intimidar os naturais. Mas mais furiosos ainda com a vista do incêndio, redobraram de esforços e apertaram por todos os lados os espanhóis, que tinham imenso custo em lhes resistir, quando um triste incidente veio pôr em risco o êxito do combate. Os indígenas não haviam tardado a perceber que todos os tiros que dirigiam às partes do corpo dos inimigos protegidas por armaduras, não os feriam. Trataram logo, por conseguinte, de atirar as suas frechas e os seus dardos contra a parte inferior do corpo, que se achava sem defesa. Magalhães, ferido numa perna com uma seta envenenada, deu ordem para a retirada, que, principiando em boa ordem, se mudou pouco tempo depois numa fuga tal que apenas sete ou oito espanhóis ficaram ao lado dele. A muito custo retiraram, combatendo para tornar às chalupas. Estavam já com água até aos joelhos quando muitos insulares se atiraram juntos a Magalhães, ferido num braço e na impossibilidade de desembainhar a espada, e deram-lhe na perna uma tal cutilada que caiu logo ao mar, onde lhes não foi difícil darem cabo dele. Os seus últimos companheiros, todos feridos, e entre eles Pigafetta, voltaram à pressa para as embarcações. Assim morreu, a 27 de abril de 1521, o ilustre Magalhães. «Era ornado de todas as virtudes», diz Pigafetta; «mostrou sempre uma constância inabalável no meio das suas maiores adversidades. No mar condenava-se a si próprio a maiores privações do que o resto da tripulação. Versado mais do que ninguém no conhecimento de coisas náuticas, conhecia perfeitamente a arte de navegação, como provou dando volta ao mundo, coisa a que ninguém se atreveu antes dele».

O elogio fúnebre de Pigafetta, apesar de ser um pouco hiperbólico, nem por isso deixa

de ser no fundo verdadeiro. Era necessário que Magalhães tivesse uma constância e uma perseverança singular para se internar, desprezando o terror dos seus companheiros, em regiões onde o espírito supersticioso da época imaginava perigos formidáveis. Para chegar a descobrir na extremidade dessa longa costa o estreito que hoje com tanta justiça tem o seu nome, foi-lhe necessária uma ciência náutica singular. Era obrigado a ter uma atenção de todos os instantes para evitar nessas paragens ignotas, e sem instrumentos de precisão, um desastre qualquer. Se um dos seus navios se perdeu, essa perda deve imputar-se ao orgulho, ao espírito de rebeldia do capitão, mais do que à imperícia e à falta de precaução do almirante. Acrescentemos com o nosso entusiástico narrador: «A glória de Magalhães sobreviverá à sua morte.»

Duarte Barbosa, cunhado de Magalhães, e João Serrão foram eleitos comandantes pelos espanhóis, a quem outras catástrofes iam perseguir.

O escravo que até então servira de intérprete fora ligeiramente ferido durante o combate. Desde a morte de seu amo que se conservava à parte, não prestando já serviço algum aos espanhóis, e passava os dias estendido numa esteira. Depois de algumas representações um pouco vivas de Barbosa, que lhe fazia observar que a morte de Magalhães não fora para ele uma carta de alforria, desapareceu de repente. Foi ter com o rei recentemente batizado, a quem expôs que, se pudesse atrair os espanhóis a uma cilada e os matasse, ficaria senhor assim de todas as suas provisões e mercadorias. Convocados a uma assembleia solene para receber os presentes que o rei de Zebu destinava ao imperador, Serrão, Barbosa e vinte e sete espanhóis, assaltados de improviso durante um festim, foram todos mortos, menos Serrão, que foi levado amarrado à beira-mar. Ali suplicou aos seus companheiros que lhe fizessem a mercê de o resgatar, senão matavam-no. Mas João Carvalho e os outros, receando que a sublevação se tornasse geral e temendo que fossem atacados durante as negociações por uma frota numerosa, a que não estivessem em estado de resistir, não escutaram as súplicas do infeliz Serrão. Fizeram-se à vela e partiram para a ilha, um pouco afastada, de Bohal.

Aí, considerando que o seu número era já muito reduzido para poderem governar três navios, os espanhóis queimaram a *Conceição,* depois de terem baldeado para os outros navios tudo o que havia de precioso a bordo. Em seguida, depois de bordejarem a ilha de Paninlongon, pararam em Butuam, que faz parte de Mindanau, ilha magnífica, de numerosos portos e de rios piscosos, ao noroeste da qual fica a ilha de Luçon, a mais considerável do arquipélago. Tocaram ainda em Paloan, onde encontraram, para se abastecerem, porcos, cabras, galinhas, bananas de diversas espécies, cocos, canas-de-açúcar e arroz. Foi para eles, segundo a expressão de Pigafetta, uma terra de promissão. Entre as coisas que lhe pareceram

dignas de observação, o viajante italiano cita os galos que os índios educam para combate, paixão que depois de tantos anos ainda hoje está viva em todo o arquipélago das Filipinas. De Paloan, partiram em seguida os espanhóis para a ilha de Bornéu, centro da civilização malaia. Daí por diante não trataram já com populações miseráveis. A sua receção pelo rajá é bastante curiosa e não podemos deixar de dizer algumas palavras a esse respeito. Encontraram no cais dois elefantes cobertos de seda, que os levaram a casa do governador da cidade, enquanto doze homens carregavam os presentes que deviam oferecer ao rajá. De casa do governador, onde dormiram, até ao palácio do rei, estavam as ruas guardadas por homens armados. Depois de se apearem dos seus elefantes, foram admitidos numa sala cheia de cortesãos. Na extremidade dessa sala abria-se outra mais pequena, alcatifada de pano de ouro, onde estavam trezentos homens da guarda do rei, armados de punhais. Através de uma porta puderam ver o rajá sentado diante de uma mesa e mastigando bétele. Por detrás dele estavam só mulheres.

O cerimonial exigia que os seus requerimentos passassem sucessivamente pela boca de três nobres, de hierarquias muito superiores uns aos outros, antes de serem transmitidos, por meio de uma sarabatana, colocada num buraco da parede, a um dos principais oficiais, que os submetia ao rei. Houve então uma troca de presentes, depois da qual os embaixadores espanhóis foram reconduzidos aos seus navios com o mesmo cerimonial que à ida. A capital está construída em cima de estacaria, dentro do mar; por isso, quando enche a maré, as mulheres que vendem géneros atravessam a cidade em barcos. A 29 de julho, mais de cem pirogas rodeavam os dois navios, ao mesmo tempo que uns poucos de juncos levantavam ferro para se aproximar deles. Receando ser atacados por traição, os espanhóis anteciparam-se e fizeram uma descarga de artilharia, que matou muita gente nas pirogas. Depois disso, o rei mandou-lhes pedir desculpa, dizendo que a sua frota não era dirigida contra eles, mas sim contra os gentios, com os quais os mouros tinham combates quotidianos. Esta ilha produz araca ou álcool de arroz, cânfora, gengibre, laranjas, limões, canas-de-açúcar, melões, rábanos, cebolas, etc. Os seus objetos de troca são cobre, azougue, cinábrio, vidro, panos de lã e de linho, e sobretudo ferro, sem falar na porcelana e nos diamantes, alguns dos quais são de uma grossura e de um valor extraordinários. Os seus animais são os elefantes, os cavalos, os búfalos, os porcos, as cabras e as aves de capoeira. A moeda de que se servem é de bronze e tem o nome de sapecas, peças que se preparam para se enfiarem umas nas outras.

Saindo de Bornéu, os viajantes procuraram sítio propício para calafetar os seus navios, que disso precisavam com urgência, porque não empregaram menos de quarenta e dois dias nesse trabalho. «O que encontrei mais estranho nesta ilha», conta Pigafetta, «foram umas árvores cujas folhas, que caem, são animadas. Essas folhas parecem-se com as da amoreira,

com a diferença de serem mais curtas; se se lhes toca, fogem, mas não ressumam sangue quando são esmagadas; em se abrindo a casca, a folha começa a passear; creio que vivem de ar». Estes curiosíssimos animais são hoje bem conhecidos e têm o nome vulgar de *moscas-folhas*. «São de um cinzento esbranquiçado, que ainda mais as faz parecer com folhas secas, cuja forma imitam perfeitamente». Nestas paragens a expedição espanhola, que conservara em vida de Magalhães o seu caráter científico, passou sensivelmente a ser uma expedição de pirataria. Foi assim que por muitas vezes se apoderaram de juncos, cujas tripulações foram obrigadas a pagar avultados resgates.

Passaram depois pelo arquipélago de Sulu, covil de piratas malaios, que só nestes últimos anos acabam de ser submetidos às armas espanholas, e a seguir por Mindanau, que já tinham visitado, porque sabiam que as Molucas, tão ardentemente procuradas, deviam estar muito próximas dali. Enfim, depois de terem visto um grande número de ilhas, cuja nomenclatura de pouco nos serviria, na quarta-feira, 6 de novembro, descobriram os espanhóis esse arquipélago, acerca do qual os portugueses tinham espalhado tantas fábulas assustadoras, e desembarcaram dois dias depois, em Tidor. O fim da viagem estava alcançado.

O rei veio ao encontro dos espanhóis e recebeu-os na sua canoa. «Estava sentado debaixo de um guarda-sol de seda, que o tapava inteiramente. Diante dele vinha um de seus filhos com o cetro real, dois homens, cada um deles com um vaso de ouro cheio de água para lavar as mãos, e dois com uns cofrezinhos dourados cheios de bétele; depois fizeram-no entrar nos navios, onde o trataram com as maiores atenções; ao mesmo tempo carregaram-no, assim como às personagens que o acompanhavam, de presentes, que lhe pareceram preciosíssimos. Esse rei é mouro, quer dizer, árabe», assegura Pigafetta; «tem quase quarenta e cinco anos de idade, é muito bem feito e possui uma bela fisionomia. O seu fato consistia numa camisa finíssima, cujas mangas eram bordadas a ouro; uma roupagem lhe descia da cintura até aos pés; um véu de seda, sem dúvida um turbante, lhe cobria a cabeça, e nesse véu havia uma bonita grinalda de flores. O seu nome é rajá-sultão Manzor».

No dia seguinte, numa longa entrevista que teve com os espanhóis, declarou a sua intenção de se colocar, com as suas ilhas de Tidor e de Ternate, debaixo da proteção do rei de Espanha.

É aqui o ensejo de darmos com Pigafetta, cuja relação seguimos passo a passo na versão que deu o Sr. Ed. Charton e que acompanhou de notas preciosíssimas, algumas notícias acerca das Molucas.

O arquipélago propriamente dito compõe-se das ilhas Ternate, Tidor, Mornay, Batchian

e Misal; mas muitas vezes se têm compreendido debaixo do nome geral de Molucas os grupos de Banda e de Amboíno. Revolvido outrora por convulsões vulcânicas repetidas, esse arquipélago encerra um grande número de vulcões, quase todos extintos ou adormecidos há uma longa série de anos. O ar ali é ardente e seria quase impossível de respirar se as chuvas frequentes não viessem constantemente refrescar a atmosfera. As suas produções naturais são extremamente preciosas. Devemos colocar no primeiro plano o sagueiro, cuja medula, chamada sagu, substitui, com o inhame, os cereais em toda a Malásia. Apenas a árvore cai, extrai-se-lhe a medula, que é então raspada, peneirada, depois cortada em forma de pãezinhos, que se põem a secar à sombra. Há também a amoreira, a árvore de cravo, a da noz-moscada e a da cânfora, a pimenteira e geralmente todas as árvores de especiarias, assim como todos os frutos dos trópicos. As suas florestas encerram madeiras preciosas, o ébano, o pau-ferro, a teca, célebre pela sua solidez e empregada desde tempos antiquíssimos em construções luxuosas, o loureiro-calilaban, que dá um óleo essencialmente aromático, muito procurado. Nesta época os animais domésticos nas Molucas eram em pequeno número, mas entre as espécies bravias contava-se a babirussa, enorme javali de longas defesas recurvadas, o opossum, um pouco maior do que o nosso esquilo, o falangueiro, que uiva nas florestas espessas e sombrias, onde se sustenta de folhas e de frutos, e o traseiro, animalzinho inofensivo, de pelo arruivado, que não é maior que um rato, mas cujo corpo oferece certas relações com o do macaco. Entre os pássaros, havia os papagaios e as catatuas, essas aves-do-paraíso, a respeito das quais se diziam tantas fábulas e que até então se supunham privadas de pernas, e os casuares, que são quase do tamanho dos avestruzes.

Um português, de nome Lourosa, estava, havia muito tempo, estabelecido nas Molucas. Os espanhóis mandaram-lhe umas cartas, na esperança de que ele trairia a sua pátria para se ligar à Espanha. Obtiveram dele as mais curiosas informações acerca das expedições que o rei de Portugal enviara ao cabo da Boa Esperança, ao Rio da Prata e até as Molucas; mas, em consequência de diversas circunstâncias, estas últimas expedições não tinham podido realizar-se. Ele mesmo estava neste arquipélago havia dezasseis anos, e os portugueses, estabelecidos ali havia dez, guardavam, acerca deste facto, o mais profundo silêncio. Quando viu os espanhóis fazerem os seus preparativos de partida, Lourosa foi para bordo com sua mulher e as suas bagagens, a fim de voltar para a Europa. No dia 12 de novembro desembarcaram-se todas as mercadorias destinadas para as trocas e que provinham, pela maior parte, de quatro juncos de que se tinham assenhoreado em Bornéu. Certamente os espanhóis fizeram um comércio vantajoso, mas não tanto contudo como seria possível, porque tinham pressa de voltar para Espanha. Embarcações de Gilolo e de Bachian vieram igualmente negociar com

eles, e, poucos dias depois, receberam do rei de Tidor uma provisão considerável de cravo. Esse rei convidou-os para um grande banquete, que tinha por costume dar, dizia ele, a quem fazia a primeira carregação de cravo num navio ou num junco. Mas os espanhóis, lembrando-se do que lhes sucedera nas Filipinas, recusaram, enviando muitas desculpas e muitos cumprimentos ao rei. Apenas a *Trinidad* se fez ao mar, viram que fazia muita água, e foi necessário voltar a Tidor o mais depressa possível. Não tendo os hábeis mergulhadores, que o rei pôs à disposição dos espanhóis, podido descobrir onde é que tinha água-aberta, foi necessário descarregá-lo em parte para se fazerem os consertos. Os marinheiros que tripulavam a *Vitória* não quiseram esperar pelos seus companheiros, e, percebendo perfeitamente que a *Trinidad* não poderia voltar para Espanha, o estado-maior decidiu que ela fosse a Darien, onde a sua preciosa carregação seria desembarcada e transportada através do istmo para o Atlântico, aonde um navio a iria buscar. Mas nem este desgraçado navio nem os que o tripulavam tinham de voltar para Espanha. Comandada pelo alguazil Gonçalo Gomez de Espinosa, que tinha por piloto João de Carvalho, a *Trinidad* achava-se em tão mau estado que, apenas saiu de Tidor, teve de arribar a Ternate, ao porto de Talangomi, e a tripulação, composta de dezassete homens, foi imediatamente aprisionada pelos portugueses. Às reclamações de Espinosa responderam com a ameaça de o enforcar numa verga, e o desgraçado alguazil, depois de ter sido transferido para Cochim, foi remetido para Lisboa, onde, durante sete meses, esteve encarcerado, com mais dois espanhóis, únicas relíquias da tripulação da *Trinidad*.

A *Vitória,* ricamente carregada, deixou Tidor debaixo do comando de João Sebastião dei Cano, que, depois de ter sido simples piloto a bordo de um dos navios de Magalhães, tomara o comando da *Conceição,* a 27 de abril de 1521, e que sucedeu a João Lopes de Carvalho quando este foi exonerado do seu comando por incapacidade. A sua tripulação só se compunha de cinquenta e três europeus e de treze índios. Cinquenta e quatro europeus ficavam em Tidor a bordo da *Trinidad*.

Depois de ter passado por meio das ilhas de Caiosan, Laigoma, Sico, Giofi, Cafi, Laboan, Toliman, Bachian, Mata e Batutiga, a *Vitória* deixou a oeste esta última ilha, e, governando para oés-sudoeste, passou durante a noite as ilhas Sula ou Xula. Daí a dez léguas, fundearam os espanhóis em Bouron, a Boero de Bougainville, onde se abasteceram. Pararam, trinta e cinco léguas mais adiante, em Banda, onde se encontra a noz-moscada, e depois em Solor, onde se fazia um grande comércio de sândalo branco. Ali passaram quinze dias para consertar o seu navio, que padecera muito, e fizeram ampla provisão de cera e de pimenta; depois arribaram a Timor, onde só puderam abastecer-se retendo por traição o chefe de uma

aldeia, que viera para bordo com seu filho. Esta ilha era frequentada pelos juncos de Luçon e pelos paraus de Malaca e de Java, que ali faziam grande comércio de sândalo e de pimenta; um pouco mais adiante os espanhóis pararam em Java, onde se praticavam, segundo parece, nessa época, os *sutties,* em uso na Índia até estes últimos tempos.

Entre os contos que Pigafetta narra, sem lhe dar inteiro crédito, há um curiosíssimo. Refere-se a um pássaro gigante, o *Epyvornis,* de que se encontraram, em 1850, em Madagáscar, ossos e ovos gigantes. Isto prova quanto se deve ser reservado antes de se arrojarem para o domínio do maravilhoso um grande número dessas lendas, que parecem fabulosas, mas cujo ponto de partida é exato. «Ao norte de Java Maior», diz Pigafetta, «no golfo da China, há uma árvore enorme, chamada *campanganghi,* em que se empoleiram certos pássaros, chamados *garulas,* tamanhos e tão fortes que arrebentam um búfalo e até um elefante e levam-no, voando para uma árvore chamada *puzathaer».* Esta lenda corria desde o nono século entre os Persas e os Árabes, e este pássaro representa nos contos destes últimos um papel maravilhoso com o nome de *rock.* Não admira, pois, que Pigafetta pudesse colher entre os Malaios tradição análoga.

Depois de ter deixado Java Maior, a *Vitória* dobrou a península de Malaca, já submetida a Portugal havia dez anos, pelo grande Albuquerque. Perto dali ficam Sião e Camboja, depois Chiempa, onde cresce o ruibarbo. Encontra-se esta substância do modo seguinte: «Uma companhia de vinte ou vinte e cinco homens vai ao bosque, onde passam a noite em cima das árvores para se acautelarem contra os leões (notem que não há leões nestas paragens) e as outras feras, e ao mesmo tempo para sentir melhor o cheiro do ruibarbo, que o vento impele para o seu lado. Pela manhã vão ao sítio donde vinha o cheiro e procuram o ruibarbo até o encontrar. O ruibarbo é a madeira putrefacta de uma grande árvore, que adquire esse cheiro pela própria putrefação; a melhor parte da árvore é a raiz; contudo o tronco, chamado *calama,* tem aplicação medicinal.»

Decididamente não é em Pigafetta que deveremos procurar completar os nossos conhecimentos botânicos; arriscávamo-nos a enganar-nos, tomando a sério as patranhas que lhe contava o mouro a quem pediu as suas informações. E contudo o viajante lombardo dá-nos, com a maior seriedade deste mundo, pormenores fantásticos a respeito da China e cai em erros grosseiros, que evitara Duarte Barbosa, seu contemporâneo. Graças a este último é que sabemos que o comércio do anfião ou do ópio já existia nessa época.

Apenas a *Vitória* saiu das paragens de Malaca, Sebastião dei Cano teve todo o cuidado de evitar a costa de Zanguebar, onde os portugueses estavam estabelecidos desde o princípio do século. Fez caminho pelo mar alto até 42° de latitude sul, e nove semanas a fio teve de

conservar as velas ferradas, à vista do cabo, por causa das ventanias de oeste e de nordeste, que acabaram por uma horrível tempestade. Para seguir esse caminho, foi necessária ao capitão uma grande perseverança e grande vontade de levar a bom termo a sua empresa. O navio tinha água-aberta em muitos pontos e grande número de marinheiros reclamara uma arribada a Moçambique, porque, tendo-se corrompido as carnes mal salgadas, a tripulação já não tinha para beber e para comer senão água e arroz. Enfim, a 6 de maio dobrou-se o cabo das Tormentas e pôde-se esperar que a viagem teria feliz termo. Contudo, ainda muitas amarguras esperavam os navegadores. Em dois meses, vinte e um homens, tanto europeus como índios, morreram de privações, e se a 29 de julho não arribassem a Santiago de Cabo Verde, tinham morrido todos de fome. Como este arquipélago pertencia a Portugal, tiveram todo o cuidado de contar que vinham da América e ocultaram cuidadosamente o caminho que haviam descoberto. Mas, tendo tido um dos marinheiros a imprudência de dizer que a *Vitória* era o único navio da esquadra de Magalhães que voltava à Europa, os portugueses aprisionaram logo a tripulação de uma chalupa, e dispuseram-se a atacar o navio espanhol. Contudo, El Cano vigiava de bordo todos os movimentos dos portugueses; suspeitando, pelos preparativos que viu, que queriam tomar a *Vitória,* mandou dar à vela, deixando nas mãos dos portugueses treze homens da sua tripulação. Maximiliano Transilvano atribuía à arribada às ilhas de Cabo Verde motivo diverso do que Pigafetta indica. Afirmou que a fadiga das equipagens, reduzidas pelas privações e que apesar de tudo não tinham cessado de dar à bomba, determinara o capitão a parar para comprar alguns escravos que os ajudassem na manobra. Não tendo dinheiro, os espanhóis pagaram com especiarias, o que abriu os olhos aos portugueses.

«Para ver se os nossos diários vinham bons», conta Pigafetta, «mandámos perguntar para terra que dia de semana era. Responderam-nos que era quinta-feira, o que nos surpreendeu, porque, segundo os nossos diários, estávamos apenas em quarta-feira. Não nos podíamos persuadir de que nos houvéssemos enganado num dia; eu próprio ainda me espantei mais do que os outros, porque, tendo sempre estado de saúde e podendo redigir sempre o meu diário, marcara, sem interrupção, os dias da semana e os do mês. Soubemos depois que não havia erro no nosso cálculo, porque, tendo sempre viajado para oeste, seguindo o curso do Sol, e voltando ao mesmo ponto, devíamos ter ganho vinte e quatro horas sobre as que tinham ficado no mesmo sítio, e basta refletirem os leitores para disso se convencerem».

Sebastião dei Cano dirigiu-se depois rapidamente à costa de Espanha, e entrou, a 6 de setembro, na baía de San Lucar de Barrameda, com uma tripulação de dezassete pessoas, quase todas doentes. Dois dias depois fundeou em Sevilha, tendo dado volta ao mundo.

Apenas chegou, Sebastião dei Cano dirigiu-se a Valhadolid, onde estava a corte, e recebeu de Carlos V o acolhimento que mereciam tantos reveses corajosamente superados. O audacioso marinheiro, com uma pensão de cinquenta ducados, teve licença de tomar por brasão de armas um globo com esta divisa: *Primus circumdedisti me.* A riquíssima carregação da *Vitória* decidiu o imperador a expedir segunda frota às Molucas. Entretanto o comando supremo não foi dado a Sebastião dei Cano: foi reservado para o comendador Garcia de Loaisa, que não tinha outro título senão o seu nobilíssimo nome. Todavia, depois da morte do chefe da expedição, que sucedeu assim que a frota passou o estreito de Magalhães, El Cano achou-se investido no comando, mas não o conservou muito tempo, porque morreu seis dias depois.

Quanto ao navio *Vitória,* conservou-se por muito tempo no porto de Sevilha, e, apesar de todos os desvelos com que o trataram, afinal morreu de velhice.

Capítulo 11 — As Expedições Polares e a Procura da Passagem de Noroeste

I

Descobrindo a Islândia, a famosa Tule, e esse oceano *croniano,* cuja navegação era tão perigosa por causa da vasa, dos recifes e dos gelos, onde as noites são tão claras como um crepúsculo, Píteas abrira aos Escandinavos o caminho do norte. A tradição das navegações feitas pelos antigos às Órcades, às Feroé e até à Islândia conservou-se nos monges irlandeses, homens instruídos, audaciosos e marinheiros eles mesmos, como provam os seus estabelecimentos sucessivos nesses arquipélagos. Por isso foram eles os pilotos dos «homens do Norte», nome que se dá em geral a esses piratas escandinavos, noruegueses e dinamarqueses, que durante a Idade Média se tornaram tão temíveis à Europa inteira. Mas se todas as informações que devemos aos antigos gregos e romanos, acerca desses países hiperbóreos, são extremamente vagas e, por assim dizer, fabulosas, não acontece o mesmo no que diz respeito às empresas aventurosas dos «homens do Norte». As sagas — é assim que se designam os contos islandeses e dinamarqueses — são excessivamente rigorosas, e os dados tão numerosos que lhes devemos acham-se todos os dias confirmados pelas descobertas arqueológicas feitas na América, na Gronelândia, na Islândia, na Noruega e na Dinamarca. Há aí uma fonte das mais preciosas informações, por muito tempo desconhecida e inexplorada, cuja revelação é devida ao erudito dinamarquês C. C. Rafn, e que fornece acerca da descoberta pré-colombiana do continente americano factos autênticos do mais elevado interesse.

A Noruega era pobre e sobrecarregada de população. Daí provinha a necessidade de uma emigração permanente, que permitisse a uma grande parte dos seus habitantes procurar, em regiões mais favorecidas, o sustento que um solo gelado lhe recusava. Quando tinham encontrado algum país rico bastante para os fornecer de abundante presa, voltavam à pátria e partiam de novo, na primavera seguinte, acompanhados por todos os que iam arrastados pelo amor do lucro, da vida fácil e pela sede dos combates.

Caçadores e pescadores intrépidos, costumados aos perigos da navegação entre o continente e essa massa de ilhas que o orlam e parecem defendê-lo dos assaltos do oceano, através desses fiordes, estreitos e compridos, que parecem cortados no próprio solo por alguma espada gigante, partiam nesses navios de carvalho, cuja aparição fez tremer os habitantes das praias do mar do Norte e da Mancha. Às vezes esses navios, grandes ou pequenos, compridos ou curtos, tinham coberta, e eram a maior parte das vezes terminados na proa por um esporão de um tamanho enorme, por cima do qual a proa se elevava por vezes a

grande altura, tomando a forma de um S. Os *hallristningar,* assim se chamam às representações gráficas tantas vezes encontradas nos rochedos da Suécia e da Noruega, permitem-nos imaginar essas rápidas embarcações, que podiam levar uma tripulação considerável. Tais eram a *Longa Serpente,* de Olaf Tryggvason, que tinha trinta e dois bancos de remadores e noventa homens, o navio de Kanuto, que levava sessenta, e os dois navios de Olaf, «O Santo», às vezes tripulados por duzentos homens. Os reis do mar, como se chamou muitas vezes a esses aventureiros, viviam no oceano, não se estabelecendo nunca em terra, passando do saque de um castelo ao incêndio de uma abadia, devastando as costas da França, subindo os rios, principalmente o Sena, até Paris, correndo o Mediterrâneo até Constantinopla, estabelecendo-se depois na Sicília e deixando em todas as regiões do mundo conhecido rasto das suas excursões ou da sua residência.

É que a pirataria, longe de ser, como hoje é, um ato que está sob a alçada das leis, era, nessa idade bárbara ou meio civilizada, não só animada, mas cantada pelos *scaldas,* que reservavam os seus louvores mais entusiásticos para celebrar as lutas cavalheirescas, as correrias aventurosas e todas as manifestações da força. Desde o século XIII que estes terríveis caçadores dos mares frequentavam os grupos das Órcades, das Hébridas, das Shetland e das Feroé, onde encontraram monges irlandeses, que ali se tinham estabelecido havia perto de um século, para catequizar as populações idólatras.

Em 861, um pirata norueguês chamado Naddod foi arrastado pela tempestade para uma ilha coberta de neve, que batizou com o nome de Snoland (terra de neve), nome mudado depois no de Iceland (terra de gelo). Ainda ali os «homens do Norte» acharam, debaixo do nome de Papis, os monges irlandeses nos cantões de Papeya e de Papili.

Ingolf estabeleceu-se, alguns anos depois, nesse país e fundou Reiquejavique. Em 985, o triunfo de Harold Haarfager, que acabou de submeter às suas armas toda a Noruega, levou para a Islândia uma onda considerável de descontentes. Ali estabeleceram a forma de governo republicano, que acabava de ser derrubado na sua pátria, e que subsistiu até 1261, época em que a Islândia passou para os domínios do rei da Noruega.

Estes audaciosos companheiros, enamorados das aventuras e das longas correrias em perseguição das focas, depois de estabelecidos na Islândia, conservaram os seus hábitos errantes e fizeram incursões atrevidas para oeste, onde, três anos apenas depois da chegada de Ingolf, Guunbjorn descobrira os píncaros vetustos das montanhas da Gronelândia. Cinco anos depois, um bandido, Erik, «o Vermelho», expulso da Islândia por causa de um assassínio, tornou a encontrar a terra entrevista por Guunbjorn aí por 64 graus de latitude setentrional. A esterilidade desta costa e os seus gelos determinaram-no a procurar para sul uma temperatura

mais clemente, terras mais abertas e mais abundantes em caça. Dobrou, por conseguinte, o cabo Farewell, na extremidade da Gronelândia, fixou-se na costa ocidental, e construiu para si e para os seus companheiros vastas habitações, cujas ruínas o Sr. Jorgensen encontrou de novo. Esse país podia então merecer o nome de Terra Verde (Gronelândia), que lhe deram os «homens do Norte; mas o crescimento anual e considerável das geleiras transformou-a, desde essa época, numa terra de desolação.

Erik voltou à Islândia a buscar os seus amigos, e no mesmo ano em que tornou a Brattahalida (assim se chamava o seu estabelecimento) catorze navios carregados de emigrantes vinham ter com ele. Era um verdadeiro êxodo. Esses factos passaram-se no ano de 1000. Tão depressa como os recursos do país o permitiram, a população gronelandesa aumentou e, em 1121, Gardar, capital do país, tornou-se sede de um bispado, que subsistiu até depois da descoberta das Antilhas por Cristóvão Colombo.

Bjarn Heriulfson, vindo da Noruega à Islândia para passar o inverno com seu pai, soube que este fora ter à Gronelândia com Erik, «o Vermelho». Sem hesitação, o mancebo torna a sair ao mar. Encontra ao acaso um país cuja situação nem sequer descreve exatamente, e as correntes atiram-no para costas que se supõe serem as da Nova Escócia, da Terra Nova e do Maine. Afinal, contudo, chegou a Gronelândia, onde Erik, o poderoso *jarl* norueguês, lhe censurou não ter examinado com mais desvelo os países cujo conhecimento devia a um feliz acaso do mar.

Erik mandara seu filho Leif à corte da Noruega, tão frequentes eram, nessa época, as relações entre a metrópole e as suas colónias. O rei, que se convertera ao cristianismo, acabava de expedir para a Islândia uma missão encarregada de derribar o culto de Odin. Confiou a Leif alguns padres, que deviam catequizar os Gronelandeses; mas, apenas voltou à sua pátria, o jovem aventureiro deixou os santos homens trabalhar no cumprimento da sua difícil tarefa, e, sabendo da descoberta de Bjarn, equipou navios e fez-se à vela, à procura das terras entrevistas. Sucessivamente desembarcou numa planície pedregosa e desolada, a que dá o nome de Helulândia, e que sem hesitação se reconheceu que era a Terra Nova, depois numa costa baixa, arenosa, por detrás da qual se desenrolava uma imensa cortina de sombrias florestas, alegradas pelo canto de inumeráveis pássaros. Volta ao mar pela terceira vez, e, caminhando para o sul, chega à baía de Rhode Island, de suave clima, cujo rio é tão povoado de salmões que ali se estabelece e ali constrói uma povoação de vastos edifícios de tábuas a que chama Leifsbudir (casa de Leif).

Depois manda alguns dos seus companheiros para explorarem o país, e eles voltam com a boa notícia de que nessa região cresce a vinha brava, o que lhe vale o nome de Vinland. Na

primavera do ano 1001, Leif, depois de ter carregado o seu navio com peles, uvas, madeiras e outras produções do país, retomou o caminho da Gronelândia, tendo feito esta observação curiosa de que o dia mais curto na Vinlândia ainda durava nove horas, o que permitiu colocar em 41° 24' 10" a situação de Leifsbudir. Esta feliz campanha e a salvação de uma embarcação norueguesa, que levava a bordo quinze homens, fizeram com que se desse ao filho de Erik o sobrenome de «o Afortunado».

Esta expedição fez grande barulho, e a história das maravilhas do país onde Leif se estabelecera levou seu irmão Thorvald a partir com trinta homens. Depois de ter passado o inverno em Leifsbudir, Thorvald explorou as costas para o sul, voltou no outono a Vinlândia e no ano seguinte, 1004, seguiu a costa para o norte de Leifsbudir. Durante esta viagem de regresso, os «homens do Norte» encontraram pela primeira vez esquimós e degolaram-nos impiedosamente, sem motivo algum. Na noite imediata viram-se de súbito rodeados de uma numerosa flotilha de *kayacs,* de onde partiu uma nuvem de frechas. Só Thorvald, chefe da expedição, foi ferido mortalmente, e os seus companheiros enterraram-no num promontório, a quem deram o nome de promontório da Cruz.

Ora, no golfo de Boston descobriu-se no século XVIII um túmulo de cantaria, onde se encontrou, juntamente com ossadas, um punho de espada de *ferro*. Como os índios não conheciam este metal, não podiam ser esses ossos de um dos seus esqueletos; não eram também restos de um dos europeus desembarcados depois do século XV, cujas espadas não tinham esta forma tão característica. Julgou-se reconhecer o túmulo de um escandinavo; não ousamos dizer que fosse de Thorvald, filho de Erik, «o Vermelho».

Na primavera de 1007, três navios, levando a bordo cento e sessenta homens e alguns animais, deixaram Eriksfjord. Tratava-se, desta vez, de fundar um estabelecimento permanente. Os emigrados reconheceram a Helulândia, a Marklândia e a Vinlândia, e desembarcaram numa ilha, onde construíram barracas e deram começo a trabalhos de cultura. Devemos supor que tomaram mal as suas medidas, ou que não foram bastante previdentes, porque o inverno os surpreendeu sem provisões de qualidade alguma, e passaram crudelíssima fome. Tiveram, contudo, o bom senso de voltar ao continente, onde puderam, numa abundância relativa, esperar o fim do inverno.

No princípio de 1008 puseram-se à procura de Leifsbudir e estabeleceram-se em Mount Hope-Bay, na margem fronteira ao antigo estabelecimento de Leif. Ali se travaram pela primeira vez algumas relações com uns indígenas chamados *Skrellings* nas sagas, e que pelo seu retrato é fácil reconhecer como esquimós. O primeiro encontro foi pacífico. Um comércio de troca se fez até ao dia em que o desejo que tinham os esquimós de obter machados de ferro,

sempre prudentemente recusados pelos normandos, os impeliu a agressões, que determinaram os recém-chegados, depois de três anos de residência, a voltar à sua pátria, sem deixar vestígio duradouro da sua passagem por aquele país.

Facilmente se compreende que não podemos contar minuciosamente todas as expedições que, partindo da Gronelândia, se sucederam nos países do Lavrador e dos Estados Unidos. Aqueles dos nossos leitores que desejem informações circunstanciadas podem procurar a interessante publicação do Sr. Gabriel Gravier, a obra mais importante que se tem escrito acerca deste assunto, e de que extraímos tudo o que é relativo às expedições normandas.

No mesmo ano em que Erik, «o Vermelho», desembarcava na Gronelândia, em 993, um certo Hari Marson foi arrojado pela tempestade para fora dos caminhos ordinários e para as costas de um país designado pelo nome de Terra dos Homens Brancos, que se estendia, segundo o que refere Rafn, desde a baía de Chesapeak até à Florida.

De onde vinha este nome de Terra dos Homens Brancos? Já ali estavam estabelecidos alguns compatriotas de Marson? É o que se deve supor pelos próprios termos da crónica. Percebe-se o interesse que havia em se poder determinar a nacionalidade desses primeiros colonos. Demais, as sagas não revelaram todos os seus segredos. Ainda há provavelmente muitas desconhecidas e, como as que se foram descobrindo sucessivamente confirmaram factos já admitidos, há todo o motivo para esperar que os nossos conhecimentos das navegações islandesas se tornarão mais rigorosos.

Uma outra lenda, que tem muitas partes romanescas, mas que encerra contudo um fundo de verdade, conta que um Bjorn, obrigado a deixar a Islândia em consequência de uma paixão desgraçada, se refugiou nos países para além da Vinlândia, onde o encontraram, em 1027, alguns dos seus compatriotas.

Em 1051, durante uma nova expedição, uma islandesa foi morta por *skrellings*. Pois exumou-se em 1867 um túmulo que tinha uma inscrição rúnica, ouro e objetos de vestuário, que estão hoje conservados no Museu Washington. Esta descoberta foi feita no sítio exato indicado pela saga que narrava estes acontecimentos e que só em 1863 se encontrou.

Mas os «homens do Norte» estabelecidos na Islândia e na Gronelândia não foram os únicos a visitar as costas da América pelos anos 1000, como prova o nome de Grande Islândia, dado também à Terra dos Homens Brancos. Como afirma a história de Madoc-od-Owen, uns irlandeses e uns galeses ali fundaram colónias, acerca das quais só possuímos pouquíssimos esclarecimentos. Apesar de serem vagos e da sua incerteza, os Srs. de Azevac e Gaffarel estão de acordo em reconhecer a sua verosimilhança.

Depois de termos dito algumas palavras acerca das correrias e dos estabelecimentos de

«homens do Norte» no Lavrador, na Vinlândia e nos países mais meridionais, temos de voltar ao Norte. As colónias fundadas primitivamente nos arredores do cabo Farewell não tinham tardado a estender-se ao longo da costa ocidental, que era nessa época infinitamente menos devastada do que hoje. Era assim que nessa época se pescavam focas e baleias na baía de Disco e se contavam cento e noventa cidades no Westerbygd e oitenta e seis no Estebygd. Está-se atualmente muito longe de tamanho número de estabelecimentos dinamarqueses nessas costas geladas.

Essas cidades não eram provavelmente senão grupos pouco consideráveis de casas de madeira e de pedra, de que se encontram uma grande quantidade de ruínas, desde o cabo de Farewell até Upernavik, cerca de 73 graus. Ao mesmo tempo numerosas inscrições rúnicas, hoje decifradas, vieram trazer um grau de certeza absoluta a factos por tanto tempo ignorados. Mas quantos destes vestígios do passado restam ainda por descobrir! Quantos desses preciosos testemunhos da audácia e do espírito empreendedor da raça escandinava estão sepultados para sempre debaixo das geleiras!

Igualmente se adquiriu a prova de que o cristianismo fora levado à América e especialmente à Gronelândia. A esse país se fizeram, segundo as instruções do Papa Gregório, visitas pastorais para fortificar na sua fé os «homens do Norte» novamente convertidos e para evangelizar as tribos Índias e os esquimós. Mais ainda, em 1865, o Sr. Riante estabeleceu de um modo irrefutável que as cruzadas tinham sido pregadas, tanto na Gronelândia, no bispado de Gardar, como nas ilhas e terras vizinhas, e que até 1814 a Gronelândia pagou à Santa Sé o dízimo e o dinheiro de S. Pedro, que se compunham nesse ano de dois mil e seiscentos arráteis de dentes de morsas.

As colónias norueguesas deveram a sua decadência e a sua ruína a causas diversas: à extensão rapidíssima das geleiras (Hayes notou que a geleira de Fr. João marcha com uma velocidade de trinta metros por ano); à má política da mãe-pátria, que impediu o recrutamento dos colonos, à peste negra, que dizimou a população da Gronelândia de 1347 a 1351; enfim, às depredações de piratas, que em 1418 devastaram essas regiões já enfraquecidas piratas que parece terem sido certos habitantes das Órcades e das Feroé, de quem vamos falar.

Um dos companheiros de Guilherme, «o Conquistador», chamado Saint-Clair ou Sinclair, não tendo achado proporcionada ao seu mérito a porção do país conquistado que recebera, foi procurar aventuras na Escócia, onde não tardou a elevar-se à riqueza e às honras.

Na segunda metade do século XIV, as ilhas Órcades passaram para o domínio dos seus descendentes.

Em 1390, um certo Nicolau Zeno, pertencente a uma das famílias mais nobres e mais

antigas de Veneza, que armara um navio à sua custa para visitar por simples curiosidade a Inglaterra e Flandres, naufragou nas ilhas Órcades, para onde fora arrojado pela tempestade. Ia ser assassinado pelos habitantes quando o conde Henrique Sinclair o tomou debaixo da sua proteção. A historia deste naufrágio e das aventuras e descobertas que dele advieram, publicada na compilação de Ramúsio, fora escrita, diz o erudito geógrafo Clemente Markham nos seus *Arredores da Região Desconhecida,* por António Zeno. Por desgraça, um dos seus descendentes, chamado Nicolau Zeno, que nascera em 1515, rasgou, quando era criança, esses papéis, cujo valor não conhecia. Tendo, contudo, escapado algumas cartas, ele pôde depois redigir a narrativa, tal como a temos agora e tal como foi impressa em Veneza. Também se encontra no palácio uma velha carta apodrecida pela vetustez e que explicava todas estas viagens. Fez dela uma cópia, acrescentando infelizmente o que julgava necessário para a sua compreensão. Fazendo-o com estouvamento, sem ser guiado pelo conhecimento geográfico que nos permite reconhecer onde ele se engana, introduziu a confusão mais deplorável em toda a geografia que tirara da narrativa; quanto às porções da carta que não estão alteradas desse modo e que são originais apresentam uma exatidão que deixa ficar muitas gerações para trás a própria geografia de Nicolau Zeno e confirmam de modo notável a posição da velha colónia da Gronelândia. Nestes factos não temos só a solução de todas as discussões que surgiram a este respeito, mas a prova mais indiscutível da autenticidade da narrativa, porque evidentemente Nicolau Zeno, o moço, não podia inventar uma história cuja verdade tivesse desfigurado por ignorância, indo de encontro à carta.

O nome de Zichmni, em que os escritores contemporâneos, e, no primeiro plano deles, o Sr. H. Major, que tirou esses factos do domínio da fábula, veem o nome de Sinclair, não parece efetivamente ser aplicável a esse conde quanto às Órcades.

Nesta época os mares do Norte da Europa eram infestados por piratas escandinavos. Sinclair, que reconhecera em Zeno um hábil marinheiro, reteve-o junto de si e fez com ele a conquista do país de Frislândia, ninho de salteadores do mar, que devastavam todo o Norte da Escócia. Nos Portulanos do fim do século XV e nas cartas do princípio do xvi, esse nome designa o arquipélago das Feroé, indicação verosímil, porque Buache encontrou nas denominações atuais das angras e das ilhas desse arquipélago um grande número das que Zeno lhes dera; enfim as particularidades que se devem ao navegador veneziano acerca das águas piscosas, e perigosas pelos seus recifes, que dividem esse arquipélago são ainda verdadeiras.

Satisfeito com a sua posição, Zeno escreveu a seu irmão António que fosse ter com ele. Enquanto Sinclair fazia a conquista das Feroé, os piratas noruegueses assolavam as Shetland, então chamadas Eastland. Nicolau fez-se à vela para lhes dar batalha, mas teve afinal de fugir

diante da frota deles, muito mais numerosa do que a sua, e de se refugiar numa pequena ilha da costa da Islândia.

Depois de ter invernado neste sítio, Zeno parece que no ano seguinte foi desembarcar na costa oriental da Gronelândia, por 69 graus de latitude setentrional, num sítio onde havia um mosteiro da Ordem dos Pregadores e uma igreja dedicada a S. Tomás. As celas eram aquecidas por uma fonte natural de água quente, que os monges empregavam para preparar os seus alimentos e cozer o seu pão. Os frades tinham, da mesma forma, jardins cobertos na estação invernosa e aquecidos da mesma maneira, de forma que podiam produzir frutos e ervas como se vivessem num clima temperado. O que parece confirmar estas narrativas é que, de 1828 a 1830, um capitão da marinha dinamarquesa encontrou no grau 69 uma população de seiscentos indivíduos, de tipo claramente europeu.

Mas esta viagem aventurosa a países cujo clima tão pouco se parecia com o de Veneza foi fatal a Zeno, que morreu pouco tempo depois da sua volta à Frislândia.

Um velho marinheiro, que voltara com o veneziano e que estivera, dizia ele, durante largos anos preso nos países do extremo oeste, parece que dera a Sinclair notícias tão minuciosas, tão certas e tão tentadoras acerca da fertilidade e da extensão destas regiões que este último resolveu conquistá-las com António Zeno, que viera ter com seu irmão. Mas as populações mostraram-se por toda a parte tão hostis, opuseram tal resistência ao desembarque dos estrangeiros, que Sinclair teve, depois de uma longa e perigosa navegação, de voltar para a Frislândia. São essas as particularidades que nos foram conservadas e nos fazem lamentar vivamente a perda das que António devia dar, nas suas cartas a seu pai Carlos, acerca dos países que Forster e Malte-Brun entenderam que podiam identificar com a Terra Nova.

Quem sabe se nas suas viagens a Inglaterra, durante a sua peregrinação até Tule, Cristóvão Colombo não ouvira falar nas antigas expedições dos «homens do Norte» e dos Zeno, e se essas informações não viriam trazer uma confirmação singular às teorias que professava, às ideias para cuja realização viera reclamar o apoio do rei de Inglaterra?

Do conjunto dos factos que acabámos de expor brevemente resulta que a América era conhecida dos Europeus e fora colonizada antes de Colombo. Mas, em consequência de diversas circunstâncias, entre as quais devemos colocar em primeiro plano a raridade das comunicações que os povos do Norte da Europa conservavam com os do Meio-Dia, as descobertas dos «homens do Norte» eram conhecidas apenas muito vagamente em Espanha e em Portugal. Segundo todas as probabilidades, sabemos hoje muito mais a esse respeito do que os contemporâneos de Colombo. Se o marinheiro genovês teve conhecimento de alguns boatos, aproximou-os dos indícios que colhera nas ilhas de Cabo Verde e das suas lembranças

clássicas acerca da famosa ilha Antília e da Atlântida de Platão. Destas informações, vindas de tantos lados diferentes, nasceu nele a certeza de que se podia chegar ao Oriente pelo caminho do Ocidente. Seja como for, a sua glória ficará inteira; é deveras o inventor da América, e não os que o acaso dos ventos e das tempestades para ali impelira à força e sem a vontade firme de chegarem às praias asiáticas, o que Cristóvão Colombo faria se a América se lhe não atravessasse no caminho.

As informações que vamos dar acerca da família Corte Real, apesar de serem muito mais completas do que as que se encontram nos dicionários biográficos, são ainda muito vagas. Com elas teremos de nos contentar, porque a História até agora nada mais colheu acerca desta raça de intrépidos navegadores.

João Vaz Corte Real era bastardo de um fidalgo chamado Vasco Anes da Costa, que recebera do rei de Portugal o apelido de Corte Real por causa da magnificência da sua casa e da sua comitiva. Votado, como outros tantos fidalgos desta época, às aventuras marítimas, João Vaz raptou na Galiza uma menina chamada Maria de Abarca, com quem casou.

Depois de ter feito parte da casa do infante D. Fernando, foi enviado pelo rei, com Álvaro Martins Homem, ao Atlântico setentrional. Os dois navegadores viram então uma ilha designada desde essa época pelo nome de Terra dos Bacalhaus, que provavelmente era a Terra Nova. A data dessa descoberta é aproximadamente fixada pelo facto de que, à sua volta, arribaram à ilha Terceira, e, achando a capitania vaga pela morte de Jácome de Bruges, vieram pedi-la à infanta D. Brites, viúva do infante D. Fernando, que lha concedeu com a condição de que a repartiriam entre si, facto confirmado por uma doação datada de Évora de 2 de abril de 1464.

Sem que se possa garantir a autenticidade desta descoberta da América, há contudo um facto certo: é que a viagem de Corte Real foi assinalada por um acontecimento extraordinário. Não se faziam então doações desta importância senão aos que tinham prestado algum serviço à Coroa.

Estabelecido na Terceira, João Vaz Corte Real mandara construir para si, desde 1490 a 1497, na cidade de Angra, um belo palácio, em que habitava com seus três filhos. Gaspar, seu terceiro filho, depois de ter entrado ao serviço de el-rei D. Manuel, quando este era apenas duque de Beja, cedo se sentira atraído para as empresas de descobertas que tinham ilustrado seu pai.

Por um ato datado de Sintra, de 12 de março de 1500, el-rei D. Manuel doou a Gaspar Corte Real as ilhas ou terra firme que pudesse descobrir, e el-rei acrescentava a informação preciosa de que «já e noutras épocas as procurara por sua conta e à sua custa».

Gaspar Corte Real não estava por conseguinte ainda na sua primeira tentativa. Provavelmente as suas investigações deviam dirigir-se para as paragens em que seu pai encontrara a ilha dos bacalhaus. À sua custa, ainda que com auxílio do rei, Gaspar Corte Real equipou dois navios, no princípio do verão de 1500, e, depois de ter feito escala na Terceira, fez vela para o noroeste. A sua primeira descoberta foi a de uma terra cujo aspeto farto e verdejante parece tê-lo encantado. Era o Canadá. Viu ali um grande rio carreando gelo, o S. Lourenço, que alguns dos seus companheiros tomaram por um braço de mar e a que ele deu o nome de rio Nevado. «É tão considerável o volume das suas águas que não é provável que este país seja uma ilha, sem falar em que deve estar coberto de uma camada de neve espessíssima para poder dar origem a semelhante corrente.»

As casas deste país eram de madeira e forradas de peles. Os habitantes não conheciam o ferro e serviam-se de espadas de pedra aguçada, e as suas frechas tinham na ponta ossos de peixe ou pedras. Altos e bem feitos, pintavam a face e o corpo de diversas cores por galantaria, usavam manilhas de ouro e de cobre e vestiam-se de peles.

Corte Real prosseguiu a sua viagem e chegou ao cabo dos Bacalhaus, «peixes que se encontram nesta costa em tamanha quantidade que não deixam as caravelas avançar». Depois seguiu a praia numa extensão de duzentas léguas, desde 56 até 60 graus, ou mais ainda, dando nomes às ilhas, rios e golfos que encontrava, como o provam Terra do Lavrador, baía da Conceição, etc., desembarcando e pondo-se em relações com os naturais. Frios muito rigorosos e um verdadeiro rio de pedras de gelo, agigantadas, impediram a expedição de ir mais a cima, e voltou para Portugal com cinquenta e sete indígenas.

No próprio ano da sua volta, a 15 de maio de 1501, Gaspar Corte Real, segundo uma ordem de 15 de abril, recebeu abastecimentos e deixou Lisboa com esperança de ampliar o campo das suas descobertas. Mas não se ouviu falar mais nele desde essa época. Miguel Corte Real, seu irmão, que era porteiro-mor d'el-rei, pediu então e obteve licença de ir à sua procura e de prosseguir na sua empresa. Por um alvará de 15 de janeiro de 1502, fez-se-lhe doação de metade da terra firme e das ilhas que seu irmão tivesse podido descobrir. Partindo a 10 de maio desse mesmo ano com três navios, Miguel Corte Real dirigiu-se à Terra Nova, onde dividiu a sua pequena esquadra, a fim de que cada um dos seus navios pudesse explorar isoladamente a costa, e indicou um lugar onde se reuniriam. Mas, na época fixada, não reapareceu, e os outros dois navios, depois de o terem esperado até 20 de agosto, retomaram o caminho de Portugal.

Em 1503 o rei mandou duas caravelas para procurarem ter notícias dos dois irmãos, mas as pesquisas foram baldadas e voltaram sem ter sabido coisa alguma.

Quando soube destes tristes acontecimentos, o último dos irmãos Corte Real, Vasco Anes, que era capitão e governador das ilhas de S. Jorge e Terceira e alcaide-mor da cidade de Tavira, resolveu armar à sua custa um navio e partir à procura de seus irmãos. O rei teve de se opor a isso, com receio de perder o último dessa raça de bons servidores.

Nos mapas dessa época, o Canadá é muitas vezes designado pelo nome de Terra dos Cortes Reais, denominação que se estende mesmo às vezes muito mais abaixo, e abrange uma grande parte da América do Norte.

Tudo o que diz respeito a João e a Sebastião Cabot ficou mergulhado até estes últimos anos numa tal incerteza que nem sequer está hoje completamente dissipada, apesar dos estudos tão conscienciosos do americano Biddle, em 1831, do nosso compatriota o Sr. D'Avezac e do inglês M. Nicholls, que, aproveitando os achados feitos nos arquivos de Inglaterra, de Espanha e de Veneza, construiu um monumento imponente, ainda que discutível em algumas das suas partes. Nestas duas últimas obras é que iremos colher os elementos deste estudo rápido, mas sobretudo no trabalho de M. Nicholls, que tem sobre o opúsculo do Sr. D'Avezac a vantagem de contar a vida inteira de Sebastião Cabot.

Não se sabe com certeza nem o nome nem a nacionalidade e ainda menos a época do seu nascimento. João Cabota, Caboto ou Cabot nasceu provavelmente, se não mesmo em Génova, segundo o Sr. D'Avezac, pelo menos na vizinhança dessa cidade e talvez mesmo em Castiglione, no primeiro quartel do século XV. Alguns historiadores fizeram dele um inglês, e o amor-próprio nacional levaria talvez M. Nicholls a adotar esta opinião; pelo menos é o que se deduz das expressões que ele emprega. O que se sabe, sem disso se poder duvidar, é que João Cabot veio a Londres para se ocupar do comércio e que não tardou a estabelecer-se em Brístol, então a segunda cidade do reino, num dos arrabaldes que recebera o nome de Catai, sem dúvida por causa dos numerosos venezianos que ali residiam e do comércio que faziam com os países do Extremo Oriente. Ali nasceram provavelmente os dois últimos filhos de Cabot, Sebastião e Sancho, se dermos crédito ao que refere o velho cronista Eden: «Sebastião Cabot disse-me que tinha nascido em Brístol e que aos quatro anos partira com seu pai para Veneza, e que voltara com ele a Inglaterra alguns anos depois, o que fizera pensar que vira a luz do dia em Veneza». Em 1476, João Cabot estava em Veneza e ali recebeu, a 29 de março, cartas de naturalização, o que prova que não era originário desta cidade e que devia ter merecido esta honra por algum serviço prestado à República. O Sr. D'Avezac inclina-se a pensar que se entregara ao estudo da cosmografia e da navegação, talvez com o célebre florentino Paulo Toscanelli, cujas teorias sobre a distribuição das terras e dos mares à superfície do Globo ele nesse caso conheceria. Ao mesmo tempo poderia ter ouvido falar nas

ilhas situadas no Atlântico e designadas pelos nomes de Antília, de Terra das Sete Cidades ou do Brasil. O que parece mais certo é que os negócios do seu comércio o chamaram ao Levante, a Meca, diz-se, e que ali soubera de que país vinham as especiarias, que constituíam então o ramo mais importante do comércio dos Venezianos.

Qualquer que seja o valor que tenham estas teorias especulativas, o que é certo é que João Cabot fundou em Brístol um importante estabelecimento de comércio. Seu filho Sebastião, a quem estas primeiras viagens tinham dado o gosto do mar, instruiu-se em todos os ramos conhecidos de navegação e fez algumas viagens pelo oceano para se familiarizar com a prática desta arte, como já o estava com a sua teoria. «Há sete anos», diz o embaixador espanhol num despacho de 25 de julho de 1498, a propósito de uma expedição comandada por Cabot, «que os de Brístol armam, todos os anos, duas, três ou quatro caravelas, para irem procurar a ilha do Brasil e das Sete Cidades, segundo o capricho deste genovês». Nesta época ressoara na Europa inteira o barulho que acabavam de fazer as descobertas de Colombo. «Nasceu-me», diz Sebastião Cabot, numa narrativa que Ramúsio nos conservou, «um grande desejo e como que um ardor no coração de fazer, eu também, alguma coisa assinalada, e, sabendo pelo exame da esfera que, se eu navegasse por meio do vento de oeste, conseguiria mais rapidamente encontrar a Índia, fiz logo conhecer o meu projeto a Sua Majestade, que ficou muito satisfeito com ele». O rei a quem se dirigiu Cabot é esse mesmo Henrique VII que, alguns anos antes, recusara todo o apoio a Cristóvão Colombo. Percebe-se que acolhesse com fervor o projeto que lhe vinham submeter João e Sebastião Cabot, porque, ainda que Sebastião, no fragmento que acabamos de reproduzir, atribuísse a si só toda a honra do projeto, nem por isso é menos verdade que seu pai foi o promotor da empresa, como prova a seguinte carta, que traduzimos, resumindo-a: «Nós, Henrique... permitimos aos nossos amados João Cabot, cidadão de Veneza, e a Luís, Sebastião e Sancho, seus filhos, descobrir, debaixo do nosso pavilhão e com cinco navios de tonelagem e tripulação que julgarem convenientes, à sua própria custa... outorgamos-lhes, assim como aos seus descendentes e herdeiros, licença para ocupar, possuir... com encargo de nos pagar, dos proveitos, lucros e vantagens resultantes dessa navegação, em mercadorias ou dinheiro, o quinto do proveito assim obtido, por cada uma das suas viagens, todas as vezes que tornarem ao porto de Brístol (no qual porto serão obrigados a entrar)... prometemos-lhes e garantimos-lhes, a eles e seus herdeiros, que serão isentos de todos os direitos de alfândega pelas mercadorias que trouxerem dos países assim descobertos... Mandamos e ordenamos a todos os nossos súbditos, tanto em terra como no mar, que deem auxílio ao dito João e a seus filhos. Dado em... a 5 de março de 1495.»

Tal é a carta que foi concebida a João Cabot e seus filhos, à sua volta do continente

americano, e não, como pretenderam certos autores, anteriormente a esta viagem. Assim que a notícia da descoberta feita por Colombo chegou a Inglaterra, quer dizer provavelmente em 1493, João e Sebastião Cabot prepararam a expedição à sua própria custa e partiram no princípio do ano de 1494 com a ideia de chegarem ao Catai e depois às Índias. Não pode haver dúvida nesse ponto, porque se conserva, na Biblioteca Nacional de Paris, o único exemplar da carta gravada em 1544, isto é, sendo vivo Sebastião Cabot, que relata esta viagem e a data exata e precisa da descoberta do cabo Bretão.

É provável que se devam atribuir às intrigas do embaixador espanhol a demora que teve a expedição de Cabot, porque se passou todo o ano de 1496 sem ele ter feito essa viagem.

No ano imediato, partiu no princípio do verão. Depois de ter encontrado a terra *Primo Vista,* seguiu a costa e não tardou a observar, com grande desapontamento, que corria para o norte. «Então costeando-a para me certificar se não encontraria alguma passagem, não a pude descobrir, e, tendo avançado até 56 graus e vendo que nesse sítio a terra voltava para leste, desesperei de descobrir uma passagem e virei de bordo para examinar a terra nessa direção para a linha equinocial, sempre com o mesmo objeto de encontrar uma passagem para as Índias, e afinal cheguei ao país hoje chamado Florida, onde, principiando a faltar-me as provisões, tomei a resolução de voltar para Inglaterra.» Esta narrativa, cujo princípio demos mais acima, foi feita por Cabot a Fracastor, quarenta a cinquenta anos depois do acontecimento. Por isso não admira que Cabot ali misture duas navegações perfeitamente distintas, a de 1494 e a de 1497. Acrescentemos ainda algumas reflexões a esta narrativa: a primeira terra vista foi, sem contradição, o cabo Norte, extremidade setentrional da ilha do cabo Bretão, e a ilha que lhe fica fronteira é a do Príncipe Eduardo, muito tempo conhecida pelo nome de ilha de S. João. Cabot penetrou provavelmente no estuário de S. Lourenço, que tomou por um braço de mar, ao pé do sítio onde hoje se levanta Quebeque, e costeou a margem setentrional do golfo, enquanto não viu a costa do Lavrador internar-se para leste. Tomou a Terra Nova por um arquipélago e continuou o caminho para o sul, não sem dúvida até à Florida, como ele diz, opondo-se o tempo consagrado à viagem a que descesse tão abaixo, mas até a baía Chesapeake. São os países a que os Espanhóis chamaram depois Terra de Estêvão Gomes.

A 3 de fevereiro de 1498 assinou o rei Henrique VII, em Westminster, novas cartas patentes. Autorizava João Cabot, ou o seu representante, devidamente credenciado, a tomar nos portos de Inglaterra seis navios de duzentas toneladas e a adquirir pelo mesmo preço que a Coroa tudo o que lhe fosse necessário para o equipamento. Permitiu-lhe embarcar os mestres de marinheiros, pajens e outros indivíduos que por sua própria vontade quisessem ir e passar

com ele à terra e às ilhas recentemente descobertas. João Cabot fez então as despesas do equipamento de dois navios, e outros três foram armados à custa de negociantes de Brístol.

Segundo todas as probabilidades, foi a morte — uma morte inopinada e súbita — que impediu João Cabot de tomar o comando dessa expedição. Seu filho Sebastião dirigiu por conseguinte a frota, que levava trezentos homens e víveres para um ano. Depois de ter visto a terra pelo grau 45, Sebastião Cabot seguiu a costa até ao grau 58, talvez mesmo mais acima; mas então fazia um tal frio e havia uma tal abundância de gelos flutuantes, apesar de se estar no mês de julho, que seria impossível internar-se mais para o norte. Os dias eram muito longos e as noites excessivamente claras, particularidade interessante para se fixar a latitude a que se chegara, porque sabemos que no sexagésimo paralelo os dias mais compridos são de dezoito horas. Estes diversos motivos determinaram Sebastião Cabot a virar de bordo, tocando nas ilhas dos Bacalhaus, cujos habitantes, cobertos de peles de animais, tinham por armas o arco e as setas, a lança, o dardo e a espada de pau. Os navegadores pescaram neste sítio um grande número de bacalhaus, os quais eram tão numerosos, diz uma velha relação, que impediam o navio de avançar. Depois de ter cortado a América até ao grau 38, Cabot tomou novamente o caminho de Inglaterra, aonde chegou no princípio do outono.

Em suma, essa viagem tinha o tríplice fim de descoberta, de comércio e de colonização, como indicam os navios que nela tomaram parte e a força das tripulações. Contudo, não parece que Cabot desembarcasse pessoa alguma, ou fizesse quaisquer tentativas de colonização, tanto no Lavrador como na baía de Hudson, que devia explorar mais completamente em 1571, no reinado de Henrique VIII, ou mesmo abaixo das paragens dos Bacalhaus, designadas pelo nome genérico de Terra Nova.

Depois desta expedição, quase completamente improdutiva, perdemos de vista Sebastião Cabot, se não de todo, pelo menos o bastante para termos informações insuficientes acerca dos seus atos e das suas viagens até 1517. O viajante Hojeda, cujas diferentes empresas já narrámos, deixara a Espanha no mês de maio de 1499. Sabemos que nesta viagem encontrou um inglês, em Caquibaco, na costa da América. Seria Cabot? Não temos coisa alguma que a esse respeito nos tire as dúvidas, mas podemos supor que não se conservou ocioso e que alguma nova expedição empreendera. O que sabemos é que, desprezando os compromissos solenes que tomara com Cabot, o rei de Inglaterra concedera a portugueses e a negociantes de Brístol certos privilégios de comércio nos países descobertos por ele. Esta maneira pouco generosa de reconhecer os seus serviços feriu o navegador e decidiu-o a aceitar as ofertas, que por mais de uma vez lhe tinham sido feitas, para entrar ao serviço da Espanha. Depois da morte de Vespúcio, sucedida em 1512, era Cabot o viajante mais

afamado. Para o ligar a si, Fernando escreveu portanto, a 13 de setembro de 1512, a Lord Willoughby, comandante-chefe das tropas transportadas para a Itália, que tratasse com o navegador veneziano.

Assim que chegou a Castela, Cabot recebeu, por uma cédula de 20 de outubro de 1512, o posto de capitão, com cinco mil maravedis de ordenado. Foi fixada Sevilha para residência até se apresentar ocasião de utilizar os seus talentos e a sua experiência. Tratava-se para ele de tomar o comando de uma expedição importantíssima, quando Fernando, «o Católico», morreu, a 23 de janeiro de 1516. Cabot voltou logo para Inglaterra, depois de ter obtido provavelmente uma licença.

Diz-nos Eden que Cabot foi nomeado no ano seguinte, com Sir Tomás Pert, para o comando de uma frota que devia ir à China pelo noroeste. A 11 de junho estava na baía de Hudson, a 76 graus e meio de latitude; o mar livre de gelos estendia-se diante dele até tão longe que contava sair-se bem da sua empresa, quando a cobardia do seu companheiro, a fraqueza e a insubordinação das tripulações, que recusaram ir mais adiante, o forçaram a voltar a Inglaterra. No seu *Theatrum Orbis Terrarum,* Ortelius traça a forma da baía de Hudson tal como é verdadeiramente, indica até na sua extremidade setentrional um estreito que se dirige para o norte. Como é que um geógrafo pôde ser tão exato? Quem lhe deu as informações que reproduz a sua carta, senão Cabot? — diz Nicholls.

Quando voltou para Inglaterra, Cabot encontrou o país devastado por uma horrível peste, que até suspendia as transações comerciais. Em breve, ou porque o tempo da sua licença se tivesse passado, ou porque pretendesse fugir ao flagelo, ou porque fosse chamado a Espanha, o navegador veneziano voltou para este país. Em 1518, no dia 5 de fevereiro, Cabot foi nomeado piloto-mor, com um ordenado que, acrescentado ao que já recebia, formava um total de cento e vinte e cinco mil maravedis ou trezentos ducados. Não exerceu verdadeiramente as suas funções senão à volta de Carlos V de Inglaterra. O seu ofício principal consistia em examinar os pilotos, a quem se não permitia tomar o caminho das Índias sem ter passado por este exame.

A época não era nada favorável às grandes expedições marítimas. A luta entre a França e a Espanha absorvia todos os recursos em homens e em dinheiro desses dois países. Por isso Cabot, que parece ter tido por pátria antes a ciência do que esta ou aquela nação, fez ao embaixador de Veneza, Contarini, algumas propostas para prestar serviço nas frotas da República; mas quando veio a resposta favorável do Conselho dos Dez, tinha outros projetos na cabeça e não levou mais adiante a sua tentativa.

Em 1524, no mês de abril, Cabot preside a uma conferência de marinheiros e de

cosmógrafos, reunidos em Badajoz para discutir se as Molucas pertenciam, pelo célebre tratado de Tordesilhas, à Espanha ou a Portugal. No dia 31 de maio, decidiu-se que as Molucas estavam 20 graus para dentro das águas espanholas. Talvez essa resolução da junta, de que era presidente e que entregava nas mãos da Espanha uma grande parte do comércio das especiarias, não deixasse de ter influência na resolução do Conselho das Índias. Seja como for, no mês de setembro do mesmo ano, Cabot foi autorizado a tomar o comando, com o título de capitão-general, de três navios de cem toneladas e de uma pequena caravela, que transportavam cento e cinquenta homens.

O fim anunciado da viagem era atravessar o estreito de Magalhães, explorar com cuidado as costas ocidentais da América e ir às Molucas, onde se encontraria para a volta uma carregação de especiarias. Fora fixado o mês de agosto de 1525 como data da partida, mas as intrigas de Portugal conseguiram demorá-la até abril de 1526.

Diferentes circunstâncias puderam, desde esse momento, fazer com que se agourasse mal da viagem. Cabot tinha apenas autoridade nominal e a associação de mercadores que fizera as despesas do equipamento, não o aceitando de boa vontade, como chefe, encontrara meio de contrariar todos os planos do navegador veneziano. Foi assim que, em lugar do imediato que ele designava, lhe impuseram outro, e que umas instruções, destinadas a serem abertas no alto mar, foram entregues a cada capitão. Encerravam esta disposição absurda: que em caso de morte do capitão-general, onze indivíduos lhe deviam suceder, cada um pela sua vez. Não era um estímulo para o assassínio?

Apenas se perdeu a terra de vista, rebentou o descontentamento. Espalhou-se o boato de que o capitão-general não estava à altura da sua tarefa; depois, como se viu que essas calúnias o não feriam, afirmou-se que já escasseavam os víveres na flotilha. O motim rebentou assim que se desembarcou, mas Cabot não era homem que se deixasse aniquilar; padecera tanto com a covardia de Sir Tomás Pert, que não estava disposto a suportar nova afronta. A fim de cortar o mal pela raiz, prendeu os capitães amotinados. Apesar da sua reputação e do brilhantismo dos seus passados serviços, mandou-os meter num escaler e abandonou-os em terra. Quatro meses depois tiveram a felicidade de ser recolhidos por uma expedição portuguesa, que parece ter levado como instruções contrariar os projetos de Cabot.

O navegador veneziano meteu-se então no rio da Prata, cuja exploração o seu predecessor, Solis, principiara como piloto-mor. A expedição já então se compunha só de dois navios, tendo-se perdido um durante a viagem. Cabot subiu o rio da Prata e descobriu uma ilha a que chamou Francisco Gabriel, onde construiu o Forte de S. Salvador, cujo comando confiou a António de Grajeda. Com uma das suas caravelas, a que tirara a quilha, Cabot, rebocado

pelas suas embarcações, entrou no Panamá, construiu no confluente do Carcarama e do terceiro um novo forte, e, depois de ter assegurado assim a sua linha de retirada, internou-se no rio. Chegando ao confluente do Paraná e do Paraguai, seguiu o segundo destes rios, cuja direção ia mais de acordo com o seu projeto de se dirigir para oeste, para a região donde vinha a prata. Entretanto o país não tardou a mudar de aspeto e os habitantes a modificar totalmente a sua atitude. Até então tinham acorrido, maravilhados de ver os navios; mas nas margens cultivadas do Paraguai opuseram-se com coragem ao desembarque dos estrangeiros e, procurando três espanhóis deitar ao chão os frutos de uma palmeira, travou-se uma luta em que trezentos naturais perderam a vida. Esta vitória pusera fora de combate vinte e cinco espanhóis. Era muito para Cabot, que dirigiu rapidamente os seus feridos para o Forte do Espírito Santo e se retirou fazendo frente aos assaltantes.

Já Cabot enviara dois dos seus companheiros ao imperador, para o porem ao facto da tentativa de revolta dos seus capitães e fazer-lhe conhecer os motivos que o obrigavam a modificar o curso fixado da sua viagem e a pedir-lhe socorros em homens e provisões. A resposta veio enfim. O imperador aprovava o que Cabot fizera, ordenava-lhe que colonizasse o país em que acabava de se estabelecer, mas não lhe mandava nem um homem nem um maravedi. Cabot procurou arranjar no país os recursos que lhe faltavam e mandou principiar ensaios de cultura.

Ao mesmo tempo, para conservar as suas tropas em atividade, reduzia à obediência as nações vizinhas, mandava construir fortes, e, subindo o Paraguai, chegava a Potosi e aos rios dos Andes, que alimentavam a bacia do Atlântico. Enfim, preparava-se para entrar no Peru, de onde vinham o ouro e a prata que vira nas mãos dos indígenas; mas, para tentar a conquista dessa vasta região, eram necessárias mais tropas do que as que ele poderia reunir. Entretanto o imperador estava na impossibilidade de lhas mandar. As guerras da Europa absorviam todos os seus recursos, as cortes recusavam votar novos subsídios e as Molucas acabavam de ser dadas a Portugal em penhor de um empréstimo. Nessas condições, depois de ter ocupado cinco anos o país e de haver esperado esse tempo todo os socorros que nunca tinham vindo, Cabot fez em parte evacuar os seus estabelecimentos e voltou a Espanha com uma parte da sua gente. O resto, uns cento e vinte homens, que ficaram a guardar o Forte do Espírito Santo, depois de muitas peripécias, que não podemos contar aqui, morreram às mãos dos índios, ou foram obrigados a refugiar-se nas costas do Brasil, nos estabelecimentos portugueses. Aos cavalos importados por Cabot é que se deve a maravilhosa raça brava que vive hoje em bandos numerosos nos pampas do Prata, e foi esse, afinal, o único resultado desta expedição.

Algum tempo depois da sua volta a Espanha, Cabot resignou o seu emprego e foi

estabelecer-se em Brístol em 1548, quer dizer, no princípio do reinado de Eduardo VI. Quais foram os motivos dessa nova mudança? Cabot estava descontente de ter sido deixado entregue às suas próprias forças durante a sua expedição? Ofendera-se com o modo como foram recompensados os seus serviços? Não podemos dizê-lo. Mas Carlos V aproveitou a partida de Cabot para lhe cortar a pensão, que Eduardo VI imediatamente substituiu, mandando-lhe pagar anualmente duzentos e cinquenta marcos, ou cento e dezasseis libras esterlinas e uma fração, o que era para essa época uma quantia considerável.

O lugar que ocupou Cabot na Inglaterra parece não se poder designar senão pelo nome de intendente de marinha, porque parece ter velado por todos os negócios marítimos debaixo da autoridade do rei e do conselho. Dá licenças, examina pilotos, redige instruções, traça cartas, trabalho múltiplo, variado, para o qual possuía, o que é tão raro, conhecimentos teóricos e práticos. Ao mesmo tempo ensinava cosmografia ao jovem rei, explicava-lhe a variação do compasso e sabia interessá-lo pelas coisas da navegação e pela glória que resulta das descobertas marítimas. Era essa uma situação elevadíssima, quase única. Serviu-se dela Cabot para executar um projeto que acariciava havia muito tempo.

Nessa época o comércio não existia, por assim dizer, em Inglaterra. Todo o tráfico estava nas mãos das cidades hanseáticas, Antuérpia, Hamburgo, Bremen, etc. Essas companhias de mercadores tinham, por diferentes vezes, obtido consideráveis abaixamentos de direitos de entrada e haviam acabado por monopolizar o comércio inglês. Cabot pensava que os Ingleses possuíam tantos predicados como eles para se tornarem manufatureiros e que a marinha, já poderosa, que a Inglaterra possuía poderia maravilhosamente servir para a vazão dos produtos do solo e das fábricas. Para que servia recorrer a estrangeiros quando era possível tratar esses negócios diretamente? Se não se podia, até então, ir ao Catai e à Índia pelo noroeste, porque não tentar pelo nordeste? E, se não se conseguisse isso, não se encontrariam para esse lado povos mais comerciantes e mais civilizados do que os míseros esquimós das costas do Lavrador e da Terra Nova?

Cabot reuniu um certo número de notáveis comerciantes de Londres, expôs-lhes os seus projetos e constituiu-os numa associação de que foi nomeado, no dia 14 de dezembro de 1551, presidente vitalício. Ao mesmo tempo atuava vigorosamente no rei, e, fazendo conhecer o mal que causava aos seus súbditos o monopólio de que gozavam os estrangeiros, alcançava a sua abolição no dia 23 de fevereiro de 1551 e inaugurava a prática da liberdade comercial.

A associação dos mercadores ingleses, que tomou o nome de «mercadores aventureiros», apressou-se a mandar construir navios apropriados às dificuldades da navegação nas regiões árticas. O primeiro aperfeiçoamento que a marinha inglesa deveu a

Cabot foi o forrar-se a quilha, operação que ele vira em Espanha, mas que ainda se não praticava na Inglaterra.

Reuniu-se em Deptford uma flotilha de três navios. Era a *Buona Speranza,* cujo comando foi dado a Sir Hugo Willoughby, valente gentil-homem, que conquistara na guerra uma grande reputação; a *Buona Confidencia,* capitão Cornil Durforth, e o *Boaventura,* capitão Richard Chancellor, hábil marinheiro, amigo particular de Cabot, que recebeu o título de piloto-mor. O *sailing-master* do *Boaventura* era Stephen Borrough, marinheiro consumado, que devia fazer numerosas viagens nos mares do Norte e vir a ser depois piloto-chefe de Inglaterra.

Se a idade e as suas importantes funções impediram Cabot de se pôr à frente da expedição, quis ao menos presidir a todos os pormenores do armamento. Redigiu até instruções, que se conservaram e que provam a prudência e a habilidade deste notável navegador. Ali recomenda o uso do instrumento destinado a medir a velocidade do navio e quer que o diário dos acontecimentos marítimos seja feito com regularidade, que se ponham por escrito todas as informações acerca do caráter, dos costumes, dos hábitos e dos recursos dos povos que se visitarem, assim como acerca das produções do país. Não se deverá fazer violência nenhuma aos naturais, mas proceder com eles com toda a cortesia. Qualquer blasfémia ou praga deve ser severamente punida, tal como a embriaguez. São prescritos os exercícios laboriosos; deve-se rezar de manhã e à noite, assim como se devem ler as Santas Escrituras uma vez por dia. Termina recomendando acima de tudo a união e a concórdia, lembra aos capitães a grandeza da sua empresa e a honra que vão granjear; enfim promete-lhes unir as suas preces às deles para o êxito da sua obra comum.

A esquadra deu à vela a 20 de maio de 1553, em presença da corte, reunida em Greenwich, no meio de um imenso concurso de população, depois de festas e de regozijos, a que o rei, que estava doente, não pôde assistir. Junto das ilhas Loffoden, na costa da Noruega, à altura de Wardhous, a esquadra foi separada do *Boaventura.* Arrastados pela tormenta, os dois navios de Willoughby tocaram sem dúvida na Nova Zembla e foram forçados pelos gelos a descer para o sul. No dia 18 de setembro entraram no porto formado pela embocadura do rio Arzina, na Lapónia Oriental. Algum tempo depois, a *Buona Confidencia,* separada da *Buona Speranza* por uma nova tempestade, voltou para Inglaterra. O navio de Willoughby foi encontrado no ano seguinte no meio dos gelos por pescadores russos. A tripulação inteira morrera de frio. Foi pelo menos o que se pôde deduzir do diário, redigido até ao mês de janeiro de 1554, pelo desgraçado Willoughby.

Chancellor, depois de ter debalde esperado os dois navios que iam de conserva com ele

no ponto de encontro que fora fixado em caso de separação, julgou que lhe tinham passado adiante e, dobrando o cabo Norte, entrou num vasto golfo, que é apenas o mar Branco, depois desembarcou na embocadura do Dwina, ao pé do Mosteiro de S.Nicolau, no sítio onde em breve se havia de erguer a cidade de Arcangel. Os habitantes destes sítios inóspitos disseram-lhe que o país estava debaixo do domínio do grão-duque da Rússia. Resolveu logo ir a Moscovo, apesar da enorme distância que o separava dessa cidade. Era então o czar Ivan IV, Wassiliewitch, apelidado «o Terrível», que ocupava o trono. Havia algum tempo já que os Russos tinham sacudido o jugo tártaro, e Ivan reunira todos os pequenos principados rivais num só estado, cujo poder principiava a tornar-se considerável. A situação da Rússia, exclusivamente continental, longe de todo o mar frequentado e isolada do resto da Europa, de que ainda não fazia parte, tão asiáticos eram ainda os seus costumes e os seus hábitos, prometia grande êxito a Chancellor. O czar, que até então ainda não pudera obter senão por via da Polónia as mercadorias de origem europeia e que queria chegar aos mares germânicos, viu com prazer os Ingleses tentarem estabelecer um comércio que devia ser vantajoso para as duas partes. Não só acolheu Chancellor com grande cortesia, mas fez-lhe as ofertas mais vantajosas, concedeu-lhe grandes privilégios, e animou-o, pela afabilidade da sua receção, a renovar a sua viagem. Chancellor vendeu, com lucro, as suas mercadorias, tomou outra carregação de peles, de óleo de foca e de baleia, de cobre e de outros produtos, depois voltou para Inglaterra com uma carta do czar. As vantagens que a companhia dos «mercadores aventureiros» tirou desta primeira viagem animaram-na a tentar segunda. Chancellor foi, portanto, no ano seguinte, outra vez a Arcangel e levou à Rússia dois agentes da companhia, que celebraram com o czar um tratado vantajoso. Depois tomou de novo o caminho de Inglaterra com um embaixador e a sua comitiva, que Ivan mandava para a Grã-Bretanha. Dos quatro navios que compunham a frota, um pereceu nas costas da Noruega, outro, saindo de Drontheim, o *Boaventura,* onde vinham Chancellor e o embaixador, soçobrou na baía de Pitsligo, na costa oriental da Escócia, a 10 de novembro de 1556. Chancellor afogou-se no naufrágio, menos venturoso do que o embaixador moscovita, que teve a felicidade de se salvar; mas os presentes e as mercadorias que levava para Inglaterra perderam-se.

É sabido que a rainha de Inglaterra, Maria, casara com o rei de Espanha, Filipe II. Quando este veio a Inglaterra, mostrou-se muito mal disposto para com Cabot, que abandonara o serviço de Espanha e procurara para a Inglaterra um comércio que ia dentro em pouco acrescentar singularmente o poder marítimo de um país que já estava sendo temível. Por isso ninguém se espantou de saber que, oito dias depois do desembarque do rei de Espanha, Cabot foi obrigado a resignar ao seu lugar e à sua pensão, que lhe haviam sido dados vitaliciamente

por Eduardo VI. Worthington foi nomeado em seu lugar. O Sr. Nicholls pensa que esse homem, pouco digno, que tivera dares e tomares com a justiça, tinha instruções e projetos de Cabot, dos que pudessem ser úteis para a Espanha. O que é certo é que estes documentos acham-se hoje perdidos, a não ser que se encontrem nos arquivos de Simancas.

Dessa época para diante a História perde completamente de vista o velho marinheiro. O mesmo mistério que paira sobre o seu nascimento envolve o sítio e a data da sua morte. As suas imensas descobertas, os seus trabalhos cosmográficos, o seu estudo das variações da agulha magnética, a sua sensatez, a sua humanidade, a sua responsabilidade, asseguram a Sebastião Cabot um dos primeiros lugares entre os descobridores. Fisionomia perdida até agora na sombra e na lenda, Cabot deve aos seus biógrafos Biddle, D'Avezac e Nicholls o ser mais bem conhecido, mais apreciado, e ter sido posto pela primeira vez em plena luz.

II

Desde 1492 até 1524 a França mantivera-se, pelo menos oficialmente, desviada das empresas de descoberta e de colonização. Mas Francisco I não podia ver com olhar tranquilo o poder do seu rival Carlos V receber um acrescentamento considerável com a conquista do México. Encarregou portanto o veneziano João Verrazzano, que estava ao seu serviço, de fazer uma viagem de exploração. Nela nos demoraremos um pouco, apesar de os sítios visitados terem já sido reconhecidos, por muitas vezes, porque, pela primeira vez, flutua o pavilhão da França nas plagas do Novo Mundo. Esta exploração, demais a mais, ia preparar as de Jacques Cartier e de Champlain, assim como as desgraçadas experiências da colonização na Florida de João Ribaut e de Ladounière, a sanguinolenta viagem de represálias de Gourges e a tentativa de estabelecimento no Brasil de Villegagnon.

Não se possui notícia alguma biográfica de Verrazzano. Em que circunstâncias entrou ele ao serviço da França? Quais eram os seus títulos ao comando de tal expedição? Nada se sabe do navegador veneziano, porque dele só se possui a tradução italiana do seu relatório a Francisco I, publicada na compilação de Ramúsio. A tradução francesa desta tradução italiana existe, em resumo na obra de Lescarbot sobre a Nova França e na *História das Viagens*. Servimo-nos, para este resumo rapidíssimo, do texto italiano de Ramúsio, exceto nalgumas passagens, em que a tradução de Lescarbot nos pareceu que podia dar uma ideia dessa língua tão rica, tão original, tão maravilhosamente modulada, do século XV.

Tendo partido com quatro navios para fazer descobertas no oceano, diz Verrazzano numa carta dirigida de Dieppe, a 8 de julho de 1524, a Francisco I, foi forçado pela tempestade a refugiar-se com dois dos seus navios, a *Delfina* e o *Normando,* na Bretanha, onde pôde reparar as suas avarias. Dali fez-se de vela para as costas de Espanha, onde parece que deu caça a alguns navios espanhóis. Vemo-lo largar, com a *Delfina,* a 17 de janeiro de 1524, de uma pequena ilhota desabitada na vizinhança da Madeira, e arrojar-se ao oceano com uma tripulação de cinquenta homens, bem fornecidos de víveres e de munições para oito meses de viagem.

Vinte e cinco dias depois, já andara quinhentas léguas para oeste, quando foi assaltado por uma terrível tempestade; outros vinte e cinco dias mais tarde, quer dizer, a 8 ou 9 de março, tendo andado perto de quatrocentas léguas, descobre, a 30 graus de latitude norte, uma terra que supunha que ainda não fora explorada. «À chegada pareceu-nos muito baixa, mas, aproximando-nos a um quarto de légua, reconhecemos, pelas grandes fogueiras que se

acendiam ao longo de todas as angras e praias que era habitada, e, dando-nos ao trabalho de tomar porto para surgir e ter conhecimento do país, navegámos mais de cinquenta léguas em vão, de forma que, vendo que sempre a costa se voltava para o sul, deliberámos voltar para trás». Os franceses, achando um sítio próprio para o desembarque, viram muitos indígenas, que vinham para eles, mas que fugiram quando os viram saltar em terra. Chamados em breve pelos sinais e demonstrações amigáveis dos franceses, mostraram-se muito maravilhados dos seus fatos, da sua figura e da brancura da sua pele. Os indígenas estavam inteiramente nus, menos no meio do corpo, coberto de peles de marta, suspensas de um estreito cinto de ervas, gentilmente tecido e ornado de caudas de outros animais, que lhes caíam até aos joelhos. Alguns traziam coroas de penas de pássaros. «São trigueiros de pele», diz a relação, «e muito parecidos com os sarracenos; os seus cabelos são negros, não muito compridos e amarrados atrás da cabeça em forma de pequeno rabicho. Têm os membros bem proporcionados, são de mediana estatura, um pouco mais altos do que nós, e não apresentam outro defeito senão o rosto bastante largo; são pouco fortes, mas ágeis e dos maiores e mais ligeiros corredores da terra». Foi impossível a Verrazzano colher informações a respeito dos costumes e do género de vida destes povos por causa do pouco tempo que esteve com eles. «A praia era formada, neste sítio, por areia miudinha, levantada aqui e além em pequenas colinas arenosas, por trás das quais estavam semeados bosques e florestas muito frondosas e tão agradáveis de ver que é uma maravilha. Havia neste país, tanto quanto nos foi possível avaliar, grande abundância de veados, de gamos e de lebres, lagos e lagoas de água viva, assim como grande quantidade de pássaros.»

Esta terra fica a 34° 8’; é, por conseguinte, a parte dos Estados Unidos que hoje tem o nome de Carolina. O ar ali é puro e salubre, o clima temperado, o mar é por toda a parte sem escolhos, e, apesar da falta de portos, não é mau para os navegadores.

Durante todo o mês de março, os franceses seguiram a costa, que lhes pareceu habitada por povos numerosos. A falta de água obrigou-os muitas vezes a atracar e puderam ver que o que mais agradava aos selvagens eram espelhos, campainhas, facas e folhas de papel. Um dia enviaram a terra uma chalupa com vinte e cinco homens. Um jovem marinheiro saltou à água «porque as ondas e as correntes não o deixavam desembarcar, a fim de dar alguns desses géneros a esse povo, e, tendo-lhos atirado de longe, porque desconfiava deles, foi impelido violentamente pelas vagas para a praia. Os índios, vendo-o neste estado, agarraram-no e levaram-no para muito longe da praia, com grande espanto do pobre marinheiro, que esperava que o sacrificassem. Tendo-o posto ao sol, no sopé de uma colina, despiram-no todo, pasmando da alvura da sua pele, e, acendendo uma fogueira, fizeram-no tornar a si e retomar

forças, e foi então que tanto esse pobre moço como os que estavam no barco imaginaram que esses índios o iam matar e imolar, assando-lhe a carne nesse grande braseiro, e depois regalarem-se com ela, como fazem os canibais. Mas sucedeu caso muito diverso, porque, tendo mostrado desejo de voltar para a embarcação, acompanharam-no à beira-mar, e, depois de o terem beijado muito amorosamente, retiraram-se para uma colina para o ver voltar para o seu barco».

Continuando a seguir a praia para o norte durante mais de cinquenta léguas, os franceses chegaram a uma terra que lhes pareceu mais formosa, por estar coberta de densas florestas. Nessas florestas internaram-se vinte homens mais de duas léguas e não voltaram à praia senão com medo de se perder. Tendo nesse trajeto encontrado duas mulheres, uma nova e outra velha, com umas crianças, agarraram numa destas, que podia ter os seus oito anos, a fim de a levar para França, mas não puderam fazer o mesmo à rapariga, que desatou a gritar com todas as suas forças, chamando em seu socorro os seus compatriotas, que estavam escondidos nos bosques. Neste sítio os selvagens eram mais brancos do que todos os que se tinham encontrado até então; apanhavam as aves a laço e usavam de umas setas de pau duríssimo, armadas com um osso de peixe. As suas canoas, de vinte pés de comprimento e quatro de largura, eram escavadas, com auxílio do fogo, num tronco de árvore. As vinhas bravas eram numerosas e escalavam as árvores em longos festões, como sucede na Lombardia. Com alguma cultura, produziriam, sem dúvida, «excelente vinho, porque o seu fruto era suave e doce, semelhante ao nosso, e supusemos que os indígenas lhe não eram insensíveis, porque por toda a parte por onde cresciam as vinhas tinham todo o cuidado em tirar os ramos das árvores circunvizinhas para que o fruto pudesse sazonar». Rosas bravas, lírios, violetas e toda a espécie de plantas e de flores odoríferas, novas para os europeus, alcatifavam por toda a parte o solo e espalhavam no ar perfumes balsâmicos.

Depois de se terem demorado durante três dias nestes sítios encantadores, os franceses continuaram a seguir a costa para o norte, navegando de dia e fundeando de noite. Como a terra girava para leste, ainda andaram umas cinquenta léguas nesta direção, e descobriram uma ilhota de forma triangular, afastada do continente umas dez léguas, semelhante em grandeza à ilha de Rodes e a que se deu o nome da mãe de Francisco I, Luísa de Saboia. Depois chegaram a outra ilha afastada, que possuía um magnífico porto e cujos habitantes vieram em multidão visitar os navios estrangeiros. Dois reis, sobretudo, eram de bela estatura e de grande beleza. Vestidos de uma pele de veado, com a cabeça nua, com os cabelos puxados para trás e atados, traziam ao pescoço uma larga cadeia ornada de pedras de cor. Era a nação mais notável que até ali se encontrara. «As mulheres são graciosas», diz a relação que

Ramúsio publicou. «Umas traziam nos braços peles de lobo-cerval e a cabeça estava ornada com os seus cabelos enastrados, e longas tranças lhes pendiam dos dois lados do peito; as outras tinham penteados que lembravam os das mulheres do Egito e da Síria; eram as mais velhas e as casadas, que usavam brincos de cobre lavrado. Esta terra está situada no paralelo de Roma a 4 graus e dois terços, mas o clima é muito mais frio».

A 5 de maio, Verrazzano deixou esse porto e seguiu o litoral durante cento e cinquenta léguas. Finalmente chegou a um país cujos habitantes st não pareciam nada com os que encontrara até então. Eram tão selvagens que foi impossível manter com eles comércio algum, relação alguma seguida. O que pareciam apreciar acima de tudo eram os anzóis, as facas e todos os objetos de metal, não dando apreço algum às bagatelas que tinham até então servido para as trocas. Vinte e cinco homens armados desembarcaram e internaram-se pela terra dentro. Foram acolhidos pelos naturais às frechadas, e depois disso retiraram-se estes para as imensas florestas que pareciam cobrir todo o país.

Cinquenta léguas mais adiante desdobra-se um vasto arquipélago, composto de trinta e duas ilhas, todas vizinhas da terra, separadas por estreitos canais, que lembraram ao navegador veneziano os arquipélagos que no Adriático orlam as costas da Eslavónia e da Dalmácia. Enfim, cento e cinquenta léguas mais adiante ainda, por 60 graus de latitude, os franceses chegaram às terras outrora descobertas pelos Bretões. Achando-se então com deficiência de provisões e tendo reconhecido a costa da América numa extensão de setecentas léguas, voltaram para França e desembarcaram felizmente em Dieppe no mês de julho de 1524.

Alguns historiadores contam que Verrazzano, feito prisioneiro pelos selvagens que habitam as costas do Lavrador, foi comido, facto materialmente impossível, pois que dirigiu de Dieppe a Francisco I a história da viagem que acabamos de resumir. Demais, os índios destas paragens não eram antropófagos. Certos autores, fundados não sabemos em que documentos nem em que circunstâncias, contam que Verrazzano, tendo caído em poder dos espanhóis, foi levado a Espanha, onde o enforcaram. É mais prudente confessar que não sabemos nada de certo a respeito de Verrazzano e que ignoramos totalmente que recompensas lhe pôde granjear a sua longa viagem. Talvez, quando algum erudito tiver compulsado os nossos arquivos, cuja investigação e cujo inventário estão longe de se achar concluídos, se descubra algum novo documento, mas, por agora, temos de nos restringir à narrativa de Ramúsio.

Dez anos depois um capitão maloíno, chamado Jacques Cartier, que nascera a 21 de dezembro de 1484, concebeu o projeto de estabelecer uma colónia nas costas setentrionais da

América. Favoravelmente acolhido pelo almirante Filipe de Chabot e por Francisco I, que pedia que lhe mostrassem o artigo do testamento de Adão que o deserdava do Novo Mundo em proveito dos reis de Espanha e de Portugal, Cartier deixou Saint-Malo com dois navios, a 20 de abril de 1534. O navio que o levava tinha apenas de lotação sessenta toneladas e sessenta e um homens de equipagem. Ao fim de vinte dias apenas, tão feliz foi a navegação, descobriu Cartier a Terra Nova pelo cabo da Boa Vista. Subiu ao norte até à ilha dos Pássaros, que achou rodeada de um gelo roto e quase liquefeito, mas no qual pôde, em todo o caso, fazer uma provisão de cinco ou seis toneladas de peixe, sem contar o que se consumiu fresco. Explorou depois toda a costa da ilha, que tinha nessa época uma grande quantidade de nomes bretões, o que prova que os nossos compatriotas frequentavam assiduamente essas paragens. Depois, penetrando no estreito de Belle-Ile, que separa o continente da ilha da Terra Nova, Cartier chegou ao golfo de S. Lourenço. Em toda essa costa os portos são excelentes. «Se a terra correspondesse à bondade dos portos», diz o navegador maloíno, «seria esse um grande bem; mas não se lhe deve chamar terra; são antes pedras e rochedos selvagens e sítios próprios para os animais ferozes, tanto que em todo o país para o norte não vi terra bastante para encher um carro.» Depois de ter costeado o continente, Cartier foi arrojado pelas tempestades para a costa ocidental da Terra Nova, onde explorou os cabos Real, de Leite, as ilhas Columbárias e Madalena, o cabo de S. João e a baía de Miramichi, no continente. Nestes sítios teve algumas relações com os selvagens, que mostravam «uma grande e maravilhosa alegria de verem ferragens e outras coisas, dançando sempre e fazendo muitas cerimónias, e entre outras atiravam água do mar com as mãos à cabeça uns dos outros, de forma que nos deram tudo quanto tinham, não conservando nada». No dia seguinte, o número de selvagens foi ainda mais considerável, e os nossos marinheiros franceses fizeram ampla colheita de peles de animais. Depois de terem explorado a baía dos Calores, Cartier chegou à entrada do estuário de S. Lourenço, onde viu naturais que não tinham nem as maneiras nem a linguagem dos primeiros. «Estes podem ser verdadeiramente chamados selvagens, tanto que se não encontra gente mais pobre no mundo, e creio que todos juntos não poderiam ter o valor de cinco soldos, exceto as suas barcas e as suas redes. Usam a cabeça inteiramente rapada, menos um penacho de cabelo no mais alto da mesma, que deixam crescer até ao tamanho de um rabo de cavalo e que atam na cabeça com tiras de couro. Não têm outra morada senão debaixo das barcas, que viram, estendendo-se no chão, sem cobertura alguma.» Depois de ter cravado uma grande cruz neste sítio, Jacques Cartier regressou a Saint-Malo.

Na sua segunda viagem, Jacques Cartier deixou este porto à frente de uma armada composta de três navios, chamados o *Grande* e o *Pequeno Arminho,* e o *Esmeril,* em que iam

como passageiros alguns fidalgos dos mais distintos, entre os quais convém citar Cario de la Pommeraye e Cláudio de Pont-Briant, filho do Sr. de Marcevelles e copeiro do delfim. Logo no começo a esquadra foi dispersa por uma tempestade e só se reuniu na Terra Nova. Depois de ter abordado à ilha dos Pássaros, na enseada do Branco Areal, que fica na baía dos Castelos, Cartier penetrou na baía de S. Lourenço. Ali descobriu a ilha Natiscotec, a que chamam Anticosti e que entra num grande rio chamado Hochelaga, que vai ter ao Canadá. Nas margens do rio fica o país Saguenay, donde vem o cobre vermelho, chamado *coquetdazé* pelos dois selvagens que aprisionara na sua primeira viagem. Mas, antes de penetrar no S. Lourenço, Cartier quis reconhecer o golfo todo para ver se não existia alguma passagem para o norte. Voltou depois à baía das Sete Ilhas, subiu o rio e não tardou a entrar no rio Saguenay, que se lança no S. Lourenço pela margem setentrional. Um pouco mais adiante, depois de ter deixado atrás de si catorze ilhas, entrou nas terras do Canadá, que nunca viajante algum visitara antes dele.

«No dia seguinte, o senhor do Canadá, chamado Dunnacoa, veio com doze barcos ao pé dos navios, acompanhado por dezasseis homens. Começou pelo través dos mais pequenos dos nossos navios a fazer uma prédica e uma pregação à sua moda, agitando o corpo e os membros de um modo maravilhoso, o que é uma cerimónia de alegria e de segurança. E quando chegou ao navio-almirante, onde estavam os dois índios vindos de França, o dito senhor falou com eles. E eles principiaram a contar-lhe o que tinham visto em França e o bom tratamento que se lhes fizera, com que ficou o dito senhor muito alegre, e pediu ao capitão que lhe desse os braços para lhos cingir e beijar, porque é a sua moda de exprimir a cordialidade na dita ilha. O país de Stadaconé ou de S. Carlos é fértil e cheio de lindíssimas árvores da natureza e espécie das de França, como carvalhos, olmos, ameixieiras, freixos, cedros, vinhas, espinheiros, que produzem frutos tão grossos como rainhas-cláudias, e outras árvores, por baixo das quais cresce cânhamo tão bom como o de França.» Cartier chegou depois, com as suas barcas e o seu galeão, a um sítio que é o Richelieu de hoje, depois a um grande lago formado pelo rio, o lago de S. Pedro, e chegou enfim a Hochelaga ou Montreal, quer dizer, a duzentas e dez léguas da embocadura do S. Lourenço. «Neste sítio há terras lavradas e lindas, e grandes campinas cheias de trigo dessas terras, que é como o milho do Brasil, tão grosso ou mais do que ervilhas, de que vivem como nós do nosso trigo. E entre essas campinas está situada e assente a dita cidade de Hochelaga, contígua a uma montanha, bem lavrada e muito pequena, de cima da qual se vê até muito longe. Chamámos a essa montanha o Monte Real».

O acolhimento feito a Jacques Cartier foi o mais cordial possível. O chefe ou Agouhanna, que estava todo tolhido, pediu ao capitão que lhe tocasse a fim de ele se curar.

Depois uns cegos, uns tortos, uns coxos, uns impotentes, vieram sentar-se ao pé de Cartier para que lhes tocasse, tanto lhes parecia um Deus que descera à Terra para os curar. O dito capitão, vendo a fé e a piedade desse povo, disse o Evangelho de S. João, a saber *In principio,* fazendo o sinal-da-cruz sobre os pobres doentes, pedindo a Deus que lhes desse conhecimento da sua santa fé e a graça de receber cristandade e batismo. Depois o dito capitão pegou num livro de orações, e com voz alta leu a paixão de Nosso Senhor, de forma que todos os assistentes o puderam ouvir, guardando toda essa gente um grande silêncio, olhando para o céu e fazendo cerimónias semelhantes às que nos viam fazer. Depois de ter tomado conhecimento do país que se descobria até trinta léguas do Monte Real e de ter colhido um certo número de informações acerca dos saltos e quedas do S. Lourenço, Jacques Cartier retomou o caminho do Canadá, onde não tardou a encontrar os seus navios. Devemos-lhe as primeiras informações acerca do tabaco de fumo, que parece que se não usava em toda a extensão do Novo Mundo. «Têm uma erva», diz ele, «de que fazem grande provisão, durante o estio, para o inverno; apreciam-na muito, e só os homens usam dela do modo seguinte: secam-na ao sol e trazem-na ao pescoço numa pequena pele de saco, com um tubo de pedra ou de madeira; depois a toda a hora reduzem a pó a dita erva e põem-na numa das extremidades do dito canudo; depois colocam uma brasa em cima, e sopram pela outra extremidade, tanto que enchem o corpo de fumo, a ponto de lhes sair pela boca e pelas ventas, como por um cano de chaminé. Experimentámos o dito fumo e, depois de o termos metido na boca, parecia que tínhamos pimenta, tão quente ele é». No mês de dezembro os habitantes de Stadaconé foram atacados por uma doença contagiosa, que não era senão o escorbuto. «A dita doença por tal forma nos assaltou os navios que, no meado de fevereiro, de cento e dez que éramos não havia dez com saúde». Nem preces, nem orações, nem votos a Nossa Senhora de Roquadamour produziram o mínimo alívio. Vinte e cinco franceses morreram até 18 de abril, e não havia quatro que não estivessem atacados pela doença. Mas, nesta época, um chefe selvagem disse a Jacques Cartier que a decocção das folhas e o sumo de certas árvores, que se supõe ser o pinheiro-do-canadá, eram muito salutares. Assim que dois ou três lhe sentiram os efeitos benéficos «houve tal sofreguidão, que se queriam matar sobre o dito remédio para ver quem o apanharia primeiro, de forma que uma árvore das mais grossas e das maiores que eu tinha visto foi empregada em menos de oito dias, e produziu tal efeito que se todos os médicos de Lovaina e Mompilher lá fossem com todas as drogas da Alexandria não fariam tanto num ano como a dita árvore fez em oito dias».

Tempo depois, Cartier, tendo notado que Dunnacoa procurava excitar uma sedição contra os franceses, mandou-o prender, assim como a outros nove selvagens, para os levar

para França, onde morreram. Fez-se à vela da Angra de Santa Cruz no dia 6 de maio, desceu o S. Lourenço, e, depois de uma navegação que não foi assinalada por incidente algum, desembarcou em Saint-Malo a 16 de julho de 1536.

Francisco I, em consequência do relatório que o capitão maloíno lhe fez da sua viagem, resolveu tomar posse efetiva do país. Depois de ter nomeado Francisco de la Roque, senhor de Roberval, vice-rei do Canadá, mandou equipar seis navios, que, carregados de provisões e de munições para dois anos, deviam transportar para a nova colónia, que se ia estabelecer, Roberval e um certo número de soldados, de operários e de gentis-homens. Os cinco navios saíram à vela a 23 de maio de 1541. Foram tão contrariados pelos ventos que precisaram mais de três meses para chegar à Terra Nova. Cartier só chegou à angra de Santa Cruz a 23 de agosto. Assim que desembarcou as suas provisões, mandou para França dois dos navios com cartas para o rei, dando-lhe conta do que fizera e de como o senhor de Roberval não aparecera ainda e se não sabia o que era feito dele. Depois mandou começar trabalhos de arroteamento, construir um forte e lançar os primeiros alicerces da cidade de Quebeque. Levou então consigo Martin de Paimpont e outros fidalgos, dirigiu-se a Hochelaga e foi examinar os três saltos de Santa Maria, do China e de S. Luís. No retorno para Santa Cruz, encontrou Roberval, que acabava de chegar, e voltou no mês de outubro de 1542 para Saint-Malo, onde morreu provavelmente dez anos depois. Quanto à colónia, tendo morrido Roberval em segunda viagem, vegetou e passou a ser apenas uma feitoria até 1608, época da fundação de Quebeque pelo Sr. De Champlain, cujos serviços e descobertas contaremos depois.

Acabámos de ver como Cartier, que partira primeiro à procura da passagem para o noroeste, fora levado a tomar posse do país e a lançar as bases da colónia do Canadá. Na Inglaterra manifestou-se um movimento semelhante, alimentado pelos escritos de Mr. Humphrey Gilbert e de Richard Wills. Acabaram por arrastar consigo a opinião pública e por demonstrar que não era mais difícil encontrar esta passagem do que o fora descobrir o estreito de Magalhães. Um dos mais ardentes partidários desta investigação era um audacioso marinheiro chamado Martin Frobisher, que, depois de se ter dirigido muitas vezes a ricos armadores, encontrou enfim em Ambrósio Dudley, conde de Warwich, favorito da rainha Isabel, um protetor cujos socorros pecuniários lhe permitiram armar um pequeno navio e duas más barcas de vinte e cinco toneladas. Era com tão fracos meios que o intrépido navegador ia afrontar os gelos em paragens que não tinham sido frequentadas desde os «homens do Norte». Tendo partido de Deptford, a 8 de junho de 1576, reconheceu o Sul da Gronelândia, que tomou pela Frislândia de Zeno. Em breve, impedido, pelos gelos, teve de retroceder até ao Lavrador, sem poder arribar a esta costa, e penetrou no estreito de Hudson. Depois de haver costeado as

ilhas Selvagens e Resolução, entrou num estreito que recebeu o seu nome, mas que também é denominado por alguns geógrafos entrada de Lumley. Desembarcou na Terra de Cumberland, tomou posse do país em nome da rainha Isabel e travou relações com os indígenas. Mas o frio aumentou rapidamente e obrigou-o a voltar para Inglaterra. Frobisher só trazia pormenores científicos e geográficos bastante vagos acerca dos países que visitara; recebeu contudo um acolhimento dos mais lisonjeiros quando mostrou uma pedra negra e pesada em que se encontrou um pouco de ouro. Logo as imaginações se inflamaram. Muitos fidalgos e a própria rainha contribuíram para as despesas de uma nova expedição, composta de um navio de duzentas toneladas e de cem homens de tripulação e de duas barcas mais pequenas, que levavam provisões de guerra e de boca para seis meses. Debaixo das suas ordens tinha Frobisher marinheiros experimentados: Fenton, Jorge Beste e C. Hall. A 31 de maio de 1577 a expedição deu à vela e tornou a ver a Gronelândia, cujas montanhas estavam cobertas de neve e cuja praia se encontrava defendida por um baluarte de gelo. Fazia mau tempo. Uns nevoeiros excessivamente intensos, espessos como puré de ervilhas, como diziam os marinheiros ingleses, ilhas de gelo de meia légua de perímetro, montanhas flutuantes, que mergulhavam cerca de oitenta braças pelo mar dentro, tais foram os obstáculos que impediram Frobisher de chegar antes de 8 de agosto ao estreito que ele descobrira durante a precedente campanha. Tomou-se posse do país e perseguiram-se por terra e por mar alguns pobres esquimós que, «feridos neste encontro, saltaram como uns desesperados do alto dos rochedos para o mar», diz Froster na sua *Viagem ao Norte,* «o que não sucederia se eles se tivessem mostrado mais submissos, ou se lhes tivéssemos podido fazer compreender que não éramos seus inimigos». Descobriu-se em breve uma grande quantidade de pedras semelhantes à que fora levada para Inglaterra. Era marcassite de ouro, e apressaram-se a colher cem toneladas desse mineral. Na sua alegria, os marinheiros ingleses levantaram uma coluna comemorativa num pico, a que deram o nome de Warwich-Mount, e fizeram ações de graças solenes. Frobisher subiu depois umas trinta léguas, ao norte do mesmo estreito, até a uma pequena ilha, que recebeu o nome de Smith's Island. Os ingleses encontraram ali duas mulheres, aprisionaram uma com seu filho, e deixaram a outra, por causa da sua extrema fealdade. Suspeitando, tanto floresciam nessa época a superstição e a ignorância, de que esta mulher tinha pés rachados, obrigaram-na a descalçar-se para se certificarem de que ela possuía pés semelhantes aos deles. Depois Frobisher, vendo que o frio aumentava e querendo pôr em segurança os tesouros que julgava ter encontrado, renunciou desta vez a procurar por mais tempo a passagem do nordeste. Fez-se, portanto, de vela para Inglaterra, aonde chegou, no fim do mês de setembro. O homem, a mulher e a criança que tinham cativado foram apresentados à rainha. Conta-se, a propósito

disto, que o selvagem, vendo em Bristol o trombeteiro de Frobisher a cavalo, quis fazer o mesmo, e montou com a cabeça voltada para a cauda do animal. Acolhidos com muita curiosidade, estes selvagens obtiveram da rainha licença para matar no Tamisa toda a espécie de aves, até mesmo cisnes, o que era proibido a toda a gente com as mais severas penas. Mas afinal não viveram muito, e morreram antes de a criança completar quinze meses.

Não se tardou a reconhecer que as pedras que Frobisher trouxera continham realmente ouro. Uma febre, que se aproximava do delírio, se apoderou logo da nação toda, mas sobretudo das classes elevadas. Encontrara-se um Peru, um El-Dorado. A rainha Isabel, apesar do seu grande senso prático, cedeu à corrente. Resolveu construir um forte no país novamente descoberto, a que deu o nome de Meta Incógnita; resolveu também deixar ali cem homens de guarnição e, debaixo do comando dos capitães Fenton, Beste e Filpot, três navios, que tomariam carregação de pedras auríferas. Esses cem homens foram cuidadosamente escolhidos: eram padeiros, carpinteiros, refinadores de ouro e outros pertencentes a todos os misteres. A frota compunha-se de quinze navios, que saíram de Harwich a 31 de maio de 1578. Vinte dias depois, as costas da Frislândia ocidental foram descobertas. As baleias, em bandos inumeráveis, brincavam em torno dos navios. Conta-se até que um dos baixéis, que tinha o nome de *Salamandra,* impelido por vento de feição, esbarrou com tanta força numa baleia, que a violência do choque o fez parar de repente, e que a baleia, depois de soltar um grito, dera um salto para fora da água e se submergiu subitamente. Dois dias depois a frota encontrou uma baleia morta, que julgaram ser a tal em que esbarrara a *Salamandra.* Quando Frobisher se apresentou à entrada do estreito que recebera o seu nome, achou-o atulhado de gelos flutuantes. A barca *Dennis,* de cem toneladas, diz a velha relação de Jorge Beste, «recebeu de um escolho de gelo tamanho embate que foi a pique à vista de toda a frota». Depois desta catástrofe, «de súbito elevou-se uma horrível tempestade de sueste, os navios foram cercados por todos os lados de gelo, deixaram atrás de si muito gelo, através do qual puderam passar, e acharam ainda mais adiante de si, que lhes foi impossível atravessar. Alguns, ou por terem encontrado um sítio menos atulhado de gelos ou porque achassem campo por onde correr, ferraram as velas e deixaram-se ir à toa; dos outros, muitos pararam e fundearam numa grande ilha de gelo. Os últimos foram tão rapidamente fechados no meio dum número infinito de ilhotas de gelo e de fragmentos de bancos de neve, que os ingleses foram obrigados a entregar-se, a si e aos seus navios, à mercê do gelo e a proteger as amuradas dos navios com amarras, almofadas, mastros, tábuas e toda a espécie de objetos, que foram suspensos das bordas, a fim de as defender contra os choques furiosos e contra os assaltos da neve». O próprio Frobisher foi arrojado para fora do seu caminho. Na impossibilidade de

juntar a sua esquadra, seguiu a costa ocidental da Gronelândia pelo estreito que devia em breve receber o nome de Davis, e penetrou até à baía da Condessa Warwick. Assim que reparou os seus navios com as madeiras que deviam servir para a construção de habitações, encheu quinhentos tonéis de pedras semelhantes às que já trouxera. Julgando então a estação demasiadamente adiantada, considerando também que as provisões tinham sido consumidas ou perdidas com o *Dennis,* que as madeiras de construção haviam sido empregadas em consertar os navios e tendo perdido quarenta homens, retomou o caminho de Inglaterra a 31 de agosto. As tempestades e os furacões acompanharam-no até às plagas da sua pátria. Quanto aos resultados da sua expedição, eram quase nulos do ponto de vista das descobertas, e as pedras que fora buscar no meio de tantos perigos não tinham valor.

Foi a última viagem ártica em que Frobisher tomou parte. Tornamo-lo a encontrar em 1585, vice-almirante de Drake; em 1588 distinguiu-se contra a Invencível Armada; em 1590 fez parte da frota de Walter Raleigh nas costas da Espanha; enfim, num desembarque nas costas da França, é ferido tão gravemente que tem apenas tempo, antes de morrer, de trazer a sua esquadra para Portsmouth.

Se as viagens de Frobisher tiveram o interesse por único fim, devemos atribuir isso não ao navegador, mas às paixões da época. Por isso não deixa de ser verdade que, em circunstâncias difíceis e com meios cuja insuficiência faz sorrir, deu provas de coragem, de habilidade e de perseverança. A Frobisher cabe, numa palavra, a glória de haver mostrado o caminho aos seus compatriotas e de ter feito as primeiras descobertas nas paragens em que devia ilustrar-se o nome inglês.

Se era mister renunciar à esperança de encontrar, nas regiões circumpolares, países em que o ouro fosse tão abundante como no Peru, não era isso motivo para não continuar a procurar-se por ali uma passagem para a China. Marinheiros habilíssimos sustentavam essa opinião, que encontrou entre os mercadores de Londres numerosíssimos aderentes. Com auxílio de muitas altas personagens equiparam-se dois navios: o *Sunshine,* de cinquenta toneladas e de vinte e três homens de equipagem, e o *Moonshine,* de trinta e cinco toneladas. Saíram de Portsmouth a 7 de junho de 1585, debaixo do comando de John Davis.

Descobriu este a entrada do estreito que recebeu o seu nome, e teve de atravessar imensos campos de gelo, que iam à toa, depois de haver sossegado a sua tripulação, assustada com o choque dos bancos e o estalar das pedras de gelo. A 20 de julho, Davis descobriu a Terra da Desolação, a que não pôde atracar. Nove dias depois entrava na baía Gilberto, em que trocou, com uma população pacífica, peles de diferentes animais por simples bagatelas. Esses indígenas, dias depois, vieram em tão grande número que, em torno do navio de Davis,

não havia menos de trinta e sete canoas. Neste sítio notou o navegador a presença de uma enorme quantidade de madeiras flutuantes, entre as quais estava uma árvore inteira, que não tinha menos de sessenta pés de comprimento. A 6 de agosto fundeava ao pé de uma montanha cor de ouro, que recebeu o nome de Raleigh, numa bela baía chamada Tottnesse; ao mesmo tempo dava a dois cabos de uma terra de Cumberland os nomes de Dyer e de Walsingham.

Durante onze dias Davis continuou ainda a navegar para o norte, por um mar livre de gelos, largamente aberto, e cujas águas tinham a cor do oceano. Já se julgava à entrada do mar que comunicava com o Pacífico quando o tempo mudou de repente e se tornou tão brumoso, que se viu obrigado a voltar para Yarmouth, onde desembarcou a 30 de setembro.

Davis teve a habilidade de fazer partilhar ao seu armador a esperança que concebera. Portanto, no dia 7 de maio do ano seguinte (1586), tornava a partir com os dois navios que tinham feito a campanha precedente. Juntou-se-lhes o *Mermaid,* de cento e vinte toneladas, e o *North-Star*. Quando chegou à ponta meridional da Gronelândia, a 25 de junho, Davis despachou o *Sunshine* e o *North-Star* para o norte, a fim de procurarem uma passagem pela costa oriental, enquanto ele seguia o mesmo caminho que no ano precedente e se internava no estreito que tem o seu nome até ao grau 69. Mas os gelos eram muito mais numerosos nesse ano, e a 17 de julho a expedição encontrou um campo de gelo de tal dimensão que levou treze dias a costeá-lo. O vento, depois de passar por essa planície de gelo, era tão frio que gelava as enxárcias e as velas, e os marinheiros recusaram ir mais adiante. Foi necessário portanto descer de novo para és-sueste. Ali Davis explorou a Terra de Cumberland sem encontrar o estreito que procurava, e, depois de uma escaramuça com os esquimós, em que teve três mortos e dois feridos, retomou, a 19 de setembro, o caminho de Inglaterra.

Posto que desta vez ainda não tivessem sido coroadas de êxito as suas pesquisas, Davis continuava a ter boas esperanças, como prova a carta que escreveu à companhia, em que dizia que reduzira a passagem a uma espécie de certeza. Prevendo, todavia, que lhe custaria mais decidir a remessa de uma nova expedição, acrescentava que as despesas desta seriam amplamente cobertas pelo lucro da pesca das focas e das baleias, tão numerosas nessas paragens que parecia que tinham ali estabelecido o seu quartel-general. A 15 de maio de 1587 deu à vela com o *Sunshine,* o *Elisabeth,* o *Darmouth* e a *Helena,* de Londres. Desta vez ainda subiu acima do que até então fizera, pois que chegou ao 72° 12', quer dizer, quase à latitude de Upernavick, e que marcou o cabo Handerson's Hope. Impedido pelos gelos, forçado a voltar para trás, navegou no estreito de Frobisher, e, depois de ter atravessado um largo golfo, chegou, por 61° 10', à vista de um cabo a que deu o nome de Chudleigh. Este cabo faz parte da costa do Lavrador e forma a entrada meridional do estreito de Hudson. Depois de ter costeado

as plagas americanas até ao grau 52, Davis tomou de novo o caminho de Inglaterra, aonde chegou a 15 de setembro.

Apesar de não se ter encontrado a solução do problema, tinham-se obtido resultados preciosos, mas a que se não ligava então grande importância. Quase metade da baía de Baffin estava reconhecida e possuíam-se noções minuciosas acerca das suas praias e acerca dos povos que as habitam. Eram essas, debaixo do ponto de vista geográfico, aquisições importantes, mas nada próprias para impressionar os moradores da City. Por isso as tentativas de passagem pelo noroeste foram abandonadas pelos Ingleses durante um largo período.

Um novo povo acabara de nascer. Os Holandeses, apenas livres do jugo espanhol, inauguraram a política comercial, que devia constituir a grandeza e prosperidade da sua pátria, enviando sucessivamente muitas expedições à procura, pelo noroeste, de um caminho para a China, projeto formado outrora por Sebastião Cabot e que dera à Inglaterra o comércio da Rússia. Com o seu instinto prático, os Holandeses tinham estado sempre ao facto da navegação inglesa, haviam até estabelecido feitorias em Rola e em Arcangel, mas queriam ir mais adiante procurar novos mercados. Parecendo-lhes muito difícil o mar de Karas, resolveram, por conselho do cosmógrafo Plâncio, tentar um novo caminho pelo norte da Nova Zembla. Os mercadores de Amesterdão dirigiram-se então a um marinheiro experimentado, Wilhelm Barentz, nascido na ilha de Terschelling, próxima de Texel. Este navegador partiu de Texel em 1594 a bordo do *Mercúrio,* dobrou o cabo Norte, viu a ilha de Waigatz, e achou-se, a 4 de julho, à vista da costa da Nova Zembla, a 73° 25'. Navegou ao longo do litoral, dobrou o cabo Nassau a 10 de julho e viu-se em contacto com os gelos três dias depois. Até 3 de agosto tentou abrir caminho, apalpando o banco por diferentes lados, subindo até às ilhas Orange, na extremidade da Nova Zembla, percorrendo mil e setecentas milhas e virando de bordo oitenta e uma vezes.

Não acreditamos que até então qualquer outro navegador desse prova de tal perseverança. Acrescentemos que aproveitou este longo cruzeiro para fixar astronomicamente e com rara precisão a latitude de uma série de posições. Enfim, cansada desta luta infrutífera, a tripulação reclamou e foi necessário voltar a Texel.

Os resultados obtidos foram considerados tão importantes que, no ano imediato, os Estados da Holanda confiaram a Tiago Van-Heemskerke o comando de uma frota de sete navios de que Barentz foi nomeado piloto-chefe. Depois de ter tocado em diferentes pontos das costas da Nova Zembla e da Ásia, essa esquadra foi forçada pelos gelos a retroceder, sem ter feito descobertas importantes, e a voltar para a Holanda a 18 de setembro.

Em geral, os governos não têm a perseverança dos simples particulares. O armamento

da expedição no ano de 1595 não produzira coisa alguma e custara uma avultada quantia. Foi o que bastou para desanimar os Estados da Holanda. Os comerciantes de Amesterdão substituíram então a sua ação à do Governo, que se contentara em prometer um prémio a quem descobrisse a passagem do noroeste, e armaram dois navios, cujo comando confiaram a Heemskerke e a João Comeliszoon-Rijp. Barentz na realidade tinha apenas o título de piloto, mas era ele o verdadeiro comandante. O historiador da viagem, Gerrit de Veer, ia também embarcado como contramestre.

Os holandeses partiram de Amesterdão a 10 de maio de 1596, passaram pela Shetland e Feroé, e a 5 de junho viram os primeiros gelos, «com que ficámos muito espantados, julgando primeiro que eram cisnes brancos». Era ao sul de Spitzberg, na passagem da ilha dos Ursos, a que não tardaram a chegar, e onde desembarcaram a 11 de junho. Aí apanharam um grande número de ovos de gaivota e mataram com muito custo, a alguma distância do mar, um urso branco, que devia dar o seu nome à terra que Barentz acabava de descobrir. A 17 de junho desembarcaram numa grande terra, que supuseram que fazia parte da Gronelândia e a que deram o nome de Spitzberg, por causa dos seus montes agudos; exploraram uma boa parte da sua costa ocidental. Forçados pelos gelos a descer à ilha dos Ursos, separaram-se nessa altura de João Rijp, que devia tentar mais uma vez seguir caminho pelo norte. A 11 de julho estavam nas paragens do cabo Kanine, e cinco dias depois haviam chegado à costa ocidental da Nova Zembla, que tinha o nome de Willoughby. Mudaram então de direção, e, subindo ao norte, chegaram no dia 19 à ilha das Cruzes, onde o gelo, ainda preso à praia, lhes embargou o caminho. Ficaram neste sítio até 4 de agosto e dois dias depois dobraram o cabo Nassau. Depois de muitas peripécias, que seria longo narrar, chegaram à ilha de Orange, na extremidade setentrional da Nova Zembla. Principiaram a descer ao longo da costa oriental, mas foram em breve obrigados a entrar numa enseada, onde se acharam completamente bloqueados pelos gelos e «onde foram obrigados, com grande frio, pobreza e tristeza, a ficar todo o inverno». Estava-se a 26 de agosto. «A 30, as pedras de gelo principiaram a amontoar-se umas sobre as outras, de encontro ao navio, que enquanto nevava intensamente foi levantado e rodeado de modo que tudo o que estava ao pé e à roda principiou a estalar e a rebentar. Parecia que o barco estalava também em mil bocados, coisa horrorosa de ver e de ouvir e que nos punha os cabelos em pé. O navio esteve depois em perigo semelhante, quando o gelo veio por baixo, levantando-o e empurrando-o, como se fosse içado por algum instrumento.» Daí a pouco tempo o barco começou a estalar de forma tal que a prudência ordenava que se desembarcassem algumas provisões, velas, pólvora, chumbo, arcabuzes e outras armas, e que se levantasse uma tenda ou cabana, para se estar ao abrigo da neve e dos

ataques dos ursos. Alguns dias depois, uns marinheiros que tinham avançado duas ou três léguas para o interior do país, encontraram, ao pé de um rio de água doce, uma grande quantidade de madeira flutuante; descobriram além disso rastos de cabritos bravos e de renas. A 11 de setembro, vendo que a baía se enchera de pedaços enormes de gelo, amontoados uns sobre os outros e pegados uns aos outros, os holandeses perceberam que iam ser obrigados a invernar neste sítio e resolveram, «a fim de estarem mais bem guardados contra a frialdade e armados contra os animais ferozes», que se construísse ali uma casa que os pudesse conter a todos, ao passo que se abandonava a si próprio o navio, que se tornava todos os dias menos seguro e menos confortável. Felizmente, encontraram na praia árvores inteiras, vindas sem dúvida da Sibéria e impelidas para ali pela corrente, em número tal que chegaram não só para a construção da sua habitação, mas também para se aquecerem durante o inverno.

Nunca um europeu invernara nessas regiões, no meio desse mar preguiçoso e imóvel, que, segundo as expressões tão falsas de Tácito, forma o cinto do mundo, onde se ouve o rumor do Sol que nasce. Por isso os dezassete holandeses não podiam imaginar os padecimentos que os ameaçavam. Suportaram-nos com uma paciência admirável, sem um murmúrio, sem a mais leve tentativa de indisciplina ou de revolta. O procedimento desses bravos marinheiros, que ignoravam o que lhes reservava um futuro tão sombrio e que haviam posto com uma confiança admirável «os seus negócios nas mãos de Deus», poderá sempre ser dado como exemplo, até aos marinheiros de hoje. Pode-se dizer que tinham realmente no coração o *oes triplex* de que fala Horácio. Graças à habilidade, à ciência, à previdência do seu chefe Barentz, tanto como ao seu espírito de disciplina, é que deveram o sair da Nova Zembla, seu túmulo provável, e tornar a ver as plagas da sua pátria.

Os ursos, extremamente numerosos nessa época do ano, fizeram frequentes visitas à tripulação. Mais de um foi morto, mas os holandeses contentaram-se em os esfolar para lhes tirar a pele, e não os comeram, sem dúvida porque consideravam a carne insalubre. Seria, contudo, um suplemento considerável de alimentação, que lhes permitiria não tocar nas suas carnes salgadas e evitar por mais tempo os ataques do escorbuto. Mas não antecipemos e continuemos a seguir o diário de Gerrit de Veer.

A 23 de setembro, o carpinteiro morreu e foi enterrado no dia seguinte no fundo de uma montanha, porque era impossível cavar a terra, tal era o frio. Os dias seguintes foram consagrados ao transporte das madeiras flutuantes e à construção da casa.

Para a cobrir, foi necessário demolir as câmaras de proa e de ré do navio; montou-se a 2 de outubro e serviu de pau de fileira um mastro do barco. No dia 3 levantou-se uma grande ventania de noroeste; o mar estava inteiramente aberto e sem gelos até onde a vista podia

alcançar. «Mas ficámos como presos no gelo; o navio estava levantado dois ou três pés, e não podíamos pensar noutra coisa senão que o mar estava gelado até ao fundo, apesar de haver três braças e mais de profundidade.»

A 12 de outubro principiaram a dormir na casa, apesar de não estar concluída. A 21, a melhor parte dos víveres, os móveis e tudo de que se podia precisar, foi tirado para fora do navio, porque se sentia que o sol não tardaria a desaparecer. Elevara-se um cano de chaminé no teto da casa; pendurara-se lá dentro um relógio holandês, armaram-se leitos ao longo das paredes e transformou-se em tina um tonel, porque o cirurgião sensatamente recomendara aos homens que tomassem banho com frequência para conservar a saúde. A quantidade de neve que caiu nesse inverno foi verdadeiramente maravilhosa. A casa desaparecera toda debaixo desse espesso manto, o que aliás elevou sensivelmente a temperatura interior. Todas as vezes que precisavam de sair, os holandeses eram obrigados a rasgar um longo corredor por baixo da neve. Todas as noites ouviam primeiro os ursos, depois as raposas, passear por cima do teto da habitação, procurando arrancar algumas tábuas para penetrar no interior. Por isso tomaram o costume de trepar à chaminé, que lhes servia de guarita, para dali atirar aos ursos e caçá-los. Tinham arranjado um grande número de armadilhas, em que caíram muitas raposas azuis, cuja preciosa pele lhes servia para se garantirem contra o frio e cuja carne lhes permitia economizarem as suas provisões. Sempre alegres e de bom humor, suportavam o melhor que podiam o fastio da longa noite polar e o rigor do frio. Foi tal que, durante dois ou três dias, como não tinham podido acender tanto lume como antes, por causa do fumo acamado pelo vento, nevou tanto em casa que as paredes e o solo gelaram-se na profundidade de dois dedos, até nos sítios em que essa pobre gente estava deitada. Foi necessário mandar desgelar o vinho de Xerez, por ocasião da distribuição de meio quartilho, que se fazia dia sim, dia não.

«A 7 de dezembro continuava o tempo áspero com uma tempestade violenta vinda de nordeste, que produziu um frio horrível. Como não conhecíamos modo algum de nos garantir contra ela e deliberávamos juntos sobre o que devíamos fazer que melhor conviesse, um dos nossos, nessa extrema necessidade, propôs que nos servíssemos da hulha que tínhamos levado do navio para casa e que acendêssemos o lume com ela, porque o fogo é ardente e de longa duração. À noite acendemos uma fogueira com essa hulha, que deu grande calor; mas não reparámos no que podia resultar daí, porque, como o calor nos reanimou inteiramente, procurámos conservá-lo muito tempo, e assim achámos que seria bom calafetar todas as frinchas e a chaminé para encerrar em casa o dito calor. E assim cada qual se foi deitar, muito animado por esse calor adquirido, e discorremos por muito tempo uns com os outros. Mas afinal começou-nos a andar a cabeça à roda, todavia mais a uns do que a outros, e em quem

reparámos primeiro foi num dos nossos, que estava doente e que por esse motivo não podia sofrer tanto. E também por nós mesmos sentimos que uma grande angústia nos surpreendia, de modo que alguns, que foram mais valentes, saíram do seu quarto a destapar a chaminé, e depois abriram a porta. Mas o que abriu a porta desmaiou e caiu sem sentidos na neve, e eu, vendo isso, corri lá e encontrei-o estendido e desmaiado. Fui a toda a pressa buscar vinagre e esfreguei-lhe a cara até ele tornar a si do seu delíquio.

Depois, quando nos sentimos melhor, deu-nos o capitão a cada um de nós um pouco de vinho para nos confortar.

A 11, continuou o tempo claro com extrema frialdade, tal que quem a não sentia não quereria acreditar; até os sapatos se nos gelavam nos pés, tornavam-se tão duros como chavelhos, e por dentro estavam cobertos de gelo, de forma que já não nos podíamos servir deles. Os fatos nos nossos corpos estavam todos brancos de geada e de gelo.»

A 25 de dezembro, Dia de Natal, o tempo esteve tão áspero como nos dias precedentes. As raposas faziam um tumulto infernal por cima da casa, o que um dos marinheiros disse que era de mau presságio, e, perguntando-se-lhe porquê, respondeu: «Porque se não podem meter numa panela, ou enfiar num espeto, o que seria de bom presságio.»

Se o ano de 1596 acabara por um frio extremo, o princípio de 1597 não foi mais agradável. Tempestades de neve e geadas violentíssimas não permitiram aos holandeses sair de casa. Ali celebraram alegremente a festa dos Reis, como conta a ingénua e tocante narrativa de Gerrit de Veer: «E por isso pedimos ao capitão que, no meio da nossa miséria, nos pudéssemos divertir um pouco, empregando nisso uma parte de vinho que nos deviam distribuir de dois em dois dias. Tendo dois arráteis de farinha, fizemos filhós com azeite. E trouxe cada um um biscoito de pão alvo, que molhámos no vinho e comemos. E pareceu-nos que estávamos na nossa pátria e no meio dos nossos parentes e amigos, e com isso ficámos tão satisfeitos como se tivéssemos tido um banquete de gala, tão bom sabor lhe encontrámos. Também fizemos um rei por meio de bilhetes, e o nosso mestre artilheiro foi rei da Nova Zembla, país limitado por dois mares e de um comprimento de duzentas léguas, talvez».

De 21 de janeiro em diante, começaram a ser menos numerosas as raposas, reapareceram os ursos, principiou a crescer o dia, o que permitiu aos holandeses, tá tanto tempo reclusos, sair um bocadinho. A 24, um dos marinheiros, que estava doente havia muito tempo, morreu e foi enterrado na neve, a pouca distância da casa. A 28, com um tempo lindíssimo, saíram todos, passearam, exercitaram-se a correr, a tirar a bola para tornar flexíveis os seus membros, porque tinham uma fraqueza extrema e estavam quase todos doentes de escorbuto. A debilidade deles era tal que foram obrigados a descansar umas

poucas de vezes ao trazerem para casa a lenha que lhes era necessária. Enfim, nos primeiros dias de março, depois de muitas tempestades, puderam verificar que o mar já não tinha gelo algum. Apesar disso, o tempo era áspero e o vento glacial. Não se podia pensar em voltar ao mar, porque o navio continuava preso no gelo. A 15 de abril visitaram-no e encontraram-no em bom estado.

No princípio de maio, os marinheiros principiaram a impacientar-se e perguntaram a Barentz se não tencionava tomar brevemente as disposições necessárias para a partida. Mas este respondeu-lhe que era conveniente esperar até ao fim do mês, e que então, se fosse impossível soltar o navio, veriam se podiam dispor a chalupa e o escaler maior, e torná-los próprios para a navegação do mar alto. A 20 do mês começaram os preparativos de partida, e pode-se imaginar com que alegria e com que ardor. A chalupa foi calafetada, remendaram-se as velas, arrastaram-se para o mar o escaler e a chalupa e embarcaram-se as provisões. Depois, vendo que a água estava aberta e que ventava com força, Heemskerke foi ter com Barentz, que estivera muito tempo doente, e declarou-lhe «que lhe parecia bom partir dali e principiar, em nome de Deus, a viagem para abandonar a Nova Zembla».

«Guilherme Barentz tinha antes disso escrito um bilhete, explicando como tínhamos partido da Holanda para ir para o reino da China, e tudo o que sucedera, a fim de que, se por acaso viesse alguém depois de nós, pudesse saber o que nos havia acontecido. Pôs este bilhete na bainha de um mosquete e pendurou-o da chaminé.»

A 13 de junho de 1597, os holandeses abandonaram pois o navio, que não saíra da sua prisão de gelo, e, pondo-se debaixo da guarda de Deus, saíram ao mar nas duas chalupas. Dirigiram-se às ilhas Orange e desceram de novo a costa ocidental da Nova Zembla no meio de perigos sem cessar renascentes.

«A 20 de junho, Nicolau Andrieu enfraqueceu muito e logo vimos que não tardaria a expirar. O lugar-tenente do governador veio à nossa chalupa e disse-nos que Nicolau Andrieu estava muito mal e que bem se via que estava a acabar os seus dias. Ao que Guilherme Barentz disse: "Parece-me também que a minha vida não há de durar muito." Não pensávamos que Barentz estivesse tão doente, porque conversávamos um com o outro e Guilherme Barentz olhava para o pequeno mapa que eu fizera da nossa viagem. Trocámos diversas frases. Enfim, pôs o mapa de parte, e disse: "Gerardo, dá-me de beber." Depois de ter bebido, veio-lhe uma fraqueza tal que revirava os olhos na cara, e morreu tão subitamente que nem tivemos tempo de chamar o capitão que estava na outra barca. Esta morte de Guilherme Barentz contristou-nos imenso, por ser o nosso principal condutor e o nosso único piloto, em quem tínhamos posto toda a confiança. Mas não podíamos resistir à vontade de Deus, e este pensamento

sossegou-nos um pouco.»

Assim morreu no meio das suas descobertas, como os seus sucessores Franklin e Hall, o ilustre Barentz. Nos termos tão discretos e tão sóbrios da curta oração fúnebre de Gerrit de Veer, sente-se transparecer a afeição, a simpatia e a confiança que este audacioso marinheiro soubera inspirar aos seus desgraçados companheiros. Barentz é uma das glórias da Holanda, tão fecunda em valentes e hábeis navegadores. Logo diremos o que se fez para honrar a sua memória.

Depois de terem sido muitas vezes obrigados a tirar da água as embarcações, em risco de serem esmagadas entre as pedras de gelo, de terem visto por muitas vezes abrir-se o mar e fechar-se de novo diante deles e de terem passado fome e sede, chegaram os holandeses ao cabo Nassau. Forçados um dia a tirar para cima do banco de gelo a sua canoa em risco de se arrombar, perderam uma parte das suas provisões e iam-se afogando todos, porque o gelo rompia-se debaixo dos seus pés. No meio de tantas misérias tinham às vezes boas fortunas. Foi assim que, caminhando por cima do gelo até à ilha das Cruzes, encontraram lá setenta ovos de pato bravo. «Mas não sabiam onde os haviam de meter para os levar. Finalmente um deles tirou as suas bragas, atando-as por baixo, e, tendo metido os ovos dentro, levaram-nas dois numa forquilha, indo o terceiro com o mosquete. Assim voltaram, depois de se demorarem doze horas, o que nos fazia temer que alguma desgraça lhes tivesse acontecido. Os ovos foram bem-vindos e comemos neles como uns fidalgos.» De 19 de julho em diante os holandeses viajaram por um mar, se não livre de gelos, pelo menos desembaraçado desses grandes bancos que lhes tinham custado tanto a passar. No dia 28 de julho, entrando no golfo de S. Lourenço, encontraram duas barcas russas, de que ao princípio se não atreveram a aproximar-se. Mas quando viram os marinheiros dirigir-se a eles, sem armas e com demonstrações de amizade, baniram todo o receio, tanto mais que os reconheceram por os terem encontrado no ano precedente, nos arredores de Waigatz. Receberam deles algum socorro e prosseguiram na sua viagem, continuando a costear, tão de perto como o gelo o permitia, as praias da Nova Zembla. Num desembarque, descobriram a cocleária, planta cujas folhas e sementes são um dos mais poderosos antiescorbúticos conhecidos. Por isso comeram às mãos-cheias e sentiram quase imediatamente um grande alívio. Contudo, as suas provisões esgotavam-se; tinham já apenas um pouco de pão, e carne quase nenhuma. Decidiram-se então a fazer-se ao largo, a fim de encurtar a distância que os separava das costas da Rússia, onde esperavam encontrar algumas barcas de pescadores, que poderiam socorrê-los. A sua esperança não foi iludida, apesar de terem ainda muitos males que sofrer. Os russos mostraram-se muito sensibilizados com o seu infortúnio e consentiram em conceder-lhes por

muitas vezes víveres, que os impediram de morrer de fome. Por um espesso nevoeiro, as duas embarcações tinham sido separadas. Só se encontraram muito para além do cabo Kanine, do outro lado do mar Branco, na ilha Kildgn, onde uns pescadores disseram aos holandeses que em Kols estavam três navios da sua nação, prontos a dar à vela para voltar à sua pátria. Despacharam portanto um dos seus, acompanhado por um lapónio, que voltou três dias depois com uma carta assinada por João Rijp. Grande foi a estupefação dos holandeses quando viram essa assinatura. Só depois de compararem a carta que acabavam de receber com muitas outras que Heemskerke tinha nas suas mãos é que se persuadiram de que emanava deveras do capitão que os acompanhara no ano precedente. Alguns dias depois, a 30 de setembro, Rijp veio, ele mesmo, com uma barca carregada de provisões, para os procurar e para os levar ao rio de Kols, onde estava fundeado o seu navio.

Rijp ficou muito maravilhado com tudo o que lhe contaram e com a terrível viagem de perto de quatrocentas léguas que tinham feito e que não durara menos de cento e quatro dias, de 13 de junho a 25 de setembro. Alguns dias de descanso, uma alimentação sadia e abundante, bastaram para fazer desaparecer os últimos vestígios do escorbuto e restabelecer os marinheiros das suas fadigas. A 17 de setembro, João Rijp saiu do rio Kols, e no dia 1 de novembro a tripulação holandesa chegou a Amesterdão. «Tínhamos», diz Gerrit de Veer, «os mesmos fatos que trazíamos na Nova Zembla, com barretes de raposa branca na cabeça, e fomos ao palácio de Pedro Hassalser, que fora um dos curadores da cidade de Amesterdão, encarregado de presidir ao preparo dos dois navios de Rijp e do nosso capitão. Chegámos a esse palácio, no meio do espanto geral, porque havia muito tempo que passávamos por mortos e esse boato espalhara-se pela cidade; a notícia da nossa vinda chegou também ao palácio do príncipe, onde estavam então à mesa o senhor chanceler e o embaixador do muito ilustre rei da Dinamarca, da Noruega, dos Godos e dos Vândalos. De forma que fomos levados à sua presença pelo Sr. L'Ecosltets e dois nobres da cidade, e contámos ao dito senhor embaixador e aos senhores burgomestres a história da nossa viagem. Depois cada um de nós se retirou para sua casa. Os que não eram da cidade alojaram-se nas hospedarias durante algum tempo até recebermos o nosso dinheiro; depois cada um se foi embora. Eis os nomes dos que voltaram desta viagem: Tiago Heemskerke, comissário e capitão, Pedro Peterson Vos, Gerardo de Veer, mestre, João Vos, cirurgião, Tiago Jansen Sterrenburgo, Leonardo Henrique, Lourenço Guilherme, João Hillibrants, Tiago Jansen Hoochoront, Pedro Cornélio, Tiago de Buisen e Tiago Everts».

De todos esses valentes marinheiros nada mais temos que dizer senão que Gerardo de Veer publicou, no ano imediato, a história da sua viagem, e que Heemskerke, depois de ter

feito muitas campanhas na Índia, recebeu em 1607 o comando de uma frota de vinte e seis navios, à testa da qual deu, a 25 de Abril, aos espanhóis, debaixo do canhão de Gibraltar, um rude combate em que os holandeses ficaram vencedores, mas em que ele perdeu a vida.

Só em 1871, perto de trezentos anos depois, é que se tornou a ver o sítio de hibernação do infeliz Barentz e dos seus companheiros. Foi ele o primeiro que dobrou a ponta meridional da Nova Zembla, e foi o único também até essa época. A 7 de setembro de 1871, o capitão norueguês Elling Carlsen, conhecido por numerosas viagens no mar do Norte e no oceano Glacial, chegou a Havre de Grace de Barentz, e a 9 descobriu a casa que abrigara os holandeses. Parecia que fora construída na véspera, por tal forma se achava num pasmoso estado de conservação. Estava tudo na mesma posição em que os náufragos o tinham deixado. Só os ursos, as raposas e os outros habitantes destas regiões inóspitas haviam visitado este sítio. À roda da casa estavam espalhados grandes tonéis, montes de ossos de focas e de ursos. No interior achava-se tudo no seu lugar. Era a reprodução fiel da curiosa gravura de Gerrit de Veer. Os leitos estavam encostados ao tabique, exatamente como figuram no desenho, da mesma forma que o relógio, os mosquetes e a alabarda. Entre os utensílios domésticos, as armas e os diferentes objetos que o capitão Carlsen trouxe, citaremos duas caçarolas de cobre, pincéis, canos de espingarda, limas, um par de botas, dezanove cartucheiras, algumas ainda cheias de pólvora, um relógio, uma flauta, fechaduras e cadeados, vinte e seis castiçais de estanho, fragmentos de gravuras e três livros holandeses, sendo um deles a *História da China,* a última edição de Mendoza, que mostra o fito que Barentz tinha nesta expedição, e um *Manual de Navegação,* que prova todo o cuidado que o piloto punha em estar ao facto das coisas da sua profissão.

Quando voltou ao porto de Hammerfert, o capitão Carlsen encontrou um holandês, o Sr. Lister Kay, que comprou as relíquias de Barentz e as entregou ao Governo neerlandês. Estes objetos foram despachados para o Museu de Marinha de Haia, e uma casa, aberta na frente e exatamente semelhante à que representa o desenho de Gerrit de Veer, foi logo construída. Cada um dos objetos e dos instrumentos recuperados ficou no lugar que ocupava na casa da Nova Zembla. Rodeados de todo o respeito e de toda a afeição que merecem, estes preciosos testemunhos de um acontecimento marítimo importante, da primeira hibernação nos mares árticos, estas tocantes recordações de Barentz, de Heemskerke e dos seus rudes companheiros, constituem um dos monumentos mais interessantes do Museu. Ao lado do relógio figura um mostrador de cobre, no meio do qual se traçou um meridiano. Este curioso mostrador, inventado por Plâncio e que servia sem dúvida para determinar os desvios da bússola, é hoje o único modelo existente de um instrumento náutico que nunca foi, decerto, de uso muito

vulgar. Ainda por esse título é tão precioso como são, de outro ponto de vista, a flauta de que Barentz se servia e os sapatos do pobre marinheiro que morreu durante a hibernação. Não se pode ver sem uma comoção pungente esta coleção curiosíssima.

Capítulo 12 — As Viagens de Aventura e a Guerra de Corso

Uma choupana misérrima de Tavistock, no Devonshire, tal foi o sítio onde nasceu, em 1540, Francisco Drake, que, pela sua coragem indomável, devia ganhar milhões, que aliás perdeu com tanta facilidade como aquela com que os ganhara. Edmundo Drake, seu pai, era um destes padres que se entregam à educação do povo. A sua pobreza só tinha igual na estima que todos consagravam ao seu caráter. Carregado de família, o pai de Francisco Drake viu-se na necessidade de deixar seu filho abraçar a profissão marítima, à qual dedicava uma viva paixão, e servir como grumete a bordo de um navio de cabotagem, que fazia o serviço de trânsito para a Holanda. Laborioso, ativo, tenaz, económico, o jovem Francisco Drake não tardou a adquirir os conhecimentos teóricos necessários à direção de um navio. Logo que realizou algumas economias, avolumadas pela venda de uma embarcação que o seu primeiro patrão lhe legara, fez algumas viagens mais extensas, visitou a baía de Biscaia, o golfo da Guiné, e gastou todos os seus teres para arranjar uma carregação que devia vender nas Índias Ocidentais. Mas apenas chegou ao Rio de la Hacha, navio e carregação foram confiscados, não se sabe com que fútil pretexto. Todas as reclamações de Drake, que se via arruinado, foram inúteis. Jurou vingar-se de semelhante injustiça e cumpriu a sua palavra.

Em 1567, quer dizer, dois anos depois desta aventura, uma pequena frota de seis navios, dos quais o mais importante tinha setenta toneladas, saiu de Plymouth, com aprovação da rainha, para fazer uma expedição às costas do México. Drake comandava um navio de cinquenta toneladas. Logo ao princípio capturaram-se alguns negros em Cabo Verde, espécie de ensaio geral do que se devia fazer no México. Depois cercou-se a Mina, onde se tomaram ainda mais negros, que se foram vender às Antilhas. Hawkins, sem dúvida por conselho de Drake, apoderou-se da cidade do Rio de la Hacha; depois entrou em S. João de Ulloa, fugindo de uma horrível tempestade. Mas o porto encerrava uma frota numerosa e estava armado com poderosa artilharia. A frota inglesa foi derrotada e Drake a muito custo pôde voltar às costas de Inglaterra, em janeiro de 1568.

Drake fez depois duas expedições às Índias Ocidentais para estudar o país. Quando entendeu que reunira os conhecimentos necessários, armou à sua custa dois navios: o *Swan,* de vinte e cinco toneladas, que seu irmão John comandou, e o *Paxá de Plymouth,* de setenta. Os dois navios tinham por tripulação setenta e três lobos-do-mar, com quem se podia contar para tudo. De julho de 1572 a agosto de 1573, umas vezes só, outras vezes de concerto com um

certo capitão Rawse, Drake fez um cruzeiro frutífero nas costas de Darien, atacou as cidades de Vera Cruz e de Nombre de Dios, e apreendeu considerável saque. Infelizmente estas excursões não se fizeram sem muitas crueldades, sem muitos atos de violência, de que hoje qualquer se envergonharia. Mas não insistiremos em cenas de pirataria e de barbaria, que são frequentíssimas no século XV.

Depois de ter cooperado na repressão da revolta da Irlanda, Drake, cujo nome principiava a ser conhecido, fez-se apresentar à rainha Isabel. Expôs-lhe o seu projeto de ir devastar as costas ocidentais da América do Sul, passando pelo estreito de Magalhães, e obteve, com o título de almirante, uma frota de cinco navios, em que embarcaram cento e sessenta marinheiros escolhidos.

Tendo partido de Plymouth a 15 de novembro de 1577, Francisco Drake travou relações com os mouros de Mogador, de quem não pôde senão dizer bem, fez algumas capturas de pouca importância, antes de chegar às ilhas de Cabo Verde, onde tomou refrescos, e levou cinquenta e seis dias a atravessar o Atlântico para atingir a costa do Brasil. Seguiu então até ao estuário do rio da Prata, onde fez aguada, chegou à baía das Focas, na Patagónia, negociou com os selvagens, e matou grande número de lobos-marinhos para abastecimento das suas tripulações. «Alguns dos patagónios, que foram vistos a 13 de maio, um pouco abaixo da baía das Focas», diz a relação original, «traziam na cabeça uma espécie de chavelhos e quase todos tinham por chapéus muitas e formosas penas de pássaros. O seu rosto estava também pintado e sarapintado com muitas espécies de cores, e traziam cada um na mão um arco, donde, a cada tiro, disparavam duas frechas. São muito ágeis, e, segundo pudemos ver, muito entendidos em coisas de guerra, marchando e avançando, e, apesar de serem poucos, pareciam muitos». O Sr. Charton, nas suas *Viagens Antigas e Modernas,* observa que Drake não insiste na estatura extraordinária que Magalhães atribuíra aos patagónios. Há para isso muitas e boas razões. Existe na Patagónia mais de uma tribo, e a descrição que Drake nos dá aqui dos selvagens que encontra não se parece nada com a que faz Pigafetta dos patagónios no porto de S. Julião. Se existe, como parece provado, uma raça de homens de estatura elevada, a sua habitação parece ser nas margens do estreito, na extremidade de navegação do porto Desejado, aonde Drake chegou a 2 de junho. No dia seguinte aportou à enseada de S. Julião, onde encontrou uma forca, antigamente levantada por Magalhães, para punir alguns rebeldes da sua tripulação. Drake escolheu também esse sítio para se desembaraçar de um dos seus capitães, chamado Doughty, acusado, havia muito, de traição e de peculato, e que por várias vezes se afastara da frota. Tendo alguns marinheiros confessado que ele os solicitara para romperem a viagem de acordo com ele, foi condenado por um conselho de guerra, segundo as

leis inglesas, a ter a cabeça cortada, por crime de rebeldia e aliciação. Esta sentença foi imediatamente executada, apesar de Doughty haver até ao último momento protestado energicamente pela sua inocência. A culpabilidade do capitão Doughty estava bem provada? Se Drake foi acusado quando regressou a Inglaterra e apesar da moderação de que sempre deu provas para com os seus, de se ter aproveitado da ocasião para se desembaraçar de um rival que temia, é difícil admitir que os quarenta juízes que pronunciaram a sentença se combinassem para obedecer aos secretos desígnios do seu comandante e condenar um inocente.

A 20 de abril a frota, reduzida a três navios em consequência das avarias sobrevindas a dois, que foram logo destruídos pelo almirante, entrou no estreito, que ainda não fora passado depois de Magalhães. Se encontrou belas enseadas, Drake verificou que era difícil fundear nelas por causa da profundidade da água ao pé da terra e, ao mesmo tempo, das ventanias violentas, que, soprando em súbitas rajadas, tornavam a navegação perigosa. Numa tormenta que o assaltou, ao sair do estreito para o Pacífico, Drake viu soçobrar um dos seus navios, ao passo que o seu último companheiro era separado dele, alguns dias depois, sem que o tornasse a ver até ao fim da campanha. Arrastado pelas correntes, ao sul do estreito, até 55 graus e meio, Drake só tinha o seu navio, mas, pelo mal que fez aos Espanhóis, mostrou as devastações que poderia praticar se tivesse debaixo das suas ordens a frota com que deixara a Inglaterra. Num desembarque na ilha da Mocha, os ingleses tiveram dois mortos e muitos feridos, e o próprio Drake, ferido duas vezes na cabeça, viu-se na impossibilidade absoluta de castigar os índios pela sua perfídia. No porto de Valparaíso apoderou-se de um navio ricamente carregado de vinhos do Chile e de barras de ouro avaliadas em trinta e sete mil ducados; depois saqueou a cidade, abandonada precipitadamente pelos habitantes. Em Coquimbo tinham sido prevenidos da sua presença; por isso encontrou forças que o obrigaram a reembarcar. Em Arica saqueou três pequenas barcas, numa das quais se encontraram cinquenta e sete barras de prata, avaliadas em mais de cinquenta mil libras. No porto de Lima, onde estavam fundeados doze navios ou barcas, o saque foi considerável. Mas o que mais alegrou Drake foi saber que um galeão, chamado *Caga-Fuego,* riquissimamente carregado, dera à vela para Paraca. Correu logo atrás dele e capturou, de caminho, uma barca que transportava oitenta arráteis de ouro. Isto fez com que o piloto espanhol dissesse rindo: «Capitão, não é o nosso navio que se deve chamar *Caga-Fuego;* mas sim *Caga-Plata, Caga-Fuego é* o vosso.» Depois de um certo número de presas mais ou menos ricas na costa do Peru, Drake, sabendo que se preparava contra ele uma armada considerável, entendeu que era tempo de voltar para Inglaterra. Para isso três caminhos se abriam diante do seu navio: tornar

a passar pelo estreito de Magalhães, ou atravessar o mar do Sul e dobrar o cabo da Boa Esperança, para voltar pelo Atlântico, ou então subir a costa da China e voltar pelo mar Glacial e pelo cabo do Norte. Foi esta última resolução, como a mais segura, a que Drake adotou. Fez-se por conseguinte ao largo, chegou a 38 graus de latitude e desembarcou na baía de S. Francisco, que três anos antes fora vista por Bodega. Estava-se então no mês de junho. A temperatura era baixíssima e a terra achava-se coberta de neve. As particularidades que Drake refere acerca da sua receção pelos indígenas são muito curiosas: «Quando chegámos, os selvagens mostraram grande admiração por nos ver, e, pensando que éramos deuses, receberam-nos com grande humanidade e reverência.

Enquanto ali estivemos, continuaram a vir-nos ver, trazendo-nos belos penachos, feitos de plumas de diversas cores, e outras vezes petum (tabaco), que é uma erva que os índios usam ordinariamente. Mas, antes de nos dar esses presentes, paravam um pouco longe, num sítio onde tínhamos armado as nossas tendas. Depois faziam longos discursos, e, quando acabavam, deixavam neste sítio os arcos e as setas e aproximavam-se de nós para nos oferecerem as suas dádivas.

Da primeira vez que vieram, suas mulheres paravam no mesmo sítio e arranhavam-se e arrancavam a pele e a carne das faces, lamentando-se de um modo admirável, ficando nós com isso muito espantados. Mas soubemos que era uma espécie de sacrifício que nos faziam.»

As particularidades que Drake refere a propósito dos índios da Califórnia são as mesmas que ele dá acerca dos usos e costumes das nações que visitou. Faremos notar, a este respeito, esse hábito das longas arengas, que o viajante tem todo o cuidado de apontar, e que encontramos também nos índios do Canadá, como Cartier notara uns quarenta anos mais cedo.

Drake não subiu mais ao norte e renunciou ao seu projeto de voltar pelo mar Glacial. Quando deu à vela foi para descer de novo para a linha, alcançar as Molucas e voltar a Inglaterra pelo cabo da Boa Esperança. Como esta parte da viagem se fez em país já conhecido e as observações feitas por Drake não são numerosas nem novas, contá-las-emos muito rapidamente.

A 13 de outubro de 1579, Drake chegou a 8 graus de latitude norte, a um grupo de ilhas cujos habitantes tinham as orelhas fortemente estendidas pelo peso dos ornatos que lhes penduravam; as suas unhas, que deixavam crescer, parecia que lhes serviam de armas defensivas; e os seus dentes, «negros como o pez de navios», contraíam essa cor pelo uso do bétele. Depois de ter ali descansado, Drake passou pelas Filipinas e chegou a 14 de novembro a Ternate. O rei desta ilha veio a bordo com os seus principais oficiais, embarcados em quatro canoas e vestidos dos seus fatos de gala. Depois de uma troca de cumprimentos e de

presentes, os ingleses receberam arroz, cana-de-açúcar, galinhas, figo, cravo e farinha de sagu. No dia seguinte, alguns marinheiros, que tinham desembarcado, assistiram ao conselho. «Quando o rei chegou, levava diante dele uma sombrinha ou guarda-sol todo bordado a ouro. Vinha vestido à moda do país, mas com um fato extremamente magnífico, porque estava coberto desde o ombro até ao chão com um longo manto de lhama de ouro. Tinha por enfeite de cabeça uma espécie de turbante, todo lavrado de fino ouro e enriquecido com pedrarias e poupas da mesma fazenda. Do pescoço pendia-lhe uma bela cadeia de ouro com largas fivelas. Nos dedos tinha seis anéis extremamente primorosos e os pés estavam calçados de sapatos de marroquim.»

Depois de se ter demorado algum tempo na ilha, para dar descanso à tripulação, Drake fez-se outra vez ao mar, mas encalhou, no dia 9 de janeiro de 1580, numa rocha, e foi obrigado, para pôr o navio a nado, a alijar oito peças de artilharia e grande quantidade de provisões. Um mês depois chegou a Baratene, onde consertou o seu navio. Esta ilha produzia com profusão prata, ouro, cobre, enxofre, especiarias, limões, pepinos, cocos e outras frutas deliciosas. «Carregámos os nossos navios abundantemente, podendo confessar que, desde a nossa partida de Inglaterra, nunca passámos por sítio algum onde achássemos mais comodidades de víveres e de refrescos como nesta ilha e na de Ternate».

Deixando essa ilha tão rica, Drake arribou a Java Maior, onde foi muito calorosamente acolhido por cinco reis, que entre si dividiam a ilha, e pela população. «Este povo, de bela corpulência, é também muito curioso e bem provido de armas, como espadas, adagas e rodelas, e todas essas armas são feitas de um modo artificioso.» Drake estava em Java havia pouco tempo quando soube que perto dali estava fundeada uma frota poderosa, que suspeitou que fosse espanhola. Para a evitar fez-se à vela precipitadamente. Dobrou o cabo da Boa Esperança nos primeiros dias de junho, parou na Serra Leoa, para fazer aguada, e voltou a Plymouth no dia 3 de novembro de 1590, depois de uma ausência de três anos menos alguns dias.

O acolhimento que recebeu em Inglaterra foi ao princípio extremamente frio. Os seus atentados sobre as cidades e os navios espanhóis, quando as duas nações estavam em plena paz, faziam-no justamente considerar por uma parte da sociedade como um pirata que pisa aos pés o direito das gentes. Durante cinco meses a própria rainha, constrangida por necessidade diplomática, fingiu ignorar o seu regresso. Mas, no fim desse tempo, ou porque as circunstâncias houvessem mudado, ou porque não quisesse mostrar-se rigorosa por mais tempo com esse hábil marinheiro, dirigiu-se a Deptford, onde estava fundeado o navio de Drake, foi a bordo e conferiu ao navegador o título de cavaleiro.

Dessa época em diante findou o seu papel de descobridor, e a sua vida de homem de guerra e de inimigo implacável dos Espanhóis já não nos pertence. Carregado de honras, investido de importantes comandos, Drake morreu no mar, a 28 de janeiro de 1596, durante uma expedição contra os Espanhóis.

Cabe-lhe a honra de ter sido o segundo que passou o estreito de Magalhães e que viu a Terra do Fogo até às paragens do cabo Horn. Subiu igualmente na costa da América do Norte, mais acima do que tinham feito os seus antecessores, e reconheceu muitas ilhas e arquipélagos. Habilíssimo navegador, safou-se muito rapidamente do estreito de Magalhães, e, se poucas descobertas se lhe atribuem, foi provavelmente porque se descuidou de as registar no seu diário, ou porque as designa muitas vezes de um modo tão inexato que é difícil encontrá-las. Foi ele que inaugurou essa guerra de corso, em que os Ingleses e depois os Holandeses deviam fazer tanto mal aos Espanhóis. Os lucros consideráveis que dali tirou animaram os seus contemporâneos e fizeram nascer no seu espírito o amor das longas navegações aventurosas.

Entre todos os que tomaram o exemplo de Drake, o mais ilustre é, sem contradição, Tomás Cavendish ou Candish. Entrando muito novo na marinha de guerra inglesa, Cavendish teve uma mocidade muito tempestuosa, durante a qual dissipou com rapidez os seus pequenos haveres. O que o jogo lhe tirara resolveu ganhá-lo aos Espanhóis. Tendo obtido em 1585 carta de corso, foi guerrear para as Índias Ocidentais e voltou a Inglaterra com presas consideráveis. Animado por este êxito fácil de ladrão de estrada marítima, disse consigo que adquirir um pouco de honra e de glória, enriquecendo ao mesmo tempo, era excelente. Comprou, portanto, três navios, o *Desejo,* de vinte toneladas, o *Constante,* de sessenta, e o *Hugh Gallant,* de quarenta, em que embarcou cento e vinte e três soldados e marinheiros.

Tendo dado à vela a 22 de julho de 1586, passou pelas Canárias, desceu à Serra Leoa, atacou e saqueou a cidade, depois deu de novo à vela, atravessou o Atlântico, marcou o cabo de S. Sebastião no Brasil, costeou a Patagónia e chegou a 27 de novembro ao porto Desejado. Encontrou aí uma prodigiosa quantidade de cães-do-mar, muito grandes e tão fortes que quatro homens tinham trabalho para os matar, e uma grande nuvem de aves que a falta de asas impedia de voar e que se sustentavam de peixes. Neste porto os navios foram postos a seco para serem consertados. Durante essa arribada Cavendish teve algumas escaramuças com os patagónios, «homens de figura agigantada, cujos pés tinham dezoito polegadas de comprimento», que feriram dois marinheiros, com frechas armadas dc uma pedra cortante.

A 7 de janeiro de 1587, Cavendish entrou no estreito de Magalhães e encontrou, na parte mais estreita do canal, vinte e um espanhóis e duas mulheres, os únicos sobreviventes da

colónia fundada três anos antes com o nome de Philippeville pelo capitão Sarmiento. Construída para impedir a passagem do estreito, essa cidade não tinha menos de quatro fortes e muitas igrejas. Cavendish pôde descortinar a fortaleza, então deserta e já caindo em ruínas. Os seus habitantes, postos, pelos ataques continuados dos selvagens, na impossibilidade absoluta de fazer as suas colheitas, haviam morrido de fome ou tinham perecido quando procuravam voltar para os estabelecimentos espanhóis do Chile. Cavendish, depois de ouvir esta lamentável história, mudou o nome de Philippeville para Porto da Fome, pelo qual este lugar é ainda hoje designado. A 21 entrou numa formosa baía, que recebeu o nome de Isabel, e onde foi enterrado o carpinteiro do *Hugh Gallant*. Perto dali desembocava um belo rio, nas margens do qual habitavam os antropófagos que tinham feito tão áspera guerra aos espanhóis e que tentaram debalde atrair os ingleses para o interior do país.

A 24 de fevereiro, quando a pequena esquadra entrava no mar do Sul, foi assaltada por uma violenta tempestade, que a dispersou. O *Hugh Gallant,* ficando só e metendo água por todos os lados, teve um trabalho enorme para se conservar à superfície. Reunindo-se-lhe no dia 15 os outros navios, Cavendish tentou debalde desembarcar na ilha da Mocha, onde Drake fora tão mal tratado pelos Araucanos. Esse país, rico em ouro e prata, não pudera ser até então escravizado pelos espanhóis, e os seus habitantes, resolvidos a tudo para conservar a sua liberdade, repeliram à mão armada qualquer tentativa de desembarque. Foi necessário portanto dirigirem-se à ilha de Santa Maria, onde os índios, tomando os ingleses por espanhóis, os forneceram com abundância de milho, de galinhas, de batatas, de porcos e de outras provisões.

No dia 30 do mesmo mês, Cavendish fundeou na baía de Quintero, situada a 32° 50'. Bois, vacas, cavalos bravos, perdizes em abundância, tais foram os animais que encontraram, fazendo uma incursão no país uns trinta mosqueteiros. Atacados pelos espanhóis, Cavendish teve de voltar para os seus navios, tendo perdido doze homens. Destruiu depois, saqueou ou queimou as cidades de Paraca, Chincha, etc., e devastou a ilha de Pune, onde fez um saque de seiscentas e quarenta e cinco mil libras de ouro amoedado. Depois de ter metido a pique o *Hugh Gallant,* vista a impossibilidade em que estava de navegar, Cavendish continuou o seu frutífero cruzeiro, queimou, na altura da Nova Espanha, um navio de cento e vinte toneladas, saqueou e incendiou Agutulio, e apoderou-se, depois de seis horas de combate, de um navio de setecentas toneladas, carregado de ricas fazendas e de cento e vinte e dois mil pesos de ouro. Então «vitorioso e contente», Cavendish quis pôr ao abrigo de um revés os despojos opimos que levava. Dirigiu-se às ilhas dos Ladrões, às Filipinas, a Java Maior, dobrou o cabo da Boa Esperança, refrescou-se em Santa Helena, e fundeou a 9 de setembro de 1588 em

Plymouth, depois de dois anos de viagem, de correrias e de combates. Um ditado afirma que é mais fácil conservar do que adquirir. Cavendish fez o que era necessário para o confirmar. Dois anos depois da sua volta, da imensa riqueza que trouxera não possuía já senão a soma necessária para organizar uma terceira expedição. Devia ser a última.

Tendo partido com cinco navios, a 6 de agosto de 1591, Cavendish viu a sua flotilha dispersa por uma tempestade na costa da Patagónia e só a pôde juntar no porto Desejado. Salteado no estreito de Magalhães por furacões terríveis, foi obrigado a voltar para trás, depois de se ter visto abandonado por três dos seus navios. A falta de víveres frescos, o frio, as privações de toda a espécie que teve de sofrer e que tinham dizimado a sua tripulação, obrigaram-no a subir o litoral do Brasil, onde os portugueses se opuseram a toda e qualquer tentativa de desembarque. Teve por conseguinte de se fazer ao mar de novo, sem ter podido abastecer-se. De desgosto talvez, tanto como de privações, Cavendish morreu antes de poder voltar às costas de Inglaterra.

Um ano depois da volta dos companheiros de Barentz, dois navios, o *Mauritius* e o *Hendrick-Frederick,* assim como os dois iates *Eendracht* e *Esperança,* tripulados por duzentos e quarenta e oito homens, saíram de Amesterdão, a 2 de julho de 1598. O comandante-chefe desta esquadra era Oliveiro de Noort, então de cerca de trinta anos, conhecido por muitas viagens de longo curso. Tinha por imediato e por vice-almirante Tiago Claaz d'Ulpedna, e por piloto um tal Melis, hábil marinheiro, de origem inglesa. Esta expedição, armada por muitos mercadores de Amesterdão, com auxílio e concurso dos Estados da Holanda, devia procurar conseguir um duplo fim: era a um tempo comercial e militar. Outrora os Holandeses contentavam-se em ir buscar a Portugal as mercadorias, que transportavam, nos seus navios de cabotagem, para a Europa inteira; eram hoje obrigados a ir buscá-las ao próprio centro de produção. Para isso, De Noort devia mostrar aos seus compatriotas a rota inaugurada por Magalhães e fazer, de caminho, todo o mal que pudesse aos Espanhóis e aos Portugueses. Nessa época, Filipe II, cujo domínio os Holandeses tinham sacudido e que acabava de reunir Portugal aos seus estados, proibira aos seus súbditos toda e qualquer relação comercial com os rebeldes dos Países Baixos. Havia pois para a Holanda, se não queria ver-se arruinada, e por isso mesmo recair debaixo do domínio espanhol, necessidade absoluta de abrir caminho para as ilhas das especiarias. A rota menos frequentada pelos navios inimigos era a do estreito de Magalhães; foi essa a que se prescreveu a De Noort.

Depois de terem tocado na Goréa, os holandeses arribaram, no golfo da Guiné, à ilha do Príncipe. Os portugueses, fingindo acolher com amizade os homens que tinham desembarcado,

aproveitaram-se de uma ocasião favorável para fazer neles uma impiedosa matança. Entraram no número dos mortos Cornélio de Noort, irmão do almirante, Melis, Daniel Goerita e João de Bremon; só pôde escapar o capitão Pedro Esias. Era uma triste entrada em campanha, um funesto presságio, que não devia ser enganador. Furioso com esta armadilha, De Noort desembarcou cento e vinte homens, mas achou os portugueses tão bem fortificados que, depois de uma viva escaramuça, em que mais de dezassete homens foram feridos ou mortos, teve de levantar ferro, sem poder tirar vingança da indigna e covarde traição de que seu irmão e doze dos seus companheiros tinham sido vítimas. A 25 de dezembro, um dos pilotos, chamado João Volkers, foi abandonado na costa de África por causa das suas intrigas desleais, do desânimo que procurava semear nas equipagens e da sua rebelião bem provada. No dia 5 de janeiro, a ilha de Ano Bom, situada um pouco abaixo da linha no golfo da Guiné, foi reconhecida, e mudou-se de caminho para atravessar o Atlântico. Apenas De Noort acabava de fundear na baía do Rio de Janeiro, mandou a terra marinheiros para fazer aguada e comprar algumas provisões. Mas os portugueses opuseram-se ao desembarque e mataram onze homens. Então, expulsos da costa do Brasil pelos portugueses e pelos indígenas, repelidos pelos ventos contrários, tendo debalde procurado chegar à ilha de Santa Helena, onde tencionavam tomar refrescos de que tinham a mais urgente necessidade, os holandeses, privados do seu piloto, vagueiam à toa pelo oceano. Desembarcam nas ilhas desertas de Martim Vaz, voltam à costa do Brasil, ao Rio Doce, que tomam pela ilha da Ascensão, e finalmente são obrigados a invernar na ilha deserta de Santa Clara. Esta arribada foi assinalada por muitos acontecimentos desastrosos. O navio-almirante esbarrou num escolho com tanta violência que, se o mar estivesse um pouco picado, ter-se-ia perdido o navio. Houve também algumas execuções bárbaras e sanguinolentas de marinheiros rebeldes, especialmente a de um pobre homem, que, tendo ferido com uma facada um piloto, foi condenado a ter as mãos pregadas ao mastro grande. Os doentes, numerosos na frota, foram desembarcados e quase todos se curavam ao cabo de quinze dias. De 2 a 21 de junho, De Noort demorou-se nessa ilha que estava afastada só uma légua do continente. Mas antes de se fazer de novo ao mar, foi obrigado a incendiar a *Eendracht,* porque já não tinha marinheiros bastantes para a manobra. Só a 20 de novembro, depois de haver sido fustigado por muitas tempestades, é que pôde fundear no porto Desejado, onde a tripulação matou em alguns dias uma grande quantidade de cães, de leões-do-mar e de aves aquáticas. «O general foi a terra», diz a tradução francesa da narrativa de De Noort, publicada por De Bry, «com uma partida de gente armada, mas não viram ninguém, e só algumas sepulturas em que eles metem os seus mortos».

Os holandeses viram também, mas de tão longe que lhes não puderam atirar, búfalos,

veados e avestruzes, e apanharam num só ninho dez ovos destas aves. O capitão Jacques-Iansy Huy de Cooper morreu durante esta arribada e enterrou-se no porto Desejado. A 23 de novembro entrou a frota no estreito de Magalhães. Durante um desembarque, tendo sido mortos três holandeses por patagónios, a sua morte foi vingada pela matança de uma tribo inteira de Enoos. Esta longa navegação, através dos canais e dos lagos do estreito de Magalhães, foi ainda assinalada pelo encontro de dois navios holandeses, debaixo do comando de Sebald de Weerdt, que invernara não longe da baía Mauritius, e pelo abandono do vice-almirante Claaz, que, segundo se diz, se tornara muitas vezes culpado de insubordinação. Não há nestes atos, que vemos cometidos tão frequentemente nesta época por navegadores espanhóis, ingleses e holandeses, um sinal dos tempos? O que nós considerámos hoje barbaridade horrorosa, parecia sem dúvida uma pena relativamente branda a estes homens habituados a fazer pouco caso da vida humana. E, contudo, haverá algo de mais cruel do que abandonar um homem, sem armas e sem provisões, num deserto ou desembarcá-lo num país povoado de ferozes canibais, que devem regalar-se com a sua carne, condená-lo a uma horrível morte?

A 29 de fevereiro de 1600, desembarcou De Noort no Pacífico, depois de ter gasto noventa e nove dias a atravessar o estreito. Quinze dias depois, separou-o uma tempestade do *Hendrick-Frederick,* de que nunca mais houve notícia. De Noort, tendo ficado só com um iate, arribou à ilha da Mocha, e, ao contrário dos seus antecessores, foi bem acolhido pelos naturais. Depois costeou o Chile, onde pôde arranjar víveres com abundância, em troca de facas de Nuremberga, machados, camisas, chapéus e outros objetos sem grande valor. Depois de ter devastado, saqueado e queimado um grande número de cidades nesta costa do Peru e de haver metido a pique todos os navios que encontrou e feito um saque considerável, De Noort, sabendo que uma esquadra, debaixo das ordens do vice-rei D. Luís de Velasco, fora enviada em sua perseguição, julgou a propósito singrar para as ilhas dos Ladrões, onde arribou a 16 de setembro. «Os habitantes vieram com mais de duzentas canoas rodear o nosso navio, estando três, quatro ou cinco homens em cada canoa e gritando uma grande turba: *Hierro! Hierro!* (ferro! ferro!), que eles apreciam muito. Vivem tão bem na água como em terra, e sabem perfeitamente mergulhar, o que vimos atirando com cinco peças de ferro ao mar, que um homem só foi buscar». De Noort pôde verificar, nessa costa, que essas ilhas mereciam deveras o seu nome. Os insulares procuraram, efetivamente, arrancar os pregos do navio e apoderaram-se de tudo o que lhes ficava à mão. Um deles, tendo conseguido trepar por um cabo, teve a audácia de penetrar num camarote e de agarrar numa espada, com a qual se atirou ao mar.

No dia 14 de outubro, De Noort atravessou o arquipélago das Filipinas, onde operou muitos desembarques e queimou, saqueou e meteu a pique um grande número de navios espanhóis ou portugueses e de juncos chineses. Cruzava no estreito de Manila, quando foi atacado por dois grandes navios espanhóis. No combate que se seguiu, os holandeses tiveram cinco mortos e vinte e cinco feridos e perderam o seu bergantim, que foi aprisionado com os seus vinte e cinco homens de tripulação. Os espanhóis perderam mais de duzentos homens, porque pegou fogo no seu navio-almirante, que foi a pique. Longe de recolherem os feridos e os homens válidos, que tentavam salvar-se a nado, os holandeses, «singrando através das cabeças nadantes, ainda crivaram de lançadas algumas, e descarregaram-lhes para cima os seus canhões». De Noort, depois desta sanguinolenta e estéril vitória, foi consertar-se a Boméu, tomou em Java uma rica carregação de especiarias, e, tendo dobrado o cabo da Boa Esperança, desembarcou a 26 de agosto em Roterdão, depois de uma viagem de perto de três anos, voltando apenas com um só navio e quarenta e oito homens de tripulação. Se os negociantes que tinham feito as despesas do armamento aprovaram o procedimento de De Noort, que trazia um carregamento que lhes cobria o desembolso e lhes dava lucros avultados e que mostrava aos seus compatriotas o caminho da Índia, devemos nós, sem deixar de louvar os seus predicados de marinheiro, fazer grandes reservas acerca do modo como exerceu o comando e censurar severamente a barbaridade que estampou uma nódoa sangrenta na primeira viagem à roda do mundo executada por holandeses.

Vamos agora falar num homem que, dotado de predicados eminentes e de defeitos pelo menos iguais, impeliu a sua vida em direções diferentes, muitas vezes até opostas, e que, depois de ter chegado ao cúmulo das honras a que pode aspirar um gentil-homem, levou a sua cabeça ao cadafalso, acusado de traição e de deslealdade. Trata-se de Sir Walter Raleigh. Se deve ter um lugar nesta galeria dos grandes viajantes, não é nem como fundador da colonização inglesa, nem como marinheiro, é como descobridor, e o que devemos dizer dele não lhe é favorável. Walter Raleigh, tendo estado cinco anos em França a guerrear contra a Liga, no meio de todos esses gascões que formavam o núcleo dos exércitos de Henrique de Navarra, aperfeiçoou nessa convivência os hábitos de fanfarronada e de mentira que lhe eram naturais. Em 1577, depois de uma campanha nos Países Baixos contra os espanhóis, volta a Inglaterra e toma vivo interesse nas questões que apaixonam os seus três irmãos uterinos, João, Onfroy e Adriano Gilbert. Nessa época a Inglaterra passava por uma crise económica gravíssima. A agricultura transformava-se. Por toda a parte se substituía a pastagem à lavoura, e o número de trabalhadores achou-se por isso extremamente reduzido. Daí proveio uma miséria geral e por isso mesmo um acréscimo de população, que não tardou a inspirar

inquietações. Ao mesmo tempo, às prolongadas guerras sucede a paz, que deve durar todo o reinado de Isabel, de forma que um grande número de aventureiros não sabem já como hão de satisfazer as suas predileções pelas emoções violentas. Neste momento há, portanto, necessidade de uma emigração que livre o país da sua população superabundante, que permita a todos os míseros, que morrem de fome, cuidar da sua subsistência numa terra virgem, e que acrescente por isso mesmo a influência e a prosperidade da mãe-pátria. Todos os espíritos sensatos que seguem na Inglaterra o movimento das ideias, Hackluyt, Tomás Harriot, Carlyle, Peckham e os irmãos Gilbert, impressionam-se com esta necessidade. Mas a estes últimos é que pertenceu ter sabido designar o sítio favorável para o estabelecimento das colónias. Raleigh não fez senão associar-se a seus irmãos, imitar o seu exemplo, mas nem concebeu nem principiou, honra que muitas vezes se lhe atribui, a execução deste fecundo projeto: a colonização das praias americanas do Atlântico. Se Raleigh, omnipotente no espírito da rainha Isabel, variável e contudo ciosa nas suas afeições, anima seus irmãos, se gasta ele próprio quarenta mil libras esterlinas nas suas tentativas de colonização, tem, apesar disso, todo o cuidado em não sair de Inglaterra, porque a vida de paciência e de dedicação do colonizador não lhe pode convir. Abandona e vende a sua concessão, não esquecendo de reservar para si o quinto dos lucros eventuais da colónia, assim que percebe a inutilidade dos seus esforços.

Ao mesmo tempo arma Raleigh navios contra as possessões espanholas; ele mesmo toma em breve parte na luta e nos combates que salvaram a Inglaterra da Invencível Armada. Depois vai sustentar os direitos do prior do Crato ao trono de Portugal. Pouco tempo depois da sua volta a Inglaterra é que cai no desfavor da sua real amante, e depois de sair da prisão, quando está encerrado no seu castelo principesco de Sherborne, é que concebe o projeto da sua viagem à Guiana. Para ele é uma empresa gigantesca, cujos resultados maravilhosos devem atrair as vistas do mundo inteiro e restituir-lhe o favor da soberana. Como é que a descoberta e a conquista do El-Dorado, desse país onde, no dizer de Orellana, os templos são cobertos de lâminas de ouro, onde todos os instrumentos, até os mais vis, são de ouro, onde se anda por cima de pedras preciosas, não lhe daria «mais glória — são os próprios termos que Raleigh emprega na sua relação — do que adquiriram Cortês no México e Pizarro no Peru? Terá mais cidades, mais povos e mais ouro do que o rei das Espanhas, do que o sultão dos Turcos, do que um imperador qualquer!» Falámos já nas fábulas que Orellana propalara em 1539 e que tinham gerado mais de uma lenda. Revela-nos Humboldt o que lhes dera origem, pintando-nos a natureza do solo e dos rochedos que rodeiam o lago Parimo, entre o rio Essequibo e o rio Branco. «São», diz este grande viajante, «rochas de ardósia micácea e de talco cintilante, que resplendem no meio de uma toalha de água tremeluzindo dos fogos do sol

dos trópicos.» Assim se explicam essas cúpulas de ouro maciço, esses obeliscos de prata e todas essas maravilhas que o espírito entusiástico e fanfarrão dos Espanhóis lhes fez entrever. Acreditava Raleigh na existência dessa cidade, para cuja conquista ia sacrificar tantas existências? Estava ele mesmo bem persuadido e não cedeu às ilusões do seu espírito ávido de glória? Não o saberíamos dizer, mas o que é indiscutível é que, para empregar as próprias expressões do Sr. Philarète Chasles, «no momento em que embarcava, já ninguém acreditava nas suas promessas; todos desconfiavam dos seus exageros, temiam-se os resultados de uma expedição dirigida por um espírito tão aventuroso e de tão equívoca moralidade».

Contudo parecia que Raleigh tudo previra para essa obra e que fizera os estudos necessários. Não só falava na natureza do solo da Guiana, nas suas produções e nos seus povos com um sangue-frio imperturbável, mas tivera o cuidado de mandar à sua custa um navio, comandado pelo capitão Whiddon, a fim de preparar o caminho à frota que ele em pessoa ia conduzir às margens do Orenoco. Todavia o que não quis confiar ao público foi que não recebeu do seu emissário senão informações desfavoráveis à empresa. Ele mesmo partiu de Plymouth, a 9 de fevereiro de 1595, com uma pequena frota de cinco navios e cem soldados, sem contar os marinheiros, os oficiais e os voluntários. Depois de se ter demorado quatro dias em Forteventura, uma das Canárias, para receber lenha e água, dirigiu-se a Tenerife, onde devia ir ter com ele o capitão Brereton. Tendo-o debalde esperado oito dias, Raleigh partiu para a Trindade, onde se juntou com Whiddon. A ilha da Trindade era então governada por D. António de Berreo, que, segundo se dizia, colhera acerca da Guiana informações minuciosas. Este não viu com gosto a chegada dos ingleses e despachou imediatamente para Cumana e para a ilha Margarida emissários encarregados de reunir tropas para os atacar. Ao mesmo tempo proibia aos índios e aos espanhóis, sob pena de morte, o terem a mínima relação com os ingleses. Raleigh, avisado, resolveu antecipar-se-lhe. Quando caiu a noite, desembarcou secretamente com cem homens, apoderou-se, sem dar um tiro, da cidade de S. José, a que os índios deitaram fogo, e levou para bordo Berreo e as principais personagens. Ao mesmo tempo chegaram os capitães Jorge Gifford e Knynin, de quem se vira separado nas costas de Espanha. Fez-se logo de vela para o Orenoco, penetrou na baía de Capuri com uma grande galé e três embarcações carregadas com um cento de manheiros e de soldados, meteu-se no labirinto inextricável de ilhas e de canais que formam a sua embocadura e subiu o rio num percurso de cento e dez léguas. As informações que Raleigh dá acerca da sua campanha são de tal modo fabulosas, acumula, com a desenvoltura de um gascão transportado para as margens do Tamisa, tantas mentiras umas por cima das outras, que há tentações de colocar a sua narração entre o número das viagens extraordinárias. Alguns

espanhóis, que tinham visto a cidade de Manoa, chamada El-Dorado, contaram-lhe, diz ele, que essa cidade excede em riqueza e em grandeza todas as cidades do mundo e tudo o que os «conquistadores» viram na América. «Ali não há inverno», acrescenta ele; «um solo seco e fértil, caça e aves de toda a espécie em grande abundância; algumas enchiam o ar de cantos desconhecidos; era para nós uma verdadeiro concerto. O meu capitão, enviado à procura das minas, descobriu veios de ouro e de prata, mas, como tinha apenas por instrumento a sua espada, não pôde arrancar esses metais para os examinar minuciosamente; levou contudo muitos pedaços, que se reservava para examinar depois. Um espanhol de Caracas chamou a esta mina Madre del Oro (mãe do ouro).» Depois, como Raleigh sente que o público está de pé atrás contra os seus exageros, acrescenta: «Talvez se pense que uma falsa e enganadora ilusão me ludibriou, mas porque empreenderia eu uma viagem tão perigosa se não tivesse a convicção de que não havia na Terra país mais rico em ouro do que a Guiana? Whiddon e Mitecgappe, nosso cirurgião, trouxeram muitas pedras, que se pareciam imenso com safiras. Mostrei estas pedras a muitos habitantes do Orenoco, que me afirmaram que havia uma montanha inteira assim.» Um velho cacique de cento e dez anos e que podia contudo andar ainda dez milhas a pé sem se cansar, veio vê-lo, gabou-lhe o poder formidável do imperador de Manoa e provou-lhe que as suas forças eram insuficientes. Pintou-lhe esses povos como muito civilizados, usando fatos, possuindo grandes riquezas, especialmente em placas de ouro; enfim, falou-lhe numa montanha de ouro puro. Raleigh conta que se quis aproximar dela, mas, desastroso contratempo, estava nesse momento meio submersa. «Tinha a forma de uma torre e pareceu-me mais branca do que amarela. Uma torrente que dali se precipitava, ainda engrossada pelas chuvas, fazia um barulho formidável, que se ouvia a muitas léguas e que ensurdecia toda a gente. Lembrei-me da descrição que Berreo fizera do brilho dos diamantes e das outras pedras preciosas, disseminadas pelas diferentes partes do país. Eu tinha algumas dúvidas acerca do valor destas pedras, contudo a sua alvura extraordinária surpreendeu-me. Depois de um momento de descanso nas margens do Vinicapara e de uma visita à aldeia do cacique, prometeu-me este último conduzir-me por uma volta ao sopé da montanha; mas, vendo as numerosas dificuldades que se apresentavam, preferi voltar à embocadura do Cumana, aonde os caciques dos arredores acabavam de levar diferentes presentes, consistindo em produções raras do país.» Dispensaremos o leitor da descrição de povos três vezes maiores do que os homens normais, de ciclopes, de indígenas que tinham os olhos nos ombros, a boca no peito e os cabelos no meio das costas, afirmações estas referidas muito seriamente, mas que dão à relação de Raleigh uma semelhança singular com um conto de fadas. Quem a ler acredita que é uma página arrancada das *Mil e Uma Noites*.

Se pusermos de parte todos estes contos de uma imaginação em delírio, o que resta para o geógrafo? Nada ou quase nada. Não valia realmente a pena anunciar com grande estrondo essa expedição fantasista, e nós poderíamos dizer como o fabulista:

Imagino um poeta que diz:
eu vou cantar a grande expedição
Dos titãs contra o deus do raio e do trovão,
É muito prometer; sai do prometimento só vento.

Capítulo 13 — Missionários e Colonos; Comerciantes e Turistas

I

O século XVII destaca-se acentuadamente do que o precedeu no sentido de estarem feitas quase todas as grandes descobertas e não se ir em todo este período senão completar as informações já adquiridas. Contrasta igualmente com o que se vai seguir, porque os métodos científicos ainda não são aplicados, como hão de ser cem anos depois pelos astrónomos e pelos marinheiros. Parece efetivamente que as narrativas dos primeiros exploradores, que só puderam tirar, por assim dizer, um esboço das regiões percorridas guerreando, exercem uma influência distinta em certas feições do espírito público. A curiosidade, no sentido estrito da palavra, é levada ao último extremo. Percorre-se o mundo para se ter uma ideia dos hábitos e dos costumes de cada nação, das produções e da indústria de cada país, mas não se estuda. Não se procura subir às origens e perceber cientificamente o porquê das coisas. Vê-se satisfeita a curiosidade e passa-se adiante. As descobertas são superficiais e parece que se tem pressa de percorrer todas as regiões que o século XVI revelou.

Depois, a abundância das riquezas espalhadas de súbito na Europa inteira produziu uma crise económica. O comércio, da mesma forma que a indústria, transforma-se e desloca-se. Novos mercados são abertos, novos intermediários surgem, nascem novas necessidades, aumenta o luxo, e a vontade de enriquecer rapidamente pela especulação faz andar muitas cabeças à roda. Veneza morreu debaixo do ponto de vista comercial, os Holandeses vão-se fazer, para empregar uma feliz expressão do Sr. Leroy-Beaulieu, «os almocreves e os carteiros da Europa» e os Ingleses preparam-se para lançar as bases do seu imenso império colonial.

Aos mercadores sucedem os missionários. Desabam, em bandos numerosos, evangelizando, civilizando os povos selvagens, estudando e descrevendo o país. O desenvolvimento do zelo apostólico é uma das feições dominantes do século XVII, e devemos reconhecer tudo o que a geografia e as ciências históricas devem a estes homens dedicados, instruídos e modestos. O viajante passa apenas, o missionário reside no país; este último tem evidentemente muito mais facilidade para adquirir um conhecimento íntimo da história e da civilização do povo que estuda. É por conseguinte naturalíssimo que lhe devamos narrativas de viagens, histórias ainda hoje estudadas com proveito e que servem de base aos trabalhos posteriores.

Se há uma região a que mais particularmente se pudessem aplicar estas reflexões, é a África e especialmente a Abissínia. O que se conhecia deste vasto continente triangular no século XVII? Apenas as costas, dir-se-á. Engano! Desde os tempos mais remotos, o Astapo e

o Bahre-el-Abiad, os dois braços do Nilo, eram conhecidos dos antigos. Estes últimos tinham até chegado, se dermos crédito à lista de povos e de países encontrada em Carnac pelo Sr. Mariette, até aos grandes lagos interiores. No século XII, o geógrafo árabe Edrisi escreve para Rogério II, da Sicília, uma excelente descrição da África e confirma estes dados. Depois Cadamosto e Ibn-Batuta percorrem a África e este último chega a Tombuctu. Marco Polo declara que a África está só pegada à Ásia pelo istmo de Suez e visita Madagáscar. Enfim, quando os Portugueses, depois de Vasco da Gama, completaram o périplo da África, alguns foram à Abissínia, e em breve se estabelecem entre este país e Portugal relações diplomáticas. Já dissemos algumas palavras de Francisco Álvares; depois dele estabelecem-se nesse país muitos missionários portugueses, entre os quais devemos citar Pais e Lobo.

O padre Pais saiu de Goa em 1588 para ir pregar o cristianismo na costa oriental da África setentrional. Depois de longos e dolorosos reveses, desembarcou em Massuah, na Abissínia, percorreu o país e chegou em 1618 às fontes do Nilo Branco, descoberta cuja autenticidade foi contestada depois por Bruce, mas cuja narrativa só difere em algumas particularidades sem importância da do viajante. Em 1604, Pais, que, chegando junto do rei Za Denghal, pregava com tal êxito que o convertera e a toda a sua corte, não tardará até a conquistar uma tal influência no monarca abissínio que, tendo este escrito ao Papa e ao rei de Espanha para lhes oferecer a sua amizade, lhes pediu homens em estado de instruir o seu povo.

O padre Jerónimo Lobo desembarcou em Abissínia com Afonso de Meneses, patriarca da Etiópia, em 1625. Mas o estado mudara muito. O rei convertido por Pais fora assassinado, e o seu sucessor, que chamara os missionários portugueses, não tardou a morrer. Produziu-se uma violenta reviravolta da opinião contra os cristãos, e os missionários foram expulsos, presos ou entregues aos Turcos. Lobo foi encarregado de ir mendigar a soma precisa para o resgate dos seus confrades. Depois de numerosas peripécias, que o levaram ao Brasil, a Cartagena, a Cádis, a Sevilha, a Lisboa e a Roma, onde deu ao rei de Espanha e ao Papa particularidades minuciosas e numerosas sobre a igreja da Etiópia e sobre os costumes dos habitantes, fez uma última viagem à Índia e veio morrer a Lisboa em 1678.

Na costa do Atlântico, no Congo, o cristianismo fora introduzido em 1479, no mesmo ano da descoberta pelos Portugueses. Logo ao princípio foram enviados dominicanos, mas como esse progresso era quase nulo, o Papa mandou para lá capuchinhos italianos, com consentimento do rei de Portugal. Foram Carli de Placenza em 1567, João Cavazzi de 1654 a 1668, depois António Zunchelli e Gradisca de 1696 a 1704. Citamos só estes missionários, por publicaram as relações das suas viagens. Cavazzi explorou sucessivamente Angola, o país

de Matamba. No ardor do seu zelo apostólico, não achava que houvesse coisa melhor nesse mundo do que converter os negros, queimar-lhes os ídolos e submeter os que recaíam na idolatria. Apesar disso adquiriu sobre os indígenas um ascendente considerável, que, mais bem dirigido, poderia ter produzido resultados utilíssimos para o desenvolvimento da civilização e para o progresso da religião. As mesmas censuras se podem dirigir ao padre Zunchelli e aos outros missionários no Congo.

A relação de Cavazzi, publicada em Roma em 1687, afirmava que a influência portuguesa se estendia a duzentas ou trezentas milhas da costa. No interior existia uma cidade importantíssima, conhecida pelo nome de S. Salvador, que possuía um colégio de jesuítas e uma população de cinquenta mil almas. No fim do século XVI, Pigafetta publicou a história da viagem de Duarte Lopes, embaixador do rei do Congo nas cortes de Roma e de Lisboa. Um mapa, que acompanhava esta narrativa, representa-nos um lago Zambé no sítio ocupado pelo Tanganhica, e mais a oeste o lago Arquolunda, de onde saía o Zaire, e debaixo do equador estão indicados dois lagos: um, o lago do Nilo; o outro, mais a oeste, tem o nome de Coué; parecem ser o Alberto e o Vitória. Estas informações, tão curiosas, foram rejeitadas pelos geógrafos do século XIX, que deixaram em branco todo o interior da África.

Na costa ocidental da África, na embocadura do Senegal, tínhamos nós fundado estabelecimentos que, debaixo da hábil administração de André Brue, não tardaram a tomar uma extensão considerável. Este — *comandante em nome de el-rei e diretor-geral da Companhia Real de França nas costas do Senegal e outros lugares da África,* tal era o seu título oficial — apesar de ser pouco conhecido e do artigo que lhe diz respeito ser dos mais curtos nas grandes compilações biográficas, merece ocupar um dos primeiros lugares entre os colonizadores e exploradores. Não contente com estender a nova colónia até aos seus limites atuais, explorou países que não foram tornados a ver senão nestes últimos tempos pelo tenente Mage, ou que não foram visitados depois. André Brue levou os franceses pelo oriente, acima da junção do Senegal e do Falemé, e para o norte até Arguim, que abandonámos depois sem deixar de reservar os nossos direitos; ao sul foi até à ilha de Bissau, explorou no interior o Galam e o Bambouk, tão férteis emouro, e colheu os primeiros documentos sobre os Pouls, Peuls ou Puis, sobre os Jalofos e sobre os muçulmanos vindos do norte para tentar a conquista religiosa de toda a população negra do país. As informações assim coligidas por Brue acerca da história e da emigração destes povos são das mais preciosas e esclarecem ainda hoje com viva luz o geógrafo e o historiador. Não só Brue nos deixou a história dos factos de que foi testemunha e a descrição dos lugares que visitou, mas devemos-lhe também numerosas indicações sobre as produções do país, as plantas, os animais e todos os objetos que podem

dar origem a uma exploração comercial ou industrial. Estes documentos tão curiosos, aproveitados muito desastradamente, devemos reconhecê-lo, pelo padre Labat, foram objeto, há algum tempo, de um interessantíssimo trabalho do Sr. Berlioux.

No Sueste da África, durante a primeira metade do século XVII, fundaram os Franceses alguns estabelecimentos de comércio em Madagáscar, ilha muito tempo conhecida pelo nome de S. Lourenço. Elevam o forte Delfim, no tempo da administração de Mr. Flacourt; muitos distritos desconhecidos da ilha são visitados, assim como as ilhas próximas da costa; as ilhas Mascarenhas são ocupadas em 1649. Se foi moderado e firme com os seus compatriotas, não usou Mr. de Flacourt da mesma reserva com os indígenas; chegou até a provocar uma revolta geral, depois da qual foi chamado. Demais, as excursões a Madagáscar foram excessivamente raras e devemos esperar até aos nossos dias para encontrar uma exploração séria.

Da Indochina e do Tibete as únicas informações, vindas à Europa em todo o decurso do século XVII, foram devidas aos missionários. Os nomes dos padres Alexandre de Rodes, António de Andrade, abril e Bento Góis não podem passar-se em silêncio. Encontra-se nas suas *Cartas Anuais* uma grande quantidade de esclarecimentos, que ainda hoje conservam um interesse real, acerca destas regiões por tanto tempo fechadas aos europeus. Na Cochinchina e no Tonquim, o padre Tachard entregou-se a observações astronómicas, cujo resultado provou, com a última evidência, quanto eram erróneas as longitudes dadas por Plotonuu, chamando a atenção do mundo erudito para a necessidade de uma reforma na representação gráfica dos países do Extremo Oriente e, a fim de o conseguir, para a necessidade absoluta de boas observações feitas por sábios especiais ou por navegadores familiarizados com os cálculos astronómicos. O país que mais particularmente tentava os missionários era a China, esse imenso império, tão populoso que, desde a chegada dos Europeus à Índia, aplicava com o máximo rigor esta política absurda: a abstenção de todas as relações, fossem elas quais fossem, com os estrangeiros. Foi só no fim do século XVI que os missionários obtiveram enfim essa licença, tantas vezes pedida, de penetrar no Império do Meio. Os seus conhecimentos em matemáticas e em astronomia facilitaram o seu estabelecimento e permitiram-lhes colher, ou nos antigos anais do país ou durante as suas viagens, uma prodigiosa quantidade de informações das mais preciosas para a história, para a etnografia e a geografia do Celeste Império. Os padres Mendoza, Ricci, Trigault, Visdelou, Lecomte, Verbiest, Navarrete, Schall e Martini merecem uma especial menção por terem levado à China as ciências e artes da Europa e espalhado no Ocidente as primeiras noções rigorosas e verídicas da civilização imóvel da Terra das Flores.

II

Não tinham levado os Holandeses muito tempo a observar a fraqueza e a decadência do poder português na África. Sentiam com que facilidade uma nação prudente e hábil poderia assenhorear-se em pouco tempo de todo o comércio do Extremo Oriente. Depois de um grandíssimo número de expedições particulares e de viagens de reconhecimento, haviam fundado, em 1614, essa célebre Companhia das Índias, que devia elevar a tão alto grau a prosperidade e a riqueza da metrópole. Tanto nas suas lutas com os Portugueses como nas suas relações com os indígenas, a Companhia adotou uma política habilíssima de moderação. Longe de fundar colónias, de consertar e de ocupar as fortalezas que tomavam aos Portugueses, os Holandeses apresentavam-se como simples comerciantes, exclusivamente ocupados com o seu tráfico. Evitavam construir qualquer feitoria fortificada, a não ser na interseção das estradas principais do comércio. Por isso puderam em pouco tempo assenhorear-se de toda a cabotagem entre a Índia, China, Japão e Oceânia. O único erro que cometeu a Companhia omnipotente foi concentrar nas suas mãos o monopólio do comércio das especiarias. Expulsou os estrangeiros que se tinham estabelecido ou que vinham tomar carga nas Molucas e nas ilhas da Sonda; chegou até, para levantar o valor dos géneros num grande número de ilhas, a proibir, sob pena de morte, a exportação e a venda das sementes e dos ramos das árvores de especiarias. Em pouco tempo estavam os Holandeses estabelecidos em Java, Sumatra, Bornéu, nas Molucas, no cabo da Boa Esperança, pontos de arribada dos mais bem colocados para os navios que voltavam à Europa.

Foi neste momento que um rico negociante de Amesterdão, chamado Jacques Lemaire, concebeu, com um hábil marinheiro chamado Wilhelm Kornelis Schouten, o projeto de ir às Índias por um caminho novo. Os Estados da Holanda tinham efetivamente proibido a qualquer súbdito das Províncias Unidas, que não estivesse ao serviço da Companhia das Índias, ir às ilhas das especiarias pelo cabo da Boa Esperança ou pelo estreito de Magalhães. Schouten, dizem uns, Lemaire, no dizer de outros, teve a ideia de iludir essa proibição, procurando uma passagem ao sul do estreito de Magalhães. O que é certo é que Lemaire fez metade das despesas da expedição, enquanto Schouten, com o auxílio de diversos negociantes, cujos nomes se conservaram e que ocupavam os principais cargos da cidade de Horn, pagou a outra metade. Equiparam um navio de trezentas e sessenta toneladas, a *Concórdia,* e um iate, que levavam uma tripulação de sessenta e cinco homens e vinte e nove canhões. Sem dúvida era um armamento reduzido em relação à grandeza da empresa, mas Schouten era um hábil

marinheiro, a tripulação fora muito escolhida e os navios iam abundantemente fornecidos de víveres e de novas andainas de aparelho. Lemaire era o comissário e Schouten o capitão do navio. O destino conservou-se em segredo. Oficiais e marinheiros tomaram o compromisso ilimitado de ir a toda a parte aonde os levassem. A 25 de junho de 1615, quer dizer, onze dias depois de ter saído do Texel, quando já não havia a temer uma indiscrição, congregaram-se as tripulações para ouvir a leitura de uma ordem concebida nos seguintes termos: «Que os dois navios procurariam uma passagem diversa da de Magalhães, para entrar no mar do Sul e para ali descobrir certos países meridionais, com a esperança de aí auferirem lucros imensos, e que, se o céu não favorecesse esse desígnio, iriam, pelo mesmo mar, às Índias Orientais.» Esta declaração foi recebida com entusiasmo pela tripulação toda, animada, como todos os holandeses nessa época, pelo amor das grandes descobertas.

O caminho então geralmente adotado para se ir à América do Sul seguia, como talvez os leitores já reparassem, as costas de África até debaixo da linha equinocial. A *Concórdia* não se afastou desse caminho, dirigiu-se ao litoral do Brasil, à Patagónia e ao porto Desejado, cem léguas ao norte do estreito de Magalhães. A tempestade impediu, durante muitos dias, os navios de entrar no porto. O iate ficou mesmo, durante uma maré, toda, deitado de banda e em seco, mas a preia-mar pô-lo outra vez a nado, por pouco tempo contudo, porque, enquanto lhe consertavam a quilha, pegou fogo nas enxárcias, e foi consumido pelas chamas, apesar dos esforços enérgicos das duas tripulações. A 13 de janeiro de 1616, Lemaire e Schouten chegaram às ilhas Sebaldinas, descobertas por Sebald de Weerdt, e seguiram as margens da Terra do Fogo a pouca distância da praia. A costa coma a este quarto sueste e era orlada por altas montanhas cobertas de neve. A 24 de janeiro, ao meio-dia, descobriu-se-lhe a extremidade, mas a leste estendia-se outra terra, que pareceu igualmente elevadíssima. A distância entre estas duas ilhas, segundo a avaliação geral, pareceu ser de oito léguas, e meteram-se no estreito que as separava. Estava por tal forma atulhado de baleias que o navio teve de bordejar muito para as evitar. A ilha situada a leste recebeu o nome de Terra dos Estados e a oeste o de Maurício de Nassau.

Vinte e quatro horas depois de ter penetrado nesse estreito, que recebeu o nome de Lemaire, saía do mesmo estreito a flotilha e dava a um arquipélago de pequenas ilhas, situadas a estibordo, o nome de Bamevelt, em honra do grande pensionário da Holanda. Na latitude de 58 graus dobrou Lemaire o cabo Horn, assim chamado em lembrança da cidade onde se organizara a expedição, e entrou no mar do Sul. Lemaire subiu depois até estar pelo través das ilhas de João Fernandes, onde julgou a propósito parar a fim de refrescar a sua tripulação, atacada pelo escorbuto. Como fizera Magalhães, Lemaire e Schouten passaram, sem os ver,

por entre os principais arquipélagos da Polinésia, e abordaram, a 10 de abril, à ilha dos Cães, onde não foi possível arranjar senão uma pouca de água doce e algumas ervagens. Esperava-se chegar às ilhas de Salomão, mas passou-se ao norte do arquipélago Perigoso, onde foram descobertas a ilha Waterland, assim chamada por encerrar um grande lago, e a ilha das Moscas, porque uma nuvem desses insetos se agarrou ao navio e não foi possível desembaraçarem-se deles senão no fim de quatro dias, graças a um salto de vento. Depois Lemaire atravessou o arquipélago dos Amigos e chegou ao dos Navegadores ou de Samoa, onde quatro pequenas ilhas conservam ainda os nomes que lhes foram então dados: as ilhas Good-Hope, dos Cocos, de Horn e dos Traidores. Os habitantes destas paragens mostraram-se extremamente inclinados ao roubo; esforçaram-se por arrancar as cavilhas do navio e por quebrar as amarras. Como o escorbuto continuava a perseguir a tripulação, ficaram todos muito contentes por haverem recebido, como presentes do rei, um javali preto e frutas. O soberano, chamado Latou, não tardou a vir numa grande piroga à vela, da forma dos trenós da Holanda, escoltado por uma flotilha de vinte e cinco embarcações. Não se atreveu a entrar ele mesmo a bordo da *Concórdia;* mas seu filho teve mais audácia e procurou com viva curiosidade a explicação de tudo quanto via. No dia seguinte, o número das pirogas aumentara sensivelmente, e os holandeses, por certos indícios, reconheceram que se preparava um ataque. Efetivamente, cai, de improviso, em cima do navio uma chuva de pedras; as embarcações aproximam-se, tornam-se incómodas, e os holandeses são obrigados, para se desembaraçarem delas, a dar uma descarga de mosquetearia. Esta ilha recebeu, com justiça, o nome de ilha dos Traidores.

Estava-se a 18 de maio. Lemaire mandou então mudar de caminho e seguir ao norte para ir às Molucas pelo norte da Nova Guiné. Passou provavelmente à vista do arquipélago de Salomão, das ilhas do Almirantado e das Mil Ilhas; depois seguiu ao longo da costa da Nova Guiné, desde 143 graus até à baía Geelwink. Desembarcou frequentemente e deu nomes a um grande número de pontos: as Vinte e Cinco ilhas, que fazem parte do arquipélago do Almirantado, o Alto Canto, o Alto Monte (Hoog Berg), que parece corresponder a uma porção da costa vizinha da baía Kornelis-Kinerz, Moa e Arimoa, duas ilhas tornadas a ver depois por Tasman, a ilha que recebeu então o nome de Schouten, chamada hoje Mysore, e que se não deve confundir com outras ilhas Schouten situadas na costa da Guiné, mas muito mais para oeste, enfim o cabo Goede-Hope, que parece ser o cabo Saavedra, na extremidade ocidental de Mysore. Depois de terem visto a terra dos Papuas, Schouten e Lemaire chegaram a Gilolo, uma das Molucas, onde receberam dos seus compatriotas o mais afetuoso acolhimento.

Quando se viram bem descansados das suas fadigas e curados do escorbuto, os

holandeses dirigiram-se a Batávia, aonde chegaram a 23 de outubro de 1616, só treze meses depois de terem saído do Texel, e não tendo perdido nessa longa viagem mais de treze homens. Mas a Companhia das Índias não queria que os seus privilégios fossem lesados e que se pudesse ir ter às colónias por um caminho não previsto nos alvarás que se lhe tinham passado por ocasião do seu estabelecimento. O governador mandou confiscar a *Concórdia* e prender oficiais e marinheiros, que embarcou para a Holanda, onde deviam ser julgados. O pobre Lemaire, que esperava outra recompensa dos seus trabalhos, das suas fadigas e das descobertas que fizera, não pôde suportar o golpe que o feria tão inopinadamente; caiu doente de desgosto e morreu nas alturas da ilha Maurícia. Quanto a Schouten, parece que o não inquietaram quando voltou para a sua pátria, e fez muitas outras viagens à Índia, que não foram assinaladas por nenhuma nova descoberta. Voltava em 1625 para a Europa, quando o mau tempo o obrigou a entrar na baía de Antão Gil, na costa oriental de Madagáscar, onde morreu.

Tal foi essa expedição importante, que abria, pelo estreito de Lemaire, um novo caminho, menos longo e menos perigoso do que pelo estreito de Magalhães, expedição assinalada por muitas descobertas na Oceânia e por uma exploração mais atenta de pontos já vistos por navegadores espanhóis ou portugueses. Mas é muitas vezes difícil atribuir a um ou outro destes povos a descoberta de certas ilhas, terras ou arquipélagos próximos da Austrália.

Já que falámos nos Holandeses, deixaremos um pouco de parte a ordem cronológica das descobertas para contar, antes das de Mendaña e Queirós, as expedições de João Abel Tasman.

Quais foram os princípios de Tasman? Por que circunstâncias abraçou ele a vida de marinheiro? Como é que adquiriu essa ciência e essa habilidade náuticas de que deu tantas provas e que levaram a descobertas importantes? Nada se sabe a esse respeito. A sua biografia começa na sua partida de Batávia no dia 2 de junho de 1639. Depois de ter passado as Filipinas, visitou com Mateus Quart, durante uma primeira viagem, as ilhas Bonin, então conhecidas pelo nome fantástico de «ilhas de Ouro e de Prata». Numa segunda expedição, composta de dois navios, de que ele era comandante-chefe e que partiram de Batávia a 14 de agosto de 1642, dirigiu-se à ilha Maurícia, aonde chegou a 5 de setembro, e meteu-se depois pelo sueste, à procura do continente austral. A 24 de novembro, por 42° 25’ de latitude sul, descobriu uma terra, a que deu o nome de Van Diemen, governador das ilhas da Sonda, e que é hoje, com muito maior razão, chamada Tasmânia. Ali fundeou na baía Frederico Henrique, e reconheceu que a terra era habitada, sem poder contudo ver indígena algum.

Depois de ter seguido a costa durante certo tempo, fez-se de vela para leste, com intenção de subir depois ao norte, para ir ter ao arquipélago de Salomão. A 13 de dezembro

chegou, por 42° 10’ de latitude, à vista de uma terra montuosa, que seguiu para o norte até ao dia 18 de dezembro. Ali fundeou numa baía, mas os mais audaciosos dos selvagens que encontrou não se aproximaram do navio senão a distância de tiro de pedra. Tinham voz rude, elevada estatura, cor de um trigueiro atirando para o amarelo, cabelos pretos, mas tão compridos como os dos japoneses e levantados no alto da cabeça. Ousaram no dia seguinte ir a bordo de um dos navios para fazer algumas trocas. Tasman, vendo estas disposições pacíficas, expediu para terra uma chalupa para tomar conhecimento mais profundo da praia. Dos marinheiros que a tripulavam, três foram mortos sem provocação pelos indígenas, e os outros, fugindo a nado, foram recolhidos pelas embarcações dos navios.

Quando se esteve em estado de se fazer fogo sobre os assaltantes, já eles tinham desaparecido. O lugar onde se passou este funesto acontecimento recebeu o nome de baía dos Assassinos (Moordenaars Bay). Tasman, persuadido de que não podia manter relação alguma com povos tão ferozes, levantou ferro e subiu a costa até à sua extremidade, a que chamou cabo Maria Van Diemen, em honra da «sua dama», porque diz a lenda que, tendo tido a audácia de aspirar à mão da filha do governador das Índias Orientais, este o embarcara em dois navios em mau estado, o *Heeinskerke* e o *Zeechen*.

A terra assim descoberta recebeu o nome de Terra dos Estados, que logo foi mudado no de Nova Zelândia. A 21 de janeiro de 1643, Tasman descobriu as ilhas Amesterdão e Roterdão, onde encontrou grande quantidade de porcos, de galinhas e de fruta. A 6 de fevereiro, deram os navios com um arquipélago de umas vinte ilhas, que foram chamadas ilhas do Príncipe Guilherme, e, depois de ter visto Anthong Java, Tasman seguiu a costa da Nova Guiné, a partir do cabo de Santa Maria, passou pelos pontos que tinham sido reconhecidos anteriormente por Schouten e Lemaire, e fundeou em Batávia, a 15 de junho seguinte, depois de dez meses de viagem.

Numa segunda expedição, Tasman, em virtude das suas instruções, datadas de 1664, devia visitar a Terra de Van Diemen, e fazer uma exploração atenta da costa ocidental da Nova Guiné, até chegar a 17 graus de latitude sul, a fim de reconhecer se esta ilha pertencia ao continente austral. Não parece que Tasman pusesse em execução este programa. Demais, a perda dos seus diários reduz-nos à mais completa incerteza sobre o caminho que ele seguiu e sobre as descobertas que faria. Dessa época em diante ignoram-se completamente os acontecimentos que assinalaram o fim da sua carreira, assim como o lugar e a data da sua morte.

Depois da tomada de Malaca por Albuquerque, os Portugueses perceberam que um novo mundo se estendia para o sul da Ásia. As suas ideias foram logo aceites pelos Espanhóis e

desde então fez-se uma série de viagens no oceano Pacífico à procura de um continente austral, cuja existência parecia geograficamente necessária para contrabalançar a imensa extensão de terras conhecidas. Java a Grande, designada pelos nomes de Nova Holanda e de Austrália, parece que foi vista talvez por franceses, ou, o que é mais provável, por Saavedra, de 1530 a 1540, e foi procurada por um grande número de navegadores, entre os quais citaremos os portugueses Serrão e Meneses, e os espanhóis Saavedra, Hernando de Grijalva, Alvareda e Inigo Ortiz de Retes, que exploraram a maior parte das ilhas ao norte da Nova Guiné e também esta grande ilha. Depois vieram Mendaña, Torres e Queirós, com os quais nos demoraremos um pouco, por causa da importância e da autenticidade das descobertas que lhes são devidas.

Álvaro Mendaña de Neyra era sobrinho do governador de Lima, D. Pedro de Castro, que apoiou vivamente junto do governo metropolitano o projeto concebido por seu sobrinho de procurar novas terras no oceano Pacífico. Mendaña tinha vinte e um anos quando tomou o comando de dois navios e de cento e vinte e cinco soldados e marinheiros. Levantou ferro de Callao de Lima, a 19 de novembro de 1567. Depois de ter visto a pequena ilha de Jesus, reconheceu a 7 de fevereiro, entre 7 e 8 graus de latitude sul, a ilha de Santa Isabel, onde os espanhóis construíram um bergantim, com o qual fizeram o reconhecimento do arquipélago de que ela fazia parte. Os habitantes, diz a relação de um companheiro de Mendaña, são antropófagos, devoram-se entre si, quando podem fazer-se prisioneiros de guerra, e mesmo sem estar em hostilidade aberta, quando conseguem tomar-se por traição. Um dos chefes da ilha mandou a Mendaña, como um deleitoso manjar, um quarto de criança; mas o almirante espanhol mandou-o enterrar em presença dos naturais. Estes mostraram-se muito ofendidos com um ato que não podiam compreender. Os espanhóis percorreram a ilha das Palmas, a ilha dos Ramos, assim chamada porque foi descoberta em Domingo de Ramos, a ilha da Galera e a ilha Buenavista, cujos habitantes, debaixo de demonstrações amigáveis, escondiam intenções hostis, que não tardaram a manifestar-se. O mesmo acolhimento na ilha de S. Dimas, em Sesarga e em Guadalcanar, onde se encontrou gengibre pela primeira vez. Na viagem de volta para Santa Isabel os espanhóis seguiram um caminho que lhes permitiu descobrir a ilha de S. Jorge, onde reconheceram a presença de morcegos do tamanho de milhafres. Apenas o bergantim entrou no porto de Santa Isabel, logo se levantou ferro, porque esse sítio era tão doentio que cinco soldados morreram e um grande número de outros caíram doentes. Mendaña parou na ilha de Guadalcanar, onde, de dez homens que tinham desembarcado para fazer aguada, só um negro escapou aos golpes dos indígenas, que tinham visto com extremo desprazer o aprisionamento de um dos seus pelos espanhóis. O castigo foi terrível. Vinte

homens foram mortos e grande número de casas incendiadas. Depois, Mendaña visitou muitas ilhas do arquipélago de Salomão, entre outras as Três Marias e S. João. Nesta última, enquanto se calafetavam os navios, houve muitas rixas com os indígenas, aos quais se fizeram alguns prisioneiros. Depois desta arribada acidentada, Mendaña fez-se de novo ao mar, visitou as ilhas de S. Cristóvão, Santa Catarina e Santa Ana, mas neste momento, sendo considerável o número dos doentes, estando quase esgotados os víveres e as munições e apodrecidas as enxárcias, tornou-se a seguir o caminho do Peru. A separação do navio-almirante, a descoberta de um certo número de ilhas, que é difícil identificar, e provavelmente das ilhas Sanduíche, violentas tempestades, durante as quais foram levadas as velas, as doenças causadas pela insuficiência e putrefação da água e do biscoito, assinalaram esta longa e difícil viagem de regresso, que terminou no porto de Colima, na Califórnia, depois de cinco meses de navegação.

A narrativa de Mendaña não excitou entusiasmo, apesar do nome de Salomão que deu ao arquipélago por ele descoberto, para fazer acreditar que dali vinham os tesouros do rei dos Judeus. As histórias maravilhosas não atuavam nestes homens cheios das riquezas do Peru. Precisavam de provas; a mais pequena pepita de ouro, o mais diminuto grão de prata lhes agradaria muito mais. Mendaña teve de esperar vinte e sete anos antes de poder organizar uma nova expedição.

Desta vez o armamento era considerável, porque tencionavam fundar uma colónia na ilha de S. Cristóvão, que Álvaro de Mendaña vira na sua primeira viagem. Quatro navios, levando a bordo perto de quatrocentas pessoas, a maior parte delas casadas, e entre as quais devemos citar D. Isabel, mulher de Mendaña, os três cunhados do almirante, e o piloto Pedro Fernandes Queirós, que devia ilustrar-se depois como comandante-chefe de outra expedição, partiram do porto de Lima a 11 de abril de 1595. Só no dia 16 de junho deixaram definitivamente a costa do Peru, onde tinham acabado de se equipar. Ao fim de um mês de uma navegação que não foi assinalada por incidente algum, descobriu-se uma ilha que, segundo o costume, recebeu o nome da santa que se festejava nesse dia, e foi chamada Madalena. Imediatamente a frota se viu rodeada de uma multidão de canoas, transportando mais de quatrocentos índios quase brancos, de uma bela estatura, e que, dando aos marinheiros cocos e outros frutos, pareciam convidá-los a desembarcar. Apenas entraram a bordo, começaram a roubar; foi necessário que Mendaña, para se desembaraçar deles, mandasse disparar um tiro de peça, e um deles, que fora ferido no tumulto, em breve mudou as suas disposições. Teve de se responder com a mosquetaria à nuvem de frechas e de pedras que arrojaram aos navios. Descobriram-se, não longe desta ilha, outras três, S. Pedro, Dominica e Santa Catarina. Deu-

se ao grupo o nome de as Marquesas de Mendoça, em honra do governador do Peru. Tão amigáveis tinham sido as primeiras relações, que uma Índia, vendo os lindos cabelos louros de D. Isabel de Mendoça, pediu-lhe por gestos um anel deles; mas, por culpa dos espanhóis, as relações não tardaram a tornar-se hostis, até ao dia em que os naturais, tendo percebido a enorme inferioridade das suas armas, pediram a paz.

A 5 de agosto, a flotilha espanhola fez-se de novo ao mar e andou quatrocentas léguas para oés-noroeste. A 20 de agosto foram descobertas as ilhas de S. Bernardo, chamadas depois ilhas do Perigo, depois as da Rainha Carlota, em que se não desembarcou, apesar da penúria dos víveres. Depois da ilha Solitária, cuja situação este vocábulo claramente designa, chegou-se ao arquipélago de Santa Cruz. Mas neste momento, durante uma tempestade, o navio-almirante separou-se da frota e, apesar de se terem enviado muitas vezes navios em sua procura, nunca mais se teve notícia dele. Logo se aproximaram do navio umas cinquenta canoas. Eram tripuladas por uma multidão de indígenas de tez queimada ou de um negro vivíssimo. «Todos tinham os cabelos frisados, brancos, ruivos ou de outra cor (porque eram pintados); os dentes tintos de vermelho; a cabeça meio rapada; o corpo nu, com exceção de um pequeno véu de pano fino, o rosto e os braços pintados de preto, reluzentes, raiados de diversas cores, o pescoço e os membros carregados com muitas voltas de cordões de grânulos de ouro ou de pau-preto, de dentes de peixe, de uma espécie de medalhas de nácar e de pérolas. Por armas tinham arcos, frechas envenenadas, de pontas agudas, endurecidas ao lume ou armadas com ossos e ensopadas num suco de erva, grossas pedras, espadas de madeira pesada, de uma madeira dura, com três pontas de arpéu, de mais de um palmo cada uma. Traziam em bandoleira bornais de folhas de palmeira muito bem trabalhados e cheios de biscoitos, que fazem de certas raízes com que se sustentam.»

Mendaña julgou primeiro reconhecê-los pelos habitantes das ilhas de que andava à procura, mas não tardou a desenganar-se. Os navios foram acolhidos por uma nuvem de frechas. Estes acontecimentos eram tanto mais tristes quanto Mendaña, vendo que não podia tornar a encontrar as ilhas Salomão, resolvera-se a estabelecer a sua colónia neste arquipélago. A propósito disso, não tardou a discórdia a dividir os espanhóis; uma revolta fomentada contra o almirante foi quase imediatamente reprimida, e os culpados executados. Mas estes tristes acontecimentos e as fadigas da viagem tinham tão profundamente alterado a saúde do chefe da expedição que ele morreu a 17 de outubro, depois de ter tido tempo de designar sua mulher para lhe suceder na direção da expedição. Morto Mendaña, as hostilidades com os naturais redobraram; muitos espanhóis estavam tão prostrados pelas doenças e pelas privações que uns vinte indígenas deveras resolutos deviam facilmente dar

cabo deles. Persistir em querer fundar um estabelecimento em tais condições, seria uma loucura; todos o perceberam e levantou-se ferro a 18 de novembro. O projeto de D. Isabel de Mendoça era ir ter a Manila, onde se recrutariam colonos, para voltar e fundar um estabelecimento. Consultou todos os oficiais, que aprovaram por escrito esse projeto, e encontrou em Queirós uma dedicação e uma habilidade que não tardariam a ser postas a rude prova. Primeiro afastaram-se da Nova Guiné, a fim de se não embaraçarem nos numerosos arquipélagos que a rodeiam e poderem alcançar o mais cedo possível as Filipinas, como o exigia o estado de ruína dos navios. Depois de terem passado à vista de muitas ilhas cercadas de recifes madrepóricos, a que as tripulações queriam abordar, licença que Queirós recusou sempre com muita prudência, e após se terem separado de um dos navios da esquadra, que não podia ou não queria segui-los, chegaram às ilhas dos Ladrões, que deviam em breve tomar o nome de ilhas Marianas. Os espanhóis foram muitas vezes a terra para comprar víveres; os indígenas não queriam nem o seu ouro nem a sua prata, mas faziam o maior caso do ferro e de todas as ferramentas desse metal.

A relação enumera aqui alguns pormenores acerca do culto dos selvagens pelos seus antepassados e são bastante curiosos para que os reproduzamos textualmente: «Desossam os cadáveres dos seus parentes, queimam as carnes e engolem a cinza misturada com tuba, que é um vinho de coco. Choram os defuntos todos os anos uma semana inteira. Há um grande número de carpideiras que se alugam de propósito. Além disso, todos os vizinhos vêm chorar para casa do defunto; paga-se-lhes na mesma moeda quando chega a ocasião de ir fazer a festa a casa deles. Esses aniversários são muito frequentados, porque se regalam copiosamente os assistentes. Chora-se toda a noite e embebedam-se todo o dia. Recita-se no meio dos prantos a vida e feitos do morto, a partir do seu nascimento, no decurso todo da sua idade, contando a sua força, o seu tamanho, a sua beleza, numa palavra, tudo o que lhe pode fazer honra. Se na narrativa ocorre alguma ação divertida, a companhia desata a rir a bandeiras despregadas, depois subitamente bebe-se uma pinga, e volta-se a chorar a bom chorar. Vão às vezes duzentas pessoas a esses ridículos aniversários.»

Quando chegou às Filipinas a equipagem espanhola já não era senão uma reunião de esqueletos, lívidos, semimortos de fome. D. Isabel desembarcou em Manila a 11 de fevereiro de 1596, ao som de artilharia, e foi recebida solenemente no meio de tropas em armas. O resto das tripulações, que tinham perdido cinquenta homens depois da partida de Santa Cruz, foi alojado e sustentado à custa do público, e as mulheres acharam todas casamento em Manila, menos quatro ou cinco, que entraram em conventos. Quanto a D. Isabel, foi reconduzida tempo depois ao Peru por Queirós, que não tardou a submeter ao vice-rei um novo projeto de

viagem. Mas Luís de Velasco, que sucedera a Mendoça, remeteu o navegador para o rei de Espanha e para o Conselho das Índias, pretextando que semelhante decisão ultrapassava os limites da sua autoridade. Queirós passou por conseguinte a Espanha, depois a Roma, onde encontrou um benévolo acolhimento no Papa, que o recomendou calorosamente a Filipe III. Enfim, depois de muitos passos e de inúmeras solicitações, obteve em 1605 os poderes necessários para armar em Lima os dois navios que julgasse mais convenientes para ir à procura do continente austral e continuar na descoberta de Mendaña.

Com dois navios maiores e um navio ligeiro partiu Queirós de Callao a 21 de dezembro de 1605. A mil léguas do Peru ainda não descobria terra alguma. Por 25 graus de latitude meridional, teve conhecimento de um grupo de pequenas ilhas, que pertenciam ao arquipélago Perigoso. Era a Conversión de S. Pablo, a Osnagrugh de Wallis e a Decena, assim chamada porque foi a décima que se viu. Apesar de esta ilha ser defendida por penedias, entraram em relações com os naturais, cujas habitações estavam espalhadas à beira-mar, no meio das palmeiras. O chefe destes indígenas, fortes e bem proporcionados, trazia na cabeça uma espécie de coroa feita de pequenas plumas negras, tão finas e tão flexíveis que pareciam seda. Uma cabeleira loura, que lhe chegava à cintura, suscitou a admiração dos espanhóis. Estes, não podendo perceber que um homem de rosto tão trigueiro pudesse ter uma cabeleira de um louro tão flavo, «antes quiseram acreditar que seria casado e usaria os cabelos de sua mulher». Esta cor singular era devida unicamente ao uso habitual do pó de cal, que queima os cabelos e os faz amarelar.

Esta ilha, que recebeu de Queirós o nome de Sagitária, é, segundo Fleurieu, a ilha de Taiti, uma das principais do grupo das ilhas da Sociedade.

Nos dias seguintes Queirós reconheceu ainda muitas ilhas, nas quais não desembarcou, e a que impôs nomes tirados do calendário, segundo o costume que transformava numa verdadeira ladainha todos os nomes indígenas da Oceânia. Chegou, especialmente, a uma ilha que foi chamada de La Gente Hermosa, por causa da beleza dos seus habitantes, da alvura e garridice das mulheres, que os espanhóis declararam suplantar em graças e em atrativos as suas próprias compatriotas de Lima, cuja beleza é contudo proverbial. Esta ilha estava situada, no dizer de Queirós, debaixo do mesmo paralelo que Santa Cruz, para onde tinha a intenção de se dirigir. Fez portanto caminho para oeste e chegou a uma ilha chamada Taumaco pelos indígenas, a 10 graus de latitude meridional e a oitenta léguas para leste de Santa Cruz. Devia ser uma das ilhas Duff. Ali soube Queirós que, se dirigisse o seu caminho para o sul, descobriria uma grande terra, cujos habitantes eram mais brancos que os que encontrara até então. Essa informação decidiu-o a abandonar o projeto de ir a Santa Cruz. Fez caminho para

o nordeste e, depois de ter descoberto muitas ilhas, chegou, a 1 de maio de 1606, a uma baía de largura de mais de oito léguas. Deu a essa ilha o nome de Espírito Santo, que depois conservou. Era uma das Novas Hébridas.

Que acontecimentos se passaram durante essa arribada? A esse respeito a relação nada diz. Mas sabemos, por outro lado, que a tripulação revoltada prendeu Queirós, e, abandonando o segundo navio e o bergantim, retomou a 11 de junho o caminho da América, onde chegou a 3 de outubro de 1606, depois de nove meses de viagem. O Sr. Ed. Charton não esclarece este acontecimento. Nada diz a respeito da revolta da equipagem e até deita as culpas da separação para o comandante, segundo ele Luís Vaes de Torres, que acusa de ter abandonado o seu almirante, ao deixar a terra do Espírito Santo. Ora sabe-se por uma carta do próprio Torres ao rei de Espanha, publicada por Lord Stanley no fim da sua edição inglesa da *História das Filipinas,* por António de Morga, que aquele esteve «quinze dias» à espera de Queirós na baía de S. Filipe e de Santiago. Os oficiais, reunidos em conselho, resolveram levantar ferro a 26 de junho e continuar à procura do continente central. Demorado pelo mau tempo, que o impede de dar volta à ilha do Espírito Santo, assaltado pelas reclamações de uma tripulação sobre a qual sopra o vento de revolta, Torres decide-se a fazer caminho para nordeste, a fim de ir ter às ilhas espanholas. Aos 11 graus e meio, descobre uma terra, que supõe ser o princípio da Nova Guiné. «Toda esta terra é terra da Nova Guiné», diz Torres, «e é povoada por índios que não são muito brancos e que andavam nus, apesar de terem o cinto coberto de cascas de árvores... Combatem com javalinas, escudos e certas clavas de pedra, enfeitadas com muitas e belas penas. Ao longo desta terra estão outras ilhas habitadas. Há em toda esta costa numerosíssimos e vastos portos com larguíssimos rios e muitas planícies. Fora desta ilha estendem-se recifes e baixios; as ilhas estão entre estes perigos e a terra firme, e um canal corre pelo meio. Tomámos posse desses portos em nome de Vossa Majestade... Tendo corrido trezentas léguas por esta costa e tendo visto diminuir a nossa latitude dois graus e meio, até nos acharmos a 9 graus, principiou neste ponto um banco de três a nove braças, que seguia a costa por 7 graus e meio, não podendo ir mais adiante por causa dos baixios numerosos e das poderosas correntes que encontrámos, decidimos voltar a proa a sudoeste, pelo canal profundo de que se falou até ao grau 11. Há ali, de uma a outra extremidade, um arquipélago de ilhas inumeráveis por onde passei. No fim do grau 11 o fundo torna-se mais baixo. Havia ali grandíssimas ilhas e pareciam existir mais ainda para o sul; eram habitadas por um povo negro, robustíssimo e completamente nu, que tinha por armas compridas e fortes lanças, frechas e clavas de pedra».

Nas paragens assim designadas, estiveram os geógrafos modernos de acordo em

reconhecer aquela parte da costa australiana que termina na península Iorque, e a extremidade da Nova Guiné, recentemente visitada pelo capitão Moresby. Sabia-se que Torres se metera pelo estreito que recebeu o seu nome e que separa a Nova Guiné do cabo Iorque; mas a exploração recentíssima da parte sueste da Nova Guiné, onde se reconheceu a presença de um povo relativamente claro, muito diferente dos Papuas, veio dar um grau de certeza inesperado às descobertas de Queirós. Foi por isso que desejámos demorar-nos com ele um pouco, referindo-nos a um eruditíssimo trabalho de Mr. E. T. Hamy, que apareceu no *Boletim da Sociedade de Geografia.*

Devemos dizer agora algumas palavras sobre viajantes que percorreram regiões pouco frequentadas e que deram aos seus contemporâneos mais vasto conhecimento de um mundo que pouco antes lhes era completamente desconhecido. O primeiro desses viajantes é Francisco Pyrard, de Lavai. Embarcado em 1601, num navio maloíno, para ir comerciar nas Índias, naufragou no arquipélago das Maldivas. Estas ilhotas, ou atóis, em número de doze mil pelo menos, situadas na costa do Malabar, descem para o oceano Índico, desde o cabo Comorim até ao equador. O bom Pyrard conta-nos o seu naufrágio, a fuga de uma parte dos seus companheiros de cativeiro no arquipélago, e a longa residência de sete anos, que fez nas Maldivas, residência que tornara quase agradável o cuidado que tivera de aprender a língua indígena. Dispôs assim de tempo para se instruir nos usos, nos costumes, na religião e nas indústrias dos habitantes, assim como de estudar as produções e o clima do país. Por isso a sua relação é riquíssima em pormenores de toda a espécie. Conservara até estes últimos anos o seu atrativo, porque os viajantes não frequentam de bom grado este arquipélago doentio, cujo isolamento afastara os estrangeiros e os conquistadores. A relação de Pyrard é por conseguinte ainda instrutiva e agradável de ler.

Em 1607, uma frota foi enviada às Maldivas pelo rei de Bengala, a fim de se apoderar de cem ou cento e vinte canhões que o seu soberano devia ao naufrágio de numerosos navios portugueses. Pyrard, apesar de toda a liberdade que lhe deixavam e apesar de estar sendo proprietário, queria tornar a ver a sua querida Bretanha. Por isso aproveitou com entusiasmo esta ocasião de deixar o arquipélago com os três companheiros, únicos que lhe restaram de toda a tripulação. Mas a odisseia de Pyrard ainda não estava completa. Levado primeiro a Ceilão, foi transportado para Bengala e tentou alcançar Cochim. Preso pelos portugueses, caiu doente e foi tratado no hospital de Goa. Só dali saiu para servir durante dois anos como soldado, no fim dos quais foi preso de novo. Apenas em 1611 é que pôde tornar a ver a sua boa cidade de Lavai. Depois de tantos transtornos, Pyrard sem dúvida sentiu a necessidade de descanso, e pode-se supor com certeza, pelo silêncio da História acerca do fim da sua vida,

que soube enfim encontrar a felicidade.

Se o honrado burguês Francisco Pyrard foi, por assim dizer, involuntariamente e por ter querido enriquecer com demasiada rapidez, metido em aventuras onde esteve para deixar a vida, foram circunstâncias muito mais romanescas que decidiram Pietro delia Valle a viajar. Descendente de uma nobre e antiga família, é sucessivamente soldado do Papa e marinheiro, dando caça aos corsários barbarescos. Quando voltou a Roma, encontrou junto de uma menina, com quem devia casar, o seu lugar ocupado por um rival, que aproveitou a sua ausência. Tamanha desgraça reclama um remédio heroico. Delia Valle jura visitar, como peregrino, o túmulo de Cristo, mas se não há caminho, diz o provérbio, que não vá ter a Roma, não há também rodeio, por mais longo que seja, que não conduza a Jerusalém. Delia Valle devia prová-lo. Embarca em 1614 em Veneza, passa treze meses em Constantinopla, alcança pelo mar Alexandria, depois o Cairo, e junta-se a uma caravana que o leva enfim a Jerusalém. Mas, de caminho, Delia Valle tomara gosto, sem dúvida, pela vida de viagem, porque visita sucessivamente Bagdade, Damasco, Alepo, e chega mesmo a ir às ruínas de Babilónia. Devemos supor que Delia Valle fora marcado como uma vítima fácil, porque à sua volta enamora-se de uma jovem cristã de Mardin, de maravilhosa beleza, e desposa-a. Poderia imaginar-se que estava enfim fixado o destino desse infatigável viajante. Não sucede assim. Delia Valle acha meio de acompanhar o xá na sua guerra contra os Turcos e de percorrer, durante quatro anos consecutivos, as províncias de Irão. Sai de Ispaão em 1621, perde sua mulher no mês de dezembro do mesmo ano, manda-a embalsamar e faz-se seguir pelo seu caixão durante quatro anos, que consagra a explorar Ormuz, as costas ocidentais da Índia, o golfo Pérsico, Alepo e a Síria, para desembarcar enfim em Nápoles em 1626.

Os países que visitou este singular original, impelido por uma fascinação verdadeiramente extraordinária, são por ele descritos em estilo vivo, alegre, natural, e até com certa fidelidade. Mas inaugura a plêiade de viajantes amadores, dos curiosos e dos mercadores. É o primeiro desta fecunda raça de turistas que atulham todos os anos a literatura geográfica com volumes numerosos, em que o sábio não acha para ceifar senão magros esclarecimentos.

Tavernier é um curioso insaciável. Aos vinte e dois anos, percorreu a França, a Inglaterra, os Países Baixos, a Alemanha, a Suíça, a Polónia, a Hungria e a Itália.

Depois, quando a Europa não oferece já alimento suficiente à sua curiosidade, parte para Constantinopla, onde se demora um ano, e chega à Pérsia, onde, cedendo às tentações da ocasião

começa a comprar tapetes, tecidos, pedras preciosas e essas mil ninharias pelas quais a curiosidade se ia apaixonar e que pagaria com fabulosas somas. O lucro que Tavernier tira da sua navegação levou-o a recomeçar a sua viagem. Mas, como homem sensato e prudente, antes de se pôr a caminho, aprendeu com um joalheiro a arte de conhecer as pedras preciosas. Durante quatro viagens sucessivas, de 1638 a 1663, percorreu a Pérsia, o Mogol, as Índias até à fronteira da China e as ilhas de Sonda. Cego com a imensa riqueza que o seu tráfico lhe granjeara, Tavernier quis fazer de grande fidalgo e viu-se em breve em vésperas de ruína. Esperava arredá-la enviando um dos seus sobrinhos ao Oriente, com fazendas em grande quantidade, mas, pelo contrário, foi a ruína consumada, pois esse moço, entendendo dever apropriar-se do depósito que lhe fora confiado, se estabeleceu em Ispaão.

Tavernier, que era instruído, juntou um grande número de observações interessantes acerca da história, das produções, dos usos e dos costumes dos países que visitou. Á sua relação contribuiu certamente para dar aos seus contemporâneos uma ideia muito mais justa do que a que eles formavam dos países do Oriente.

Demais, é para esse lado que, durante o reinado de Luís XIV, se dirigem todos os viajantes, seja qual for o seu fim. A África é inteiramente abandonada e, se a América é teatro de uma grande exploração, ela faz-se sem auxílio do governo.

Enquanto Tavernier realizava as suas últimas e longínquas excursões, um arqueólogo distinto, João de Thévenot, sobrinho de Melquisedeque Thévenot, o erudito a quem se deve a publicação de uma interessante série de viagens, percorria a Europa primeiro, depois Malta,

Constantinopla, o Egito, Tunes e a Itália. Trazia, em 1661, uma importante coleção de medalhas, de inscrições de monumentos, hoje de tão poderoso auxílio para o historiador e para o filólogo. Em 1664, partia de novo para o Levante, visitava a Pérsia, Baçorá, Surate e a Índia, onde viu Masulipatão, Berampour, Aurengabad e Golconda. Mas as fadigas que sentira impediram-no de voltar à Europa e morreu na Arménia em 1667. O êxito das suas relações, bem merecido pelo cuidado e pela exatidão de um viajante cujo saber em história, em geografia e em matemática excedia, em muito, o nível médio dos seus contemporâneos, foi considerável.

Devemos falar agora do amável Bernier, o «lindo filósofo», como lhe chamavam na sua roda. Ali se encontravam Ninon e La Fontaine, Madame de la Sablière, Saint-Evremont e Chapelle, sem falar em muitos outros bons e alegres espíritos, refratários à solenidade empertigada que pairava então sobre a corte de Luís XIV. Bernier não podia escapar à moda

das viagens. Depois de ter visto sumariamente a Síria e o Egito, residiu doze anos na Índia, onde os seus conhecimentos especiais em medicina lhe conciliaram o favor do grande Aureng-Zeb e lhe permitiram ver minuciosa e proveitosamente um império então em todo o desenvolvimento da sua prosperidade.

Ao sul do Indostão, reservava Ceilão mais de uma surpresa aos seus exploradores. Roberto Knox, feito prisioneiro pelos indígenas, deveu a essa triste circunstância o residir muito tempo na ilha e colher, acerca das imensas florestas e dos povos selvagens de Ceilão, os primeiros documentos autênticos. Os Holandeses, por um ciúme comercial de que não foram eles os únicos a dar o exemplo, haviam até então conservado em segredo as informações que tinham obtido acerca de uma ilha de que procuravam fazer uma colónia.

Um outro negociante, João Chardin, filho de um rico joalheiro de Paris, cioso dos sucessos de Tavernier, quer, como ele, enriquecer no comércio dos diamantes. Os países que atraem esses mercadores são aqueles cuja fama de riqueza e de prosperidade se tornou proverbial: a Pérsia e a Índia, onde abundam os ricos trajos cintilantes de pedrarias e de ouro, e as minas de diamantes de fabulosa grossura. É bem escolhida a ocasião para visitar estes países. Graças aos imperadores mongóis, a civilização e a arte desenvolveram-se; as mesquitas, os palácios, os templos, elevaram-se, surgiram cidades de repente. O seu gosto — esse gosto tão estranho, tão nitidamente caracterizado, tão diferente do nosso — brilha tanto na construção dos edifícios colossais, como na bijutaria e ourivesaria, no fabrico desses nadas dispendiosos, pelos quais o Oriente principiava a apaixonar-se. Como homem hábil, Chardin toma um associado tão conhecedor como ele mesmo. Primeiro não faz senão atravessar rapidamente a Pérsia para chegar a Ormuz e embarcar para as Índias. No ano seguinte está de volta a Ispaão e apressa-se a aprender a língua do país, a fim de tratar os negócios diretamente e sem intermediários. Tem a felicidade de agradar ao xá Abbas II. Desde então pode dizer-se que está rico, porque é ao mesmo tempo de bom-tom e de um cortesão avisado ter o mesmo fornecedor que o seu soberano. Mas Chardin teve outro mérito sem ser o de enriquecer. Soube colecionar acerca do governo da Pérsia, dos usos, das crenças, dos costumes, das cidades e da população desse país uma considerável massa de informações, que fizeram da sua narrativa, até aos nossos dias, o vade-mécum do viajante. Esse guia é preciosíssimo, porque Chardin tivera o cuidado de contratar em Constantinopla um hábil desenhador chamado Grelot, que reproduziu os monumentos, as cidades, as cenas, os trajos, as cerimónias, que pintam com tanta perfeição o que Charron chamava «o todos os dias de um povo».

Quando Chardin voltou para França, em 1670, a revogação do edito de Nantes expulsara

da sua pátria, em seguida a perseguições bárbaras, uma grande multidão de artífices, que foram enriquecer o estrangeiro com as nossas artes e com a nossa indústria. Chardin, protestante, percebeu perfeitamente que a sua religião o impediria de chegar ao que se chama «honras e dignidades».

Como, na sua expressão, não se pode acreditar no que se quer, resolveu voltar às Índias, onde, sem ter pressa de mudar de religião, não podia deixar de atingir uma posição honrosa. Assim, pois, a liberdade de consciência era maior nessa época na Pérsia do que na França. Esta asserção, da parte de um homem que pôde compará-las, é pouco lisonjeira para o neto de Henrique IV.

Mas, desta vez, Chardin não seguiu o mesmo caminho. Passou por Esmirna, por Constantinopla, e daí, atravessando o mar Negro, foi desembarcar na Crimeia com um fato religioso. Atravessando a região do Cáucaso, teve ocasião de estudar os Abkhases e os Circassianos. Penetrou depois na Mingrélia, onde foi despojado de uma parte das joias que trazia da Europa, das suas bagagens e dos seus papéis. Ele mesmo só conseguiu escapar graças à dedicação dos teatinos, que lhe tinham dado hospitalidade. Mas logo depois caiu nas mãos dos Turcos, que o puseram a resgate. Chegou, depois de outras desventuras, a Tíflis, a 17 de dezembro de 1672. Como a Geórgia era então governada por um príncipe tributário do xá da Pérsia, foi-lhe fácil alcançar Erivan, Tauris e, enfim, Ispaão.

Depois de uma residência de quatro anos na Pérsia e de uma última viagem à Índia, durante a qual realizou uma riqueza considerável, Chardin voltou à Europa e fixou-se na Inglaterra, porque a sua pátria era-lhe defesa por motivo de religião.

O diário da sua viagem forma uma obra considerável, em que tudo o que tem relação com a Pérsia está particularmente desenvolvido. A sua longa residência neste país e a sua convivência com as primeiras personagens do Estado permitiram-lhe reunir documentos numerosos e autênticos. Por isso pode-se dizer que a Pérsia era mais conhecida no século XVII do que cem anos depois.

As regiões que Chardin acabava de visitar foram tornadas a ver, daí a anos, por um pintor holandês, Comélio de Bruyn ou Le Brun. O que torna a sua obra apreciável é a beleza e a exatidão dos desenhos que a acompanham, porque, quanto a texto, nada ali se encontra que se não conhecesse antes, a não ser em relação aos Samoiedos, que foi ele o primeiro a visitar.

Devemos falar agora do vestefaliano Koemper, quase naturalizado sueco pela longa residência que tivera nos países escandinavos. Ali recusou a brilhante posição que lhe ofereciam, para acompanhar, como secretário, um embaixador que ia a Moscovo. Pôde assim ver as principais cidades da Rússia, país que então mal entrara no caminho da civilização

ocidental; depois dirigiu-se à Pérsia, onde abandonou o embaixador Fabricius para entrar ao serviço da Companhia Flolandesa das Índias e continuar as suas viagens. Foi assim que viu primeiro Persépolis, Xiraz e Ormuz, no golfo Pérsico, onde esteve gravemente doente, e de onde embarcou em 1688 para as Índias Orientais. A Arábia Feliz, a Índia, a costa de Malabar, Ceilão, Java, Sumatra e o Japão foram os países que visitou depois. O fim desta viagem era exclusivamente científico. Médico, mas dado especialmente aos estudos de história natural, Koemper colheu, descreveu, desenhou e secou um número considerável de plantas então desconhecidas na Europa; deu, acerca do seu emprego farmacêutico ou industrial, informações novas, e colheu um imenso herbário, hoje conservado, com a maior parte dos seus manuscritos, no British Museum, de Londres. Mas a parte mais interessante da sua relação, hoje muito envelhecida e muito incompleta, desde que o país se abriu aos nossos sábios, foi por muito tempo a que se referia ao Japão. Soubera arranjar os livros que tratavam da história, da literatura e das ciências do país, quando não conseguia arrancar a certas personagens, cujas boas graças conquistara, informações que habitualmente se não comunicavam aos estrangeiros.

Em suma, se os viajantes de que acabámos de falar não são propriamente descobridores, se não exploram países desconhecidos antes deles, têm todos, em graus desiguais e segundo as suas aptidões e os seus estudos, o merecimento de fazer conhecer melhor as regiões que visitaram. Além disso, souberam desterrar para o domínio das fábulas muitas narrativas que outros, menos esclarecidos, haviam aceitado ingenuamente, e que tinham por tal forma passado para o domínio público que já ninguém pensava em contestá-las.

Graças a eles, conhecia-se enfim um pouco a história do Oriente; principiava-se a descobrir as migrações dos povos e a perceber as revoluções desses grandes impérios, cuja existência fora um tanto problemática.

Capítulo 14 — A Grande Flibusta

I

Tendo nascido em 16..., em East Toker, Guilherme Dampier achou-se desde a infância entregue a si mesmo pela morte de seus pais. Sem grande predileção pelo estudo, preferiu correr os bosques e batalhar com os seus camaradas a estar sossegado nos bancos da escola. Por isso o embarcaram cedo como grumete em navios do comércio. Depois de uma viagem à Terra Nova e de uma campanha nas Índias Orientais, assentou praça na marinha de guerra e, ferido num combate, voltou a tratar-se a Greenwich. Livre de preconceitos, Dampier esqueceu-se do seu assentamento de praça ao sair do hospital militar, e partiu para a Jamaica como gerente de uma plantação. Não precisou de muito tempo para perceber que esse ofício lhe não podia agradar. Por isso abandonou os seus negros ao cabo de seis meses, e embarcou para a baía de Campeche, onde se empregou três anos em colher madeira de tinturaria.

No fim desse tempo encontramo-lo outra vez em Londres, mas as leis e os agentes encarregados de as fazer respeitar incomodam-no. Volta para a Jamaica, onde não tarda a estabelecer relações com esses famosos bucaneiros e flibusteiros, que tanto mal fizeram aos Espanhóis.

Estabelecidos na ilha de Tartaruga, na costa de S. Domingos, esses aventureiros ingleses e franceses tinham jurado ódio implacável à Espanha. As suas devastações não se limitaram só ao golfo do México; atravessaram o istmo de Panamá e devastaram as costas do oceano Pacífico, desde o estreito de Magalhães até à Califórnia. O terror exagerava ainda as façanhas desses flibusteiros, que tinham efetivamente um quê de maravilhoso.

Foi entre esses aventureiros, então comandados por Harris, Sawkins e Shays, que Dampier se alistou. Em 1680 vemo-lo no Darien. Aí devasta Santa Maria, tenta debalde surpreender Panamá e captura com os seus camaradas, metidos em más canoas, roubadas aos índios, oito navios bem armados, que estavam fundeados não longe da cidade. Nesta circunstância, as perdas dos flibusteiros foram tão consideráveis no combate e o despojo tão magro, que se separaram. Uns voltam para o golfo do México, outros estabelecem-se na ilha João Fernandes, donde não tardam a ir atacar Arica. Mas foram ainda desta vez tão mal tratados que se pronunciou uma nova divisão e Dampier teve de ir para a Virgínia, onde o seu capitão esperava angariar alguns recrutas. Ali armava o capitão Cook um navio, com tenção de penetrar no oceano Pacífico pelo estreito de Magalhães. Dampier é da viagem. Principiaram por andar a corso na costa da África, nas ilhas de Cabo Verde, na Serra Leoa, no rio Scherborough, porque é esse o caminho que seguem habitualmente os navios que se

destinam à América do Sul. Por 36 graus de latitude meridional, Dampier, que aponta no seu diário todos os factos interessantes, observa que o mar se fez branco ou, antes, pálido, sem poder perceber o motivo disso. Se fizesse uso do microscópio, teria facilmente percebido o facto. Passam-se as ilhas Sebaldinas sem incidente digno de menção, atravessa-se o estreito de Lemaire, dobra-se o cabo Horn a 6 de fevereiro de 1684, e assim que pode escapar às tempestades que assaltam habitualmente os navios que entram no Pacífico, o capitão Cook dirige-se à ilha João Fernandes, onde espera abastecer-se de provisões. Dampier perguntava a si mesmo se ali encontraria um índio de Nicarágua que lá fora deixado, em 1680, pelo capitão Sharp. Esse índio habitara sozinho mais de três anos na ilha. Andava nos bosques à caça das cabras, quando o capitão inglês mandara reembarcar os seus homens, e dera-se à vela sem se reparar na sua ausência. Tinha apenas a sua espingarda e a sua navalha, uma pequena provisão de pólvora e um pouco de chumbo. Depois de ter consumido o chumbo e a pólvora, achara meio de serrar, com a sua navalha, o cano da espingarda em bocadinhos, e de fazer deles arpéus, lanças, anzóis e uma comprida faca. Com esses instrumentos alcançou todas as provisões que a ilha produz: cabras e peixe. A meia milha de distância do mar, construíra uma pequena cabana forrada de peles de cabra. Já não tinha fato; servia-lhe de tanga uma pele.

Se nos demorámos um pouco a falar neste eremita forçado, foi porque serviu de tipo a Daniel Defoe para o seu Robinson Crusoé, esse romance que foi a delícia de todas as crianças.

Não contaremos aqui por miúdo todas as expedições em que tomou parte Dampier. Bastar-nos-á dizer que visitou, nesta campanha, as ilhas Galápagos. Vendo que se malogravam a maior parte das suas empresas, o capitão Swan, a bordo de cujo navio Dampier servia em 1686, chegou às Índias Orientais, onde os espanhóis estavam menos acautelados e onde tencionava apoderar-se do galeão de Manila. Mas os nossos aventureiros arribaram a Guaham não tendo já senão três dias de víveres. Os marinheiros tinham deliberado ir comendo sucessivamente, se o caminho se prolongasse, todos os que se haviam declarado a favor da viagem, começando pelo capitão, que fora quem a propusera, e seguindo-se-lhe Dampier. Foi por isso, conta ele com graça, que, depois de fundearem em Guaham, Swan lhe disse abraçando-o: «Ah! Dampier, que péssimo jantar que eles tinham contigo». «Dizia bem», acrescenta Dampier, «porque eu estava tão magro e tão descarnado como ele gordo e roliço». Mindanau, Manila, parte da costa da China, as Molucas, a Nova Holanda e as ilhas Nicobar, tais foram os pontos visitados e saqueados por Dampier nesta campanha. Neste último arquipélago, separou-se dos seus companheiros e foi recolhido semimorto na costa de Sumatra.

Durante essa campanha, Dampier descobrira muitas ilhas até então desconhecidas e especialmente o grupo das Baschi. Como verdadeiro aventureiro que era, percorreu todo o sul da Ásia, Malaca, Tonquim, Madrasta e Bencolen, onde se alistou como artilheiro ao serviço da Inglaterra. Cinco meses depois, desertava e tornava para Londres. A narrativa das suas aventuras e das suas correrias granjeou-lhe um certo número de simpatias na alta sociedade, e foi apresentado ao conde de Oxford, lorde do Almirantado. Não tardou a receber o comando do navio *Roebuck,* para tentar uma viagem de descoberta nos mares que já explorara. Deixou a Inglaterra, a 4 de janeiro de 1699, com o projeto de passar pelo estreito de Magalhães, ou de dar volta à Terra do Fogo, para principiar as suas descobertas pelas costas do Pacífico que até aí tinham recebido menor número de visitantes. Depois de haver passado o equador a 10 de março, deu à vela para o Brasil, onde se abasteceu. Longe de poder descer de novo a costa da Patagónia, achou-se então repelido pelos ventos dezasseis léguas para o sul do cabo da Boa Esperança, donde deu à vela por és-sueste para a Nova Holanda. Esta longa travessia não foi assinalada por incidente algum. No dia 1 de agosto, Dampier descortinou a terra e procurou logo uma angra para desembarcar. Cinco dias depois fundeava na baía dos Cães-Marinhos, na costa ocidental da Austrália, mas não achou senão uma terra estéril, onde não encontrou nem água nem vegetação. Até 31 de agosto seguiu ao longo deste litoral sem descobrir o que procurava. Num desembarque teve uma ligeira escaramuça com alguns habitantes, que pareciam muito disseminados no país. O seu chefe era um moço de estatura mediana, mas vivo e esperto; tinha os olhos rodeados de um só círculo de pintura branca e uma risca da mesma cor lhe descia desde o cimo da testa até à ponta do nariz; o peito e os braços estavam igualmente mosqueados de branco. Quanto aos seus companheiros, tinham a pele negra, os cabelos encarapinhados, o olhar feroz, a estatura alta e desempenada.

Havia cinco semanas que seguia a terra de perto, e Dampier ainda não encontrara nem água nem víveres; contudo, não queria desistir e teimava em continuar a seguir a costa para o norte. Todavia, os baixios que encontrou sem cessar a monção do noroeste, que não tardava, obrigaram-no a renunciar à sua empresa, depois de ter descoberto mais de trezentas léguas do continente austral. Dirigiu-se depois para Timor, onde tencionava descansar e restabelecer a sua tripulação, prostrada de fadiga por essa longa viagem. Mas conhecia pouco essas paragens, e os seus mapas, apesar de os holandeses já ali estarem estabelecidos, eram incompletos, pelo que se viu, por conseguinte, obrigado a operar o seu reconhecimento, já feito havia muito tempo. Foi assim que descobriu, entre Timor e Anamabao, uma passagem no sítio onde o seu mapa indicava apenas uma baía. A chegada de Dampier a um porto que só eles conheciam surpreendeu e descontentou gravemente os holandeses. Imaginaram que os

ingleses não tinham podido ali chegar senão por meio de mapas tomados nalgum navio da sua nação.

Apesar disso, acabaram por se restabelecer do susto e acolheram-nos com benevolência.

Apesar de se fazerem sentir os prelúdios da monção, Dampier fez-se de novo ao mar e dirigiu-se para a costa setentrional da Nova Guiné, aonde chegou a 4 de fevereiro de 1700, junto do cabo Maho dos holandeses. Entre as coisas que lhe fizeram impressão, cita Dampier a prodigiosa quantidade de uma espécie de pombos, morcegos enormes e um marisco, cuja casca vazia não pesava menos de duzentos e oitenta e cinco arráteis. A 7 de fevereiro, aproxima-se da ilha do Rei Guilherme e corre para leste, onde não tarda a ver o cabo da Boa Esperança de Schouten e a ilha que recebeu o nome deste navegador. A 24, a tripulação foi testemunha de um espetáculo singular: «Dois peixes, que acompanhavam o navio havia cinco ou seis dias, viram uma grande serpente marinha e puseram-se a persegui-la. Eram de cor amarela e esverdeada. A serpente, que lhes fugia com grande velocidade, levava a cabeça fora de água, e um dos peixes esforçava-se por lhe agarrar a cauda. Apenas ela se voltava, o primeiro peixe ficava para trás, e tomava o outro o seu lugar. Assim a fatigaram muito tempo, estando ela sempre pronta a defender-se, até que se perderam de vista.»

A 25, Dampier deu o nome de S. Matias a uma ilha montuosa, de umas dez léguas de comprido, situada acima e a leste das ilhas do Almirantado. Sete ou oito léguas mais adiante, descobriu outra ilha, que recebeu o nome de Tempestuosa, por causa de violentos turbilhões que o impediam de abordar. Dampier julgava-se então perto da costa da Nova Guiné, ao passo que ia costeando a da Nova Irlanda. Tentou desembarcar, mas viu-se rodeado de pirogas, que tinham a bordo mais de duzentos indígenas, e a praia estava coberta de uma turba numerosa. Vendo que seria imprudente enviar a terra uma chalupa, Dampier mandou virar de bordo. Apenas se deu a ordem, foi o navio crivado de pedras, que os indígenas atiravam com uma máquina, cuja forma ele não pôde descobrir, mas que fez com que se desse a este lugar o nome de baía dos Fundibulários. Um só tiro de peça encheu de assombro os indígenas e pôs termo às hostilidades. Um pouco mais adiante, a alguma distância da praia da Nova Irlanda, são as ilhas Dinis e S. João que os ingleses descobrem. É Dampier o primeiro que, pelo estreito que separa a Nova Irlanda, reconhece as ilhas Vulcão, de Coroa, G. Rook, Long-Rich e Ardente.

Depois deste longo cruzeiro, assinalado por descobertas importantes, Dampier retomou o caminho do oeste, voltou à ilha Missory e chegou enfim à de Ceram, uma das Molucas, onde fez uma longa arribada. Dirigiu-se depois a Bornéu, passou pelo estreito de Macassar e fundeou em Batávia, na ilha de Java, a 23 de junho. Demorou-se ali até 17 de outubro e seguiu

para a Europa. Chegando à ilha de Ascensão a 23 de fevereiro de 1701, o seu navio metia água de modo tal que foi impossível acudir-lhe. Foi necessário encalhar o navio e transportar para terra a tripulação e a carga. Por felicidade abundava água, assim como não faltavam tartarugas, cabras e caranguejos. Tinha-se pois a certeza de se não morrer de fome, até que arribasse algum navio à ilha e repatriasse os náufragos. Esse momento não se fez esperar, porque a 2 de abril chegou um navio inglês que os levou para Inglaterra. Teremos ainda ocasião de falar de Dampier, a propósito da viagem de Wood Rodgers.

II

Se as tentativas para encontrar uma passagem pelo noroeste tinham sido abandonadas havia uns vinte anos pela Inglaterra, não se renunciara contudo a procurar, por esse caminho, uma passagem que só nos nossos dias se devia descobrir, e também para verificar a sua impraticabilidade absoluta. Um hábil marinheiro, Henrique Hudson, de quem Ellis disse «que nunca ninguém entendeu melhor o ofício do mar, que a sua coragem estava à prova de todos os acontecimentos e que a sua aplicação foi infatigável», fez um contrato com uma companhia de mercadores para procurar a passagem pelo noroeste. No dia 1 de maio de 1607, tendo partido de Gravesend com uma simples barca, o *Hopewell,* e doze homens de tripulação, chegou, a 13 de junho, à costa oriental da Gronelândia, por 73 graus, e deu-lhe um nome que correspondia às suas esperanças, chamando-lhe Hold with hope (Segura em esperança). O tempo estava mais bonito e menos frio do que dois graus mais abaixo. A 27 de junho, Hudson subira cinco graus para o norte, mas a 2 de julho, por uma dessas bruscas alterações, tão frequentes nesses países, o frio tornou-se rigoroso. Contudo o mar conservava-se livre, o ar estava tranquilo e madeiras flutuantes boiavam em grande quantidade. A 14 do mesmo mês, por 33° 23', o contramestre e o *bosseman* do navio desembarcaram numa terra que formava a parte setentrional do Spitzberg. Rastos de bois almiscarados e de raposas, uma grande abundância de aves aquáticas, dois rios de água doce, e quente num deles, provaram aos nossos navegadores que a vida era possível nessas latitudes extremas, nesse período do ano. Hudson, que não tardara a fazer-se de novo ao mar, teve de parar, na altura do grau 82, diante de um espesso banco de gelo, que se esforçou, mas debalde, por tornear ou romper. Teve de voltar para Inglaterra, onde chegou a 15 de setembro, depois de haver descoberto uma ilha, que é provavelmente a de João Mayen. O caminho seguido nesta primeira viagem não pudera dar saída para o norte. Hudson tentou outro. Efetivamente, partiu a 21 de abril do ano seguinte, e avançou entre o Spitzberg e a Nova Zembla, mas tendo-se limitado a seguir, durante certo tempo, a praia desta grande terra, sem se poder elevar tanto quanto desejaria. O malogro desta segunda tentativa era mais completo que o da campanha de 1607. Por isso a companhia inglesa que fizera as despesas dessas duas tentativas recusou-se a recomeçar. Foi sem dúvida esse motivo que determinou Hudson a entrar ao serviço da Holanda.

A companhia de Amesterdão deu-lhe, em 1609, o comando de um navio, com o qual partiu do Texel no princípio do ano. Depois de ter dobrado o cabo Norte, avançou ao longo das costas de Nova Zembla, mas a sua tripulação, composta de ingleses e de holandeses que

tinham feito as viagens das Índias Orientais, recuou diante dos frios e dos gelos. Hudson viu-se obrigado a mudar de caminho e a propor aos seus marinheiros, em plena revolta, procurar a passagem ou pelo estreito de Davis ou pelas costas da Virgínia, onde devia encontrar-se uma saída, segundo as informações do capitão Smith, que frequentara essas costas. A escolha dessa tripulação, pouco sujeita à disciplina, não podia ser duvidosa. Hudson, para não deitar a perder inteiramente as despesas da companhia de Amesterdão, teve de se dirigir às ilhas Feroé, descer para o sul até ao paralelo 44 e procurar na costa da América o estreito cuja existência lhe tinham assegurado. A 18 de julho desembarcou ele no continente, a fim de substituir o seu mastro de mezena, quebrado durante uma tempestade; aproveitou-se disso para trocar peles com os indígenas. Mas os seus marinheiros indisciplinados, tendo sublevado com as suas exações os pobres selvagens, tão pacíficos, obrigaram-no a fazer-se de novo à vela. Por 40° 30' descobriu uma grande baía, que subiu em canoa durante mais de cinquenta léguas. Contudo as provisões principiaram a faltar e não era possível arranjá-las em terra. A tripulação, que durante esta campanha toda parece que foi quem impôs a sua vontade ao capitão, reuniu-se, propondo uns que se invernasse na Terra Nova, para se recomeçar no ano seguinte a busca da passagem, querendo outros dirigir-se à Irlanda. Fixaram-se nesta última resolução, mas, quando se aproximaram das costas da Grã-Bretanha, a terra exerceu tão potente atração nos seus homens que Hudson foi obrigado a arribar, a 7 de novembro, a Darmouth.

No ano seguinte, 1610, apesar de todas as sensaborias que suportara, Hudson tentou entabular de novo relações com a companhia holandesa. Mas o preço que ela pôs ao seu concurso obrigou-o logo a renunciar ao projeto e a submeter-se às exigências da companhia inglesa. Esta impôs a Hudson a condição de meter a bordo, antes como assistente do que como imediato, um marinheiro hábil, chamado Coleburne, em quem tinha toda a confiança. Percebe-se quanto era ofensiva para Hudson semelhante exigência. Por isso este último aproveitou o primeiro ensejo para se desembaraçar do fiscal que lhe impunham. Ainda não tinha saído do Tamisa quando mandou para terra Coleburne, com uma carta à companhia, em que procurava paliar e justificar este procedimento, pelo menos estranho.

Nos últimos dias de maio, quando o navio acabava de arribar a um dos portos da Islândia, a tripulação formou, a propósito de Coleburne, uma primeira conspiração sem custo reprimida, e quando deixou esta ilha, no dia 1 de junho, restabelecera Hudson a sua autoridade. Depois de ter passado o estreito de Frobisher, Hudson reconheceu a terra da Desolação de Davis, meteu-se pelo estreito que recebeu o seu nome, e não tardou a internar-se numa larga baía, cuja costa ocidental visitou toda até ao princípio de setembro. Nessa época

um dos oficiais inferiores, que não cessava de excitar a revolta contra o seu chefe, teve baixa de posto, mas essa medida de justiça não fez senão exaltar os marinheiros. Nos primeiros dias de novembro, Hudson, chegado ao fundo da baía, procurou um sítio próprio para invernar, e, tendo-o logo encontrado, mandou pôr o navio em seco. Compreende-se dificilmente semelhante resolução. Por um lado, Hudson não saíra de Inglaterra senão com seis meses de víveres, já muito largamente encetados, e não se podia pensar, vista a esterilidade do país, em alcançar um suplemento de alimentação; por outro lado, a tripulação dera tão numerosos sinais de insubordinação que não podia contar nem com a sua disciplina nem com a sua boa vontade. Todavia, apesar de os ingleses terem muitas vezes de se contentar com uma ração bem magra, não passaram um inverno muito penoso, graças a numerosas arribações de pássaros. Mas assim que voltou a primavera e o navio esteve pronto a retomar o caminho de Inglaterra, Hudson percebeu que estava decidida a sua sorte. Tomou por conseguinte as suas disposições, distribuiu a cada um a sua ração de biscoito, pagou o soldo e esperou os acontecimentos. Não teve de aguardar muito. Os conjurados agarraram no seu capitão, em seu filho, num voluntário, no carpinteiro e em cinco marinheiros, embarcaram-nos numa chalupa, sem armas, sem provisões, sem instrumentos, e abandonaram-nos à mercê do oceano. Os insubordinados voltaram para Inglaterra, mas não todos, porque dois foram mortos num recontro com os índios, outro morreu de doença e os restantes foram gravemente experimentados pela fome. O que é certo, porém, é que se lhes não intentou o mínimo processo. Apenas, mais tarde, a companhia arranjou um emprego, a bordo de um navio, ao filho de Henrique Hudson, «que desaparecera na descoberta do noroeste», e que não tinha os mais insignificantes recursos.

As expedições de Hudson foram seguidas pelas de Button e de Gibbons, a quem se devem, não descobertas novas, mas sérias observações acerca das marés, das variações do tempo e de temperaturas e de um grande número de fenómenos naturais.

Em 1615 a companhia inglesa confiou a Byleth, que tomara parte nas últimas viagens, o comando de um navio de cinquenta toneladas. Levava como piloto o famoso Guilherme Baffin, cuja fama eclipsou a do seu capitão. Partindo de Inglaterra a 13 de abril, os exploradores reconheceram o cabo Farewell a 6 de maio, passaram da ilha da Desolação para as ilhas dos Selvagens e subiram para noroeste até 64 graus. A 10 de julho estava a terra a estibordo e a maré vinha do norte; concebera por isso tal esperança de encontrar a passagem procurada que deram ao cabo descoberto neste sítio o nome de Confort. Era provavelmente o cabo Walsingham, porque verificaram, depois de o ter dobrado, que a terra voltava para nordeste e para leste. Foi à entrada do estreito de Davis que terminaram as suas descobertas neste ano. Estavam de volta a Plymouth a 9 de setembro, sem ter perdido um só homem.

Tamanhas eram as esperanças concebidas por Byleth e por Baffin que alcançaram fazer-se de novo ao mar no ano seguinte e com o mesmo navio. A 14 de maio de 1616, depois de uma navegação que nada teve de notável, os dois capitães penetraram no estreito de Davis, reconheceram o cabo Esperança de Sanderson, ponto extremo alcançado outrora por Davis, e subiram até 72° 40', até à ilha das Mulheres, assim chamada porque ali se encontraram algumas esquimós. A 12 de junho, Byleth e Baffin foram obrigados pelos gelos a entrar numa baía da costa. Trouxeram-lhes uns esquimós muitas pontas de bois almiscarados, o que fez com que se desse a esta entrada o nome de Horn Sound (estreito das Pontas). Depois de uma estação de alguns dias neste sítio, foi possível fazerem-se de novo ao mar. De 75° 40' por diante encontrou-se uma imensa extensão de água livre de gelos, e penetrou-se, sem grandes perigos, até além do grau 78 de latitude, à entrada do estreito que prolongava para o norte a imensa baía que se acabava de percorrer e que recebeu o nome de Baffin. Fazendo então caminho para oeste e depois para sudoeste, Byleth e Baffin descobriram as ilhas Carey, o estreito de Jones, a ilha de Coburgo e o estreito de Lancaster. Enfim, desceram toda a costa ocidental, desde a baía de Baffin até à terra de Cumberland. Desesperando então de poder levar mais longe as suas descobertas, Byleth, que contava na sua tripulação um grande número de escorbúticos, viu-se obrigado a voltar às costas de Inglaterra, onde desembarcou em Dover, a 30 de agosto.

Se esta expedição terminava ainda por um malogro no sentido de se não ter encontrado a passagem de noroeste, os resultados obtidos eram contudo consideráveis. Byleth e Baffin tinham alargado prodigiosamente os limites dos mares conhecidos nas paragens da Gronelândia. O capitão e o piloto, como mandaram dizer ao diretor da companhia, asseguravam que a baía por eles visitada era um excelente lugar de pesca em que brincavam milhares de focas e de baleias. Os acontecimentos não deviam tardar a dar-lhes ampla razão.

Tornemos a descer pela costa da América até ao Canadá e vejamos os acontecimentos que ali se tinham passado desde Jacques Cartier. Este último, se bem se lembram, fizera um ensaio de colonização, que não produzira resultados importantes. Contudo alguns franceses haviam ficado no país, tinham casado e dado origem a famílias de colonos. De tempos a tempos recebiam alguns reforços trazidos por navios pescadores de Dieppe e de Saint-Malo. Mas a corrente da emigração a custo se estabelecia. Foi nessa circunstância que um fidalgo chamado Samuel de Champlain, veterano das guerras de Henrique IV e que durante dois anos e meio correra as Índias Orientais, foi contratado pelo comendador de Chaste, com o Sr. de Pontgravé, para continuar os descobrimentos de Jacques Cartier e escolher os lugares mais favoráveis ao estabelecimento de cidades e de centros de população. Não é aqui o lugar

próprio para nos ocuparmos do modo como Champlain entendeu o seu papel de colonizador, nem dos seus grandes serviços, que poderiam fazê-lo denominar «o pai do Canadá». Deixaremos, portanto, intencionalmente, todo esse lado do seu papel, que não é o menos brilhante, para nos ocuparmos só das descobertas que ele realizou no interior do continente.

Partindo de Honfleur a 15 de março de 1603, os dois chefes da empresa subiram primeiro o S. Lourenço até à angra de Tadoussac, a oitenta léguas da sua embocadura. Receberam bom acolhimento dessas populações, que não tinham contudo «nem fé, nem lei, que viviam sem Deus nem religião, como uns brutos». Deixando neste sítio os seus navios, que não poderiam avançar mais para cima sem perigo, chegaram de barco ao salto de S. Luís, onde tinha parado Jacques Cartier, meteram-se mesmo um pouco para o interior, e voltaram para França, onde Champlain fez imprimir, para entregar ao rei, uma relação dessa viagem.

Henrique IV resolveu continuar a empresa. Neste meio tempo, tendo morrido o Sr. de Chastes, o seu privilégio foi transmitido ao Sr. de Monts, com o título de vice-almirante e de governador de Acadia. Champlain acompanhou o Sr. de Monts ao Canadá e passou três anos inteiros ou a ajudá-lo com os seus conselhos e os seus desvelos nessas tentativas de colonização, ou a explorar as costas de Acadia, cujo mapa levantou até para além do cabo Cod, ou a fazer viagens no interior e a visitar as tribos selvagens que era importante conciliar. Em 1607, depois de efetuar outra viagem a França para recrutar colonos, Champlain regressou à Nova França, e fundou, em 1608, uma cidade que havia de vir a ser Quebeque. O ano seguinte foi consagrado a subir o S. Lourenço e a fazer-lhe a hidrografia. Metido numa piroga, com dois companheiros só, Champlain penetrou, com alguns algonquinos, na terra dos Iroqueses, e ficou vencedor numa grande batalha dada à beira de um lago que recebeu o seu nome. Depois desceu de novo o rio Richelieu até ao S. Lourenço. Em 1610 fez uma nova incursão nas terras dos Iroqueses, à frente dos seus aliados algonquinos, aos quais só a muito custo conseguiu fazer observar a disciplina europeia. Durante esta campanha, empregou máquinas de guerra que surpreenderam extraordinariamente os selvagens e lhe asseguraram facilmente a vitória. Num ataque a uma aldeia mandou construir um cavalo de pau, que duzentos homens dos mais vigorosos levaram para diante dessa aldeia, a distância de um chuço, e fez subir para ele três arcabuzeiros bem a coberto das pedras e das frechas que lhes podiam ser atiradas ou jogadas.

Um pouco depois vemo-lo explorar o rio Otava e avançar para o norte do continente, até setenta e cinco léguas da baía de Hudson. Depois de ter fortificado Montreal, sobe duas vezes o Otava, explora o lago Huron e chega por terra até ao lago Ontário, que atravessa.

É muito difícil dividir ao meio a vida tão ocupada de Champlain. Todas as suas viagens,

todos os seus reconhecimentos tinham só por fim o desenvolvimento da obra a que consagrara a sua existência. Assim destacadas do que lhes constitui o interesse, parecem-nos sem importância, e contudo, se a política colonial de Luís XIV e do seu sucessor tivessem sido diferentes, possuiríamos na América uma colónia que seguramente não seria inferior em prosperidade aos Estados Unidos. Apesar do nosso desamparo, o Canadá conservou um fervente amor pela mãe-pátria.

Devemos agora saltar uns quarenta anos para chegar a Roberto Cavelier de la Sale. Durante este tempo os estabelecimentos franceses tomaram alguma importância no Canadá e estenderam-se por uma grande parte do Norte da América; os nossos caçadores e os nossos armadores de redes percorrem os bosques e trazem todos os anos, com a sua carregação de peles, novas informações acerca do interior do continente. São eficazmente auxiliados nesta última tarefa pelos missionários, entre os quais, e no primeiro plano, devemos colocar o padre Marquette, que a extensão das suas viagens nos grandes lagos e até ao Mississipi designa especialmente ao nosso reconhecimento. Dois homens merecem também ser citados pelo incentivo e facilidade que deram aos exploradores: são o Sr. de Frontenac, governador da Nova França, e o intendente da justiça e da polícia, Talon.

Em 1677 chegou ao Canadá, sem fim bem determinado, um mancebo chamado Cavelier de la Sale. «Tinha nascido em Ruão», diz o padre Charlevoix, «de uma família rica; mas, tendo passado alguns anos com os jesuítas, não recebera quinhão na herança dos seus pais. Era um espírito culto, queria distinguir-se e sentia-se com bastante génio e bastante coragem para o conseguir. Efetivamente nunca lhe faltou nem resolução para empreender, nem constância para seguir um negócio, nem firmeza para reagir contra os obstáculos, nem recurso para reparar as suas perdas, mas nem soube fazer-se amar nem conciliar aqueles de quem precisava, e, assim que teve autoridade, exerceu-a com dureza e com altivez. Com tais defeitos não podia ser feliz e por isso o não foi».

Este retrato do padre Charlevoix parece-nos um tanto carregado e não julgamos que ele aprecie pelo seu justo valor a grande descoberta que devemos a Cavelier de la Sale, não diremos descoberta sem igual, mas, pelo menos, semelhante à do rio das Amazonas por Orellana, no século XIV, e à do Zaire por Stanley, no XIX. O que é certo é que, apenas chegou àquele país, começou, com uma aplicação extraordinária, a estudar os idiomas indígenas e a conviver com os selvagens, para se pôr ao facto dos seus costumes e dos seus hábitos. Ao mesmo tempo colhia, da boca dos caçadores, um grande número de informações sobre a disposição dos rios e dos lagos. Deu parte dos seus projetos de exploração ao Sr. de Frontenac, que o animou e lhe deu o comando de um forte construído no desembocar do lago

para S. Lourenço.

Neste meio tempo um certo Jolyet chegou a Quebeque. Trazia a notícia de que, com o padre Marquette e outras quatro pessoas, tinha chegado a um grande rio chamado Mississípi, que corria para o sul. Cavelier de la Sale percebeu logo todo o partido que se poderia tirar de uma artéria dessa importância, sobretudo se o Mississípi tinha, como ele supunha, a sua foz no golfo do México. Pelos lagos e pelo Ilinóis, afluente do Mississípi, era fácil pôr em comunicação o S. Lourenço com o mar das Antilhas. Que maravilhoso lucro ia tirar a França desta descoberta! La Sale explicou o projeto que concebera ao conde de Frontenac e obteve dele cartas de recomendação muito instantes para o ministro da Marinha. Ao chegar a França, soube La Sale da morte de Colbert, mas entregou a seu filho, o marquês de Seignelay, que lhe sucedera, os despachos de que era portador. Esse projeto, que parecia assentar em bases sérias, não podia deixar de agradar a um jovem ministro. Por isso Seignelay apresentou La Sale ao rei, que lhe mandou passar cartas de nobreza, lhe concedeu o senhorio de Catarocouy e o comando do forte que construíra, com o monopólio do comércio nos países que pudesse descobrir.

La Sale encontrara meio igualmente de se fazer patrocinar pelo príncipe de Conti, que lhe pediu que levasse o cavaleiro Tonti, filho do inventor da *Tontine,* por quem se interessava.

Era para La Sale uma preciosa aquisição. Tonti, que fizera campanha na Sicília, onde tivera a mão arrancada por um estilhaço de granada, era um valente e hábil oficial, que se mostrou sempre excessivamente dedicado.

La Sale e Tonti embarcaram em La Rochelle, a 14 de junho de 1678, levando consigo uns trinta homens, operários e soldados, e um frade recolecto, o padre Hennepin, que os acompanhou em todas as suas viagens.

Depois, compreendendo que a execução do seu projeto exigia recursos mais consideráveis do que aqueles de que dispunha, La Sale mandou construir um barco no lago Erié e consagrou um ano inteiro a correr o país, visitando os índios e fazendo um comércio ativo de peles, que armazenou no seu Forte de Niágara, enquanto Tonti fazia o mesmo noutros pontos. Enfim, no meado de agosto de 1679, estando a sua barca, o *Grifo,* em estado de dar à vela, embarcou-se no lago Erié, com uns trinta homens e três padres recolectos, para Machillimackinac.

Sofreu, ao atravessar os lagos Saint Clair e Huron, uma rude tempestade, que causou a deserção de uma parte da sua gente, que o cavaleiro Tonti lhe trouxe de novo. La Sale, chegando a Machillimackinac, entrou em breve na baía Verde. Mas, durante esse tempo, os seus credores em Quebeque faziam vender tudo quanto ele possuía, e o *Grifo,* que ele

expedira, carregado de peles, para o Forte de Niágara, perdia-se ou era roubado pelos índios, nunca se soube ao certo. Quanto a ele, apesar de a partida do *Grifo* ter descontentado os seus companheiros, continuou o seu caminho e chegou ao rio de S. José, onde se achava um acampamento de Miamis e onde Tonti não tardou a ir ter com ele. O seu primeiro cuidado foi construir um forte neste sítio. Atravessaram depois a linha de divisão das águas entre a bacia dos grandes lagos e a do Mississípi; depois alcançaram o rio dos Ilinóis, afluente da esquerda desse grande rio. Com a sua pequena tropa, com a qual mesmo não podia contar completamente, a situação de La Sale era crítica, no meio de um pais desconhecido, entre uma nação poderosa, os Ilinóis, que, primeiro aliados da França, tinham sido depois prevenidos e excitados contra nós pelos Iroqueses e pelos Ingleses, ciosos dos progressos da colónia canadiana.

Contudo era necessário, a todo o custo, conciliar esses índios, que, pela sua situação, podiam impedir todas as comunicações entre La Sale e o Canadá. A fim de lhes ferir a imaginação, Cavelier de la Sale dirige-se ao seu acampamento, onde mais de três mil homens estão reunidos. Não tem senão vinte homens, mas atravessa orgulhosamente a aldeia e para a alguma distância. Os Ilinóis, que ainda não tinham declarado a guerra, veem-se surpreendidos. Avançam para ele e enchem-no de demonstrações pacíficas. Tão versátil é o espírito dos selvagens! Tanta impressão faz sobre eles qualquer prova de coragem! Sem tardar, La Sale aproveita-se das suas disposições amigáveis e construiu no local do seu próprio acampamento um pequeno forte a que chama Crèvecoeur (Estala coração), em alusão aos desgostos que já sofrera. Deixa aí Tonti com toda a sua gente, e ele, inquieto pela sorte do *Grifo,* volta, com três franceses e um índio, ao Forte de Catarocouy, que fica a quinhentas léguas de Crèvecoeur. Antes de partir, destacara, com o padre Hennepin, um dos seus companheiros, chamado Dacan, com a missão de subir o Mississípi para além do rio dos Ilinóis, e, se fosse possível, até à sua origem. «Estes dois viajantes», diz o padre Charlevoix, «partiram do Forte Crèvecoeur a 28 de fevereiro, e, tendo entrado no Mississípi, subiram-no até 46 graus de latitude norte. Aliforam impedidos por uma queda de água bastante alta, que abrange toda a largura do rio, e a que o padre Hennepin deu o nome de Santo António de Pádua. Caíram então, não sei por que desastre, nas mãos dos Sioux, que os retiveram por muito tempo prisioneiros».

Na sua viagem de regresso para Catarocouy, La Sale, tendo descoberto um novo local próprio para a construção de um forte, chamou para ali Tonti, que pôs logo mãos à obra, enquanto ele continuava a sua viagem. É o Forte de S. Luís. À sua chegada a Catarocouy, La Sale soube notícias que teriam abatido um homem de têmpera menos rija. Não só o *Grifo,* que

tinha a bordo os seus dez mil escudos de peles, se perdera, mas um navio que lhe trazia de França uma carregação avaliada em vinte e dois mil francos, naufragara, e, enfim, os seus inimigos haviam espalhado a notícia da sua morte. Não tendo mais que fazer em Catarocouy e depois de provar, com a sua presença, que todos os boatos espalhados acerca da sua desaparição eram falsos, voltou para o Forte Crèvecoeur, onde ficou muito admirado de não encontrar ninguém.

Eis o que se passara. Enquanto o cavaleiro Tonti estava ocupado na construção do Forte de S. Luís, a guarnição do Forte Crèvecoeur sublevara-se, saqueara os armazéns, fizera o mesmo ao Forte Miami e fugira até Machillimackinac. Tonti, quase só em frente dos Ilinóis, sublevados contra ele pelas depredações dos seus homens, e julgando que não podia resistir-lhes no seu Forte de Crèvecoeur, saíra dele a 11 de setembro de 1680, com os cinco franceses que compunham a sua guarnição, e retirara-se até à baía do lago Michigan. Depois de ter posto guarnição em Crèvecoeur e no Forte de S. Luís, La Sale veio a Machillimackinac, onde encontrou Tonti. Partiram juntos de novo no fim de agosto para Catarocouy, onde embarcaram no lago Erié com cinquenta e quatro pessoas, a 28 de agosto de 1681. Depois de uma viagem de oitenta léguas pelo rio gelado dos Ilinóis, chegaram ao Forte Crèvecoeur, onde as águas livres lhes permitiram servir-se das suas canoas. A 6 de fevereiro de 1682, La Sale chegou ao confluente dos Ilinóis e do Mississípi. Desceu o rio, reconheceu a embocadura do Missuri, a do Ohio, onde levantou um forte, penetrou no país dos Arcansas, de que tomou posse em nome da França, atravessou o país dos Natchez, com os quais fez um tratado de amizade, e desembocou enfim, a 9 de abril, depois de uma navegação de trezentas e cinquenta léguas numa simples barca, no golfo do México. As previsões tão habilmente concebidas por Cavelier de La Sale estavam realizadas. Tomou logo solenemente posse do país, a que deu o nome de Luisiana, e chamou S. Luís ao rio imenso que acabava de descobrir.

Não precisou La Sale de menos de ano e meio para tornar ao Canadá. Não nos devemos espantar com isso ao lembrarmo-nos de todos os obstáculos semeados no seu caminho. Que energia, que força de alma foi necessária a um dos mais notáveis viajantes de que a França se pode orgulhar para levar a cabo semelhante empresa!

Infelizmente, um homem bem-intencionado, mas que se deixou prevenir contra La Sale pelos seus numerosos inimigos, o Sr. Lefèvre de la Barre, que sucedera ao Sr. De Fontenac como governador do Canadá, escreveu ao ministro da Marinha que se não deviam considerar as descobertas de La Sale como muito importantes. «Este viajante», dizia ele, «estava atualmente, com uns vinte vagabundos franceses e selvagens, no fundo da baía, onde tomava ares de soberano, saqueava e punha a resgate os da sua nação, expunha os povos às incursões

dos Iroqueses, e cobria todas estas violências com o pretexto da licença que tinha de Sua Majestade para fazer sozinho comércio nos países que pudesse descobrir».

Cavelier de la Sale não podia ficar debaixo do peso destas imputações caluniosas. Por um lado, ordenava-lhe a honra que fosse a França justificar-se e, por outro, não queria deixar a outrem o proveito da sua descoberta. Partiu, pois, e recebeu de Seignelay um acolhimento benévolo. O ministro não se importara com as cartas do Sr. De la Barre; percebera que se não fazem grandes coisas sem se ferirem muitos amores-próprios, sem se criarem numerosos inimigos.

La Sale aproveitou essas disposições para lhe expor o seu projeto de reconhecer por mar a embocadura do Mississípi, a fim de abrir o caminho aos navios franceses e de fundar um estabelecimento. O ministro entrou nessas vistas e deu-lhe uma patente que colocava debaixo das suas ordens franceses e selvagens desde o Forte de S. Luís dos Ilinóis até ao mar. Ao mesmo tempo, o comandante da esquadra que o transportasse para a América estaria debaixo da sua dependência e fornecê-lo-ia, logo depois do seu desembarque, de todos os objetos que ele reclamasse, contanto que não fosse em prejuízo do rei. Quatro navios, sendo um deles uma fragata de quarenta canhões, comandada pelo Sr. De Beaujeu, deviam transportar duzentas e oitenta pessoas até à embocadura do Mississípi, onde se estabeleceria a nova colónia.

Soldados e artífices tinham sido muito mal escolhidos, só tarde se percebeu isso, e nenhum sabia nada do seu ofício.

Tendo partido de La Rochelle a 24 de julho de 1684, a pequena esquadra foi quase imediatamente obrigada a voltar ao porto, tendo-se quebrado de súbito o mastro de gurupés da fragata, com o tempo mais lindo deste mundo. Este desastre inexplicável foi o ponto de partida da desinteligência entre o Sr. De la Beaujeu e o Sr. De la Sale. O primeiro não podia ver-se com gosto subordinado a um simples particular e não o perdoava a Cavelier. Contudo, nada lhe seria mais fácil do que recusar o comando. O outro não tinha também a doçura de maneiras e a urbanidade necessárias para modificar as disposições do companheiro. A dissidência não fez senão agravar-se durante a viagem, por causa dos embaraços que o Sr. De Beaujeu levantava à realização rápida e secreta da expedição.

Os dissabores de La Sale tinham chegado a tal ponto, quando aportou a S. Domingos, que caiu gravemente enfermo. Curou-se, no entanto, e a expedição fez-se à vela de novo a 25 de novembro. Um mês depois estava na altura da Florida, mas, como «se assegurara a La Sale que no golfo do México todas as correntes se dirigiam para leste, não duvidou de que a embocadura do Mississípi lhe ficasse muito para oeste, erro que foi causa de todas as suas

desgraças».

La Sale mandou portanto inclinar a oeste e passou, sem dar por tal, e sem querer mesmo reparar em certos indícios em que devia atentar, para diante da embocadura do Mississípi. Quando notou o seu erro e pediu ao Sr. De Beaujeu que voltasse para trás, não quis este então consentir. La Sale, vendo que nada podia alcançar do espírito contrariador do seu companheiro, decidiu-se a desembarcar os seus homens e as suas provisões na baía de S. Bernardo. Mas até neste último ato manifestou Beaujeu uma culposa má vontade, que faz tão pouca honra ao seu juízo como ao seu patriotismo. Não só não quis desembarcar todas as provisões, a pretexto de que, estando algumas no fundo do porão, não tinha tempo para mudar a sua arrumação toda, mas até deu asilo a bordo ao patrão e aos tripulantes da barca que ia carregada com as munições, com os utensílios e as ferramentas necessárias para um novo estabelecimento, e que se pode afirmar quase com certeza que deram de propósito com o seu navio à costa. Ao mesmo tempo uma grande quantidade de selvagens aproveitaram-se da desordem causada pelo naufrágio da barca para furtarem tudo o que lhes caiu debaixo de mão.

Apesar disso, La Sale, que tinha o talento de nunca parecer abatido pela má fortuna e que achava no seu génio recursos apropriados às circunstâncias, mandou principiar os trabalhos de estabelecimento. Para animar os seus companheiros, pôs por mais de uma vez mãos à obra; mas os trabalhos só avançavam lentamente por causa da ignorância dos operários.

Em breve, impressionado pela semelhança de linguagem e de costumes dos índios destas paragens com os do Mississípi, La Sale persuadiu-se de que não estava longe deste rio e fez muitas excursões para dele se aproximar. Mas, se encontrava um país formoso e fértil, nem por isso conseguia saber mais alguma coisa acerca do que procurava. De cada vez voltava ao forte mais duro e mais sombrio, e não era esse o meio de restabelecer o sossego nesses espíritos azedados pelos padecimentos e pela inanidade dos seus esforços.

Tinham-se lançado sementes à terra, mas quase nada nascera por falta de chuva. O que vingara não tardou a ser devastado pelos selvagens e pelas feras. Os caçadores que se afastavam do acampamento eram assassinados pelos índios, e as doenças achavam presa fácil nesses homens acabrunhados pelo tédio, pelo desgosto e pela miséria. Em pouco tempo o número dos colonos desceu a trinta e sete.

Finalmente, La Sale resolveu tentar o último esforço para se dirigir ao Mississípi, e, subindo esse rio, achar socorros nas nações com que se aliara. Partiu, no dia 12 de janeiro de 1687, com seu irmão, os seus dois sobrinhos, dois missionários e doze colonos. Aproximava-se da região dos Cenis, quando, depois de uma altercação entre um dos seus sobrinhos e três

dos seus companheiros, estes assassinaram o mancebo e o seu criado enquanto dormiam e resolveram fazer o mesmo ao chefe da empresa.

La Sale, inquieto por não ver voltar seu sobrinho, partiu à sua procura no dia 19, pela manhã, com o padre Anastácio. Os assassinos, vendo-os aproximar-se, emboscaram-se num mato e um deles disparou-lhe na cabeça um tiro de espingarda que o estendeu morto.

Assim morreu Roberto Cavelier de la Sale, «homem de uma capacidade», no dizer do padre Charlevoix, «de uma extensão de espírito, de uma coragem e de uma firmeza de alma que poderiam conduzi-lo a alguma coisa grande se, com tantas boas qualidades, soubesse ao mesmo tempo dominar o seu génio sombrio e atrabiliário, amaciar a severidade ou antes a dureza da sua índole...» Haviam-se espalhado contra ele muitas calúnias, mas devemos acautelar-nos contra todos esses boatos malévolos, «porque até mesmo é muito usual exagerar os defeitos dos desgraçados, imputar-lhes até alguns que eles não tinham, sobretudo quando deram lugar ao seu infortúnio e não souberam fazer-se estimar. O que há mais triste para a memória deste homem célebre é ter sido a sua morte lamentada por poucas pessoas, e haver-lhe dado o mau êxito das suas empresas — principalmente a última — uns ares de aventureiro entre os que julgam só pelas aparências. Infelizmente, é esse quase sempre o maior número e de alguma maneira a voz do público».

Pouco temos a acrescentar a estas últimas palavras, tão sensatas. La Sale não soube fazer-se perdoar o seu primeiro triunfo. Mostrámos quais foram as circunstâncias que fizeram com que se malograsse a segunda empresa. Morreu, pode-se dizer, vítima do ciúme e da má vontade do cavaleiro De Beaujeu.

Foi a esta pequena causa que devemos o não ter fundado na América uma colónia poderosa, que em breve se acharia em estado de lutar com os estabelecimentos ingleses.

Contámos o princípio das colónias inglesas. Os acontecimentos ocorridos em Inglaterra foram-lhes muito favoráveis. As perseguições religiosas, as revoluções de 1648 e de 1688 forneceram uma grande quantidade de recrutas, que, animados de excelente espírito, se puseram ao trabalho e transportaram para além do Atlântico as artes, a indústria e em pouco tempo a prosperidade da mãe-pátria. Em breve as imensas florestas que cobriam o solo da Virgínia, da Pensilvânia e da Carolina caíram debaixo do machado do *squatter,* e foram arroteadas, ao passo que os exploradores dos bosques, repelindo os índios, faziam conhecer melhor o interior do país e preparavam a obra de civilização.

No México, em toda a América Central, no Peru, no Chile e nas margens do Atlântico, passavam-se as coisas de outra forma. Os Espanhóis tinham ampliado as suas conquistas, mas, longe de trabalhar com os Ingleses, haviam reduzido os índios a escravos. Em vez de se

entregarem às culturas próprias da variedade dos climas e dos países de que se tinham apoderado, não procuravam senão no produto das minas os recursos e a prosperidade que deveriam ter pedido à terra. Se um país pode chegar assim rapidamente a uma riqueza prodigiosa, este regime fictício pouco tempo dura. Com as minas não tarda a esgotar-se uma prosperidade que se não renova.

Os Espanhóis colheriam em breve os resultados desta triste experiência.

Assim, pois, no fim do século XVII, uma grande parte do Novo Mundo era conhecida. Na América do Norte o Canadá, as costas do oceano Atlântico e do golfo do México, o vale do Mississípi, as costas da Califórnia e do Novo México estavam reconhecidas ou colonizadas. Todo o Centro do continente, a partir do Rio dei Norte até à Terra Firme, encontrava-se submetido, pelo menos nominalmente, aos Espanhóis. No Sul, as savanas e as florestas do Brasil, os pampas da Argentina e o interior da Patagónia furtavam-se ainda aos olhares dos exploradores.

Esta ignorância absoluta devia manter-se ainda durante muito tempo.

Na África, a comprida linha de costas que se desenrola à beira do Atlântico e do mar das Índias havia sido pacientemente seguida e desenhada pelos navegadores. Em alguns pontos apenas, alguns colonos ou missionários tinham tentado penetrar os mistérios deste vasto continente. O Senegal, o Zaire, o vale do Nilo e a Abissínia, aí está tudo o que então se conhecia com minúcia e certeza.

Se muitos países da Ásia, percorridos pelos viajantes da Idade Média, não tinham sido tornados a ver desde essa época, havíamos explorado cuidadosamente toda a parte interior desse continente, a Índia era-nos revelada, fundávamos até aí alguns estabelecimentos, os nossos missionários penetravam na China, e o Japão, esse famoso Cipango, que exercera tão poderoso atrativo nos viajantes do século precedente, era-nos enfim conhecido.

Só a Sibéria e todo o ângulo nordeste da Ásia escapara às nossas investigações, e ainda se ignorava se a América estava ou não ligada com a Ásia, mistério que não devia tardar a esclarecer-se.

Na Oceânia um grande número de arquipélagos, de ilhas e de ilhotas isoladas estavam ainda por descobrir; mas as ilhas de Sonda estavam colonizadas, as costas da Austrália e da Nova Zelândia tinham sido reconhecidas em parte, e principiava-se a duvidar da existência desse grande continente austral, que se estendia, no dizer de Tasman, da Terra do Fogo à nova Zelândia; mas eram necessários contudo ainda os longos e cuidadosos reconhecimentos de Cook para exilar definitivamente para o país das fábulas uma quimera por tanto tempo acariciada.

A geografia estava a ponto de se transformar. As grandes descobertas feitas na astronomia iam ser aplicadas à geografia.

Os trabalhos de Femel e sobretudo de Picard sobre a medida de um grau terrestre entre Paris e Amiens tinham permitido saber que o Globo não é uma esfera, mas um esferoide, quer dizer, uma bola achatada nos pólos e entumecida no equador. Era achar a um tempo a forma e a dimensão do mundo que habitamos. Finalmente, os trabalhos de Picard, continuados por La Hire e Cassini, terminaram no princípio do século seguinte. As observações astronómicas, tornadas possíveis pelo cálculo dos satélites de Júpiter, permitiram que se fizesse a retificação das nossas cartas. Se esta retificação se produzira já em certos lugares, tornava-se indispensável desde que o número dos pontos, cuja posição astronómica fora observada, aumentara consideravelmente; devia ser essa obra do século seguinte.

Ao mesmo tempo a geografia histórica era mais estudada, principiava a tomar por base o estudo das inscrições, e a arqueologia ia ser um dos instrumentos mais úteis da geografia comparada.

Numa palavra, o século XVII é uma época de transição e de progresso; procura e encontra os poderosos meios que o seu sucessor, o século XVIII, devia aplicar. A era das ciências acaba de se abrir e com ela principia o mundo moderno.